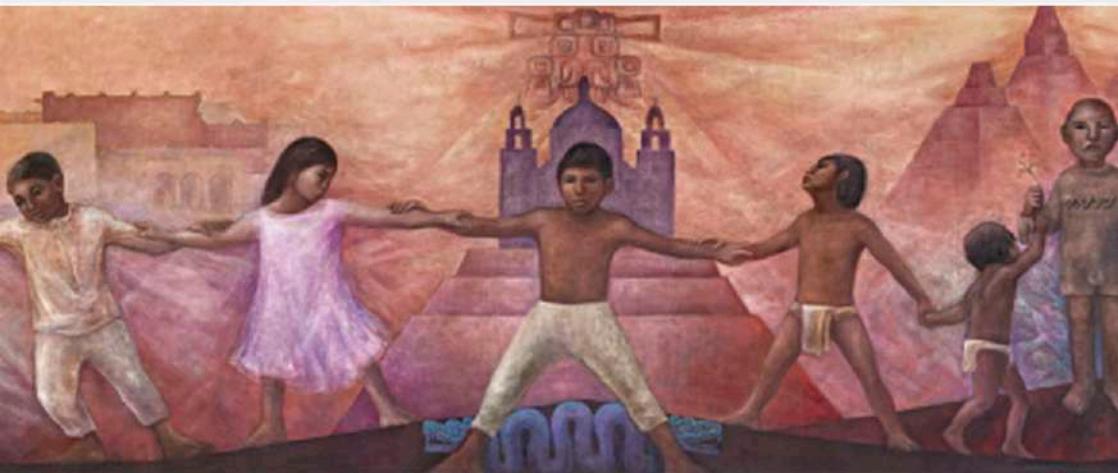


As desigualdades de gênero e raça na América Latina no século XXI

Márcia Esteves de Calazans
Bas'ilele Malomalo
Emilia da Silva Piñeiro
(Orgs.)



Este livro busca dar visibilidade as pesquisas, interlocuções, avanços e desafios construídos em uma rede de pesquisadoras(es) que estão inseridas(os) na docência, na pesquisa, na atividade de extensão e/ou enquanto operadoras(es) na rede pública de atenção primária a saúde integral , educação, segurança, em espaços que buscam garantir o acesso à justiça. Se por um lado constitui-se em um diálogo multidisciplinar na academia, por outro, conta também com a interlocução e produção daquelas(es) inseridas(os) no cotidiano das práticas e políticas públicas. Portanto a construção deste livro se dá entre múltiplas áreas e vivências em países da América Latina, que trabalham com a crise da noção de identidade, entendendo que a crise não é de identidade e sim dos conceitos e categorias criados com a modernidade, no sistema mundo moderno-colonial. O livro fala sobre sujeitos, trânsitos, identidades e subjetividades no regime capitalista e suas possibilidades de associações cartográficas e atribuições de sentidos como modos de (re)existir. Nesse sentido o leitor encontrará textos contundentes para refletir sobre o entendimento de colonização e inquisição das culturas.



9 788556 966827

φ
editora
fi.org



BY SA

**As desigualdades de gênero e raça
na América Latina no século XXI**



SÉRIE
NOVOS ESTUDOS
AFRICANOS

Diretores da série:

Prof. Dr. Bas'ilele Malomalo (UNILAB)

Prof. Dr. Mbuyi Kabunda Badi (FCA/UAM - Espanha)

Comitê Editorial Científico:

Prof. Dr. Acácio Almeida Santos (UFABC)

Prof. Dr. Alfa Oumar Diallo (UFGD)

Prof. Dr. Aghi Bahi (UFHB-Costa de Marfim)

Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca (UNESP)

Profa. Dra. Denise Dias Barros (USP)

Profa. Dra. Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB)

Prof. Dr. Manual Jauará (UNIFal-MG)

Prof. Dr. Franck Ribard (UFC)

Prof. Dr. Germain Ngoie Tshibambe (UNILU-RDCongo)

Prof. Dr. Henrique Cunha Junior (UFC)

Prof. Dr. Hippolyte Brice Sogbossi (UFS)

Profa. Dra. Lorena Souza (UFMT)

Prof. Dr. Kalwangy Kya Kapintango-a Samba (UNEMAT-Brasil)

Profa. Dra. Maffia Marta Mercedes (UNLP-Argentina)

Prof. Dr. Maguemati Wagbou (UNC-Colombia)

Prof. Dr. Pedro Acosta-Leyva (UNILAB)

Prof. Dr. Salloma Jovino Salomão (FSA)

Prof. Dr. Sérgio Luís Souza (UNIR)

As desigualdades de gênero e raça na América Latina no século XXI

Organizadores:

Márcia Esteves de Calazans

Bas'Ilele Malomalo

Emilia da Silva Piñeiro



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni

Arte de capa: Pintura de Fanny Rabbel em Ronda en el tiempo, 1964. Muralista Mexicana.

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi
estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Estudos Africanos - 10

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CALAZANS, Márcia Esteves de; MALOMALO, Bas'Ilele; PIÑEIRO, Emilia da Silva (Orgs.)

As desigualdades de gênero e raça na América Latina no século XXI [recurso eletrônico] / Márcia Esteves de Calazans; Bas'Ilele Malomalo; Emilia da Silva Piñeiro (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

540 p.

ISBN - 978-85-5696-682-7

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. desigualdade; 2. gênero; 3. raça; 4. América Latina; 5. Século XXI; I. Título. II. Série

CDD: 172

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética Política

172

Sumário

Apresentação	11
Alcances e consequências do sistema mundo moderno-colonial de “gênero e raça”	
Márcia Esteves de Calazans	
Bas’Ilele Malomalalo	
Emilia da Silva Piñeiro	
I	
Identidades e subjetividades em movimento	
1.....	27
Questão racial e libertação: uma leitura intercultural em Enrique Dussel 27	
César Augusto Costa	
2	43
Direitos sexuais e identidade de gênero são direitos humanos – onde está a ideologia?	
Marcelo de Trói	
3	63
Diversidade sexual e de gênero: a fragilidade do direito a ter direitos	
Bruna Caumo	
Márcia Esteves de Calazans	
4	91
Reflexões filosóficas sobre a dinamicidade da identidade de gênero	
Júlia Rodrigues de Lima	
Mariana Claudia Broens	
5	113
Reflexiones actuales en torno a la participación de las mujeres en la migración México-Estados Unidos. ¿Hacia una feminización cuantitativa de la migración?	
Julio Santiago Hernández	
Edilma de Jesus Desidério	

6	133
Migrações internacionais no Brasil: estado da arte	
Emilia da Silva Piñeiro	
Márcia Esteves de Calazans	
7	157
A interseccionalidade de gênero e raça para análise de morte de mulheres negras	
Suelen Aires Gonçalves	
8	177
Mulheres lésbicas, a saída do armário e a intersecção de raça: resistir para existir	
Fernanda Hampe Picon	
Marluci Meinhart	
9	201
Scripts de gênero e as brincadeiras na educação infantil	
Manoela de Calazans Gonçalves	
10	233
Estupro corretivo na América-Latina: analisando a violência sexual contra pessoas LGBTQIS	
Bianca Chetto Santos	
Laís de Almeida Lacerda	
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	

II
Corpos e territórios

11	263
A mulher negra “trabalhadora” do tráfico de drogas: entre a vulnerabilidade e a sobrevivência na ilegalidade	
Maria G. Fernandes Escobar	
Glaucíria Mota Brasil	
12.....	283
Influência das redes sociais sobre pessoas privadas de acesso à internet: os padrões de beleza como ferramentas de poder no sistema prisional feminino	
Marjuliê Angonese	
13.....	309
A vivência da sexualidade por mulheres no contexto da privação de liberdade	
Danúbia Mariane Barbosa Jardim	
Hellen Carolina Santana	
Valéria Rezende de Carvalho	
14	329
Práticas juvenis e enfrentamento ao genocídio do homem negro em São Félix, BA	
Gimerson Roque Prado Oliveira	
15.....	345
Entre o centro e a periferia: análise de elementos racializados para a produção de vocações territoriais no Rio de Janeiro para a competição urbana global	
Lívio Silva de Oliveira	
16.....	373
Discriminação étnico-racial em população quilombola no município de São Lourenço do Sul/RS	
Camila Scheffel	
Claides Abegg	
Fernanda Hilgert Mallmann	

17.....	393
Salud mental em contextos indígenas: resiliencia y estrés postraumático en comunidades indígenas afectadas por los sismos de México em 2017	
Gabriel Guerrero Reyes	
Roberto Ariel Abeldaño Zuñiga	
María Alejandra Sánchez Bandala	
18	413
Mãe Stella de Oxóssi: Quererem além da religiosidade	
Roberta Hora Arcieri Barreto	
Pedro Meneses Feitosa Neto	
Ilzver de Matos Oliveira	
19.....	431
“Igual valor, iguales derechos”. Experiencias de organización de trabajadoras domésticas de Paraguay, conexiones y redes internacionales	
Magdalena LópezJorgelina Loza	
20	457
Rede de proteção e resistência contra o genocídio como forma de alternativas as políticas de segurança públicas punitivistas	
Marisa Feffermann	
Raiane Cheregatto	
21.....	481
Concepções contextuais ao enfrentamento do tráfico internacional de mulheres para exploração sexual	
Marcelo Oliveira de Moura	
Arturo Carrasco	
22	511
Ubuntu como projeto alternativo de sociedade diante da crise social, econômica, política e ambiental do modelo desenvolvimentista ocidental: um olhar a partir da América Latina e da África	
Bas’ilele Malomalo	
Sobre as autoras (es)	533

Apresentação

Alcances e consequências do sistema mundo moderno-colonial de “gênero e raça”

*Márcia Esteves de Calazans
Bas’Ilele Malomalo
Emilia da Silva Piñeiro*

Este livro busca dar visibilidade as pesquisas, interlocuções, avanços e desafios que vem sendo construídos e discutidos em uma rede de pesquisadoras(es) que estão inseridas(os) na docência, na pesquisa, na atividade de extensão e/ou enquanto operadoras(es) na Rede Pública de Atenção Primária a Saúde Integral, educação, em espaços que buscam garantir o acesso à justiça. Se por um lado constitui-se em um diálogo multidisciplinar na academia, por outro, conta também com a interlocução e produção daquelas(es) inseridas(os) no cotidiano das práxis, e das Políticas Públicas.

Portanto a construção deste livro se dá entre múltiplas áreas e vivências em países da América Latina, que trabalham com a crise da própria noção de identidade, entendendo que a crise não é de identidade e sim dos conceitos e categorias criados com a modernidade, no sistema mundo moderno-colonial.

O livro fala sobre sujeitos, trânsitos, identidades e subjetividades no regime capitalista e suas possibilidades de associações cartográficas e atribuições de sentidos como *modos de (re)existir*. Nesse sentido o leitor encontrará textos contundentes para refletir sobre o entendimento de colonização e inquisição das culturas.

Qual a experiência-mundo para os diferentes corpos que transitam nestes espaços e territórios? Qual o impacto do capital hegemônico nessa configuração?

Assim os artigos que compõem o livro dão visibilidade, sobretudo, a dois eixos desse padrão de poder, que é conforme Quijano (2005) a classificação social da população mundial (1) de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo.

Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica consequentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico.

Reconhecemos nesse marco introduzido por Aníbal Quijano, o conceito de colonialidade do poder, que é central para compreensão da colonialidade do saber, do ser. E, sobretudo em Maria Lugones (2008) que entrelaçou essa compreensão que possibilitou chegar ao que a autora chamou de (2) «el sistema moderno-colonial de género».

Os artigos apontam os alcances e consequências desse sistema mundo, moderno-colonial de “gênero e raça”.

Acreditamos que estes pressupostos, assim como outros, de diferentes campos epistemológicos, marcam as perspectivas que constituem as análises dos artigos aqui presentes, nos brindando com possibilidades de perceber a lógica destes eixos estruturais, de forma a entender os processos de entrelaçamento da produção de raça e gênero.

Reunimos 22 artigos 41 pesquisadores(as), contamos com pesquisadoras(es) trabalhadoras(es) em Serviços Públicos na área da Saúde, Segurança e Educação do México, Brasil, Bolívia e Argentina. E, com 22 Universidades , entre estas as Universidad de La Sierra Sur de Mexico, Universidade de Campinas, Universidade do Estado de São Paulo, Universidad Católica de La Paz, Universidad

Nacional de San Martin , Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidad de Buenos Aires, Universidade Federal de Pelotas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade Tiradentes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade Católica do Salvador, Universidade Católica de Pelotas, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Universidad Nacional Autonoma do Mexico, Universidad de Guadalajara, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Universidade Estadual do Ceará e El Colegio de México, A.C. E Grupo de Estudos Decolonialidade e a Contribuição para a Crítica Feminista a Ciência.

Nosso especial agradecimento as(aos) autoras(es) que contribuíram para a construção deste livro.

Lugones, Maria. *Colonialidad y Género*. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre 2008.

Quijano, Aníbal. *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. In A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires - CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

Inverno, 2019.

I - Identidades e subjetividades em movimento

Abrimos a primeira parte com artigo de Cesar Augusto Costa, *Questão Racial e Libertação: Uma leitura intercultural em Enrique Dussel*, o autor destaca alguns pressupostos e implicações políticas da leitura filosófica de Enrique Dussel, visando trazer contribuições críticas para as pesquisas raciais. O trabalho está sistematizado em três tópicos. O primeiro, reafirma a relação intrínseca de Enrique Dussel enquanto um teórico que busca tematizar de forma radical a América Latina sob olhar racial. No segundo, a realidade latino-americana pensada filosoficamente a partir das categorias “interculturalidade, exclusão, raça e libertação” na compreensão dusseliana, as quais revelam a necessidade de questionar a subjugação e a condição daqueles que historicamente estão postos como subalternos pelo projeto societário capitalista imposto pelo pensamento eurocêntrico. E finaliza o ensaio, elencando a relevância política dos conceitos de interculturalidade para a pesquisa racial crítica.

Em *Direitos Sexuais e Identidade de Gênero são Direitos Humanos: Onde está a ideologia?* Marcelo de Trói, contextualiza os direitos sexuais e as identidades de gênero no campo dos direitos humanos e argumenta que se há uma “ideologia de gênero” esta é instrumento de uma hegemonia no campo da cultura e do comportamento. O texto revela como a invenção de polêmicas a partir de temas que dizem respeito à vida de populações minorizadas fornece uma blindagem à implementação de políticas neoliberais. Por outro lado, a discussão aponta que a arte e os ativismos têm contribuído para estratégias que visam o prolongamento da vida de pessoas com gêneros e sexualidades dissidentes. Vislumbra-se aqui uma política do desejo que não opera pela ideologia, nem pela falta, mas pela produção, por agenciamentos, imanência e territorialidades.

Bruna Caumo e Márcia Esteves de Calazans em *Diversidade sexual e de gênero: a fragilidade do direito a ter direitos*

analisam os avanços e desafios no que tange às políticas públicas e ao plano legal na busca por direitos para a população LGBTQ+ nos últimos 20 anos no Brasil. Os procedimentos metodológicos da investigação firmaram-se em uma pesquisa qualitativa de natureza exploratório descritiva do tipo de estudo de caso. Os instrumentos para a coleta de dados utilizados foram a análise de documentos, as legislações e o plano legal nos últimos 20 anos na busca da equidade de direitos. Os resultados da pesquisa demonstraram o quanto essa população ainda é estigmatizada e invisibilizada, mesmo com os avanços legais evidenciados ao longo desses anos e, ainda, que o plano legal não garante a efetividade de direitos.

Reflexões Filosóficas sobre a Dinamicidade da Identidade de Gênero, Júlia Rodrigues de Lima e Mariana Claudia Broens tem como objetivo desenvolver reflexões filosófico-interdisciplinares a respeito do conceito de identidade de gênero, partindo da análise de problemas concernentes à tese de que a identidade de gênero é algo do tipo "ser ou não ser", e se constituiria enquanto propriedade estática e monolítica da pessoalidade. Tendo em vista o objetivo acima, as autoras apresentam o entendimento ordinário de identidade de gênero binária estrita, resultante de pré-concepções equivocadas sobre aspectos biológicos da pessoalidade. Em seguida, analisam a tese da performatividade (BUTLER, 1993; 2002; 2017), crítica do entendimento ordinário de gêneros binários que supõe que a identidade de gênero é essencialmente uma construção sócio-cultural. Por fim, argumentam a favor de uma hipótese inspirada no compatibilismo sistêmico que considera a identidade de gênero como um fenômeno complexo, dinâmico e transformativo (DEBRUN, 2009; MITCHELL, 2002; 2009; MORIN, 2007), cujos componentes mantêm relações de co-dependência, envolvendo diversas camadas identitárias integradas. Enquanto fenômeno complexo, consideram que a identidade de gênero é uma propriedade emergente de uma multiplicidade de componentes de vários tipos que mantêm entre si relações de co-dependência dinâmica, ao contrário do que afirmam, de um lado, os defensores

do pseudo-binário biológico ou, de outro lado, da identidade de gênero resultando da performatividade sócio-cultural.

Reflexiones Actuales em Torno a la psrticipación de las Mujeres em la Migración México-Estados Unidos. ¿Hacia uma Feminización Cuantitativa de la Migración? de Julio Santiago Hernández e Edilma de Jesus Desidério oferece uma abordagem estatística ao debate sobre a feminização do processo migratório México-Estados Unidos. Para fazer isso, apresentam os fluxos ou "estoque" da migração mexicana da última década, provenientes de diferentes fontes estatísticas disponíveis no México e nos Estados Unidos. A revisão sugere que as mulheres têm sido historicamente parte da migração masculina, mas infelizmente elas foram pouco assistidas pelos estudiosos e quando o fizeram, elas foram consideradas apenas como companheiras, relegando-as a um papel secundário no processo de migração. No entanto, desde a década de 1980, a migração das mulheres tornou-se um fato inegável. Desde então, mais e mais trabalhos começaram a ser realizados a partir de diferentes perspectivas teóricas e disciplinares que reivindicaram a participação das mulheres mexicanas nos processos de migração internacional. Isso é evidenciado pela análise dos resultados da década recente, agora mais e mais mulheres estão migrando de forma autônoma em busca de melhores oportunidades de emprego e melhores condições de vida para suas famílias.

Em *Migrações Internacionais no Brasil: Estado da Arte*, Emilia da Silva Piñeiro e Márcia Esteves de Calazans com caráter bibliográfico, mapeia e discute uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, em publicações de periódicos dentro da área 32 da Plataforma Sucupira, busca dar visibilidade aos aspectos e dimensões que vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes períodos e lugares sobre migrações internacionais e, problematiza as categorias analíticas envolvendo a questão migratória. Atualmente, com o aumento do fluxo de mobilidade humana no mundo, as migrações constituem um dos campos de interesse e pesquisa científicas brasileiras, resultando em uma

temática não só da demográfica como da sociologia, da antropologia, da ciência política, do direito, da psicologia, do serviço social dentre outras áreas do conhecimento que a partir de suas especificidades, muito contribuem com esta temática, seja de forma teórica ou empírica deste fenômeno global. Considerando esse contexto, a proposta deste artigo é realizar a descrição da revisão sistemática das produções científicas publicadas em forma de artigo em revistas indexadas brasileiras na Área 32, ou seja, é uma pesquisa de estado da arte com base no que vem sendo publicado no Brasil sobre a temática migrações em determinados periódicos, com o intuito de compreender e revisar sistematicamente pesquisado e publicado nestes. Trata-se de artigos publicados nestes periódicos brasileiros que retratam a questão da migração internacional entre os anos 2009-2018/1. Com os dados coletados, apresenta em forma de tabela e gráficos os achados da pesquisa, categoriza-os em: título, autores, palavras chaves, universidade de vinculação dos autores, o código de identificação da revista, o ano da publicação, o DOI de acesso ao artigo na internet e as categorias abordadas. Considerando os 168 artigos encontrado, lidos e analisados o presente artigo constata os múltiplos aspectos, dimensões e lugares das publicações, demonstrando um mapa cognitivo sobre a temática e a importância e os avanços nesta área do conhecimento.

Em *A Interseccionalidade de Gênero e Raça para Análise de Morte de Mulheres Negras*, Suelen Aires Gonçalves realiza uma abordagem das diferentes faces do problema da violência contra as mulheres, com foco a letalidade, ou seja, a morte de mulheres. Em especial a produção e o uso da categoria “feminicídio” onde busca compreender as maneiras que o estado atua, ou não, no combate à violência contra as mulheres. Ressalta a importância da reflexão de seus desdobramentos jurídicos e sociológicos, bem como, busca oferecer elementos para a discussão sobre as interseccionalidades de gênero e raça para a produção de mortes de mulheres negras no Brasil em diálogo com os dados nacionais e regionais de feminicídios.

Fernanda Hampe Picon e Marluci Meinhart em ***Mulheres Lésbicas, a Saída do Armário e a Intersecção de Raça: Resistir para Existir*** apontam que a heteronormatividade, o sexism, o racismo e a homofobia são construções históricas que assolam o contexto em que vivemos, produzindo discriminação contra todos e todas que fogem à norma imposta: o homem branco, heterossexual, classe média/alta. Nesta direção afirmam que *sair do armário*, produz impactos importantes no que tange a diferente desigualdade existente no campo dos direitos sexuais. O ensaio busca entender estes impactos e significados na vida de mulheres lésbicas brancas e negras, interseccionando assim os marcadores sociais da diferença, problematizando estes impactos a partir da concepção de que o discurso heteronormativo e racista produz efeitos consideráveis no contexto de vida de mulheres lésbicas. Pode-se antecipar que a saída do armário e suas vicissitudes estão atravessadas pela questão raça e classe social.

Scripts de Gênero e as Brincadeiras na Educação Infantil, de Manoela de Calazans Gonçalves tem como objetivo refletir sobre a brincadeira de faz-de-conta na educação infantil, problematizando as relações de gênero presentes nesta etapa escolar. Para tal, utiliza o conceito de scripts de gênero para observar e analisar como e de que modo esses roteiros, social e culturalmente estabelecidos, que intencionam construir determinadas masculinidades e feminilidades desde a infância, aparecem durante os momentos de brincadeira. Dessa forma, pretende assim oferecer subsídios para professoras de educação infantil realizarem uma prática pedagógica que respeite e contribua para a equidade de gênero. A análise dos dados produzidos fundamenta-se no conceito de gênero em uma perspectiva pós-estruturalista, e no conceito de brincadeira na perspectiva sócio histórica. A partir dos dados produzidos foi possível chegar a três categorias de análise: na primeira, constata que as meninas têm maior possibilidade de transitar entre os *scripts* do que os meninos; já na segunda, discute sobre a confusão teórica entre os conceitos de gênero e sexualidade e suas implicações para

a educação dentro de nosso atual contexto, que se pauta em uma sociedade heteronormativa. E por fim, aborda as pedagogias culturais e como seus artefatos relacionam-se com os *scripts* de gênero, educando as crianças sobre os modos de ser, mas também sendo utilizados por elas em suas brincadeiras para reproduzir ou superar os *scripts* previstos.

Finalizando esta primeira parte, Bianca Chetto Santos, Laís de Almeida Lacerda e Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti em *Estupro corretivo na América Latina: analisando a violência sexual contra pessoas LGBTTQIs* retratam no contexto latino-americano as violências sexuais sofridas por pessoas LGBTTQIs, a partir do caráter “corretivo” destas agressões e neste caso, evidenciando a violência sexual como uma violência de gênero. Como metodologia de pesquisa qualitativa, as autoras realizaram uma revisão bibliográfica e documental sobre o atual contexto da América Latina, com o recorte temporal sobre a história do tempo presente, utilizando os últimos 50 anos. No mais, fora analisado as medidas de intervenção dos Estados latino-americados para coibir estas violências contra esta população, principalmente no Brasil, que recentemente alterou a sua legislação, aumentando a pena quando há violência sexual “corretiva”, entrando em vigor no atual momento de retrocessos de direitos e aumento de violências e desigualdades.

II – Corpos e territórios

Abrimos a segunda parte com a contribuição das autoras Maria G Fernandes Escobar e Glauçíria Mota Brasil com *A Mulher Negra “Trabalhadora” do Tráfico de Drogas: Entre a Vulnerabilidade e a Sobrevivência na Ilegalidade*, o artigo problematiza a vivência de mulheres pobres e negras, em sua relação com o tráfico de drogas como forma de trabalho e inserção no mundo do consumo. Tal proposta chama a atenção para essa parcela da população inserida em uma atividade ilegal, esquecida pelo Estado e que demanda a urgência de políticas públicas capazes de oportunizar caminhos outros que afastem essas mulheres desse destino de classe traçado para elas há muitas gerações e que seguem reproduzindo como verdade imutável. Em um cenário de desemprego generalizado, as mulheres pertencentes a classes subalternas, enfrentam inúmeras situações de risco, não reunindo condições de integração no mercado de trabalho formal, aspecto que é reforçado pela baixa escolaridade.

Marjuliê Angonese em *Influência das Redes Sociais sobre Pessoas Privadas de Acesso à Internet: Os Padrões de Beleza como Ferramentas de Poder no Sistema Prisional Feminino*, desenvolve um estudo, com base em pesquisa exploratória e análise de discurso a partir de entrevistas em profundidade com mulheres encarceradas, uma discussão sobre a subjetivação dos padrões de beleza ocidental manifestos nas redes sociais. Mesmo privadas de acesso a plataformas como Facebook e Instagram, as detentas e o presídio, enquanto partes de um sistema auto-eco-organizado, sofrem as pressões exercidas pela internet, em virtude da ubiquidade das redes e seu poder de sedução. Com base na reflexão teórica dos dados angariados, é possível compreender as estratégias de reforço da importância da adequação das presas nos padrões de beleza vigentes como ferramentas de poder institucional para a docilização de seus corpos.

Danúbia Mariane Barbosa Jardim, Hellen Carolina Santana e Valéria Rezende de Carvalho, com *A vivência da sexualidade por mulheres no contexto da privação de liberdade*. As autoras retratam a trajetória de vida de mulheres em situação de privação de liberdade no Completo Penitenciário de Belo Horizonte, o qual nos permite refletir não somente as dificuldades sociais e econômicas vivenciadas por estas mulheres, mas as configurações da sexualidade no contexto do cárcere.

Sobre a produção de masculinidades, o artigo *Práticas Juvenis e enfrentamento ao genocídio do homem negro em São Félix/BA*, de Gimerson Roque Prado Oliveira, a partir de notas etnográficas cerca o seu olhar sobre a produção do corpo masculino negro, objetificado pelas dinâmicas de gênero, raça e mercado. A pesquisa de Gimerson, é contextualizada na juventude negra de São Félix/BA, nas suas alternativas/tentativas de ampliar a denúncia ao genocídio de jovens negros neste local.

Entre o centro e a periferia: Análise de elementos racializados para a produção de vocações territoriais no Rio de Janeiro para a competição urbana global, artigo de Lívio Silva de Oliveira, o qual analisa, a partir da teoria das margens, o processo de reconfiguração espacial da cidade do Rio de Janeiro, a partir dos casos da Zona Portuária e do Barro Madureira, demonstrando que estes espaços de memória, história, cultura e o patrimônio da população negra, encontram-se entre o protagonismo e a subalternização.

Acerca das comunidades remanescentes de quilombo, as autoras Camila Scheffel, Claides Abegg, Fernanda Hilgert Mallmann em *Discriminação étnico-racial em população quilombola no município de São Lourenço do Sul/RS*, retratam neste estudo descriptivo, as frequências de discriminação entre os adultos quilombolas do município em questão, e verificam as condições sociodemográficas e de saúde desta população. No mais, retratam a ausência de visibilidade desta população em estudos e pesquisas na literatura.

Sobre comunidades indígenas, Gabriel Guerrero Reyes, Roberto Ariel Abeldaño Zuñiga e María Alejandra Sánchez Bandala em *Salud mental en contextos indígenas: Resiliencia y estrés postraumático en comunidades indígenas afectadas por los sismos de México en 2017* retratam a realidade e as dificuldades enfrentadas pelas comunidades indígenas após os terremotos que ocorreram no México, em setembro de 2017, causando danos em 6 estados deste país, entre eles o Estado de Oaxaca, que além de ser um dos mais afetados, possui o maior índice de vulnerabilidade social e também, com a maior proporção de população indígena. Este trabalho, versa sobre as estratégias de participação social realizadas pela população de Oaxaca, tecendo um comparativo entre a população indígena e não indígena e o seu alcance na participação social e na resiliência.

Mãe Stella de Oxóssi: Quererem além da religiosidade de Roberta Hora Arcieri Barreto; Pedro Meneses Feitosa Neto; Ilzver de Matos Oliveira, trata da análise da sentença judicial que determinou a transferência do corpo de Iyalorixá para Salvador/BA, para que fossem cumpridos os atos fúnebres dentro dos preceitos do Candomblé, demonstrando-nos assim, a comunidade religiosa, a proteção do seu patrimônio histórico e cultural do exercício da religião. Mãe Stella de Oxóssi era negra, enfermeira, escritora, militante em prol do resgate das raízes da religião de matriz africana, ativista dos Direitos Humanos, Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal da Bahia e pela Universidade Estadual da Bahia e Iyalorixá do Ilê Axé Opô Afonjá.

E, Magdalena López e Jorgelina Loza em *Igual valor, Iguales derechos: Experiencias de organización de trabajadoras domésticas de Paraguay, conexiones y redes internacionales*, analisam o trabalho doméstico, a partir da sua historicidade e subordinação no Paraguai, dentro das suas variáveis de exploração e dominação: raça, etnia, gênero e trabalho. Para as autoras, estas dimensões, historicamente vinculadas entre si, permitem analisar

por completo, este cenário no qual as mulheres trabalhadoras domésticas do Paraguai, estão inseridas.

Em *Rede de proteção e Resistência contra o genocídio - como forma de alternativas as políticas de segurança públicas punitivistas*, Marisa Feffermann, Raiani Cheregatto.

apresentam um movimento em rede, que busca a proteção e enfrentamento das violências sofridas por jovens no Estado de São Paulo, principalmente jovens pobres, em sua maioria negra, que vive em territórios empobrecidos e periféricos. Partem do conceito de “juvenícidio” para expressar conceitual e politicamente o aumento vertiginoso das ações do Estado Penal em detrimento do Estado de Direito, caracterizado pelo encarceramento em massa e pelos homicídios, o que Mbembe denomina de Necropolítica. Apostam que a sociedade civil em rede com os coletivos formais possa construir uma possibilidade de dar visibilidade a esta realidade, e buscar formas de proteção e enfrentamento, entendendo a rede social, como um conjunto heterogêneo de iniciativas e recursos institucionais e da sociedade, que não escapam aos conflitos inerentes ao Estado e a sociedade de classes

Marcelo Oliveira de Moura e Arturo Carrasco em *Concepções Contextuais ao Enfrentamento do Tráfico Internacional de Mulheres para Exploração Sexual* analisam as ações previstas pela Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com ênfase no Tráfico Internacional de Mulheres para Exploração Sexual. A metodologia de pesquisa qualitativa vale-se de técnicas como revisão bibliográfica e análise documental. Fez-se uso também de dados secundários das Nações Unidas e da Secretaria de Justiça Brasileira. Os resultados apontam que políticas públicas e direitos humanos impõem a necessidade de mudanças estruturais no seio cultural da sociedade brasileira sobre o conceito de justiça social, bem como sugere a cooptação de diversos atores e setores governamentais e atuação intersetorial no enfrentamento dessa mazela, que se apresenta com teor de caráter crônico. As mulheres são o único signo de distinção dentro da política apontada, de modo

a desenhar a projeção de tais características enquanto distintivas para o abuso de direitos, a prática de crime e a mercantilização do corpo sendo em consequência, igualmente, significativas em relação às ações de formulação das políticas públicas de combate ao tráfico de mulheres.

Em *Ubuntu como Projeto Alternativo de Sociedade diante da Crise Social, Econômica, Política e Ambiental do Modelo Desenvolvimentista Ocidental: Um Olhar a Partir da América Latina e da África*, Bas’Ilele Malomalo desenvolve o argumento de que há um consenso entre os e as intelectuais progressistas de que a crise planetária e ecológica atual exige respostas globais e complexas no campo da política e da epistemologia. O texto apresentando situa-se no quadro dos esforços do Sul global subalterno em sugerir suas respostas, considerando as filosofias africanas e afrodiáspóricas como o lugar central de projeção de uma sociedade emancipada da colonialidade. Para tanto, destaca três elementos centrais: a necessidade de se narrar a história das populações negras do mundo a partir do seu ponto de vista; identificar, denunciar e combater os agentes produtores da crise ontológica civilizacional atual que continua a afetar negativamente as vidas negras e do cosmos; trabalhar e sugerir as filosofias africanas tradicionais e modernas como meios de saída do impasse existente e *Ubuntu* e *Bisoidade* seriam as duas propostas epistemológicas que o autor desse texto está propondo.

I

Identidades e subjetividades em movimento

Questão racial e libertação: uma leitura intercultural em Enrique Dussel

César Augusto Costa

Enrique Dussel: a “racialidade” crítica na América Latina

Neste artigo pretendemos, a partir leitura do filósofo argentino Enrique Dussel, refletir sobre alguns aspectos centrais do ponto de vista epistemológico e político, para aproximações críticas em torno da questão racial na América Latina (AL). Neste sentido, o trabalho objetiva compreender a proposta política à luz da leitura de Enrique Dussel acerca da realidade latino-americana.

Dussel é um pensador referência do pensamento pedagógico, revolucionário, teológico e filosófico latino-americano, nos quais destaca-se uma concepção de filosofia e de educação orientada pela finalidade da libertação. Particularmente, o pensamento dusseliano, posto como ponto de partida da reflexão, é vislumbrado de modo que:

[...] em que se tratando da América Latina para muito pensadores, como Enrique Dussel, Leopoldo Zea e Leonardo Boff, dizer que há uma Filosofia Latino-americana tenciona um fazer filosófico não apenas moldado pelo pensar eurocêntrico, mas um fazer filosófico que reivindica para si um fazer consciente e crítico, que possui método e epistemologia própria. Dessa forma, partindo da concepção de tais teóricos afirma-se que há uma Filosofia DA América Latina. Uma filosofia específica, forjada na singularidade latino-americana de conceber e vivenciar a história, a vida. É uma filosofia que brota do olhar do colonizado, daquele que

historicamente foi oprimido e excluído. Organiza-se a partir do lado que foi negado. É uma filosofia que constrange o discurso da ordem, sendo, portanto, libertadora. Constitui-se, desta forma, como uma Filosofia da Libertação, a qual busca mostrar a possibilidade do diálogo mediante a afirmação da diferença e da alteridade numa perspectiva do diferente. Daquele que ficou a margem das construções ideológicas sociais (JÚNIOR, 2012, p. 209-210).

Entendemos que esse movimento de aproximação teórica com a questão racial é relevante, uma vez que temos uma grande quantidade de pesquisas em vários programas de pós-graduação que reconhecem a diversidade cultural e que visam superar as relações sociais alienadas no capitalismo (COSTA e LOUREIRO, 2014). Sendo assim,

Paulo Freire, tal como Dussel, situa-se entre os intelectuais latino-americanos. Latino-América situada no hemisfério sul do globo terrestre, que, desde 1492, vem, segundo Dussel (1992) experimentando uma relação colonialista onde o norte do globo norteia as práticas político-culturais por meio de discursos ideológicos que mantém seu status quo em relação ao sul dominado, inclusive epistemologicamente (DIAS e OLIVEIRA, 2012, P. 28).

A relevância das reflexões de Dussel para a questão racial crítica consiste em considerar o sofrimento do *outro* a consequência de uma realidade escondida em que sujeitos subjugam outros (entendidos como inumanos, inferiores, não civilizados, por meio de relações desiguais e opressivas de poder). Consequentemente, sua Ética da Libertação objetiva refletir sobre a relação entre o *eu* e o *outro* no campo social, debatendo a questão da exclusão social.

Compreendemos à luz do pensamento dusseliano que a questão racial e a educação são eminentemente políticas e implicam em construir pela participação radical dos sujeitos na vida social e pela permanente problematização da realidade, ações necessárias à ação transformadora da sociedade. Trata-se de uma ontologia

político-educativa que parte da certeza de que vivemos numa sociedade opressora e desigual.

Trataremos do racismo como discriminação com respeito ao escravo africano e não do racismo contra o indígena. Sendo assim, a luta contra a dominação racista, deverá levar em conta os níveis econômico, biológico e cultural, pois:

- a) Hay un cierto economicismo que quiere encontrar como única causa la dominación económica de clase y reducir todo a una cuestión de «mano de obra» (determinación a del esquema). Hay, por otra parte, un psicologismo subjetivista que niega toda posibilidad de pensar el tema si no se ha sufrido la humillación en la «propia piel» (determinación b). El racismo biologista o clásico quiere definir como causa del racismo la diferencia natural o física de los individuos de diversas razas, pretendiendo la superioridad de una sobre otra genética- mente (determinación c). Por último, hay quienes asumen una posición culturalista y piensan que todo se juega en el nivel simbólico, en la tradición cultural, en la danza y el canto (determinación d). En realidad, la cuestión de la dominación racista se juega en todos los niveles si se comprende que su estatuto propio se encuentra como momento de una formación ideológica (DUSSEL, 1982, p.88).

Desse modo, o filósofo argentino indica que já no século XVI coexistiu revoltas de escravos haitianos, como em Santo Domingo, mas a relação entre a abolição da escravidão constituiu como um movimento imposto pela aceleração do modo de produção capitalista. Para Dussel (1982, p. 92):

Es verdad que el líder negro y liberador de Haití, Toussaint Louverture, mostró al mundo la capacidad del negro como político y gobernante. Pero, objetivamente, la abolición de la esclavitud se debió a la expansión del capitalismo industrial. Si el capitalismo mercantil necesitaba del esclavo para exportar productos tropicales, el capitalismo industrial necesitaba trabajadores libres para contar su trabajo por medio del salario. Esto no significa que no subsistirá un racismo de clase en el capitalismo, pero era

incompatible el capitalismo industrial con el esclavismo de las plantaciones.

No século XX desaparece da AL o escravismo, mas não o “racismo” como *ideología* de classe pelo fato que se discrimina o trabalhador braçal, ao marginalizado de raça negra. Nos países latino-americanos com forte presença negra, o racismo segue sendo uma injustiça social, vigente, real (DUSSEL, 1982).

A questão do racial, coloca um desafio à Ética da libertação em sua trajetória de desenvolvimento. Não é a mesma de dominação entre nações (vislumbrada na teoria da dependência), entre as classes (onde as questões sociológicas são tratadas e da economia política), entre os sexos (e então as categorias freudianas tornam-se inevitáveis) que entre as raças (onde os níveis econômico, político, psicológico, cultural-simbólico, ideológico são articulados em complexidade).

No entender de Dussel (1982), a libertação dessas dominações deve ser tratada epistemologicamente, uma vez que, o capitalismo industrial está na base da libertação de todos os escravos do sistema de plantações. Ou seja, “el capitalismo usa la diferencia de color racial como momento ideológico en la dominación de la clase burguesa sobre la obrera (porque en América Latina el negro es excepcionalmente campesino) (DUSSEL, 1982, p.95).

Para o pensador de Mendoza (1982), o preconceito adquire em seu nível racista, uma conotação de dominação econômico-política, psicológica (agressividade do dominador, passividade do dominado), simbólica (o diabo é o negro) e ideológica (a raça negra é inferior). Por isso, essa discussão não somente ganha relevância, mas também como negação da negação da opressão, e mais ainda, como afirmação da exterioridade negra africana e da sua dignidade de ser um povo histórico, com tradições, heróis, arte e religião.

Portanto, a leitura de Dussel possui razões políticas que nos auxiliam a compreender a realidade social latino-americana e a adoção de teorias críticas que influenciam a questão racial crítica

brasileira e latino-americana. Para Dussel, “a filosofia é uma prática de libertação, portanto. Por sua vez, ser filósofo é se comprometer com o resgate da vida dos oprimidos, que historicamente travaram lutas de resistência e libertação” (JÚNIOR, 2012, p. 211).

Assim, o presente artigo está organizado em três tópicos. Neste primeiro tópico, reiteramos a contribuição de Enrique Dussel enquanto um pensador que busca tematizar de forma radical a América Latina sob recorte racial. Ao fim, buscamos pensar filosoficamente a realidade latino-americana a partir das categorias “interculturalidade, exclusão, raça e libertação” na compreensão dusseliana, as quais revelam a necessidade de questionar e refletir a subjugação do negro e a condição daqueles que historicamente estão postos como subalternos pelo projeto societário capitalista.

Interculturalidade, exclusão e libertação como categorias para a questão racial na América Latina

Destacamos que estas três categorias mencionadas são de fato centrais para se compreender que o debate racial e político. Primeiramente, à questão da exclusão. Sobre o uso que este termo possui, Oliveira (2004, p. 60) sinaliza que:

a partir do último quarto do século XX, o termo exclusão começou, gradualmente, a ocupar espaços na literatura social, especialmente a partir da área das políticas públicas. Hoje, está fortemente presente em todas as áreas. Na maioria das ciências sociais, é empregado como se fosse um conceito científico de uso corrente, que já não mais precisasse ser definido; no campo das políticas públicas e da assistência social, constitui-se, inconfundivelmente, em alvo prioritário das ações; até mesmo certos movimentos religiosos, cujo conceito de “pobre” transcende o significado sociológico, renderam-se ao magnetismo do “excluído”. Quem são, entretanto, os excluídos? Ora o termo refere-se às minorias étnicas, ora aos segregados pela cor; por vezes aos desempregados de longa duração, outras vezes aos sem-moradia; em certos casos, aos que fazem opções existenciais contrárias à moral vigente, em

outros aos portadores de deficiências, aos aidéticos, aos velhos ou mesmo aos jovens. Excluídos, entre nós, são os desempregados, os subempregados, os trabalhadores do mercado informal, os sem-terra, os moradores de rua, os favelados, os que não têm acesso a saúde, educação, previdência etc., os negros, os índios, as mulheres, os jovens, os velhos, os homossexuais, os alternativos, os portadores de necessidades especiais, enfim, uma relação quase interminável (2004, p. 160).

O debate do conceito de exclusão na dimensão racial é fundamental para a compreensão do mundo capitalista, pois a mesma decorre das mesmas relações sociais alienadas que determinam a marginalidade do negro na sociedade. Os argumentos acima expõem as raízes do tema da exclusão, que encontra no debate sobre raça, pertinência. Com isso, chegamos ao exame da segunda categoria: a *interculturalidade*. Para isso, tomaremos como alicerce a contribuição do educador Paulo Freire. Sendo assim:

A interculturalidade em Paulo Freire tem como referência, não apenas a compreensão de que há diferenças entre as culturas e tensões entre elas, mas, sobretudo, a valorização das relações interculturais, que pressupõe a dialogicidade e a eticidade. Relações de respeito que se dimensionem como uma síntese cultural, viabilizando a dinâmica criadora do processo de produção cultural (OLIVEIRA, 2012, p. 120).

Sendo assim, a questão da interculturalidade no pensamento educacional freireano é crítica, considerando que a mesma problematiza a estrutura social vigente evidenciando as relações de poder e possui como ponto de partida o processo histórico de submissão e subalternização. Freire preocupa-se com as práticas de desumanização e exclusão que privilegiam uns sobre outros, naturalizando as diferenças e ocultando a desigualdade social (OLIVEIRA, 2012). Há nesta questão um tensionamento cultural por serem diferentes nas relações democráticas, inclusive por se acharem num permanente processo de construção (FREIRE, 1993a). Ou seja, caracteriza-se por ser uma criação histórica e que implica a

convivência num espaço de culturas diferentes. Neste viés, compreendemos a tese da “unidade na diversidade”; a necessidade de reconhecer a diferença entre culturas, especificidades das opressões, mas também, de que a luta pela libertação tem de ser coletiva, congregando forças políticas (OLIVEIRA, 2012).

Desse modo, a interculturalidade freireana aponta para a relevância das relações entre as culturas, não se restringindo à questão de se compreender a cultura do outro. O importante é compreender a relação entre as culturas (FREIRE, 2004). Logo, “[...] o problema é de relação: a verdade não está nem na cultura de lá e nem na minha, a verdade do ponto de vista da minha compreensão dela, está na relação entre as duas” (FREIRE, 2004, p. 75). Podemos dizer que:

Paulo Freire, então, aponta nas relações interpessoais, a necessidade de não se impor ao outro a forma de ser de uma dada cultura, mas também de não se negar ao outro a curiosidade de saber mais do que a sua cultura propõe, existindo, nesta relação de respeito à cultura do outro, certa complexidade (OLIVEIRA, 2012, p. 122).

À vista disso, reconhecer as diferenças pressupõe o “respeito ao outro” e à “identidade cultural do outro”, pois o respeito ao outro implica na recusa e oposição radical à discriminação de qualquer tipo: racial, de gênero, de classe, cultural etc. (FREIRE, 2001a). Para Freire e Faundez (1985), é importante o descobrimento do Outro, das diferenças, para a descoberta do ser humano, e da importância de partir do Outro, “como cultura, uma cultura diversa”, rumo à práxis transformadora da realidade.

Dussel (2004, p. 199) colabora na discussão reafirmando outros elementos:

O diálogo intercultural presente não é apenas, nem principalmente um diálogo entre os apologistas de suas próprias culturas, que intentariam mostrar aos outros as virtudes valores de sua própria cultura. É, antes de tudo, o diálogo entre os criadores críticos de

sua própria cultura (intelectuais da “fronteira”, entre a própria cultura e a Modernidade). Não são dos que meramente defendem de seus inimigos, senão os que primeiramente recriam desde os supostos críticos que se encontram na sua própria tradição cultural e da mesma Modernidade que globaliza. A Modernidade pode servir como um catalizador crítico (se a usa a mão experta da crítica da própria cultura). Mas também, não é sequer o diálogo entre os críticos do “centro” metropolitano com os críticos da periferia cultural. É, antes de tudo, um diálogo entre os críticos da periferia, um diálogo intercultural Sul-Sul, antes de passar ao diálogo Norte-Sul.

Dussel entende que nas culturas indígenas da América Latina, existe uma afirmação da natureza mais integrada, ecológica, sociobiodiversa e mais necessária do que o modo como a modernidade capitalista a define, uma vez que a reduz a algo explorável, vendível e destrutível (DUSSEL, 2004). Para ele, a morte da natureza é um suicídio coletivo da humanidade e a cultura eurocêntrica, globalizada e hegemonizada, nada aprendeu do respeito à natureza que existe em outras culturas, supostamente mais atrasadas, segundo os paradigmas desenvolvimentistas. Esse princípio ecológico dusseliano também pode reconhecer o melhor da modernidade (não negando radicalmente, mas superando-a dialeticamente), buscando integrar seus desenvolvimentos científicos e tecnológicos a outros modos de produzir, se organizar socialmente e criar culturas. Assim, Dussel (2004, p. 207) visualiza uma América Latina como/enquanto totalidade, não ocultando sua complexa constituição conflituosa interna sempre presente, embora reconheça:

Claro que há “muitas” Américas Latinas, mas ante o cético de sua existência, esta visão daria razão à pulverização nacionalista. Também explicaria tomar a América Latina como um todo, o fato de que quando se efetua um diálogo intercontinental (como no qual temos participado frequentemente entre África, Ásia e América latina e, ainda na Europa ou Estados Unidos), tende-se a falar de América latina como uma unidade (que de todas as

maneiras existe, já que um maia ou um aymara são povos originários, mas latino-americanos, porquanto tem feito uma parte de sua história, ao menos os últimos quinhentos anos, junto aos mestiços, crioulos, aos afro-latino-americanos etc.).

Para o filósofo argentino, a Filosofia da Libertação reitera o sentido de que toda filosofia intercultural já está “determinada” pelo diálogo intercultural *crítico* seguindo os critérios de suas “vítimas” (excluídos) da sua própria cultura (DUSSEL, 2004). Sendo assim, Dussel (2004, p. 208) se coloca frente à questão intercultural da seguinte maneira:

Não advertir sobre assimetrias entre as culturas atuais e as assimetrias entre os atores intraculturais, é perder de vista a referência originária do pensar crítico. Esta referência às vítimas, desde a especialidade periférica da “fronteira” como “ponto de partida” do diálogo, é o tema originante de todos os demais na *Filosofia da Libertação*, e, por isso, igualmente de um diálogo *crítico* intercultural. Opino que a articulação com a negatividade da vítima é de novo o pressuposto irrefutável (para expressar-me como K. O. Apel). Por tudo isso, o conceito de “*trans-modernidade*” supõe também a categoria da vítima, de Exterioridade (a extensão cultural das vítimas da Modernidade), e um diálogo *crítico* intercultural também o supõe, ou, caso contrário, a interculturalidade se tornaria apologética, folclórica ou populista (ao não considerar a *negatividade* como ponto de partida).

Finalizando a trilha de nossa reflexão, trataremos da *libertação*. O método de Dusseliano implica uma opção ética e uma práxis histórica concreta. Evidencia-se que deve aliar o rigor teórico especulativo e a ação ético-política a favor da libertação humana, uma vez que, a indiferença compactua com o sistema vigente. Pois não é pela lógica e a eficácia que devemos mensurar o conhecimento, mas pelo seu caráter humanizador e justo das relações sociais. Ou seja, para Dussel é por meio da Ética da Libertação que se “permite o (auto) reconhecimento das vítimas do sistema-mundo (dominados: operários, índios, escravos, etc. e discriminados:

mulheres, idosos, incapacitados, imigrantes, etc.), bem como o descobrimento de suas alteridades e autonomias, negadas pelo sistema-mundo vigente” (OLIVEIRA e DIAS, 2012, p. 98).

Considerações finais: aproximações em torno do debate racial

À luz do que foi exposto, consideramos que a abordagem racial na América Latina não é algo recente, embora este debate careça de sistematizações maiores, bem como de uma crítica mais consistente dos seus problemas.

Apontamos que o pensamento racial na AL vem se desenvolvendo contra os fundamentos de uma matriz eurocêntrica capitalista, cuja tradição tem na geopolítica atual do “desenvolvimento sustentável” sua nova forma de colonização/exploração. Do outro lado, temos “respostas críticas com o novo protagonismo, a partir das lutas locais/regionais de camponeses, de povos indígenas e de afroamericanos que no contexto geopolítico que se abre pós anos 1960, passam a ter condições de se expressar à escala internacional, inclusive se apropriando dos vetores ecológico e tecnológico” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 16).

Surge então, um horizonte político que busca a afirmação da interculturalidade para os estudos raciais, indicando o rompimento de uma lógica excludente e o desigual e o respeito da cultura do diverso. Tal lógica não deve estar alicerçada nos direitos individuais e da propriedade privada, mas, sobretudo, na efetivação da “libertação” que constitui o conceito de raça na modernidade (MIGNOLO, 2017).

Dussel interpela a reflexão racial, de modo que reafirma a “consciência ético-crítica” das vítimas, dos oprimidos, dos condenados da terra, em comunidade transformadora” (SILVA, 2012, p. 104). O filósofo argentino, em proximidade com a perspectiva de Freire, parte em sua reflexão da pobreza e dependência da AL no sistema-mundo, buscando entender a

atividade filosófica como análise e contextualização da realidade que se encontra o povo latino-americano, os pobres e as diversas culturas que têm seu direito de viver negado e balizado pelo modo de produção capitalista. Dussel e Freire, em resumo, querem efetivar uma “práxis libertadora” que tem concretudes sociais e políticas, frente a lógicas excludentes e desiguais para o ser humano e destrutivas da natureza.

Portanto, a *Ética Libertadora* de Dussel pretende contribuir noutra realidade a ser construída pelos *povos e culturas* no contexto de supressão da dignidade humana, visto que se trata de uma rebeldia encarnada na história em favor dos expropriados e oprimidos. Tendo isso em conta, podemos assinalar que:

a proposta da ética dusseliana é, antes de tudo, um esforço de decifrar o ser da realidade latino-americana. Trata-se de enfrentar um problema, um desafio, porém, também uma esperança, uma perspectiva, um compromisso. Nesse âmbito, a responsabilidade pelo outro constitui um dos pilares para a superação dos grandes problemas humanos. Se formos responsáveis uns pelos outros, especificamente pelos excluídos e pelas vítimas, o projeto em todos os níveis (político, erótico, pedagógico, ecológico, econômico) a ser construído é lutar para que se efetivem a justiça e a libertação (SILVA, 2012, p. 106).

Dussel, em sua tese central, busca mostrar o lugar da AL na história universal da qual a mesma foi “excluída” (FORNET-BETANCOURT, 2004) diante de todas as atrocidades cometidas que produziram uma série de vítimas que até hoje marcam o *ethos* latino-americano.

É por isso que a inversão hermenêutica se concretiza numa argumentação que quer tirar a *Ameríndia* do encobrimento eurocêntrico, mostrando seu lugar na história da humanidade a partir, precisamente, de seu lugar próprio, ou seja, desde sua visão. Esse passo representa o momento culminante na argumentação de Enrique Dussel. Nesse nível desmonta-se a construção histórica eurocêntrica em todas as suas figuras e se lhe opõe, desde a

percepção ameríndia, a realidade da invasão e da resistência (FORNET, BETANCOURT, 2004, p. 57).

A conclusão a que chegamos, é que para o filósofo argentino, a AL deve ser afirmada como “povo uno” buscando o desenvolvimento e a defesa de uma *cultura latino-americana* que expresse o projeto de libertação do seu povo. “É nesse contexto que Dussel enfatiza a necessidade de elaborar uma ética material da vida. Se a vida em sua materialidade, em sua corporalidade é negada (fome, miséria, violência, etc), urge questionar radicalmente o sistema vigente objetivando destruí-lo, pois ele é a causa da morte de milhões de seres humanos” (SILVA, 2012, p. 98).

Em termos de dimensão racial, a posição de Dussel coloca-se oposta àqueles que defendem a existência de culturas como mundos da vida incomunicáveis, já que o autor tem como objetivo desenvolver uma filosofia de diálogo e uma comunicação intercultural entre os vitimados pelo sistema-mundo moderno colonial. Sua *Filosofia da Libertação* entra assim em diálogo crítico evidenciando as possibilidades de realização de um diálogo desde a afirmação da alteridade e respeito com os excluídos. Tal diálogo só é possível e inicia-se com uma crítica radical ao modo de produção capitalista e à razão moderna, eurocêntrica e violenta, postulando como horizonte a afirmação e o reconhecimento do “Outro”, do excluído.

Segundo Dussel (ALONSO, 2009), o “princípio material” de respeito à vida deve estar presente em todas as culturas permeando um diálogo intercultural a partir das próprias culturas e com o ambiente. Ainda como contribuição para a pesquisa raciais em Dussel, nos possibilitam pensar que a superação da colonialidade se faz pelo respeito à outridade do outro (povos, culturas, historicidade, modos de viver, ecologia, etc). A interculturalidade e a libertação pensadas à luz dos elementos de sua filosofia querem contrapor uma concepção ideológica de sociedade que expressa, reproduz e fundamenta a colonização que marca nossos saberes,

práticas e poderes. A rigor, a descolonização do saber exige uma consciência histórica das suas origens, caminhos e novos horizontes políticos possíveis.

A contribuição crítica de Dussel para a pesquisas raciais, consiste na crítica à sociedade capitalista ancorada em categorias libertadoras, acompanhadas pelo respeito aos povos originários e tradicionais, sua cultura, seus costumes e modos de produção, firmando o diálogo de saberes que vise o enfrentamento do projeto civilizatório eurocêntrico e possibilite a afirmação de identidades próprias. Para o pensador argentino:

Pero todo esto debe articularse explicitamente con la cuestión de la clase oprimida en el sistema capitalista dependiente latinoamericano. La lucha por la liberación del negro es una lucha por la afirmación de la negritud desde un proyecto de liberación nacional con las otras razas oprimidas y hacia un sistema socialista latinoamericano. Sin esta concreción sociopolítica estratégica, la liberación racial puede transformarse en un absoluto, en un reformismo y, al fin, dispersar los esfuerzos y se señalar falsos enemigos. La cuestión no es el «blanco», sino el «blanco» dominador en el capitalismo. Tomar cualquier «blanco» como enemigo, por el hecho de ser blanco, es no discernir qué «blancos» usan el racismo en su provecho; y es, al mismo tiempo, perder aliados «blancos» oprimidos por los mismos dominadores de blancos y negros (DUSSEL, 1982, p. 95).

Referências

ALONSO, T. E. Dussel: filosofía de la liberación y diálogo intercultural. *Revista Internacional de Filosofía*, nº 47, 2009, p. 107-122.

CASALI, A. Paulo Freire e outras correntes do pensamento e ação. O Pensamento complexo, Teologia da Libertação, Justiça restaurativa, Teatro do Oprimido e Planejamento estratégico e situacional. In: SILVA, Inácio da Silva (Org.). *O Pensamento de Paulo Freire como matriz integradora de práticas educativas no meio popular: ciclo de seminários*. São Paulo: Instituto Pólis, 2008. p. 9-20.

- COSTA, C; LOUREIRO, C.F.B. Educação Ambiental Crítica: uma leitura ancorada em Enrique Dussel e Paulo Freire. Ufmt, *Revista Geoaraguaia*, v. 3, n. 2, 2014. P.
- DIAS, A; OLIVEIRA, I. Um olhar Dusseliano sobre a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire: contribuições para a epistemologia do sul. In: OLIVERIA, I; ARAÚJO, Monica; CAETANO, Vivianne (Orgs.). *Epistemologia e Educação: reflexões sobre temas educacionais*. Belém: PPGED-UEPA, 2012, p. 24-35.
- DUSSEL, E. *Ética da Libertaçāo: na idade da globalizaçāo e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *Filosofia da liberaçāo na América Latina*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1980.
- _____. Transmodernidade e Interculturalidade (Interpretação desde a Filosofia da Libertaçāo). In: FORNET, BETANCOURT, R. Interculturalidade: críticas, diálogo e perspectivas. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004. p. 159-208.
- _____. Informe sobre la situacion em América Latina. *Concilium*, 1982. p. 87-95.
- FORNET, BETANCOURT, R. Interculturalidade: críticas, diálogo e perspectivas. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: UNESP, 2001.
- _____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993a.
- _____. *Pedagogia da tolerância*. São Paulo: UNESP, 2004.
- _____. ; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *A Educação na cidade*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995a.
- _____. *Pedagogia da Esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1994b.

- JÚNIOR, Fernando Altemayer. Paulo Freire e a Teologia da Libertação. In: *O Pensamento de Paulo Freire como matriz integradora de práticas educativas no meio popular: ciclo de seminários*. SILVA, Inácio da Silva (Org.). São Paulo: Instituto Pólis, 2008. p. 13-15.
- JÚNIOR, José Cavalcante. A perspectiva filosófica de Enrique Dussel: De uma filosofia da libertação à um pensamento crítico à ideologia de exclusão. *Sophia: Colección de Filosofía de la Educación*. Nº 12. Quito: Editorial Universitaria Abya-Yala, p. 207-218.
- _____. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, P. (Coord.). *Identidades da Educação Ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do meio Ambiente: 2004. p. 65-84.
- MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro I, Tomo II. In: SINGER, Paul (Coord). *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1996.
- MIGNOLO, Walter. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. RBCS Vol. 32 n° 94 junho/2017. p. 1-18.
- OLIVEIRA, A. Sobre o alcance teórico do conceito “exclusão”. Porto Alegre, *Revista Civitas*, 4, nº 1, jan.-jun. 2004, p. 159-188.
- PINTO, Vicente; ZACARIAS, Rachel. Crise ambiental: adaptar ou transformar? As diferentes concepções de educação ambiental diante deste dilema. *Educ. foco*, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 39-54, set 2009/fev 2010.
- SILVA, José Vicente Medeiros da. Filosofia, responsabilidade e educação em Enrique Dussel. *Perspectiva Filosófica*, Recife, v. II, n. 38, ago./dez. 2012, p. 91-107.
- STRECK, D; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- _____. Paulo Freire: uma breve cartografia intelectual. In: STRECK, D; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 15-22.
- OLIVEIRA, I; ARAÚJO, Monica; CAETANO, Vivianne (Orgs.). *Epistemologia e Educação: reflexões sobre temas educacionais*. Belém: PPGED-UEPA, 2012.

OLIVEIRA, I. Cultura e interculturalidade na educação popular de Paulo Freire. São Paulo, *EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, n. 25, jan./jun. 2011, p. 109-124.

OLIVEIRA, I.; DIAS, A. Ética da libertação de Enrique Dussel: caminho de superação do irracionalismo moderno e da exclusão social. Caxias do Sul, *Conjectura*, v. 17, n. 3, p. 90-106, set./dez. 2012.

ZANOTELLI, J. Educação e descolonialidades dos saberes, das práticas e dos poderes. *Revista de Educação Pública*, v. 23, n. 53, 2014, p. 491-500.

ZITKOSKI, J. A Pedagogia freireana e suas bases filosóficas. In: GHIGGI, Gomercindo, SILVEIRA, Fabiane; PITANO, Sandro. (Orgs.). *Leituras de Paulo Freire*. Pelotas: Seiva, 2007. p. 229-248.

Direitos sexuais e identidade de gênero são direitos humanos – onde está a ideologia?

Marcelo de Trói

O objetivo desse artigo é oferecer argumentos para demonstrar que os direitos sexuais e as identidades de gênero devem ser pensados como direitos humanos. O pesquisador inicia a discussão sobre o conceito de ideologia, revelando o que está em jogo quando se articula a ideia de “ideologia de gênero”, uma das bases do Escola Sem Partido. Com apoio, na filosofia, na psicanálise, e rememorando os marcos dos direitos humanos e suas relações com os direitos sexuais, o artigo demonstra como discussões relacionadas ao tema se refletem na cultura e no comportamento. O texto revela ainda como a invenção de polêmicas a partir de temas que dizem respeito à vida de populações minorizadas fornece uma blindagem à implementação de políticas neoliberais.

Inicialmente, convém pensarmos que o conceito de ideologia sofreu diversas transformações desde que surgiu em 1801. Marilena Chauí (1980) fez uma genealogia do termo para demonstrar a maneira como ideologia e dominação de classe estão intimamente ligadas. O próprio Marx, criticando os ideólogos alemães, conservou “o significado napoleônico do termo: o ideólogo é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real” (CHAUÍ, 1980, p.11). É de “inversão de relações” que se trata o surgimento e ascensão do termo “ideologia de gênero”, pois, pretende-se, com isso, confundir a sociedade com ideias que não encontram base na realidade, ao contrário, a realidade aponta quem são os verdadeiros ideólogos do

gênero que exigem, não sem violência, que uma única forma de existência seja legitimada e possuidora de direitos. Mas não basta perpetuar a hegemonia, o que se coloca, na atualidade, é o impedimento de que outras pessoas tenham acesso aos direitos previstos constitucionalmente: o respeito à pessoa e aos direitos humanos, sem distinção.

Questionando o senso comum no campo político conservador de que os assuntos emergentes relacionados aos gêneros e as sexualidades se tratam de “ideologia de gênero”. Ao contrário, tais temáticas se inserem no contexto dos direitos humanos e indicam uma mudança social em curso, sendo consequências da luta pela visibilidade de populações historicamente marginalizadas e minorizadas. Veremos que os/as acusadores/as são os/as verdadeiros/as ideólogos/as de gênero, ou seja, transformam as “ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo” (idem, p.36). A classe a qual me refiro é a dos grupos que atingiram hegemonia social intrinsecamente ligados a uma maneira compulsória, colonial e histórica de lidar com tudo que se relaciona ao gênero e à sexualidade¹. Não à toa, tais ideólogos/as se escondem em ideias como o Escolas Sem Partido que defende uma “isenção” falaciosa a respeito do conhecimento. A ideologia do Escola Sem Partido, como veremos, visa o silenciamento dos/as professores/as e do conhecimento, para garantir uma visão que não encontra base nos fatos, nem nas Ciências.

Outra manipulação fundamental para esses grupos é a noção de direitos humanos. Eles já se expressam sem pudor e afirmam o lema higienista: “direitos humanos para humanos direitos”. A sugestão do bordão punitivista é que, na sociedade, por natureza, há bons e maus, os que são “direitos” e os merecem e os que não são. E é evidente que, nessa lógica canhestra, quem vai definir quem está do lado bom ou mau também são “eles”. Tais argumentos

¹ Paul Preciado afirma que papéis e práticas sexuais, atribuídos “naturalmente” ao sexo masculino e feminino, são um “conjunto arbitrário de regulações” que permite a exploração de um sexo sobre o outro (PRECIADO, 2014, p.26).

expressam nenhuma preocupação com os efeitos dessas falas políticas no cotidiano, contrariando as noções de convivência, civilidade, isonomia, laicidade e todos os princípios da Constituição de 1988. Na visão dos que conquistaram hegemonia social, a saber, a sociedade heterossexual branca, reprodutiva e cisgênera², não há humanidade, por exemplo, nas travestis e pessoas trans, vítimas preferenciais da violência³ no Brasil, tão pouco nas pessoas negras, grupo majoritário nas prisões e nos assassinatos em massa nas periferias urbanas. Essa hegemonia congrega operários, empresários, pobres, ricos e contraventores e outras forças aparentemente antagônicas da estrutura social, mas que se unem a partir do campo conservador em prol de seu mundo. Essa classe também é responsável e guardiã de um outro tipo de produção, a produção de subjetividades alinhadas ao ideal do patriarcado e àquilo que visa conservar o modo paranoico da sociedade a partir de Édipo⁴ (DELEUZE, GUATTARI, 2010), ou seja, um sujeito dócil, que deseja as forças repressoras sob as quais está assentada toda a lógica fascista e capitalista, com alta capacidade de produção da axiomática, em suma, produção da “verdade” incontestável, com promessa de felicidade futura. Operando pela falta, cumprir com as expectativas sociais desses grupos, com casamento e filhos, lhes conferem um outro status social. E, curiosamente, segundo hipótese da pesquisadora Mônica Barbosa, com a qual corroboro, essa classe é movida por rancor e frustração, pois mesmo alimentando as expectativas engendradas pela hegemonia, suas vidas são

² Cisgênero diz respeito à pessoa que está confortável com o gênero atribuído no nascimento. Para compreender a relação entre colonialismo, cisgêneridade e normatividade, consulte Vergueiro (2015).

³ Dados de 2008-2015 do Transgender Europe – TGEU 2017 revelam o calamitoso número de 2.190 travestis e pessoas trans assassinadas em todo o mundo, sendo o Brasil responsável por 868 mortes. Dados disponíveis em: <<http://transrespect.org/es/>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

⁴ O chamado Complexo de Édipo é uma das bases da psicanálise criada por Sigmund Freud e teve como inspiração o mito de Sófocles (sec. V a.C.). Para Freud, se trata de um conceito universal para compreender o desenvolvimento humano e a formação do inconsciente a partir da perspectiva da “falta”. Deleuze e Guattari (2010) criticaram a universalidade do conceito e, numa longa argumentação, demonstraram que ele é uma ficção, sendo o inconsciente uma produção incessante de fluxos e desejos.

insuportáveis, com infelicidade, violência e depressão. Além de cooptar esse exército ungido por deus no axioma “ide e multiplicai-vos”, essa hegemonia também constrói discursos que tiram a qualidade de humano de determinadas pessoas.

Ao responder a pergunta sobre “quem tem direito aos direitos humanos”, Berenice Bento (2017) afirmou que a “humanidade” das pessoas não é autoevidente: “Quando se mata uma travesti, a motivação do crime está na negação daquele corpo em coabitar o mundo humano, que é dividido em homem-pênis e mulheres-vagina” (BENTO, 2017, p.24). Ela conclui que tensionar a compreensão do que é direito humano evidencia as disputas travadas para dizer quem é ou não humano.

Esse tensionamento se faz necessário nos dias atuais, quando forças alinhadas ao autoritarismo têm rifado os direitos humanos de determinadas pessoas. Na minha análise (e isso está sugerido por muitos pesquisadores), o crescimento da extrema direita no Brasil, antidemocrática, do “cidadão de bem” (SOLANO, 2018) está ligada a uma conjuntura que aponta para a implantação de um capitalismo de desastre (KLEIN, 2008) no Brasil, ou seja, um modelo de mercado que explora a crise, uma doutrina de choque, que tem o objetivo de radicalizar o neoliberalismo com a precarização da vida e do campo social em detrimento do lucro. As questões de gênero e sexualidade são vistas como ameaça à hegemonia e encontraram adesão no campo social a partir da moralidade, da fragilização e deterioração política e econômica do país, na criação de inimigos públicos:

O fantasma da “ideologia de gênero” tem contribuído para angariar adesão a grupos de interesses que defendem pautas que representam o primeiro grande retrocesso em matérias de cidadania desde a Constituição de 1988. Da citada censura ao termo gênero nos planos de educação, à reforma trabalhista, à tentativa de flexibilização das normas contra o trabalho escravo, às propostas de “leis da mordaça” até as perseguições ao trabalho

intelectual, artístico e docente que marcaram os últimos anos. (MISKOLCI, 2018, p.11).

Se a criação do termo “ideologia de gênero” serviu para unificar o campo conservador em aproximação com pautas neoliberais, ele não deixa de refletir uma crise no regime de produção da verdade e na epistemologia do gênero binário. Voltemos ao seio familiar, onde essa história cruzada entre o campo social e subjetivo começa. Quando a mãe vai ao médico fazer o ultrassom, mais do que identificar problemas de saúde, ela vai para saber se o bebê que está em sua barriga é “mulher ou homem”, o que em tese se resume em descobrir se o feto tem vagina ou pênis. A partir dali, uma série de procedimentos e discursos pré-elaborados terão início, o que inclui separar o que pertence a cada um dos “gêneros” binários. Quarto e roupas azuis para os meninos, cor-de-rosa para as meninas, futebol para os primeiros, boneca para as segundas. Regras sobre como se sentar, se vestir, falar como “homem” ou “mulher” permearão toda infância e boa parte da vida adulta. Essa construção discursiva das práticas e relações de gênero e sexualidade é o que Judith Butler, eleita a bruxa a ser queimada na nova inquisição pelos conservadores, chama de caráter performativo do gênero, ou seja, maneiras de ser e práticas expressas em “atos performativos”, discursos que estabelecem relação de verdade, autoridade e autenticidade, e sem os quais não existiria gênero algum (BUTLER, 2003).

Considerando que as cores vão ser impostas como pertencentes a determinado “gênero”, que brinquedos e brincadeiras serão interditados, que relações afetivas sexuais serão incentivadas desde a infância em prol da “preservação” da família e da heterossexualidade, que provas a mais serão necessárias para afirmar tais práticas como uma “ideologia de gênero”? Dentre muitos aspectos, o que torna a ideologia⁵ impossível de se remover

⁵ Deleuze e Guattari (2010) consideram a ideologia um conceito ruim que ocultaria os verdadeiros problemas que estariam na infraestrutura. O desejo, para eles está, no campo da produção social e do

é a ideia de que ela não é produzida pelos seres humanos, mas, ao contrário,

(...) atribuem a origem da vida social a forças ignoradas, alheias às suas, superiores e independentes (deuses, Natureza, Razão, Estado, destino, etc.), de sorte que as ideias cotidianas dos homens representam a realidade de modo invertido e são conservadas nessa inversão, vindo a construir os pilares para a construção da ideologia. (CHAUÍ, 1980, p.33)

Essa evidente ideologia de gênero terá como ferramenta a violência simbólica e física para os que não se adaptarem a obrigatoriedade. São atitudes compulsórias, normatizadoras, coerções, imposições que todos os indivíduos sofrem tão logo nasçam, a exemplo das pessoas intersexuais, ou seja, corpos que possuem uma ambiguidade corporal que não permitirá designá-los como machos ou fêmeas. Muitos bebês, tão logo ocorra o “diagnóstico”, são submetidos à cirurgia de “designação sexual”, nem sempre por uma questão de saúde ou risco de morte, mas por uma questão “estética” que, em última instância, se trata de genericar compulsoriamente e rapidamente quem se encontra na linha cruzada dos sexos. Isso é feito pelo olhar do médico, quase sempre de maneira patologizante, como analisa Garbelotto (2016) em sua pesquisa que se estende para o campo do Direito:

A partir do olhar do fenômeno da intersexualidade, tendo como lente os direitos humanos, a submissão da pessoa ao “tratamento” pela equipe multidisciplinar, ainda muito jovem, sem condições de escolha, pode retratar uma afronta aos princípios constitucionais, em especial aos direitos humanos, incluindo nele o direito ao próprio corpo (autodeterminação) e o direito à história pessoal. (GARBELOTTO, 2016, p.72)

inconsciente, não tendo a ver com ideologia, mas com o colocar em risco o inconsciente de um grupo ou de um período.

Se os problemas, para muitos desses corpos, começam antes ou desde o nascimento, para os que se enveredam para os caminhos desviantes da norma não será menos violento. Qualquer identificação com códigos e práticas do gênero que não lhe foram atribuídos/as ao nascimento, ou mesmo uma desidentificação com o gênero binário, desinteresse sexual, será motivo para coerções sociais que se estendem para adolescência e a vida adulta. No caminho da discriminação e na violação de direitos, a escola, depois da família, vai ser o laboratório da violência:

As inúmeras teses e pesquisas produzidas por pesquisadores (as) de universidades brasileiras apontam que a escola é um dos espaços mais violentos para as crianças que apresentam comportamentos “não adequados” para os “costumes heterossexuais”. Não basta falar de *bullying*, palavra asséptica, que não revela o heteroterrorismo a que essas crianças e adolescentes são submetidos. A reiteração de agressões verbais e físicas contra meninos femininos e meninas masculinas desfaz qualquer ilusão de que a heterossexualidade é um dado natural. Desde que nascemos, somos submetidos diariamente a um massacre: “Comporte-se como menina, feche as pernas, seja homem, menino não chora”. A produção da heterossexualidade é um projeto diário e violento. (BENTO, 2017, p. 198).

Por isso, é tão importante pensar numa política pública para educação que possa contemplar os direitos humanos, um maior respeito às diferenças, evitando o terrorismo contra essas pessoas, discriminação que leva a evasão escolar. Para as pessoas cisgêneras, ou seja, que estão confortáveis com o gênero atribuído no nascimento, o mundo está muito mais aberto, mesmo com outra orientação sexual (e, diga-se de passagem, que não seja aparente, que seja “discreta”; caso contrário as violências também acontecem). Contudo, para aquelas que performam feminilidade, para as pessoas que transitam de um gênero para outro, incidem violências estruturais terríveis porque a cisgeneridade é vista como padrão de normalidade (VERGUEIRO, 2015). Tudo o que está fora

disso é patologia, amparada por boa parte da medicina e das ciências psi, totalmente inseridas e filtradas pelos conhecimentos cis coloniais implantados na estrutura social e em todas as suas instituições. Contra esse poder hegemônico, o Estado é quem deveria proteger a vida de seus cidadãos. Garantir a vida a todas as pessoas, independente de suas orientações sexuais e identidades de gêneros, é um pressuposto que está na base das primeiras noções de direitos humanos.

Os direitos humanos são um conjunto de saberes, políticos, sociais, culturais e jurídicos, que visam proteger a dignidade humana, sem distinção, e que possuem como marco a Declaração Universal de Direitos Humanos das Nações Unidas, que completa 70 anos em 2018. A declaração surgiu em meio ao mundo horrorizado com a残酷 do ser humano depois de duas guerras mundiais. As lideranças procuraram estabelecer direitos inalienáveis que pudessem orientar a humanidade até mesmo em momentos extremos de destemperança. Antes de 1948, outros documentos também tiveram como base a proteção da pessoa, como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789 (França), a Carta Americana de Direitos, de 1791 (EUA), a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, de 1948 (Colômbia). A Declaração da ONU, de 1948, impulsionou a criação de pactos entre os países-membros e esses direitos foram reconhecidos constitucionalmente em várias nações (VARGAS, 2007 apud BARBOSA, 2016). Após esse período, diversas outras conferências internacionais foram realizadas com vistas a garantir e ampliar tais direitos. Uma das mais emblemáticas foi a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo, de 1994, “precursora do tema direitos sexuais, embora o termo não apareça em seu relatório final, senão nas ressalvas feitas pelos representantes dos países que são contrários ao conceito” (BARBOSA, 2015, p.60). Em 1995, na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, na China, o conceito de gênero e o empoderamento feminino foram inovações do evento, mas foi ali mesmo que se

cunhou a noção de “ideologia de gênero” por parte de intelectuais laicos e lideranças religiosas católicas, a partir da “divergências entre o pensamento feminista e seus interesses” (MISKOLCI, 2018, p.4). Para Rogério Junqueira, a categoria “ideologia de gênero” é uma invenção católica articulada entre os meados dos anos 90 e início dos anos 2000, uma “retórica reacionária antifeminista” fundada pela “Teologia do Corpo” do Papa João Paulo II com a colaboração de Joseph Ratzinger, justamente para fazer frente as conferências de 1994 e 1995: “a matriz católica do discurso antigênero, a ofensiva contra a ‘ideologia de gênero’ passou a contar com (...) mais do que simples adesão, as igrejas neopentecostais souberam se apropriar dessa retórica, sobretudo na América Latina” (LOWENKRON, MOURA, 2017, sp). Dez anos depois, já no século XXI, outros eventos foram realizados na tentativa de avançar. Em 2009, o Brasil lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos:

O documento inova ao incluir em seu texto a “desconstrução da heteronormatividade”, mas o faz atrelado a questão das identidades homossexuais. As ações programáticas do Objetivo Estratégico V, que visam a “garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero” e o reconhecimento e “inclusão nos sistemas de informação do serviço público de todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais” geram protestos das alas conservadoras da sociedade, especialmente da bancada dos evangélicos na Câmara dos Deputados. (BARBOSA, 2015, p.72)

No parlamento brasileiro existem discussões acumuladas sobre o tema e muita desinformação a partir da atuação das bancadas evangélicas com deus, a família e seus discursos homofóbicos. Contudo, esses grupos não podem ser considerados os únicos responsáveis pela assimilação e divulgação do termo pejorativo “ideologia de gênero”, como explicou Miskolci (2018). A disseminação da falsa noção de ideologia de gênero também estaria associada a outros grupos contrários à ampliação do direito “sexuais e reprodutivos na América Latina”, à preocupação com as demandas

de cidadania pela população LGBT e ao reconhecimento das uniões estáveis na Argentina, em 2010, e no Brasil, em 2011:

Cerca de uma semana depois do reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro, o deputado Jair Bolsonaro⁶ encabeçou movimento contra o material que seria distribuído nas escolas para enfrentar a discriminação e a violência contra homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais. Apelidando o material de “kit gay”, o deputado logo contou com apoio da chamada bancada evangélica e, de forma menos visível, mas até mais numerosa, de congressistas católicos e conservadores agnósticos. Construía-se, segundo Fernando F. Balieiro (2018), a imagem da criança sob ameaça, estratégia bem-sucedida para atrair a atenção da mídia, conseguir o veto de Dilma Rousseff à distribuição do material e, sobretudo, forjar um movimento contra o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos no congresso. (MISKOLCI, 2018, p.5)

Em 2013, o deputado e pastor Marcos Feliciano (PODE – Podemos, antigo PTN – Partido Trabalhista Nacional) foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, com a conivência do governo Dilma Rousseff (PT – Partido dos Trabalhadores), interessado em manter apoio parlamentar da bancada evangélica no Congresso. Na comissão, o deputado Anderson Ferreira apresentou o Plano de Lei 6583/2013, que propõe o Estatuto da Família. Nos debates sobre o novo Plano Nacional de Educação, em 2014, o movimento Escola Sem Partido, criado em 2004, mas desconhecido até então, passa a difundir o conceito de “ideologia de gênero” e o discurso logo é incorporado pela bancada evangélica e por vários outros grupos (MIGUEL, 2016 apud MISKOLCI, 2018), incluindo jornalistas e formadores de opinião. Revertendo os discursos em prol da humanidade, eles alegavam e ainda alegam que essa “ideologia” vai “destruir a família”, legalizar a “pedofilia”, “transformar meninos em meninas”, o que se trata

⁶ Presidente eleito do Brasil para governar de 2019-2022 pelo PSL – Partido Social Liberal em 28 out. 2018.

apenas de um discurso difamatório contra diversos movimentos que clamam pelo direito das pessoas em relação à identidade de gênero e a orientação sexual, coisas que comumente são embaralhadas⁷ nessas discussões, pois o objetivo é apenas confundir. Em 2015, com a discussão e votação dos planos estaduais e municipais de educação, a ofensiva se alastrou pelo país. Na Bahia, as palavras “gênero” e “sexualidade” foram retiradas do plano estadual de educação depois de um acordo entre o governo de Rui Costa, (PT), e a bancada evangélica, representada pelo deputado estadual Pastor Sargento Isidoro (TROI, 2018).

Contra esses esforços, a educação tem sido um campo em disputa, principalmente porque os ideólogos querem retirar da sala de aula o sentido secular de espaço de discussão, de dúvidas, de questionamento dos poderes instituídos. Ao advogarem pela falácia intitulada “Escola Sem Partido”, tentam aparelhar o ambiente educacional com ideologias voltadas para o ensino religioso, para a demonização da política e do debate, porque assim implementa-se a ideologia que tem por objetivo criar categorias que não são dignas de humanidade e o condicionamento para uma política voltada para a produção da morte, escolhendo inimigos a serem combatidos e eliminados do convívio social. É uma tentativa evidente de “amordaçar o trabalho docente e a tentativa de amordaçar toda e qualquer expressão das diferenças no seio da escola, esta última também atingindo alunos e seus familiares” (VIÉGAS; GOLDSTEIN, 2017, p.13), o que reforça a patologização docente, já que o neoliberalismo “extraí mais produção e gozo do próprio sofrimento” (idem, p.12). Além disso, há um sério de risco da iniciativa criar tribunais morais, descontextualizados, com um pensamento “incapaz de refletir a diversidade existente na sociedade brasileira” (CARA, 2016, p.39). O ataque sistemático às pessoas, a propaganda

⁷ Enquanto a orientação sexual diz respeito às práticas sexuais (hetero, homo, bi e pansexual, por exemplo), a identidade de gênero diz respeito ao modo como as pessoas se sentem e se identificam (mulher cis, homem cis, mulher trans, homem trans, travesti, não binário, gênero fluido, dentre outros).

contra as dissidências de gênero e de sexualidade, o esforço dos verdadeiros ideólogos de gênero, criaram um aparato de repressão e silenciamento que pretende domar os corpos, seja por seu “distúrbio”, analisado pelo saber médico, seja pelo artifício moral e mentiroso da “destruição da família”.

Contudo, do aumento da violência e em reação aos ataques surgiram resistências nessa verdadeira multidão que desobedece às normas, utilizando o próprio corpo em reação, como garantia de direitos, preservação da vida e da sanidade psíquica emocional. A partir da cultura, outros horizontes têm surgido no que diz respeito ao combate à discriminação e à validação de direitos. Os chamados artivismos das dissidências sexuais e de gênero (COLLING, 2018) tem dado contribuições quando a questão é o prolongamento da vida de pessoas e amplificação de vozes dissonantes que não encontram apoio na política tradicional. Dois exemplos são as artistas Linn da Quebrada e Renata Machado. Ambas têm suscitado discussões potentes sobre as mais variadas formas de existência corporais que não obedecem aos padrões e normas estipuladas pelos grupos hegemônicos e, ao mesmo tempo, colocam a arte como campo principal de expressão de suas ideias e proteção de suas vidas (TROI, 2018). Isso demonstra uma certa falibilidade do movimento institucional LGBT, conforme já apontado por Leandro Colling (2015) e aqui sintetizado por Bento quando pensa esses artivismos como,

Outras formas de pensar e fazer política, que entendem a importância do Estado, mas não se rendem ao seu desejo de esfinge, estão acontecendo. Conforme Leandro nos apresenta, parte considerável do movimento institucionalizado LGBT já foi completamente devorado. A “fé” na capacidade da lei em transformar realidades culturais arraigadas me fez lembrar as reflexões de Florestan Fernandes sobre a suposta democracia racial brasileira (BENTO, 2015, p. 15)

Se a noção de “democracia racial” no Brasil não passou de ideologia de uma elite que perpetuou as discriminações de raça,

explorando a mão de obra daqueles que herdaram o ônus do tráfico negreiro e da escravização no país, do mesmo modo, dizer que vivemos uma sociedade igualitária, independente do gênero e da sexualidade, também é uma visão ideológica e um mito que quer esconder a violência diária praticada no Brasil em função da não aceitação das diferenças.

O tensionamento das eleições de 2018 mostrou que a questão dos direitos sexuais e de gênero têm servido como moeda de troca, adesão e união do campo conservador em prol de seus projetos: a implantação de um capitalismo de choque, neoliberal, com o depauperamento do Estado e a drenagem dos recursos públicos que seriam usados em benefício da população para os grupos financeiros e o pagamento de juros da dívida pública. Sob o viés da moralidade e da criminalização das liberdades sexuais e de gênero, essas candidaturas ganham fácil adesão no campo social que diariamente é submetido a uma série de propagandas ideológicas e mentirosas a respeito da segurança, da necessidade do encarceramento em massa, destruição da família, perversão de crianças e, com isso, vão minando a possibilidade de diálogo entre as diferenças. Esses grupos que defendem, em sua maioria, uma agenda ultraliberal na economia, querem o controle do Estado quando se trata da vida privada e da cultura, delimitando o que é humano e quem deve e merece ser tratado com igualdade e respeito.

Contra essa tendência, que parece ser mundial, apesar de estar muito forte na América Latina⁸, amparada pelo neoconservadorismo e governos autoritários revestidos pela legalidade jurídica, diversas práticas de promoção de educação livre dos estereótipos de gênero estão sendo desenvolvidas ao redor do planeta. Para o Conselho da Europa (2015), organização

⁸ *Género, bajo ataque* (2018) é o nome de um documentário dirigido por Jerónimo Centurión que mostra os resultados de um “plano” que vem sendo executado de maneira estratégica. Filmado na América Latina, em países como Peru, Costa Rica e Brasil, o documentário mostra como ativistas e organizações contrários ao reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos atuam para limitar qualquer avanço nesse campo. Disponível em: <www.generodocumental.com>. Acesso em: 08 nov. 2018.

internacional fundada em 1949 em defesa dos direitos humanos em 47 estados europeus, incluindo os 28 que formam a União Europeia, a realização de boas práticas voltadas à igualdade de gênero é central na proteção dos direitos humanos, trazendo mudanças sociais e culturais que beneficiam a todos e todas. Numa das experiências mais emblemáticas, estão cinco pré-escolas estaduais de Estocolmo, na Suécia, com uma política de gênero neutro. A experiência começou em 1998 e o ensino não está voltado para as experiências de gênero com suas diferentes características, gostos e necessidades, mas sim voltado para a democracia. Na escola, todas as crianças são ensinadas a terem as mesmas oportunidades e direitos, as brincadeiras também não são generificadas e os diretores afirmam que estão preparando as crianças para um novo mundo (LEACH, 2016). Por mais que a escola e a produção do conhecimento nunca sejam neutros/as em relação às visões de mundo ou das maiorias constituídas, ela pode ter como meta a construção de um espaço ético, no qual o valor da vida e das individualidades sejam maiores que a vontade de eliminação da diferença. Na publicação *Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade*, a Unesco apresenta equidade de gênero e de direitos humanos estão na base das metas para serem cumpridas até 2030, reafirmando “a posição da educação em sexualidade dentro de um quadro de direitos humanos e igualdade de gênero” (UNESCO, 2018). Uma educação em sexualidade poderia melhorar a triste estimativa de que 20% das mulheres e entre 5 e 10% dos homens reportaram terem sido vítimas de violência sexual, em todo o mundo; ou a notícia de que ao menos 200 milhões de mulheres sofreram mutilação genital.

Como explicado no início desse texto, questões discursivas também formam o gênero e é essa a hipótese de Butler (2003), que contribuiu com a reflexão sobre o caráter discursivo e construtivo do gênero. Isso não equivale a dizer que o gênero é formado apenas pelo discurso, mas que ao definir as práticas e o modo de ser de maneira discursiva, o gênero também é formado. E por que esse argumento incomoda tanto? Por que as práticas sexuais e as

identidades de gênero dissidentes perturbam? Por que a maneira como praticamos sexo, a maneira como nos vestimos, as corporalidades que nos tornam homens, mulheres ou outros gêneros não binários incomodam tanto? Teriam eles a possibilidade de fazer “o mal” a outrem? Por que as feminilidades incomodam tanto? E quando falo “feminino” estou extrapolando a “exclusividade da experiência corpórea” (BENTO, 2017, p.23) tão defendida pelos ideólogos e suas leis criacionistas, e pensando na feminilidade presente em travestis, mulheres trans e cis, em homens cis e trans femininos, sejam homo, hetero ou bissexuais.

Muitos motivos e agenciamentos estão por trás dessas questões, mas talvez Laura Segato e sua investigação sobre o alarmante assassinato de mulheres na fronteira com os Estados Unidos, Ciudad Juarez, nos ajude nessa reflexão. A pesquisadora defende que o Estado tem “dono” e ele está diretamente ligado ao patriarcado. É por isso que os assassinatos em massa de mulheres continuam impunes e tão pouco investigados, porque esse mesmo Estado legal permite a existência de dispositivos ilegais que vão colocar fim justamente à vida de mulheres que presam pela coletividade e que funcionam como ponto de apoio para a existência de outras mulheres.

Nessa perspectiva, igualmente no Brasil, os direitos estão muito pouco assegurados pelo Estado. Na Bahia, em 2015, a Polícia Militar assassinou 12 jovens negros no bairro do Cabula, e a resposta do governador Rui Costa para esse crime foi de que a Polícia “é como artilheiro em frente ao gol”. É na gestão desse mesmo governador, dito como progressista, que se tem destinado frequentemente recursos para clínicas de recuperação de dependentes químicos, em métodos bastante controversos no que diz respeito aos direitos humanos e práticas sistematizadas e declaradas de tortura⁹. Como

⁹ De acordo com dados da lei de transparência divulgados na imprensa, a Fundação Dr. Jesus, espaço para tratamento de dependentes químicos, mantida pelo político, recebeu mais de R\$ 12 milhões do governo do Estado em 2013 e 2014. Um dos métodos de tratamento é a violência física e psicológica, conforme em matéria do Grupo Metrópole, disponível em: <<https://goo.gl/svJbGa>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

acreditar nos marcos jurídicos e constitucionais se eles não são respeitados no Brasil? A própria Lei Maria da Penha, criada em 2006, foi implementada, mas o número de feminicídios e os altos índices de violência contra a mulher ainda persistem por conta da cultura e do machismo estrutural da sociedade (RIBEIRO DA SILVA, 2014). No que diz respeito à população LGBTTQIA+¹⁰, o Brasil ocupa a vergonhosa posição de um dos países que mais mata gays, lésbicas, travestis e pessoas trans do mundo.

Essas questões nos levam a pensar que o Estado, fugindo de sua missão moderna de proteger as populações minorizadas, tem se transformado no principal parceiro daqueles que querem ver a aniquilação das mulheres e dessas populações. Isso também confirma que os marcos jurídicos são insuficientes para promover justiça, preservação e proteção dos direitos. Como pesquisadores da Cultura, acreditamos na importância dos aspectos culturais da máquina social e de que tais aspectos podem se converter em vetores de mudança.

A cultura, com outras práticas, é ponto fundamental para modificar a sociedade, mais do que implementação de leis, que nem sempre serão cumpridas dentro de uma estrutura colonial do Estado; e em se tratando especificamente do Brasil, devemos empenhar ações na criação de convivências em paralelo à disputa nos campos jurídicos e governamentais. A cultura, seja com novas práticas, seja em interface com as artes, funciona como um ponto de adesão desejante, na qual produções artísticas têm servido para problematizar a violência, expressar afeto e, sobretudo, reafirmar outras formas de existência, quase sempre em desacordo com a norma. Assim, pelo corpo, pelos gestos, pela poesia, pela força e contundência de uma apresentação artística, seja ela música, teatro, cinema, performance, estimula-se a sensibilidade do/a espectador/a, convidando ele/ela mesmo/a a modificar seu regime

¹⁰ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais e outras formas subjetivas de sexualidade e identidades de gênero.

de sensorialidade e liberar seus fluxos desejantes, ou seja, abrir-se, desaprisionar o desejo quase sempre interrompido, bloqueado, castrado pelas forças fascistas que mobilizam a formação de sujeitos normalizados. “A esse fascismo do poder, nós contrapomos as linhas de fuga ativas e positivas, porque essas linhas conduzem ao desejo, às máquinas do desejo e à organização de um campo social do desejo” (DELEUZE, 1992, p.30). O desejo se afirma como possibilidade de transformação real, a partir do afeto, porque falar do desejo será falar sobre política também (TROI, 2018, p.130).

É engano pensar que um mundo transfóbico e homofóbico não atingirá também os corpos cis e heteros porque no regime de diferenciação que passa pela leitura do que é aparente todos/as podem ser violentados/as; ou não nos lembramos dos pais com seus filhos que foram agredidos porque “pensaram que eles eram um casal gay” ou da mulher cis que foi agredida porque “parecia uma travesti”? Justificativas como essas que circularam, inclusive, nos meios de comunicação, só devem aumentar nossa indignação e mobilização para a desconstrução de padrões e a desumanização constante e diária a que alguns corpos são submetidos. É preciso revelar e recordar que essas violências estruturais, transfóbicas, travestifóbicas, lesbofóbicas, homofóbicas, partem do mundo que habitamos e que construímos como padrão de normalidade. Parodiando Grada Kilomba (RIBEIRO, 2016), se o racismo é uma problemática branca, a transfobia é uma problemática cisgênera. Sem essa aliança, os direitos humanos nunca poderão se estender a essas pessoas que continuarão sendo eliminadas.

Assim, tratar do respeito aos corpos e às identidades das pessoas jamais poderá ser considerado uma ideologia, mas condição essencial para o desenvolvimento humano e para a nossa localização individual no mundo. A possibilidade de outras experiências de vida, de outras práticas que dizem respeito aos nossos corpos, é premissa de uma sociedade livre e realmente democrática e participativa. Ou esse ideal é apenas retórico e axiomático? Chega de morte.

Referências

- BARBOSA, Mônica. **Poliamor e Relações Livres** – Do Amor à Militância Contra a Monogamia Compulsória. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015
- BENTO, Berenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BENTO, Berenice. Introdução. In: COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismos e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARA, Daniel. O programa “Escola Sem Partido” quer uma escola sem educação. In: A **ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p.44-47.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015.
- COLLING, Leandro. A emergência dos artivismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. **Sala Preta**, v. 18, n. 1, p. 152-167, 30 jun. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v18i1p152-167>>. Acesso em: 17 ago. 2018.
- COUNCIL OF EUROPE. **Gender Equality Commission**, abr. 2015.
- DELEUZE, Gilles. Entrevista sobre O Anti-Édipo (com Félix Guattari). In: **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 23-36.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo** – capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2010.
- GARBELLOTO, Felipe de Campos. **Intersexualidade**: processo de designação sexual como violação aos direitos humanos das pessoas intersexuais. 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LEACH, Anna. It's all about democracy: inside gender neutral schools in Sweden. **The Guardian**, on line, 02 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/teacher-network/2016/feb/02/swedish-schools-gender-alien-concept>>. Acesso em: 23 out. 2018.

LIONÇO, Tatiana. **Homofobia e educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Editora UnB, 2009.

LOWENKRON, Lara e MORA, Claudia. A gênese de uma categoria. Entrevista com Rogério Junqueira. **Clam** [on line], 20 dez. 2017. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=12704>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.53, e185302, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530002>>. Acesso em: 30 set. 2018.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RIBEIRO, Djamila. “O racismo é uma problemática branca”, diz Grada Kilomba. **Revista Carta Capital** [on line], 30 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/201co-racismo-e-uma-problematica-branca201d-uma-conversa-com-grada-kilomba>>. Acesso em: 24 out. 2018.

RIBEIRO DA SILVA, Larissa. Lei Maria da Penha: Violência, Medo e Amor. Da Denúncia ao Perdão. **Revista Jurídica On-line**, [S.l.], v. 1, n. 4, maio 2014. Disponível em: <<http://www.revista.unisal.br/lo/index.php/revdir/article/view/128>>. Acesso em: 23 out. 2018.

SOLANO, Esther. Crise da Democracia e extremismo de direita. **Análise - Friedrich-Ebert-Stiftung**, n. 42, mai. 2018. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

TROI, Marcelo de. **Corpo dissidente e desaprendizagem:** do Teat(r)o Oficina aos a(r)ativismos queer. 2018. 162 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO. International technical guidance on sexuality education – an evidence-informed approach (revised edition), Paris, 2018.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise autoetnográfica da cisgeneride como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VIÉGAS, Lygia de Sousa. GOLDSTEIN, Thaís Seltzer. Escola sem partido, sem juízo e sem bom senso: judicializando e medicalizando a educação. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, jan. jun. 2017, v.14, ano XIV, nº1, p.1-2-. Disponível em:

Diversidade sexual e de gênero: a fragilidade do direito a ter direitos

*Bruna Caumo
Márcia Esteves de Calazans*

As questões LGBTI'S no Brasil vem ganhando maior visibilidade nos últimos anos. Conforme Feldens, Melo e Mota (2017) a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, transexuais e Intersexuais, estão ampliando seus espaços no âmbito da cidadania, através das lutas pelos movimentos sociais que fomentam as modificações nas políticas, sociais e econômicas, aspirando a promoção da justiça, da igualdade e da liberdade.

No entanto, no que tange aos avanços em relação à população LGBTI, “A história da despatologização da homossexualidade é muito recente. Apenas em 1973 ela deixa de ser oficialmente uma doença psiquiátrica e é excluída do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM)”. (SAMPAIO, GERMANO, 2014.) É excluída também do itinerário do Código Internacional de Doenças (CID-10).

De acordo com Antonelli (2013, p.151):

A grande ruptura ocorrida no DSM foi com a chegada, em 1980 da terceira edição do Manual. O DSM III representou um marco na história da psiquiatria, sendo a primeira classificação baseada em critérios diagnósticos considerados explícitos, no qual eram descritos sinais e sintomas de perturbação.

Posteriormente, no DMS IV, em 1994, o diagnóstico, antes considerado de transexualidade, fora substituído por Transtorno de Identidade de Gênero, TIG. Analisando nessa perspectiva, o entendimento de que o diagnóstico de Transtorno de identidade de gênero remetia há um problema relacionado a identidade de gênero. Nesse panorama, no DSM V o Transtorno de Identidade de Gênero foi modificado para Disforia de Gênero, interpretada com uma condição e não um transtorno. Desta forma, mesmo com as modificações, o sentido de patologização do transexualidade não parece ter modificado, pelo contrário, evidencia cada vez mais o que é considerado pela sociedade como normal e anormal, igual/diferente, doença ou não. (ANTONELLI, 2013)

A Organização Mundial de Saúde (OMS), na década de 90, removeu a homossexualidade da lista de doenças mentais. No Brasil, em 1984 a Associação Brasileira de Psiquiatria ratificou o entendimento de que a homossexualidade não incompatibilizaria perda de raciocínio, estabilidade, aptidões sociais e vocacionais, opondo-se a segregação e ao preconceito com os homossexuais. (BENTO e PELÚCIO, 2012).

O movimento gay no Brasil, na década de 1980 num contexto de surto da epidemia da AIDS, trouxe várias ações direcionadas para as pessoas afetadas pelo vírus, entendidas principalmente, para possíveis vítimas, a população LGBTI. Essas ações fortaleceram o movimento homossexual nos países.

De acordo com Bruna Irineu (2014), a doença da AIDS, possibilitou iniciar uma comunicação entre o estado e o movimento social, que até então, era invisibilizado:

O diálogo com o poder público torna-se inevitável nesse período devido ao estigma da “peste gay”, como a aids foi chamada em seu surgimento. A reabertura política e o processo de redemocratização do Brasil foram fundamentais para expansão da produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade, em uma perspectiva distinta das ciências “psi”. Inicia-se, assim, um processo de articulação entre os diversos sujeitos vinculados às

lutas por direitos sexuais, que culminará em estratégias para interferir na formulação das demandas por políticas públicas. (idem, p.165-166).

Assim, conforme coloca Ferreira (2013), no Brasil o movimento LGBTI se organiza por meio do Jornal Lampião, sendo em 1979 o surgimento do primeiro grupo de homossexuais organizado.

Nesse sentido, Avelar, Britto e Mello (2010, p.316) expõem que:

Na primeira década do século 21, percebe-se uma maior politização das demandas do movimento LBTG, que tendem a ultrapassar o patamar de prevenção da epidemia de hiv/aids, marca estrutural de grande parte das reivindicações das duas décadas anteriores. Percebe-se também uma ampliação de formas de se organizar e de defender os direitos deste segmento, especialmente através de ações de advocacy e fortalecimento de redes, grupos e coletivos, além das manifestações massivas que possibilitam o aumento da visibilidade pública das pessoas LTGB, como as paradas do orgulho LGBT.

Assim, Mello, Avelar e Maroja (2012) colocam que apenas a partir de 2001, com a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), vinculado ao Ministério da Justiça, os grupos de ativismo LGBT no Brasil iniciaram reivindicações de políticas públicas com o objetivo de promover à sua cidadania e os direitos humanos.

Esse movimento começou, de certa forma, tarde em relação aos movimentos de mulheres e negros, que serviram como base para sua organização. Mas a partir de 2002, das 518 ações estabelecidas na segunda versão do "Programa Nacional de Direitos Humanos" (PNDH-2), cinco se referiam a orientação sexual como uma forma de dimensão da "garantia do direito à liberdade, opinião e expressão" e dez ações no que concerne à "garantia do direito à

igualdade" de "Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais (GLTTB)". (Mello, Avelar e Maroja, 2012)

Ferreira (2013) aponta que em duas décadas de existência do grupo, apesar dos poucos recursos materiais, este alcançou grandes vitórias no que concerne ao reconhecimento de direitos e a mudança da sigla mudou de GLS para LGBT.

A Constituição Federal de 1988 no que refere à política sexual contemporânea deve destaque:

No momento em que foi elaborada, a chamada “Constituição Cidadã” espelhou a configuração de forças existentes entre diferentes movimentos sociais que à época buscavam transportar para a esfera pública uma série de questões antes consideradas do âmbito da vida privada, muitas delas envolvendo questões relativas ao gênero e à sexualidade. Certas transformações foram expressivas, como a formulação da equidade de gênero como direito constitucional e o reconhecimento legal da existência de diversas formas de família, reflexos claros da pressão de grupos feministas e de mulheres. Já a não inclusão na nova Carta constitucional da “orientação sexual” e da “identidade de gênero” entre as diversas situações de discriminação a serem combatidas pelos poderes públicos evidencia o quanto o contexto político daquele momento era desfavorável para o então chamado Movimento Homossexual Brasileiro ou, como se designa atualmente, Movimento LGBT. (CARRARA, 2010, p.134)

Os autores Mello, Avelar e Brito (2014), destacam que atualmente políticas públicas de segurança são uma das principais demandas do movimento LGBTI brasileiro que se baseia no artigo 144 da Constituição Federal/88, que reconhece a segurança como um dos direitos individuais fundamentais, o artigo quinto, caput e também como direito social o artigo sexto, caput:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária

federal;III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis;V - polícias militares e corpos de bombeiros militares

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

(SENADO, 2016)

No entanto, os dispositivos legais trazidos na Constituição Federal de 1988 não condizem com a realidade: dados demonstram que o Brasil é um dos países que mais mata LGBTI'S no mundo. O grupo Gay da Bahia (2017) revela que “445 LGBTIs foram assassinados no Brasil em 2017. Nunca antes na história desse país registraram-se tantas mortes, nos 37 anos que o Grupo Gay da Bahia (GGB) coleta e divulga tais homicídios”. Nesse sentido, a intolerância cresce no país e consequentemente a resistência contra a mesma. Diante das limitações estruturais da maioria das organizações LGBTI, a violência dirigida para essa população se torna cada vez mais sob o foco da sociedade, conforme Avelar, Brito e Melo (2010).

Ainda destacado pelo Grupo Gay da Bahia, através do relatório elaborado em 2017, infelizmente, no Brasil “a cada 19 horas um LGBT é barbaramente assassinado vítima da “LGBTfobia”, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais.

No que concerne às ações trazidas pelo Estado ao longo desses anos direcionadas a população LGBTI, quatro ações do Poder Executivo se destacam: o Brasil Sem Homofobia (BSH) em 2004, programa que visa o combate à violência e à discriminação contra LGBT além da promover a Cidadania Homossexual; em 2008, a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema "Direitos humanos e políticas públicas: o

caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT)"; a promoção do "Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais" (PNCDH-LGBT), em 2009; e a publicação do decreto que cria o "Programa Nacional de Direitos Humanos 3" (PNDH-3), também em 2009. (MELLO, AVELAR e MAROJA, 2012)

Aragusuku e Lopes explicitam que no programa BSH é traçado "um novo ciclo de políticas LGBT junto ao Estado brasileiro, que se consolidam a partir das políticas advindas do Executivo Federal, sustentadas e impulsionadas por uma forte rede de movimentos LGBT articulada em todo o país." (2014, p.2).

Dentre esses programas se destaca também, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, trazido pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa do Ministério da Saúde.

Essa política traz um amparo à população LGBTI, reconhece que a discriminação resultou na exclusão dentro do processo de saúde-doença da população LGBTI. Estabelece, com isso, tratamento igualitário na saúde, com respeito e sem preconceito ou exclusão.

Através da Portaria nº 2836 de 1º de Dezembro de 2011 fora instituída, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, cujo objetivo geral é:

Promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo (Política Nacional de Saúde Integral LGBT, 2013).

Essa política busca promover o direito à saúde de forma igualitária, evidenciando assim a população LGBTI que sempre fora estigmatizada no que concerne às doenças sexualmente

transmissíveis e excluídas também no âmbito da saúde, direito este estabelecido pelo artigo 196 da Constituição Federal de 1988:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (SENADO FEDERAL).

Nesse sentido, o Ministério da Saúde, em 2010, através do Plano Nacional de Enfrentamento de AIDS e das DST entre Gays, HSH e Travestis (Brasil, 2008), aponta que gays e bissexuais masculinos tem maior vulnerabilidade ao vírus HIV, o que está vinculado especialmente à homofobia e segregação às quais estão expostos, principalmente os mais jovens. A impossibilidade de manifestar sua orientação sexual no interior da família e nos locais públicos define o exercício clandestino da sexualidade.

Conforme dados da Ministério Da Saúde (2010):

A violência a qual a população LGBT está exposta consta do 3º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil (NEV-USP, 2006). Entre 2003 a 2005, aconteceram 360 homicídios de gays, de lésbicas e de travestis no Brasil. O documento registra ainda que a maior incidência de assassinatos ocorre na Região Nordeste e acomete principalmente gays. Diante da complexidade da situação de saúde do grupo LGBT e, especialmente, diante das evidências que a orientação sexual e a identidade de gênero têm na determinação social e cultural da saúde, o Ministério da Saúde construiu essa Política para o SUS.

Assim, Popadiuk, Oliveira e Signorelli (2016), colocam que o esforço do Ministério da Saúde para pôr em prática a Política Nacional de Saúde Integral para população LGBTI, se funda na garantia do acesso à saúde de pessoas trans, no acesso em ações de vigilância em saúde, na formação de profissionais para a qualificação do atendimento e na avaliação e monitoramento das ações em saúde.

No entanto, o debate no que tange as políticas públicas para população LGBTI é recente e necessita de amplas estruturações para que esse quadro de desigualdade, violência e preconceito se altere, principalmente no âmbito da saúde, que, apesar de recentemente, a OMS (Organização Mundial da Saúde) “deixou de considerar a transexualidade como um transtorno mental. [...] A última revisão desta norma havia sido feita 28 anos atrás (BENITO, 2018). Considerado um avanço e, principalmente, um reconhecimento mundial, no entanto, no Brasil, mesmo com políticas estabelecidas para a inserção dessa população dentro do SUS, o sistema ainda é falho, e o preconceito percorre por todos os lados da sociedade, necessitando ainda de muitos esforços.

Igualmente, evidenciando a efetivação dos direitos sexuais que ocorreram nos últimos 20 anos, a decisões trazidas pelo judiciário se tornam uma prática muito importante no reconhecimento dos direitos:

Para a aferição dos direitos dos LGBT legitimou- -se, portanto, ao poder Judiciário a resolução de demandas que à luz do papel que lhe é atribuído não se antecipa aos fatos sociais e isso significa que os direitos da população LGBT terão, primeiramente, que ser descumpridos ou mitigados para que se habilite o interesse de agir em busca da prestação jurisdicional, em especial com relação ao direito à sexualidade, que representa a gama de direitos ligados à orientação sexual, a identidade de gênero e à própria liberdade sexual.(FELDENS, MELO e MOTA, 2017, P.82).

No entanto, as decisões trazidas pelo judiciário, se referem principalmente aos direitos mitigados a população LGBTI que tiverem que ser repensados, por nunca serem estabelecidos. Dessa forma, pode-se analisar legitimidade algumas questões relacionadas ao direito de igualdade à população LGBTI.

De acordo com Albernaz e Kauss (2015), na entrada dos anos 2000, foram feitas reformas normativas, no entanto, relacionadas mais a preceitos administrativos no que tange as questões de uniões de mesmo sexo. Somente em 2011, o Supremo Tribunal Federal, por

meio da Ação Declaratória de Inconstitucionalidade nº 4277/2011 e a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132/2011, estabeleceu por direcionar o regime jurídico da união estável às uniões de mesmo sexo a todos os estados da federação brasileira.

O não reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo provocaria a violação dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, conforme artigo 1º, inciso III, da proibição de discriminações odiosas artigo 3º, inciso IV, da igualdade e da liberdade artigo 5º, *caput*, e da proteção à segurança jurídica, exigindo dos cartórios de registro civil o registro da declaração de união civil entre pessoas de mesmo sexo. No entanto, somente a partir da Resolução nº 175/2013, aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), fora estabelecido que os cartórios de todo o País não poderiam mais recusar-se a modificar a união civil em casamento, possibilitando o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Posterior a esses direitos adquiridos, outras questões começaram a vir em decorrência da possibilidade do casamento de pessoas do mesmo sexo. No que tange ao direito previdenciário, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) regulou, através da Instrução Normativa nº 45/ 2010, o direito à concessão de benefício ao companheiro ou companheira homossexual, integrando ao rol dos dependentes, para pensão por morte e auxílio-reclusão. A decisão trazida pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) em 2017, firmou ainda mais os direitos da população LGBTI, o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu que união estável e o casamento possuem igual valor jurídico no que se refere aos direitos sucessórios, estando os sujeitos casados ou com união estável para com parceiros do mesmo sexo, assegurada a condição como herdeiro.

No que trata o tema de adoção por casais de mesmo sexo, a primeira possibilidade ocorreu com a manutenção do registro de adoção a um casal de mulheres gaúchas pelo Superior Tribunal de Justiça no ano de 2010. Assim, a partir do primeiro caso, outros

casais começaram a pleitear seus direitos. Destacou-se o Recurso Especial nº 1199667/MT (STJ), julgado em 2011 pela Terceira Turma, de uma ação de Reconhecimento de União Homoafetiva *post mortem*, onde o cônjuge requeria a adoção de uma criança, que fora adotada pelo parceiro falecido, e se encontrava abandonada numa instituição, reconhecendo que o melhor espaço para essa criança não seria crescendo em uma instituição. (ALBERNAZ e KAUSS, 2015)

Outro ponto de grande relevância está na decisão trazida em 2017 pelo Superior Tribunal de Justiça para pessoas transexuais, permitindo, independentemente da realização de cirurgia de redesignação sexual, alteração do sexo no seu registro civil. O entendimento foi sustentado pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que acolheu o requerimento de alteração do prenome e do gênero de uma pessoa transexual. O colegiado firmou que o direito dos transexuais à modificação do registro civil não pode ser vinculado aos procedimentos cirúrgicos, pois este só se produz mediante a vontade dos sujeitos e a fatores médicos e econômicos. (BAHZ, 2017)

Já o tema LGBTIfobia, é complexo, pois as tentativas de criminalização foram até então não reconhecidas, em principal o projeto de Lei da Câmara nº 122 de 2006 promovido, inicialmente, pela Deputada Federal Iara Bernardi no ano 2001, Projeto de Lei nº 5003. O projeto visava alterar a Lei do Racismo (lei 7.716/89) em conjunto com o Código Penal e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para estabelecer os crimes resultantes de ódio, discriminação ou preconceito relacionados à gênero, sexo e orientação sexual, definindo tipificações e demarcando as responsabilidades dos atos e dos agentes do delito. No entanto, essa proposta de projeto de lei ainda continua no Congresso. Discriminar outrem por sua orientação sexual, não é considerado crime próprio no Brasil, como o crime de racismo (ALBERNAZ e KAUSS, 2015). Conforme Maria Berenice Dias (2012, s/p):

É enorme preconceito de que são alvo, a perseguição que sofrem, a violência de que são vítimas. E ainda assim não existe uma legislação que reconheça direitos a gays, lésbicas bissexuais, travestis e transexuais, ou criminalize os atos homofóbicos de que são vítimas.

Nesse sentido, o delito mediante o ódio por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Intersexuais é simplesmente invisibilizado pelo nosso Estado, que não prioriza as populações vulneráveis, que são as que mais sofrem com a falta de legislações, políticas, ações e programas, favorecendo o sistema binário, patriarcal e heteronormativo que a nossa atual conjuntura vive.

Por esta razão, analisar os mecanismos utilizados pelo estado, com o intento de promover a equidade para população LGBTI, se faz necessário, na medida que a partir desses avanços evidenciados acima forem colocando em prática, dentro do país, dos estados e dos municípios.

Buscar conceitos que esclareçam a luta por direitos e políticas públicas para a população LGBTI nos estabelece o quanto o estado promove uma igualdade em suas legislações e como funciona a prática deste.

Lutas, desafios e os movimentos LGBTI'S

No Brasil, os movimentos LGBTI'S começaram a se pronunciar, segundo Mendes (2010), no final da década de 1970, mais precisamente em 1978, sendo o Jornal Lampião da Esquina o primeiro propagador da comunidade homossexual no Brasil. Em seguida, conforme André Cabette Fábio (2017) o jornal abriu espaço para participantes Lésbicas, que originou um novo jornal, depois transformado em boletim intitulado “ChanacomChana”, vendido no Ferro's Bar no centro de São Paulo.

Figura 7: Edição de agosto de 1978 do Jornal 'O Lampião da Esquina'. Fonte: Nexo Jornal (2017).



Posteriormente, nasce em São Paulo o primeiro grupo homossexual estruturado, denominado SOMOS, para em seguida surgir o SOMOS no Rio de Janeiro, o Movimento Lésbico em São Paulo, o Grupo Gay da Bahia, Grupo Lésbico da Bahia, entre outros.

De acordo com Ferreira (2013), na década de 1980, na cidade de São Paulo surgiu o primeiro encontro nacional de homossexuais, e assim no decorrer dos anos os grupos gays se propagam pela América Latina e pelo mundo.

No entanto, a década de 1980, conforme mencionado anteriormente, foi marcada pelo cenário da Epidemia da AIDS, etapa marcada pelo retrocesso relacionado ao preconceito, com a associação da homossexualidade a doenças, na proporção em que a democratização apresentava-se em abertura para relações com o

Estado, principalmente no campo da saúde que envovia respostas sociais à AIDS e com os novos partidos políticos.

Nesse sentido, este período se destacou, pois através da ascensão da AIDS, os movimentos LGBTI se motivaram para a luta contra o preconceito e a desestigmatização, que se tornou um aspecto central no concerne ao reconhecimento das questões LGBTI no cenário nacional. Neste período, os primeiros grupos ativistas começaram a transitar para o processo de onguização, fundamentado na necessidade de legitimar a demanda de financiamento para desenvolvimento de atividades para prevenção da AIDS. (IRINEU, 2009)

Conforme Mendes (2010), o surgimento nos anos 90 das parcerias com o Estado para o combate à AIDS deram estímulo ao aumento de grupos ativistas, de lésbicas e de travestis, originando assim uma maior diversificação trazendo vários sujeitos do movimento homossexual da sigla LGBT, impulsionando o surgimento das paradas do Orgulho LGBT, campanhas para o reconhecimento legal das relações homossexuais e pelo combate ao preconceito e a violência contra estes, introduzindo assim, o termo “homofobia”.

A sociedade em sua história, conforme Santana e Beneveto (2013), se transforma de acordo com o padrão de desenvolvimento da produção, dos valores e normas sociais. Na dimensão em que ocorrem essas alterações, as mesmas alcançam as representações de gênero, que concebem as funções de cada um em seu modelo de ser. Trata-se de uma concepção cultural que ultrapassa os séculos, passando pelas representações transmitidas de geração em geração e que, edificada como cultura, define o papel do homem e da mulher com âmbitos diferenciados e antagônicos.

Ainda no entendimento de Santana de Beneveto (2013, s/p)

Inúmeros são os instrumentos de socialização para conformação de identidade de gênero. Relações sociais complexas interagem em diversos níveis, sejam eles no âmbito familiar, comunitário e nas políticas públicas que se fazem presentes, não só no domínio das

práticas, mas também no domínio psíquico. Tais relações definem-se, portanto, pela colocação de papéis sociais, representações e expectativas de comportamentos, partindo de uma caracterização biológica do masculino e do feminino, da masculinidade e da feminilidade.

De acordo com Facchini, a literatura traz que (2016, s/p):

[...] o surgimento do movimento homossexual desempenha um papel crucial num processo de disputa entre dois modos de perceber a sexualidade no Brasil: o tradicional – em que os parceiros numa relação homossexual são hierarquizados e respectivamente relacionados a papéis sociais e sexuais relativos aos dois sexos biológicos (bicha-bofe, fancha-lady) – e o moderno

– em que os parceiros são vistos a partir de uma lógica igualitária e a orientação do desejo se torna mais importante para nomeá-los dos que papéis sociais relativos a noções de masculino e feminino ou a atividade e passividade sexual (homossexual-homossexual, entendido(a)-entendido(a) ou gay-gay).

Nesse sentido, mesmo que o entendimento tradicional no Brasil tenha suas raízes conservadoras e burguesas, o entendimento moderno quanto à homossexualidade no país traz as percepções no que concerne ao feminino e o masculino e posteriormente a atividade sexual a partir desses conceitos, independente do sexo biológico do indivíduo.

Apesar de os movimentos LGBTI terem alcançados, nessa trajetória, avanços quanto aos seus direitos igualitários, o Brasil se identifica com um dos países mais violentos e que mais assassina Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) no cenário mundial, de acordo com o Grupo Gay da Bahia (2015). Esse dado demonstra a dimensão da intolerância da discriminação ainda vivida no país.

Nesse sentido, de acordo com Irineu (2009), os movimentos que surgiram na década de 1960 e 1970, possibilitaram assimilar

uma lógica normativa que foi imposta por modelos e regras a serem seguidos, subordinando comportamentos sexuais e de gênero.

No entanto, mesmo com a chegada desses movimentos e os grandes avanços que estes trouxeram quanto à luta pela igualdade, o modelo brasileiro ainda se configura em uma lógica de desigualdade social.

De acordo com Letícia Lanz (2015, p.127) o instrumento binário de gênero:

[...] está na base da organização social. Qualquer coisa que ameace a estrutura binária de gênero é tratada como afronta e subversão da ordem pública, econômica, cultural e religiosa da sociedade. Indivíduos gênero-divergente são um perigo para a ordem instituída, devendo por isso ser localizados, reprimidos, vigiados, invisibilizados e excluídos, antes que se tornem um perigo real para toda a sociedade.

Destarte, Golin (2013, p.75) evidencia que todas as instituições e poderes “colocaram, predominantemente, a sexualidade dos homossexuais de forma negativa e sempre associada a um tipo de desvio moral, sexual e de caráter. Essas opiniões permearam nossa cultura ocidental”.

Sob esta ótica, Berhing (2006) traz que, no Brasil, a vinda do neoliberalismo ocorreu de uma forma lenta, o que está associada com “a força do processo de redemocratização e questões político-econômicas internas”, identificando na “consolidação conservadora burguesa” (Berhing apud Irineu, 2009) a marca da intolerância, sendo que esta tem raízes e sentido político.

Conforme Sierra e César (2014, s/p) a ideia de governabilidade neoliberal e identidades LGBTI's, “estão relacionadas com as formas de produção de corpos e vidas ajustados aos processos de classificação, correção e normalização que impõem aos sujeitos LGBT um modo de vida operado a partir da heteronormatividade”.

Assim de acordo com Chamberlain (2005, s/p) o neoliberalismo, ao reconhecer a diversidade sexual, trabalha no sentido de maior produtividade para o mercado:

Em um país capitalista dominante os direitos são (re)interpretados pela ideologia neoliberal, como o direito a integrarmos as forças livres do mercado como trabalhadores e consumidores. Assim, no mundo do trabalho, o reconhecimento da diversidade sexual poderá ser justificado em nome de uma maior produtividade dos trabalhadores LGBT, uma vez que estes se sintam aceitos e integrados aos seus locais de trabalho. A diversidade em todas suas formas é um conceito que se vende bem em certos tipos de empresas, pois está associada a uma maior capacidade de inovação e adaptação. Mesmo assim, a aceitação social se ajusta à capacidade de expressar preferências como consumidores. Em uma economia competitiva, os mercados LGBT atraem cada vez mais a cobiça de todos os tipos de comerciantes. Este comércio contribui para a mercantilização dos indivíduos, das identidades, das culturas em escala nacional e internacional.

De acordo com Chauí (1980, p.90) “Através do Estado, a classe dominante monta um aparelho de coerção e de repressão social que lhe permite exercer o poder sobre toda a sociedade, fazendo submeter-se às regras políticas.”

Os movimentos sociais brasileiros, conforme Irineu (2009), especificadamente o movimento LGBTI, nas últimas décadas, reivindicaram políticas sociais, principalmente políticas para o reconhecimento de diferenças. Que foi marcada pela relação entre o Estado e a sociedade civil na trajetória dos movimentos sociais a partir da Constituição Federal de 1988 e a construção de políticas públicas, em especial, através dos espaços de controle social, denominados Conselhos Gestores de Políticas Públicas.

Deste modo, Golin (2013, p.74) coloca que:

A sexualidade aparece nas mais variadas situações na vida das pessoas, como no trabalho, na escola, nos espaços públicos e é atravessada por relações de poder. Assim, ela rompe a fronteira do

privado e se torna mais uma das questões de interesse público. Este é o motivo que existe o movimento organizado. Para denunciar e expor as demandas das pessoas que sempre estiveram, de alguma forma, excluídas do processo democrático em virtude de sua sexualidade.

Na atualidade brasileira a referência dos movimentos LGBTI's são as manifestações e protestações populares, como a Parada do Orgulho LGBTI. As manifestações têm por objetivo a luta pelo reconhecimento de direitos, e principalmente a proteção legislativa, isto é, o alcance de leis que amparem a violência e a discriminação dessa população.

Mendes traz que em razão do baixo nível de autocritica social de uma cultura machista e heteronormativa no Brasil, o país se torna carente de uma legislação de proteção para a população LGBTI.

Sob esta ótica, Moraes (2013, p.135) conduz que:

[...] precisamos ter a compreensão de que a nossa sociedade, através de políticas cotidianas, sistemáticas ou não, busca homogeneizar e organizar os corpos numa lógica binária homem-mulher, na qual as categorias de gênero, sexo e de orientação sexual são violentamente articuladas, produzindo uma aparência fixa que se encontra difusa no corpo social. Nesse processo, o que é produzido socialmente é historicamente apagado, acarretando na naturalização do que, de fato, é efeito de relações de poder que submetem aqueles/as mais abaixo na pirâmide (não brancos/ as, não heterossexuais, expressões de gênero discordantes, obesos/as, não ocidentais, pobres, entre outros marcadores da inferiorização).

Considerações finais

Assim, a nossa sociedade, ainda, através das relações de poder, impõe uma lógica heteronormativa, onde somente sujeitos através da relação binária homem-mulher, são pessoas de direitos, quem por virtude de sua sexualidade não incorpora essas regras, é

apagado. Conforme Bento e Pelúcio (2012, p.575), “Discutir gênero é se situar em um espaço de lutas marcado por interesses múltiplos. A natureza do gênero é ser desde sempre cultura.” A sociedade e o Estado evidenciam em uma condição de invisibilidade. Mesmo com as dificuldades de recursos, os movimentos LGBTI no Brasil atingiram grandes conquistas. No entanto, conquistas que, em comparação com o trágico cenário de preconceito no país, precisam ainda ser levadas adiante e necessitam do suporte legislativo, econômico e social, para combater tamanha desigualdade social.

Contudo, essas mudanças, ou avanços, ocorrem principalmente pela iniciativa da própria população LGBTI que muitas vezes buscam o poder judiciário para reivindicar esses direitos, já que mesmo os direitos humanos sociais e fundamentais que visam amparar toda a população de maneira igual, são negados à população LGBTI. Foi a luta dessa população, dos movimentos que trouxeram alguns avanços no judiciário, pois o mesmo em sua natureza não os ampara. De acordo com Moraes (2003, p.39): O conjunto institucionalizado de direitos e garantias do ser humano que tem por finalidade básica o respeito a sua dignidade, por meio de sua proteção contra o arbítrio do poder estatal e o estabelecimento de condições mínimas de vida e desenvolvimento da personalidade humana pode ser definido como direitos humanos fundamentais.

Os Direitos Humanos Fundamentais têm por alcance a garantia da dignidade, e o estabelecimento de condições minimamente básicas para a população, resta estes visarem todos os indivíduos sem distinção. Os direitos sociais conforme Bertramello (2013) incumbem à chamada segunda dimensão dos Direitos Fundamentais, nesse sentido, não são meros poderes de agir, são poderes de exigir. O capítulo II da Carta Magna, em especial o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, estabelece os direitos sociais: direito a educação, a saúde, a alimentação, ao trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos

desamparados. No entanto, no que concerne à população LGBTI, esses direitos só puderam se materializar pela luta dessa população e, cabe salientar, ainda são resistidos.

Assim, o que interessa a sociedade, consequentemente é de interesse público, no entanto o Estado tem como característica um histórico de repressão e omissão de direitos. O Brasil não detém de um sistema de proteção social concreto. Conforme Machado, a realidade brasileira é marcada “[...] pela negação de direitos civis e políticos, e os direitos sociais, quando viabilizados, ainda são tomados como instrumento de controle do Estado sobre a sociedade.” (2012, p.41) Conforme Maria Valéria Correia: Na economia capitalista, o Estado tem exercido o ‘controle social’ sobre o conjunto da sociedade em favor dos interesses da classe dominante para garantia do consenso em torno da aceitação da ordem do capital. Esse controle é realizado através da intervenção do Estado sobre os conflitos sociais imanentes da reprodução do capital, implementando políticas sociais para manter a atual ordem, difundindo a ideologia dominante (2005, p.6667)

Essa classe dominante que a autora evidencia, é a classe patriarcal compulsória, heteronormativa e fechada que só beneficia o sistema binário dentro da sociedade brasileira. Estas questões se fazem presentes na pesquisa, principalmente no que tange ao não reconhecimento dos direitos da população LGBTI, na busca do enfrentamento de uma desigualdade social estabelecida desde o princípio no país. De acordo com Maria Costa Correira (2005, p.69):

A participação social nas políticas públicas foi concebida na perspectiva do ‘controle social’ no sentido de os setores organizados da sociedade participarem desde as suas formulações – planos, programas e projetos –, acompanhamento de suas execuções até a definição da alocação de recursos para que estas atendam aos interesses da coletividade.

Nesse sentido, o caminho da população LGBTI por um espaço de participação na sociedade é difícil, e é com a ação dos movimentos sociais no grande papel na reivindicação por igualdade

(GOHN, 2011) que estes evidenciam a realidade social, e a partir disso estabelecem propostas. Buscando atuar em diversos espaços e redes, planejar ações coletivas que encaminham como resistência à exclusão e direcionam pela inclusão social, constroem e amplificam o empoderamento dos atores da sociedade criando sujeitos sociais para esse desempenho nas redes. No que tange aos direitos, observa-se em nossa sociedade a existência de um ponto em comum, para que avanços ocorressem. Nesse sentido, existiram papéis imprescindíveis, os dos movimentos sociais da população LGBTI ao reivindicarem seus direitos ingressando no judiciário para pleiteá-los; dos operadores do direito, advogados, por ingressarem com o requerimento dessas reivindicações, identificando os direitos e as deficiências legislativas, que sim, são direitos que precisam ser reparados; dos juízes, desembargadores e ministros que proferiram essas decisões visando esses direitos, mas que sem o passo inicial do movimento social e da população LGBTI não seria visibilizada. Contudo, esses avanços, precisam ainda ser ampliados, pode se dizer nessa trajetória, que houve sim avanços, mas que existem, em uma proporção de equiparação, mais retrocessos, diante da violência, do mercado de trabalho e do meio social.

A busca da população LGBTI por um espaço de participação na sociedade ainda enfrenta um longo caminho. A cerca de duas décadas, já se evidenciava a necessidade de mudança no nosso sistema democrático. No ano 2000, o sociólogo Borón, analisava o retrocesso na democracia que se encaminha para o nosso atual cenário político. Vivemos um momento de hesitação política e democrática: Esse panorama, já é visível, com desigual intensidade, em várias das novas democracias de nosso continente. O aumento da violência e da criminalidade, a decomposição social e a anomia, a crise e a fragmentação dos partidos políticos, a prepotência burocrática do executivo, a capitulação do Congresso, a passividade da Justiça, a corrupção do aparato estatal e da sociedade civil, a ineficácia do Estado, o isolamento da classe política, a “mão dura” para os pequenos delinquentes e, last but note least, o ressentimento e a frustração das

massas constituem a síndrome dessa perigosa decadência institucional de uma democracia reduzida a uma fria gramática do poder, expurgada de seus conteúdos éticos.(BORÓN, 2000, p.110)

Dessa forma, entende-se que, para enfrentar a violência e o preconceito, é necessário priorizar a educação, por meio da construção de políticas públicas afirmativas.

Logo, se faz necessário resistir, e reconstruir um projeto de sociedade buscando avançar em direitos e políticas públicas para a promoção da equidade.

Referências:

- ALBERNAZ, Renata Ovenhaulsen; KAUSS, Bruno Silva. **Reconhecimento, igualdade complexa e luta por direitos à população LGBT através das decisões dos tribunais superiores no Brasil.** 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000300007>. Acesso em: 15 Jul 2018.
- ANTONELLI, Patrícia de Paulo. **Medicalização da sexualidade: algumas reflexões sobre o manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - (DSM).** 2013. Disponível em :<<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/1603/1526>>.Acesso em: 8 Jul 2018.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Políticas Públicas, Políticas Sociais e Políticas de Saúde: algumas questões para reflexão e debate.** 1989. Disponível em:<file:///D:/CRISTIANE/Downloads/84772-118751-1-PB.pdf>. Acesso em: 16 JUL 2017.
- AVELAR, Rezende Bruno; BRITO; MELLO, Luiz . **A (in)segurança pública que o Estado Brasileiro oferece à população LGBT: mapeamento crítico preliminar de políticas públicas.** 2010. Disponível em:<https://sertao.ufg.br/up/16/0/Texto_8_Seguranca_-versao_final.pdf.pdf>. Acesso em> 19 JUL de 2017.
- BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas.** 2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200017>.Acesso em: 9 Jul 2018.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BERTRAMELLO, Rafael. **Os direitos sociais: conceitos, finalidades e teorias.** 2013. Disponível em: < <https://rafaelbertramello.jusbrasil.com.br/artigos/121943093/os-direitos-sociais-conceito-finalidade-e-teorias>>. Acesso em: 17 de AGO 2017.

BEZERRA, Alana Rodrigues; SOUSA, Antonia Danicleide Pereira; MAIA, Luana Pereira; MATIAS, Luciana Araujo Cabral; SILVA, Luciana Bessa. **Movimento LGBT: Breve contexto histórico e o movimento na Região do Cariri.** 2013. Disponível em:< http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17121-o8072013-173342.pdf>. Acesso em: 29 Jul 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade.** 14^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CAMPOS, Marta Silva; TEIXEIRA, Solange Maria. **Gênero, Família e Proteção Social: as desigualdades fomentadas pela política social.** 2009. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/html/1796/179615654003/>>. Acesso em: 3 de AGO 2017. CANABARRO, Ronaldo. **História e direitos sexuais no Brasil: o movimento LGBT e a discussão sobre a cidadania.** 2013. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/historiaedireitoscanabarro.pdf>>. Acesso em: 25 de Jul 2017.

CARRARA, Sérgio. **Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo.** 2010. Disponível em:< <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2316/1749>>. Acesso em: 19 JUL 2017.

CARRARA, Sérgio; RAMOS, Silvia. **A constituição da Problemática da Violência contra Homossexuais: a Articulação entre Ativismo e Academia na Elaboração de Políticas Públicas.** 2006. PHYSIS: Ver. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n.2, p. 285- 205.

CHAMBERLAIN, Line. **Mundialização neoliberal e os movimentos LGBT.** 2005. Disponível em:< <http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/06/FF-57.pdf>>. Acesso em: 27 de Jul 2017.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças^I; LOBO, Lilia Ferreira^{II}; DO NASCIMENTO, Maria Lívia. **Por uma invenção ética para os Direitos Humanos.** 2008.

Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000200007>. Acesso em: 7 de AGO 2017.

DIAS, Maria Berenice. **A homofobia e a omissão do legislador.** 2012. Disponível:<[http://www.mariaberencice.com.br/manager/arq/\(cod2_612\)a_homofobia_e_a_o missao_do_legislador__rlatorio_azul.pdf](http://www.mariaberencice.com.br/manager/arq/(cod2_612)a_homofobia_e_a_o missao_do_legislador__rlatorio_azul.pdf)>. Acesso em: 8 Jul 2018.

DRUZIAN, Andressa Sihe; SCHERER, Flávia Luciane. 2012. **Políticas Sociais, Participação e Controle Social: Desafios à Gestão Pública Municipal.** Disponível em:< <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/viewFile/10036/8772>>. Acesso em: 19 de Out 2017.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas Públicas e Gênero. In: GODINHO Tatau e SILVEIRA, Maria Lúcia da (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

FACCHINI, Regina. **SOPA DE LETRINHAS: O movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.** 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1232/facchini-regina.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 de Jul 2018.

FACCHINI, Regina. **Histórico da luta LGBT no Brasil.** 2016. Disponível em: http://www.crpssp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historic.o.aspx Acesso em: 28 de Jul 2017.

FÁBIO, André Cabette. Jornal Nexo. **As Trajetórias e conquista do Movimento LGBT Brasileiro.** 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro>>. Acesso em: 2 Mar 2018.

FALCONI, Nathalia Moreno; DOS SANTOS, Jurandir José. **Evolução Histórica dos Direitos Humanos.** Disponível em:< <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1712/1634>>. Acesso em: 10 de AGO 2017.

FAQUIN, Evelyn Secco; PAULILO, Maria Ângela Silveira. **Política social e controle social: estratégias de ampliação de direitos humanos.** 2009. Disponível em:< <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/viewFile/10036/8772>>. Acesso em: 20 de Out 2017.

- FELDENS, Dinamara Garcia; MELLO, Lilian Jordeline Ferreira de; MOTA, Marlton Fontes. **A legitimidade da população LGBT aos direitos sexuais para uma cidadania plena.** 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/bruna/Desktop/ARTIGO%20AREA%2032/4456-13760-1-PB.pdf>>. Acesso em: 14 de Jul 2018.
- FERREIRA, Bruno. **A história do Movimento LGBT.** 2013. Disponível em:<<http://historiabruno.blogspot.com.br/2013/06/a-historia-do-movimento-lgbt.html>>. Acesso em: 28 de Jul 2017.
- FRANCO, Lucas Nascimento. **Políticas públicas no Brasil voltadas para a população LGBT: reflexos que o Movimento enfrenta com relação à sociedade civil**. 2017. Disponível em: <[https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20739/1/Pol%C3%A7%C3%ADticasP%C3%B0B%C3%81licasBrasil%20%281%29.pdf](https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20739/1/Pol%C3%A7%C3%ADticasP%C3%B3B%C3%81licasBrasil%20%281%29.pdf)>. Acesso em: 9 JUL 2018
- FREY, Claus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** 2000. Disponível :<<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em: 15 JUL 2017.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade do saber.** Tradução de
- HERMANY, Ricardo. **Gestão Local e Políticas Públicas.** Santa Cruz do Sul/RSP:IPR, 2010.
- HOCHMAN, Gilberto; Arretche, Marta; Marques, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil.** 2012. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lpg=&id=iBPoAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA9&dq=pol%C3%A7%C3%ADticas+p%C3%B0B%C3%81licas_____as+brasil&ots=aEfYfMFf63&sig=PjcladVm-keFozlUVjbo2zEJ64#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lpg=&id=iBPoAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA9&dq=pol%C3%A7%C3%ADticas+p%C3%B3B%C3%81licas_____as+brasil&ots=aEfYfMFf63&sig=PjcladVm-keFozlUVjbo2zEJ64#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em 15 Jul 2017.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais.** 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>>. Acesso em: 16 Jul 2017.
- ILGA, **Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexos.** 2019. Disponível em:< <https://ilga.org/about-us> >. Acesso em: 22 JUL2018.

IRINEU, Bruna Andrade. **Movimentos e lutas LGBT no Brasil contemporâneo: dialogando gênero, sexualidade e políticas públicas em tempos de neoliberalismo.** 2009. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/4_questao-de-genero/movimentos-e-lutas-lgbt-no-brasilcontemporaneo.pdf>. Acesso em: 27 de Jul 2017.

LIONÇO, Tatiana. **Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios.** 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/phyisis/v19n1/v19n1a04.pdf>>. Acesso em: 23 Abr 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho.** Belo Horizonte: Autêntica, Acesso em: 12 Jun 2018.

MELLO, Luiz; AVELAR Rezende Bruno; MAROJA Daniela. **Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil?** 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269922012000200005&script=sci_artt&ext&tlang=es>. Acesso em: 19 Jul 2018.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno; BRITO, Walderes. **Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil.** 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2014000100016&script=sci_abs tract&tlang=pt>. Acesso em: 04 Mai 2018.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA Daniela. **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades** 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200014>. Acesso em: 19 Jul 2018.

MENDES, LEO. **A Política de Saúde Integral de LGBT no SUS.** 2011. Disponível em: <http://www.athosgls.com.br/noticias_visualiza.php?contcod=32288>. Acesso em: 28 de Fev 2018.

MENDES, LEO. **História do Movimento LGBT Brasileiro.** 2010. Disponível em: <<http://lgbtt.blogspot.com.br/2010/04/historia-do-movimento-lgbt-brasileiro.html>>. Acesso em: 28 de Jul 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.** 2010. Disponível em: <<https://www.sertao.ufg.br/up/16/0/pplgbt-68.pdf>>. Acesso em: 28 FEV 2018.

NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine. **Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Políticas Públicas.** Porto Alegre: Sulina, 2013.

ORCESSI, Alessandra; GRECO, Pedro; RASSI, João Daniel. **Crimes Contra a Dignidade Sexual.** São Paulo: Atlas, 2011.

PINHO, Raquel; PULCINO, Rachel. **Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGBTTT.** 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v42n3/1517-9702-ep-S1517-97022016148298.pdf>>. Acesso em: 14 Jul 2018.

POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Cláudio. **A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero (LGBT) e o acesso ao processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios.** 2017. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n5/1413-8123-csc-22-05-1509.pdf>>. Acesso em: 12 Jul 2018.

PRADO, Elizabeth Alves de Jesus; SOUSA, Maria Fátima de. **Políticas Públicas e a saúde da população LGBT: uma revisão integrativa.** 2017. Disponível: <<http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1895/1750>>. Acesso em: 19 Mai 2018.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto Contrassetual: Práticas Subversivas de Identidade Sexual.** Tradutor: Maria Paula Gurgel Ribeiro. 1ª edição. São Paul: N-1 Edições, 2015.

RAMOS, Elisa Maria Rudge. **Os direitos sociais: Direitos Humanos e Fundamentais.** 2012. Disponível em:< <https://direitossociais.org.br/article/os-direitos-sociais-direitos-humanos-e-fundamentais/>>. Acesso em 15 de Ago 2017.

SALGADO, Rodrigo. BAHZ. **Novas decisões do STF e do STJ garantem direitos à comunidade LGBT.** 2017. Disponível em: <<https://bhaz.com.br/2017/05/11/decisoes-comunidade-lgbt/>>. Acesso em: 13 Mar 2018.

SALIH, Sara. Judith Butler e a teoria Queer. Tradução Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

- SALVADOR, Evílasio. **Fundo Público e Políticas sociais na crise do capitalismo.** 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282010000400002&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 JUL 2017.
- SAMPAIO, Juliana Vieira; GERMANO, Idilva Maria Pires. **Políticas públicas e crítica queer: algumas questões sobre identidade LGBT.** 2014. Disponível em :<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 Jul 2018
- SAMPAIO, Nestor. **Surgimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH).** 2013. Disponível em: <<https://nestorsampaio.jusbrasil.com.br/artigos/112020579/surgimento-do-direito-internacional-dos-direitos-humanos-didh>>. Acesso em: 5 de Ago 2017.
- SANTANA, Vagner Caminhas; BENEVETO, Claudia Toffano. **O conceito de gênero e suas representações sociais.** 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd176/o-conceito-de-genero-e-suas-representacoes-sociais.htm>>. Acesso em: 24 de Jul 2017.
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.** 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v31n4/0102-311X-csp-31-0400767.pdf>>. Acesso em: 14 Jul 2018.
- TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. **A evolução dos Direitos Humanos Sob o Influxo do Processo de Globalização.** 2010. Disponível em: <<http://andersonteixeira.com/data/documents/Artigo-AVT-e-FSCF-evolucao-dos-direitos-humanos-e-globalizacao.pdf>>. Acesso em: 12 de Ago 2017.
- TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra. **Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas.** 2012. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n3/11.pdf>>. Acesso em: 12 Mai 2018. THEODORO, Mário; DELGADO, Guilherme. 2003.

Reflexões filosóficas sobre a dinamicidade da identidade de gênero

*Júlia Rodrigues de Lima
Mariana Claudia Broens*

Introdução

Neste trabalho temos como objetivo realizar uma análise filosófico-interdisciplinar sobre o conceito de identidade de gênero, de modo a enfrentar problemas que o conceito levanta, considerando que um dos principais papéis da atividade filosófica é interrogar a realidade e realizar a criação e revisão conceitual dos problemas que lhe são contemporâneos dialogando interdisciplinarmente com outros campos do saber (GALLO, 2012, p. 40). Assim, pretendemos problematizar o conceito de identidade de gênero concebido a partir de pressupostos ontológicos fundados em diferentes concepções da suposta dicotomia natureza/cultura. Para isso, propomos tratar o conceito de identidade de gênero a partir de uma abordagem sistêmica, que considera os processos identitários humanos em sua complexa rede relações de interdependência e continuidade entre traços biológicos e aspectos socioculturais.

Na primeira seção investigaremos duas visões frequentes de identidade de gênero. Inicialmente analisaremos o entendimento ordinário da identidade de gênero enquanto um traço natural da pessoalidade, indiscernível do conceito binário de sexo, supostamente determinante de papéis sociais estritos e bem

definidos. Em tal abordagem, a identidade de gênero seria estática, constituiria a essência da pessoa, seria precisamente delimitada e permanente, não sendo, por conseguinte, suscetível a influências socioculturais. A rigor, nesta perspectiva, o próprio conceito de gênero se torna desnecessário, pois remete diretamente à identidade sexual “natural” do “ser homem” ou “ser mulher”. Abordagens deste tipo justificam, inclusive, o uso da expressão *ideologia de gênero*, uma vez que se considera o conceito de gênero como conflitante com o binarismo sexual, cuja natureza estaria, na perspectiva ordinária, biologicamente determinada. O conceito de gênero seria, assim, uma mera criação cultural que se contraporia à efetiva identidade biológica, sexual-binária, da pessoa. Daí seu suposto caráter ideológico.

Dados os problemas gerados por tal abordagem, estudos contemporâneos de gênero costumam não mais apontar o gênero considerando aspectos biológicos, mas sim destacando sua construção cultural. Assim, em seguida investigaremos uma das teses mais célebres dos estudos de gênero, a tese da *performatividade*, conceito cunhado por Judith Butler (1993; 2002; 2017). Apontaremos a efetividade e relevância da tese da *performatividade* para o entendimento da construção da identidade de gênero, dado que tal tese abre o leque de possibilidades de construções identitárias complexas. No entanto, indicaremos algumas ressalvas a este entendimento, alertando sobretudo para os riscos de focalizar a identidade de gênero enquanto construções sociais e culturais em detrimento de aspectos naturais, biológicos, da pessoa.

Em uma tentativa de evitar a pseudo-dicotomia natureza/cultura no âmbito do gênero, apresentaremos na segunda seção uma hipótese da identidade de gênero compreendida a partir do prisma dos sistemas complexos e auto-organizados (DEBRUN, 2009; MITCHELL, 2002; 2009; MORIN, 2007). Acreditamos que essa abordagem possibilita a ampliação do entendimento identitário de gênero, dado que permite a compreensão do gênero enquanto

uma rede complexa, integrada, dinâmica e transformativa da personalidade. Além disso, a partir da abordagem complexa é possível compreender a identidade de gênero como composta por diversas camadas, como genética, hormonal, sexual, cultural, social, ambiental, psicológica, entre outras.

A visão comum natural e cultural de identidade de gênero

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, é costumeiro o entendimento da identidade de gênero a partir de duas perspectivas aparentemente incompatíveis. Por um lado, há defensores do entendimento da identidade de gênero ser naturalmente fundamentada em determinações biológicas, as quais supostamente circunscrevem com precisão as identidades sexuais feminina e masculina. Por outro lado, considerando a falta de efetiva sustentação empírica da concepção anterior, os críticos desse determinismo biológico focalizam em seus estudos os padrões sócio-culturais das identidades de gênero. Analisaremos ambas visões e seus possíveis desdobramentos, que por vezes acabam por assinalar uma cisão acentuada entre aspectos naturais e culturais da identidade de gênero.

No que se refere à primeira concepção, a identidade de gênero fundada em aspectos naturais da pessoa, seus defensores sustentam a existência de dois gêneros naturais, quais sejam, masculino e feminino. Segundo essa visão, homens e mulheres distinguem-se naturalmente por diversos aspectos corporais (estrutura anatômica interna, volume da massa muscular, altura e, sobretudo, devido às diferenças dos órgãos genitais). Por essa identidade ser considerada natural, o próprio termo gênero se tornaria supérfluo nessa perspectiva (PRECIADO, 2018).

Essa visão pseudo-naturalista pode ser caracterizada como ordinária porque seu entendimento é amplamente difundido em sociedades ocidentais, como é o caso do Brasil. No entanto, há casos em que pessoas nascem com uma identidade sexual biológica

distinta do visto como natural ou não facilmente categorizável, indeterminada, ou em outras palavras, que não se enquadra nos padrões sexuais pressupostos. Esse é o caso, por exemplo, da intersexualidade (FRASER & LIMA, 2012). Como consequência da visão ordinária que pressupõe bases biológicas da identidade sexual da pessoa claramente discerníveis, pessoas intersexuais costumam ser forçadas à adequar seu corpo aos padrões sexuais binários mediante mecanismos bioquímicos e cirúrgicos.

Essa visão ordinária de identidade de gênero, além de definir a natureza do “ser homem” e do “ser mulher” a partir de características corporais, também pressupõe existirem padrões psicológicos naturais determinantes da conduta feminina e masculina. Nesse sentido, conforme ressalta Keller (2006), o homem e a mulher não seriam distintos apenas como resultado de suas respectivas determinações biológicas: tais determinações biológicas se estenderiam às capacidades cognitivas e respectivos papéis sociais de cada gênero. O padrão de masculinidade é associado à atividade, à racionalidade e à lógica, enquanto o padrão de feminilidade aparece associado à passividade, à emoção e à insensatez. Como consequência desse atrelamento cultural à identidade sexual, temos diversos problemas sociais, em relação aos quais os movimentos feministas arduamente buscam ferramentas para denunciar e superar¹.

Preciado (2018) defende que a visão ordinária de gênero como fruto de uma natureza sexual binária tem seu fortalecimento no período pós-Guerra Fria, em decorrência do desenvolvimento de diversas tecnologias, sobretudo no campo da medicina. A tese de Preciado (2018) é a de que no contexto contemporâneo em que vivemos, foram desenvolvidas novas técnicas midiáticas e medicinais que supostamente corroborariam padrões de gênero

¹ Lembremos, por exemplo, que mulheres no ocidente tiveram acesso ao ensino superior apenas no fim do século XIX, início do século XX de modo muito tímido e, no Brasil, o direito ao voto foi concedido às mulheres somente em 1932, sendo que na legislatura eleita em 2018 em nosso país apenas 15% dos membros da Câmara dos Deputados são mulheres.

resultantes da identidade sexual da pessoa e sua expansão para o campo dos padrões comportamentais pressupostos como naturais. Segundo o autor, a pessoa pôde expandir e incorporar elementos associados aos padrões binários de sexualidade de maneira mais contundente, a partir de procedimentos *techno-bio-químicos* (por meio de consumo de hormônios sintéticos, realização de cirurgias e implantes estéticos, entre outros).

Para sustentar a tese da reafirmação tecnológica da natureza binária do gênero, Preciado (2018) levanta diversos argumentos, entre os quais citamos os principais: o surgimento de estudos sobre os hormônios sexuais no século XX, os quais permitiram a ligação da atividade e agressividade do homem à capacidade de produzir testosterona, e a ligação do cuidado, passividade e elegância da mulher a sua capacidade de produzir progesterona e estrogênio. Correlato ao entendimento da identidade binária como natural, ocorre a patologização em 1954 das identidades transexuais, supostamente anti-naturais, e consideradas como consequência passíveis de “cura”. Além disso, contribuíram para reforçar o dogma do binarismo de gênero: o desenvolvimento de fármacos para aprimoramento sexual (principalmente para os homens) e para seu controle (principalmente para as mulheres); o desenvolvimento da pornografia que ressalta estereótipos-modelos para o comportamento sexual; entre diversos outros exemplos. Em síntese, essas novas tecnologias possibilitaram que se criassesem estereótipos binários de gênero supostamente naturais, mas resultantes, de fato, de uma mistura perversa de preconceitos. Como consequência, Preciado aponta que:

[...] O sexo se tornou parte tão importante dos planos de poder que o discurso sobre a masculinidade e a feminilidade e as técnicas de normalização das identidades sexuais transformaram-se em agentes de controle e padronização de vida. (PRECIADO, 2018, p. 76).

Em síntese, podemos compreender que a abordagem ordinária de gênero está duplamente equivocada porque, além de defender

erroneamente existirem limites biológicos bem definidos nas identidades de gênero, como revela o exemplo já mencionado das identidades intersexuais, tal abordagem acabou reforçando padrões sócio-culturais resultantes deles. Além disso, podemos observar que esses padrões puderam ser reforçados mediante tecnologias contemporâneas, principalmente com o desenvolvimento de estudos sexuais na medicina. Em decorrência disso, Preciado defende que o corpo sexual já não é “[...] uma matéria viva passiva, mas uma interface tecno-orgânica, um sistema tecnovivo segmentado e territorializado por diferentes tecnologias políticas (textuais, informáticas, bioquímicas)” (PRECIADO, 2018, p. 124). Preciado (2018) apresenta um exemplo contemporâneo desse reforço da natureza sexual, o de mulheres que possuíam pelos faciais muito acentuados e acabavam discriminadas e marginalizadas, muitas vezes relegadas a ocupações circenses. Contemporaneamente a medicina consegue oferecer a essas mulheres a opção de reforçarem sua natureza feminina, quase como uma reparação da biologia sexual da mulher, a partir do uso de hormônios que diminuem e/ou anulam o crescimento de pelos faciais. No entanto, embora esses tratamentos hormonais possivelmente promovam um bem-estar social a essas mulheres, por outro lado, as consequências da grande carga hormonal na saúde dessas mulheres a longo prazo não parecem ser devidamente consideradas.

Como consequência dessa concepção ordinária de gênero, surgem problemas sociais, além dos que citamos, como o machismo e sexism. As identidades de gênero transformativas, ou como nomeia Butler (2017), identidades contra-hegemônicas, tais como intersexuais, transexuais e não-binários, acabam por não se adequarem a esses padrões ordinários de identidade de gênero, e consequentemente, acabam por ocupar posições marginalizadas na sociedade. Conforme podemos ver em Dawson (2015), há inúmeros países que criminalizam e/ou patologizam a transexualidade. No Brasil, dado o avanço das tecnologias midiáticas e sociais, identidades transexuais parecem estar ganhando um pouco mais de visibilidade

rumo à maior autonomia identitária, mas vale notar que estamos longe de ser um lugar aberto às ressignificações de gênero. Para confirmar essa tese, basta considerar dados coletados pela ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais que indicam o Brasil como líder do ranking mundial de violência transfóbica.

Além disso, é importante notar que a visão ordinária de gênero pode acarretar movimentos obscurantistas, como a recente criação da expressão *ideologia de gênero*. Essa expressão, amplamente divulgada nas mídias sociais, pressupõe que a concepção binária de gênero é verdadeira e decorre de fatos naturais, sendo qualquer contestação dessa tese puramente “ideológica”. Os usuários da expressão “ideologia de gênero”, em geral fundamentalistas religiosos, têm por intuito rejeitar dogmaticamente os estudos e reflexões sobre mudanças e ressignificações de identidade de gênero, considerando tais estudos algo maléfico, ideológico e imoral, como apontam Miskolci e Campana (2017, p. 726). Em síntese:

[...] Esses setores começaram a definir a “ideologia de gênero” como “um sistema de pensamento fechado” a defender que as diferenças entre o homem e a mulher não correspondem a uma natureza fixa, senão que são construções culturais e convencionais, feitas segundo os papéis e estereótipos que cada sociedade designa aos sexos [...]. E como ideologia, as equipara aos diversos totalitarismos, incluindo o nazismo e o comunismo. (MISKOLCI & CAMPANA, 2017, p. 726).

Consideramos que a preservação dessa concepção binária de gênero, principalmente com a recente difusão da expressão “ideologia de gênero”, reitera a dicotomia clássica entre natureza e cultura no âmbito da identidade de gênero. Isso porque essa visão supõe, como vimos, que há uma identidade de gênero externa e observável que marca fronteiras discerníveis de dois gêneros, cada um com padrões de comportamento específicos. No entanto, estudos recentes têm mostrado como a natureza da identidade de

gênero é muito mais complexa do que aparenta ser, não havendo, assim, fronteiras facilmente discerníveis que marcariam a distinção entre apenas dois gêneros. Isso acarreta que a visão ordinária de gênero, embora alegue que a divisão em dois sexos é “natural”, acaba por tornar-se uma visão discursiva sócio-cultural na medida em que ignora a própria diversidade e complexidade naturais dos gêneros.

Um exemplo que mostra a complexidade da natureza de gênero, conforme já apresentamos, é a intersexualidade, que “se configura quando o indivíduo apresenta ambiguidades, anomalias ou incongruências no componente biológico da sua identidade sexual” (FRASER & LIMA, 2012, p. 2), não havendo, desse modo, fronteiras facilmente observáveis na identidade sexual interna e externa da pessoa. A intersexualidade pode até mesmo ser notada na pessoa não só no nascimento, mas também no decorrer dos anos, como demonstra o famoso caso dos Guevedoces². Este caso apresenta grupos de crianças que até os doze anos possuíam características físicas femininas, embora fossem efetivamente meninos que passam a desenvolver seus órgãos sexuais apenas na puberdade. No contexto onde a natureza de gênero é definida a partir de padrões binários sócio-culturais supostamente naturais, as identidades intersexuais são consideradas meras anomalias corrigíveis por meio de técnicas de padronização sexual que “normalizam” o corpo. Em síntese, a intersexualidade mostra como a natureza sexual da pessoa é por si mesma complexa, dinâmica e transformativa, abarcando características consideradas masculinas e femininas além de intermediárias e até mesmo características que não se enquadram em nenhuma destas categorias.

Polderman, Kreukels, *et al.* (2018, p. 97-98, *tradução nossa*), após realizar estudos exaustivos sobre a identidade de gênero, ressaltam que “[...] muitos fatores genéticos provavelmente

² Informação retirada da notícia *Guevedoces: o estranho caso das 'meninas' que ganham pênis aos 12 anos*, de Mosley, disponível no jornal BBC.

contribuem para o desenvolvimento da identidade de gênero por meio de interações complexas com diversos fatores ambientais". É possível inferir, dessa forma, que a natureza *física-química-biológica* da pessoa se configura como um aspecto importante para a construção da identidade de gênero, mas ela não está isolada das relações ambientais e sócio-culturais humanas. Diversos estudos sociológicos apontam a relevância do aspecto cultural na construção da identidade de gênero, conforme passaremos a ver com uma das teses mais prestigiadas sobre o assunto, a da *performatividade* de gênero (BUTLER, 1993; 2002; 2017).

Em oposição à visão essencialista de que a identidade de gênero se resume a uma natureza biológica fixa, sobretudo no que refere-se à pré-concepção equivocada de natureza de gênero binária, surgem concepções de gênero que apresentam o papel das relações sociais e culturais na constituição identitária de gênero. Neste campo, a tese mais recorrente é a de *performatividade* de gênero, defendida por Judith Butler (1993; 2002; 2017). A tese da performatividade sugere que a identidade de gênero é resultante da reiteração complexa de atos discursivos sócio-culturais de gênero. Nesse sentido, através da *performatividade* é possível identificar o gênero como “[...] uma identidade tenuemente construída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos” (BUTLER, 2017, p. 242).

Contudo, os padrões reiterados de gênero que Butler (1993; 2002; 2017) salienta não podem ser entendidos de maneira simplista: a *performatividade* envolve mais elementos do que uma mera *performance*. No âmbito do binarismo de gênero, o *performativo* implica complexas repetições de padrões de gênero, os quais a pessoa adota e incorpora de modo a gerar efeitos subjetivos de pertencimento a uma categoria identitária primária, masculina ou feminina. Nesse sentido, Butler (1993; 2002; 2017) defende que os padrões de gênero se consolidam enquanto *normas de inteligibilidade*, o que significa que tais padrões formam arquétipos cristalizados do masculino e do feminino, sustentados pela

suposição de que essas entidades são originárias, e desse modo, seriam as únicas verdadeiras. Mais especificamente, esses padrões são “[...] processos semióticos-técnicos, linguísticos e corporais de repetição regulada que são impostos por convenções culturais” (PRECIADO, 2018, p. 132). Por meio destes padrões, tem-se a construção de dois arquétipos identitários de gênero, supostamente originários, nos quais as pessoas devem buscar enquadrar-se.

Especificamente no que refere-se ao enquadramento identitário aos padrões da inteligibilidade, Butler (2017) ressalta quatro aspectos das identidades de gênero “inteligíveis”: os “[...] gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2017, p. 43). Assim, a autora sugere que, além da ligação corporal, e também comportamental, conforme apresentamos anteriormente em conformidade com a visão ordinária de gênero, segundo Butler (1993; 2017), o padrão da sexualidade também se caracteriza como um ponto imprescindível para a formação do padrão da inteligibilidade de gênero. Isto porque para Butler (1993; 2002; 2017), ao analisar o papel da heterosexualidade nas comunidades em geral, é possível observar que a heterosexualidade atua como uma norma sexual originária e, desse modo, que enquadraria o “ser homem” e o “ser mulher”. Butler (1993; 2002; 2017), Dawson (2015) e Preciado (2018) apresentam que os padrões de sexualidade ao longo da história revelam os esforços coletivos para o reforço de padrões heterossexuais, e desse modo, a heterosexualidade tornou-se uma norma, em detrimento de sexualidades distintas. Nesse sentido, Butler (1993; 2017) apresenta o conceito de matriz heterossexual:

[...] As identidades compulsórias heterossexuais, aquelas fantasmagóricas de “homem” e “mulher” ontologicamente consolidadas, são efeitos produzidos teatralmente, mas aceitos como base, origem e medida normativa do real. (BUTLER, 1993, p. 313, *tradução nossa*).

Ao entender a *performatividade*, é possível defender que os gêneros seriam “[...] performativos no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos” (BUTLER, 2017, p. 235). Assim, de acordo com as teses de Butler (1993; 2002; 2017), a *performatividade* envolve repetições de atos de gênero, estruturados por normas de inteligibilidade. Os arquétipos “inteligíveis” que se apresentam como originárias e que as pessoas deveriam seguir, não passariam, desse modo, de construções *performáticas*, criadas e repetidas continuamente através de mecanismos sócio-culturais. Nesse contexto, as identidades de gênero que não se encaixem nesse padrão da *inteligibilidade*, identidades estas que podemos chamar de transformativas, acabam por ser entendidas como cópias rudimentares, simulacros de um arquétipo inteligível, restando para os padrões ininteligíveis posições marginalizadas socialmente.

Uma objeção frequente às teses de Butler é que a *performatividade* parece sugerir que a identidade de gênero é extremamente voluntária: dado que o gênero seria um tipo de construção *performática* que envolve diversos níveis de internalização de padrões inteligíveis, a pessoa, ao identificar tais padrões, poderia deixar seu gênero e fluir para qualquer outro se assim desejasse. No entanto, Butler (2002) apresenta que seu enfoque metodológico é de compreender os possíveis meios para a desconstrução dos padrões de gênero. Além disso, ela também protesta contra a tese de *sujeito volitivo*, constantemente apresentado em teses construtivistas de gênero. Para Judith Butler, a *performatividade* não implica que a pessoa possui grande autonomia para ressignificar e alterar como bem desejar sua identidade de gênero. Em sua argumentação, defender esse tipo de identidade extremamente fluida pode incorrer na tese do *performativo divino* (BUTLER, 2002, p. 24). Assim, Butler ressalta: “[...] não há sujeito dono de sua vontade por detrás da interpretação que decida, como quiser, qual gênero será hoje” (BUTLER, 1993, p.

314, *tradução nossa*). As repetições *performativas* de gênero são complexas, envolvendo padrões de comportamento e sexualidade, além de serem incorporadas mediante padrões sócio-culturais de inteligibilidade e a autonomia identitária de gênero para ressignificações é compreendida em grau ínfimo, dado que os padrões sócio-culturais binários são frequentemente mantidos por processos coercitivos.

No entanto, as teses de Butler (1993; 2002; 2017) focalizam o papel discursivo da identidade de gênero, ligando-a a aspectos sociais e culturais construídos. Nesse sentido, por mais que Butler (2002) apresente a performatividade como distinta do construtivismo, suas teses acabam por focalizar o papel discursivo sócio-cultural da identidade de gênero, em detrimento de uma análise não-hierárquica da cultura integrada com o corpo *físico-químico-biológico*. Em uma tentativa de investigar a identidade de gênero sem nutrir, em algum aspecto, a dicotomia natureza/cultura, pretendemos defender uma abordagem naturalista da identidade de gênero a partir da abordagem sistêmica (DEBRUN, 2009; MITCHELL, 2002; 2009; MORIN, 2007). Assim, entenderemos a *performatividade* enquanto um aspecto da identidade de gênero, com tanto valor quanto os aspectos biológicos dinâmicos da pessoa. Em síntese, na próxima seção propomos um entendimento da identidade de gênero enquanto uma rede integrada, dinâmica, dotada de graus de autonomia para atualizações e ressignificações de gênero.

A identidade de gênero a partir da teoria da abordagem sistêmica

Vimos na seção anterior que há duas grandes visões contemporâneas sobre a constituição da identidade de gênero. Por um lado, há uma visão ordinária, simplista, que resume a identidade de gênero à estereótipos de aspectos corporais diretamente observáveis, ao mesmo tempo que ignora as novas formas complexas de gênero que a trajetória co-evolucionária humana

apresenta. Essa concepção resulta de estereótipos carentes de justificação, além de ser adotada por movimentos fundamentalistas, como os que adotaram a expressão “ideologia de gênero”. Por outro lado, em contraposição à visão ordinária, investigamos a identidade de gênero a partir das principais teses de Judith Butler em torno ao conceito de *performatividade* e de padrões de gênero inteligíveis. Apresentamos a tese de Butler da *performatividade* de gênero (1993; 2002; 2017), a qual define a identidade de gênero como uma construção “teatral” repetida continuamente mediante padrões de inteligibilidade de gênero. Defendemos a grande relevância das teses de Butler (1993; 2002; 2017), sobretudo no que se refere à crítica da visão ordinária de gênero, que ignora os aspectos sócio-culturais contextuais da pessoalidade.

De modo a estudar a identidade de gênero em seus múltiplos desdobramentos, biológicos e culturais, propomos partir nossa análise da abordagem sistêmica (DEBRUN, 2009; MITCHELL, 2002; 2009; MORIN, 2007). Assim, propomos nesta seção partirmos da tese de que a identidade de gênero é uma rede complexa interdependente, dinâmica e transformativa, constituída por diversas camadas abarcando aspectos corporais, socio-culturais e contextuais, propiciando rupturas, saltos e atualizações de gênero, sem, no entanto, que haja a perda da identidade da pessoa, apenas sua atualização. Assim, consideramos a tese da *performatividade*, entendendo-a enquanto uma das camadas identitárias de gênero. Dado este objetivo, primeiro exporemos algumas das teses centrais da abordagem sistêmica, e, posteriormente, apresentaremos a hipótese (H1) de identidade de gênero complexa.

Sinteticamente, podemos dizer que a abordagem sistêmica busca estudar sistemas complexos não-lineares, descentralizados, compostos por elementos que constituem relações de co-dependência em camadas integradas que comportam a emergência de novas qualidades. Um sistema complexo forma, desse modo, uma rede dinâmica que detém, dependendo de sua relação com seu meio, diferentes graus de autonomia que permitem arranjos e rearranjos

que podem gerar novidades no sistema. Mais especificamente, temos que:

Um sistema complexo é um grupo ou organização constituída de numerosas partes interagindo. [...] Em tais sistemas, as partes individuais - denominadas “componentes” ou “agentes” - e suas interações mútuas frequentemente conduzem a comportamentos de larga escala que não são facilmente preditíveis apenas com o conhecimento do comportamento dos agentes individuais. Esses efeitos coletivos são chamados de comportamentos “emergentes”. Exemplos de comportamentos emergentes incluem mudanças climáticas, [...] a dinâmica dos formigueiros e a capacidade do sistema imunológico de distinguir o “eu” do “outro” e de proteger o primeiro (o eu) e erradicar o último (o outro). (MITCHELL & NEWMAN, 2002, p. 1, *tradução nossa*).

Do constante rearranjo das partes componentes dos sistemas complexos em suas interações com o meio ambiente é que emerge a identidade desse sistema. Mais especificamente, Mitchell (2009, p. 12-13) considera a presença de três características em todo sistema complexo: (a) comportamentos coletivos complexos, não facilmente preditíveis; (b) uma ampla rede de processamento informacional; (c) capacidade de adaptações por aprendizagem. Assim, em síntese, todo sistema complexo forma uma ampla rede organizativa, não-linear, que lida com um largo encadeamento de informações, e que, por fim, é dinâmico, dado que continuamente se complexifica mediante processos de aprendizagem (MITCHELL, 2009, p. 13).

Teóricos da complexidade apontam que há pelo menos duas maneiras dos sistemas complexos se organizarem, quais sejam, por hetero e auto-organização (DEBRUN, 2009). A hetero-organização caracteriza-se como uma forma organizadora do sistema que carece de autonomia, pois a organização do sistema organização provém de centros controladores externos. De maneira oposta, a auto-organização caracteriza-se pela presença de graus de autonomia na constituição e nos rearranjos dinâmicos do sistema, pois aqui deixa-se de lado a organização conduzida por elementos externos em prol

de um modo organizativo provindo das próprias interações dos elementos do sistema. Mais especificamente, a auto-organização manifesta-se em dois momentos:

[...] Há auto-organização cada vez que, a partir de um encontro entre elementos realmente [...] distintos desenvolve-se uma interação sem supervisor [...] - interação essa que leva eventualmente à constituição de uma “forma” ou à reestruturação, por “complexificação”, de uma forma já existente. (DEBRUN, 2009, p. 63).

No caso da auto-organização que permite a complexificação de um sistema complexo, tem-se a auto-organização secundária, resultante de elementos semi-distintos interagindo entre si. É sobretudo a partir desse segundo tipo de auto-organização que propomos a nossa hipótese de identidade de gênero dinâmica: mesmo que a pessoa altere/atualize traços identitários, como traços de gênero, ela continua mantendo sua identidade ao longo do tempo por processos de complexificação resultantes de aprendizagem.

Tendo apresentado as principais teses da abordagem sistêmica, propomos uma análise da identidade de gênero nesse contexto teórico: a identidade de gênero é um dos elementos complexos da pessoa, que se origina por processos de auto-organização primária e constantemente se atualiza e se modifica por processos hetero e auto-organizativos, sobretudo secundários, que envolvem aprendizagem. No que concerne aos padrões hetero-organizativos, eles corresponderiam aos padrões de inteligibilidade de gênero propostos por Butler (1993; 2002; 2017).

Entendemos que processos auto-organizadores de gênero envolvendo aprendizagem se exprimem com a pessoa abandonando, adquirindo e ressignificando traços de gênero em algum nível. Nesse contexto, pessoas que ousam ressignificar sua identidade de gênero, sobretudo em casos facilmente observáveis, como pessoas transexuais, estaria atuando com um maior grau de autonomia identitária de gênero.

Como consequência, na perspectiva sistêmica, a identidade de gênero seria resultante de uma rede complexa, dinâmica e atualizável dos elementos constitutivos da pessoa, podendo a pessoa atualizar-se e ressignificar-se mediante processos auto-organizativos, que expressam graus de autonomia, e hetero-organizativos, que muitas vezes mantém padrões binários, tal como apresentamos no entendimento ordinário de gênero.

Nesse modo de análise em que a identidade de gênero é compreendida como uma rede integrada não-hierárquica de diversas camadas identitárias de gênero, pode-se analisar a identidade de gênero a partir de diversos aspectos, tais como genético, endócrino, corporal, comportamental, psicológico, cultural, étnico, ambiental, entre outros. Ao considerar o conceito de identidade de gênero sob a perspectiva dos sistemas complexos, buscamos tanto reconhecer o papel do corpo *físico-químico-biológico* da pessoa, construído a partir de uma natureza dinâmica e transformativa (ao contrário do que identifica a visão ordinária de gênero), como também o valor das abordagens sócio-culturais de gênero, sobretudo no que concerne à tese da *performatividade* de Butler (1993; 2002; 2017).

Ademais, ao tratar do campo biológico da identidade de gênero na perspectiva sistêmica, acreditamos ser relevante ressaltar um significado contemporâneo co-evolucionário e sistêmico de natureza (BRZOZOWSKI, 2006): a evolução da vida ocorre por processos de seleção natural, que envolvem repetição e acaso, além do papel da contingência e de processos auto-organizativos. Os seres vivos, possuiriam, dessa forma, uma natureza dinâmica e transformativa, que admite processos adaptativos de evolução, que englobam, inclusive, condutas sociais. Dessa maneira, consideramos que haveria uma continuidade entre a natureza e as pluralidades culturais de diferentes agentes: o corpo *físico-químico-biológico*, como também os padrões culturais de gênero não são fixos, mas sim dinâmicos e complexos.

Conforme já apontamos, consideramos que a intersexualidade é o maior exemplo da dinâmica sócio-corporal da identidade de gênero. Observando para além das características anatômicas aparentes, é possível lembrar que hormônios já foram considerados demarcadores da identidade masculina e feminina, mas que foi compreendido contemporaneamente que ambos os gêneros dispõem desses hormônios em grau não facilmente mensurável (PRECIADO, 2018). Acreditava-se também que diferenças entre homens e mulheres ocorreria pela distinção cerebral, mas também atualmente essa tese foi abandonada por falta de evidências: os pesquisadores Joel, Berman, Tavor, *et al.* (2015) sugerem em sua análise que, embora ocorram alguns tipos de diferenciação, os cérebros de homens e mulheres não possuem características distintas o suficiente para que se defenda a existência de dois tipos de cérebro, o masculino e o feminino. Pelo contrário, os pesquisadores sugerem que os cérebros humanos formam “mosaicos” complexos. Por fim, cabe destacar que até mesmo no campo da genética foi descoberto que há um “embate de gênero” (LINDEMAN; GEARHART; MINKINA; *et al.*, 2015): a pesquisa sugere que o gene DMRT1, responsável pelo desenvolvimento testicular, pode ser substituído pelo gene FOXL2, presente nas mulheres, envolvendo algum processo de mutação, de maneira a alterar as características sexuais femininas causando, assim, uma transdiferenciação.

No que se refere aos aspectos culturais de gênero, a abordagem dos sistemas complexos vai ao encontro também de estudos sócio-culturais de gênero, como vistos em Butler (1993; 2002; 2017) e Preciado (2018). Compreendemos que os padrões da visão ordinária de gênero marcam as hetero-organizações de gênero, ao passo que pessoas que atualizam/ressignificam seu gênero exercem sua autonomia, atuam por auto-organização. Sobretudo no que se refere à célebre tese da *performatividade*, defendemos que a performatividade compõe uma das camadas complexas da identidade de gênero, que engloba diversos tipos de reiteração de comportamentos hetero-organizadores.

Diferente da tese construtivista que defende um *sujeito volitivo*, livre para alterar seu gênero sempre que desejar, criticada por Butler (2002), a abordagem sistêmica que apresentamos defende um certo naturalismo, não podendo a pessoa ressignificar-se a todo instante, dada a rede de inter-dependência de aspectos tanto físico-química-biológicos como sócio-culturais. É por isso que a autonomia parcial, dependendo das condições do sistema em seu contexto permitida pela auto-organização é um dos conceito-chave de nossa abordagem.

Em síntese, para que mudanças/atualizações de gênero possam ser compreendidas, a perspectiva dos sistemas complexos considera que se considere a identidade complexa da pessoa, inclusive seus traços sócio-culturais e ambientais. Em especial, a abordagem sistêmica que defendemos permite compreender a dinâmica transformacional da identidade de gênero, ampliando o debate para além da dicotomia do binarismo de gênero, decorrente da pseudo-dicotomia natureza/cultura, ressaltando, principalmente, o papel de processos auto-organizativos envolvendo criatividade e aprendizagem na compreensão da identidade de gênero.

Considerações finais

No presente artigo buscamos investigar, em um primeiro momento, duas visões sobre a identidade de gênero amplamente difundidas. A primeira é o entendimento ordinário da identidade de gênero, que adota uma concepção de identidade de gênero binária, mas que, conforme vimos, acaba por ignorar a dinâmica complexa do corpo *físico-químico-biológico-social* da pessoa. Desse modo, essa primeira visão acaba por consolidar-se como uma concepção dogmática, capaz de admitir a tese fundamentalista de existir uma suposta *ideologia de gênero* (MISKOLCI & CAMPANA, 2017).

Em contraposição à visão ordinária de gênero, investigamos também a célebre tese de Butler (1993; 2002; 2017) sobre a *performatividade*. O gênero a partir da *performatividade* é

compreendido como construção sócio-cultural, mantida por padrões de inteligibilidade. Essa tese de Butler (1993; 2002; 2017) surge na tentativa de estruturar um arcabouço conceitual para a desconstrução de padrões de gênero preconceituosos e estereotipados. Mas, como Butler (2002) mesmo ressalta, sua análise pende para o campo discursivo, dando menos enfoque aos padrões de gênero que envolvem, por exemplo, aspectos corporais.

Por fim, propomos o estudo da identidade de gênero a partir de uma abordagem sistêmica, em uma tentativa de quebrar as pseudo-dicotomias mulher/homem e natureza/cultura.

Assim, levantamos a hipótese de que identidade de gênero, tal como a identidade pessoal, constrói-se e constantemente se re-constrói e atualiza mediante processos que envolvem aprendizagem, auto e hetero-organizadores, resultantes de distintos graus de autonomia (DEBRUN, 2009; MITCHELL; 2002; 2009; MORIN, 2007). Buscamos compreender a identidade de gênero da pessoa enquanto uma rede identitária que se desdobra em diversas camadas interligadas, as quais algumas quando são perdidos e/ou ressignificados mantém sua identidade ao longo do tempo por complexificação.

Compreendemos que por mais que nosso grau de autonomia em determinados contextos ainda seja baixo, inclusive pelos altos níveis de violência de gênero, por outro lado, podemos observar o surgimento de uma grande rede de apoio de pessoas com identidades transformativas, o que pode indicar avanços no reconhecimento da multiplicidade complexa da identidade de gênero. Em especial, defendemos que a compreensão da identidade de gênero a partir da teoria sistêmica pode oferecer uma rica ferramenta conceitual para compreender as transformações, biológicas e culturais, no campo do gênero.

Especialmente, ressaltamos o papel da auto-organização na construção das identidades de gênero, possivelmente decorrentes de um aumento na autonomia das pessoas. Reconhecer a relevância de processos auto-organizativos na atualização dinâmica da identidade da pessoa quanto a aspectos de gênero pode permitir, mesmo ainda que a

longo prazo, a superação de fundamentalismos e o reconhecimento da relevância de novos papéis culturais de gênero, podendo ressignificar até mesmo as normas de inteligibilidade de gênero.

Referências

- BUTLER, J. Imitation and Gender Insubordination. In: **Lesbian and gay studies reader**. Henry Abelove, Michele Aina Barale, David M. Halperin (Ed.). New York: Routledge, 1993. pp. 307-320.
- _____. **Cuerpos que Importan: sobre los límites materiales y discursivos del sexo**. 1 ed. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- _____. **Problemas de gênero: subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BRZOZOWSKI, A. J. O neo-darwinismo frente às teses da auto-organização e das contingências. In: **Filosofia e História da Biologia**, v. 1, pp. 147-160, 2006.
- DAWSON, J. **Este livro é gay**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- DEBRUN, M. **Brazilian National Identity and Self-Organization: Identidade Nacional Brasileira e Auto-Organização**. Organização Itala Maria Loffredo D’Ottaviano e Maria Eunice Quilici Gonzalez. Campinas: Fapesp, 2009. (Coleção CLE, v. 53).
- FRASER, R. T. D.; LIMA, I. M. S. O. Intersexualidade e direito à identidade: uma discussão sobre o assentamento civil de crianças intersexuadas. In: **Journal Of Human Growth And Development**, [s.l.], v. 22, n. 3, pp. 348-357, 2012. NEPAS. <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.46703>
- GALLO, S. **Metodologia do ensino de filosofia - uma didática para o ensino médio**. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- JOEL, D; BERMAN, Z; TAVOR, I, et al. Sex beyond the genitalia: The human brain mosaic. In: **Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)**, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1073/pnas.1509654112>>. Acesso em: 5 Mai. 2019.

- KELLER, E. F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? In: **Cadernos Pagu**, [s.l.], n. 27, pp.13-34, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332006000200003>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000200003&lng=en&nrm=iso&tlang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- LINDEMAN, R. E., GEARHART, M. D., MINKINA, A., et al. Sexual cell-fate reprogramming in the ovary by DMRT1. In: **Current biology**. CB, 25(6), 2015. pp. 764-771. Disponível em: <[10.1016/j.cub.2015.01.034](https://doi.org/10.1016/j.cub.2015.01.034)> Acesso em: 10 Mai. 2019.
- MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Soc. estado.**, Brasília, v. 32, n. 3, pp. 725-748, Dec. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922017000300725&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Abr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.
- MITCHELL, M. **Complexity: A guided tour**. New York: Oxford University Press, 2009.
- _____ ; NEWMAN, M. Complex systems theory and evolution. In: PAGEL, M. (ed.). **Encyclopedia of Evolution**. New York: Oxford University Press, 2002.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- MOSLEY, M. Guevedoces: o estranho caso das 'meninas' que ganham pênis aos 12 anos. In: **BBC news**, 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150921_meninos_puberdade_lab>.
- PRECIADO, P. B. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica da era farmacopornográfica**. 1^a ed., 2018
- POLDERMAN, T. J. C., KREUKELS, B. P. C., et al. The Biological Contributions to Gender Identity and Gender Diversity: Bringing Data to the Table. In: **Behavior Genetics**, 2018. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007%02Fs10519-018-9889-z>>. Acesso em: 12 abr. 2019. <https://doi.org/10.1007/s10519-018-9889-z>

Reflexiones actuales en torno a la participación de las mujeres en la migración México-Estados Unidos.

¿Hacia una feminización cuantitativa de la migración?

*Julio Santiago Hernández
Edilma de Jesus Desidério*

Introducción

Nunca antes en la historia de la humanidad se habían registrado mayores desplazamientos de mujeres que en la actualidad. Alrededor de 90 millones de mujeres residen fuera de sus países de origen, lo cual representa aproximadamente la mitad de los migrantes internacionales del mundo. Aunque, las mujeres constituyen desde hace mucho una proporción significativa de los migrantes (ZLOTNIK, 2003). Lo diferente en este momento no es la escala de la migración o el ingreso de la mujer en las corrientes migratorias, que anteriormente eran mayoritariamente de hombres, sino que un número cada vez mayor de mujeres este migrando por decisión propia (ONU, 2006).

Efectivamente, en la escala mundial, las mujeres han tenido una gravitación importante en la migración internacional que registra un aumento relativamente constante desde 1960, a pesar de que todavía no son mayoría (MARTÍNEZ, 2003). En la actualidad, sí lo son en las principales regiones de inmigración -en rigor, desde 1990-; en contraste con las regiones menos desarrolladas que

mantienen proporciones similares a las que tenían en 1960 (ZLOTNIK, 2003).

Entre las regiones de menor desarrollo, América Latina registra la mayor proporción de mujeres entre las personas migrantes internacionales, en una proporción similar al de las regiones más desarrolladas en su conjunto. Esta feminización cuantitativa en la escala intrarregional es un rasgo característico de la migración en los últimos decenios (VILLA y MARTÍNEZ, 2002).

En México fue difícil encontrar un consenso respecto a la participación cuantitativa de la mujer en la migración México-Estados Unidos. Hasta antes de la década de 1980 la migración de mexicanos hacia Estados Unidos había sido reconocida como predominantemente masculina, de tal suerte que la participación de la mujer en el proceso migratorio se concebía como marginal; aunque, los textos sobre feminización de las migraciones, consultados para la realización de este trabajo, hicieron alusión a que las mujeres comenzaron a lograr importancia numérica después de la aprobación de las reformas a la Ley de reforma y control de la inmigración (IRCA, por sus siglas en inglés) en Estados Unidos en 1986 (WOO, 2007). Se argumentó que el incremento en el número de mujeres en la corriente migratoria era uno de los cambios más importantes en las características de la población migrante y de los patrones migratorios, aludiendo que estas mujeres no sólo emigraban para reunirse con sus familiares, sino también para obtener empleo (CORNELIUS, 1988; BUSTAMANTE, 1988).

Sin embargo, las posturas no son concluyentes respecto a una feminización cuantitativa la migración de mexicanos a Estados Unidos. En este trabajo retomamos este debate, a partir del análisis de los flujos o del “stock” de la migración mexicana a partir de la pregunta ¿en qué medida se está transitando hacia una feminización cuantitativa de la migración México-Estados Unidos dados los cambios en la distribución por sexo de los flujos migratorios? el término feminización puede confundir si se entiende únicamente como el incremento absoluto en la proporción de mujeres

migrantes, cuando el fenómeno es mucho más complejo que eso. De hecho, se piensa no solo en la presencia de una mayor cantidad de mujeres, sino en el carácter autónomo del acto de migrar, dado de que se trata de una emigración eminentemente laboral.¹

Discusión general

La invisibilidad de las mujeres mexicanas en el análisis de la migración

En sus orígenes, el estudio sobre migración internacional, y específicamente sobre el trabajo de migrantes hacia Estados Unidos, se centró sobre la participación masculina. Cuando se estudiaba la migración femenina, se le asocia inmediatamente a la migración masculina, bajo el argumento de que su emigración se daba únicamente como acompañante del esposo, el padre o hermano, y no como una decisión y realización propias. De tal suerte, que existía poco reconocimiento a la actividad independiente de las mujeres en el proceso de migración. Los siguientes fragmentos, resumen en esencia tal afirmación:

“...si las mujeres migraban lo hacían como parte de la unidad familiar o provenían de áreas donde la migración masculina era fuerte y se había convertido en un patrón establecido a través de los años” (MINES y JANVRY, 1982; REICHERT y MASSEY, 1979, 1981), y cuando trabajaban encontraban empleo al lado de sus esposos... de tal manera que si el tema de la migración masculina es resuelto, así también el de la migración femenina” (KOSSOUDJI y RANNEY, 1984: 1120).

Lo anterior, denota claramente el poco reconocimiento de la actividad independiente de las mujeres en el proceso migratorio, que aunado a la dificultad por consensuar el tamaño del flujo femenino

¹ El lector interesado puede revisar el trabajo (SANTIAGO y BERUMEN, 2012), en el que se explora con mayor detalle la segunda hipótesis.

en esa época, terminaron por justificar el hecho de que, al explicar la participación de los trabajadores migrantes, se comprendía también la migración de las mujeres en el proceso (WOO, 1995; KOSSOUDJI y RANNEY, 1984).

La visibilidad de las mujeres mexicanas en el proceso migratorio

La migración de mexicanos hacia Estados Unidos siguió considerándose como predominantemente masculina, al menos hasta antes de la década de 1980.² A partir de ahí, la presencia de la población femenina empezó a atraer la atención de los especialistas, aunque no existió consenso entre los estudiosos respecto a la participación cuantitativa de la mujer en la migración México-Estados Unidos. No obstante, si se reconoció como uno de los cambios más importantes en las características de la población migrante y de los patrones migratorios, que las mujeres comenzaron a lograr importancia numérica después de la aprobación de las reformas a la Ley de Inmigración de Estados Unidos (IRCA, por sus siglas en inglés) en octubre de 1986,³ mejor conocida como Simpson-Rodino (CORNELIUS, 1988; BUSTAMANTE, 1988; GONZÁLEZ DE LA ROCHA y ESCOBAR, 1990, y ARROYO ET AL., 1991).⁴ A partir de entonces la “visibilidad” de las mujeres ha sido un hecho indiscutible.

Asimismo, las investigaciones sugirieron como otro de los cambios de los últimos años, el hecho de que cada vez más mujeres

2 No es que se hubiera supuesto que las mujeres no migraban, se presuponía que lo hacían como acompañantes subordinadas de un varón o con fines de reunificación familiar (PESSAR, 1999; POGGIO y WOO, 2000).

3 La Ley Immigration Reform and Control Act (IRCA) (Ley de Reforma y Control de Inmigración) de 1986, prohíbe la discriminación de empleo basado en el origen nacional o condición de ciudadanía. Al mismo tiempo, la IRCA requiere que las compañías verifiquen que todos los empleados, sean o no ciudadanos, estén autorizados para trabajar en Estados Unidos.

4 Los autores citados apuntan los cambios que han ocurrido en el flujo migratorio y en las características de la población migrante después de la aprobación de la Simpson-Rodino, entre los cuales destaca la creciente participación de la mujer.

fueron alejándose de los roles o patrones asumidos tradicionalmente como acompañantes o dependientes del esposo, padre, hijos o hermanos y han ido asumiendo un rol propio y de mayor visibilidad: el de migrantes por iniciativa propia y por motivos laborales (CORNELIUS, 1988; BUSTAMANTE, 1988). A este fenómeno de mayor visibilidad por un lado y de mayor autonomía por el otro se le ha denominado “feminización” de las migraciones y se estableció como una de las características de las migraciones internacionales contemporáneas (CASTLES y MILLER, 1998).⁵

La discusión no está acabada, primero porque no existe un consenso sobre la participación cuantitativa de la mujer en la migración México-Estados Unidos. Segundo porque el término “feminización de las migraciones” puede confundir en tanto sugiere por un lado el incremento absoluto, de la proporción de mujeres migrantes. Y por el otro, un cambio “cualitativo” en la composición de estos flujos como el aumento sostenido en la proporción de mujeres que migran de forma independiente en búsqueda de empleo.

No obstante, no descartamos que en los últimos años en nuestro país haya sido posible una feminización neta de los flujos, tampoco que cada vez más mujeres migren de forma independiente en búsqueda de trabajo, en vez de hacerlo como “dependientes”. Además, es evidente la mayor atención que académicos y encargados de diseñar políticas públicas han comenzado a prestar a la migración femenina y al papel del género en los procesos migratorios. Lo cual no es menor, pues ha permitido seguir

⁵ Además de la feminización, otras características de las migraciones contemporáneas son la globalización (un mayor número de países se ven afectados por este fenómeno); aceleración (el número de migrantes a nivel internacional aumenta exponencialmente en una forma más dinámica que en períodos históricos anteriores); diferenciación (los migrantes que se trasladan hacia un país determinado generalmente comparte un origen étnico, clasista y de género común); y politización (las proyecciones en cuanto a políticas migratorias nacionales se ven impactadas por un conjunto de consideraciones pertenecientes al campo de las relaciones internacionales y la seguridad nacional y viceversa) (CASTLES y MILLER, 1998).

reflexionando incluso sobre conceptos o ideas como la de la “feminización” que se pensaba ya estaba resuelta.

Las mujeres mexicanas en la emigración hacia Estados Unidos

a) Volumen (stock) de las mujeres mexicanas residentes en Estados Unidos

Como resultado del intenso dinamismo migratorio de décadas pasadas, se alcanzó hacia principios de siglo un importante volumen en el número de mexicanos residentes en el vecino país del norte (LEITE, ANGOA y RODRÍGUEZ, 2009). La información de los censos norteamericanos muestra que en 1970 residían en Estados Unidos 760 mil mexicanos, en 1980 la cifra ascendió a cerca de 2.2 millones (véase cuadro 1). La población mexicana siguió creciendo y consolidándose en las décadas siguientes, coadyuvada por los procesos de inmigración laboral y de reunificación familiar (formales e informales). Así en 1990 el volumen de mexicanos en Estados Unidos se duplicó, al sumar 4.3 millones y en el año 2000 ascendió a cerca de 9.2 millones, de los cuales un 45% eran mujeres. Para 2010, el monto ascendió alrededor de 11.7 millones de personas, donde casi 46% eran mujeres.

En 2016 según estimaciones del Migration Policy Institute MPI con base en la Encuesta de la Comunidad Estadounidense (American Community Survey o ACS por su sigla en inglés). Registró un monto total de alrededor de 11.6 millones de personas, de las cuales casi 48% eran mujeres, lo que representó un ligero decrecimiento de la participación de los varones y en consecuencia un incremento absoluto, en la proporción de mujeres migrantes.

Lo anterior, sugiere la presencia de una proporción importante de mujeres migrantes, aunque de hecho hacia 1970 las mujeres ya representaban el 50% del total de migrantes internacionales, porcentaje que disminuiría cuatro puntos durante las siguientes cinco décadas y solo dos en 2016, llegando a un 48%.

No obstante, que la participación relativa de las mujeres se redujo levemente, se observa que el volumen absoluto se multiplicó por un poco más de 14 veces a lo largo del periodo, al pasar de 338 mil a 5.5 millones de emigrantes mexicanas. En el caso de los varones su participación se multiplicó por 17, en las primera cinco décadas para posteriormente disminuir, dada la contracción reciente de la migración mexicana derivada de la crisis económica de finales de la década pasada y del endurecimiento de las políticas antiinmigrantes de los últimos años, así lo evidencia el análisis de las tasas de crecimiento por sexo, de hecho las tasas tienden nuevamente a la convergencia. Llama la atención la tasa de crecimiento negativa para los varones de -1.4 para 2016, habrá que esperar el dato de 2020 para confirmar si la presencia de mujeres será mayor en la siguiente década, aunque como ya se apuntó la tendencia al menos sugiere la igualación entre hombres y mujeres como en la década de los setenta y en menor medida en los ochenta.

Cuadro 1. Población nacida en México con residencia en Estados Unidos 1970-2016

Año censal	Población en miles y tasa de crecimiento (TC)						Porcentaje		
	Total		Hombres		Mujeres		Total	Hombres	Mujeres
	Absolutos	TC	Absolutos	TC	Absolutos	TC			
1970	760		377		383		100,0	49,6	50,4
1980	2.199	11,2	1.153	11,8	1.047	10,6	100,0	52,4	47,6
1990	4.298	6,9	2.370	7,5	1.929	6,3	100,0	55,1	44,9
2000	9.178	7,9	5.084	7,9	4.093	7,8	100,0	55,4	44,6
2010	11.711	2,5	6.543	2,6	5.329	2,7	101,4	55,9	45,5
2016	11.568	- 0,2	6.024	- 1,4	5.545	0,7	100,0	52,1	47,9

Fuente: Migration Policy Institute (MPI) tabulation of data from the U.S. Census Bureau's 2010-2016 American Community Surveys. Data from the 1970, 1990, and 2000 decennial Censuses.

Además, habrá que recordar el carácter temporal/estacional de la migración mexicana que prevaleció durante las décadas de los setenta y los ochenta, así como el tránsito hacia un patrón migratorio más permanente a partir de los noventa. Si asumimos que la migración eminentemente masculina y de carácter laboral que han documentado diversos estudios no fue captada por los censos de población de ese país, ya que estaban interesados en los

formalmente establecidos y con una residencia más o menos definitiva (independientemente de su estatus migratorio), suena lógico que existiera un equilibrio de género en los inmigrantes mexicanos registrados en el censo de 1970 y un poco menos en el de 1980.

Por otra parte, en la medida que se rompe la circularidad migratoria y que emerge un patrón de emigración más permanente, algunos de los migrantes temporales comienzan a ser captados por los censos y encuestas de ese país y, dado que esta migración estaba integrada mayoritariamente por hombres, se comienza a observar una mayor participación de los hombres en el stock de inmigrantes mexicanos en Estados Unidos. En resumen, hasta antes de los noventa había un equilibrio entre hombres y mujeres en los inmigrantes permanentes y un fuerte sesgo a favor de los hombres en los migrantes temporales que ha sido ampliamente documentado por la literatura especializada, sin embargo, en la medida que los temporales se convierten en permanentes y dada la cada vez mayor presencia de mujeres se observará un continuo incremento en la participación de las mujeres en el volumen o stock de migrantes.

b) *Flujos quinquenales de emigrantes mexicanas*

La información generada a partir de las fuentes mexicanas como las Encuestas de la Dinámica Demográfica (ENADID, 1992, 1997, 2006, 2009 y 2014), el Conteo de Población de 1995, los Censos Generales de Población y Vivienda de 2000 y 2010, así como la Encuesta Intercensal, 2015, permitieron apreciar que la participación de las mujeres en la emigración quinquenal a Estados Unidos es relativamente menor a la de los varones: aproximadamente una mujer por cada cuatro hombres, salvo en 2015 donde la proporción de mujeres cambia a una mujer cada tres varones (véase cuadro 2).

Cuadro 2 Emigración quinquenal de mexicanos con destino hacia Estados Unidos, según sexo ¹						
Fuentes de información según quinquenio de referencia	Absoluto en miles			Porcentaje		
	Total	Hombres	Mujeres	Total	Hombres	Mujeres
ENADID 1987-1992	1,865	1,382	483	100.0	74.1	25.9
Conteo de población 1990-1995	1,713	1,191	522	100.0	69.5	30.5
ENADID 1992-1997	1,952	1,488	464	100.0	76.2	23.8
Censo 1995-2000	1,235	917	318	100.0	74.2	25.8
ENADID 2001-2006	1,706	1,351	355	100.0	79.2	20.8
ENADID 2004-2009	1,640	1,258	382	100.0	76.7	23.3
Censo 2005-2010	985	677	308	100.0	68.7	31.3
ENADID 2009-2014	621	479	142	100.0	77.1	22.9
Intercensal 2010-2015	559	360	200	100.0	64.3	35.7

Nota:¹ La emigración quinquenal hace referencia a la población que se fue vivir a Estados Unidos durante los cinco años anteriores al momento de la encuesta o censo de captación. Dado que la mayoría de los emigrantes ya no se encuentra en el hogar (a no ser que hayan emigrado y retornado durante el mismo quinquenio), la información es proporcionada por otro miembro del hogar presente en el momento de la encuesta. Lo anterior podría subestimar la presencia de las mujeres en el flujo, dado que su partida significa, en la mayoría de las ocasiones, la emigración del hogar completo.

Fuente: INEGI y CONAPO, Encuesta Nacional de Dinámica Demográfica (ENADID, 1992,1997,2006,2009 y 2014); INEGI, Conteo de Población y Vivienda, 1995; INEGI, Censo General de Población y Vivienda, 2000 y 2010; INEGI, Encuesta Intercensal, 2015.

De igual manera, a partir de 1995 se observa una tendencia a la baja en la participación absoluta y relativa de las mujeres, por ejemplo, en el quinquenio 1987-1992 se registró una salida acumulada de 483 mil mujeres emigrantes, mientras que en el quinquenio 2009-2014 su número apenas alcanzó la cifra de 142 mil, igualmente, su participación en el total del flujo se redujo de 26 a 23 por ciento durante el mismo periodo. Llama la atención, el quinquenio de análisis más reciente 2010-2015, aunque sigue siendo predominantemente masculina, la participación de las mujeres alcanzó la mayor proporción con cerca de 36 por ciento.

Para explicar la tendencia a la baja en la participación de las mujeres debe tenerse en cuenta, el efecto no deseado del endurecimiento de las políticas de control fronterizo por parte de las autoridades migratorias de Estados Unidos, las cuales han prolongado los tiempos de estancia de los migrantes en ese país, fenómeno que ha afectado especialmente a las mujeres.⁶ De esta manera, en el caso de las mujeres emigrantes se conjugan al menos tres elementos que explican el subregistro de éstas y el porqué cada vez es menor la probabilidad de que sean enumeradas por este tipo

⁶ La literatura ha denominado a este fenómeno como el desgaste de la circularidad migratoria y su efecto ha sido mayor en el caso de las mujeres (véanse CORONA y TUIRÁN, 2001). Véase sobre los tiempos de estancia de las y los migrantes de retorno a (SANTIAGO, 2018).

de instrumentos: a) se trata mayoritariamente de emigraciones definitivas, b) con su partida frecuentemente se pierde la posibilidad de que otro miembro del hogar las declare y, c) cada vez son menos las mujeres que regresan para, posteriormente, emprender una nueva aventura migratoria y, además, cada vez transcurren mayores tiempos entre ambos desplazamientos migratorios.⁷ En suma, se sabe que las encuestas en el lugar de origen pueden estar captando una menor proporción de mujeres migrantes, pero no significa que su participación sea menor en el fenómeno migratorio, ya que las mujeres han asumido un rol propio dentro del fenómeno y no sólo el de acompañantes de los varones.

c) *Flujo de trabajadoras procedentes de México con destino Estados Unidos*

La migración de trabajadoras temporales a Estados Unidos es un fenómeno históricamente significativo (CONAPO, 2000). De acuerdo a la información recaba por la Encuesta sobre Migración en la Frontera Norte de México (EMIF NORTE) que se presenta en el cuadro 3 entre 1995 y 2017 un promedio anual de casi 460 mil migrantes regresaron a México después de trabajar un tiempo en Estados Unidos, de las cuales 77 mil eran mujeres que representaban 20 por ciento del flujo migratorio observado por la EMIF NORTE. De hecho en el mismo cuadro 3 puede verse que si bien el flujo migratorio al país vecino se compone mayoritariamente de varones, llama la atención que las mujeres hayan aumentado su participación tanto en términos absolutos como relativos.

Al respecto, debe mencionarse que el aumento de la migración femenina para el periodo de análisis parece haberse registrado con mayor fuerza entre 1995 y 2001 donde la participación de las mujeres tendió a incrementarse, llegando al 25 por ciento en ese

⁷ Véase un análisis más detallado sobre el retorno de los y las migrantes mexicanos de retorno a (SANTIAGO, DE JESÚS y DELGADILLO, 2018).

año, para luego reducirse hasta el 10 por ciento en 2006 y, se recupera nuevamente en 2010 y 2011 con 26 y 27 por ciento. Aunque la tendencia se sugiere a la alza, nuevamente hacia final del periodo, con 35 por ciento en 2017, la proporción de mujeres para todo el periodo de análisis, es menor que la correspondiente a los varones, que no es lo mismo que afirmar que su participación sea menor en el fenómeno migratorio, pues como ya se ha adelantado las mujeres han venido asumiendo cada vez más un rol más activo dentro del fenómeno migratorio y del resto de las actividades socioeconómicas.⁸

Cuadro 3 Migrantes en flujo procedentes de México con destino a Estados Unidos, 1995, 1999-2017

Año	Absoluto en miles			Porcentaje		
	Total	Hombres	Mujeres	Total	Hombres	Mujeres
1995	415	399	16	100.0	96.1	3.9
1999	524	429	95	100.0	81.9	18.1
2000	455	362	92	100.0	79.7	20.3
2001	406	303	103	100.0	74.7	25.3
2002	729	615	114	100.0	84.4	15.6
2003	628	537	91	100.0	85.5	14.5
2004	542	482	60	100.0	88.9	11.1
2005	709	601	108	100.0	84.8	15.2
2006	816	730	85	100.0	89.6	10.4
2007	856	751	105	100.0	87.8	12.2
2008	748	608	140	100.0	81.3	18.7
2009	630	516	115	100.0	81.8	18.2
2010	493	365	128	100.0	74.1	25.9
2011	317	230	87	100.0	72.7	27.3
2012	276	228	48	100.0	82.6	17.4
2013	280	225	56	100.0	80.1	19.9
2014	165	125	40	100.0	75.7	24.3
2015	96	69	27	100.0	72.3	27.7
2016	76	53	23	100.0	69.7	30.3
2017	46	30	16	100.0	65.2	34.8
Promedio	460	383	77	100.0	80.4	19.6

Fuente: UPM, CONAPO, INM, SER, STPS y EL COLEF, Encuesta sobre Migración en la Frontera Norte de México, 1994-1995 y 1999-2017.

⁸ Véase (SANTIAGO y BERUMEN, 2012), particularmente el apartado: La visibilidad de las mujeres en el mercado de trabajo en México y la emigración mexicana a Estados Unidos.

d) Flujo de trabajadoras devueltas por las autoridades migratorias de Estados Unidos

Las devoluciones de migrantes no autorizados es uno de los temas más sensibles de nuestras relaciones con Estados Unidos. En consecuencia, para fortalecer las posiciones de México en las negociaciones bilaterales, es imprescindible el monitoreo y análisis sistemático de las transformaciones que experimenta el fenómeno como resultado de las interacciones entre las estrategias de la patrulla fronteriza y de la respuesta de los migrantes no autorizados (CONAPO, 2000).

En ese sentido, debe considerarse que la participación de las mujeres en el flujo migratorio al país vecino constituye una de las realidades sociales más preocupantes para el gobierno y la sociedad mexicana, pues ellas conforman uno de los grupos más vulnerables (CONAPO, 2000). En el cuadro 4 se muestra la participación de las mujeres en el flujo de las y los migrantes mexicanos devueltos por Estados Unidos, a partir de información proveniente de la EMIF NORTE, como puede apreciarse durante el periodo 1995-2017 la EMIF NORTE observó un promedio anual de casi 450 mil devoluciones de connacionales que intentaron ingresar de manera irregular a Estados Unidos. Del total, 85 por ciento fueron devoluciones de varones y 15 por ciento de mujeres (véase cuadro 4). En el mismo cuadro se puede apreciar como la proporción de mujeres devueltas por las autoridades migratorias se ha mantenido oscilante en los últimos quince años entre 11 y 20 por ciento, pero con tendencia decreciente.

Cuadro 4 Migrantes devueltos por autoridades migratorias de Estados Unidos , 1995, 1999-2017

Año	Absoluto en miles			Porcentaje		
	Total	Hombres	Mujeres	Total	Hombres	Mujeres
1995	637	536	101	100.0	84.1	15.9
1999	639	529	111	100.0	82.7	17.3
2000	808	662	146	100.0	82.0	18.0
2001	616	515	100	100.0	83.7	16.3
2002	570	468	102	100.0	82.2	17.8
2003	466	386	80	100.0	82.9	17.1
2004	429	363	66	100.0	84.6	15.4
2005	513	427	86	100.0	83.3	16.7
2006	462	373	90	100.0	80.6	19.4
2007	573	460	112	100.0	80.4	19.6
2008	566	470	95	100.0	83.2	16.8
2009	549	451	98	100.0	82.2	17.8
2010	418	365	53	100.0	87.2	12.8
2011	357	315	42	100.0	88.1	11.9
2012	352	308	44	100.0	87.4	12.6
2013	298	257	41	100.0	86.1	13.9
2014	214	186	29	100.0	86.7	13.3
2015	175	152	23	100.0	86.7	13.3
2016	197	175	22	100.0	88.8	11.2
2017	155	137	17	100.0	88.8	11.2
Promedio	450	377	73	100.0	84.6	15.4

Fuente: UPM, CONAPO, INM, SER, STPS y EL COLEF, Encuesta sobre Migración en la Frontera Norte de México, 1994-1995 y 1999-2017.

Cuando confrontamos el flujo que se dirige hacia el vecino país del norte, con el de las de las devueltas por las autoridades migratorias de Estados Unidos, reportadas por la EMIF NORTE, los resultados sugieren en el caso de las primeras una tendencia creciente en la participación de las mujeres, aunque se mantiene el predominio masculino (véase cuadro 5). En el caso de las segundas, es difícil corroborar esta aseveración, pues las devueltas por las autoridades estadounidenses mantuvieron participaciones que oscilaron a lo largo del periodo de análisis aunque con tendencia decreciente, pensamos que este comportamiento de crecimiento por un lado y de inestabilidad por el otro han estado relacionados con las repetidas crisis económicas de México y en el vecino país, así como con los efectos no esperados de algunas políticas estadounidenses.⁹

⁹ Dos acciones de la política migratoria estadounidense han incidido específicamente en la modificación del volumen de la población femenina mexicana en Estados Unidos: la primera se refiere

Cuadro 5 Porcentaje de migrantes mexicanas que se dirigen a Estados Unidos y devueltas por las autoridades migratorias de este país, 1995, 1999-2017

Año	Emigrantes mexicanas	
	Procedentes de México con destino a Estados Unidos	Devueltas por autoridades migratorias de Estados Unidos
1995	3.9	15.9
1999	18.1	17.3
2000	20.3	18.0
2001	25.3	16.3
2002	15.6	17.8
2003	14.5	17.1
2004	11.1	15.4
2005	15.2	16.7
2006	10.4	19.4
2007	12.2	19.6
2008	18.7	16.8
2009	18.2	17.8
2010	25.9	12.8
2011	27.3	11.9
2012	17.4	12.6
2013	19.9	13.9
2014	24.3	13.3
2015	27.7	13.3
2016	30.3	11.2
2017	34.8	11.2
Promedio	19.6	15.4

Fuente: UPM, CONAPO, INM, SER, STPS y EL COLEF,
Encuesta sobre Migración en la Frontera Norte de México,
1994-1995 y 1999-2017.

En síntesis, la evidencia presentada hasta aquí en torno a la feminización de las migraciones a partir del análisis del flujo o del “stock” arrojó algunos elementos que sugieren que podríamos estar frente al inicio de un proceso de feminización de la migración México-Estados Unidos, en términos de un incremento absoluto y relativo en la proporción de mujeres migrantes. Respecto al cambio cualitativo asociado el término feminización, es evidente que una mayor proporción de mujeres en el proceso migratorio México-

a la aplicación de la Ley Simpson Rodino, la cual, además de otorgar amnistía en ese país a los trabajadores no documentados que reunían requisitos específicos, promovió la reunificación familiar, permitiendo que muchas familias de los beneficiados que se habían quedado en su lugar de origen (en este caso, México) pudieran ingresar de manera documentada a ese país (VERNEZ, 1999); la segunda resalta que las reformas estadounidenses enfocadas al control y militarización de la frontera con México, han contribuido a erosionar el proceso de circularidad migratoria mexicana y favorecido la residencia más permanente de nuestros connacionales en ese país (ANGOA, 2009).

Estados Unidos vendrá acompañado de una mayor visibilidad de las mujeres que migran de forma independiente en búsqueda de empleo.¹⁰

Reflexiones finales

En este trabajo, se retoma uno de los debates más recientes en el análisis de las migraciones internacionales en torno a la feminización de las migraciones, con el objeto de responder a la pregunta ¿En qué medida se está transitando hacia una feminización cuantitativa de la migración México–Estados Unidos dados los cambios en la distribución por sexo de los flujos migratorios?

En un primer momento, nos acercamos a responder a la pregunta a partir de la revisión bibliográfica la cual evidenció que tradicionalmente la investigación sobre migración internacional, y específicamente sobre trabajadores migrantes hacia Estados Unidos, resaltaban la participación masculina. La migración femenina ocasionalmente era tocada, se suponía que la mujer tenía menos participación que el hombre, y cuando se hacía referencia a las mujeres en el proceso migratorio era para dar cuenta de su papel como esposa, acompañante, es decir como una simple presencia secundaria en el resto de la familia, así que existía poco reconocimiento a la actividad independiente de las mujeres en el proceso de migración. Se daba como un hecho que, al explicar la participación de los trabajadores migrantes, se comprendía también la migración de las mujeres.

Fue difícil encontrar en la bibliografía un consenso sobre la participación cuantitativa de la mujer en la migración México–Estados Unidos. No obstante, los trabajos revisados hicieron alusión a que las mujeres comenzaron a lograr importancia numérica después de las reformas a la Ley de Reforma y Control de la

¹⁰ Véase (SANTIAGO y BERUMEN, 2012).

Inmigración (IRCA, por sus siglas en inglés) en Estados Unidos en 1986. Aunque, no fue suficiente como para alcanzar un acuerdo en términos del volumen que representaba la migración femenina, debido al predominio avasallador de la participación masculina, pero también por la escasez de fuentes de información de cobertura nacional que permitieran conocer los distintos patrones migratorios de la población femenina.

En cambio, en este trabajo se evidenció no sólo que se cuenta con más y mejores fuentes de información, sino además, a partir del análisis del flujo o del “stock” se evidenció que podríamos encontrarnos frente a los inicios de un proceso de feminización cuantitativa de la migración México-Estados Unidos, en términos de un incremento absoluto y relativo en la proporción de mujeres migrantes.

Lo anterior refuerza la idea de una mayor visibilidad de las mujeres en términos laborales, producto de los cambios económicos y sociales en México y el resto del mundo que se han traducido en la mayor incorporación de las mujeres al mercado laboral, presionando a los varones que no puedan desempeñar el papel tradicional de proveedores económicos y a las mujeres para que busquen nuevas estrategias de supervivencia familiar, como la migración internacional donde han asumido un rol propio dentro del fenómeno y no sólo el de simples acompañantes de los varones. De hecho se sostiene que la feminización, puede referirse con sus limitantes no solo al mayor volumen de éstas sino además a la cada vez mayor visibilidad de las mujeres en el mercado de trabajo, así como su migración de forma independiente en búsqueda de trabajo, en vez de hacerlo como “dependientes” familiares, viajando con sus esposos o reuniéndose con ellos en el exterior.

En suma, la mujer migrante es un actor social de gran relevancia que modifica, se incorpora y se interrelaciona tanto con el contexto social, económico y cultural de su comunidad de origen como con el de la comunidad de destino y que es precisamente la

mujer migrante el actor que puede ayudarnos a responder y a entender lo que está pasando en este momento.

Referências

- ANGOA, María Adela (2009). “Mexicanas en Estados Unidos” en Paula LEITE y Silvia E. GIORGULI (coords.) *El estado de la migración. Las políticas públicas ante los retos de la migración mexicana a Estados Unidos*. México, CONAPO.
- ARROYO Alejandre, Jesús et al., (1991). Migración rural hacia Estados Unidos: Un estudio regional en Jalisco. Guadalajara, México, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, Universidad de Guadalajara.
- BUSTAMANTE, Jorge (1988). *Migración de indocumentados de México a Estados Unidos*, fundación Friedrich Ebert Stiftung, México.
- CASTLES, S. & MILLER, M. J. (1998). *The age of migration: International population movement in the modern world*. New York: The Guilford Press.
- CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN (2000). Mujeres en la Migración a Estados Unidos. *Migración internacional*. Año 5, núm. 13 / 2000 / ISSN 1405-5589. México, CONAPO.
- CORONA, Rodolfo, y Rodolfo TUIRÁN, (2001). “La migración internacional desde y hacia México”, en J. GÓMEZ y C. RABELL (coords.), *La población de México. Tendencias y perspectivas sociodemográficas hacia el siglo XXI*. México, CONAPO.
- CORNELIUS, Wayne A. (1988). “Los migrantes de la crisis: the changing profile of mexican labor migration to california in the 1980s”, paper presentado en “Population and work in regional setting”, El Colegio de Michoacán, Zamora, noviembre 18-30.
- GONZÁLEZ DE LA ROCHA, Mercedes y Agustín ESCOBAR LATAPÍ (1990). “Efecto de IRCA en los patrones migratorios de una comunidad en Los Altos de Jalisco”, (mimeo).
- INEGI, *Encuesta Nacional de la Dinámica Demográfica* (ENADID), 1992.

- _____, *Encuesta Nacional de la Dinámica Demográfica* (ENADID), 1997.
- _____, *Encuesta Nacional de la Dinámica Demográfica* (ENADID), 2006.
- _____, *Encuesta Nacional de la Dinámica Demográfica* (ENADID), 2009.
- _____, *Encuesta Nacional de la Dinámica Demográfica* (ENADID), 2014.
- _____, *Encuesta Intercensal*. 2015.
- _____, *XII Censo General de Población y Vivienda*. 2000.
- _____, *XIII Censo General de Población y Vivienda*. 2010.
- _____, *Conteo de Población y Vivienda*. 1995.
- KOSSOUDJI, Sherrie A., and Susan I. RANNEY (1984). “The labor market experience of female migrants: The case of temporary Mexican migration to the U.S.” *International Migration Review*, vol.18, núm.4, pp.1120-43.
- LEITE Paula, María Adela ANGOA y Mauricio RODRÍGUEZ (2009). “Emigración México-Estados Unidos: balance de las últimas décadas”, en La Situación demográfica de México, 2009, CONAPO, México, pp. 103-23.
- MARTÍNEZ Pizarro, J. (2003). El mapa migratorio de América Latina y el Caribe, las mujeres y el género, Santiago de Chile, UNFPA.
- MIGRATION POLICY INSTITUTE (MPI) tabulation of data from the U.S. Census Bureau's 2010-2016 American Community Surveys. Data from the 1970, 1990, and 2000 decennial Censuses.
- MINES, Richard y Alain DE JANVRY (1982). “Migration to the United States and Mexican Rural Development: A case Study”. *American Journal of Agricultural Economics*, vol. 64, núm.3, pp. 444-454
- ONU (2006). *Estudio mundial sobre el papel de la mujer en el desarrollo 2004. La mujer y la migración internacional*. Departamento de Asuntos Económicos y Sociales. División para el Adelanto de la Mujer. Naciones Unidas, Nueva York.

- PESSAR, Patricia R (1999). "Engendering Migration Studies: The case of the new immigrants in the United States", *American Behavioral Scientist*, vol. 42, núm. 4, p. 577-600.
- POGGIO, Sara y Ofelia WOO (2000). "La invisibilidad de las mujeres en la emigración hacia Estados Unidos", en Migración femenina hacia Estados Unidos, México, EDAMEX, pp. 7-20.
- REICHERT, Joshua S. and Douglas S. MASSEY (1979). "Patterns of Migration from a Mexican Sending Community: A Comparison of Legal and Illegal Migrants." *International Migration Review*, vol. 13, núm.4 , pp.599-623.
- _____. (1981). "The Migrant Syndrome: Seasonal U.S. Wage Labor and Rural Development in Central Mexico", *Human Organization*, vol. 40, núm.1, pp. 56-66.
- SANTIAGO Hernández, julio (2018). "Análisis de la duración de las estancias de los migrantes mexicanos de retorno", El Colegio de Jalisco, México.
- SANTIAGO Hernández, julio, Edilma DE JESUS Desidério y Nicéforo DELGADILLO Aguilar (2018). ¿Quiénes son los que regresan? Escenarios de la migración de retorno a México según la Encuesta Nacional de Empleo y Ocupación 2010-2016. En Livro Migrações Sul-Sul, Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), Fapesp.
- SANTIAGO Hernández, julio y BERUMEN Sandoval, Salvador (2012) Las mujeres en el proceso migratorio México-Estados Unidos. ¿Hacia una feminización de la migración? En BERUMEN Sandoval, Salvador; Nina FRÍAS Valle; Julio SANTIAGO Hernández (coords.). Migración y familia. Una mirada más humana para el estudio de la migración internacional. SPMAR-UPM-CEM, TILDE EDITORES, INM.
- UPM, CONAPO, INM, SRE, STPS y EL COLEF, *Encuesta sobre Migración en la Frontera Norte* (EMIF NORTE) 1994-1995 y 1999-2017.
- VERNEZ, George (1999). Immigrant Women in the U.S. Workforce. Who struggles? Who Succeeds?, Lanham, MD, Lexington Books.
- VILLA, Miguel y Jorge MARTÍNEZ (2002), "Rasgos sociodemográficos y económicos de la migración internacional en América Latina y el Caribe", en Capítulos del SELA, 65, mayo-agosto, pp. 26-67.

WOO Morales, Ofelia (2007). Memoria: Mujeres afectadas por el fenómeno migratorio en México. Una aproximación desde la perspectiva de género, México, Instituto Nacional de las Mujeres. Dirección General de Promoción y Enlace. Dirección de Desarrollo Social y Humano.

WOO Morales, Ofelia (1995). “Las mujeres mexicanas indocumentadas en la migración internacional y la movilidad transfronteriza”, en Soledad González, Olivia Ruiz, Laura Velasco y Ofelia Woo (comps.), *Mujeres, migración y maquila en la frontera norte*, México, El Colegio de México/El Colegio de la Frontera Norte.

ZLOTNIK, Hania (2003), The global dimensions of female migration, en www.migrationinformation.org.

Migrações internacionais no Brasil: estado da arte¹

*Emilia da Silva Piñeiro
Márcia Esteves de Calazans*

Introdução

As pesquisas “estado da arte” ou então “estado de conhecimento”, conforme Norma Ferreira (2002), são pesquisas bibliográficas as quais propõem-se a realizar um mapeamento e discussão sobre certa área de produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento. Este método de pesquisa já é consolidado no Brasil e cada vez mais utilizado por pesquisadores que buscam o conhecimento geral do que vem sendo produzido cientificamente em seus campos de pesquisa.

Outra característica relevante das pesquisas de estado da arte, é que mesmo sendo realizadas em diferentes áreas do conhecimento, Ferreira (2002), enfatiza que toda pesquisa de estado da arte utiliza a mesma abordagem metodológica, que é o levantamento e avaliação do conhecimento sobre determinado tema, que no caso desta pesquisa, foi feito um levantamento da produção científica sobre as migrações internacionais, e em determinada área do conhecimento.

¹ O presente artigo dialoga com a dissertação *Mulheres Palestinas: A diáspora árabe na fronteira Brasil Uruguai*, de Emilia da Silva Piñeiro desenvolvida no PPG Política Social e Direitos Humanos, da Universidade Católica de Pelotas, sob orientação do Profª Drª Márcia Esteves de Calazans.

Neide Patarra (2005), salienta a importância dos estudos sobre migrações internacionais que “no contexto da globalização tem sido, na verdade, objeto de um número expressivo de contribuições importantes, de caráter teórico e empírico, que atestam sua diversidade, significados e implicações” (2005, p. 23).

O ato de migrar tornou-se uma escolha cada vez mais recorrente. Diante do atual cenário mundial, os seres humanos migram por diversos motivos como busca por segurança, qualidade de vida ou então veem-se obrigados a migrar devido a conflitos, catástrofes ambientais e etc., ou seja, as migrações estão ligadas as transformações culturais, políticas, sociais e econômicas mundiais. O fato é, que a mobilidade humana vem reconfigurando as sociedades, e devido a isto, cada vez mais desperta o interesse da academia em estudar esse complexo fenômeno. Com isso, a diversificação dos temas debatidos na questão das migrações é ampla e torna-se cada vez mais necessária em templos globalizados.

Em decorrência da globalização e da facilidade de locomoção e comunicação, a migração tornou-se uma alternativa ao alcance de todos. Existem três variáveis principais para classificar os tipos de migração existentes atualmente: o espaço de deslocamento, o tempo de permanência e o motivo da migração. Quanto ao espaço de deslocamento, a migração pode ser internacional, com a mudança do país de origem, ou interna quando ocorre dentro do mesmo país. Quanto ao tempo de permanência, pode ser classificada como permanente ou temporária. E quanto ao motivo, pode ser que a migração seja espontânea, quando o indivíduo planeja migrar para outra região, seja por fatores econômicos, políticos ou culturais ou então pode ser que a migração seja forçada, quando o indivíduo se vê obrigado a deixar o seu país de origem, contra a sua vontade por um motivo de força maior ou conflito armado.

Em contraponto a importância atual dos estudos sobre mobilidade humana, conforme Richmond (1988) antigamente esta temática enquanto questão social na visão clássica do pensamento de sociólogos como Thomas Malthus, Karl Marx, Emile Durkheim e

Max Weber, era consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e da urbanização das sociedades, ou seja, estes sociólogos abordavam a questão da migração como um problema social secundário. É a partir do século XX, com a crescente onda de deslocamento populacional mundial no espaço geográfico, que será desenvolvida uma contribuição específica ao tema migrações, identificando uma diversidade étnica, de classe e de gênero nas sociedades.

Ressalta-se a questão do gênero com base na importância de estudar o fluxo migratório de mulheres. Para Assis (2007), está importância se dá porque no século passado não tiveram as suas experiências migratórias tratadas como objetos de análise, mas os dados demonstram não apenas a presença feminina nos fluxos do início deste século, mas também o crescimento da participação nas migrações internacionais na segunda metade do século XX, apontando para um fator crucial para entendermos essa invisibilidade: a perspectiva teórica presente nos estudos de migração até o início dos anos de 1970 ignorava as diferenças de gênero, raça e etnia.

O aumento da participação feminina no contexto migratório de acordo com Assis (2007) decorre de um crescimento das migrações internacionais no século passado e aponta para as diferenças entre os fluxos migratórios, como por exemplo, os migrantes contemporâneos contam com um sistema de comunicações e de transportes mais baratos e eficiências do que seus antecessores, o que diminuiu as distâncias e tornou mais frequente o contato entre a sociedade de origem e a sociedade de destino.

Contudo na mesma perspectiva desta pesquisa, as autoras Assis e Sasaki (2001) escreveram para a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), um balanço da produção bibliográfica sobre os novos migrantes do e para o Brasil. Neste estudo, a partir de um levantamento bibliográfico em livros, artigos, teses, dissertações monografias, relatórios de pesquisa e em apresentações de congressos e seminários, já constatava um crescimento no interesse em pesquisas sobre o tema, em sua maioria nas instituições do centro sul do país,

local que de fato, concentra o maior número de publicações na área, conforme veremos a seguir.

Procedimento metodológico do estudo

Para compreender este fenômeno nas academias brasileiras atualmente, fora feita uma pesquisa a partir da classificação da qualis-periódicos² da Plataforma Sucupira³. Foram consultados 253 periódicos, todos estes classificados em A1, A2, B1 e B2 da área 32 da Capes⁴, por se tratar de uma área abrangente do conhecimento científico que é a da Ciências Sociais Aplicadas.

Utilizando-se da técnica de revisão sistemática da literatura, que consiste na pesquisa e análise de estudos relevantes sobre um determinado tema, neste caso as migrações, utilizando banco de dados de literatura sobre determinada questão, como fonte e métodos, com o intuito de realizar uma revisão crítica e abrangente da literatura. Para realizar esta revisão sistemática, após determinado o universo da pesquisa, identificou-se as fontes de pesquisa e qual seria a estratégia de busca dos artigos publicados em periódicos brasileiros. Após o início da coleta dos trabalhos, todos foram analisados, a fim de compreender a relevância desta pesquisa e para então extraír os dados. Após extraído os dados, fora realizada a síntese dos dados, que culminou neste trabalho.

Com o levantamento e a avaliação do conhecimento sobre as migrações internacionais foram elaboradas de tabelas, afim de facilitar a visualização de todos os artigos publicados, uma vez que foram

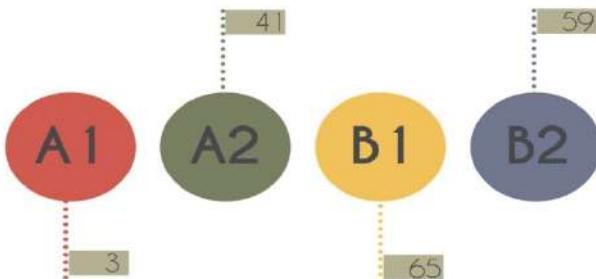
² O Qualis-Periódicos é um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos e A classificação destes periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização, sendo enquadradas em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5 e C.

³ Plataforma Sucupira é uma ferramenta utilizada para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

⁴ Capes significa Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil que atua na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu em todos os estados do país.

analisados um contingente de 168 artigos, dessa forma, considerou-se: título do artigo, autores, palavras chaves, a universidade de origem dos autores, o ISSN da revista, o ano da publicação e o DOI (sigla em inglês utilizadas pelas revistas de identificador digital de objetos). Com as tabelas realizadas, analisou-se atentamente todas as informações acerca dos artigos e a partir desta verificação, consultou-se de forma integral cada artigo, o que permitiu o levantamento da produção publicada entre os anos de 2009 e 2018/1. Dessa forma, encontramos em cada classificação dos periódicos avaliados:

Figura 1: Artigos encontrados e publicados nos periódicos analizados



Fonte: Plataforma Sucupira (2018). Elaboração Autora.

Quando a produção acadêmica publicada em periódicos A1, A2, B1 e B2, evidencia-se que as revistas B1 e B2 possuem um contingente maior de publicações sobre migrações internacionais. Entretanto, esta concentração pode justificar-se pela maior oferta de revistas classificadas nestas áreas. Os periódicos A1 possuem 16 revistas cadastradas, com somente 3 artigos encontrados. O A2, apresenta 35 revistas nesta classificação. Já a B1 possui um universo de 111 revistas nesta classificação e o B2, 91 registros.

Em todas as 253 revistas consultadas, foram pesquisadas as expressões “migrações”, “imigração”, “imigrantes”, “mobilidade humana”, e no período de 2009 a 2018/1, foram encontrados 168 artigos que deram início a esta revisão de literatura e a discussão dos resultados obtidos.

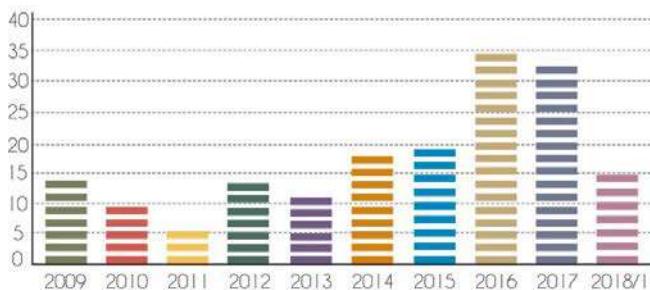
Resultados da Pesquisa

Para o desenvolvimento desta pesquisa sobre migrações internacionais, tornou-se importante o desenvolvimento desde trabalho, afim de ampliar e demonstrar o que tem sido pesquisado nas universidades brasileiras e consequentemente publicado. Frente a isto, a sub-área de o objeto de estudo deste artigo são as publicações em periódicos a partir da avaliação da Capes. Dessa forma, iremos apresentar parte dos resultados obtidos na análise, discussão e resultados das publicações sobre migrações internacionais.

Os artigos encontrados sobre migrações internacionais foram subdivididos em grandes áreas temáticas relacionadas com a questão migratória, sendo elas: educação, saúde, políticas, relações de trabalho, religião, território e qualidade de vida. Também se fez uma análise sobre o protagonismo feminino nas migrações, no qual se encontrou artigos que identificam a interseccionalidade das relações de gênero, migrações e vulnerabilidades frente a saúde, a exploração sexual e a correlação entre mulheres e trabalho doméstico.

Para tanto, observando os números encontrados nesta pesquisa e considerando os artigos publicados nas revistas com lapso temporal entre 2009 e 2018/1, iniciou-se a análise dos dados, a partir do ano de publicação, demonstrando assim a relevância e o crescimento das publicações sobre migrações.

Figura 2: Total de artigos publicados no período de 2009 a 2018/1



Fonte: Autora.

A figura 2 torna possível a visualização do crescimento anual do avanço de pesquisas e publicação sobre migrações considerando todos os achados na Plataforma Sucupira. Do ano de 2009 a 2015 as publicações nesta temática não ultrapassaram o contingente de 20 artigos. É a partir de 2016, que se tem um salto de publicações, nos quais foram encontrados 34 artigos, e no ano de 2017, 32 artigos e até este primeiro semestre de 2018, já foram publicados 15 artigos abordando esta temática.

O crescimento da produção acadêmica e de pesquisas sobre migrações a partir 2016, pode-se justificar com o grande aumento das migrações internacionais para o Brasil. Em dados divulgados pela Organizações das Nações Unidas (ONU) em 2016, a quantidade de pessoas migrantes no mundo, aumentou em 41% nos últimos 15 anos, totalizando 244 milhões de migrantes internacionais, resultando em 3,3% da população mundial. No entanto, as migrações internacionais se dão de diferentes formas nas regiões do mundo, por exemplo, na Europa, América do Norte e Oceania, os migrantes são pelo menos 10% da população, enquanto na África, Ásia, América Latina e Caribe, somam menos de 2%.

No que tange a categorização das produção de artigos encontrados por continente, a partir do lugar de fala do(a) autor(a) (as\es), evidencia-se logicamente, um número significativo de produção brasileira (76%) mas quanto a produção internacional publicada em periódicos do Brasil, destaca-se a produção europeia, a qual significa 21% das publicações. Nesta distinção, a produção a partir de Universidades Africanas são 1% e na América do Norte é 3% das publicações em revistas do Estado brasileiro.

Em contra partida, identifica-se muitas pesquisas de fluxos migratórios de determinadas populações, como por exemplo, a migração de haitianos que atravessando a fronteira norte do país que buscam estabelecer-se no Brasil é tema recorrente de pesquisas e publicações. A migração haitiana para o Brasil se dá em um contexto de diáspora após o catastrófico terremoto em 12 de janeiro de 2010. Dos 14 artigos encontrados que tratam em específico da fluxo haitiano

para o Brasil, todos são pesquisas qualitativas em determinados locais do país, sobretudo no Amazonas, porta de entrada para esta população. Em suma, os artigos tratam das dificuldades socioculturais, a burocratização do acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) o qual é uma garantia legal com aporte na Constituição Federal brasileira e denunciam a precarização do trabalho a que os haitianos são submetidos principalmente no Norte do Brasil.

Fora analisado também a produção do conhecimento a partir da região da sua publicação baseados nas universidades as quais os(as) pesquisadores(as)/autores(as) estão inseridos(as), pois consideramos que as instituições de ensino são fundamentais para o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas e da formação de jovens e adultos em diversas áreas de conhecimento.

Figura 3: Publicações por regiões brasileiras



Fonte: Autora

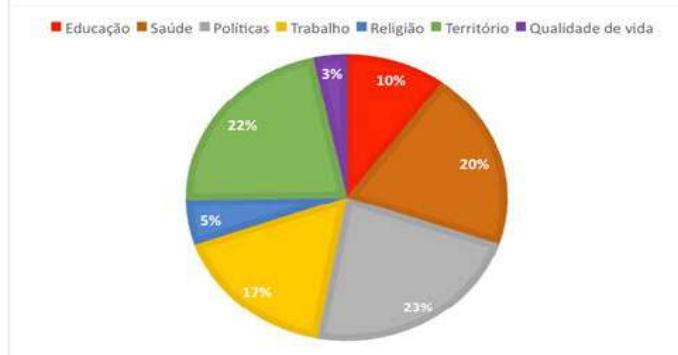
Fica evidente que as pesquisas publicadas em periódicos bem avaliados pela Capes estão concentradas na região Sul e Sudeste do Brasil, o que significa um dado desigual e alarmante comparado as outras regiões geográficas do país. Considerando a grande extensão do país e as significativas diferenças culturais entre as regiões, entendeu-se por necessário analisar o que vem sendo pesquisado e publicado nas diferentes regiões brasileiras. O que nos causou estranheza, a questão das diferentes porcentagens entre as regiões, conforme os dados, as regiões sul e sudeste, concentram a maior

parte das publicações em periódicos, enquanto as demais regiões, possuem uma porcentagem deveras inferior.

A partir deste dado desproporcional entre regiões brasileiras, ressaltamos que esta distribuição condiz somente aos artigos publicados em periódicos selecionados nesta pesquisa e que é sabido que existem grandes pesquisas sobre migrações internacionais e diásporas em outras regiões do Brasil, como por exemplo no Nordeste e no Norte, uma vez que são regiões que concentram um grande número de imigrantes, por exemplo, a região Norte do Brasil é uma fronteira muito utilizada para a entrada de imigrantes, sobretudo da América Latina e Caribe. Este dado, nos faz refletir sobre a condição marginal que o Nordeste e o Norte do Brasil, podem estar, uma vez que boa parte das publicações concentrou-se no Sul e Sudeste do país.

Foi possível identificar também, os principais temas abordados nos 168 artigos consultados, sendo eles na área da saúde, trabalho, educação, religião, políticas, territórios e qualidade de vida dos imigrantes.

Figura 4: Divisão de áreas temáticas de artigos sobre migrações publicados em periódicos no Brasil



Fonte: Autora.

Destaca-se que os temas mais abordados em pesquisas sobre migrações estão centrados na questão da saúde dos imigrantes, na forma de recepção e inserção destes no mercado de trabalho, nas políticas públicas brasileiras voltadas aos imigrantes que no ano de 2017 foi marcado pelo avanço de direitos com a promulgação da

Nova Lei de Migração, baseada nos direitos humanos, e a questão da territorialidade , no qual “os imigrantes, ao se inserirem nos territórios de destino, dão significados a esses territórios, a partir de movimentos de desterritorização e reterritorialização” (LANZA, SANTOS e RODRIGUES, 2016, p. 54).

Os textos referentes a qualidade de vida em sua maioria, retratam as experiências de migrantes brasileiros que deixaram o Brasil em busca de uma condição melhor de vida, escolhendo principalmente a Europa como residência. Nestes artigos, o país com pesquisas de caráter qualitativo sobre esta temática, é Portugal, país com a mesma língua materna que o Brasil. No que tange a religião, as publicações que aparecem na forma de 5% do universo total do levantamento feito, elas concentram-se sob o islamismo e o judaísmo, ambas como pertencentes a identidade destes grupos étnicos.

As publicações envolvendo migração e educação são na maioria de caráter qualitativo, com reflexões e entrevistas com os sujeitos da pesquisa, salvo as publicações sobre as escolas étnicas, com estudo nas de origem polonesas em que foram feitas análises históricas, visto que segundo Rodrigo Boçõen (2017), estas escolas do século XIX eram caracterizadas por seu ensino na língua materna do grupo étnico, da sua cultura e história do país. Sobre migrações contemporâneas com fins de estudo para o Brasil, destaca-se que este fluxo migratório é caracterizado por um movimento temporário, com tempo de permanência estipulado no país.

Luciana Lima e Giuliany Feitosa (2017), analisaram o fluxo de estudantes africanos em uma universidade do Nordeste brasileiro vinculados ao Programa de Convenio Estudantil (PEC-G), o processo de adaptação e inserção no campo acadêmico, relatando a solidariedade entre os estudantes africanos, concluindo que existe uma aproximação maior entre os estudantes africanos se comparado com a interação com os estudantes brasileiros.

A questão laboral é uma temática recorrente nas pesquisas. Nos periódicos pesquisados, 17% das publicações referem-se ao trabalho de imigrantes com apporte em dados quantitativos de dados

estatísticos, denunciando a sua precarização e a desigualdades do mercado de trabalho brasileiro. Silva, Queiróz e Ferreira (2016) retratam os mecanismos de produção e reprodução das desigualdades no Brasil, a partir da mobilidade humana e do capital, retratando as dificuldades que os imigrantes e refugiados encontram e que se submetem na sociedade brasileira, em geral, submetem-se a trabalhos insalubres com baixa remuneração e sem perspectiva de crescimento.

Essa realidade indigna de trabalho no qual estão inseridos muitos imigrantes, principalmente os oriundos de países africanos e latino-americanos está relacionado com as pesquisas na área de saúde, como demonstra Leonardo Eberhardt e Ary Miranda (2017), ao realizarem uma pesquisa de caráter bibliográfico sobre a inter-relação entre a discriminação e a super exploração da mão de obra imigrante, relaciona-se com a saúde destes e o seu acesso dificultado as políticas públicas de saúde, uma vez que os imigrantes no Brasil se encontram em estado de vulnerabilidade social, econômica e são alvos de discriminação. Os autores concluem que é imprescindível que se enxergue esta inter-relação, para então se construir estratégias de resistência e proteção as condições de vida, trabalho e saúde dos imigrantes a começar por políticas públicas eficientes.

Por fim, a temática mais recorrente é sobre políticas setoriais. Optou-se por categorizar todas as políticas em uma só, por tratarem a respeito da formação de agenda de políticas públicas voltadas para as migrações, ou seja, este tópico comprehende as políticas de fato migratórias e as políticas públicas e sociais voltadas para a população migrante, no qual fora analisadas como tais políticas estão implicadas na cultura, na qualidade de vida, na situação de imigrantes residentes no Brasil e ainda verificou-se os efeitos e o desenvolvimento das políticas públicas e setoriais destinadas aos imigrantes, com o intuito de compreender a relação entre a formação da agenda de políticas públicas migratórias, bem como a questão jurídica brasileira em relação aos imigrantes.

Quanto a questão jurídica de imigração, em 2017, o Brasil muito avançou, uma vez que trocou o seu arcabouço jurídico promulgando a

intitulada Nova Lei de Migração – Lei nº 13.445, o qual regulou a entrada e permanência dos imigrantes no Brasil. Os artigos analisados de Luiz Figueiredo e João Zanelatto (2016), de Maiquel Ângelo Wermuth e Joice Nielsson (2016) e de Carmem Lussi (2015), tecem críticas fundamentais a antiga política regulamentária dos imigrantes no Brasil, o então Estatuto do Estrangeiro, uma lei baseada na segurança nacional, da era ditatorial, que compreendia o imigrante como uma ameaça ao território brasileiro e já faziam menção a nova lei de migração, que até então, era um projeto de lei tramitando desde 2015, com a promessa de ser uma política baseada na promulgação da igualdade entre todos, o que de fato se consolidou.

A nova lei de migração do Brasil merece destaque. Baseada nas diretrizes dos direitos humanos assegurando a todos os imigrantes igualdade no direito à vida e acesso a saúde, segurança, trabalho, moradia dentre outros direitos fundamentais. Para tanto, por mais ampla e protetora que seja a nova lei de migração, ainda concordamos com o texto de Lussi (2015), de que Brasil ainda carece de uma política pública interdisciplinar, integrada e contextualizada para esta população, que seja capaz de reconhecer e assumir a complexidade que este tema querer, porque além de garantir o acesso a estes direitos agora reconhecidos em lei para os imigrantes, é preciso promover este acesso. Ainda mais, é preciso integrar a população migrante a nossa população receptora, com o desafio de implementar uma política que não seja discriminatória.

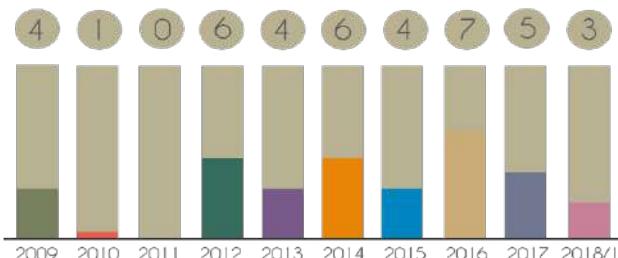
Outro tema abordado frequente nas publicações é a relação entre gênero e migrações. Entendemos que o protagonismo feminino nos fluxos de mobilidade humana merece destaque, uma vez que nos estudos clássicos sobre migrações, segundo Assis (2007), as mulheres eram descritas como aquelas que acompanhavam, esperavam por seus maridos e filhos, sem evidencia, a importância de seus ganhos para a renda familiar. Portanto, as análises e pesquisas migratórias não só encobriam a participação de mulheres, como não percebiam que a migração de longa distância ocorre articulada em uma complexa

rede de relações sociais nas quais as mulheres possuem uma fundamental participação.

Manzón (2017) ressalta que toda a experiência humana possui impactos diferenciados para mulheres e para uma diversidade de identidades de gêneros que se entrecruzam em condições históricas, sexuais, socioraciais, étnicas, etárias e de outros meios de opressão, discriminação e exclusão. A categoria gênero constitui-se em uma ferramenta analítica para explicar os fenômenos da realidade social, e em particular as questões socioculturais, históricas, econômicas e políticas que estão intrinsecamente ligadas aos motivos de migração de mulheres. Devido a toda esta questão envolvendo o protagonismo das mulheres na migração, entendeu-se como necessário, a análise de artigos publicados que retratassem a condições e contribuições da migração feminina.

Frente a isto, foram encontrados 38 artigos na base de pesquisa que tratam sobre a feminização das migrações, o que correspondem a 34% do total de artigos sobre migrações internacionais sobre o total e que concentram-se nos periódicos avaliados em A2, B1 e B2. Visto isto, ressaltamos que em periódicos A1, não foi encontrado nenhuma publicação sobre o movimento migratório de mulheres. No periódico A2 foram encontradas 9 publicações, nos periódicos B1 e B2, 16 e 13 publicações, respectivamente.

Figura 5: Mulheres Migrantes
Artigos sobre protagonismo feminino nas migrações por ano de publicação



Fonte: Autora.

A figura 5 apresenta as publicações por ano sobre a temática das migrações femininas. O ano de 2016, foi o com maior número de publicação totalizando 7 artigos, acompanhando o aumento do índice geral para o ano de 2016. Em 2011, não foi encontrado nenhum artigo nos periódicos analisados. Dos 38 artigos, 5 destes estão no primeiro quadriênio analisado, 26 no quadriênio 2013-2017 e 3 artigos foram publicados neste primeiro semestre de 2018. Ressaltamos que dentre os 38 artigos, 9 deles retratam pesquisas sobre as experiências de mulheres brasileiras em países da Europa, relacionados ao acesso a saúde, trabalho e a questão do matrimônio e maternidade no país europeu. Outros artigos retratam as experiências migratórias de mulheres latino-americanas para o Brasil, como é o caso das colombianas, bolivianas e peruanas em relação as condições de trabalho a que estão subordinadas e ao acesso a saúde.

Considerando a produção sobre o movimento migratório de mulheres, observa-se que foram encontrados artigos sobre esta temática em 20 periódicos do total de 253 consultados, o que significa um baixo índice de revistas que publicam sobre esta temática. Ressaltamos que a maioria destes artigos foram encontrados em revistas de estudos de gênero, como a Revista de Estudos Feministas (ISSN 1806-9584), o Cadernos Pagu (ISSN 1809-4448), o Caderno Espaço Feminino (ISSN 1981-3082) e a Revista Latino Americana de Geografia e Gênero (ISSN 2177-2886), vinculados a Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal de Uberlândia e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, respectivamente.

Fora analisado também o local de origem dos artigos publicados com base nas universidades de vinculação dos seus autores. As publicações concentram-se nas produções das regiões Sudeste com 34% e na região Sul com 24%. A região Nordeste e Centro-Oeste, ambas dispõem de 5% e a região Norte de 2% das universidades a que os autores(as) estão vinculados(as).

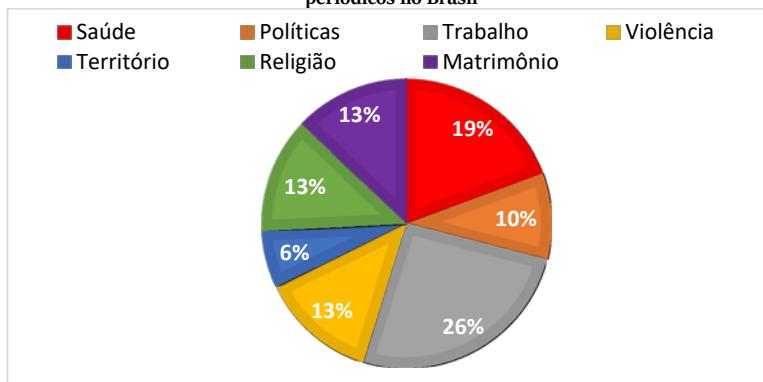
Entretanto, quando se trata sobre a produção do conhecimento sobre migrações e gênero do contexto social em

análise, a Europa aparece em 22% das publicações dos periódicos brasileiros, a América Latina em 2% e a América do Norte em 5%. Este dado, é baseado na análise de todos os artigos encontrados sobre a relação de gênero e migrações no período desta pesquisa.

A metodologia utilizada nos artigos científicos encontrados e analisados, em sua maioria é de abordagem qualitativa. Somente em dois artigos foram encontradas pesquisas quantitativas e qualitativas ao mesmo tempo, com análise de dados sobre o processo migratório para o Brasil combinadas com entrevistas e questionários. Dentre as técnicas aplicadas nas pesquisas de método qualitativo, evidenciamos a utilização de entrevistas, relatos de histórias de vida, análises teóricas e a observação participante.

Os dados da figura 5, coadunam-se com a invisibilidade das migrações de mulheres, tema difundido por Assis (2007) e citado no textos de Alencar-Rodrigues, Strey e Espinosa (2009), Dornellas e Ribeiro (2018) e retratadas também nos artigos de Pontes (2012) e Montian e Rosa (2015). Estes(as) autores(as) compartilham a ideia de que as migrações se dão de diferentes formas para os homens e para as mulheres, e que estas durante muitos anos foram visibilizadas, tratadas como acompanhantes de seus maridos, e não como protagonistas do ato de migrar, além das diversas formas de exclusão, estigmação e violência as quais estão sujeitas ao migrar.

Figura 6: Divisão por áreas temáticas de artigos sobre migrações de mulheres publicados em periódicos no Brasil



Fonte: Aurora.

Diferentemente da separação dos artigos por temas central de discussão sobre migrações internacionais, no que tange a migração de mulheres não encontramos nenhum artigo sobre educação, como encontrados anteriormente. Entretanto, a violência torna-se um tema chave como apontado na figura 6, onde 19% dos artigos retratam as diferentes formas de violência na qual as mulheres são submetidas. Enfatiza-se que estas representações se diferem da figura 4, mesmo que alguns temas se repitam.

Outro tema substancialmente abordado, é a relação de gênero e matrimônio baseados nos casamentos mistos ou binacionais, de mulheres brasileiras com homens europeus. Viviane Assunção (2016), em sua pesquisa etnográfica, combate os conceitos estabelecidos por senso comum, retratando o casamento de brasileiras com holandeses que optaram por residir no país europeu, demonstrando que essa opção é por amor, e não por conveniência ou questões de legalidade no país ou então de que são mulheres que vivem em extrema pobreza e procuram homens europeus dispostos a tirá-las dos países em desenvolvimento como é estabelecido pelo senso comum. Ademais, Assunção (2016) retrata que existe uma heterogenização destas mulheres, que se diferem na faixa etária e são de diferentes localidades no Brasil e diferentes classes sociais.

Assim, com base na figura 6, confirma-se pelas abordagens de pesquisas realizadas e publicadas, que as migrações apresentam-se de diferentes faces para homens e mulheres, nas quais 10% do total das publicações encontradas retratam a falta de políticas públicas que deem visibilidade para que a mulher migrante e garanta o seu bem estar e garantia ao acesso de direitos fundamentais. As produções publicadas nos periódicos consultados sinalizam também as dificuldades encontradas pelas mulheres migrantes frente a maternidade, a partir do vínculo matrimonial com homens de outra nacionalidade, a relação da migração feminina com o trabalho doméstico e também o número de artigos que tratam sobre tráfico humano sexual de mulheres, crime transnacional.

Quanto as dificuldades em relação ao acesso a saúde pública enfrentadas por imigrantes, torna-se mais dramática quando a imigrante necessita de cuidados do pré-natal. Os artigos que tratam sobre este tema, são todos de método qualitativo, ou seja, é possível compreender questões particulares destas mulheres, como é o caso das mulheres bolivianas tratadas no artigo de Castro, Oliveira e Custódio (2015), que retrata os problemas de comunicação entre as imigrantes e os profissionais da saúde no qual sentem diferença entre tratamento dado aos imigrantes e as brasileiras, as autoras retratam também a diferença na dimensão cultural (por exemplo, as mulheres bolivianas tem preferência pelo parto na posição vertical do que na posição horizontal).

Estes obstáculos retratados estendem-se a todas as mulheres imigrantes que possuem dificuldade na comunicação. Segundo uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2015, os (as) imigrantes relataram que o idioma, a documentação e a falta de informação são os principais obstáculos enfrentados por eles (as) ao chegar ao Brasil porque consequentemente eles encontram dificuldades no acesso a todos os serviços públicos.

Os 10% de publicações relacionados ao movimento migratório de mulheres e religião, concentram-se sobre imigração judia, a partir de processos de aculturação e identidades das mulheres judias. Quanto as questões sobre territorialidade, os 6% retratam a questão da apropriação do espaço público. Em uma pesquisa em Portugal, Joana Miranda (2014), retrata a vivência de mulheres imigrantes brasileiras, cabo-verdianas e ucranianas se relacionam com o espaço imigrado, uma vez que as cidades continuam sendo espaços generificados, de conflito e de discriminação.

Outros temas relevantes publicados nos periódicos brasileiros é a questão do trabalho doméstico e do tráfico sexual. No artigo de Nancy Pereira (2016), a pastora metodista retrata a crise social vivenciadas por mulheres pobres e/ou migrantes a partir da exploração e precarização do trabalho sexual e doméstico.

As questões étnicas e raciais também operam de modo importante nesta equação, aprofundando as formatações históricas de subordinação de grupos sociais colonizados e mantidos na subalternidade através de mecanismos de exclusão na organização social e sexual do trabalho. Sem esta combinação de variáveis analíticas – classe, gênero, etnia – fica difícil desvelar os muitos níveis de subordinação que se escondem no âmbito do trabalho doméstico, em especial do trabalho doméstico de mulheres migrantes (PEREIRA, 2016, p.66).

Frente a todos estes fatores de vulnerabilidades enfrentados por mulheres imigrantes, concluímos que as migrações femininas merecem um melhor tratamento pelas sociedades. Pontes (2012, p.279), demonstra “a importância das representações de gênero, classe e origem na articulação de distinções sociais discriminatórias que justificam as desigualdades sociais no contexto migratório”. Dessa forma, concluímos que os artigos que possuem um recorte de gênero conseguem visibilizar questão que estão à margem das teorias das migrações, ou seja, é quando os (as) pesquisadores (as) identificam que existe uma relação entre migrações, gênero, sexualidade, etnia, classe social e origem.

Considerações Finais

Ao terminar este trabalho, gostaríamos de frisar que a intenção desta pesquisa, fora qualificar o estudo sobre o fluxo migratório internacional para o Brasil. Dessa forma, optou-se ao longo deste trabalho, construir um panorama geral sobre a produção acadêmica científica sobre as migrações internacionais para o Brasil, entretanto, muitos aspectos mencionados neste trabalho, merecem um aprofundamento de caráter analítico. A intenção deste artigo, fora estruturar um texto não exaustivo, mas que se caracteriza de forma ampla, o que vem sendo pesquisado e publicado por acadêmicos e cientistas em periódicos brasileiros.

Finalizando esta pesquisa de estado da arte sobre os artigos publicados em revistas acadêmicas da Plataforma Sucupira, ou seja, do que vem sendo produzido cientificamente e publicado em revistas no Brasil, classificadas em A1, A2, B1, e B2 sobre migrações internacionais, constituiu-se em um esforço de apresentar os desdobramentos das pesquisas e publicações sobre os movimentos migratórios de 2009 até 2018/1, ou seja, foram analisados artigos publicados durante o período de tempo de 8 anos e seis meses.

Já é sabido que as migrações atualmente são influenciadas por guerras, mudanças climáticas, catástrofes ambientais, terrorismos e outros fatores que interferem na mobilidade humana, lidando com os desejos, anseios e vulnerabilidade dos imigrantes aos fixar-se em um local diferente do seu de origem e nele trabalhar, estudar, morar, ter segurança e saúde. Com isso, a diversificação dos temas debatidos na questão das migrações é ampla e torna-se cada vez mais necessária em tempos globalizados.

A diversificação de temas abordados ao longo dos 168 artigos encontrados, demonstram o quanto é necessário a discussão e ampliação do entendimento e o enfrentamento frente aos obstáculos do processo migratório. O propósito deste estado da arte, para além de uma construção bibliográfica e metodológica da produção de artigos publicados nas revistas em análise, é a observação do contexto migratório no Brasil, a realidade das pessoas migrantes e a garantia dos direitos fundamentais assegurados aos imigrantes no contexto jurídico e social.

A soma destes artigos, a sua representatividade a partir de estudos e pesquisas realizados no âmbito brasileiro, somam significativos aportes de conhecimento e compreensão sobre os mais diversos processos de migração. Por mais que o Brasil tenha trocado o seu ordenamento jurídico ao decorrer desta análise (ano de 2017) no qual alterou e flexibilizou a regulamentação da entrada e permanência dos imigrantes em um momento mundial de políticas migratórias restritivas, ainda é necessário a implementação de uma política pública que vise o bem estar e a permanência digna de todos os imigrantes.

Com a análise da produção publicada, com foco nas migrações contemporâneas para o Brasil, encontramos muitas pesquisas sobre o movimento vindo do Haiti, como citado anteriormente, que transpareceu a atual situação de muitos imigrantes recém-chegados no Brasil, a partir da exploração do trabalho, da dificuldade de acesso a saúde, de comunicação entre outros estigmas. Com isso, constatamos que a situação vivenciada por haitianos se equipara a migração de senegaleses e venezuelanos para o Brasil, que tiveram início em 2015 e 2018 respectivamente, e justificamos a falta de produção sobre suas trajetórias migratórias, porque são fluxos extremamente recentes. Como identificamos, o fluxo haitiano teve início em 2010 e as publicações e pesquisas ganham visibilidade a partir de 2015.

Ao longo da análise, também fora identificado que muitos artigos tratam sobre xenofobia, que é o ódio gratuito, a antipatia, temor por imigrantes. O combate a xenofobia ganhou visibilidade no Brasil, ao ser repudiado e considerado crime pela atual lei de migração. Mas fora constatado que pouco de fala sobre o combate a xenofobia, ou então na solução para estas questões a partir da educação. A educação para pensadores como Munanga (1999, 2014) é a chave para a transformação da sociedade.

Entretanto, considerando a pluralidade de estudos e problemas debatidos teoricamente e empiricamente, foi possível compreender as migrações internacionais sob diversos ângulos e perspectivas. Esta compreensão pode-se tornar mais complexa para algumas áreas do conhecimento perceber. Compreender a estrutura de classe, gênero e raça como uma variável fundamental para entender e intervir no fenômeno migratório de forma completa. Com isto, conclui-se que no Brasil é preciso reconhecer os avanços da Nova Lei de Migração, da globalização e da mobilidade humana é preciso potencializar as políticas públicas a partir das diferenças entre raça, classe e gênero. O grande desafio da implementação desta política, pode estar na criação de uma política com diferenças sem ser discriminatória.

Referências

- ALENCAR-RODRIGUES, Roberta De; STREY, Marlene Neves; ESPINOSA, Leonor Cantera. Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 421-430, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000300016>>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- ASSIS, G. de O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-747, jan. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300015>>. Acesso em: 13 out. 2017.
- ASSIS, G. de O.; SASAKI, E.M. Os novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: CNPD. **Migrações internacionais – Contribuições para políticas**. Brasília, DF: 2001. p. 615-669
- ASSUNÇÃO, Viviane. Migrantes por amor? Ciclo de vida, gênero e a decisão de migrar em diferentes fases da vida. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 24, n. 1, p. 63-80, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p63>>. Acesso em: 17 jun. 2018.
- BOÇÕEN, Rodrigo. Escolas étnicas: Possibilidade de estudo por diferentes correntes pedagógicas. **Revista Eletrônica de Educação**, v.11, n.2, p. 594-604, jun./ago. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14244/198271991658>>. Acesso em: 04 jul. 2018
- BRASIL. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília, 2017a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm> Acesso em: 17 abr. 2018.
- CADERNOS PAGU. Disponível em: <<https://www.pagu.unicamp.br/es/cadernos-pagu>> Acesso em 15 jun. 2018.
- CASTRO, Cláudia Medeiros De; CUSTÓDIO, Mayara Cristina Silva; OLIVEIRA, Régia Cristina. Atenção ao parto de mulheres estrangeiras em uma maternidade pública de São Paulo. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 59-74, abr./jun. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2015.2.17563>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

EBERHARDT, Leonardo Dresch; MIRANDA Ary Carvalho De. Saúde, trabalho e imigração: revisão da literatura científica latino-americana. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, p. 299-312, jun. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042017s225>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. 194 p.

FEITOSA, Giulliany Gonçalves; LIMA, Luciana de Sousa. Sair da África para estudar no Brasil: Fluxos em discussão. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29, p. 1-10, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e162231.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

FERREIRA, Norma Sandra De Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

FIGUEREDO, Luiz Orecio; ZANELATTO, João Henrique. Legislação e políticas públicas voltadas à imigração no Brasil. **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, mai./ago. 2016. Disponível em: <DOI: 10.15175/1984-2503-20168203>. Acesso em: 11 jul. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Pesquisa revela situação de migrantes, apátridas e refugiados**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26669&catid=8&Itemid=6>. Acesso em: 01.jul.2018.

LANZA, Líria Maria Bettoli; SANTOS, Amanda De Barros; RODRIGUES, Júlia Ramalho. Imigração, Território e as políticas de Seguridade Social. **Argumentaum**, Espírito Santo, v. 8, n. 3, p. 54-66, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.18315/argumentum.v8i3.13263>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

LUSSI, Carmen. Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 136-144, mai./ago. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564D20140014>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MIRANDA, Joana. Numa urbe genderizada: Vivência dos espaços. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 163-174, ago./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlegg/article/view/4980>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

MONZÓN, Ana Silva. **Mujeres, género y migración: Una perspectiva crítica desde el feminismo**. In: Feminismos, pensamiento crítico y propuestas em América Latina/ Alba Carosio [et al.]; Coordinación general de Montserrat Sagot. - 1^a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra. Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU-BR) Disponível em: <https://nacoesunidas.org/numero-de-migrantes-internacionais-chega-a-cerca-de-244-milhoes-revela-onu/> Acesso em: 29 mai.2018.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.3, p. 23-33, jul./set. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3ao2.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2018

PEREIRA, Nancy Cardoso. Soy pan, soy paz, soy más: Trabalho doméstico e trabalho sexual de mulheres migrantes. **Caderno Espaço Feminino**, v.29, n.1, p. 62-88, 2016. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/35985/pdf> >. Acesso em: 04 jul. 2018

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Qualis periódicos**. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

PONTES, Luciana. A representação audiovisual das mulheres migradas. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 39, p. 273-311, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332012000200010>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

REVISTA ESPAÇO FEMININO. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem>>. Acesso em 14 jun. 2018.

REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

REVISTA LATINO AMERICANA DE GEOGRAFIA E GÊNERO. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlegg>> Acesso em 16 jun. 2018.

RIBEIRO, Paula Dias Dornelas E Roberta Gabriela Nunes. Mulheres Migrantes: invisibilidade, direito à nacionalidade e a interseccionalidade nas políticas públicas. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 21, n. 14, p. 247-264, mai./ago. 2018. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_41_art_11_Dornelas_Ribeiro.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.

RICHMOND, Anthony H. – Immigration and ethnic conflict, London, MacMillan Press, 1988.

ROSA, Ilana Mountian E Miriam Debieux. O outro: análise crítica de discursos sobre imigração e gênero. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 152-160, mai./ago. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564D20150001>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

SILVA, Marluce Souza E; QUEIRÓZ, Imar Domingos; FERREIRA, Vera. Mundialização do capital e mobilidade humana: cenários, atores e políticas. **Argumentaum**, Espírito Santo, v. 8, n. 3, p. 40-53, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.18315/argumentum.v8i3.13270>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; NIELSSON, Joice Graciele. Direitos humanos e políticas migratórias na contemporaneidade. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, Ed. Especial, n. 47, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.voi47.9566>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

A interseccionalidade de gênero e raça para análise de morte de mulheres negras

Suelen Aires Gonçalves

Introdução

As mortes de mulheres no Brasil estão em diálogo com à incidência de violências decorrentes de relações íntimas de afeto, especialmente as conjugais (WAISELFISZ, 2012). No que tange a violência contra as mulheres, em 95% dos casos tal violência tem o homem como o agressor. No que se refere ao aumento das mortes por causas externas, tal recorte vem sendo analisado no Brasil desde o final dos anos 1970. Estudos brasileiros expõem que, entre os fatores próximos a este aumento, está a estabilização do poder de grupos criminais nas cidades brasileiras, a precarização das condições de vida nas cidades, a ampliação e diversificação do mercado de drogas e a ineficaz ação das instituições de controle (PINHEIRO, 1983; ADORNO, 2002; ZALUAR, 2004; COELHO, 2005; MISSE, 2006).

Diálogos sobre violência, conflitos e ruptura de laços necessitam estar em nossas análises para a compreensão do fenômeno. Tavares dos Santos (2009) identifica que, com o crescimento dos conflitos em nível mundial e a ruptura dos laços sociais, vem se configurando uma cultura de violência como marca das sociedades contemporâneas. Vários estudos brasileiros sobre a temática da violência de gênero já destacaram diferenças substantivas entre a vitimização feminina e masculina. Heleith Saffioti (1995), por exemplo, ressalta que a violência de gênero se caracteriza por ser cometida no âmbito de

relações privadas e familiares. Por sua vez, Bárbara Soares (2002) menciona que tanto os homens quanto as mulheres são atingidos pela violência, porém de maneira diversa: enquanto aqueles são vitimados predominantemente no espaço público, estas o são na esfera privada.

Sobre o tema em diálogo com a produção de vítimas do sexo feminino, conforme Saffiotti (1995, p. 156-158), às mudanças nas disposições familiares e a sua ampliação familiar, a violência surge como um método de controle situada na ideologia patriarcal, que está presente nas instituições, seja ela a escola ou a família. A elevação das mulheres à esfera pública, em uma conjuntura em que ainda prosseguem valores e práticas patriarcais¹, compõe a análise do fenômeno. Em à *Dominação Masculina*, Pierre Bourdieu (1999) levanta explicitamente a questão da hierarquia social, lembrando a necessidade de uma ação coletiva de resistência feminina com o objetivo de impor reformas jurídicas e políticas capazes de alterar a estada atual da relação de forças-material e simbólica entre os sexos. Nessa direção, cabe destacar os estudos sobre a influência das diferenças de gênero, enquanto desigualdades histórica e socialmente construídas entre homens e mulheres, e que ainda hoje é um dos elementos fundamentais para compreender a complexidade do fenômeno da violência exercida contra a mulher.

O experimento da violência é uma experiência de violação de direitos individuais ou civis, e, portanto, afeta a qualidade da cidadania no Brasil. A cidadania brasileira é subjuntiva porque, embora o Brasil esteja nos marcos de uma democracia, no que se refere ao regime político e embora os direitos sociais sejam razoavelmente corroborados, os aspectos civis da democracia são ininterruptamente violados. Tereza Caldeira (2000) apresenta a concepção de corpo incircunstrito, como associação da violência em desrespeito aos direitos civis. Como uma espécie de tolerância em

¹ Para Heleith Saffiotti há ainda uma clivagem no interior do feminismo marxista, entre aqueles que acreditam ser o patriarcado uma “[...] organização social de gênero autônoma, convivendo, de maneira subordinada, com a estrutura de classes sociais” e aqueles que acreditam que empregam o conceito patriarcado unicamente na forma de ideologia (SAFFIOTTI, 1992: 194).

relação à manipulação dos corpos, a propagação da violência e a não legitimização da justiça e dos direitos civis.

Segundo a pesquisa Mapa da Violência² as mulheres são vítimas do feminicídio majoritariamente no ambiente familiar, isto é, em suas moradias, já os homens são vítimas fatais em via pública, ou seja, por indivíduos sem vínculo afetivo com a vítima. Em 2012, o Brasil ocupou a posição de 5º lugar entre os países com maior número de mulheres assassinadas, num universo de 84 países (WAISELFISZ, 2012).

O Mapa da Violência 2012 assinala para o aumento de homicídios contra as mulheres no período abrangido entre os anos de 1980 e de 2010. Em 1980, a taxa de homicídio feminino foi de 2,3 para cada 100 mil mulheres, passando para 4,6 a cada 100 mil mulheres, no ano de 1996, a taxa manteve seus índices, atingindo novamente o percentual de 4,6%; nos anos de 2006 e 2007, as taxas sofreram queda, regredindo para 4,2% e 3,9%, respectivamente; por derradeiro, no ano de 2010, a taxa foi de 4,6 a cada 100 mil mulheres. (WAISELFISZ, 2012).

No mapa da violência 2015, tivemos uma edição destinada ao homicídio de mulheres no Brasil (WAISELFISZ, 2015), que aponta um recorte étnico-racial na análise onde diz que houve um aumento de 54% em dez anos no número de feminicídios³ de mulheres negras, passando de 1.864, em 2003 para 2.875 em 2013. No mesmo período analisado, o número anual de feminicídios de mulheres brancas teve um decréscimo de 9,8% saindo de 1.747 em 2003 para 1.676 em 2013.

² O Mapa da Violência é uma coletânea de estudos publicados desde 1998, sobre violência no Brasil. Mais recentemente, as pesquisas são realizadas pela FLASCO (Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais). Sendo que o sociólogo Júlio Jacobo Waiselfisz é o responsável por elas.

³O termo foi utilizado pela primeira vez por Diana Russel em 1976, perante o Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres, realizado em Bruxelas, para caracterizar o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres. O feminicídio já é considerado como crime específico em países da América Latina, como o México e o Chile. Ele é descrito, nesses países, como o assassinato intencional de mulheres por homens, em função de seu gênero, em meio a formas de dominação, exercício de poder e controle sobre suas vidas. Ver LAGARDE, 2004.

O Atlas da Violência de 2018⁴, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), trouxe uma atualização baseada em dados oficiais relativos ao ano de 2016. A pesquisa encontrou 62.517 homicídios no Brasil, correspondendo a uma taxa de 30,3 homicídios para cada 100 mil habitantes.

A referida pesquisa também privilegiou um recorte de gênero e de idade, demonstrando padrões de vitimização semelhantes aos da América Latina como um todo. Predominam jovens, tanto homens quanto mulheres. Na figura 01, intitulada “mortes por homicídio em 2016” temos dados com recorte de gênero. Sendo que a predominância das mortes causadas por homicídio concentram-se, para as mulheres, na faixa dos 15 a 29 anos de idade, um total de 77,2% dos casos; já entre os homens, desde a primeira faixa etária, dos 10 aos 14 anos de idade, contamos com 17,4%, seguido dos 15 aos 29 anos que somam mais de 80% dos casos. Ou seja, o homicídio ocorre na juventude, em especial, dos homens, segundo o Atlas da Violência 2018.



Fonte: Figura construída com base nos dados do Atlas da Violência e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/06/06/O-novo-recorde-de-homic%C3%ADos-no-Brasil-em-3-pontos>>

⁴ Para maiores informações, ver em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf, acesso em 12 de Mar. 2019.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Atlas da Violência 2018, com o recorte de gênero, nos períodos entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Em relação aos dez da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto entre as não negras houve queda de 8%⁵.

O estado do Goiás possui uma desigualdade intensa, pois enquanto a taxa de homicídios de mulheres negras é de (8,5): a taxa de homicídios de mulheres não-negras somando é menos que a metade (4,1). O Pará é o segundo estado que mais mata mulheres negras com a taxa de (8,3), sendo que a taxa referente a mulheres não – negras também é alta (6,6). É por conta do elevado índice de homicídio de mulheres negras que os estados de Goiás e Pará estão no topo do ranking das maiores taxas. Basta observar que estes não estão entre os estados com as maiores taxas de homicídios de mulheres brancas.

O estado de Roraima lidera o ranking quanto a taxa de homicídio de mulheres não-negras. A taxa chegou a 21,9 muito superior à taxa dos outros estados. Ressalta-se que maioria das vítimas eram mulheres indígenas, sendo que não foi contabilizada a morte de nenhuma mulher branca ou amarela, em 2016. De acordo com pesquisador Daniel Cerqueira, 98 mulheres indígenas foram mortas, nos períodos entre 2006 e 2016⁶. Destaca-se que em vinte estados houve um aumento na taxa de homicídios de mulheres negras, sendo que em doze deles o aumento ultrapassou a 50%, nestes últimos dez anos. Comparando-se com a evolução das taxas de homicídio de mulheres não negras, neste caso, houve aumento em quinze estados e em apenas seis deles o aumento foi maior que 50%.

⁵ Ver mais em Atlas da Violência 2018, p 51.

⁶ CERQUEIRA, Daniel. Atlas da Violência 2018. Ipea e FBSP. Rio de Janeiro, 2018, p. 52.

A construção do Feminicídio como categoria analítica

Em solo brasileiro, o enfoque da violência contra a mulher, foi precedida por um esforço coletivo no seio das universidades nos anos 70, em tratar a "questão da mulher"⁷ (GROSSI, 1994, p. 473). Estes estudos foram sintetizados na obra de Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj, *Estudos de Gênero no Brasil 1975-1995*. Onde as autoras nos apresentam um cenário, e deixam nítido que sua proposta não é fazer um balanço detalhado, e sim, um olhar sobre os aspectos do desenvolvimento dos estudos de gênero no país. Tais aspectos consideram a importância da institucionalização dos estudos de gênero no país. Apresentam uma análise comparada referente à institucionalização nos Estados Unidos, onde a origem dos estudos feministas relaciona-se com os estudos raciais, e os momentos de movimentos de protestos ocorridos nas universidades americanas ao longo da década de 1970. Majoritariamente, o movimento inicia no país com significativos grupos acadêmicos, como por exemplo, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), como relata Mariza Correia, em 1976, e posteriormente é difundido entre as mulheres de outras instituições. Os “estudos sobre Mulher” foi o título usado inicialmente para o termo gênero como categoria analítica (CORRÊA, 2001, p. 13-30).

Sobre o tema dos Feminicídios, Wânia Pasinato (2011) apresenta uma revisão, ou melhor, formulação do conceito, ao qual veio apresentar como uma proposta de meu projeto que seria em buscar na construção teórica um termo que venha a abranger todas as circunstâncias de mortes de mulheres. Entretanto, num momento histórico em que cada vez mais se difundirem-se discussões sobre a transversalidade de gênero com outros marcadores sociais (idade/geração, raça/cor, religião, orientação sexual, origem social/regional, etc.), são percebidas a existência de

⁷A análise de Goldberg é ilustrativa deste argumento. GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil Contemporâneo: o percurso Intelectual de um ideário político. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais 28. Rio de Janeiro, ANPOCS, Vértice, 1989, p 42-70

diferentes experiências de ser mulher. Nesses termos, é delicado aplicar a mesma categoria (feminicídio) para explicar todas as mortes de mulheres, independentemente de sua idade, de sua classe social, do contexto e circunstância em que os crimes ocorrem, e de quem os pratica (PASINATO, 2011, p. 238).

Sobre a morte violenta de mulheres, feminicídio, tivemos no final dos anos 70, sobre o caso Ângela Diniz⁸ ocorrido em 1976, onde passou a ser um marco para o movimento social pois, Ângela Diniz passou a ser acusada de "denegrir os bons costumes", "ter vida desregrada" etc.⁹ A partir daí recebeu destaque e o tema da busca por justiça para esses crimes, foi uma bandeira construída pelos movimentos de mulheres e feministas. Na esteira das institucionalizações, tivemos em 1985, a primeira delegacia de Mulheres (DEAM), no estado de São Paulo que principia o processo de atendimento especializado às mulheres vítimas de violência (BANDEIRA, 2009, p. 401-438). Em diálogo sobre o tema das DEAMs, Wania Pasinato (2012), apresenta uma síntese do que se referente ao trabalho das DEAM's. Segundo a autora, o principal trabalho das Delegacias de Mulheres junto às mulheres de classes menos abastadas tem sido o de uma "escuta" dos problemas afetivo-conjugais, desempenhando um papel análogo ao dos espaços psicanalíticos para as mulheres de classe média (PASINATO, 2012, p.26-27)

Na virada do milênio, nos anos 2000, houve mudanças expressivas no cenário das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. O estado absorvendo a

8 Dentre os casos ocorridos neste período histórico, o crime envolvendo Doca Street e Ângela Diniz tornou-se emblemático, sendo um dos casos propulsores da reação feminista à época.

9 O crime ocorreu na cidade de Búzios, Rio de Janeiro em 1976, em uma situação de término de relacionamento Doca assassinou Ângela Diniz. Segundo depoimentos, tal homem era sustentado economicamente por Ângela e discussões entre o casal eram frequentes. Em outubro de 1979, o acusado foi levado a julgamento. A defesa baseou-se no argumento da legítima defesa da honra. Contava-se massivamente com o movimento de mulheres que realizou inúmeros debates, protestos e manifestações por ocasião do julgamento. Em 1981, dois anos após a primeira sentença, Doca foi levada novamente ao Tribunal do Júri. A defesa manteve sua tese de legítima defesa da honra, porém, a tese da acusação venceu e o acusado foi condenado a 15 anos de reclusão (ELUF, 2012).

demandas dos movimentos de mulheres e feministas, na criação de uma secretaria/ministério em 2003. A proposta de uma rede de serviços e atendimentos e a criação da Lei Maria da Penha expõem o novo cenário no que tange a política de enfrentamento à violência contra a mulher.

Uma das transformações foi o caso da Lei 11.340/06, mais conhecida como "Lei Maria da Penha". Segundo Vasconcellos (2015), houve uma orientação para o endurecimento penal ao qual foi absorvida pelo estado brasileiro no processo de construção e implementação de políticas públicas durante os governos do Partido dos Trabalhadores (VASCONCELLOS 2015, p.19). Neste período uma lei exclusiva sobre violência doméstica é uma demanda dos movimentos de mulheres e feministas conforme Santos (2010, p. 162), a lei reforça um olhar criminológico em diálogo com atuações multidisciplinares. Por exemplo, as medidas protetivas e de prevenção (SANTOS 2010, p. 162). Porém, como se apreende em inúmeras pesquisas acadêmicas, o aspecto criminal se sobrepõe ao aspecto de prevenção no que tange o enfrentamento da violência doméstica no país.

No que se referente aos crimes de feminicídio, tivemos um avanço com a modificação penal com o advento da Lei n 13.104 de março de 2015, mais conhecida como Lei do Feminicídio. Lei essa fruto das sugestões feitas pelos estados durante a CPMI da Violência contra a mulher, realizada pela Câmara Federal de 2012 a 2013 em diálogo com as pesquisas acadêmicas e os Mapas da Violência de 2012 e 2014, onde observa-se que de 1980 a 2010 foram assassinadas no país cerca de 91 mil mulheres, 43,5 mil só na última década. Entre 1996 e 2010, as taxas de homicídios de mulheres permaneceram estabilizadas em torno de 4,5 assassinatos para cada grupo de 100 mil mulheres (WAISELFISZ, 2012). E mais recentemente, em 2014, com a edição do Mapa da violência com recorte racial: um aumento de 54% em dez anos no número de feminicídios de mulheres negras, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. No mesmo período analisado, o número anual de

feminicídios de mulheres brancas teve um decréscimo de 9,8% saindo de 1.747 em 2003 para 1.676 em 2013 (WAISELFISZ, 2015).

Essa conjuntura, a Lei Maria da Penha de 2006 e a Lei do Feminicídio de 2015 concebem avanços no combate à violência contra a mulher e à violência letal. Porém, segundo De Mello (2015) este é apenas um mecanismo no processo de enfrentamento às desigualdades de gênero. As proposições legislativas representam uma resposta jurídica às violações sofridas pelas mulheres, mas se faz necessário que inúmeros mecanismos de prevenção, que estão elencados no corpo da Lei Maria da Penha sejam praticados conjuntamente.

Sobre os crimes de feminicídio no Brasil e no Rio Grande do Sul

A seguir apresentarei os dados de feminicídios de mulheres no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul apresentado no Mapa da Violência 2015, ao qual já foi referido um breve histórico dos casos de 1980 a 2013 (WAISELFISZ, 2015). Segundo Waiselfisz (2015), entre 2003 e 2013, o número de vítimas mulheres passou de 3.937 (três mil novecentos e trinta e sete) para 4.762 (quatro mil setecentos e sessenta e dois), um aumento de 21% na década. Apenas no ano de 2013, essas mortes representam cerca de 13 homicídios femininos diários (WAISELFISZ, 2015, p. 13). Sobre os dados do Rio Grande do Sul, depreende-se que em 2003 que a taxa de homicídio de mulheres por cem mil mulheres no Estado do Rio Grande do Sul era de 3,3, no 18º Lugar, abaixo da média nacional de 4,4 homicídios a cada 100 mil mulheres.

No estado do Rio Grande do Sul, a Secretaria de Segurança Pública, a partir de 2011 elaborou diagnósticos e pesquisas sobre violência contra a mulher. Com a criação do Observatório da Violência Contra a Mulher e como ação do mesmo, foi constituída uma pesquisa sobre os feminicídios no RS, intitulado- FEMICÍDIO: *UM TEMA PARA DEBATE (UM RAIO X DOS FEMICÍDIOS NOS CINCO ANOS DA LEI N° 11.340/06)*. Como metodologia, por foram

capturados dados do “Sistema Consultas Integradas” da Secretaria da Segurança Pública do Estado. A produção da pesquisa teve abrangência dos dados do período de 2006 a agosto de 2011. Apresentarei uma síntese da pesquisa, para melhor elucidação ao leitor através de quatro categorias analíticas: A relação da vítima com o agressor, o local fato do crime, a motivação e a idade da vítima. O objetivo será o dialogar com os dados nacionais e do Rio Grande do Sul.

Em relação à autoria, ex-companheiros representam 25,5% dos casos, familiares 15%, e atuais maridos e companheiros correspondem a 50,4%. Pesquisas anteriores, como Pasinato (2011), entre outras oferecem essa característica dos crimes em relação à autoria. Além da mesma corresponder aos dados do Mapa da Violência 2012 e 2015, no fator autoria dos casos.

Em relação ao local de fato, outra vez os dados do Rio Grande do Sul acompanham os achados nacionais. Soares (1996, apud. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2011, p. 5), que apontava o ambiente doméstico e familiar como o local de morte das mulheres vítimas de feminicídios no país. A pesquisa da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul apontou que em 83,48% dos casos, o assassinato ocorreu na residência da própria vítima.

Em relação à motivação do crime de feminicídio, tem-se mais da metade dos casos, 51%, em consequência de separação. Seguido de briga/ discussão, com um percentual de 41%. E sobre a idade das vítimas, a pesquisa alcançada pela Secretaria de Segurança Pública, proporciona um dado muito semelhante ao do Mapa da Violência de 2015, quanto a predominância da faixa etária de 18 a 30 anos (WAISELFISZ, 2015, p.37). A cada 10 mulheres gaúchas vítimas do feminicídio, três estavam com idades entre 18 e 27 anos e em 25% dos casos, as vítimas tinham idade entre 28 e 37 anos (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2011, p. 12).

Em diálogo com os dados obtidos na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, contamos com um total de

663 casos de feminicídios consumados e 1.1766 tentativas de feminicídio no período de 2012 a 2018¹⁰. As cidades com maiores índices de casos de feminicídios consumados está localizada na região metropolitana de Porto Alegre que são Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas, São Leopoldo, Alvorada, Pelotas, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Viamão e Guaíba. Sobre as cidades com maiores casos de tentativa de feminicídio estão Porto Alegre, Passo Fundo, Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Pelotas, Rio Grande, Caxias do Sul, Alvorada e Santa Maria.

Sobre as questões raciais e a violência letal contra as mulheres negras

Sobre o campo de estudos relacionados a questão racial no Brasil, apresento a avaliação de que é um campo extremamente consolidado que colaborou de forma preciosa para a consolidação das Ciências Sociais do país. Mas o que vem a ser uma questão de cunho racial? Para compreender tal questão é necessário abranger as múltiplas reflexões e enfoques que abarcam essa questão, como as desigualdades sociais e as relações raciais que levam a reflexões analíticas distintas.

Uma breve reflexão acerca das dinâmicas raciais se faz necessário para compreensão do objeto de análise que são as mulheres negras vítimas do crime de feminicídio. O discurso do Estado sobre as dinâmicas raciais brasileiras da metade ao final do século XX trazia consigo o lema de uma democracia étnica ou racial. No que se refere o debate racial, apresento as reflexões sobre o “[i]nvisível e o visível”, com as obras de DuBois (1999) e Franz Fannon (1952). Eu inicio com a metáfora do “véu”, ou seja, o Invisível. Tal metáfora simboliza a separação de dois mundos, o negro e o branco. O primeiro nos apresenta que o “Negro” deveria adotar sua condição e não continuar se sujeitando aos olhares

¹⁰ Fonte: SSP-RS Extração em: 09/01/2019

opressores, olhares esses desenvolvidos desde o processo da escravidão. Uma vez apresentada o lugar da invisibilidade na obra de Du Bois, o presente trabalho estará em diálogo com a produção sobre a visibilidade do negro apresentada por Frantz Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas* (1952). Nesta obra, Fanon constrói a hipótese de que a alma negra é uma “criação de brancos”, sendo o preconceito de cor um fenômeno superestrutural divisor na sociedade. Na mesma obra, o autor não enfoca unicamente seu estudo sobre o racismo em relação ao Negro, mas deixa nítida sua rejeição contra todas as formas de preconceito e exploração, “[t]odas as formas de exploração são idênticas, pois todas elas se destinam a um mesmo ‘objeto’: o homem.” (FANON, 1983, p. 75).

Achille Mbembe na obra *Crítica da razão negra* (2014) apresenta a elaboração sobre o conceito de “Negro”, onde inicia por fazer um arranjo entre o conceito de “Negro” como imagem de uma experiência subalterna, com sua humanidade negada, para uma condição comum, ou seja, universal. Neste sentido, todos seríamos “Negros” subjugados no sistema neoliberal e pelos seus novos modelos de exploração e submissão. O autor mantém atualizado a análise da condição econômica na percepção da questão racial, vendo-as como indissociáveis: a subjugação do ser “Negro” e a exploração no sistema capitalista. Mbembe apresenta ainda como, desde a colonização o conceito de escravo confunde-se com o de “Negro”, que em um certo momento, tornam-se iguais. O racismo ter-se-ia, assim, desenvolvido com exemplo legitimador da opressão e da exploração, ao serviço do capitalismo, o qual carecia de pressupostos raciais para sua existência.

Nesta tensão dialética entre o debate sobre gênero, apresentada por Scott (1994/95) e Bourdieu (1999); o conceito de violência, apresentado por Adorno (2002) e Misse (2006); e o debate sobre o recorte racial apresentado por DuBois (1999), Fannon (1952) e Mbembe (2014); importantes para nossa reflexão, apresento o conceito de interseccionalidades para trazer possíveis diálogos sobre

gênero e raça para com o fenômeno da violência letal contra as mulheres negras, em nosso caso, o crime de feminicídio.

O conceito de interseccionalidades cunhado por Kimberle Crenshaw (1991), em sua obra *Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*, nos apresenta um tema relevante para as ciências sociais e para o objeto de pesquisa desenvolvido: a perspectiva das interseccionalidades, sobretudo da raça e do gênero. Tal perspectiva busca contemplar com mais atenção a complexidade das identidades por meio de um olhar para além do reconhecimento da sua multiplicidade dos códigos de opressão sobre as categorias acima citadas, mas constata, em sua análise, o processo de produção e reprodução das desigualdades sociais. Neste texto, a autora apresenta temas fundamentais para análise do objeto dessa tese, o primeiro versa sobre a organização das mulheres negras nas últimas décadas do século XX contra as inúmeras violências sofridas, tais violações que anteriormente eram tratadas como algo do privado, ganham na atualidade a esfera pública. O segundo ponto da análise, versa sobre a articulação do racismo e do patriarcado como formas de dominação que afeta diretamente as mulheres negras.

Um tema importante tratado pela autora é a localização das mulheres negras a margem das lutas do feminismo e do antirracismo, visto que as categorias de raça e gênero ganham dimensões negativas em um discurso liberal. Neste sentido, sua localização torna-se a margem inclusive dos movimentos que se propõe ao diálogo, como os acima citados. Por exemplo, as narrativas de gênero encontram-se na experiência da mulher branca e de raça encontram-se na experiência do homem negro, ou seja, qual é o local das mulheres negras nesta análise? Sobre esse tema em questão, a autora apresenta duas categorias para estudo, a primeira seria a “interseccionalidade estrutural”, que consiste no olhar das mulheres negras na intersecção da raça e do gênero e as decorrências sobre a experiência da violência, bem como as formas de resposta a tais violências sofridas. Em segundo lugar seria a

“interseccionalidade política”, que apresenta com nitidez que as políticas do campo feminista e as políticas antirracistas, que segundo a autora têm como implicação a marginalização da questão da violência em relação às mulheres negras.

Para exemplificar, Crenshaw (1991), faz referência para um abrigamento para mulheres em situação de violência nos Estados Unidos (EUA). Neste estudo, sua análise apresentou um aspecto importante para construção do debate, que seriam o cruzamento dos padrões de sujeição e o peso negativo que esses cruzamentos cumprem sobre as pessoas relacionadas a eles. Por exemplo, uma parcela do público atendido procura o serviço em busca de proteção e abrigo, pois majoritariamente estão em subempregos ou desempregadas, ou seja, há uma soma de circunstâncias na qual essas mulheres estão submetidas. Neste caso as estruturas de classe desempenham um papel relativamente decisivo nas histórias de vida dessas mulheres agredidas. Emerge, a partir deste exemplo analisado por Crenshaw (1991), outra forma de opressão relacionada à condição de classe social destas mulheres negras.

Com este exemplo do abrigamento de mulheres vítimas de violência, citado acima, demonstra a necessidade de uma análise interseccional para a elaboração de táticas de intervenção, a partir da contribuição de seguimentos que tem ou compartilham das mesmas experiências. As reflexões do texto giram em torno de um tema importante: as mulheres negras e seus diferentes âmbitos econômico, social e político. Bem como o tema do acesso ao sistema de justiça ou o não acesso a tal recurso. Neste sentido sofrem assim dos efeitos da subordinação múltipla, fato que limita as oportunidades de intervenção significativa em seu nome. Na politização da violência doméstica, os interesses das mulheres negras não são trabalhados e inúmeras vezes são ameaçados por estratégias políticas que desconhecem, ou eliminam as questões apresentadas pela autora.

Considerações finais

Tal artigo é fruto de inúmeras inquietações no processo de escrita trabalhada ao longo da minha formação acadêmica, questões desde o mestrado em diálogo com a proposta do artigo . Trabalhar sobre os casos feminicídios, antes rotulados e classificados como "homicídios" contra mulheres, ou apresentados como "crime em defesa da honra", ou "crimes da paixão" certamente foi um desafio. A escrita deu-se em uma constante busca pelos percursos da construção e consolidação de conceitos como gênero, violência e feminicídio e suas abordagens analíticas. Em diálogo com a literatura, a nível local houve êxito as alianças entre a academia e a militância política dos movimentos de mulheres e feministas para tirar o crime de feminicídio da (in)visibilidade.

Como síntese para o marco teórico do artigo em questão, o conceito de interseccionalidade torna-se central para a análise dos crimes de feminicídio contra mulheres negras. Sendo que tal conceito nos apresenta formas de combinar-se as várias interações de raça e gênero no contexto da violência contra as mulheres negras, pois constrói uma possibilidade de mediação na tensão entre afirmações de identidade múltiplas e a necessidade política para tais demandas. Um problema apresentado por Crenshaw (1991) que necessita de vigilância não é a existência das categorias, mas sim os valores conexos a elas e a formas como esses valores geram e cunham hierarquias. No que diz respeito aos problemas enfrentados pelas mulheres negras, seja ela a política repetidamente falha de proteção e enfrentamento a violência, sobretudo porque o conteúdo das categorias e as narrativas construídas privilegiam algumas experiências e excluem outras, cito como exemplo o racismo e a violência de gênero.

Tive o zelo de buscar a promoção e visibilidade necessárias do conceito de feminicídio sobre o aspecto simbólico, bem como normativo é um dos eixos desse artigo. Aproximar-se da produção legislativa do país, da Lei Maria da Penha até a Lei do Feminicídio

foi fundamental para a compreensão do fenômeno. Abarcar suas similaridades e suas disputas da produção legislativa brasileira foi um processo de construção quase artesanal sobre uma história pouco contada. O caminho de (des)construção dos Crimes da paixão, ou crimes passionais, até o diálogo sobre a tipificação do crime de feminicídio foi diferenciado e necessário. Existe a necessidade de uma reflexão profunda e nítida de que só a criação da lei do feminicídio não será suficiente para solucionar tal fenômeno social, necessita-se discorrer sobre a necessidade de um sistema judicial sensibilizado e habilitado para a perspectiva de gênero e que, ademais, funcione de fato.

Conforme os dados estatísticos nacionais e estaduais produzidos nas últimas décadas, houve um crescimento considerável dos casos. Somos o quinto país em feminicídios, em um espectro de 83 países analisados, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS). Ou seja, estamos em uma situação alarmante, um fenômeno social a ser estudado e observado sistematicamente. Um fator importante a ser analisado é a domesticidade dos casos, mortes provocadas por parceiros íntimos. Ou seja, o lugar que em tese existe proteção é o lugar mais perigoso para as mulheres.

Entretanto, uma das fragilidades encontradas no percurso da literatura e em pesquisas empíricas anteriores foi a não consolidação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Neste momento histórico de avanços e retrocessos percebemos que uma rede integrada de proteção é algo fundamental, nos casos de tentativa de feminicídio, por exemplo. Pois uma vítima de tentativa de feminicídio conta, em muitas vezes, apenas com a para ingressar no sistema. Sem uma rede articulada como centro de referência, casas abrigo, delegacias especializadas teremos maiores dificuldades em enfrentar o fenômeno do feminicídio.

Outra fragilidade encontrada, é a do acesso ao sistema judicial, pela não resposta imediata aos casos de violência. O problema não é recente e as varas especializadas em crimes dolosos contra a vida conta com uma cultura machista estrutural presente

na sociedade e na estrutura do Poder Judiciário, o que fica mais nítido quando se percebem as falhas nos serviços oferecidos, que remetem à fragilidade das políticas de proteção às vítimas de violência.

Diante desse contexto exposto neste artigo, não resta dúvida da importância das construções legislativas como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio. Tais produções legislativas deram visibilidade e representam grandes avanços no enfrentamento à violência contra a mulher. Mas necessitamos avançar em outros mecanismos de prevenção, como, por exemplo, mais investimentos na educação em igualdade de gênero, na formação e capacitação dos agentes públicos trabalhadores nas polícias, no sistema de justiça, na sociedade como um todo.

Referências

- ADORNO, Sérgio (2002). *Exclusão socioeconômica e violência urbana*. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8.
- BANDEIRA, Lourdes (2009). *Três décadas de resistência feminista contra o sexism e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006*. Sociedade e Estado, v. 24, n. 2, p. 401-438.
- BRASIL, LEI MARIA DA PENHA. Lei N.º 11.340, de 7 de Agosto de 2006.
- BRASIL, Código Penal: Decreto-Lei nº 2.847, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848_compilado.htm> acesso em 02/11/2018.
- BRASIL. Lei 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm> acesso ABNT em 02/11/2018.

- COELHO, Carolina Marra Simões. (2005). *Cidadania em Políticas Públicas voltadas para mulheres em situação de violência de gênero*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP.
- CORRÊA, Mariza (2001). *Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal*. Cadernos Pagu, n. 16, p. 13-30.
- CRENSHAW, Kimberle Williams. “Mapping the margins: intersectionality, Videntity politics, and violence against women of color”, *Stanford Law Review*, v. 43,n. 6, p. 1.241-1.299, 1991.
- DE CAMPOS, Carmen Hein. (2015). *A CPMI da Violência contra a Mulher e a implementação da Lei Maria da Penha*. *Estudos Feministas*, v. 23, n. 2.
- DE MELLO, Adriana Ramos. (2013). *Femicídio: Uma Análise Sócio-Jurídica Do Fenômeno No Brasil*. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/07/ADRIANARAMOSDEMELLO_FEMICIDIO.pdf> Acesso em: 15 ago. 2016.
- DU BOIS, W.E.B. *As almas da Gente Negra*. Trad. Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999. p. 9.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Adriano Caldas. Rio de Janeiro: Fator, 1983.
- GREGORI, Maria Filomena. (1993). *Cenas e queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GROSSI, Miriam Pillar. (1994). *Novas/Velhas Violências contra a Mulher no Brasil*. *Estudos Feministas*, p. 473.
- HEILBORN, Maria Luiza; Sorj, Bila. (1999) “Estudos de gênero no Brasil”. In: Miceli, Sergio (org). *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. Sociologia. São Paulo: Ed. Sumaré/ANPOCS/CAPES, v. 2, p.183-222.
- MISSE, Michel. (2006). *Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: O Problema das Causas*. In Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

- PASINATO, Wania. (2005). Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais:mulheres, violência e acesso à Justiça. *Plural: revista do programa de pos-graduação em sociologia*, v. 12, p. 79-104.
- PASINATO, Wania. (2011). *Feminicídios; e as mortes de mulheres no Brasil*. Cad. Pagu (37): 219-246 ND.
- PASINATO, Wania. (2012) *Acesso à justiça e violência contra a mulher em Belo Horizonte*. São Paulo: Annablume/FAPESP.
- PINHEIRO, P. S. (org.). (1983). *Crime, Violência e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- RUSSEL and C APUTTI. (1992) Femicide: The Politics of Women Killing. New York, Twayne Publisher.
- SAFFIOTI, H. I. B; ALMEIDA, Suely Souza de. (1995) *Violência de Gênero: Poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.
- SAFIOTI, H.I. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- SANTOS, Cecília MacDowell. (2010). Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 89 | colocado online no dia 01 Outubro 2012, criado a 30 Setembro 2016. URL : <http://rccs.revues.org/3759> ; DOI : 10.4000/rccs.3759
- SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. (2014). Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v. 16, n. 1.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Violências e Conflitualidades. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.
- VASCONCELLOS, Fernanda B. (2016). *Punir, proteger, prevenir? A Lei Maria da Penha e as limitações da administração dos conflitos conjugais violentos através da utilização do direito penal*. In: Márcia Alves da Silva. (Org.). *Gênero e Diversidade: debatendo identidades*. 1ed. São Paulo: Perse, v. 1, p. 111-136.

ZALUAR, Alba. (2004). Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. FGV Editora.

WAISELFISZ, J.J. (2012). *Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. Caderno Complementar 1: Homicídios de Mulheres no Brasil. São Paulo. Instituto Sangari.

_____ (2015). *Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil*. São Paulo. Instituto Sangari.

Mulheres lésbicas, a saída do armário e a intersecção de raça: resistir para existir

*Fernanda Hampe Picon
Marluci Meinhart*

A heterossexualidade é uma construção histórica e tem um efeito de norma e padrão, colocando as demais práticas sexuais como desviantes. Este trabalho buscou entender os possíveis significados que a revelação da homossexualidade, a saída do armário, pode ter na vida do sujeito mulher, colocando em análise o projeto social fundado na norma, além de dar visibilidade às diversas formas de constituir novas estratégias de enfrentamento das desigualdades existentes. Além da sexualidade, existem outros marcadores sociais que produzem efeitos na forma pela qual o sujeito insere-se nos contextos sociais e sente-se (ou não) aceito. Raça, gênero, classe, são marcadores que também se tornam importantes quando se analisa os impactos que a saída do armário traz para a vida do sujeito. Na contemporaneidade, vem tentando-se desconstruir, através de movimentos, resistência e luta, a cultura heterossexista e racista que assola e produz discriminação e preconceito. Tanto o movimento social quanto a academia alinharam-se nesta busca por avanços e conquistas e precisamos reconhecer que, a partir da década de 1990, um amplo debate surge no que tange os direitos das minorias sociais. Porém, essas conquistas não excluem os efeitos que o contexto heterossexista e racista em que

vivemos ainda provocam de maneira contundente na mulher, homossexual e negra.

É importante também ressaltar que não faz muito tempo que a Psicologia pautou como questão pertinente no campo da produção do conhecimento e no campo das práticas profissionais as questões relativas a gênero, raça e diversidade sexual, no sentido de ampliar e problematizar os discursos produzidos nesta interface que restringem a sexualidade à prática heterossexual e que reafirma a cultura patriarcal e de supremacia branca. Completamos duas décadas em que o Conselho Federal de Psicologia no Brasil pautou as “*normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual*” (Resolução CFP Nº001/1999). Tal proposição emerge de uma impossibilidade da continuidade de oferta de práticas psi que atrelam-se à noções que circunscrevam a sexualidade não heterossexual à lógica do desvio, da doença, da perversão e da anormalidade. Completa ainda a maioridade a Resolução CFP Nº018/2002 que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e discriminação racial reconhecendo que o racismo produz sofrimento.

Regulamentaram-se estas normas em função dos agenciamentos produzidos pelos movimentos sociais feministas, negros e gays que reivindicam um lugar de intengibilidade, reconhecimento e legitimidade subjetiva, cultural, política e social. Percebe-se assim que parte da psicologia, especialmente aquela intitulada como social, sustenta a necessidade de romper-se com uma posição de suposta neutralidade, ao engajar-se em uma posição, ética, estética e política, que defende, sustenta e deseja a pluralidade dos sujeitos. Assim, entender a revelação da homossexualidade feminina e seus possíveis efeitos, é também uma forma de resistir à ideia de que todos os sujeitos são iguais, que as trajetórias de vidas são generalizáveis e universais, afirmando a importância de darmos visibilidade aos arranjos singulares de tornarmo-nos mulheres.

Homofobia, o armário e a saída dele

Não podemos deixar de dizer que a homofobia caminha lado a lado com o sexismo e o heterossexismo. A homofobia, como define Borrilo (2010) é inconcebível sem que seja levada em consideração a ordem sexual a partir da qual são organizadas as relações sociais entre os sexos e as sexualidades. Uma ordem na qual o feminino deve ser complementar ao masculino pelo viés da subordinação, e na qual ocorre uma constante objetificação da mulher (sexismo). Louro (2000), afirma que a sexualidade é uma invenção produzida através de muitos discursos e práticas sociais que não somente atravessam, mas também regulam, normatizam e controlam os sujeitos, e acabam afirmando como única e legítima forma de viver a sexualidade, a heterossexualidade. Acaba-se entendendo nesta lógica, que a homofobia também é uma construção estabelecida através da cultura, do contexto histórico e da sociedade, na qual, pelas forças heterosexistas, naturaliza-se uma hierarquia das sexualidades, sendo as demais sexualidades não heterossexuais entendidas como patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização.

Os conceitos construídos pela heteronormatividade não são imutáveis e fixos, de modo que são passíveis de reflexão e desconstrução. Nesse sentido, a contemporaneidade tem exigido cada vez mais que pensemos em múltiplas maneiras de ver o mundo, de ser, de estar, atentando para a pluralidade das representações das diversidades sexuais. (ABREU, 2008). Para este autor, qualquer manifestação fora da heteronormatividade pode encontrar resistência de ser acomodada num sistema homofóbico. Nesse sentido, o processo de assumir a homossexualidade pode ter diferentes impactos na vida dos sujeitos, pois os processos de autodescobrimento e autoconstrução dão-se no terreno individual e das subjetividades, mas é no espaço social que ocorrem os encontros e onde acontece a vida, e é também no encontro com o outro que nos constituímos como sujeitos. O armário, então, surge como um mecanismo de não revelar a

homossexualidade, determinada pela ordem social a partir dos parâmetros de correto e incorreto. Sedgwick (2007) evidencia o armário como uma forma de controle da sexualidade humana, uma forma de garantir a heterossexualidade visivelmente dominadora e invisibilizar a homossexualidade oprimida, tornando-se assim, mais uma forma de hierarquização e divisão social entre heterossexuais e homossexuais. Miskolci (2009) destaca que o armário não é uma escolha individual, e a decisão de sair dele não depende de um ato de coragem ou de livre e espontânea vontade. Viver no armário vai muito além disso, e sair dele pode resultar em violências constantes, expulsão de casa, perda do emprego, ou, em casos mais extremos, o suicídio. Por isso existir é resistir, e não apenas sobreviver. Para Saggese (2009), revelar a homossexualidade é um processo complexo que se permeia por valores culturais, que envolve uma série de consequências de ordens simbólicas e práticas que se atravessam nas relações interpessoais do sujeito. Por este motivo, ao revelar a homossexualidade, o sujeito acaba por questionar crenças e valores da sociedade. Nesse sentido, o ato de sair do armário envolve muito mais do que posicionar-se publicamente como homossexual, mas vai no sentido de um processo político, através do qual o sujeito questiona-se sobre a norma heterossexual vigente, tornando-a mais visível e culturalmente inteligível. (VIEIRA JÚNIOR, 2008).

Ser mulher, lésbica e negra

Crenshaw (2002) e Werneck (2000), trazem que a perspectiva racial de gênero aponta e denuncia que a intersecção destes elementos produz situações de opressão que são distintas daquelas produzidas pela atuação “somente” do racismo ou “somente” do gênero. Isso significa colocar as mulheres negras em situação de desproteção tanto pelo fato de serem mulheres, quanto pelo fato de serem negras, ou seja, mulheres negras são vulneráveis socialmente tanto pelos mecanismos de proteção contra a discriminação de gênero, quanto pelos mecanismos de proteção contra a discriminação racial. Quando

se acrescenta a esses dois marcadores da diferença, a homossexualidade, produz-se um forte campo de discussão acerca de quais os significados e reverberações têm ser homossexual na vida da mulher negra. O Brasil ainda é um país racista. Para Gonzales (1983), o racismo constitui-se como um sintoma social da sociedade brasileira, numa relação em que historicamente o branco foi o dominador e o negro dominado. A abolição da escravidão está longe de ser o marco que acabou com a escravidão de negros no Brasil, pois ainda hoje observamos relatos de discriminação em diferentes espaços e percebemos como a mídia reforça os papéis de negros como subordinados aos brancos. Nesse sentido, Gonzales (1983) afirma que a articulação do racismo com o sexism produz impactos violentos na vida da mulher negra em particular.

Estratégias Metodológicas

A presente pesquisa foi realizada no ano de 2017 e teve aprovação neste ano do comitê de Ética da Universidade. Contou a participação de seis mulheres lésbicas, com idades que variavam entre 20 e 26 anos de idade, sendo 3 brancas e 3 negras. A fim de elucidar os objetivos da pesquisa e contemplar as questões éticas, todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, as quais foram gravadas e posteriormente transcritas. Para compreendermos os relatos, foi utilizada a análise de conteúdo, apoiada na teoria de Bardin (1977). Este método consiste em três fases: primeiramente se faz a descrição dos enunciados discursivos, após isso é realizada a inferência de hipóteses e categorias de interpretação, para que se tenha os resultados encontrados pela dedução sobre elementos simbólicos e valorativos. Após a transcrição das entrevistas, foram construídas as seguintes categorias: 1) A vida no armário; 2) O processo de sair do armário; 3) Interseccionalizando raça, gênero e sexualidade. Os nomes das

participantes são fictícios e todas as falas serão indicadas pelo uso das aspas e da fonte itálica.

Resultados e discussão

A Vida no Armário

“Sou eu aqui sozinha” (Janaína)

Sentir-se só, é uma realidade daquelas que não podem falar à família, aos amigos, ao trabalho, o que são e como vivem sua sexualidade e seus relacionamentos afetivos. Assim, ser sozinha é viver em uma clausura dolorosa e sufocante, que constitui, ou constituiu, a realidade de muitas mulheres lésbicas. Viver no armário constitui-se como um importante fator gerador de ansiedade para as entrevistadas. O fato de não revelar a orientação sexual esteve fortemente relacionado com as falas que evidenciam mal-estar e até mesmo adoecimento. Além disso, também foi muito evidente a relação entre revelar a homossexualidade com a noção de identidade, percebendo-se que a vida no armário está intimamente ligada com “ser o que não se é”. Isso evidencia-se, quando, por exemplo, mais de três entrevistadas trazem que já tentaram relacionar-se, pelo menos uma vez, com algum homem: *“Quando eu observei que eu já tinha alguns namorados, ja tinha tentado e não era bem aquilo que eu queria, e aí eu comecei a ficar mais com meninas direto. (Priscila)”*. Neste sentido, permanecer no armário é sinônimo de estabelecer uma relação com a vida que não é a que se quer ter, mas que o contexto social espera que se tenha.

Para Barbosa e Silva (2016), permanecer no armário coloca-se como uma possibilidade de defesa aos preconceitos heteronormativos expostos em diversos espaços sociais. Assim, a permanência ou a saída no armário ocasionam diferentes sofrimentos, mas ambos produzidos pela heteronormatividade. Além disso, há também a necessidade de aceitar-se e entender-se, o

que constitui-se como um fator essencial para os primeiros passos na saída do armário: “*Não tentar ficar me encaixando e me enquadrando num padrão que não era meu. E que definitivamente, eu não iria estar feliz. E o quanto importante é quando a gente se olha e entende o que tu gosta, e por que tu gosta, e é simples, vamos lá sabe.*” (Priscila)

Algumas falas das entrevistas trouxeram o peso de não ser aquilo que a sociedade como um todo espera que sejam, e vários trechos das entrevistas expuseram o peso ainda maior de frustrar ou decepcionar a família, pelo fato da orientação sexual fugir à regra imposta. “*Acho que todos os filhos querem de alguma forma que seus pais e sua família se orgulhe, então eu sempre senti muito o peso disso, então.. Sair do armário demorou bastante e acho que até explorar minha sexualidade tenha demorado bastante por causa dessa culpa de eu estar decepcionando minha família.*” (Carol). Para Foucault, (1987, p. 193), “a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza”. Neste sentido, as instituições, dentre elas a família, demonstraram ter um importante papel vida de quem deseja assumir-se homossexual, visto que as questões de ordem da moralidade e do julgamento fazem-se muito presentes, além da concepção de família heteronormativa que esse tipo de instituição prioriza.

Uma segunda instituição que teve forte impacto na vida das entrevistadas foi a religião, uma vez que, pelo menos três das entrevistadas citaram-na como um mecanismo que influencia na permanência no armário. Esta preconiza o sexo essencialmente como forma de reprodução, sendo assim necessário um homem e uma mulher, acabando por ser uma das principais instituições repressoras da diversidade sexual: “*Eu vim de uma família evangélica, frequentava uma igreja evangélica, então isso sempre foi visto como algo totalmente errado. E era pecado, enfim, então durante muito tempo eu fiquei pensando assim: vou orar pra Deus me transformar.*” (Carol)

Assim, alguns mecanismos corretivos das instituições religiosas promovem muitos discursos preconceituosos, que vão desde a patologização da homossexualidade, até a noção de cura por deus. Neste sentido, faz-se importante evidenciar o quanto as verdades religiosas contribuem para a manutenção de uma conduta normatizadora e preconceituosa, gerando violência e discriminação com as pessoas LGBTs, estimulando uma vida na clausura dos armários e excluindo direitos.

Ainda dentro desta categoria, há uma importante discussão a se fazer, acerca de como vivenciam seus corpos e a forma com que seus corpos são lidos e interpretados pela cultura produzem efeitos. Existe sim, um estereótipo de que o corpo lésbico é aquele com atributos mais “masculinos”, que foge da feminilidade atribuída historicamente como natural à mulher. Neste sentido, Louro (2002), explica que os significados dos corpos são deslizantes, mas que ao mesmo tempo, em uma determinada sociedade, acabam por ter definições de masculino/feminino, e que essa definição corriqueiramente é baseada no sexo biológico. Contudo, é importante destacar que gênero e sexualidade são atributos mutáveis e históricos, e se atravessam e se expressam nos corpos através de artimanhas e artifícios da cultura em que se inserem. Como indica Priscila: “*Pelo fato de não me colocar de uma forma tão masculina, e não porque eu não queira, mas enfim porque não é, mas também é aquele estereótipo de como gostam, de pejorativamente, falar pra gente do ‘caminhão’, o ‘sapatão’, eu já observo diferença com amigas minhas que sofrem isso diretamente, porque gostam de se vestir de outra maneira. Daí a gente acaba sofrendo isso com os homens e com as mulheres, pois sofremos desse não lugar.*”

Este “não lugar” citado na fala acima, parece explicitar bem o lugar do corpo da mulher lésbica. Não há lugar para esse corpo, e quando pouco se fala nele, ele é estereotipado e inscrito em uma norma de exclusão. Louro (2002) traz então, que as sexualidades, os gêneros e os corpos vêm sendo regulados, explicados, compreendidos, normatizados e descritos por muitas instituições,

que acabam por normatizar, através de variadas estratégias e técnicas. Em contrapartida, a ascensão de movimentos e grupos organizados que defendem as “minorias sexuais”, vem fazendo um movimento instituinte, buscando também decidir sobre a sexualidade, o exercício do prazer, as novas possibilidades de experimentar sexo e gênero, e de viver os corpos: “*Ou eu também sou uma lésbica que vamos assim que não ‘parece’. Sei que é super negativo isso, mas, sou uma lésbica que passa por uma mulher heterossexual, então, isso não fica tão claro.*” (Carol).

Importante pensarmos também, que neste sentido, uma mulher lésbica considerada mais feminina pela sociedade, ou seja, com os atributos que a sociedade espera de uma mulher, não contradiz todas as identidades, contradizendo apenas a norma da sexualidade, mas não perturbando as normas de gêneros estereotipados e dos corpos lidos e inscritos numa matriz epistemológica binária. Vale destacar então, que ser uma mulher cisgênero, configura-se, como um fator de proteção para as mulheres lésbicas brancas e negras, uma vez que a violência praticada contra corpos que fogem à regra sexo-gênero, é ainda mais avassaladora. Neste sentido, é importante comentar sobre a nomeação que fazemos quando chamamos alguém de “diferente”. Quando dizemos que alguém ou algo é diferente, estamos automaticamente fazendo uma atribuição a um lugar que é o “não diferente”, o “não marcado”, o “normal”. Pensando assim, a diferença é sempre atribuída e nomeada em uma determinada cultura. E na sociedade brasileira, produziu-se historicamente, uma norma pautada no sujeito homem branco, heterosexual, cisgênero, de classe média urbana e cristão. Sendo essa a identidade referência, todos aqueles que não se encaixam neste padrão, serão os “outros”, os “alternativos”, ou até mesmo os “problemáticos”. Desta forma, ninguém é essencialmente diferente, ninguém é essencialmente excluído, a diferença sempre se constrói a partir de um lugar que é tomado como norma. (Louro; NECKEL; GOELLNER, 2003).

O Processo de Saída do Armário

“Agora eu sou uma lésbica.” (Carol)

Antes de ser uma lésbica, foi necessário passar pelo processo de revelar-se uma lésbica. Há diferentes formas de sair do armário, e essas foram contadas nas entrevistas. Saindo do armário, ou sendo arrancada dele, o importante é que se saia da clausura, e que se consiga assumir uma posição nova enquanto sujeito desejante.

O processo muitas vezes é duro e tem consequências que vão desde desentendimentos com a família até o sofrimento psíquico. Não se pode desconsiderar os vários atravessamentos que a família, o contexto social, educacional e do trabalho têm nesse processo. A insegurança, a homofobia, a discriminação também são consequências que a saída do armário pode proporcionar.

O primeiro aspecto a ser citado aqui, como o passo pioneiro para que se saia da clausura, é o autorreconhecimento e, com isso, a capacidade da autoafirmação enquanto sujeito homossexual. Este processo também é um processo que vai se dando pouco a pouco e que começa ainda na infância, passa pela adolescência e concretiza-se na fase adulta: *“Na verdade foi mais um processo de compreensão daquilo que eu gostava. Quando fala sair do armário, parece que é um lugar que tu ocupava, e de repente tu sai daquele lugar... E eu não consigo entender exatamente assim, eu acho que tu vai desenvolvendo, e vão se construindo outras relações e a partir desse momento tu comprehende o mundo de uma forma diferente. Então essa forma de compreender o mundo de uma outra maneira assim, a partir desse outro ponto de vista, foi muito bom, foi fundamental.”* (Priscila). Neste sentido, sair do armário é entendido neste trabalho como um processo de reconhecimento dos sentimentos e afetos homoeróticos, o que é algo diferente do que o esperado para si mesmo, pela família, pela sociedade e pelo contexto em que vivemos. (Teixeira et al, 2012).

Precisamos apontar o quanto o contexto homofóbico e heterossexista captura não só os sujeitos heterossexuais, mas

também os homossexuais. Negar e esconder a homossexualidade não é algo incomum, mesmo no século XXI. Isso significa também, negar-se enquanto sujeito de desejos e potências. Reconhecer-se homossexual é um processo que vem muito antes de revelar a homossexualidade, e que também exige determinado tempo e entendimento de si mesma: “*Vamos dizer assim que a gente sempre sabe, mas eu vim de uma família evangélica, frequentava uma igreja evangélica, então isso sempre foi visto como algo totalmente errado. E era pecado, enfim, então durante muito tempo eu fiquei pensando assim: vou orar pra Deus me transformar.*” (Carol)

As práticas e discursos heterossexistas estão tão arraigados que os sujeitos homossexuais não se sentem capazes de resistir a ele, e demoram um tempo até perceber a importância desse processo de resistência. Desta forma, estabelece-se a homossexualidade como uma “anormalidade”. Submetidos aos discursos que colocam a homossexualidade como desvio, confessa seus desejos inconfessáveis... O mecanismo de permanecer no armário torna-se então uma forma de não precisar confessar nada. (Barbosa; Silva, 2016). Neste sentido, Miskolci (2009, p. 72) afirma que “a homossexualidade foi ‘inventada’ como segredo e – em contextos culturais e históricos que a perseguem – tende a existir inserindo no armário aqueles que nutrem interesses por pessoas do mesmo sexo.”

Novamente a família mostrou-se como uma instituição que tem papel fundamental e que quanto mais acolhedora, mais fácil se torna sair de uma lógica de sofrimento, e entrar em uma lógica de novas posições de vida e de uma nova perspectiva de posições de sujeito: “*Minha família, acho que isso foi fundamental, porque se não fosse essa abertura, do tipo, “vamos conversar a respeito disso”, talvez teria sido bem mais complicado. Então, o fato da minha mãe e dos meus irmãos terem se colocado sempre muito abertos, principalmente o meu irmão, que é o único irmão homem que eu tenho, quando ele falou comigo, ele me disse “vai cuidar da tua vida, eu só quero que tu fique bem”.* E é isso aí. *Então acho que a família foi fundamental nesse processo, não vejo mais ninguém além deles,*

até porque a minha base sempre foram eles.” (Priscila) Em contrapartida, quando as relações familiares reproduzem a mesma lógica de discriminação e preconceito, o processo de sair do armário tende a ser mais complicado e doloroso, marcado por experiências de maior sofrimento e sentimento de culpa: “*Minha mãe. [dificultou o meu processo de saída do armário] Mas não que tenha dificultado tanto assim. Na verdade eu não queria que ela se sentisse mal por isso. Tipo, eu sentia por ela, não por mim. Eu tenho uma boa relação com ela ainda, é só não tocar nesse assunto.* (Risos). (Joana) Quando a fala acima traz que “é só não tocar no assunto”, percebe-se que um certo pacto de silêncio é realizado quando a revelação da homossexualidade é feita. Este pacto objetiva invisibilizar a homossexualidade, tornando-se necessário sair do armário algumas vezes, até conseguir rompê-lo.

Savin-Williams (2001), indica que há um processo de elaboração de luto na família, quando um sujeito se revela não heterossexual, de modo que há a morte do filho perfeito. Este processo pode variar de intensidade, de tempo e também tem a influência de alguns fatores, como por exemplo, a religião, que novamente aparece e influencia, conforme já citado anteriormente.

De uma forma mais abrangente, percebeu-se que além da família, os contextos sociais, amigos, e neste caso, principalmente o contexto da universidade, também tiveram papel fundamental para que o processo de sair do armário se fizesse menos doloroso. As relações de amizade mostraram-se praticamente como unanimidade como um campo de apoio para as mulheres entrevistadas. Segundo elas, é em alguns círculos de amizades específicos em que elas sentem-se acolhidas e seguras, podendo ser aquilo que são, e demonstrando sua vida afetivo-sexual: “*Eu tinha duas amigas que eu fiz na universidade e que era muito de boas, pra frente, que não estavam relacionadas com a galera de igreja e que eu achava que era minha amiga, mas que não sabia disso e que não estavam dispostos a me ajudar.*” (Carol)

Pertencer a um grupo identitário é também uma forma importante de dar sentido à algumas questões que perpassam os sujeitos. Neste sentido, as relações de amizade construídas pelo sujeito homossexual são aquelas que o ajudam a sair um pouco da solidão que o armário carrega, além de auxiliar na forma de afirmação da diferença do sujeito que foge à regra: “*Eu me sinto acolhida quanto eu tô com pessoas que são iguais a mim (risos). Me sinto segura nesses espaços, normalmente. Hmm... Também com os meus amigos, que a maioria são gays e lésbicas, bis, ou heterossexuais muito ‘gayfriends’.*” (Carol) Deste modo, denominar-se homossexual é uma forma de integrar-se a um estilo de vida e assim fazer parte de um grupo, entrando em um meio até então desconhecido, procurando por seus iguais. Assim, ser acolhidas pelos amigos e pelos grupos de pessoas gays, aparece como uma importante ferramenta para se repensar a identidade enquanto sujeito homossexual na vida das entrevistadas. (Teixeira et al, 2012).

Tanto as relações de amizade quanto o contexto da universidade mostraram-se como fatores que promovem ao sujeito homossexual a sensação de proteção e pertencimento. São fatores que promovem o encorajamento, e que ajudam esse sujeito a não sucumbir à norma estabelecida. São também, fatores que promovem a saúde de uma forma ampliada, servindo como brechas e formas de fuga em uma sociedade tão preconceituosa e violenta: “*E aí quando eu entrei na universidade foi realmente a primeira vez que eu fiquei com uma menina.*” (Carol)

Também aparece nos relatos das entrevistas, questões que dificultaram e tornaram mais doloroso a saída do armário, bem como contextos que trazem maior insegurança e sensação de desamparo. A homofobia, a discriminação, a violência, o assédio, são fatores que geram medo, e que por algumas vezes, fazem inclusive, com que voltemos aos nossos armários. Neste sentido, a rua mostrou-se como um lugar extremamente perigoso e gerador de medo para as mulheres lésbicas: “*E parece que a rua é aquele território onde tudo ocorre a partir do momento em que tu não se*

enquadra, ou seja, se eu for uma mulher feminina, eu tenho que aceitar o olhar daquele homem, se eu for uma mulher lésbica, negra e morando na periferia, é melhor que eu me proteja, porque eu tô ali, a mercê. (Priscila) Carol também apresenta a rua como lugar do perigo: “*Se eu tô assim num espaço com a minha namorada e a gente tá de mãos dadas e as pessoas olham e principalmente se for de noite, andando da rua, assim, eu fico super insegura.*” (Carol)

Pode-se perceber que sair do armário não significa circular tranquilamente por todos os espaços sociais. Há espaços distintos e mais seguros, assim como espaços que trazem a sensação de maior insegurança. Sair do armário é uma constante afirmação e reafirmação de si. É importante destacar aqui, a relevância de fazer da universidade um espaço possível e acolhedor, ainda mais do que já é visto que a insegurança e desproteção que assola a rua, não deve ser reproduzida dentro da universidade.

Neste sentido Soliva (2011) destaca que a repressão - moral, legal ou violenta - visa apenas a proteção dos valores das classes dominantes, e acaba por atingir aqueles que se põe à margem das normas sexuais e que desafiam a ordem estabelecida: gays, lésbicas, travestis, transexuais, etc. Estes, ocupam um espaço consolidado como heterossexual, questionando assim a produção do espaço urbano como um “lugar de respeito”, indo contra uma lógica dominante e se reappropriando dos espaços públicos.

Nesta categoria faremos novamente a discussão do lugar que o corpo ocupa neste cenário: a erotização do corpo feminino. Mulheres lésbicas sofrem constantemente assédios provindos de um contexto extremamente machista em que estão inseridas. A erotização não apenas dos corpos femininos, mas do casal lésbico, é algo extremamente recorrente. O desrespeito, a invasão da privacidade, o lugar da relação lésbica como um lugar de fetiche, mostrou-se nos relatos como algo repugnante, mas muito presente no contexto contemporâneo: “*Em espaços tipo festas, dependendo das festas, se é uma festa que vá homem hetero eu me sinto insegura, porque tipo, tu é assediada o tempo inteiro. Mesmo que seja claro*

que tu tenha namorada, aquilo é usado como fetiche, daí os caras ficam em cima." (Carol). Para Oliveira (2013), é necessário fazer das lésbicas mais do que objetos destinados a um público machista heterossexual masculino, e isso só será possível quando a hipocrisia social que inferioriza as mulheres for sanada, e quando aprendermos os significados das relações sociais, não como amarras a favor de tradicionalismos ideológicos, mas sim como reforçadores da diversidade e da pluralidade dos seres sociais.

Interseccionando Raça às Questões de Gênero e Sexualidade

"Que elas falem, que elas deixem de ser invisibilizadas e que elas existam né porque quanto tu não consegue falar, quando tu não tem espaço pra se ver, tu não existe." (Carol)

A mulher é direcionada desde a sua infância, a partir da biologia e das instituições (como a religião e a educação), a ser, por uma ordem hierárquica, inferior ao homem. E à mulher também foi estabelecido o âmbito privado: cuidar da casa, sendo o lar uma espécie de prisão. Sendo assim, a mulher deve ter atributos que a sociedade considera “normais” à ela: meiga, frágil, educada, maternal. (Barbosa; Silva, 2016). Aqui também é importante citar a expectativa que atrela ao lugar da mulher a função social da maternidade. Muitas vezes o que se espera da mulher é que ela procrie e perpetue a família. E esse aspecto, em mulheres lésbicas, também tem um peso diferente, e isso ficou evidenciado nas entrevistas: *“E pelo fato de eu ser a filha mais velha, eu acho que tinha toda uma carga assim, tipo ‘quero que tu tenha namorados’, ‘quero que tu tenha filhos’. E não que não possa ter, mas vai colocar na cabeça de uma mulher que mora no interior, como é o caso da minha mãe, e que segue aquelas padrões que a sociedade tem como correto.”* (Priscila). E como mostra também Janaína: *“Minha mãe falou: ‘eu já sabia, mãe sempre sabe, não é o que eu queria pra ti, as coisas não são fáceis, eu te aceito mas muitas pessoas não vão te aceitar, tu é linda’... como se eu não pudesse ser linda sendo lésbica.”*

(Janaína). Como desperdiçar uma beleza tão atrativa aos homens para enfim alcançar a tão sonhada conjugalidade e maternidade?

O objetivo desta categoria é explanar sobre o quanto diferente é ser uma mulher lésbica branca e ser uma mulher lésbica negra, em uma sociedade machista, sexista, homofóbica e racista. Crenshaw (2002) conceitua interseccionalidade como um eixo que busca estruturar as dinâmicas de interação de dois ou mais meios de subordinação. Este conceito permite dar visibilidade às múltiplas formas de “ser mulher”, buscando não cair no reducionismo de um princípio unificador comum. Assim, a autora cunha o conceito de interseccionalidade para dar significado à luta de mulheres negras, cujas especificidades não encontravam espaço para debates tanto no movimento feminista quanto no movimento anti-racista.

Além disso, é importante falar sobre o quanto entrevistar mulheres negras foi diferente de entrevistar mulheres brancas. Não podemos deixar de mencionar que sermos pesquisadoras brancas produziu efeitos no momento da entrevista, na forma com que as respostas eram dadas. E as implicações das mulheres negras durante as entrevistas, os afetos compartilhados, as expressões de cada uma quando falam sobre como é ser mulher, homossexual e ainda negra, foi notoriamente diferente e mais intensa do que as entrevistadas brancas: *“Mas enfim, falar sobre o racismo não é se colocar pra baixo, não é que eu adoro me fazer de vítima, sabe? Então, eu acho que grande parte do processo [de assumir-se lésbica] foi pensar tipo: mais uma coisa. Tipo, tu não precisa de mais uma coisa, sabe. Pra de alguma forma tu ser mais isso (lésbica) pra priorar o teu status na família ou na sociedade.”* (Carol) Na fala de Carol, percebemos um discurso que nega o racismo como fator enraizado na sociedade, e coloca quem sofre por ele, em um lugar de vitimização, ou ainda, de “sem autoestima”. Talvez esta fala também nos aponte ao lugar que nós, pesquisadoras e mulheres brancas ocupamos muitas vezes na dinâmica das relações raciais: o branco sempre se retira da dinâmica e coloca o saldo nas costas do negro, chamando-o de vitimista. Isto é muito comum em uma sociedade

onde os brancos são historicamente privilegiados. Já Barbara conta que “*Meu pai me falava ‘filha, além de mulher, negra e gorda, tu ainda é lésbica, como tu vai concorrer no trabalho com outras pessoas?’*”. Esta fala traz uma marcação importante para mulheres negras: o mercado de trabalho e o lugar abjeto que o corpo gordo ocupa em nossa cultura. Enquanto para uma mulher branca de classe média o medo de não ter ingresso no mercado de trabalho se dá por diferentes situações, esse medo em mulheres negras, se dá pelo simples fato de ser uma mulher negra., somando-se a isso, a gordofobia.

Neste sentido, Kerner (2012), aponta que a interseccionalidade entre racismo e gênero, pode resultar em um constante entrelaçamento entre diferentes instituições, como família, trabalho e até a educação. Segundo ela, um dos efeitos disso é que o papel identificado para a mulher branca e burguesa, ser mãe, dona de casa, nunca se constituiu de fato para as mulheres negras. Assim, pode-se pensar que o que se espera para uma mulher lésbica e branca, é muito diferente do esperado para uma mulher lésbica e negra. E isso evidencia-se neste trabalho, quando aparece o quanto a mulher negra é invisibilizada na sociedade. Para esta, é esperada a invisibilidade. E quanto esta mulher é negra e lésbica, o mundo para ela passa a ser um constante exercício de tentar ser vista: “*Então, na universidade, fazendo jornalismo, eu quero falar sobre essas mulheres, e quero que essas mulheres se sintam representadas de alguma forma. Que elas falem, que elas deixem de ser invisibilisadas e que elas existam né porque quanto tu não consegue falar, quando tu não tem espaço pra se ver, tu não existe. Sei lá, não consegue produzir coisas sobre ti, não se identifica com aquilo, não sabe que tu é lésbica negra e pode estar na universidade, pode ocupar os espaços, pode ocupar um cargo de poder, pode ser uma pessoa importante.*” (Carol)

Além da invisibilidade da mulher lésbica negra, também fica evidente nas entrevistas o quanto as mulheres lésbicas negras sofrem mais violência e rechaço do que mulheres lésbicas brancas.

O racismo entra como um fator que gera muita insegurança e sensação de desproteção em mulheres lésbicas, principalmente em um país onde negros são mortos diariamente: “*A rua é muito violenta com a gente. E considerando que eu sou uma mulher negra. Eu sou uma mulher negra e lésbica. Eu sou de certa forma periférica, porque eu não moro numa região nobre da cidade, então eu já tenho aí quatro agravantes, e quatro indicadores da violência.*Priscila). É importante destacar que essa problemática da violência, vai além da violência doméstica e sexual que atinge grande parte das mulheres no Brasil, independente de grupos raciais, ou classes sociais. Trata-se de uma violência que tem a ver com a hegemonia da branquitude no imaginário social e nas relações sociais concretas. Essa violência é invisível, e traz saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, respingando na sexualidade e na afetividade destas. (Carneiro, 2003). Portanto, ela é uma violência velada, que atravessa o cotidiano de mulheres lésbicas negras: “*Se eu for uma mulher lésbica, negra e morando na periferia, é melhor que eu me proteja, porque eu tô ali, a mercê, eu não sei se me faço clara quando eu te digo isso, porque é uma violação constante assim. Pelo fato de tu ser branca, tu fica além de mim. E isso já cria uma distância enorme.*Priscila)

Novamente falaremos do corpo. Cabe aqui fazer a distinção entre o corpo da mulher negra e corpo da mulata. Enquanto a mulher negra é (re)colocada em uma lógica que remete à escravização, a lógica do servilismo (naturalizado espírito de submissão e obediência construído para a mulher negra), daquela mulher cujo corpo é usado apenas para satisfazer a necessidade do homem branco, a mulata é vista com erotização, fortemente relacionada ao carnaval e ao sexo. A hiperssexualização do corpo “mulato”, que objetifica a mulher negra como aquele corpo que serve apenas para serviços sexuais, retorna à uma lógica da escravidão, onde o corpo das escravas era usado como objeto para os senhores. Trazendo para o contexto atual, nota-se por exemplo, o quanto o carnaval ainda é um símbolo da sexualização das

mulheres negras. Gonzalez (1983), traz que o Carnaval Brasileiro, na sua especificidade, possui uma conotação subversiva, um aspecto de ultrapassagem de limite, e que não é por acaso, que apenas neste momento, a mulher negra sai das colunas policiais e é promovida à capa de revista, é focada na televisão: “*O primeiro almoço de família na casa da minha namorada foi na semana retrasada, no aniversário dela, a família dela me acolheu super bem. É uma família toda miscigenada, mas tem uma parte que é bem alemã. Então uma tia dela falou pra mim assim: ‘tu não deveria estar no carnaval?’ eu respondi pra ela que não gosto de carnaval, e ela me respondeu dizendo que eu deveria gostar porque tenho a cor dele.*” (Bárbara)

Partindo-se do princípio de que os meios de comunicação não apenas transmitem as representações sociais presentes no imaginário social, mas também são agentes que constroem novas representações, entende-se que eles ocupam posição importante na cristalização de sentidos e imagens da mulher negra. Neste sentido, pode-se entender a relação da mulher negra com a mulata, ou a empregada doméstica como uma reprodução dos estereótipos dessa mulher na sociedade. Mas e o corpo da mulher lésbica e negra, onde entra na grande mídia? Como ele é representado? Este é também mais um dos estigmas que acomete mulheres lésbicas e negras e que aparece como um resultado da pesquisa. Volta-se então, para a lógica dos estereótipos das mulheres lésbicas: “*Na mídia sempre era tipo, aquela ‘Tamanco’, que era o estereótipo que tinha de lésbica negra, então eu pensava ‘nossa, eu não me identifico com ela, e acho que grande parte das meninas lésbicas negras também não se identificam’.*” (Carol) Tamanco é um personagem do seriado “Pé na Cova”, produzido pela Rede Globo e exibido de 2013 à 2016. Tamanco era interpretada pela cantora Martinália, que reproduzia, na série, a personagem de uma mulher cis, homossexual, com atributos considerados mais masculinos. Tamanco era negra e trabalhava como borracheira.

Carneiro (2003) explicita que cabia à mulher negra uma dupla militância: a intersecção de raça e gênero como uma forma

mais específica de opressão, deve ser combatida em sua totalidade, e os movimentos negros e feministas devem objetivar sensibilizar-se para o combate contra o sexismº e o racismo como elementos que corroboram para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todas. O objetivo desta luta é um tanto utópica: alcançar a igualdade de direitos através de um ser humano pleno e cheio de possibilidades, alargando as condições de raça, orientação sexual e gênero.

Considerações finais

Os resultados obtidos na pesquisa relacionam-se diretamente com novas possibilidades de vida em diversos contextos e espaços, inclusive na universidade. Constatou-se que “sair do armário” é muito mais do que uma conversa ou um momento, mas é um exercício diário de novos posicionamentos e novas experiências. Percebeu-se também a importância e até mesmo a necessidade de não permanecerem nos armários, como uma questão não somente de posicionamento e de busca de lugares no mundo, mas também de saúde. Desta forma, o posicionamento ético e político, e algumas vezes militante, também mostrou-se como um novo campo de fortalecimento de vida para quem sai do armário. Sair do armário como um ato político é parte da resistência necessária que se enfrenta cotidianamente.

Vários foram os fatores e contextos citados que ajudam, estimulam e fortalecem a atitude de assumir a homossexualidade, bem como vários também foram os fatores que desencorajam e trazem insegurança quando se fala em assumir uma nova posição de vida. Ambos foram citados na análise de dados como uma possibilidade de evidenciar a importância do acolhimento e da empatia durante todos os momentos de vida de mulheres lésbicas. Novamente trazemos a universidade como um campo muito importante para que se dê visibilidade e se acolha a pluralidade das sexualidades e das raças. Vale pensar novamente, na implicação da

Psicologia com o tema, e principalmente, sobre que tipo de Psicologia estamos fazendo. Aquela que limita e “enquadra” os sujeitos, reforçando um padrão ou uma norma como certo e o diferente como o desviante; ou aquela que aposta na diferença como a valorização de todas as formas de vida? Pensar nisto, nos ajuda a entender que não é possível uma Psicologia neutra, que não é possível ficar alheio a lutas que valorizam a pluralidade da vida, que não é possível pensar em uma Psicologia implicada e ética, sem que se faça esse tipo de discussão.

Além disso, o elemento raça fez-se intrinsecamente presente nas três entrevistadas negras, de modo a evidenciar que este marcador social da diferença traz consequências marcantes não apenas no momento da revelação da homossexualidade, mas também na forma de posicionar-se e de sustentar essa condição nos diversos contextos em que estas mulheres estão inseridas, fazendo assim com que atente-se para a importância de reconhecer a complexidade de se viver em um contexto racista, além de lesbofóbico. Ressalta-se o quanto a intersecção do elemento raça foi um grande ponto de diferença nesta pesquisa. Conhecer sobre o processo de sair do armário e ser uma mulher lésbica negra borra o recorrente racismo epistemológico racial cuja perspectiva privilegia um modo de viver branco.

A invisibilidade, a violência, o estigma, a erotização, o lugar da mulher negra na sociedade brasileira, todos esses são fatores que mostram o quanto a mulher lésbica negra é vista e tratada diferentemente da mulher lésbica branca. Todas as consequências da lesbofobia são somadas ao peso do racismo, o que faz da mulher lésbica negra, duplamente atingida por uma sociedade extremamente preconceituosa. Os impactos de ser mulher lésbica branca e ser mulher lésbica negra, são distintos, específicos e subjetivos, visto que a sociedade acolhe diferentemente cada forma de ser mulher. Desta forma, não podemos deixar de destacar aqui o contemporâneo efervescente protagonismo da mulher negra, pautado no desejo pela liberdade, no resgate da humanidade abolida

na escravidão. (Carneiro, 2003). Esses movimentos vêm aos poucos, buscando desenhar novos cenários e ressignificar a perspetiva de um futuro menos opressor e mais igualitário, com a finalidade de tentar recobrir tantas perdas histórias.

Finalizamos dizendo que para mulheres lésbicas, brancas e negras, existir apenas nunca foi possível. Acreditamos e esperamos que um dia possa ser. Mais do que isso, sempre foi necessário resistir para existir. E é da resistência que se faz a vida. E é da vida que se faz a resistência. Que seja essa a nossa luta, e que essa escrita possa ser um instrumento de valorização da luta, da resistência e de todas as formas de se viver num contexto de América Latina do século XXI.

Referências

- ABREU, Jordão Filipe dos Ramos. O conhecimento e a atitude face à saúde sexual e reprodutiva: um estudo correlacional em estudantes universitários. 2008. XXXf. Dissertação (Mestrado em Educação: Formação Pessoal e Social) – Faculdade de Ciências, Departamento de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.
- BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira; SILVA, Laionel Vieira da. “Os cães do inferno se alimentam de blasfêmia”: religião e transfobia no ciberespaço. Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, v.18, n.24, p.110-133, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/CienciasSociaiseReligiao/article/view/63578/38334>> Acesso em 22 mar. 2017.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BORRILLO, Daniel. Homofobia – História e critica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p.49-58.

- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 abr. 2017.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexism na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da, et al. (Orgs.). *Revista Ciências Sociais Hoje, Movimentos sociais, urbanos, minorias étnicas e outros estudos* V.2. São Paulo: ANPOCS, 1983. p. 223-244.
- KERNER, Ina. Tudo é interseccional?: Sobre a relação entre racismo e sexism. Novos estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 93, p. 45-58, Jul. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 abr. 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.) *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 1.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- _____. Corpos que escapam. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO REGIÃO SUL: NA CONTRACORRENTE DA UNIVERSIDADE OPERACIONAL - ANPEdSUL, 4., 2002, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: ANPEdSUL, 2002. Disponível em: <http://www.portal.anped sul.com.br/admin/uploads/2002/Educacao,_infancia_e_juventude/Mesa_Redonda/02_38_25_m58-289.pdf>. Acesso em 22 abr. 2016.
- MISKOLCI, Richard. O armário ampliado – notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. *Revista Gênero*, Niterói, v. 9, n. 2, p. 171-190, 1.sem. 2009. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/88/64>>. Acesso em 15 abr 2017.
- OLIVEIRA, Luciana Ketzer de. A visibilidade das mulheres lésbicas em Porto Alegre, de 1997 a 2011. 2013. 11of. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Sociologia)–Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUI), Ijuí, 2013.

SAGGESE, Gustavo Santa Roza. Quando o armário é aberto: visibilidade, percepções de risco e construção de identidades no coming out de homens homossexuais, In: Fazendo Gênero – Corpo, Violência e poder, 8, 2008, Florianópolis. Anais do Fazendo Gênero 8. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST46/Gustavo_Santa_Roza_Saggese_46.pdf> Acesso em 28 ago 2016.

_____. A rua e o medo: algumas considerações sobre a violência contra jovens homossexuais em espaços públicos. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v.2, n.1, p.122-132, jan./jul. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/1750/190>> Acesso em 25 abr. 2017.

SAVIN-WILLIAMS, Ritch. Mom, dad. I'm gay. How families negotiate coming out. Washington, DC: American Psychological Association, 2001

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. Cadernos Pagu, Campinas, n. 28, p. 19-54, jan./jun.2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100003&lng=en&nrm=iso> Acesso em 20 ago 2016.

TEIXEIRA, Fernando Silva et al. Homofobia e sexualidade em adolescentes: trajetórias sexuais, riscos e vulnerabilidades. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v.32, n.1, p. 16-33, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 set. 2016.

VIEIRA JUNIOR, Astor. Do altar para as ruas: luta, resistência e construção identitária de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Revista Bagoas Estudos Gays, Gêneros e Sexualidades, Natal, v.2, n.2, p. 171-190, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v02n02art08_vieirajr.pdf> Acesso em 18 abr. 2017.

WERNECK, Jurema. Conhecimento, poder e gênero: o desafio das Yalodês. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)–Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2000.

Scripts de gênero e as brincadeiras na educação infantil

Manoela de Calazans Gonçalves

Ponto de partida: primeiras aproximações com o tema

Este trabalho tem como tema os *scripts* de gênero na Educação Infantil, pensadas a partir dos momentos de brincadeira das crianças. As últimas etapas da Educação Infantil são recheadas de faz-de-conta, em que as crianças constroem e reconstruem suas concepções de mundo e sociedade. Portanto, é um momento privilegiado para observar quais os *scripts* de gênero¹ que estão sendo apropriados ou ressignificados pelas crianças dessa faixa etária e de que maneira elas transitam entre eles.

A inspiração deste estudo surgiu a partir de minha prática docente no estágio obrigatório do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no primeiro semestre de 2017, realizada em uma escola pública de educação infantil, localizada na região central de Porto Alegre, com uma turma de 24 crianças de 5 a 6 anos. Este estágio proporcionou-me momentos muitos ricos de observação, especialmente por se tratar de uma escola com um espaço e uma prática pedagógica privilegiados, em que meninos e meninas podiam transitar pelos *scripts* de gênero que mais lhes conviessem, sem interferência das

*Trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Profª Drª Jane Felipe, 2017/02.

¹ Conceito criado por Felipe (2016), a partir de noções do cinema e do teatro para dar conta das expectativas sociais e culturais acerca das identidades de gênero. Outros referenciais teóricos sobre o conceito constam no desenvolvimento deste trabalho.

professoras. Desse modo, os meninos, por exemplo, poderiam escolher quaisquer fantasias à disposição, assim como as meninas não precisavam se restringir aos brinquedos e brincadeiras tradicionais. A partir deste contato, e de um interesse já anterior pelos estudos de gênero, surgiu a vontade de trazer a reflexão sobre as relações de gênero nas brincadeiras da Educação Infantil para este Trabalho de Conclusão de Curso.

A relevância desse tema está na compreensão de que os *scripts* de gênero não são estáticos, muito menos naturais. Refletir sobre isso a partir de situações do cotidiano da Educação Infantil nos auxilia a problematizar as relações de gênero e, consequentemente, permite que as crianças experimentem outros “papéis” e assim, ampliem suas vivências.

O presente estudo tem, portanto, a intenção de contribuir para a reflexão de professoras² em relação à equidade de gênero na Educação Infantil.

Delimito o problema de pesquisa deste trabalho na seguinte pergunta: Quais são os *scripts* de gênero que aparecem durante os momentos de brincadeira na educação infantil e, de que modo aparecem?

Considerando este problema de pesquisa, os objetivos são

- Refletir sobre a brincadeira na educação infantil;
- Possibilitar a reflexão acerca dos *scripts* de gênero na educação infantil.

Neste trabalho, proponho-me a analisar situações envolvendo crianças de cinco e seis anos de idade nos atos de brincar que ocorreram durante uma semana do mês de setembro de 2017. Reflito, a partir dessas análises, quais os *scripts* de gênero surgiram nas brincadeiras dos meninos e meninas da turma, bem como tais

² Neste trabalho, opto por utilizar “professoras” no feminino, tanto como uma escolha política pelo caráter histórico da profissão como pelo fato de que, na escola pesquisada, havia apenas um professor homem.

roteiros foram reiterados, negociados ou mesmo rompidos pelas crianças. A partir de tais interações entre elas, especialmente nos momentos de brincadeira como espaço de liberdade e reflexão, é possível construir e problematizar concepções sobre a equidade de gênero, em que meninos e meninas possam ser vistos e respeitados nas suas especificidades e nos seus direitos. Quando falamos em equidade reiteramos a ideia de que as diferenças não devem ser interpretadas como desigualdades.

Para pensar os *scripts* de gênero (FELIPE, 2016, GUIZZO & FELIPE, 2017), adoto a perspectiva dos estudos pós-estruturalistas, que conceituam gênero a partir de seu caráter histórico, sociocultural e relacional (LOURO, 1997, SCOTT, 1995; FELIPE, 2004, 2016). Para reiterar a importância da brincadeira, mais especificamente da brincadeira do faz-de-conta, na educação infantil, assumo a perspectiva sócio histórica (VYGOTSKY, 1991) e cultural (BROUGÈRÈ, 1998), por entender que as culturas lúdicas são diversificadas e mudam de acordo com o contexto social e o contexto temporal, bem como de acordo com o gênero, a etnia e as idades das crianças

O presente estudo é dividido em cinco capítulos: no segundo capítulo, apresento algumas considerações sobre o referencial teórico utilizado neste trabalho. Já no terceiro capítulo, apresento a metodologia utilizada na pesquisa, caracterizando-a como qualitativa, evidenciando os critérios que me levaram a escolher a observação participante, a escola pesquisada e os perfis das crianças. No quarto capítulo apresento os dados produzidos e as categorias de análises desenvolvidas, a saber: como as crianças transitam entre os *scripts* de gênero; gênero e sexualidade: confusões teórico-conceituais em uma sociedade heteronormativa e os artefatos culturais e os *scripts* de gênero. Finalmente, no quinto capítulo, trago as considerações finais.

Dos aportes teóricos

Cheguei até os estudos de gênero através de uma imersão pessoal no movimento feminista durante a graduação. Ainda antes disso, as aproximações com o feminismo já se teciam ao longo da minha trajetória familiar, sendo consolidadas, finalmente, ao ingressar no curso de Pedagogia da UFRGS. Logo no início do curso, tive contato com textos que discutiam gênero e sexualidade no âmbito da educação, os quais me ajudaram a firmar uma posição política como feminista e reforçar a importância de trazer e manter esses temas em sala de aula, assim como refletir sobre eles. No que antes eu tinha contato a partir de textos e livros de feministas como bell hooks (1994, 2000) e Judith Butler (1990, 1993), na faculdade contei com autoras como Guacira Louro (1997), Margareth Rago (1998), e Joan Scott (1995), bem como um aprofundamento em seus textos durante um ano de bolsa de iniciação científica estudando mulheres na área da História da Educação.

Passando por diferentes espaços do movimento feminista universitário e colhendo materiais circulados entre eles ou entre o meio acadêmico, constitui-me na pessoa que sou hoje. Afirmo, com base em leituras e vivências, que para adotar uma posição política coerente, devemos nos sustentar teoricamente. Para tal, adoto a perspectiva pós-estruturalista de gênero, que tem em Guacira Louro uma de suas principais expoentes no campo da educação.

As inquietudes acerca de como esse tema está presente no brincar da educação infantil surgem quando entro em contato com uma turma de Jardim de Infância e aprofundo-me em leituras e reflexões que tratam sobre o brincar e, especialmente, a brincadeira do faz-de-conta. Pensando na constituição de infâncias e gênero como algo social, histórico e mutável, adoto para este trabalho um conceito de brincadeira que segue por este caminho a partir da perspectiva sócio-histórica.

Gênero: histórico, discussões e definições

Louro (1997) contextualiza o conceito de gênero apontando que sua emergência só foi possível a partir do fortalecimento dos movimentos feministas. Em sua explanação do histórico do conceito, fica claro seu caráter político. Os estudos feministas, de onde surgiram os estudos de gênero, vinham carregados das experiências pessoais e reivindicações daquelas que os compunham. Eram, portanto, fortemente políticos. O mesmo diz respeito ao conceito de gênero, que emerge como “ferramenta analítica e política” (Louro, 1997, p. 21). O conceito passa a ser utilizado pelas feministas anglo-saxãs com o intuito de problematizar como as características sexuais são representadas social e historicamente. No contexto brasileiro, o conceito passa a ser cunhado no final dos anos 80.

É essencial destacar o caráter relacional e social do gênero. A conceituação difere não apenas de um contexto histórico para outro, mas de uma sociedade para outra – ou mesmo, dentro de uma própria sociedade. Etnia, raça e classe perpassam o entendimento de gênero e com ele se entrelaçam formando as identidades dos sujeitos. Portanto, não podemos discuti-lo sem levar em consideração esses elementos. A partir dessa compreensão, “pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o” (LOURO, 1997, p. 25). Assim como as identidades em suas totalidades, as identidades de gênero não são fixas, e sim estão em constante construção.

Guacira Louro ainda expõe a ideia de que a lógica binária homem-mulher pressupõe que um dos pólo seja superior ao outro. É necessário trabalhar no sentido de desconstruir essa oposição. Para isso, deve-se observar que não há uma única definição de homem ou de mulher e que, inclusive, estes podem transitar entre os pólos. Tal desconstrução vem com o entendimento de que o poder não se exerce apenas em uma direção, mas oferece diferentes

arranjos que vão além da lógica homem dominador *versus* mulher dominada.

Para pensar gênero no âmbito da educação, fundamentei-me em pesquisadoras e autoras como Andrade (2017), que enfatiza a professora como pesquisadora dentro da escola. Mais uma vez, destaca-se o conceito como instrumento analítico, pois lançamos mão dele para delinear e analisar as relações observadas. Nesse sentido, é importante conhecê-lo pois “ajuda-nos a problematizar e pensar estratégias pedagógicas para romper ou modificar estes modos de se viver e experienciar a escola e as expressões de gênero” (ANDRADE, 2017, p. 39). Como professoras, temos o compromisso de nos apropriarmos desses conceitos e entender como eles operam e também como tais concepções (re)produzem desigualdades. Desta forma, é preciso trabalhar com a ideia de equidade de gênero, que defende direitos iguais para homens e mulheres.

Ainda, é necessário reconhecer a escola como ambiente privilegiado de constituição das identidades que “inclui e exclui de acordo com padrões fabricados de normalidade/anormalidade, competência/incompetência, aptidão/inaptidão” (ANDRADE, 2017, p. 39). Mais uma vez, destaca-se a importância de nos apropriarmos de tais conceitos, pois como professoras temos o compromisso de promover uma educação comprometida com a diversidade.

Busco, também, fundamentações em Guizzo, Beck e Felipe (2013, p 18), que contextualizam o conceito de infância na contemporaneidade, expondo o quão fluida é esta construção. A impossibilidade de se considerar um conceito único de infância vai além de questões históricas, mas passa também por diversos marcadores sociais. De acordo com essas autoras,

Pobreza, desigualdade, escassez, precariedade, exclusão fazem-nos perceber que a idade é “apenas um” marcador social, entre tantos outros, que nos levam a apontar que as infâncias brasileiras são vividas de “zero aos doze anos de idade incompletos”, conforme a lei delega, de modos muito distintos e variados. Ou seja: diversos

marcadores estão imbricados nas maneiras de se conceber o que é ser criança.

Discutir as infâncias é, portanto, um processo muito complexo, pois é um conceito que abarca diferentes significados que passam, inclusive, pelas questões de gênero.

Scripts de gênero: os roteiros construídos na cultura para meninos e meninas

O conceito de *scripts* de gênero utilizado nesta pesquisa entende as expectativas sociais acerca dos comportamentos dos sujeitos como roteiros, negociáveis ou não, que prescrevem suas condutas (FELIPE, 2016). Assim como as infâncias, esses *scripts* também são fluidos e estão em constante reconfiguração e negociação desde os primeiros anos de vida. Ao encontro disso, Zanette e Felipe (2017, p 21) colocam o seguinte:

[...] torna-se válido discutir com maior profundidade os conceitos de *scripts* de gênero, que se referem às atribuições que são/estão sendo culturalmente definidas como masculino e feminino, produzindo assim diferenças que se desencadeiam na constituição corporal, nas expectativas que temos em torno desse corpo e como o vemos.

É importante observar, segundo os referidos autores, que tais *scripts* e os significados que abrangem são construídos a partir de diferentes relações de poder. Aqueles que tentam romper ou ignorar as barreiras dos *scripts* de gênero sofrem sanções e discriminações da sociedade. Isto significa dizer que desde a mais tenra infância, por sermos meninos ou meninas, somos educados para nos comportarmos de determinada forma, termos gostos específicos pelo simples fato de termos nascido machos ou fêmeas. Inúmeras expectativas são depositadas em nós e assim as masculinidades e as feminilidades vão sendo construídas. É preciso,

no entanto, entender que tais expectativas podem variar de acordo com o tempo histórico e a cultura na qual o sujeito está inserido.

Para analisar como os *scripts* de gênero são acionados, reiterados e ressignificados entre essa turma da educação infantil, também me fundamento nas discussões que Guizzo (2013) realiza acerca das masculinidades e feminilidades. A autora expõe os padrões sociais hegemônicos do que é feminino e masculino, como a vinculação do que é ser mulher a partir do cuidado e da maternidade, e do que é ser homem a partir da virilidade, competição e perseverança. Entretanto, há inúmeros e diversos modos de se viver a masculinidade e a feminilidade. Guizzo ainda ajuda a refletir sobre como meninas e meninos transitam pelos *scripts* de gênero ao apontar a maior repreensão que meninos sofrem ao tentar “atravessar” as fronteiras de gênero estabelecidas, o mesmo não ocorrendo com as meninas, pois segundo a autora, elas podem transitar com mais facilidade entre esses “dois mundos” (GUIZZO, 2013, p. 34).

Pedagogias culturais e seus artefatos

Ao longo da minha vida acadêmica, consolidei a compreensão de que a pedagogia não se limita a instituições criadas com o intuito de ensinar e educar, como a escola. No momento atual em que vivemos, isso se torna ainda mais evidente: os quartos, salas de aula, e os mais diversos ambientes frequentados pelas crianças estão repletos de imagens produzidas pela cultura hegemônica. Pensando nisso, surge o conceito de *pedagogias culturais*, que nasce dentro dos Estudos Culturais em suas aproximações com a Educação.

Para minhas análises, trago a conceituação de pedagogias culturais de Sommer e Wagner (2007), que as apontam como uma modalidade de educação cuja responsabilidade cai sobre práticas culturais e espaços que não a escola. A partir desse autor e de outros autores e autoras que corroboraram com este conceito, considero as implicações que a cultura da mídia tem na construção das

identidades – aqui, especificamente, na construção das identidades infantis. De acordo com eles (SOMMER, WAGNER, 2007. p 2),

A noção de pedagogia cultural possibilita considerar como educativos a mídia impressa, programas de televisão, filmes, desenhos animados, museus, publicidade... Educativos porque nos ensinam determinadas formas de ser, de se ver, de pensar e agir sobre as coisas e sobre os outros. Educativos porque tais produções e artefatos culturais, ao colocarem em circulação determinadas representações (seja de que natureza for), vão se constituindo como materiais a partir dos quais as crianças, jovens e adultos vão construindo suas identidades de classe, de gênero, de sexualidade, de etnia.

Assim, em um estudo que se propõe a analisar aspectos das identidades infantis – no caso deste trabalho, os *scripts* de gênero -, é imprescindível falar sobre as pedagogias culturais.

Paula Andrade e Marisa Costa (2015) apontam as pedagogias culturais como uma ferramenta teórico-analítica destinada a pensar as relações existentes entre os artefatos culturais e os processos educativos. Dentre esses artefatos estão personagens de desenhos, filmes, textos televisivos, publicitários e, ainda, elementos de sites da Internet. Segundo essas autoras,

Ele [o conceito] é uma ferramenta que permite mostrar quais e como outros espaços, para além da escola, produzem ações do sujeito, o subjetivam e o conduzem; um processo também entendido como educativo, mas cujos objetivos são distintos daqueles da educação promovida mediante o desenvolvimento de experiências curriculares na escola.

Trago o conceito de pedagogias culturais para este trabalho, portanto, para pensar as relações que os diferentes artefatos culturais presentes no cotidiano da turma pesquisada podem ter com os *scripts* de gênero na educação infantil.

Para fundamentar este conceito, também trago elementos de leituras que realizei de Susana Rangel Vieira da Cunha (2005, 2008)

sobre cultura visual e infâncias. A autora aponta como as imagens e artefatos culturais presentes em nossas infâncias nos constituem como sujeitos exercendo, portanto, um poderoso papel educativo. Variadas imagens perpassam o cotidiano das crianças, dentro e fora da escola, sendo impossível ignorá-las. Disso, surge a necessidade de problematizá-las e refletir como elas se relacionam com a constituição das identidades infantis.

Pensar o foco de trabalho - os *scripts* de gênero nas brincadeiras da educação infantil -, a partir da ótica das pedagogias culturais vem para enriquecer as análises. Muitas das brincadeiras observadas mesclam diferentes artefatos culturais do conhecimento das crianças com suas imaginações e realidades. Nesse sentido, é possível compreender as relações entre o brincar e os *scripts* de uma maneira mais extensa e complexa, pois as pedagogias e artefatos culturais também estão envolvidos nas construções sociais do que é ser menino e do que é ser menina.

Brincar, brincadeira, brinquedo: uma perspectiva sócio histórica

Para refletir sobre essas questões a partir dos momentos de brincadeira das crianças, considero a brincadeira a partir de uma perspectiva sócio histórica, tendo como principal expoente Vygotsky (1896 – 1934). Para complementar, também me fundamento em Gisela Wajksop (1995), que discute os teóricos que se propuseram a estudar o brincar, para se focar, finalmente, na perspectiva sócio histórica. Aliado a isso, baseio-me nos estudos de Fortuna (2000, 2011).

Conforme Wajskop (1995) mostra, a visão que comumente se tem do brincar é como uma atividade natural, inerente à infância. Da mesma forma que devemos desnaturalizar a ideia de uma infância única e imutável, devemos problematizar essa noção de uma essência infantil, cujo brincar seria inerente à sua natureza. Nesse sentido, “é apenas com a ruptura do pensamento romântico

que a valorização da brincadeira, da forma como a entendemos hoje, ganhou espaço na educação das crianças pequenas” (WAJKSOP, 1995, p. 63). No mesmo sentido da romantização da brincadeira, ocorre o movimento de ridicularizá-la, muitas vezes transformando os momentos de brincadeira em uma mera distração para as crianças ou mesmo em períodos para preencher uma lacuna no horário. Negligencia-se, assim, a importância da brincadeira para o desenvolvimento e aprendizagem, bem como sua potencialidade em fundar o que há de humano em nós enquanto cria vínculos, gera criatividade e propulsiona a inteligência (FORTUNA, 2011).

Vygotsky, em sua obra intitulada *A formação social da mente* (1991), refere-se ao brincar utilizando o termo “brinquedo”. Quando fala de brinquedo, o autor refere-se especialmente ao brinquedo como uma forma de preencher as necessidades da criança, através de situações imaginárias e regras de comportamento. De acordo com o autor, “a ação numa situação imaginária ensina a criança a dirigir seu comportamento não somente pela percepção imediata dos objetos ou pela situação que a afeta de imediato, mas também pelo significado dessa situação” (1991, p. 64). Além disso, tais situações imaginárias se alimentam de situações da vida real. Ou seja, as falas e regras empregadas pelas crianças nos momentos de faz-de-conta evidenciam o significado que dão àquela situação específica.

Assim, compreendendo que as brincadeiras das crianças se baseiam em situações reais, cabe ressaltar o quanto elas podem expressar aspectos tradicionais e conversadores. Segundo Fortuna (2000), o brincar não é naturalmente progressivo na medida em que pode ser tanto inovador quanto conservador. Se as situações observadas pelas crianças são situações de opressão e desigualdade de gênero, muito possivelmente é isso que ela irá trazer para os momentos de faz-de-conta. De acordo com a autora, através da função simbólica da brincadeira, as crianças atingem a construção do sistema de representações. É importante, portanto, a atuação da

professora para mostrar e – possibilitar – que relações com mais equidade sejam possíveis.

Cordazzo e Vieira (2017) são outros autores que discutem a brincadeira a partir de uma perspectiva sócio cultural, refletindo sobre suas implicações na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. Em seu texto, eles trazem as definições e diferenças entre brinquedo, brincadeira e jogo, enfatizando que a sua utilização varia de acordo com o idioma utilizado, bem como de acordo com o contexto em que aparece. Pensando na língua portuguesa especificamente, o jogar aparece mais como atividade com os jogos de regra pré-estruturadas, enquanto o brincar se vincula à atividade lúdica não estruturada com um fim em si mesma. Já em relação ao que é o brinquedo, Brougère e Wajskop (1997) o colocam como um objeto cultural recheado de significações e representações. Neste caso, seu valor simbólico supera a função inicial do objeto. Por exemplo, um cabo de vassoura pode virar um cavalo, uma corda de pular pode se tornar uma cobra. Cordazzo e Vieira (2017) ainda elencam vários autores que trabalham na perspectiva sócio cultural, tais como: Leontiev (1994), Friedmann (1996), Bomtempo (1997), Blatchford (1998), Brougère (1998), Elkonin (1998), Dohme (2002), Dias Facci (2004) e Biscoli (2005).

Brougère (1998) traz as diferenciações do termo jogar e brincar, assim como os autores citados anteriormente, enfatizando suas especificidades de acordo com a cultura em que o termo está inserido. O autor aponta que a compreensão atual do brincar surge do romantismo, que inverte a antiga noção de brincar como algo fútil e negativo e apresenta o conceito de cultura lúdica. Segundo ele, a cultura lúdica é o conjunto que fornece elementos que aclimatam a criança para o jogo, e é produzida pela própria criança e pela cultura geral na qual ela está inserida. As culturas lúdicas são diversificadas e mudam de acordo com o contexto social e o contexto temporal, bem como de acordo com o gênero, a etnia e as idades das crianças. Para esta pesquisa, cabe destacar como as culturas lúdicas se diferem de acordo com os *scripts* de gênero. Brougère (1998)

destaca, ainda, que meninas e meninos não estabelecem interações e relações iguais com o mesmo brinquedo, atribuindo a eles diferentes significados. Refletir sobre isso envolve questionarmos que tipos de roteiros estão presentes nas brincadeiras dos meninos e das meninas e porque eles se diferem.

Pesquisa qualitativa: observação participante

O presente trabalho configura-se como uma pesquisa qualitativa, através de observação participante. É possível assim defini-lo, pois analiso um contexto específico em um determinado período de tempo (uma semana). Para Martins (1996), uma das vantagens da observação participante é a “convivência do investigador com a pessoa ou grupo estudado que cria condições privilegiadas para que o processo de observação seja conduzido e dê acesso a uma compreensão que de outro modo não seria alcançável” (p 270).

Ludke e André (1986) destacam que a pesquisa em escola não se restringe aos acontecimentos dentro do ambiente escolar, mas se relaciona com elementos fora dele, o que é fundamental para as análises dos dados coletados. Ainda, como pesquisa qualitativa, os dados se constituem em descrições minuciosas dos sujeitos e situações observadas – neste caso, os momentos de brincadeira de uma turma de crianças de 5 e 6 anos. Desta maneira, esse caso pode ser similar às diversas realidades das escolas de Educação Infantil, mas sua escolha para esta pesquisa veio de suas singularidades que foram percebidas durante o primeiro semestre de 2017, quando ali realizei o estágio obrigatório.

Também como apontam Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa não se atenta às estatísticas e aos números, mas busca uma compreensão profunda do problema e perguntas de pesquisa. Conforme estas duas autoras apontam, a pesquisa qualitativa foca-se em explicar as dinâmicas das relações sociais. Trazendo isto para este estudo, concentro-me em compreender e

discutir sobre as dinâmicas das crianças nos momentos de brincadeira, pensando suas implicações nos *scripts* de gênero. Nas próximas subseções, apresento os sujeitos e o ambiente observado, bem como trago os referenciais que sustentaram a escolha pela metodologia utilizada para esta pesquisa.

Sobre a escola e as crianças

A escola municipal estudada neste trabalho destaca-se em diversos aspectos, como seus espaços e materiais. A sala da turma estudada dispõe de prateleiras na altura das crianças, nessas estão presentes diferentes tipos de jogos e brinquedos. Em um canto da sala, há grandes caixas com etiquetas de acordo com temas - salão de beleza, banho e médico - onde as crianças podem achar objetos relacionados a eles. Há também uma prateleira apenas com materiais de desenho, recorte e colagem, e uma mesa com massinha de modelar e outros materiais. Além disso, o saguão da escola destinado a brincadeiras e atividades internas conta com duas araras cheias de fantasias de diversos tipos, bem como diferentes roupas e acessórios, e um espaço de camarim com espelho e cadeira para as crianças brincarem. Todos esses materiais e ambientes podem ser amplamente usufruídos pela turma, e nem meninos e nem meninas sofrem qualquer tipo de restrição por parte das professoras ou equipe da escola sobre o que podem ou não utilizar e do que podem ou não brincar. Cabe dizer, também, que há um amplo banheiro que divide a sala da turma dos jardins B e dos jardins A, bem como há muitos momentos, eventos e atividades em que as turmas convivem entre si. Este é um elemento importante ao possibilitar vivências entre as crianças de diferentes idades.

A turma constitui-se de 24 crianças matriculadas, seis meninas e dezoito meninos, de 5 a 6 anos. Desses 24 crianças, duas são alunos de inclusão, um menino com autismo e outro menino ainda não diagnosticado. A turma se destaca por ter um contexto social e familiar bastante diversificado; algumas crianças moram em

lugares centrais perto da escola, enquanto outras moram na periferia de Porto Alegre, locomovendo-se até a escola de ônibus, de carro ou de van escolar.



Figura 1: crianças brincam no “Cantinho das fantasias”.

Sobre a observação participante

Os dados produzidos através da observação participante correspondem aos momentos de brincadeira vivenciados durante uma semana por uma turma de Jardim B de uma escola municipal de Porto Alegre, no mês de setembro de 2017. Antes dessa semana, tive contato por quatro meses como professora estagiária da turma. Durante esse período, criei um vínculo com a turma e com a escola e pude observar os elementos que me trouxeram a escolha do meu campo empírico.

Os dados foram produzidos a partir de anotações das situações vivenciadas nessa semana de observação em um caderno. Posteriormente, reuni todas essas informações em um documento organizado, o que me possibilitou inúmeras (re)leituras das situações ali descritas, até chegar às categorias de análise para este trabalho. A participação das crianças e da escola teve o consenso da

equipe, dos responsáveis e das próprias crianças a partir de termos de consentimento e assentimento livre e esclarecido (ver apêndice). Apesar de a grande maioria das crianças ainda não saber ler, expliquei a elas o que constava no documento e solicitei que assinassem da maneira que quisessem. Muitas escreveram o nome no lugar indicado, enquanto outras desenharam.

De acordo com Martins (1996, p. 270)

A observação participante é uma metodologia elaborada principalmente no contexto da pesquisa antropológica. Trata-se de estabelecer uma adequada participação dos pesquisadores dentro dos grupos observados de modo a reduzir a estranheza recíproca.

No contexto da pesquisa qualitativa, esta se configura por descrever as pessoas, situações e os ambientes envolvidos. Nesse sentido, registrei o máximo que pude em todos os dias que estive na escola, apesar de saber que algumas situações ficariam de fora das análises, pois na pesquisa qualitativa qualquer e todo elemento pode vir a ser importante.

Este tipo de metodologia, principalmente quando aplicada em educação, ainda se destaca por seu caráter social ao trabalhar com o objetivo de servir como ponto de reflexão para outros leitores, pesquisadores e profissionais e incentivar mudanças sociais (BOGDAN, BILKEN, 1994). No caso dessa pesquisa, espera-se que ela se insira nas discussões acerca das questões de gênero na educação infantil para auxiliar na construção de uma educação que promova a equidade e liberdade de gênero, pois como apontam Felipe e Guizzo (2004, p. 32), elas consideram importante que "profissionais da educação e áreas afins possam estar cientes da importância de proporcionar às crianças com as quais trabalham atividades que envolvam e problematizem tais temáticas".

Hora da brincadeira: reflexões e apontamentos

Neste capítulo, relato situações observadas durante uma semana na turma Jardim B1, em uma escola da rede municipal de Porto Alegre. A partir delas, e com o apoio dos referenciais teóricos previamente estudados, apresento as análises realizadas em torno de três categorias de análise. Ao retomar os registros da observação, foram-se delineando tais categorias ao mesmo tempo em que iam ao encontro dos estudos realizados para realizar esta pesquisa. Com isso, trago discussões teóricas de como é possibilitado às meninas maior transição entre os scripts de gênero e também do patrulhamento das sexualidades infantis e a confusão teórica entre gênero e sexualidade. Finalmente, disponho-me a analisar que relações podem se estabelecer entre os *scripts* de gênero, os artefatos culturais e as pedagogias culturais.

Todas as análises aqui feitas levam em consideração as definições e princípios apontados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que defende a criança como um sujeito de direitos – entre esses direitos, o direito de brincar e interagir enquanto constrói sua própria identidade. Na construção dessas identidades pessoais e coletivas, defende-se, ainda, o rompimento das relações de dominação de gênero, possibilitando conhecimento e respeito à diversidade.

Ao adotar uma perspectiva sócio histórico e cultural do brincar, comprehendo a brincadeira como uma maneira que a criança utiliza para interpretar e reconstruir o mundo, sua cultura e suas relações. Nesse processo, evidenciam-se os modos de ser homem e de ser mulher que perpassam o imaginário e também a realidade dessas crianças. Assim, os momentos de brincadeira mostram-se como um momento rico para análises acerca dos *scripts* de gênero na Educação Infantil. A seguir, dedico meu foco de análise, a partir de trechos de situações observadas, às transições que as crianças conseguem realizar entre os *scripts* e aos atos regulatórios direcionados a meninos e meninas em resposta a essas transições.

Entre cavaleiros e feiticeiras: como as crianças transitam entre os *scripts* de gênero

Nesta subseção, trago dois excertos de meus registros de observação como dados para análise referente às possibilidades que os meninos e as meninas da turma têm para transitar entre os *scripts* de gênero. A partir disso, reflito teoricamente sobre como os atos regulatórios atuam em cima disso, conferindo menor ou maior liberdade para essas crianças.

Cena 1

Amanda³ e Sabrina brincam com caixa de ferramentas; apenas as duas sentadas no chão com a caixa no meio. Amanda utiliza chave de fenda pra apertar a caixa e narra o que precisa fazer. “Agora é só colocar o parafuso final. Vai precisar de martelo”. “Prof, tá quebrado” Amanda vêm me dizer pouco depois, pois desmontaram a caixa mas não conseguiram montar novamente; logo, Gabriela e Geise surgem para ajudá-las, mas Gabriela desiste e vai jogar um jogo de tabuleiro. Eventualmente, Amanda e Sabrina largam o brinquedo e Geise continua sozinha, mas logo Amanda volta; conseguem montar com a minha ajuda, Geise assumindo a posição de líder da brincadeira. Sophia perde o interesse, mas permanece perto (Segunda-feira, 11 de setembro de 2017).

Cena 2

Carolina traz duas Barbies, uma com vestido de festa e outra com vestido da Branca de Neve, e elementos miniatura (sapatinhos, cachorrinho, pônei, bola de futebol). Primeiro pede para eu ser uma das Barbies e Sabrina o pai, mas quando Sabrina demonstra querer ser uma das bonecas, proponho uma troca – eu me torno o pai e Sophia uma das bonecas.

³ Todos os nomes utilizados para os sujeitos da pesquisa são fictícios para proteger suas identidades.

C: “Pai, vamos jogar futebol”? Carolina guia o jogo com a bola em miniatura e acaba rapidamente, anunciando que ganhou o jogo (Quarta-feira, 13 de setembro de 2017).

Os excertos acima evidenciam algo que se repetiu durante a observação e durante os meses de estágio nessa mesma turma e que é o foco desta subseção. Na segunda situação referenciada, Carolina traz elementos tidos pelas construções sociais como femininos, “de menina”, – as bonecas – mas os utiliza junto com elementos entendidos como masculinos, “de menino” – a bola e o futebol. Tais elementos fazem parte dos *scripts* de gênero que definem homem e mulher, menino e menina. Dessa maneira, Carolina transita entre esses *scripts* ao se utilizar de elementos que são socialmente tipificados como masculinos.

Esse fenômeno encontra respaldo teórico em Guizzo (2013), que destaca a diferenciação dos atos regulatórios para meninos e para meninas. Existe a compreensão das sanções impostas pela sociedade quando os sujeitos tentam transitar dos *scripts* de gênero que lhe foram designados. Entretanto, entendo – em concordância com a autora – que tais sanções são mais diretas para os meninos. Devido a isso, a liberdade para eles transitarem entre os diferentes *scripts* é menor do que a das meninas.

A partir da compreensão histórica e relacional de gênero, entende-se que há diferentes formas de vivenciar a masculinidade e a feminilidade. Porém, existe uma masculinidade e uma feminilidade consideradas como as mais legítimas, instituídas a partir de padrões hegemônicos e, portanto, qualquer comportamento que fuja de suas definições é passível de repreensão e preconceitos. Brincar com “coisas de menina” foge ao padrão estabelecido de masculinidade, promovendo, muitas vezes, os atos regulatórios destinados aos meninos. Na escola pesquisada, nunca houve – durante minhas observações ou durante meu estágio obrigatório – nenhum tipo de repreensão com relação a isso. Não obstante, era muito visível na turma o quanto os meninos ficavam mais restritos a brincadeiras

específicas – como o jogo de futebol ou o faz-de-conta de super-heróis e *transformers* – enquanto as meninas transitavam mais entre as brincadeiras. Pode-se pensar que é provável que esses meninos tragam alguma restrição do ambiente familiar ou de outros ambientes dos quais façam parte. Falas como “isso é coisa de menina” de alguns deles durante o semestre. Ainda assim, é imprescindível o partiram papel da escola em dar a liberdade às crianças para que escolham aquilo que querem brincar – independente do que designam os scripts de gênero – combatendo as repreensões e sanções que essas crianças recebem da sociedade.

Cena 3

Isadora se arruma no cantinho das fantasias. Coloca um vestido da Elsa e prende uma trança loura no seu cabelo, com meu auxílio. Pega uma varinha e vai brincar pelo saguão, até que encontra Matheus e Eduardo imersos em uma brincadeira em que os dois são cavaleiros. Logo, as brincadeiras se misturam e Isadora corre atrás dos dois, lançando feitiços contra eles. A brincadeira corre assim: uma batalha entre os cavaleiros e a feiticeira (Segunda-feira, 11 de setembro de 2017).

No trecho acima, ressalto um dos momentos em que o faz-de-conta dos meninos se mistura com o das meninas. Nesta brincadeira, ignora-se que, a partir do padrão hegemônico das masculinidades e feminilidades, uma menina não poderia brincar de batalha. Mas, na situação retratada, meninos e menina lutavam de igual para igual. Não apareceu, em nenhum momento, uma predominância de poder dos dois meninos sobre a menina em questão. As oposições binárias de dominação e submissão que se estabelecem entre dois polos opostos sempre podem ser rompidas ou tensionadas (LOURO, 1997, p. 30).

As situações observadas, que vão além dos dois momentos aqui descritos, corroboram a noção de que não há uma maneira única de viver as masculinidades e feminilidades. Todavia, também demonstram o quanto há menos espaços para os meninos

experimentarem essas diferentes maneiras. Embora a escola possibilite que as crianças transitem pelos diferentes *scripts*, é evidente que essa liberdade não é tão presente para os meninos, como apontou o trabalho de Bello (2006). Ainda assim, é de suma importância destacar sua particularidade, considerando a escola como uma instituição central na constituição das identidades, pois ensina como se comportar, como ser menino e menina, homem e mulher, a partir da perspectiva perpetrada pela sociedade e pela cultura, atravessada ainda por outros fatores, como classe social, religião, grau de escolaridade, inserção rural ou urbana, geração, etc. Nossa sociedade se estabelece a partir de oposições binárias (normal/anormal, inclusão/exclusão, por exemplo), limitando assim nossas visões de mundo.



Figura 2: Momentos de brincadeira no saguão da escola.

Confusões teórico-conceituais em uma sociedade heteronormativa

Existe, na sociedade, uma constante confusão entre os conceitos de sexualidade e gênero. Tal situação se agrava quando se exclui os temas de identidade de gênero e sexualidade nas escolas do Plano Nacional de Educação (PNE). Concordo com Felipe (2016), quando esta aponta que tal decisão – equivocada e retrógada –, fundamenta-se na confusão conceitual entre identidades de gênero e identidades sexuais, resultando numa perda para aqueles que defendem a equidade de gênero nas escolas e, consequentemente, para toda a sociedade. Reforça-se, desta forma, a ideia de que as identidades dos sujeitos se fundamentam na tríade sexo-gênero-sexualidade, em que cada um desses fatores é determinado pelo outro. Se o sujeito nasce com genitália feminina, por exemplo, se identificará como mulher e, portanto, se relacionará sexual e romanticamente com homens. Este é o ponto central da sociedade heteronormativa, em que a masculinidade e a feminilidade configuram-se a partir da sexualidade. A normativa para ser homem e ser mulher sempre vem seguida da relação com o sexo oposto.

Zanette e Felipe (2017) discutem o conceito de heteronormatividade, mostrando que as regras sociais conferem poder àqueles que seguem essa norma, desencadeando preconceitos e exclusões contra os sujeitos que não se encaixam no padrão heterossexual. Da mesma maneira, sofrem discriminações aqueles que fogem aos *scripts* de gênero da norma ao mesmo tempo que se confundem os *scripts* de sexualidade e os *scripts* de gênero. Conforme já destacado: em uma mentalidade heteronormativa, ser mulher e ser homem implica em uma heterossexualidade compulsória. Entretanto, percebe-se que as crianças criam estratégias de subversão por meio das brincadeiras e da imaginação, o que “as fortalece enquanto sujeitos, demarcando-desestabilizando os *scripts* de gênero construídos socialmente” (ZANETTE, FELIPE, 2017, p. 28). Assim agem em seu espaço privilegiado de reprodução e superação da sociedade: na brincadeira, meninos podem se vestir

de princesas – como observei na escola durante minha pesquisa e meu estágio – e meninas podem assumir posições que comumente são consideradas de meninos nas diferentes situações que criam.

O que os *scripts* hegemônicos ignoram é que, da mesma forma que a brincadeira não é algo da natureza infantil – pois a compreendemos a partir de seu caráter histórico e social (VYGOTSKY, 1991; WAJKSOP, 1995) -, brincar de boneca para as meninas e brincar de carrinho para os meninos também não é da sua natureza ou da sua essência. Assim como outros comportamentos próprios de cada *script* de gênero, as brincadeiras esperadas de cada um são aprendidas socialmente. Evidentemente, a escola é um lugar central para esses aprendizados sociais, portanto, é imprescindível que se deixe as crianças livres para que escolham

do que brincar. Portanto, demonstra ser crucial que haja discussões sobre gênero e sexualidade no âmbito das escolas.

“Não é de menina! Menino pode brincar também”: os artefatos culturais e os *scripts* de gênero

Há uma abundância de imagens a ser considerada na educação infantil - elas estão ali para prover significado a alguma coisa, como na sala da turma pesquisada, em que as caixas contendo os materiais não estruturados continham desenhos indicativos: um médico homem com um estetoscópio na caixa de médico, um secador de cabelo na caixa do salão de beleza, uma banheira na caixa com objetos de banho. Fora isso, há ainda miniaturas de super-heróis, robôs, bonecas Barbies e personagens da Disney na sala referência e no saguão da escola. Como categoria de análise desta pesquisa, analiso as imagens que surgem fora da escola mas que acompanham as crianças até dentro dela. É o caso, por exemplo, dos diversos filmes e desenhos populares entre as crianças de 5 e 6 anos, artefatos culturais que extrapolam a tela do cinema e da televisão para servirem como marca para diferentes tipos de produto.

Além disso, os artefatos culturais se mesclam com as brincadeiras das crianças, inclusive no faz-de-conta. Um dos destaques da escola pesquisada é seu abrangente acervo de fantasias, com o qual as crianças podem se fantasiar de muitos dos personagens de seus desenhos favoritos. Assim, muitas meninas portavam mochilas e objetos do desenho Frozen quando chegavam na escola para, durante os momentos de brincadeira no saguão, fantasiarem-se de Elsa⁴. Em outras situações, ainda que não vestissem fantasias, as crianças incorporavam os personagens em suas brincadeiras, afirmando para o resto da turma frases como: “Eu sou o tartaruga ninja azul!”

Segundo Ruth Sabat (2001), as pedagogias culturais “regulam condutas e modos de ser; fabricam identidades e representações; constituem certas relações de poder” (p 9). A partir disso, cabe pensar como os artefatos culturais atuam na fabricação dos *scripts* de gênero. Os personagens mais presentes na turma pesquisada eram super-heróis como o Super-Homem, o Capitão América e o Batman – este último, inclusive, estava presente na situação peculiar de um dos meninos de educação especial que tinha uma relação íntima de dependência com este personagem – e princesas da Disney, principalmente a rainha Elsa do desenho Frozen, mencionada anteriormente. Enquanto os super-heróis eram preferência dos meninos, juntamente com os robôs da série transformers, as princesas do Frozen e as bonecas Barbie estavam presentes apenas nas brincadeiras das meninas. Um dos poucos elementos que aparecia em ambas brincadeiras e juntava meninos e meninas eram os pokémons.⁵

Os artefatos culturais muitas vezes são classificados como “de menino” ou “de menina”, seguindo a ordem de nossa sociedade

⁴ Frozen é um filme de animação musical da Disney, lançado em 2013, que rapidamente ganhou muita atenção e popularidade com o público infantil. É baseado em um conto de Hans Christian Andersen e acompanha a história da rainha Elsa e sua irmã a princesa Anna.

⁵ Pokémon é uma franquia de mídia criada em 1995 baseada em criaturas ficcionais que são capturadas por humanos para batalharem entre si. É uma das franquias mais bem-sucedidas e lucrativas do mundo, lançando novas temporadas, filmes e personagens até hoje.

heteronormativa e binária em que objetos e comportamentos carregam características que aprendemos a relacionar com masculinas e femininas. Os artefatos culturais associados aos meninos são aqueles que retratam traços clássicos da masculinidade hegemônica. Aqueles que fogem a essa regra, estão expostos a discriminação. A seguir, trago uma situação em que isso pode ser observado:

Cena 4

Matheus chega a escola com uma boneca da Mulher Maravilha e logo escutou de um colega: “Mas isso é brinquedo de menina”. Confrontado com isso, ele responde: “Minha mãe disse que não é de menina, que menino pode brincar também”. A professora titular intervém ao lado de Matheus, concordando com a fala do menino de que meninos também podem brincar com a Mulher Maravilha (Segunda-feira, 11 de setembro de 2017).

Vê-se, assim, que as próprias crianças criam estratégias para escapar da masculinidade hegemônica imposta pela sociedade, mesmo que muitas vezes estejam sujeitas a repressão por isso. Neste momento, o menino foi apoiado pelas professoras da turma, que reforçaram a ideia de quem quisesse brincar com a boneca, mesmo que não fosse menina, poderia brincar. É importante esse posicionamento, considerando a escola como uma instância legitimada de poder e saber e espaço privilegiado para ensinar meninos e meninas a serem homens e mulheres (ANDRADE, 2017). Assim, a escola deve permitir que as crianças tenham possibilidades de escolher o que querem ser e do que querem brincar, sem medo de discriminações e preconceitos.

É interessante para esta pesquisa relacionar esta categoria com a primeira categoria analisada neste trabalho, que discute sobre a maior possibilidade de meninas transitarem entre os *scripts* de gênero. Entre os artefatos culturais presentes no cotidiano da turma e que se envolvem nas brincadeiras dessas crianças, há os preferidos para meninos e para meninas, como já mencionado. Entretanto,

percebe-se que as personagens incorporadas pelas meninas a partir dos produtos midiáticos que elas conhecem, muitas vezes, acabam tomando para si características consideradas socialmente como masculinas, como é o caso de Isadora quando, vestida de Rainha Elsa, batalha contra dois colegas. Ou mesmo como em outra situação citada quando Carolina traz um artefato muito conhecido e considerado da feminilidade hegemônica – a boneca Barbie – e o mistura com o jogo de futebol. Entretanto, os bonecos *transformers* e de super-heróis quando utilizados pelos meninos ficam restritos às características comumente associadas a eles, como a virilidade, a competitividade e a agressividade.

Em suma, pensar a discussão de infância e *scripts* de gênero sob o viés das pedagogias culturais é abordar uma visão mais ampla da constituição das identidades infantis e dos *scripts* nelas envolvidos. Pensando em uma sociedade sobre carregada de imagens e artefatos culturais, é imprescindível pensar a educação para além da escola mas, ainda, pensar as implicações disso dentro do ambiente escolar.

O jogo não terminou: precisamos falar de gênero e sexualidade

Conforme o observado durante esta pesquisa e durante o período de estágio na mesma turma, fundamentado em diferentes leituras realizadas, pude constatar que as brincadeiras infantis expressam o modo com que as crianças visualizam, entendem e representam e reinventam as realidades em que estão inseridas. De acordo com Kishimoto (2010), é na brincadeira que a criança exerce seu poder de tomar decisões e de expressar sentimentos e valores e, ainda, é nela que conhece o mundo a sua volta. Dessa maneira, observando o que as crianças fazem seus momentos de brincadeira, enxergamos como a criança vê o mundo e de que forma ela se apropria dele. Pois, além de representá-lo através da brincadeira, a criança ainda forja mecanismos para superá-lo e escapar dos padrões normativos.

Foi considerando isto que visualizei os momentos de brincadeira como um momento privilegiado para observar os *scripts* de gênero nessa turma da educação infantil. Sabendo que as identidades infantis e entre elas as identidades de gênero estão em constante mutação, observar estas crianças foi verificar como elas transitam entre os *scripts*, entre as expectativas colocadas a elas pela sociedade. Constatei, primeiramente, que este movimento é mais fácil para meninas do que para meninos e encontrei, para isso, confirmação em Guizzo (2013), que afirma que há uma possibilidade menor para os meninos de “atravessar” as fronteiras de gênero. A autora defende que há diferentes modos de se vivenciar a masculinidade e a feminilidade, mas que existe uma masculinidade e feminilidade hegemônica e que a sociedade cria atos regulatórios contra aqueles que escapam a elas. Tais atos de repreensão são mais fortes em relação aos meninos, limitando suas possibilidades de sair do *script* de gênero prescrito a eles, o que ficou evidenciado neste estudo.

A segunda categoria de análise surgiu de muitos elementos observados em nossa sociedade e, a partir das leituras realizadas para esta pesquisa, foi possível concluir que a masculinidade e a feminilidade hegemônica abrangem em si a normativa da heterossexualidade. Como bem coloca Bianca Guizzo, “em nossa cultura, a expressão máxima de masculinidade é associada à heterossexualidade” (2013, p 33). Dessa maneira, identidades de gênero e sexualidade se confundem, estabelecendo pilares para uma sociedade heteronormativa, em que o ser homem é ser um homem heterossexual.

Finalmente, durante meu estágio e durante minha pesquisa, voltou a chamar minha atenção algo já muito observado em meus outros contatos com a educação infantil: o papel das pedagogias culturais na escola. Os artefatos culturais estão presentes em tudo: nos brinquedos, nas roupas, nas mochilas e nos ambientes da escola. Como pedagoga, é imprescindível refletir sobre como eles atuam na constituição das identidades infantis, especialmente, dos *scripts* de

gênero. Sommer e Wagner (2010), as pedagogias culturais são educativas pois se constituem de materiais que servem para as crianças construírem suas identidades de classe, de gênero, de sexualidade e de etnia. Os artefatos culturais representam formas de existir no mundo e ensinam para as crianças formas de ser e estar no mundo. Entretanto, cabe ressaltar que elas conseguem se utilizar desses artefatos para driblar a masculinidade e a feminilidade hegemônico, escapando dos roteiros preconizados pelos *scripts* de gênero. Assim, ao mesmo tempo que são educadas pelas pedagogias culturais, utilizam-se delas para transitar entre os *scripts*.

Se nos propomos a fornecer uma educação escolar baseada nos princípios das diretrizes e bases da educação nacional, precisamos garantir o respeito à liberdade e o apreço à tolerância (BRASIL, 1996). Nesse sentido, devemos nos comprometer a buscar a equidade de gênero. Como procurei descobrir com esta pesquisa, dar a liberdade para as crianças transitarem entre os *scripts* de gênero como bem entendem é essencial se nos propomos a buscar a equidade de gênero. Todas as expressões de gênero devem ser permitidas e respeitadas, e é papel da escola combater as discriminações que podem ser dirigidas às crianças que fogem aos *scripts* previstos. Para isso, ainda, é necessário reconhecer a importância de se discutir gênero e sexualidade dentro do âmbito escolar.

Com esta pesquisa, verifiquei que, apesar de estarem presentes nas brincadeiras da educação infantil os *scripts* de gênero hegemônicos, as crianças conseguem encontrar estratégias para desestabilizá-los. Refletindo e estudando sobre o brincar, conclui que as brincadeiras observadas são formas utilizadas para compreender e se apropriar da realidade e, portanto, são representações dos *scripts* que as crianças observam em seu cotidiano. Mas, para além disso, o brincar também abrange elementos do imaginário infantil que as crianças utilizam para superar sua própria realidade. Portanto, a brincadeira também pode

ser um mecanismo transgressor pelo qual o sujeito transita e tenciona os *scripts* de gênero.

Respeitar a liberdade das crianças de transitar entre os *scripts* de gênero é compreender que “tanto as identidades de gênero quanto as identidades sexuais podem ser caracterizadas pela instabilidade, sendo, portanto, passíveis de transformações” (FELIPE, 1999. p 243). É imprescindível, portanto, que a formação de professoras abranja o conhecimento do conceito de gênero, compreendendo-o em seu caráter relacional e não determinado. Ainda, abordar as questões sobre sexualidade também é necessário, desfazendo as confusões teóricas entre os dois conceitos e entendendo a sexualidade não como algo inato e natural, mas como uma construção que vai sendo tecida desde os primeiros anos da vida dos sujeitos.

Refleti, no estudo e escrita dessa pesquisa, sobre a brincadeira de faz-de-conta na educação infantil e o que ela pode nos dizer. Ressalto, mais uma vez, o aspecto privilegiado do faz-de-conta do ponto de vista do observador, pois nos permite conhecer mais sobre as crianças e suas compreensões e representações de mundo. Assim, acredito que professoras e pedagogas devem atentar para estes momentos com um olhar atento e cuidadoso e não apenas os enxergando como momentos de distração para as crianças.

A partir disso, portanto, foi que concluí o potencial pedagógico do faz-de-conta na educação infantil. Através dele, pude observar de que modo apareciam os *scripts* de gênero na turma, quais eram esses *scripts* e que mecanismos as crianças utilizavam para superá-los. Os *scripts* de gênero são compostos das expectativas acerca da masculinidade e feminilidade socialmente hegemônica e, a partir das situações e análises que constam neste trabalho, é possível perceber os elementos presentes nas brincadeiras das crianças que se associam a isso. As brincadeiras de super-heróis, princesas, cavaleiros, feiticeiras, entre tantas outras, evidenciam como estes *scripts* se fazem presentes na realidade das crianças e demonstram

o poder de decisão que as crianças têm para criar estratégias para transitar entre esses *scripts* e suas expectativas.

Por fim, dedico este último parágrafo mais uma vez ao destaque do estudo das temáticas de gênero e sexualidade na formação de professoras da educação infantil. Em uma sociedade profundamente heteronormativa e repleta de preconceitos, é essencial que nós, que estamos dentro da escola, estejamos instrumentalizadas para combater as discriminações cotidianas contra a diversidade. Espero que este estudo auxilie nesta discussão, trazendo pontos significativos de reflexão na abordagem dessas temáticas tão importantes para uma educação que respeite a diversidade e a equidade dos gêneros.

Referências

- ANDRADE, S. S. Professor/a pesquisador/a: problematizando gênero e sexualidade na escola. In: Silveira et all (Org). Educação em gênero e diversidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2017.
- ANDRADE, P. D.; COSTA, M. V. Usos e possibilidades do conceito de Pedagogias Culturais nas pesquisas em Estudos Culturais em Educação. *Textura*, v. 17, 2015.
- ANDRADE, P. D.; COSTA, M. V. Na produtiva confluência entre Educação e Comunicação, as pedagogias culturais contemporâneas. In: 36^a Reunião Nacional da Anped, 2013, Goiânia. ANAIS 2013 - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: ANPED, 2013
- BELLO, A. Sujeitos infantis masculinos. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, UFRGS. Porto Alegre, 2006.
- BROUGÈRE, G. Jogo e educação. Porto Alegre: Artes médicas. 1998.
- BROUGÈRE, Gilles. A criança e a cultura lúdica. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v. 24, n. 2, jul. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000200007&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 14 dez. 2017.

BROUGÈRE, G.; WAJSKOP, G. Brinquedo e cultura. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CORDAZZO, S.T.D; VIEIRA, M.L. A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento. Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, ano 7, n. 1, 1º semestre de 2007. Disponível em: www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/html/v7n1a09.htm. Acesso em 14 de dezembro de 2017

CUNHA, S. R. V. da. Cenários da Educação Infantil. In: Educação e Realidade, v 30, n 2, jul/dez 2005.

CUNHA. S R. V. da Cultura visual e infância. In: 31^a Reunião da ANPED, 2008, Caxambu. Constituição Brasileira, Direitos Humanos e Educação. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisadores em Educação, 2008.

FELIPE, J., GUIZZO, B. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (org.). Corpo, gênero e sexualidade. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FELIPE, J. Scripts de gênero na educação infantil. In: Revista Pátio – educação infantil. Ano XIV, n 48 jul/set 2016.

FORTUNA, T. R. Sala de aula é lugar de brincar? In: XAVIER, M. L. M. e DALLA ZEN, M. I. H. (org.) Planejamento em destaque: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos de Educação Básica, 6)

FORTUNA, T. R. A formação lúdica docente e a universidade: contribuições da ludobiografia e da hermenêutica filosófica. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação, UFRGS. Porto Alegre, 2011.

GUIZZO, B. S., Masculinidades e feminilidades em construção na Educação Infantil. In: GUIZZO, B. S., BECK, D. Q., FELIPE, J. (Org). Infâncias, gênero e sexualidade: nas tramas da cultura e da educação. Canoas: ULBRA, 2013.

GUIZZO, B. S., BECK, D. Q., FELIPE, J. Infâncias, Gênero e sexualidade: atuações possíveis. In: Infâncias, gênero e sexualidade: nas tramas da cultura e da educação. Canoas: ULBRA, 2013.

KISHIMOTO, T. M. Brinquedos e brincadeiras na educação infantil. In: ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MARTINS, J.B. Observação participante: uma abordagem metodológica para a psicologia escolar. In: Semina: Ci. Sociais/Humanas, Londrina, v. 17, n. 3, set. 1996.

SABAT, R. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. Rev. Estudos Feministas, v. 9, n. 1, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100002&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 23 de novembro de 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade, v. 20, n.2, jul/dez 1995.

SOMMER, L. H.; WAGNER, I. Mídias e Pedagogias culturais. ULBRA, 2007. Disponível em: <http://guaiaba.ulbra.br/seminario/eventos/2007/artigos/pedagogia/262.pdf>. Acesso em: 27/11/2017.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WAJKSOP, G. O brincar na educação infantil. In: CAD. Pesq., São Paulo, n.92, fev. 1995

ZANETTE, J. E., FELIPE J. Dos enigmas da infância: quando a transexualidade tensiona os scripts de gênero. In: ALBUQUERQUE, S., FELIPE, J., CORSO, L. V. (Org). Para pensar a educação infantil em tempos de retrocesso. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

WAJKSOP, G. O brincar na educação infantil. In: CAD. Pesq., São Paulo, n.92, fev. 1995.

Estupro corretivo na América-Latina: analisando a violência sexual contra pessoas LGBTTQIS

*Bianca Chetto Santos
Laís de Almeida Lacerda
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti*

*Hay en la noche un grito y se escucha lejano
Cuentan al sur, es la voz del silencio
En este armario hay un gato encerrado
Porque una mujer, defendió su derecho
Lila Downs. Dignificada. Una sangre, 2004.*

“É com corpos que se recusam a ser determinados pelo ato de ser violentada ou pelo ato de violentar que podemos criar um outro jeito de ser e de estar nesse mundo”

**Eliane Brum, #EleNão. #NósSim. El País,
28/09/2018.**

1. Introdução

Os últimos cinquenta anos na América Latina foram de colocar em pauta medidas estratégicas, agendas específicas sobre violências de gênero, promoção de Direitos Humanos, urgências em políticas públicas e acesso à justiça e à cidadania, entre tensões e enfretamentos com as diversas investidas antidemocráticas e neoliberais na região. Durante a década de 70, movimentos feministas e LGBTTQI incrementaram ações e ocupam espaços públicos relevantes.

Nas emergências sociais, nas dinâmicas de atuação jurídico-institucional e de demarcação de violências sobrepostas

(CAVALCANTI, 2018), o tema sexualidades, direitos e violações esteve sempre delineado, permanecendo atual. As múltiplas violações não estão mais restritas somente a uma tipologia (física, sexual, patrimonial, psicológica e simbólica), compondo imaginário e real vivido cotidianamente (ZALUAR, 2002; BERLANGA, 2008).

Permanências de uma cultura patriarcal, racista e classista se apresentam em dados sociodemográficos, nas inúmeras investigações sobre Sociologia da Violência e Direitos Humanos, nos relatórios governamentais e não-governamentais espelhados em número crescente de mortes (feminicídios/ assassinatos) e de violações doméstico-familiares (que exigiram empenho e traduções em letras jurídicas em toda América Latina, incluindo o Brasil).

Com todo o aparato legal-institucional, já sentados em estruturas das democracias latino-americanas, o cotidiano denuncia a urgência e a necessidade de outras formas de cidadania social (SEN, 2011) e promoção de educação para e pelos Direitos Humanos (dignidade, vida, saúde, cultura, liberdade e, com maior destaque, promoção de igualdade) (ESTEVÃO, 2013 e 2018; CAVALCANTI & SILVA, 2018a e b).

Tomando esse cenário, o presente trabalho pretende – de maneira interdisciplinar e versando sobre a complexidade do tema escolhido - pensar as violências sexuais sofridas por pessoas LGBTTQIs¹ no contexto latinoamericano, destacando o caráter “corretivo” dessas agressões e situando a violência sexual como elementar da violência de gênero. As medidas de intervenção assumidas por diferentes Estados para coibir violências contra esta população serão objeto de análise, com especial foco para o Brasil que apresenta contexto contemporâneo peculiar: um governo eleito com pautas declaradamente hostis às pessoas LGBTTQIs e a recente aprovação (em âmbito pré-eleitoral) e entrada em vigor da Lei nº.

¹ Utilizaremos, para fins descritores e de instrumental categórico para desenvolver esse texto a sigla LGBTTQI, composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais, respeitando inclusão de identidades multireferenciadas e expressões de sexualidades/ identidades que compõem certo consenso na nomenclatura atual.

13.718/2018 que, entre outras novidades, cria causa de aumento de pena quando há violência sexual “corretiva”.

Como abordagem metodológica, observa-se um estudo qualitativo realizado a partir da revisão bibliográfica e documental sobre contexto da América Latina, delineando como recorte temporal a chamada História do Tempo Presente (qual seja, últimos cinquenta anos). Para composição do *corpus documentae*, nos valemos, ademais, de casos exemplificadores advindos da análise dos relatos de violência sexual contra LGBTTQIs apresentados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para o período em apreço.

A delimitação foi matizada a partir do acesso às audiências realizadas para discutir os direitos e consequentes garantias e proteção) dessa população em países latino-americanos. Recurso esse que serviu de base para o último *Relatório sobre Violência contra Personas Lesbianas, Gay, Bisexuales, Trans e Intersex en América* (CIDH, 2015). Consoante as diretrizes da publicação e do organismo também foram entrelaçadas com as justificativas à Lei nº. 13.718/2018, especialmente naquilo que diz respeito ao “estupro corretivo”.

O tema da violência contra pessoas LGBTTQI na América Latina perpassa pelo entendimento do contexto específico de países que a compõem e que, apesar de muito diversos e plurais, compartilham o marco da colonização. Esse processo corresponde à violação sistemática das identidades e sistemas que ali existiam e produzindo diferenciações e hierarquias de raça, gênero e sexualidades distintas da que eram tradicionais aos povos das Américas (CAVALCANTI & SILVA, 2019).

A rejeição e o ódio aos LGBTTQI envolvem dinâmicas interseccionais que vão produzir experiências gendradas e racializadas que provocam diferentes reações dos grupos hegemônicos. Não obstante, cruzam as tensões entre diferentes identidades hegemônicas – sem permitir diversidades e expressões em sua pluralidade - se manifestam violentamente, na medida em

que a lgbtfobia também está presente entre pessoas marcadas por outras opressões e ao longo do processo histórico.

A violência “corretiva” (mais específica contra grupos) vem, nesse cenário, como aquela agressão que possui o caráter evidente de tentar conformar as sexualidades e identidades de gênero dissidentes à cisheternormatividade (COLLING, 2018), sendo este propósito mais comumente referido no chamado “estupro corretivo”. A violência sexual enquadraria-se como uma tipologia e uma expressão de uma ação essencialmente gendrada, não sendo possível deixar de atribuir relevo ao marcador de gênero quando de sua análise. Isso nos leva e direciona, nesse capítulo, ao lugar de não esquecimento e de observância de que a maneira pela qual as pessoas experienciam o gênero é – especialmente no contexto latino-americano – conjuntamente racializada.

O fato não só de ser referenciado como ato comum, assinala ainda que tanto as dimensões de Direitos Humanos quanto a prevenção possível através do campo educacional indicando “problemas retorcidos” (RITTEL & WEBBER, 1973; CROWLEY, K. & HEAD, 2017). Ou seja, questões que não são somente expostas por determinados grupos identitários, mas sobretudo por uma dinâmica social que exige observância de pactos e consensos internacionais (ratificados pelos Estados membros, por exemplo, de organizações supranacionais e articulados do que se ambienta como Direito Internacional Público e identificação especial nos marcos legais nacionais).

Não causa surpresa que a situação jurídica das pessoas LGBTTQI, percorrendo a América Latina, seja precária (BUTLER, 2011 e 2016). Países como Venezuela, Paraguai e Bolívia, por exemplo, não possuem legislações específicas anti-discriminação e, apesar de serem signatários como a maioria do continente e terem firmado ou ratificado diversos tratados internacionais – com predominância aos relativos aos direitos humanos que envolvem a proteção de LGBTTQIs - os índices de violências permanecem altos (BARRIENTOS, 2016).

Apesar de constituir um espaço institucionalizado e pautado nas dimensões internacionais e protocolares, que se revela de difícil acesso para populações marginalizadas, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos segue como órgão de fundamental importância na tentativa de tensionamento das nações para a garantia de direitos humanos (vida, dignidade e tolerância). Esta entidade possui como uma de suas principais atribuições a observância do cumprimento geral dos direitos humanos pelos Estados membros, que é exercida, dentre outras formas, através do recebimento, análise e investigação de petições individuais que aleguem violações desses direitos².

Em tempos sombrios (ARENDT, 2016), as agendas identitárias e promotoras de Direitos Humanos acabam sendo colocadas como secundárias, incrementando dados de violações e extrema violência, chegando aos assassinatos (BLAY, 2009) e a discursos de ódio. Nessa conjuntura, estudos, relatórios, processos-crime tomam uma ascenção vertiginosa e deixam de ser “brechas demográficas”. Tudo isso impulsiona urgências legislativas e ações vigilantes, que nem sempre operam resultados efetivamente proveitosos às pautas feministas LGBTTQI e antirracistas.

Em setembro de 2018, em fase pré-eleitoral e com nuances conservadoras para o cenário brasileiro, entra em vigor a mencionada Lei nº. 13.718/2018. Estabelece um olhar especializado e agrava penalidades, passando a reconhecer o “estupro corretivo”, agora incluído na alínea b do inciso IV, art. 226 do Código Penal, como aquele praticado para “controlar o comportamento social ou sexual da vítima.” Descrição que, considerada literalmente, corresponderia à toda forma de violência sexual, como será destrinchado em momento oportuno. Coaduna, sobremaneira, com as diretrizes da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de

² Art. 44. Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado Parte (AMERICANOS, 1969).

Discriminação contra a Mulher (ONU, Assembléia Geral, 18 de dezembro de 1979).

Feitas as considerações iniciais acima, o primeiro tópico de discussão se refere à compreensão das formas de violência contra pessoas LGBTTQI, em especial às violências com motivação de “corrigir” comportamentos e identidades, contextualizando essas violências como gendradas e racializadas. O item seguinte se debruça sobre “estupro corretivo” e sua dimensão notadamente gendrada, considerando os relatos fornecidos à CIDH, nas audiências analisadas, e que deram origem ao último relatório oficial da Corte sobre o assunto.

Como abordagem descritiva, após levantamento, foi feita análise mais detalhada da situação atual no Brasil. Há que se frisar e detectar percurso após a Lei nº. 13.718/2018, considerada como inovação e elemento destoante do cenário legislativo dos demais países latino-americanos sobre a temática. Por fim, são explanadas as conclusões à que chegaram as Autoras após os estudos realizados.

2. Compreendendo a violência contra LGBTTQIS

“Movimentos sociais e agendas éticas já não podem estar circunscritas ao âmbito acadêmico, partidário ou de comunidades de sentimentos. Caracterizam as novíssimas “guerras”. E uma das pautas a puxar tudo isso, sem dúvida, está nos feminismos e na “marcha” mundial. Marcham mulheres, levantam bandeiras por um mundo mais igual, justo e sustentável, no sentido pleno da palavra. Fazem suas próprias histórias. Se irmanam contra golpes, contra guerras, contra estupros e assassinatos de suas filhas/os” (CAVALCANTI, A Tarde, 8/3/2018, p. A3).

Países como Peru, Argentina e Chile, seguidos ainda das inúmeras manifestações brasileiras, demonstraram na última década, também referida de “Primavera Feminista” (FACCHINI & FERREIRA, 2016), que questões essenciais estavam ainda sem

diretrizes concretas: direitos sexuais e reprodutivos, nome social, feminicídios e homo/lesbo/transfobias, dentre outras.

Países como Antígua y Barbuda, Barbados, Guiana, Jamaica, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas ainda mantém, dentro de seu corpo legislativo, disposições que criminalizam a homossexualidade. Em Belize e Trindade e Tobago, manter relações homossexuais somente deixou de ser crime em 2016 e 2018, respectivamente. O recorrido é recente e demanda mediação inter-institucional.

As violências contra pessoas LGBTTI no cenário latino-americano assume contornos preocupantes. Pesquisa realizada pelo *Transgender Europe* em 2016 aponta que 78.1% dos assassinatos de pessoas trans noticiadas em todo o mundo aconteceram na América Central ou na América do Sul. Já segundo o informe Homofobia de Estado, da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex (ILGA), conforme citado por Vargas (2013), o Caribe é considerado uma das regiões mais atrasadas no que se refere a concretização do direito à igualdade e não discriminação.

Como já introduzido, o fenômeno da violência contra LGBTTQIs é complexo e plural, não podendo ser descrito e compreendido sem levar em consideração a imposição social da cisheteronormatividade como padrão a ser seguido, obrigando pessoas a se adequar a parâmetros heterossexuais, parâmetros de consonância sexo-gênero, além de rechaçar qualquer diversidade corporal que borre as linhas binárias essencialistas e cristalizadas (CIDH, 2015, p.38). Desse modo, nota-se que “a própria expressão de sexualidades e identidades não normativas frequentemente é considerada suspeita, perigosa para a sociedade, ou ameaçadora da ordem social e da moral pública” (CIDH, 2015, p.39).

As manifestações dessas violências apresentam traços peculiares, devendo ser analisados com particular atenção. De maneira geral, pode-se afirmar que o intuito de “punir” expressões dissidentes das normas e padrões de gênero é uma motivação frequente dos perpetradores de tais atos. Isso aponta para os crimes

de ódio como sendo praticados com intuito de ridicularização, menosprezo e sujeição desse grupo. Seja através de violências verbais, físicas e psicológicas ou, indelevelmente culminando em perseguições e assassinatos³.

No mesmo caminhar, a constatação de que vidas LGBTTQIs são vistas como de “menor valor” revelam caráter de crueldade e exigem olhar rigoroso relativo à compreensão desse fenômeno. Para Butler (2015), corpos vistos como abjetos – o que inclui corpos LGBTTQIs – são aqueles cujas vidas não são consideradas vivíveis ou cuja materialidade pode ser compreendida como “não importante”.

Considerando a experiência colonial do continente americano, o processo de desumanização de corpos e de identidades, aditivados pela prática de atos de violação, não poderia deixar de ganhar contornos de tortura e de brutalidade, especialmente quando infligidas contra pessoas negras e indígenas. Nessa linha, Efrem (2016) afirma que há uma relação direta entre a brutalização dos sujeitos com a brutalização dos corpos. Para visualizar determinado crime como LGBTfóbico, o grau da violência e as marcas geradas nos corpos das vítimas perfazem alguns dos critérios classificatórios utilizados pelo movimento LGBTTQI:

A cabeça esmagada, as dezenas de facadas e o estrangulamento compõem o excesso, o inexplicável, e comprovam, de forma cabal, a ocorrência da *homofobia*. Lucas teria falecido já na primeira pedrada desferida contra a sua cabeça. Porém, excessiva e inexplicavelmente, as investidas se reproduziram incessantes e a cabeça terminou esmagada. (EFREM, 2016, p. 326).

Dessa maneira, constata-se que a violência contra pessoa LGBTTQIs é, particularmente, truculenta e perversa em comparação com outros crimes motivados por discriminações. Indica e define pelo elevado grau de crueldade e brutalidade,

³ Segundo o relatório da CIDH (2015, p.93), durante um período de quinze meses (entre janeiro de 2013 e março de 2014), pelo menos 594 pessoas LGBT ou vistas como tal foram assassinadas em situações relacionadas a sua orientação sexual ou identidade e expressão de gênero.

incluindo espancamentos, torturas, humilhações, mutilações, castrações, agressões sexuais e mortes (SILVA Jr., 2012; CIDH, 2015; EFREM, 2016).

Paralelamente, não podemos esquecer da violência praticada no âmbito do Estado, exercida não somente por policiais e militares, mas também através de disposições legislativas e judiciais discriminatórias. Quando somadas à ausência de políticas públicas específicas, essas ações perfazem a violência estatal (VARGAS, 2013). Também neste aspecto, percebemos o marcador racial como determinante: o aparato punitivo do Estado e os seus agentes, por vezes com ar de legitimidade, se voltam com maior violência e desprezo para as populações negras e indígenas.

O abuso perpetrado por forças de segurança do Estado possui o agravante de levar a uma crença social de que qualquer pessoa pode agredir impunemente indivíduos com orientações sexuais e identidades de gênero inconformes (CIDH, 2015). Em processo mais conservador ou de vertente totalitária, ai sim se justifica e agrava situação e quadro de agressões e violações, sem proteção e acessibilidade à justiça social.

Dentre as diversas agressões praticadas contra LGBTQIs, é recorrente a prática de atos ditos “corretivos”. Em geral, são utilizados com o objetivo de “consertar” a orientação sexual, a identidade de gênero, corpos vistos como dissonantes ou mesmo a maneira como expressam o gênero⁴. Tudo isso está em consonância e se relaciona nitidamente com a imposição social da cisheteronormatividade⁵. Tais violências atingem, sobremaneira, mulheres lésbicas e bissexuais, pessoas Intersex e homens trans.

⁴ Mulheres que fogem do arquétipo de feminilidade esperada e manifestam comportamentos considerados masculinos.

⁵ Como ideia complementar, há que se basear no texto constitucional, tendo como constatação de que “haveria de ser o elemento fundante a conferir uma proteção maior ao grupo considerado como minoritário acaba por conduzir a uma estrutura de marginalização e aprofundamento das discrepâncias face ao preconceito estrutural que se estabelece quando se trata da questão da sexualidade graças à heteronormatividade consolidada no ordenamento jurídico pátrio”. (CUNHA, 2018, p. 88).

Neste sentido, para além de dados estatísticos, esse cenário implica na necessidade de refletir mais especificamente sobre essas pessoas, suas condições e garantias – seja através de esferas e marcos legais até as relações cotidianas.

Com o intuito de “normalizar” indivíduos Intersex (SOUZA, 2019), fora do padrão binário de corpos masculinos e femininos, práticas médicas têm sido realizadas nessas pessoas desde a tenra idade. Conforme exposto na audiência pública sobre a Situação dos Direitos Humanos das Pessoas Intersex nas Américas, em 2013,⁶ conduzida pela CIDH, a possibilidade de não realizar práticas cirúrgicas genitais não é sequer considerada pelos agentes de saúde, salvo em raras exceções e por profissionais específicos.

Tal situação ceifa o direito de pessoas Intersex pela autonomia sobre o próprio corpo, visto que não é dada a opção de escolha para esse grupo sobre os procedimentos a serem adotados (usualmente de caráter irreversível), além de gerar sentimentos de humilhação e violação (COLLING & GARBELOTTO, 2019).

Como consequência, temos a possibilidade costumeira de novas e repetidas cirurgias para corrigir as anteriores, uma vez que a insensibilidade dos órgãos genitais, dores constantes, esterilização e dificuldade de alcançar prazeres sexuais são produtos comuns de intervenções invasivas e danosas.

Notadamente no tocante à situação das mulheres lésbicas ou bissexuais, importa relembrar a análise feita pela representante da Coalizão Regional LGBTI no que concerne às experiências e às inúmeras violências sofridas:

Pergunta-se constantemente porque nós não aparecemos nos registros de homicídio e de violência, é possível aventurar-nos à hipótese, obviamente, que somos vítimas de menos homicídios que homens gays e mulheres trans que são as principais vítimas desses delitos, mas também é certo que somos invisíveis porque o sistema

⁶ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=245zpmTobCM&list=PLkh9EPEuEx2st1_l-W6croo3oH9DxBSDc&index=12

de informação não tem essas variáveis contempladas e funcionários/as não estão nem capacitados nem sensibilizados para identificar a orientação sexual em relação aos distintos delitos. **Sem embargo, também queremos deixar muito claro que o uso de violência contra lésbicas não pretende eliminá-las em geral, pretende realmente lembrá-las do lugar que ocupam na sociedade e como temos controvertido as normas da sexualidade e do gênero.** Nesse sentido os usos da violência psicológica, legal, de gênero e sexual pretende muito mais controlar-nos, disciplinar-nos, dominar-nos e recordar que fugimos das normas de gênero. Geralmente os usos da violência se dirigem a nos castigar e lembrar que merecemos castigo por termos saído da norma, por isso inclusive temos encontrado casos de violência corretiva em alguns países que é como a expressão do castigo máximo das lésbicas para lembrá-las que saíram da norma de ser mulheres, temos encontrado experiências de internamento forçado para curar a homossexualidade como algo que é muito particular ou afeta de maneira desproporcionada a mulheres lésbicas e bissexuais. (tradução livre das autoras, grifos aditados). (CIDH. audiência pública. Situación de derechos humanos de las mujeres lesbianas en las Américas, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EVIXoWADKvk>)

É notável, assim, o caráter gendrado que assumem as violências praticadas com a intenção de disciplinar e corrigir comportamentos, já que implica numa noção de desvio dos padrões de gênero tradicionais pós-coloniais. A partir da oitiva integrada à pauta da CIDH, é basilar conceituar e esclarecer o termo. Entende-se por violência de gênero aquela praticada em razão relacional de gênero, como consequência direta das assimetrias de poder entre homens e mulheres historicamente construídas nas sociedades ocidentais (FACCHINI & FERREIRA, 2016).

Isso é especialmente evidente na ambiência e na situação de tipificação da violência sexual. A ideia da heterossexualidade como fator inseparável do que constitui uma mulher significa que a prática sexual com os homens é obrigatória ao gênero feminino nas sociedades patriarcais (pós)modernas. Considerando a violência

sexual como uma agressão que tem como principal característica a subjugação da vítima com o intuito de demonstrar poder sobre ela e o seu vetor mais comumente direcionado às mulheres e às meninas, é possível afirmar que se trata de uma violência essencialmente relacionada ao controle do gênero feminino (portanto, assimétrica e reveladora da dominação masculina e da passível “correção” e/ou subjugação).

3.Estupro corretivo na América-Latina

No Peru, lésbicas sofrem com estupros ‘corretivos’ (BBC Brasil, 23/08/2015).

Estudantes organizam ato contra estupros e violência de gênero na USP (Catraca Livre, 21/08/2015)

“É preciso mais solidariedade entre as mulheres”, diz articuladora de campanha contra violência no Metrô (R7, 21/08/2015)

É no cenário de combate às violações e às violências, descrito acima, que a denominação “estupro corretivo” tem sido utilizada. Com destaque para se referir às hipóteses em que a violência de tipo sexual ocorre sob o argumento de que a orientação sexual ou identidade de gênero de uma pessoa precisa ser “corrigida” para se enquadrar aos padrões cisgender normativos.

Nota-se que é a categoria “mulher(es)” que será remetida e acessada para justificar as múltiplas e sobrepostas violências impostas a elas. A(s) mulher(es) que se afasta(m) das características associadas à feminilidade (sendo a heterossexualidade central nesse repertório) é/são violada(s) para ser(em) colocada(s) “de volta” em lugares e papéis femininos. Ou ainda, para “aprender(em)” à sê-lo. Evidencia-se, portanto, que essa lógica difere daquela evocada na violência sexual contra homens que “destoem” das masculinidades. Estes são punidos e colocados no “lugar de mulheres” como condenação, não como disciplina.

É nessa lógica perversa que o estupro vem sendo praticado, especialmente contra mulheres lésbicas, bissexuais e homens trans

(CIDH, 2015) sob o pretexto de “corrigir” a conduta sexual ou identidade de gênero. Com isso, não se quer dizer que mulheres trans, travestis, homens gays e pessoas intersex não estejam igualmente sujeitas/os à violência sexual. Apenas que, nessas situações, inexiste – geralmente – a justificativa da “correção”. Afinal de contas, ninguém se torna “homem” com a subjugação sexual. Este lugar e ação são reservadas às mulheres.

Segundo a audiência referente a Situação de Direitos Humanos das Mulheres Lésbicas nas Américas, realizada durante 147º Período de Sessões da CIDH⁷, o estupro corretivo é um castigo, um modo de lembrar que as mulheres lésbicas merecem punição pela condição existencial dissidente do padrão de sexualidade imposto. Tomando esse argumento, nessa sessão, foi ressaltado, de igual maneira, que a violência sexual contra lésbicas não possui o intuito de eliminá-las, mas tão somente de lembrá-las do lugar que ocupam na sociedade. Reforçados, ademais, pelo objetivo de controverteram as normas de sexualidade e de gênero e, portanto, justificariam toda e qualquer ação que imputasse serem controladas, disciplinadas e dominadas.

Tais agressões possuem a cruel característica de serem costumeiramente praticadas pelos membros das próprias famílias, em ambiente doméstico-familiar e denominados como “afetos”. Denotam a maior fragilidade daquelas/es que estão sujeitos à violência, uma vez que se dão no local em que supostamente estariam mais protegidas/os, no seu ambiente de intimidade e de afetividades.

A delegação da CIDH escutou o relato de uma jovem afrodescendente [colombiana] que, depois de dizer a seu pai que era lésbica aos 11 anos de idade, foi estuprada durante 14 anos pelos amigos de seu pai, razão pela qual teve cinco filhos. Afirma que não foi informada sobre serviços de saúde ou acesso a justiça. Quando conseguiu escapar, foi estuprada várias vezes por grupos armados

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EVIXoWADKvk>

ilegais, com frequência na frente de suas companheiras, para castiga-la por sua orientação sexual (CIDH, 2015, p. 124).

Há de se destacar que a violência sexual “corretiva” inclui, em muitos países da América Latina, a violação por parte de agentes estatais, como autoridades policiais, que a praticam, muitas vezes, quando recebem a denúncia de uma situação de violência sexual, tornando essas mulheres duplamente reféns: das relações de intimidade e familiares, assim como integradas às instâncias do Estado (CIDH, 2015). Desse modo, há uma prática da violência pública e privada, como mecanismos de controle e disciplinamento da existência lésbica, vista como transgressora e ameaçadora da ordem heteropatriarcal vigente.

Nesse sentido, diversos relatos têm chegado à tona, através de meios formais e informais⁸, acerca da violência que mulheres lésbicas, bissexuais e homens trans sofrem em razão de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Alguns esforços de trazer panoramas e indicadores confiáveis vem ganhando espaços e difusão, como é o exemplo do Mapa da Violência de Gênero, 2017. Embora careçam de dados quantitativos precisos, são abundantes em detalhes e informações a respeito das formas em que tais abusos são praticados.

Em matéria publicada, no mesmo ano, pelo portal Metrópoles reporta-se ao fato dos casos já apontados pelo relatório da CIDH em 2015, reforçarem as estatísticas descritas:

Em 2011, autoridades fecharam 30 clínicas que tratavam ilegalmente de gays, lésbicas e trans. Os relatos eram chocantes e

⁸ Algumas notícias que demonstram a expressividade desses casos estão disponíveis em:
https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150821_violencia_lesbicas_peru_rb;
<https://agenciapatriagalvao.org.br/violencia/lgbt/estupro-corretivo-em-lesbicas-e-usado-em-clinicas-da-america-sul/>;

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2017/11/02/vai-virar-mulher-de-verdade-estupro-corretivo-vitimiza-mulheres-lesbicas.htm>;
<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/559362-CRESCE-NUMERO-DE-DENUNCIAS-DE-ESTUPROS-CORRETIVOS-CONTRA-LESBICAS,-SEGUNDO-ESPECIALISTA.html>
<https://agenciapatriagalvao.org.br/violencia/reportagem-especial-mostra-o-crescimento-do-estupro-corretivo/>

tiveram repercussão internacional. Torturas e abusos de toda ordem. Uma das práticas denunciadas era o estupro corretivo em mulheres lésbicas. Os relatos chegaram a então ministra da saúde do Equador, Carina Vance. Funcionários desses centros cristãos violentavam internas para que pudessem sentir o “verdadeiro e genuíno prazer sexual de uma prática abençoada por Deus”. (MAGGIO, 2017, p.01).

No entanto, apesar das tentativas de crescimento e saída das invisibilidades, a permanência da escassez de dados apontada pelos movimentos sociais junto à CIDH também foi verificada a partir da coleta realizada. Aqui novamente retomamos o conceito de violências sobrepostas (CAVALCANTI, 2018), cegueira institucional e não capacitação, organização de fluxos e enquadramento em temas emergentes. Elementos centrais da descrição, ordenamento de fluxos e ações especializadas que já poderiam estar em vigor e ativas. Destarte, defendemos a utilização de expressões que abranjam a complexidade e o processo necessário de visibilidade e atenção especializadas, em parcerias entre público e privado, além de monitoramento eficiente dos casos de denúncia, de alertas e de registros das violências anteriores aos assassinatos.

4. Lei nº 13.718/2018: reconhecimento legal do estupro corretivo no Brasil

Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação estimam que, em média, seis mulheres lésbicas foram estupradas por dia no Brasil em 2017. O dado alarmante também revela que 61% dos casos aconteceram dentro de casa e 20% em locais públicos (SINAN, 2017). Considerando, todavia, a ausência de coleta de informações que visem a verificação do relato da vítima para análise das motivações por trás do crime (que por vezes pode ser inferida de seu contexto ou de declarações feitas pelo próprio agressor durante o ato), não se pode saber quantos desses casos se referem à estupros corretivos.

Conjugada com a homofobia, a violência sexual contra a mulher ocasiona a ocorrência do “estupro corretivo”, cujo traço diacrítico consiste na motivação do agressor em “converter” à heterossexualidade, pessoas de orientação sexual divergentes da norma hegemônica, sobretudo mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais. Com discreta visibilidade, o fenômeno se prolifera pelo país. (DAMASCENO & BRANDÃO, 2019, p. 1).

As discussões e as estatísticas já apresentadas são suficientes para sedimentar a compreensão de que o combate à violência sexual - com intuito e predominância “corretiva” - chama atenção específica e traz sinais de urgência e de gravidade nos casos acontecidos. Nesse contexto, merece nota a novidade trazida pela Lei nº. 13.718/2018 que prevê um aumento de pena em caso de estupro corretivo. Vale destacar que, no campo legislativo, instrumentos como a Lei nº 13.104/2015 (Feminicídio) e Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), já haviam aberto caminho para a criminalização de condutas com motivação específica de gênero, ao disporem sobre as múltiplas formas de violência contra meninas e mulheres no Brasil, o que também abriu precedentes e incorporação de sujeitos integrados à comunidade LGBTTQI.

Como processo de longa duração e de ruptura de uma cultura machista, o problema matizado sinaliza para subnotificações e “apagamento do motivo” desses estupros. Isso pode ser exemplificado no caso das mulheres lésbicas, chegando a representar cerca de 10% das notificações de estupros contra mulheres do Sinan (2017).

Consoante o novo texto legal, esse tipo de violência estaria contemplado por qualquer tentativa “de controlar o comportamento social ou sexual da vítima”. A ideia de “corpos femininos” sinalizados pelo risco de morte em uma cartografia e cultura machista (SEGATTO, 2005) vão além da tipologia física e patrimonial. Fica evidente que a motivação de corrigir o desvio de um padrão predefinido de gênero e sexualidade fica distante da definição dada pela lei. O uso do verbo “controlar” borra a linha da disciplina,

punição, correção, que verdadeiramente marca aquilo que o estupro corretivo significa. Toda violência sexual tem o intuito de controle, de força e poder. Mas apenas algumas apresentam a justificativa de correção de um desvio.

Ao observar o fato-crime, com destaque para estupro de vulneráveis também, a pena prevista para tal crime passa a ser de seis a dez anos. Na linha seguida nas letras jurídicas ainda consta a possibilidade de agravo, aumentando progressivamente de um terço a dois terços, o que representaria efetivamente cumprimento de pena de oito a dezessete anos de prisão.

O que é apresentado ao público como um grande avanço no sentido de garantia e reconhecimento dos Direitos Humanos das populações LGBTTQI, entra em dissonância direta com as investidas neofascistas evidenciadas no contexto pré-eleitoral, durante e após eleição de Jair Bolsonaro. Isto por si só, deveria servir como indício da provável inefetividade da medida legislativa.

Nas palavras de Flávia Silva (2019, p. 145), em dissertação sobre os processos midiáticos e institucionais, o envolver a feitura da Lei nº. 13.718/2018 denota que:

Em um contexto de crise político-econômica aguda, nos marcos da racionalidade penal moderna (Wacquant, 2003), o restabelecimento da confiança nas instituições é buscado por meio do direito penal. Respostas imediatas que visam criação de novos tipos penais e aumento de penas são rápidas, baratas e produzem o sentido de que um Estado forte cuida e protege sua população – é um capital simbólico eficiente e poderoso. No início da pesquisa, observei que todas as propostas referentes ao caso, ainda que não legislativas, situavam-se no terreno do SJC, como mais policiamento em determinadas zonas do Rio de Janeiro – estigmatizando territórios como mais violentos – ou a criação de um departamento específico na Polícia Federal unicamente voltado à investigação de crimes contra as mulheres (SILVA, 2019, p. 145).

Tendo como premissa que os “estupros corretivos” estão predominantemente vinculados às vítimas lésbicas, podemos alertar

para o percurso em devir. Por exemplo, o fato de termos como referencial, para o ano de 2017, um pico de registros de assassinatos de lésbicas, impondo ritmo e movimento na consolidação de agendas que não poderiam mais estar subalternizadas, mesmo após a celebrada Lei do Feminicídio.

As lésbicas estão presentes em todas as raças/etnias, classes sociais, religiões, regiões, idades e contextos culturais. Há uma urgência na melhoria dos dados sobre a população negra e também no aprofundamento de dados sobre os homicídios de muitas outras minorias, tais como as lésbicas e a população indígena, a fim de conhecer a realidade das mortes que atingem essas pessoas. A vivência por uma mesma pessoa ou grupo étnico/cultural de mais de uma opressão precisa ser também alvo de estudos, neste caso, percebemos que os homicídios das lésbicas indígenas, por exemplo, estão estatisticamente duplamente invisibilizados. Para compreender a amplitude das consequências das privações de direitos básicos à população é necessário que os dados sejam construídos levando sempre em consideração o fato de que uma mesma pessoa pode sofrer muitas opressões diferentes, ao mesmo tempo, e/ou em diferentes momentos da vida. (PERES et al., 2018, p. 23)

Em fevereiro de 2019 entra em plenário e para parecer um Projeto de Lei (n. 452/2019, assinado por Valmir Assunção (PT-BA). Ressalta-se a redundância do Projeto, considerando que versa justamente de aumento de pena em caso de estupro corretivo. Vale pontuar que o mesmo parágrafo é encontrado na justificativa do Projeto de Lei 6.971/2017, proposto pela Deputada Federal Tia Eron (PRB-BA) que foi apensado ao PL n° 618/2015, incorporando à este a hipótese de estupro corretivoConsta em suas argumentações, item que podemos retomar como crucial do ponto de vista cultural:

Hoje em dia se registram com frequência os casos que têm sido chamados de “estupros corretivos”. Basicamente eles têm ocorrido de duas maneiras: tendo como vítimas mulheres lésbicas, para haver uma “correção” de sua orientação sexual ou para “controle de fidelidade”, em que namorados ou maridos ameaçam a mulher

de estupro por todos os amigos ou membros de gangues se forem infieis a seus “companheiros”. Ambas as situações são abomináveis e revelam que o machismo da sociedade brasileira consegue descobrir cada vez novos caminhos de violência para vitimizar as mulheres.

Enquanto isso, diferentes grupos de mulheres denunciam o “desmantelamento institucional e de políticas públicas de gênero, como o da Secretaria de Políticas para as Mulheres” (SILVA, 2019, p.145), em verdadeiro descaso com o combate à violência. Há que se considerar essa violência como fenômeno e processo social multirreferenciado, exigindo interconexões entre esferas pública e privada, além de compromisso com coibição, enfrentamento e educação ampliada como forma preventiva.

“Violência parece uma daquelas palavras que tem um conteúdo dual: podemos nos referir à guerra, aos estragos de uma agressão entre pessoas adultas, à força exercida por um adulto em relação a uma criança, ao mal que algumas palavras podem infligir na autoestima ou à identidade dos indivíduos, a estruturas institucionais que catalogamos de violentas porque nos invisibilizam” (BIRULÉS, 2006, p. 3).

Certamente, a violência contra a população LGBTTQIs, bem como contra as mulheres e demais pessoas negras ou indígenas, ainda que cisheterossexuais, tem uma face notadamente institucional. Isso está no cerne da permanência das demais violências e na naturalização da coação, coerção e formas de poder. A mencionada Lei não abala, em nada, o caráter misógino, racista e lgbtfóbico do Estado brasileiro, especialmente em sua conformação atual,

Destarte, é com cautela que a criação do aumento de pena nos casos de estupro corretivo deve ser analisada. E, sem dúvida, não como solução para o problema em tela. Trata-se de medida com intenção populista e desacompanhada de ações institucionais que visem coibir a violência através da educação da população e da

garantia de acesso à justiça, coadunando também com momento de graves quebras de direitos.

Afinal, o sistema de justiça criminal apenas se mobiliza com eficácia para atingir a população “indesejada” pela elite social, com atenção especialmente voltada para homens e mulheres negras, considerando sua motivação racista e classista. Os corpos das mulheres e da população LGBTTI não são considerados suficientemente valiosos para movimentar este aparato punitivo em sua “defesa” (FLAUZINA, 2016).

5. Conclusões

As especificidades dessa violência provocam obstáculos específicos ao seu acesso à justiça. Os casos relatados à CIDH sugerem que, um número expressivo de vítimas, optou por não levar os fatos ao conhecimento das autoridades policiais competentes, visto que temiam o tratamento que receberiam ao narrar os acontecimentos. De igual maneira, observa-se que certos atos de agressão perpetrados contra pessoas LGBTTQIs foram praticados por integrantes policiais e do sistema de Segurança Pública, o que reforça a descrença desse grupo nos caminhos estatais de denúncia. Nota-se, também, a dificuldade desse segmento em acessar os sistemas de saúde, agravando os danos físicos e psicológicos provocados pela violência.

A análise dos relatos e reflexão com respeito às dinâmicas gendradas de poder que subjacentes à violência sexual e, em especial, ao estupro corretivo, permitem diagnosticar que a ausência de políticas públicas - com enfoque específico e qualificado - contribuem para a subnotificação desses crimes. Além disso, representam um impedimento ao acesso à justiça, levando a um quadro ainda maior de desemparo por parte de um grupo historicamente marginalizado pelos órgãos de proteção estatais.

Entretanto – e tendo em vista os números crescentes de lesbofobia e violências sexuais – há que se chamar atenção para que

este crime ainda seja subnotificado. Ai sim, representando mais que casos individualizados, negligência de instâncias do Poder Público e indicativos de impedimento ao acesso à justiça. Encontram na cultura machista discurso e ação cotidiana em todo continente latino-americano, o fato também matiza um contexto violador, violento e indicativo de um maior desemparo por parte de um grupo historicamente subalternizados e sem objetiva intervenção e proteção à vida.

Embora o refinamento dos mecanismos de registro consagre avanço indispensável para o reconhecimento estatal da “violência sexual corretiva”, a geração de dados demanda medidas auxiliares como capacitação de agentes de saúde e segurança pública, seja para garantir o preenchimento adequado e uniforme dos documentos, sensibilizar para o atendimento humanizado, seja para evitar a incompletude dos registros e a categorização inexata das violências reportadas.

Para promover outras formas possíveis de convivência e acesso à justiça social, não basta somente lançar letras jurídicas e pactos internacionais. Há que colocar atenção nos “pontos cegos” (ESTEVÃO, 2013). A violência como “manada” (seguindo indireta ao ocorrido em Espanha e conhecido justamente como “La Manada”), como “corretiva” – seja falada, ameaçada ou efetivada – já não cabe mais como desculpa de manutenção de cultura patriarcal, de instituições amorfas e propagadoras de violações “silenciadas”. A necessária visibilidade pode vir através de análise de dados e de criticidade frente às dinâmicas gendradas de poder que subjacentes às violências sexuais.

Frisamos, nesse texto, tópico especial e uma mirada mais atenta aos casos que proliferam de estupro corretivo. Se o ponto é barbárie e cultura da violência, o retrato apresentado nesse texto coloca em cheque os ideais civilizatórios e de democracia, seja pela frequência, pelo ódio e desejo de morte, seja pelo silenciamento e encobrimento de tal situação que se agrava em períodos de regimes declaradamente autoritários por toda América Latina mas que,

infelizmente, tão pouco encontra solução nos períodos ditos “pacíficos”.

Esses dados permitem diagnosticar que a ausência de políticas públicas com enfoque específico, forte estratégia de educação (prevenção) e enfrentamento (como política e como instrumento promotor de acesso à cidadania e à justiça) são cruciais para a permanência da violência contra pessoas LGBTTQIs, notadamente a violência sexual corretiva na América Latina. Observamos que as tentativas de solução, quando concentradas apenas no âmbito punitivo, não apresentam prognósticos satisfatórios, considerando o funcionamento racista e misógino do Sistema de Justiça Criminal.

Para além da proteção da vida e acessibilidade à cidadania e à justiça, vale pensar sobre que mundo desejamos e quais intentos para dar autonomia e credibilidade. Quais vidas são vivíveis e passíveis de luto? (BUTLER, 2016).

Referências

- ARENKT, Hannah. **Entre o passado e o futuro:** oito exercícios sobre o Pensamento Político. Lisboa: Relógio D'Água, 2016.
- BARRIENTOS, Jaime. Situación social y legal de gays, lesbianas y personas transgénero y la discriminación contra estas poblaciones en América Latina. **Sex., Salud Soc.** Rio de Janeiro, n. 22, p. 331-354, Apr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872016000100331&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15/08/19
- BERLANGA, Mariana. El feminicidio: sus fronteras y la construcción del nuevo sujeto femenino en América Latina. In: SMITH, Y & GONZALEZ, M.C.(Orgs.). **Mujeres en el Mundo:** Migración, género, trabajo, historia, arte y política. Valencia: Ediciones de la Universidad de Carabobo, 2008, V. 4, p. 199-210.
- BIRULÉS, F. **Sobre la violencia.** Reflexiones en torno a la libertad femenina. Santiago de Compostela: XXIII Semana Galega de Filosofía, 2006.

BLAY, Eva. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: Ed. 34, 2009. 248p.

BRASIL. **Lei n. 11340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 7 ago. 2006.

BRASIL. **Lei n. 13104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 10 da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Atos do Poder Legislativo. Brasília: 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. Vida Precária. **Contemporânea**, nº. 1, janeiro-junho, 2011, pp. 13-33.

CARDIN, Valéria S.G. & ROCHA, Francielle L. **Do estupro corretivo**: a dupla vulnerabilidade da lesbiana. Disponível em <http://galdino.adv.br/site/artigos/download/page/4/id/231>

CAVALCANTI, V. R. S. & SILVA, A.C. Das alegorias possíveis: A educação faltando aulas?. **Contemporâtes**, Santo André, v. 4, pp. 1-5, 2019. Disponível em <http://revistacontemporates.com.br/2019/06/11/das-alegorias-possiveis-a-educacao-critica-para-e-pelos-direitos-humanos/?stmenuid=7787&stcategory=705>

CAVALCANTI, V.R.S. & GOMES, G.E.B.C. Violência(s) portas adentro: categorias relacionais como gênero e famílias em foco interdisciplinar. In: BASTOS, A.C.; MOREIRA, L.V.; PETRINI, G. & ALCÂNTARA, M.A. (Orgs.). **Família no Brasil**: Recurso para a pessoa e sociedade. Curitiba: Juruá, 2015, pp.313-338.

CAVALCANTI, V.R.S. & SILVA, A.C. Em que ponto estamos: urgências, emergências e pautas de educação e direitos humanos. In: GUIMARÃES,

F.; NEWTON, P. & BEZERRA, R.S. (Org.). **Direitos Humanos**: Desafios e perspectivas no mundo contemporâneo. Campina Grande: Ed. UEPB, 2018a, pp. 98-108. Disponível em www.editorarealize.com.br/revistas/ebook_conidih/trabalhos/ebook3_comunicacao.pdf

CAVALCANTI, V.R.S. & SILVA, A.C. Entre mundos e discursos em prol dos Direitos Humanos: enlaces, agendas e redes ampliadas. In: PANDO BALLESTEROS, M.P.; GARRIDO RODRÍGUEZ, P.& MUÑOZ RAMÍREZ, A. (Org.). **El cincuentenario de los Pactos Internacionales de Derechos Humanos de la ONU**. Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca, 2018b, pp. 447-459. Disponível em <https://edicionesusal.com/obra/978-84-9012-850-3/>

CAVALCANTI, V.R.S. “#Nenhuma a menos!”. **A Tarde**, Salvador, 8 de março de 2018, p. A3.

CAVALCANTI, V.R.S. Violências sobrepostas: contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças In: DIAS, Isabel (Org.). **Violência doméstica e de gênero**. Lisboa: Pactor, 2018, pp. p. 97-122.

COLLING, L. A emergência dos artivismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. **Sala Preta**, v. 18, n. 1, p. 152-167, jun. 2018. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/125684>

COLLING, Leandro & GARBELOTTO, Filipe de Campos. Como a **intersexualidade** implica o sistema jurídico e os direitos humanos? In: SOUZA, Wlaumir Doniseti de. **Xadrez à Luz do Sol: Direitos Humanos, Gênero e Etnia em Questão**. São Paulo: Paco Editora, 2019.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Violencia contra personas lesbianas, gays, bisexuales, trans e intersex en América**. (2015). Disponível em: <https://dds.cepal.org/redesoc/publicacion?id=4208> Acesso em 20/07/2019.

CROWLEY, K. & HEAD, B.W. The enduring challenge of ‘wicked problems’: revisiting Rittel and Webber. **Policy Sciences**, 2017, n. 50. Disponível em <https://doi.org/10.1007/s11077-017-9302-4>

CUNHA, Leandro Reinaldo da. A proteção constitucional da identidade de gênero. In: CUNHA Jr, Dirley; BORGES, Lázaro Alves & SANTOS, Yago (Orgs). **Os 30 anos da Constituição Federal de 1988**. Salvador: Paginae, 2018, pp. 83-90.

CUNHA, Leandro Reinaldo da. Direitos dos transgêneros sob a perspectiva europeia. **Debater a Europa**, v. 19, jul-dez. 2018, pp. 47-56. Disponível em https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/direitos_dos_transg%C3%A3Aneros_sob_perspetiva_europeia
Acesso em 26/08/2019

DAMASCENO, Ana Paula Pinto & BRANDÃO, Elaine Reis. “Estupro corretivo” como didática da violência sexual lesbofóbica. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva**, 2018, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Campinas, GALOÁ, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/saude-coletiva-2018/papers/---estupro-corretivo---como-didatica-da-violencia-sexual-lesbofobica>> Acesso em: 26 ago. 2019.

EFREM FILHO, Roberto. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, p. 311-340, Apr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000100311&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 Ago. 2019

ESTEVÃO, C.A.V. Democracia política, democracia escolar e educação para os direitos humanos. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 28-34, jan./abr. 2013. Disponível em <http://revistaeletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12296/8737>

ESTEVÃO, C.A.V. Educação para direitos humanos: uma proposta crítica. **Studia Historica. Historia Contemporânea**, Salamanca, v. 36, p. 161-170, dic. 2018. Disponible en: <<http://revistas.usal.es/index.php/0213-2087/article/view/shhc201836161170/19965>>. Acceso: 28 ago. 2019 doi:10.14201/shhc201836161170.

FACCHINI, Regina; FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos e violência de gênero no Brasil: apontamentos para o debate. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 04-05, set. 2016.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. O feminicídio e os embates das trincheiras feministas. **Revista Discursos Seditiosos: Crime, Direito e Sociedade**, v. Ano, v. 2016, pp. 95-106.

MAGGIO, Sérgio. Estupro corretivo em lésbicas é usado em clínicas da América do Sul. **Portal Metrópoles**, 21/09/2017. Disponível em: <https://www.metropoles.com/tipo-assim/estupro-corretivo-em-lembicas-e-usado-em-clinicas-da-america-do-sul/amp> Acesso em 20/08/2019

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Pacto de San José de Costa Rica**. San José: OEA, 1969.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felippe & DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil**: de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

RITTEL, H. W. J. & WEBBER, M. M. Dilemmas in a general theory of planning. **Policy Sciences**, 1973, 4(2), 155-169. Disponível em <https://doi.org/10.1007/BF01405730>

SEGATO, R.L. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Estudos Feministas**, 2005, v. 13, n. 2, pp. 265-285.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Coimbra: Almedina, 2011.

SILVA JÚNIOR, Enézio. **Assassinatos de Homossexuais e Travestis**: Retratos da Violência Homo(trans)fóbica. Curitiba: Instituto Memória, 2012. 222p.

SILVA, Flávia C. C. “**Apesar das vozes femininas que entram neste microfone aqui**”: discursos da grande mídia e do legislativo sobre estupro. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo). Salvador: PPGNEIM/: UFBA, 2019.

SOUZA, Wlaumir Doniseti de. **Xadrez à Luz do Sol: Direitos Humanos, Gênero e Etnia em Questão**. São Paulo: Paco Editora, 2019.

VARGAS, Soraya. Discriminación estatal de la población LGBT. Casos de transgresiones a los Derechos Humanos en Latinoamérica. **Soc. Econ.**, Cali, n. 25, p.183-204, Dec.2013. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-63572013000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Ago.2019.

ZALUAR, A. Oito temas para debate: Violência e segurança pública. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.º 38, 2002, pp. 19-24. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n38/n38a02.pdf>

II

Corpos e territórios

A mulher negra “trabalhadora” do tráfico de drogas: entre a vulnerabilidade e a sobrevivência na ilegalidade

*Maria G. Fernandes Escobar
Glaucíria Mota Brasil*

Introdução

Na contemporaneidade, as desigualdades sociais e econômicas se apresentam demarcadas por um quadro geral de vulnerabilidades que recortam o cotidiano de uma enorme parcela da população brasileira e se expressam por meio de uma de suas vertentes mais marcantes: a violência e o crime.

Assim, em um cenário de baixo desenvolvimento econômico, altas taxas de desemprego, redução de políticas sociais e da proteção social, uma parcela considerável da população acaba por se envolver em atividades ligadas a violência e ao crime, quer como vítima, quer como pessoa ativa.

O tráfico de drogas se apresenta na atualidade como um dos negócios mais lucrativos em todo o mundo, empregando um número considerável de pessoas em uma cadeia produtiva que vai desde a produção, a distribuição, a circulação e movimentando somas consideráveis de dinheiro¹.

No entanto, dentro deste circuito estão presentes diferentes camadas sociais demarcadas também por diferentes vulnerabilidades mantendo-se a distância da cifra de lucros

¹ De acordo com Feffermann (2017), a indústria de drogas ilegais movimenta mundialmente cerca de 400 bilhões de dólares por ano, o que corresponde a 8% do comércio internacional.

milionários e atuando como simples comerciantes de um negócio lucrativo, mas não para todos.

Nas periferias e em áreas degradadas de cidades brasileiras é possível encontrar pequenos comerciantes de drogas, notadamente crack, que realizam a venda da substância em suas próprias casas² e como forma de complementação da renda em nada se assemelhando com a atmosfera pesada e violenta do tráfico que estamos acostumados a visualizar nos noticiários televisivos.

Esta é mais uma das tantas formas de inserção de mulheres, a maioria negras, na atividade ilegal do tráfico de drogas como comerciantes varejistas, movimentando a economia do tráfico e possibilitando a elas e suas famílias uma renda mínima que garanta a subsistência tendo em vista a total ausência do Estado como garantidor de políticas públicas de geração de renda e inserção social a esta parcela da população que vivencia cotidianamente a exclusão e a invisibilidade próprias da “ralé brasileira” (SOUZA, 2009).

Na literatura que trata sobre drogas, não é difícil encontrar a relação com o tema das classes sociais, desigualdades e a questão repressiva que se manifesta de forma mais explícita nos chamados grupos sociais mais vulneráveis da população, os pobres e dentro desta categoria, a discriminação étnico-racial e de gênero. Adorno (2017) chama a atenção para “aqueles que, a partir de um lugar social, podem proteger tanto sua intimidade, como sua privacidade e que administram a temporalidade do desejo e do momento de uso...protegidos que estão das ações repressivas do estado pelo seu lugar de classe” (p. 60).

Muitos também são os estudos que relacionam a participação feminina no tráfico de drogas, a busca de visibilidade social, tendo em vista ser a atividade reconhecida primordialmente como “coisa de homem”. Para Barsinski (2012), participar do tráfico de drogas daria às mulheres traficantes a possibilidade de se distinguir de

² Como percebido por Maria Gomes Fernandes Escobar (anotações de caderno de campo), em pesquisa de doutorado em desenvolvimento em uma comunidade da cidade de Fortaleza (CE).

outras mulheres tornando-se mais visíveis ao desempenharem tarefas reconhecidas como masculinas. Outros autores, como Zaluar (1993), apontam a inserção de mulheres no tráfico de drogas subordinado a presença masculina nessas mesmas atividades.

Este artigo busca compreender como ocorre a intersecção entre as categorias gênero, raça/etnia e classe social por apontarem marcantes contrastes na sociedade brasileira e por serem questões que não se esgotam ao passo que se aprofundam as desigualdades sociais cada vez mais latentes.

Dados apontados por Rodrigues (2008) e coletados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEIA) dão conta de que a vulnerabilidade perante a violência é muito mais elevada entre a população de baixa renda, e os negros e pardos são sobre-representados entre essa população, da mesma forma que as mulheres negras apresentam os piores indicadores sociais. Já os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos a 2016 mostraram que entre os 10% mais pobres da população brasileira, 78,5% são negros (pretos ou pardos), contra 20,8% de brancos. Já entre os 10% mais ricos, a situação se inverte: 72,9% são brancos e 24,8% são negros.

Os contrastes apontados acima, aliados a questão do tráfico/comércio de drogas ilícitas apresentam diversas especificidades e é inegável que o tráfico de drogas se constitui cada vez mais em uma das únicas possibilidades de trabalho para essas categorias subalternizadas e as mulheres aparecem envolvidas nos mais diferentes momentos da rede de distribuição e consumo.

O objetivo deste estudo é, portanto, problematizar a vivência de mulheres pobres e negras, em sua relação com o tráfico de drogas como forma de trabalho e inserção no mundo do consumo.

Tal proposta busca chamar a atenção para essa parcela da população inserida em uma atividade ilegal, esquecida pelo Estado e que demanda a urgência de políticas públicas capazes de oportunizar caminhos outros que as afastem desse destino de classe

traçado para elas à muitas gerações e que seguem reproduzindo como verdade imutável.

Mulheres negras e o tráfico de drogas

A proibição e a regulação do comércio e dos usos de drogas é uma questão recente e essas vertentes diferenciam as formas clássicas e modernas de tratar tais questões. Nas palavras de Mountian (2017), nas formas clássicas, o uso de drogas não causava rejeição nas sociedades, sendo parte das tradições e práticas sociais. Já as formas modernas dessas práticas têm a desaprovação das autoridades e uma reação negativa do poder judicial, representando nesse sentido, uma mudança ideológica na compreensão de drogas.

Essa divisão também está presente, nem sempre de forma explícita, na diferença discursiva entre as substâncias que podem ser comercializadas/utilizadas e até mesmo prescritas em tratamentos médicos, e aquelas colocadas no rol da ilegalidade e assim nomeadas popularmente como “drogas”.

Importante ressaltar que a prescrição e o uso de drogas psiquiátricas ou psicotrópicas figura na atualidade como uma epidemia³ sendo as mulheres o grupo mais medicado. A elas são associadas ideias como falta de controle, dependência, vulnerabilidade, emocionalidade, características tidas como tipicamente femininas e que estão no ápice daquilo que passou a ser reconhecido como doença mental.

Em torno da questão das drogas ilícitas, diferentes linhas discursivas se alinham em uma perspectiva de criminalização dos envolvidos e apresentando como consequência mais nefasta o

³ No livro Anatomia de uma Epidemia (2017), Robert Whitaker aponta a existência de uma epidemia de doenças mentais incapacitantes induzidas pelos fármacos. Traçando uma linha histórica o autor expõem a trajetória do desenvolvimento das “pílulas mágicas” no âmbito da psiquiatria e mostra, a partir de dados da literatura científica, que não existem comprovações de que as drogas psiquiátricas melhorem a psicose em logo prazo, ao contrário, os indícios mostram que o uso contínuo dos remédios torna “[...] os paciente mais vulneráveis a psicose e as taxas de recuperação a longo prazo são mais altas entre pacientes não medicados” (p.129).

crescimento exponencial do encarceramento e da violência. Para Mountian (2017), os principais pilares discursivos sobre drogas são o discurso médico, em que o uso de drogas é visto como doença mental, o jurídico, do crime e os discursos religiosos, que veem o uso de drogas como pecado.

É justamente a correlação entre estes diferentes discursos que vai pautar os movimentos para regulação de drogas notadamente no final do século XIX e início do século XX. É nesse período que se observa a adoção de um arcabouço jurídico-diplomático internacional sob a égide da Liga das Nações e posteriormente das Nações Unidas visando não apenas a regulação, mas a proibição internacional dos usos não médicos de três das mais importantes plantas psicoativas da humanidade e seus derivados: papoula, coca e maconha (CARNEIRO, 2010).

Carneiro(2017), ainda relata a distinção das três grandes drogas lícitas (tabaco, álcool e café) e das três ilícitas (maconha, coca e papoula), de um conjunto enorme de produtos farmacêuticos; criou-se um monopólio médico-farmacêutico sobre certos fármacos, deixou outros disponíveis para adultos e proibiu um terceiro tipo para todos.

Tomando como exemplo o caso da papoula, sabe-se que desta planta é extraído o ópio e dele duas substâncias são fabricadas: a morfina, liberada para consumo a partir de prescrição médica e a heroína, proibida legalmente de ser comercializada. Mountian (2017) informa que o ópio era indicado para as demandas das mulheres como cólicas menstruais, parto, entre outros. A morfina era indicada também para distúrbios psíquicos, sendo que mulheres “histéricas” eram medicadas com a morfina injetável.

É possível perceber nesse contexto que a noção de histeria carrega em si elementos sexistas e preconceituosos sendo as mulheres apontadas como mais propensas à dependência de morfina, levando-se em consideração sua delicadeza.

Em relação ao uso de maconha e cocaína, as mulheres eram tidas como vítimas das drogas além de, por outro lado, serem tidas

como ameaça pela possibilidade de levarem os homens ao uso das substâncias tendo em vista seu “poder sedutor”.

Soihet (1989) afirma que historicamente às mulheres eram atribuídas características de extrema perfídia e dissimulação, além de serem consideradas infantis menos propensas ao ato de pensar. Nesse sentido, “a mulher sendo fraca como uma criança, teria necessidade instintiva de ser protegida” (p. 89).

No entanto, para a referida autora, as mulheres pobres não estavam no mesmo patamar daquelas pertencentes a burguesia colonial, mas era um estereótipo construído pelos valores da elite para manter a divisão de classes.

Assim, a divisão de família e de trabalho em que a mulher ficaria resguardada à vida do lar e o homem asseguraria o sustento da família trabalhando no espaço da rua não pode ser seguida pela organização familiar das populações pobres. Almeida (2001) informa que inúmeras mulheres eram “chefes de família”, sem situação conjugal definida e, apesar de cumprirem as tarefas domésticas, tinham que sair às ruas para ganhar o sustento, considerando que os homens também pobres, não podiam sozinhos, sustentar o lar e os filhos.

Esta realidade estendeu-se para o século XXI com a permanência de mulheres discriminadas e subordinadas em que a situação da mulher pobre e negra tornou-se ainda mais precária. No caso daquelas mulheres que se envolvem em crimes, estas estão condenadas a suportar a discriminação, o preconceito, e a injustiça por transgredirem as regras da tipificação feminina (ALMEIDA, 2001, p.30).

Assim, em relação a “feminização do drogado” visto como fraco, dependente, louco, como uma mulher, fica claro como as características ditas femininas estão interligadas nas formas como a questão do uso de drogas é encarado em relação às mulheres.

Além delas, outros grupos sociais minoritários e quase sempre marginalizados foram alvo de medidas de controle desde o

ínicio das primeiras ações de viés proibicionista e seguem assim até a atualidade.

No Brasil, de acordo com Macrae e Simões (2004), a primeira regulação que proibia a venda de maconha se deu na cidade do Rio de Janeiro, em 1830, frente ao contexto de controle da população negra, que assim como a população indígena, usava a substância para fins religiosos, recreativos, medicinais ou como estimulante físico.

É certo que ao longo do tempo, as condições sociais em que vivem tais populações permanecem cercadas pela desigualdade estando as mulheres que usam ou comercializam drogas sujeitas ao encarceramento feminino, perda/retirada dos filhos, além do efeito moral específico que se traduz em grande medida no isolamento social.

A narrativa que relaciona o comércio e o uso de drogas como elemento causador de todos os males sociais e de toda desigualdade que acompanha uma grande parcela da população necessita ser questionada a fim de identificar outros fatores envolvidos.

Escobar (2016), ao analisar o livro *Um preço muito alto* do neurocientista americano Carl Hart aponta que, segundo o autor, os problemas sociais enfrentados por ele e sua família como pobreza, violência e negligências familiares, já existiam e eram compartilhadas por comunidades negras e pobres americanas, muito antes do surgimento do crack.

Hart (2014) chama a atenção para a questão do racismo e o modo como essa discussão é tratada dentro do ambiente comunitário e em instituições que, por vezes, negam ao negro, e quase sempre pobre, pouca ou nenhuma oportunidade de ascensão e crescimento educacional, profissional e cultural. Na definição do autor, “o racismo é a crença de que diferenças sociais e culturais entre grupos são herdadas e imutáveis, tornando certos grupos inalteravelmente superiores a outros” (p. 23). A crença na inferioridade racial inata acaba por desempenhar importante papel na determinação dos comportamentos do grupo.

Escobar (2016) esclarece que,

na tentativa de provar que a pobreza, o racismo e a falta de oportunidades educacionais, profissionais e culturais são bem mais marcantes na vida e no destino das pessoas que o uso de drogas ilícitas, Hart se utiliza de sua própria história de vida de garoto negro, pobre, vivendo em um bairro negro do sul dos EUA, para apontar os fatores que segundo ele, foram protetivos e o impediram de seguir o mesmo caminho de tantos outros *brothers* que ingressaram em atividades ilícitas e acabaram presos ou mortos. Hart, ao contrário tornou-se um renomado cientista e longe de estabelecer um discurso meritocrático, expõem a presença de redes sociais e afetivas de apoio e as oportunidades que recebeu no esporte, nas forças armadas e nas universidades que o fizeram ter condições de seguir um outro caminho, mesmo diante das oportunidades do acesso e consumo de drogas. (ESCOBAR, p. 279, 2016)

Em linhas gerais, o que Carl Hart tenta deixar claro é que a questão das drogas não é a causa dos problemas sociais, da pobreza, do encarceramento e do racismo estrutural que agudizam o viver de um número expressivo de pessoas e sim, uma de suas consequências.

Em relação ao encarceramento feminino, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN Mulheres, lançado em 2017 com dados relativos a 2016, dá conta de uma população carcerária de 42.355 mulheres. Esse número coloca o Brasil como tendo a quarta maior população prisional feminina do mundo perdendo apenas para Estados Unidos, China e Rússia. Ainda segundo o levantamento, a expansão do encarceramento de mulheres no Brasil não encontra parâmetro de comparabilidade entre os demais países. No Brasil, em um período de 16 anos, entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento de mulheres aumentou em 455%.

Em relação ao perfil das mulheres encarceradas o relatório aponta a presença majoritária de uma população jovem e adulta perfazendo 89% de mulheres entre 18 e 45 anos.

Em relação aos dados acerca da raça, cor ou etnia, o levantamento afirma que 62% da população prisional feminina é composta por mulheres negras. Outro dado importante a ser observado é em relação a escolaridade, 66% da população prisional feminina ainda não acessou o ensino médio, tendo concluído, no máximo, o ensino fundamental. Apenas 15% da população prisional feminina concluiu o ensino médio.

Esses dados são importantes se observados conjuntamente com outro aspecto também apontado pelo levantamento, a questão da natureza dos crimes cometidos por mulheres. Nesse sentido, o tráfico de drogas corresponde a 62% das incidências penais pelas quais as mulheres privadas de liberdade foram condenadas ou aguardam julgamento em 2016, o que significa dizer que 3 em cada 5 mulheres que se encontram no sistema prisional respondem por crimes ligados ao tráfico de drogas.

Assim, de modo geral, pode-se dizer que as mulheres hoje encarceradas constituem uma população jovem e adulta, negra, com baixa escolaridade e tendo o tráfico de drogas como o maior causador das prisões e condenações. É certo que se trata do encarceramento de determinados grupos sociais o que nos dá a perspectiva de que são essas mesmas mulheres, pretas e pobres que realizam o comércio e o consumo de drogas de forma mais desprotegida, estando mais suscetíveis ao crivo da polícia e do sistema penal.

Certamente não são estas mulheres as únicas consumidoras ou comerciantes de drogas, é certo que mulheres brancas e integrantes das camadas mais abastadas socialmente também consomem e comercializam. No entanto, estas realizam tais ações protegidas em condomínios fechados nos quais a polícia somente entra com mandato e após investigação prévia.

Às mulheres populares, ao contrário estão inseridas na violência cotidiana também praticada pelo Estado e são elas as mais propícias ao encarceramento seletivo tão presente hoje na vivência dessa população marginalizada.

Carl Hart (2014), descrevendo o caso dos Estados Unidos, fala da retórica usada largamente no país para associar as drogas, no caso específico o crack, às populações negras e grupos minoritários. Aponta ainda que o encarceramento funciona para essas populações como uma punição que vai além das celas.

Ao voltar as suas comunidades, essas pessoas não estão mais preparadas para encontrar trabalho, se sustentar e às suas famílias. Pelo contrário, com ficha criminal e um vazio no currículo, fica ainda mais difícil achar emprego. (HART, 2014, p. 262)

Apesar das estatísticas apontarem um crescimento exponencial de mulheres encarceradas por tráfico de drogas e, como visto acima, já em 1993, Alba Zaluar defendia a tese de que essa atividade reproduz o sistema hierárquico de gênero da sociedade estando as mulheres geralmente subordinadas ao poder masculino, ocupando espaços secundários.

Nessa mesma vertente, Barcinski (2009), a partir de pesquisa realizada com ex-traficantes de cinco favelas cariocas, aponta que a maioria das mulheres entrevistadas exercia o papel de “vapor”, realizando a venda das drogas nas bocas-de-fumo das comunidades, função considerada de pouco prestígio na hierarquia do tráfico. Além das mulheres, crianças costumam ocupar essa mesma posição, fato que corrobora a não valorização dessa função.

O lugar da mulher criminosa, contraventora, “fora da lei” acaba por ser aquele lugar da desobediência, da anormalidade, “é uma construção das significações imaginárias sociais sobre sua história e sua visão de mundo fincadas na cultura da dominação masculina. Nesta cultura, não lhe cabe o crime...pois [o crime] leva a mulher para a visibilidade pública, quando seu lugar é o privado” (ALMEIDA, 2001, p. 177).

Esse lugar da mulher, no entanto vem cada vez mais sendo contestado e hoje observa-se um aumento considerável da participação das mulheres na população economicamente ativa ao mesmo tempo que se observa o aumento da maternidade solo e do

número de mulheres chefiando famílias, sobretudo nas camadas mais pobres da população.

Assim, em um cenário de desemprego generalizado, as mulheres, notadamente as pertencentes a classes subalternas, enfrentam inúmeras situações de risco, não reunindo condições de integração no mercado de trabalho formal, aspecto que é reforçado pela baixa escolaridade, essa mulher ainda se vê responsável pelo sustento dos filhos e de outros integrantes da família.

Essa vulnerabilidade social encontra no comércio de drogas uma saída ou no mínimo uma possibilidade de sobrevivência, ainda que problemática para as mulheres e suas famílias algo que é possível identificar a partir do incremento da atividade do tráfico de drogas e sua expansão, sendo o tráfico uma forma de inserção no trabalho, ainda que precário e ilícito.

Tráfico, mulheres e “trabalho”

O tráfico de drogas, como dito antes, é uma forma de inserção ilegal no mundo do trabalho e tem servido, em última instância para gerar lucros milionários a uma pequena parcela de grandes narcotraficantes às custas da exploração de milhares de pessoas que estão na base do sistema produtivo.

Esta base é composta, prioritariamente por populações pobres e/ou miseráveis que veem no comércio/tráfico de drogas uma possibilidade, ainda que precária, de inserção no mundo do trabalho, bem como nas relações de consumo.

Observa-se, conforme já exposto, que a pobreza alcança mulheres e homens de formas diferenciadas. Tal proposição nos leva a apontar uma tendência já constatada em estudos anteriores (SILVA, OSTERNE, 2012), a vinculação da pobreza à condição de gênero, expressa no aumento progressivo das taxas de pobreza entre as mulheres.

Elas, mesmo quando inseridas formalmente no mercado de trabalho, ocupam uma posição que se entrelaça aos papéis sociais a

elas atribuídos, tais como, de mães, esposas. Logo, via de regra, os ganhos obtidos por meio do trabalho produtivo não são enquadrados como renda familiar principal, mas, tão somente, como rendimento complementar.

Assim é que é possível interligar a questão da pobreza entre mulheres ao modo como elas se inserem no mercado de trabalho compreendendo que entre elas prevalecem os trabalhos em período parcial, temporários, precários e informais. Além disso, as mulheres pobres e quase sempre negras, via de regra, encontram-se no exercício de ocupações que exigem menos qualificação e que, consequentemente, oferecem salários mais baixos.

Saffioti (1986) deixa claro que o trabalho feminino ganhou projeção na sociedade capitalista, no entanto a autora salienta que as mudanças ocorridas com o advento do modo de produção capitalista apenas evidenciaram as funções econômicas das mulheres que já desempenhavam atividades laborais fora do lar.

É possível determinar, portanto que a divisão sexual do trabalho contextualiza-se como anterior à Revolução Industrial. No entanto, foi a partir do surgimento e fortalecimento do capitalismo que a divisão sexual do trabalho se reorganizou e se intensificou, tendo como fator fundamental o domínio do trabalho-mercadoria. Sob esta lógica, coube aos homens o desenvolvimento das tarefas produtivas e remuneradas, a vida política e o mundo da científicidade e cultura. Às mulheres ficaram destinadas as esferas privadas, domésticas, tidas como secundárias e de pouca relevância (SILVA, OSTERNE, 2012).

É inconteste que a partir da Revolução Industrial as mulheres alcançaram paulatinamente maior inserção no mercado de trabalho, mas, por outro lado, foi crescente a sua exploração, principalmente no que se refere a dupla jornada de trabalho imposta a elas que, mesmo exercendo atividades laborais fora de casa, continuaram a ser responsáveis pelas atividades domésticas.

Por outro lado, o que se observa de forma crescente é a inserção das mulheres no setor informal da economia o que reflete

a existência de relações de trabalho precárias, que, no entanto, permitem às mulheres que estas continuem a exercer sua “natural” função de cuidadora dos filhos, dos netos, dos idosos, atividades estas que permanecem sob sua responsabilidade.

Assim é que as mulheres passam a ser duramente atingidas em momentos de crise econômica, política e social como a vivenciada atualmente. Hoje, o desemprego estrutural ganha configurações perversas no Brasil dos ajustes e dos cortes orçamentários em que se observa a precarização da renda, a destituição dos direitos trabalhistas, o desmonte do sistema de proteção social em uma agenda de minimização do Estado e pouco ou nenhum investimento em políticas públicas garantidoras de direitos.

Na atual conjuntura política e econômica do País, a tendência que se consolida é de cortes e ajustes em programas sociais, na saúde, na educação em um acirramento das “contra-reformas⁴” do Estado. A partir da manutenção dessa tendência política, têm-se a perspectiva do acirramento da pobreza e suas correlações em um ciclo de desfiliação, tragédia social e violência.

Assim é que uma enorme parcela da população é lançada para a economia informal. O que se apresenta mediante as determinações econômicas do modo de produção capitalista, é que essas populações dificilmente encontrarão lugar no mundo do trabalho que não seja aquele lugar da marginalidade, da exploração e desqualificação tão latentes a populações “socialmente indesejáveis”.

Para Carvalho (2001), nos percursos seletivos de inserção do Brasil à nova ordem do capital, uma parte significativa da população brasileira não tem um lugar social, uma posição social reconhecida e valorizada.

⁴ Elaine Rossetti Behring (2008) aponta os caminhos dessa contra-reforma, que não é nova, mas que agora se apresenta de modo mais contundente, diz a autora: “A contra-reforma deverá seguir por alguns caminhos: ajuste fiscal duradouro; reformas econômicas orientadas para o mercado – abertura comercial e privatizações - , acompanhadas de uma política industrial e tecnológica que fortaleça a competitividade da indústria nacional; reforma da Previdência Social; inovação dos instrumentos de política social; e reforma do aparelho do Estado, aumentando sua eficiência”(p.178).

Concretamente, significa estar privado de formas e tipos de trabalho onde o trabalhador possa afirmar sua identidade como cidadão, viabilizando seu acesso a bens e serviços sociais, dentro de um padrão de vida digno, que propicie sua efetiva inserção na vida social. Logo, no limite, é uma exclusão social que significa não ter acesso aos mais elementares bens, serviços e redes sócio-relacionais, ficando imerso na precariedade da vida que não permite a realização humana (CARVALHO, 2001, p.15).

Assim é que um número cada vez maior de pessoas se envolve nas diferentes etapas que perfazem o que denominamos tráfico de drogas desde a produção/ fabricação, o refinamento, a distribuição e a comercialização.

Em estudo etnográfico que se encontra em andamento, em uma comunidade periférica na cidade de Fortaleza, Escobar (2019) aponta como dado preliminar a existência de uma rede de pequenos comerciantes de drogas, principalmente o crack que movimenta o comércio e as relações de consumo e acesso a bens dentro da comunidade, sem no entanto envolver de forma explícita a violência e tendo como principais agentes, mulheres, a maioria negras.

O observado é que esses pequenos comerciantes são também compostos de “trabalhadoras” do comércio varejista de crack e possuem um fornecedor que realiza com elas um contrato verbal, informal que preza pelo sigilo e pela lealdade. Em suas casas, essas mulheres acabam por improvisar pequenos pontos de venda sendo a concorrência o principal problema enfrentado por elas. A concorrência faz ainda com que o lucro, para elas, pela venda do crack seja modesto tendo em vista a quantidade de vendedoras que não usam armas nem parecem ameaçadoras, em contraste com as imagens amplamente divulgadas dos traficantes e seu aparato bélico.

Essa aparência não violenta, no entanto não livra essas mulheres do risco por estarem exercendo uma atividade ilegal, no interior de suas residências, sendo passíveis de, a qualquer hora, serem abordadas e presas em flagrante pela polícia.

Assim, a atividade do tráfico de drogas acaba por não oferecer, a essas mulheres em questão, a ascensão social, a conquista de status dentro da comunidade e/ou a rentabilidade tão propalada. Essas mulheres estão no patamar mais baixo da pirâmide do tráfico de drogas em uma condição de marginalidade na luta pela sobrevivência.

Um dado importante, apontado por Oliveira (2009), é a existência de uma realidade de precarização no interior do tráfico de drogas no tocante a flexibilidade de suas rotinas. O trabalhador do tráfico vive em função do trabalho, o qual ocupa uma posição de indissociabilidade em relação a suas vidas pessoais. Para alcançar lucro, trabalham dia e noite, totalmente à disposição do mercado. No caso das mulheres observadas, como a venda ocorre em suas casas, a rotina da venda as mantém “presas” a esse ambiente, sendo a saída entendida como perda de dinheiro e de clientes.

É assim que as mulheres pobres, quase sempre negras, sem marido, muitas delas mães e/ou avós entram na lógica da anormalidade, sendo consideradas por muitos como seres mutilados, suspeitos, que ameaçam a ordem moral e a quem, por conseguinte, o Estado deve manter sob tutela severa.

Para tanto são criados os programas de transferência de renda que, quando as alcançam as transformam, na perspectiva de muitos, em “parasitas sociais” que vivem “às expensas do Estado” e inculcam nos seus filhos e netos hábitos de mendicância e vadiagem.

Assim, Wacquant (2007) considera que essas mulheres carentes/vulneráveis, quer se voltem para o Estado ou para o mercado de trabalho, encontram-se condenadas à pobreza crônica, uma pobreza que no Brasil, também é negra, tal como a pobreza estadunidense estudada pelo autor.

Considerações finais

A construção desse estudo buscou, em linhas gerais, apontar alguns aspectos importantes que precisam ser observados quando se coloca em tela a questão da inserção da mulher negra no mercado

de trabalho, no caso específico, nas atividades gestadas pelo tráfico de drogas.

Esse campo discursivo, apresenta-se saturado de visões morais, religiosas, médicas que focam as abordagens, via de regra a ações policiais, de culpabilização e responsabilização unicamente dos indivíduos que “insistem em permanecer em uma atividade perigosa, além de ilegal”. Esse modo de encarar o comércio de drogas, não observando as nuances e a totalidade das questões envolvidas acaba por lançar uma importante parcela da população em situações de extrema vulnerabilidade, encarceramento e morte, em uma onda punitiva sem precedentes.

A culpabilização desses indivíduos acaba por legitimar a ausência do Estado como garantidor de direitos sociais e por esconder o real problema enfrentado por essas populações qual seja, o desemprego e o racismo estrutural e a perda sistemática de direitos.

No Brasil, apesar de todas as conquistas sociais elencadas a partir da Constituição de 1988, ainda se percebe a manutenção de velhas condutas e o adensamento das desigualdades que colocam em patamar de inferioridade o pobre, o negro, a mulher e o homossexual.

Nesse sentido, uma parcela cada vez maior de mulheres, negras em sua maioria, se veem lançadas a atividades precárias, pouco ou nada recompensadoras na busca da garantia para elas e para os seus, da sobrevivência. É assim que estas mulheres são inseridas no circuito do tráfico de drogas atuando via de regra e como já apontado, como vendedoras varejistas.

Esse “trabalho”, no entanto é permeado por relações de subalternidade, preconceito e violência próprias da sociedade patriarcal, desigual e racista na qual vivemos.

Não se pretende aqui, como já enfatizado por Escobar (2016) retirar das mulheres a responsabilidade por suas escolhas de vida e nem tão pouco vitimizá-las reduzindo a questão a aspectos rasteiros. O que se pretende é, além de problematizar o objeto de estudo, trazê-lo à superfície; uma vez que não se pode ignorar a determinação social que permeia suas vivências.

Vivemos atualmente em uma sociedade dominada pelo consumo com a violência e o ódio instalados nos seus mais diferentes campos e não podemos nos furtar de abordar recortes da realidade de determinadas camadas sociais que sofrem de forma ainda mais intensa a exclusão, o preconceito, a marginalidade e a violência como é o caso específico das mulheres negras, pobres, de baixa escolaridade, moradoras de territórios vulneráveis que fazem da inserção no tráfico de drogas um meio de sobrevivência.

Referências

- ALMEIDA, R de O. **Mulheres que matam:** universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.
- ADORNO, R. **Sobre drogas, rua e autonomia:** entre razões repressivas e razões sanitárias. In: FIGUEIREDO, R; FEFFERMANN, M; ADORNO, R (Orgs). Drogas e sociedade contemporânea: perspectivas pra além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017.
- BEHRING, E, B. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.
- BARCINSKI, M. **Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas.** Revista Ciência e Saúde Coletiva, 14(5), p.1843-1853, 2009.
- _____. **Mulheres no tráfico de drogas:** a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. Contextos Clínicos, 5(1), p.52-61, Jan./Jun.2012.
- CARNEIRO, H. **Bebida, abstinência e temperança na história antiga e moderna.** São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2010.
- _____. **O uso das drogas como impulso humano e a crise do proibicionismo.** In: FIGUEIREDO, R; FEFFERMANN, M; ADORNO, R (Orgs). Drogas e sociedade contemporânea: perspectivas pra além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017.

CARVALHO, A. M. P de. **O Estado no percurso do Ajuste:** a arquitetura de um desmonte no “Brasil Real” In: Olhares Contemporâneos: cenas do mundo em discussão na Universidade de Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

CASTRO, M. G. **Feminização da pobreza em cenário neoliberal.** In: I Conferência Estadual da Mulher. Rio Grande do Sul: Coordenadoria Estadual da Mulher, 1999.

ESCOBAR, M, G, F. **No meio do caminho tinha uma "pedra":** estudo sobre o uso do crack por mulheres pobres da comunidade Jardim Fluminense na cidade de Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2016.

_____. **Carl Hart. Um preço muito alto:** a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre drogas. O público e o privado, n.28, p. 277 - 287, Jul./Dez.2016.

_____. Texto de qualificação (Doutorado em Sociologia) – Centro de Estudos Sociais Aplicados/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2019.

FEFFERMANN, M. **O joven/adolescente “trabalhador” do tráfico de drogas.** In: FIGUEIREDO, R; FEFFERMANN, M; ADORNO, R (Orgs). Drogas e sociedade contemporânea: perspectivas pra além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017.

HART, C. **Um preço muito alto:** a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre drogas. Tradução Clóvis Marques. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MACRAE, E.; SIMÕES, J.A. **Rodas de fumo:** o uso da maconha entre camadas médias urbanas. Salvador: EDUFBA, 2004.

MOUNTIAN, I. **Política de drogas e intersecções de gênero, raça e sexualidade.** In: FIGUEIREDO, R; FEFFERMANN, M; ADORNO, R (Orgs). Drogas e sociedade contemporânea: perspectivas pra além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017.

OLIVEIRA, J.E.S. **Novas fronteiras do trabalho:** vivências “a margem” dos trabalhadores do tráfico de drogas. [Mestrado]. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SAFFIOTI, H.I.B. **Inserção da mulher na força de trabalho brasileira:** períodos de prosperidade e períodos de crise econômica no Brasil: 1872-1982. Rio de Janeiro: XVI Congresso Latino – Americano de Sociologia, 1986.

SANTOS, T; ROSA, da (Orgs). **Levantamento nacional de informações penitenciárias INFOPEN Mulheres.** 2 ed. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

RODRIGUES, A. S. **Raça, gênero e sistema prisional:** relato de experiências com mulheres negras que cumprem penas em regime aberto ou semi-aberto. Revista África e Africanidades - Ano I - n. 3 - Nov. 2008 - ISSN 1983-2354.

SILVA, M, R; OSTERNE, M do S, F. **Mulher, sinônimo de pobreza?** Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 25, n. 1 - Jan./Jun. 2012.

SOIHET, R. **Condição feminina e formas de violência:** mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, J. **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Colaboradores André Grillo [et al.] – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ZALUAR, A. **Women of gangsters:** Chronicle of a less-than-musical city. Estudos Feministas,1(1), p.135-142, 1993.

WACQUANT, L. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WACQUANT, L. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]. Rio de Janeiro: Revan, 3 ed. 2007.

WHITAKER, R. Anatomia de uma epidemia: pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

Influência das redes sociais sobre pessoas privadas de acesso à internet: os padrões de beleza como ferramentas de poder no sistema prisional feminino

Marjuliê Angonese

Introdução

O objetivo deste artigo é propor uma discussão sobre qual a influência das redes sociais digitais em pessoas que estão privadas do acesso à internet. Para tanto, a intenção é iniciar um debate sobre como padrões de beleza criados e reforçados pelas redes sociais afetam as forças que pressionam a subjetivação das detentas do regime fechado no Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier, em Porto Alegre.

Localizado no bairro Teresópolis, o prédio cor de rosa construído pelas Irmãs do Bom Pastor em 1936 já abrigou a Escola de Reforma (até 1939), o Reformatório de Mulheres Criminosas (até 1949), o Instituto Feminino de Readaptação Social (até 1969) e, por fim, a Penitenciária Feminina Madre Pelletier – que teve seu nome alterado por decreto do governador, em 2016, para Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier (KARPOWICZ, 2017). O Madre Pelletier, considerada a primeira prisão feminina do Brasil, também foi utilizado como local de abrigamento das presas políticas durante o período da ditadura no Brasil, onde foram praticadas torturas.

Nesse lugar, estão hoje mais de duas centenas de presas, cujas subjetivações (DELEUZE, 2005) são pressionadas por diversos estratos, internos e externos ao Madre Pelletier. Um deles é o poder

capitalístico (GUATTARI; ROLNIK, 1996), que exerce pressões sob diversas formas, entre elas, a de padrões de beleza, especialmente sobre as mulheres. Como resultado da pesquisa exploratória realizada para este estudo, foi possível vislumbrar a subjetivação do padrão de beleza ocidental presente nas redes sociais por parte das presas, bem como a ideia de *feminilidade* (SANTOS, 2016; CHRISLER; SALTZBERG, 1995) e a docilização dos corpos (FOUCAULT, 1997) como estratégias utilizadas não apenas pelo sistema penitenciário para a execução da pena, mas também pelas próprias detentas para o seu cumprimento. Ainda, cabe destacar a compreensão que as internas do Presídio fazem de si enquanto mulheres (BEAUVOIR, 2009), abordando o Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier como um sistema auto-eco-organizado (MORIN, 2011).

Compreender as pressões que estratos como o padrão de beleza e o poder capitalístico exercem sobre a subjetivação de mulheres encarceradas e de que forma essas forças são utilizadas para a docilização dos corpos pode auxiliar no entendimento da situação das mulheres não apenas dentro do presídio. O estudo sobre os cerceamentos, simbólicos ou não, a que estão submetidas as mulheres auxilia na construção de uma sociedade democrática de direito verdadeiramente igualitária. Entender a influência das redes sociais digitais sobre pessoas que estão privadas de acesso a elas torna-se, assim, um estudo de interesse para o campo da Comunicação.

As redes sociais digitais podem influenciar a vida de todos, mesmo daqueles que estejam privados de acesso à internet. Em se tratando do sistema carcerário feminino – produto do sistema capitalístico e da sociedade patriarcal –, uma das forças presentes é o padrão de beleza. Assim, propomos um debate acerca da importância dos padrões de beleza ocidental manifestos nas redes sociais digitais sobre as forças que pressionam a subjetivação das mulheres encarceradas no Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier e de que maneira essas forças são utilizadas para a docilização dos corpos.

Os objetivos norteadores deste estudo foram analisar de que maneira o padrão de beleza, enquanto força homogeneizante, se

constitui como ferramenta para a docilização dos corpos, bem como verificar como os padrões de beleza apresentados nas redes sociais digitais pressionam a subjetivação das detentas deste sistema. Além disso, identificar como o poder capitalístico influencia tanto a subjetivação das apenadas como a manutenção do sistema Madre Pelletier.

A metodologia empregada para a realização deste estudo foi a análise de discurso de entrevistas em profundidade, em virtude da melhor compreensão dos processos de subjetivação e sua manifestação por meio da performance que esta técnica dispõe em relação a outros métodos. Como o objetivo foi compreender de que forma se manifestam as relações de poder que pressionam os sujeitos, a análise de discurso foi elaborada a partir da aplicação de conceitos de Foucault (2016), Pêcheux (2015) e Orlandi (2015).

Isso porque, conforme Foucault (2016), a sexualidade e a política são os alvos preferidos do discurso das instituições, especialmente para provocar interdições sobre os sujeitos. Ele enfatiza que o discurso não é apenas o que traduz as lutas ou o sistema de dominação, mas também o próprio poder do qual os sujeitos querem se apoderar. “O que está em jogo, senão o desejo e o poder?” (2016, p. 19).

A escolha pela análise de discurso conforme os preceitos de Pêcheux (2015) para a compreensão do objeto em tela se dá em virtude da possibilidade de interpretações sobre de que forma se dão as significações dos sujeitos a partir do poder e da ideologia. Em se tratando de uma pesquisa na qual os discursos de mulheres encarceradas foram analisados, a metodologia proposta por Pêcheux (2015) se traduz em importante instrumento a ser aplicado porque relativiza o conhecimento do sujeito falante sobre o que ele fala.

Padrão de beleza das detentas

A aproximação ao sistema do qual trata este artigo ocorreu em 02 de agosto de 2018. Naquele dia, a casa prisional, sob administração não mais da Igreja Católica e sim da

Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), atendia 212 internas (127 provisórias e 85 condenadas); dessas, sete pertenciam à unidade materno infantil – gestantes a partir do sétimo mês de gravidez e mães de bebês com até um ano de idade. Ainda, 25 se encontravam na galeria B4, que abriga presas cujas vidas correm risco em virtude dos crimes praticados, a maioria cometida contra crianças. Aproximadamente 80% do total de mulheres estavam encarceradas pelo crime de tráfico de drogas, conforme a direção da casa prisional. O Madre Pelletier já esteve superlotado em 2010 (com o triplo da capacidade, mais de 600 presas).

Durante a pesquisa exploratória, foi possível perceber que as presas têm, eventualmente, acesso a celulares de maneira clandestina. Também ficou evidente que programas de televisão fazem parte da rotina das detentas e que elas podem comprar produtos de beleza a partir da oferta em catálogos de marcas populares como Avon e Natura, por exemplo. Mais adiante, essas práticas serão descritas.

Duas presas se voluntariaram a serem entrevistadas. As conversas, gravadas em áudio, foram realizadas dentro da sala da direção, que fica a poucos metros da cozinha, onde ambas trabalhavam naquele momento. Com assentimento das apenadas, os diálogos foram acompanhados pelo diretor do Departamento de Segurança, Levington Garcia, e pelo promotor de Justiça responsável pela fiscalização da casa prisional, além de um agente da segurança institucional do Ministério Público Estadual. As identidades das entrevistadas serão mantidas em anonimato.

A primeira entrevistada tinha 46 anos e apareceu com os cabelos pretos dentro de uma touca cirúrgica branca e avental de cozinha. Ela estava maquiada: um traço fino preto abaixo dos olhos, rímel nos cílios, sobrancelhas finas depiladas, batom vermelho gasto possivelmente por ter comido algo durante a manhã. A mulher trazia um pequeno piercing de bolinha prateado na narina esquerda e, quando falava, deixava aparecer outro piercing, atravessando a língua ao meio. “Essa é uma regra que eu quebrei, eu não consigo

me desfazer, já me foi pedido pra tirar, mas no meu entendimento, não me afeta [no trabalho na cozinha]”, disse.

Como o trabalho na cozinha é realizado estritamente por detentas, o cuidado com a aparência não serviria ao propósito de atrair a atenção do sexo oposto. No entanto, a sociedade patriarcal capitalística deixa marcas na conduta que perduram desde a infância. Ainda pequenas, muitas meninas já são ensinadas e incentivadas não apenas para o autocuidado em relação à aparência, mas ao uso de maquiagens “leves”, que vão se complexificando e ganhando tons mais fortes à medida em que a puberdade avança. Ainda, há que levar em conta a força exercida sobre as subjetivações femininas por parte do mercado publicitário, que estimula o consumo de produtos de beleza (kits atrelados às imagens de princesas da Disney, como Cinderela e Aurora, por exemplo) por crianças a partir de três anos de idade.

O uso de piercings pela primeira entrevistada ainda revela um desejo de ser diferente, o que também perpassa a modificação dos corpos, algo proveniente de subculturas e que foi transformado em *mainstream* (ANGONESE, 2018). Nesse sentido, é importante destacar que a busca para adequação ao padrão de beleza (ocidental) é tão importante que se torna também um campo da medicina. Em 2016, por exemplo, conforme a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, foram realizadas 839.288 cirurgias (57% do total de procedimentos cirúrgicos de todo o país). O aumento de mamas ainda é o procedimento mais realizado no Brasil, seguido de lipoaspiração. Um comércio médico que explora as vaidades.

A vaidade, sentimento incentivado por plataformas como o *Instagram* e suas “musas fitness”, por exemplo, é apontada pela entrevistada como uma marca permanente, que não se apagou quando entrou na prisão. Quando questionada sobre o porquê de estar maquiada mesmo para trabalhar na cozinha, ela respondeu: “é que eu sou bem vaidosa, sabe? Apesar de todo o tempo em que eu tô no cárcere, eu nunca perdi minha vontade de me embelezar”. Os cuidados que ela toma diariamente são “fazer cabelo, fazer unha, me

maquiar, fazer maquiagem, usar um bom hidratante, essas coisas eu tenho". Além disso, ela contou que existe um salão de beleza (FIG. 1 e 2), fechado no dia da pesquisa exploratória porque a detenta que trabalha no local foi enviada ao castigo por ter vendido um celular a outra presa. Esse é um indício de que esses aparelhos, apesar de sua presença vedada pela Lei de Execuções Penais em casas prisionais, estão presentes no cotidiano do Madre Pelletier. Outro indicativo foi que, ao passar próximo ao local onde ficam as presas que estão de castigo, o Diretor de Segurança informou que uma delas – que lhe chamou constantemente até que fosse atendida – estava naquele local porque tinha sido flagrada com um celular.



Figura 1 – Bancada de corte de cabelo do salão de beleza

Fonte: a autora

Em relação ao salão de beleza, cada dia da semana está reservado para uma das galerias, mas é preciso agendar. “Aí tu marca, faz limpeza de pele, sobrancelha, cabelo, tudo vai do teu poder aquisitivo [...] sobrancelha é 10 [reais], unha é 15, corte de 15 a 25, e também dá pra fazer chapinha, alisamento químico... eu não faço, mas tem acesso”, contou. Os valores são pagos diretamente à detenta que trabalha no salão.

O capitalismo que mantém a vaidade da presa é o mesmo que a inseriu no sistema carcerário. Ela foi condenada a 17 anos de prisão inicialmente em regime fechado pela Justiça Federal pelos crimes de participação em organização criminosa, tráfico e produção de entorpecentes. A mulher tem quatro filhos e três netos, mas apenas o filho mais novo a visita. A autoestima é, para ela, importante especialmente no momento de receber visitas, dia “que a gente espera nossos familiares, nossos filhos, que a gente coloca uma roupinha mais bonita, porque agora trabalhando a gente tá de touca, de avental, mas dia de visita é dia que a gente se arruma mais”.

Ao ser perguntada sobre qual o papel desse tipo de cuidado com a imagem, a presidiária respondeu:

isso nos renova, dia a dia, nossa autoestima, entendeu, nos deixa mais fortalecidas, porque, apesar de nós estar em cárcere, nós não perdemos a vaidade; isso nos proporciona alegria, nos sentimos viva, porque toda mulher gosta de tá maquiada, bem cheirosa, de cabelo arrumado, isso nos traz uma leveza dentro do sistema.



FIGURA 2 – Tintura de cabelo e alisamento químico são serviços prestados no salão

Fonte: a autora

A detenta relatou que tem, em sua cela, na Galeria C (a das trabalhadoras), “meus batons, meu rímel, meu blush, agora tô sem esmalte porque eu não tô usando [em virtude do trabalho na cozinha]”. A mulher explicou que, como não pode receber das visitas esse tipo de item, a cantineira, através de uma negociação com a Susepe, faz circular, semanalmente, os catálogos de marcas populares que os vendem. “Nos permite comprar um batom, um rímel, lápis de olho, as coisas que ela mesmo vende, tem Avon, tem Natura, do preço do livrinho mesmo; a gente faz a lista da cantina nessa semana para vir na semana que vem”. Os produtos são pagos com dinheiro em espécie, fornecido através do trabalho prisional remunerado ou pelos familiares.

Durante a entrevista, o diretor do Departamento de Segurança considerou produtos de beleza, diferentemente do que ocorre em um presídio masculino, como “itens de primeira necessidade”. Essa construção social vai ao encontro ao que diz Beauvoir (2009): não se nasce mulher, torna-se. Para além das atitudes ensinadas como adequadas à norma, desde a primeira infância existem imposições culturais reforçadas pelo núcleo familiar, como o uso de roupas (saias e vestidos) e cores específicas para meninas (rosa e seus matizes). Garotos que usam cabelo comprido quando na primeira infância são, comumente, identificados como meninas. O mesmo ocorre quando bebês do sexo masculino usam macacões cor de rosa. Esses padrões são reforçados a partir de conteúdos presentes nas redes sociais digitais, especialmente o *Instagram* e o *Facebook*, conteúdos que também são divulgados em programas de televisão, como os que tratam do cotidiano de celebridades e subcelebridades. Na grade da Record TV, muito assistida pelas detentas (que podem ter aparelhos de televisão nas celas), há atrações como o Programa da Sabrina – ela própria uma celebridade surgida de um *reality show*. Na programação da Rede TV!, existe o TV Fama, em horário nobre, e o A Tarde É Sua, que também retrata o cotidiano de celebridades e os bastidores de novelas de outras emissoras. Além disso, na TV Globo, a novela do

horário nobre retrata o cotidiano atual, marcado, como diz Maffesoli (1996), pela “ética da estética”.

Mulheres que foram encarceradas quebraram duplamente as regras sociais: tanto as previstas em lei como delitos quanto as impressas no código velado patriarcal que impõe a elas condutas dóceis e de cuidado com o outro, sem praticar atitudes “de risco”. Esse código é reforçado, por exemplo, pela indústria de brinquedos, que expõe determinações sobre brincadeiras “adequadas” para meninos e para meninas, desde tarefas domésticas a profissões. Isso se revelará importante no mercado de trabalho, já que, conforme levantamento realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego em fevereiro de 2018, a principal ocupação das mulheres é como auxiliar de escritório, assistentes administrativas e professoras de Ensino Fundamental, Médio e de Jovens e Adultos. Profissões com as quais muitas costumaram “brincar de ser” quando crianças e que estão ligadas a “obedecer a ordens” e “cuidar”. Cenário semelhante, por exemplo, se vislumbra em relação aos cursos de graduação. Conforme o Censo da Educação Superior de 2015, a principal escolha das mulheres é pela Pedagogia (608 mil), enquanto que, para os homens, é pelo Direito (381 mil). Isso reforça a ideia da manutenção do estereótipo de que educar crianças e adolescentes é tarefa feminina. As mulheres apenadas não seguiram as ordens e, ao serem presas, não poderão mais cuidar de sua família – não em um convívio cotidiano, ao menos.

O distanciamento do filho mais novo é o que mais aparece como sofrimento da segunda presa entrevistada, que se apresentou de forma distinta. Com 39 anos, não está maquiada, apenas com a sobrancelha feita. Também veste touca e avental por cima das roupas. Assim como a primeira entrevistada, esta é a sua segunda vez no Madre Pelletier. Foi condenada a 31 anos de prisão pela morte e tortura do filho de dois anos. O crime ocorreu em 2004. Como ela mesma afirma, “mora” na galeria B4, que chama de “Seguro”, onde ficam outras 24 detentas cujos crimes foram praticados contra

crianças. Há um ano, começou a trabalhar na cozinha (FIG. 3), apesar da relutância por medo da reação das outras colegas.



FIGURA 3 – Cozinha para preparo das refeições das presas

Fonte: a autora

Quando perguntada se consome os serviços do salão de beleza, a apenada respondeu que não. “Eu faço em particular, eu mesma gosto de fazer; eu faço pedicure, mão, cabelo, quando eu posso e quando tenho tempo, que agora eu não tenho tempo, graças a Deus, porque eu trabalho, o que é muito bem-vindo. Em primeiro lugar, pra mim, é o trabalho, e o restante é sequência”, pontuou. À pergunta sobre o que mudou em relação ao seu sentimento sobre ser mulher quando foi encarcerada, ela disse: “vou ser bem sincera como sempre: eu realmente não penso nisso, eu só não enlouqueci porque eu tento me manter calma”.

Ao ser questionada sobre como é sua relação com a autoestima, passados já 14 anos da morte de seu filho e 12 anos da primeira condenação, ela responde: “não sei”, e diz que nunca parou para pensar nisso. “Autoestima, pra mim, é quando eu penso nos meus filhos, quando eu vejo o [filho caçula, de seis anos], eu penso ‘meu Deus, será que eu mereço?’ Porque ele é lindo, lindo, lindo,

lindo, em tudo”. Perguntada se ela se maquia quando o companheiro a vem visitar (seu segundo marido, pai do filho menor), ela afirma que só às vezes, “quando eu tô a fim”.

Em relação às visitas íntimas, ela explica: “eu tenho, mas eu não sinto falta. Eu sinto falta de ver o meu filho e os irmãozinhos dele também, isso, sim, eu sinto muita falta”. Além do filho do qual é acusada de ter matado, a presa tem outros dois, adolescentes, que vivem com a irmã do primeiro marido, pai dos três, que também cumpre pena pelo mesmo crime.

A mulher chora quando perguntada se os outros filhos a visitam: “eles estudam, eles trabalham, e eu acho que aqui não é lugar pra eles, não é lugar nem pro [caçula] né; ele ficou doente da primeira vez que ele veio aqui, ele fez febre três vezes [nas três vezes em que o menino a foi visitar], eu falei pro pai dele que se ele fizesse febre na quarta vez, ‘tu não traz mais’, mas daí não teve”. Com o ensino fundamental completo, a entrevistada concluiu o Ensino Médio por meio do Enceja e “agora só falta passar no Enem [fala sorrindo]”.

Como se pode perceber a partir da pesquisa exploratória, os estereótipos e a busca pela adequação ao padrão de beleza ocidental não desaparecem quando as mulheres ingressam em organizações criminosas ou ao serem encarceradas, mesmo que isso se demonstre de forma mais atenuada nas falas da segunda entrevistada. Em sociedades capitalísticas e patriarciais, os padrões de beleza e feminilidade podem ter como propósitos o controle da sexualidade e a docilização dos corpos (FOUCAULT, 1999; 1997). O ingresso legalizado de maquiagens e outros itens correlatos, a manutenção de um salão de beleza com esquema organizado de marcação de agenda por Galerias, o incentivo do aprendizado da profissão de maquiadora (por meio de oficinas promovidas por estudantes universitárias voluntárias) são questões que merecem atenção científica para entender a importância dos padrões de beleza, acentuados pelas redes sociais digitais e pela televisão, na política de reinserção na sociedade praticada pelo Estado para as mulheres

aprisionadas no Madre Pelletier. Das entrevistas, emerge a subjetivação das pressões exercidas sobre o sistema Madre Pelletier: os padrões de beleza mostrados por plataformas como *Instagram* e *Facebook* se destacam como partes importantes do sistema prisional.

Reflexão teórica dos resultados

O sistema carcerário feminino enquanto algo vivo, cujos paradoxos possibilitam constantes reorganizações, pode ser compreendido a partir de um viés pós-estruturalista. Foucault (1997) aponta que, a partir do século XVIII, o aumento geral da riqueza e o crescimento demográfico mudou o alvo da ilegalidade popular para os bens: o roubo substitui o contrabando. No entanto, hoje, o mercado ilícito, especialmente o de entorpecentes, parece uma retomada deste período pré-reforma protestante, já que, em outubro de 2016 , dos 4.790 presos do maior presídio do Rio Grande do Sul, a Cadeia Pública de Porto Alegre (antigo Presídio Central), 2.485 estavam reclusos por tráfico de drogas, enquanto que 993 respondiam por crimes contra o patrimônio – 163 deles por latrocínio. Apenas dois estavam lá por contrabando e 12 por corrupção. Os dados corroboram o argumento de que “a economia das ilegalidades se reestruturou com o desenvolvimento da sociedade capitalista” (FOUCAULT, 1997, p. 84). Se o tráfico de drogas representava, em 2016, 51% dos crimes praticados pelos detentos da Cadeia Pública de Porto Alegre e cerca de 80% dos cometidos pelas presas do Madre Pelletier em 2018, pode-se afirmar que a proteção do sistema capitalista, do mercado legal, é causa da maioria das prisões.

Nesse sentido, Foucault (1997, p. 91) analisa que

a punição não precisa, portanto, utilizar o corpo, mas a representação. Ou antes, se ela tem que utilizar o corpo, isto o será na medida em que ele não é tanto o sujeito de um sofrimento,

quanto o objeto de uma representação: a lembrança de uma dor pode impedir a reincidência, do mesmo modo que o espetáculo, mesmo artificial, de uma pena física pode prevenir o contágio do crime. Mas não é a dor em si que será instrumento da técnica punitiva. (...) É a representação da pena que deve ser maximizada, e não a sua realidade corpórea.

Pois, se a pena se dá sobre a representação sobre o corpo punido, cabe compreender de que forma isso ocorre em relação às apenadas do Madre Pelletier. Para Foucault (1997), a punição deve reposar sobre tecnologias da representação e só terá efeito se inscrita em uma mecânica natural. “Contra uma paixão má, um bom hábito; contra uma força, outra força; mas o importante é a força da sensibilidade e da paixão, não as do poder com suas armas” (FOUCAULT, 1997, p. 103). Em outras palavras: imprimir sobre os corpos a mesma força que o levou ao delito. No caso desta pesquisa, se a maioria das presas é condenada por crimes contra o mercado (no caso, o tráfico de entorpecentes), a privação de liberdade – e a concessão de liberdade de comprar serviços e produtos estéticos – acaba por permitir certas práticas capitalísticas.

Uma dessas práticas tem a ver com a ubiquidade das redes sociais digitais, a conexão entre elas e os meios tradicionais de comunicação como a televisão, bem como o ingresso de celulares no sistema prisional. Para Pavlik (2014), ubiquidade implica que qualquer um, em qualquer lugar, tem acesso potencial a uma rede de comunicação interativa em tempo real. “Quer dizer que todos podem não apenas acessar notícias e entretenimento, mas participar e fornecer sua própria contribuição com conteúdos para compartilhamento e distribuição global” (PAVLIK, 2014, p. 160). Apesar de confinadas ao ambiente prisional, os indícios de que celulares ingressam na cadeia demonstram que as detentas do Madre Pelletier burlam a lei para fazerem parte do espaço cibernetico, descrito por Cano, Becker e Freitas (2004) como local em que o único ato necessário para exploração é o de acionar um teclado em um equipamento com acesso à internet. Os autores

indicam que, no espaço cibernetico, é facilitado o acesso à informação – perguntas podem ser feitas e respostas podem ser dadas sem a localização de seus emissores e receptores. Isso significa que qualquer tipo de comunicação ou acesso a conteúdos na internet podem ocorrer sem que as autoridades sejam alertadas da violação à lei.

No entanto, Marcondes Filho (2012) aponta que a arquitetura do poder inaugurada pela internet não opera mais com um chefe, líder ou ditador e que a única forma de nos rebelarmos é a desconexão. Mas ele questiona se é possível, realmente, que o ser humano seja livre para se desconectar. Relacionando ao tema deste estudo, a questão é que as detentas arriscam ter seu tempo de pena aumentada – o porte de celular é considerado falta grave e inclui punições como o retardo para a progressão de regime, além de castigos como o isolamento temporário – para ter acesso à internet. O autor defende que um dos poderes da internet é o da sedução e, sendo assim, só poderá ser confrontado com o desafio. Mas ele lembra que “o desafio, assim, não pode ser a negação simples e determinada, como oposição polar, à forma de coerção e sedução da internet” (MARCONDÉS FILHO, 2012, p. 70). Para ele, isso se daria pela recusa da razão, uma rejeição da luz e da claridade da cena mediática ou mesmo internética, um banimento, expulsão para o campo da monstruosidade. No caso das detentas, o que ocorre é que a sedução da internet leva ao cometimento do ilícito de, justamente, sucumbir ativamente a ela, e o que seria um desafio – a desconexão – é nada mais que o cumprimento à Lei de Execuções Penais.

Hillis (2004) aponta que a realidade virtual pressupõe e assume modos específicos de se olhar a realidade e que um de seus apelos é poder jogar com as identidades livres das restrições impostas pelo mundo natural. Em outras palavras: é possível estar encarcerada e viver uma vida em um mundo onde a pena de reclusão não exista, algo possibilitado não apenas por games como pelas redes sociais a partir da criação de um avatar no *Instagram* ou perfil fake no *Facebook*, por exemplo. Ele admite que a comunicação

virtual possa ser ritual, cujo objetivo é a “manutenção da sociedade no tempo, por meio da representação de crenças compartilhadas por pessoas reunidas em um mesmo local” (HILLIS, 2004, p. 107). Nesse sentido, partindo do pressuposto que o Espaço Cibernetico despreza limites geográficos e cria memórias passíveis de (re)visitação, os padrões de beleza ocidental reforçados ou mesmo criados pelas redes sociais digitais podem influenciar pessoas que estejam reclusas por imposição legal, mesmo que o acesso não seja direto, como no caso de citações feitas pela televisão e hábitos estéticos apresentados por personagens televisivas. Uma das intenções propostas por este projeto de pesquisa, nesse sentido, é entender de que forma os corpos são passíveis de sofrer esse tipo de influência.

Guattari e Rolnik (1996) ponderam, a respeito do poder sobre o corpo, a necessidade de afastar a tese de que, nas sociedades burguesas e capitalistas, teria ocorrido uma negação da realidade do corpo em proveito da alma e da consciência. Para eles, “nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder” (1996, p. 84), o que reforça a existência de pressões realizadas por essas sociedades sobre os usos dos corpos, principalmente sobre a sexualidade e, por consequência, suas representações de gênero. Foucault aponta que, a partir da década de 1960, percebeu-se que as sociedades industriais podem se contentar com um poder mais tênue sobre o corpo. “Descobriu-se, desde então, que os controles da sexualidade podiam se atenuar e tomar outras formas... Resta estudar de que corpo necessita a sociedade atual” (1998, p. 84). Em outras palavras, cabe entender qual é o corpo que o Estado quer que as mulheres encarceradas produzam para que estejam aptas a voltar ao convívio em sociedade.

Sendo assim, Guattari e Rolnik apontam que não se pode falar em desejo individual. “É a produção de subjetividade capitalística que tende a individualizar o desejo, e quando é vitoriosa nessa operação, não há mais acúmulo processual possível” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 233). Para eles, os dispositivos capitalísticos infligem sobre os indivíduos processos de serialização e de

identificação coletiva, que se prestam a toda espécie de manipulação. Dessa forma, o desejo se situa não em nível de agrupamento de indivíduos, “mas de uma pragmática de processos de produção de desejo que nada tem a ver com esse tipo de individuação. Tal pragmática, quando esmagadora, pode atingir tanto o indivíduo quanto o grupo” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 233). Assim, quando se trata de apenadas, a produção de mulheres adaptadas – e adaptáveis – a uma mesma expectativa patriarcal pode ser útil para o sistema prisional (e à sociedade capitalística à qual ele serve).

A homogeneização de desejos é uma facilitadora para a formatação de corpos dóceis. “O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrina, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica de poder’” (FOUCAULT, 1997, p. 133). Conforme Foucault (1997), essa mecânica define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a eficácia que se determina. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (FOUCAULT, 1997, p. 134). Ou, como indica o autor, a disciplina dissocia o poder do corpo; a coerção disciplinar estabelece no corpo uma dominação acentuada. “Um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente” (FOUCAULT, 1997, p. 147).

A aceitação da prisão como ponto máximo da punição legal na sociedade industrial se deve, conforme Foucault (1997), ao fato de que ela reproduz, ao retreinar e tornar dóceis os corpos, os mecanismos do corpo social. A prisão, enquanto onidisciplinar, dá poder quase que total do Estado sobre os detentos e tem seus mecanismos internos de repressão e castigo: “disciplina despótica” (FOUCAULT, 1997, p. 222). Além disso, ela contempla as necessidades capitalísticas à medida que prega o trabalho penal (mesmo que inexistente na maioria dos presídios brasileiros): com efeito econômico, gera indivíduos mecanizados segundo as normas da sociedade industrial, proletários – ao sair do cárcere, ou o

indivíduo trabalha para viver ou voltará a furtar, roubar ou atuar no mercado ilegal para sobreviver. “O trabalho pelo qual o condenado atende a suas próprias necessidades requalifica o ladrão em operário dócil” (FOUCAULT, 1997, p. 229). Questionamos: o incentivo da busca pelo padrão de beleza, em vez do trabalho, pode ser um mecanismo de docilização de mulheres que descumpriam o contrato social com a sociedade patriarcal no qual elas não deveriam, sob a ideia de feminilidade, gerar a infelicidade alheia.

Para Beauvoir (2009), cuidar da beleza, se arrumar, é uma espécie de trabalho que permite à mulher apropriar-se de sua pessoa como se apropria do lar pelo seu trabalho caseiro; seu eu parece, então, escolhido e criado por si mesma. “Os costumes incitam-na a alienar-se assim em sua imagem” (BEAUVOR, 2009, p. 700). E, segundo ela, a sociedade pede à mulher que se faça objeto erótico. “O objetivo das modas, às quais está escravizada, não é revelá-la como um indivíduo autônomo, mas ao contrário privá-la de sua transcendência para oferecê-la como uma presa aos desejos masculinos; não se procura servir seus projetos, mas, ao contrário, entravá-los” (BEAUVOR, 2009, p. 700). Ela lembra que, se muitas lésbicas se vestem virilmente não é somente para imitar o homem e desafiar a sociedade: elas não precisam do veludo e do cetim porque esses tecidos demonstram, simbolicamente, as qualidades passivas do corpo feminino.

Segundo Beauvoir (2009), sendo a mulher um objeto, comprehende-se que a maneira pela qual ela se enfeita e se veste modifica seu valor intrínseco e manter sua posição é obrigação imperiosa. Com a manutenção de esquemas de embelezamento em um presídio feminino, é possível adequar as mulheres que fazem parte do sistema prisional para que possam, ao retorno do convívio junto à sociedade externa, atenderem às exigências patriarcais.

O embelezamento possibilitado no Madre Pelletier pode ter o objetivo de garantir a busca pela adequação ao padrão de beleza ocidental feminino. No entanto, essas normas mudam de tempos em tempos:

o corpo contemporâneo é adorado e laboriosamente esculpido como uma imagem que deve permanecer sempre lisa e polida; mas, ao mesmo tempo e pelos mesmos motivos, é rejeitado em sua materialidade orgânica, devendo se submeter constantemente a diversos procedimentos de expurgação ou purificação da própria corporeidade. (SIBILIA, 2018, p. 184).

O corpo é objeto de disputa das instâncias de controle e a revolta do corpo é o contra-efeito desta ofensiva. “Como é que o poder responde? Através de uma exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos” (FOUCAULT, 1979, p. 83). Como resposta à revolta do corpo, surge um novo investimento, que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação.

Nesse sentido, Chrisler e Saltzberg (1995) apontam que um ideal pode ser satisfeito apenas por uma minoria daquelas que se esforçam para tal. “Se muitas mulheres conseguem cumprir os padrões de beleza de um determinado tempo e local, essas normas devem mudar para manter sua natureza extraordinária” (CHRISLER; SALTZBERG, 1995, p. 307, tradução nossa). E o valor social dos padrões de beleza é intimamente ligado ao quanto especiais e incomuns; essa é uma das razões pelas quais essas exigências mudam periodicamente. “Quando as imagens de beleza mudam, os corpos femininos também devem mudar” (CHRISLER; SALTZBERG, 1995, p. 307, tradução nossa). O discurso incessante sobre o que é considerado belo também é aquele que aponta as implicações causadas pela inadequação a eles.

A influência dos padrões de beleza feminina ocidental que pretendemos investigar são diretamente influenciados pela pornocultura, paradigma existencial da nossa época, estilo de vida forjado pelas chamas do prazer (ATTIMONELLI; SUSCA, 2017, p. 155). A performance do belo é parte integrante da pornocultura e a pornocultura depende da performance do belo. Ambas são constitutivas do poder capitalístico inerente ao modelo de consumo

atual, em que corpos, coisas e ideologias são produtos. A pornocultura se forja na modernidade tardia (TAVARES DOS SANTOS, 2004), já que o obsceno é o real e o real é obsceno (ATTIMONELLI; SUSCA, 2017, p. 155).

Conforme Attimonelli e Susca (2017), a atual ruptura epistemológica que emana do tecido social, captada pelas mídias e encarnada nos estilos de vida contemporâneos, dos quais a pornocultura parece ser a causa e o efeito, é uma mudança de paradigma densa de consequências para o futuro. “O imaginário de nossa época é impregnado de substâncias pornôs desde que esse magma, em toda a sua obscenidade, deixou de se limitar aos subterrâneos da vida cotidiana e ao *underground*, tornando-se corrente, estética difusa, espetáculo” (ATTIMONELLI; SUSCA, 2017, p. 24, grifo do autor). Assim, há uma dignidade erótica aos corpos ordinários do cotidiano, erotizando a vida de todos os dias – fora e dentro do cárcere. Um dos exemplos de como a pornocultura é comum à modernidade tardia é o fato de modelos de pornô soft que realizam transmissões ao vivo no *Facebook* (mesmo que a plataforma não permita a exposição de partes íntimas) utilizarem seus corpos, pornificados, para a obtenção do status de influenciadoras digitais com o objetivo de conquistarem autonomia financeira (ANGONESE, 2018).

Se a modernidade tardia está imersa em um contexto pornocultural, talvez ela possa, de certa maneira, conectar o indivíduo com possibilidades únicas de afirmação. Foucault (2015) fala a respeito do corpo como ator utópico, quando se trata de máscaras, de maquiagem e de tatuagem. “Mascarar-se, maquiar-se, tatuar-se não é exatamente, como se poderia imaginar, adquirir outro corpo, simplesmente mais belo, melhor decorado” (FOUCAULT, 2015, p. 12). Para o autor, é fazer com que o corpo entre em comunicação com poderes secretos e forças invisíveis e fazem do corpo um fragmento de espaço imaginário que se comunicará com o universo das divindades ou com o universo do outro. “São operações pelas quais o corpo é arrancado de seu espaço

próprio e projetado em um espaço outro” (FOUCAULT, 2015, p. 12). Nessa esteira, haveria uma segunda possibilidade de utilização da maquiagem no cárcere, uma transcendência para uma vida virtual, utópica.

Maquiada, perfumada, performática: assim se mostrou uma das presas entrevistadas durante a pesquisa exploratória deste anteprojeto, atuando diante das demais pessoas em seu convívio no cárcere. Segundo Goffman, “um indivíduo pode estar convencido do seu ato ou ser cínico a respeito dele” (2002, p.27). Para ancorar essa afirmação, ele assume as considerações de Park (1950) ao afirmar que a palavra “pessoa”, em sua primeira definição, significa “máscara”, e que o homem está, mais ou menos conscientemente, a todo momento e em todo o lugar, representando um papel. Goffman (2002) aponta que as performances sociais são protagonizadas por personalidades que são “uma espécie de imagem, geralmente digna de crédito, que o indivíduo no palco e como personagem efetivamente tenta induzir os outros a terem a seu respeito” (2002, p. 231).

As mulheres do Madre Pelletier representam seus eus nos seus cotidianos, representação essa que vem alicerçada, conforme Maffesoli (1996), no hedonismo do cotidiano que sustenta a vida na sociedade globalizada e transforma os laços sociais em algo emocional, quando a experiência só é válida se vivida com os outros. Maffesoli denomina esse *ethos* de “ética da estética”. Ou seja: só pode ser atribuído valor ao fazer se, junto a ele, estiver conjugado o verbo mostrar. Dessa forma, é possível revitalizar o conceito de sociedade do espetáculo preconizado por Debord (2003) de que as sociedades da modernidade tardia são uma imensa acumulação de espetáculos e que tudo o que era diretamente vívido se esvai na fumaça da representação (DEBORD, 2003, p. 13). “O espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e sua unificação. Enquanto parte da sociedade, o espetáculo concentra todo o olhar e toda a consciência” (DEBORD, 2003, p. 14, grifo do autor). O estudo das performances das detentas do Madre Pelletier,

das formas como representam a si nos seus cotidianos, auxilia na compreensão de suas subjetividades.

A performance é o vazamento da subjetivação. Conforme a reflexão de Deleuze (2005), se a subjetividade deriva do poder e do saber, ela não depende apenas dessas forças. “A relação consigo é, inclusive, uma das origens desses pontos de resistência” (DELEUZE, 2005, p. 112). “Pensar é dobrar, é duplicar o fora com um dentro que lhe é coextensivo” (DELEUZE, 2005, p. 126). É todo o lado de dentro que se encontra ativamente presente no lado de fora sobre o limite dos estratos, afirma o autor. Ele frisa que pensar é se alojar no estrato no presente que serve de limite. “O pensamento pensa sua própria história (passado), mas para se libertar do que ele pensa (presente) e poder, enfim, pensar de outra forma (futuro)” (DELEUZE, 2005, p. 127).

Segundo Deleuze, o indivíduo está codificado, recodificado em um saber “moral” e, acima de tudo, “torna-se o que está em jogo no poder – é diagramatizado. A dobra parece então ser desdobrada, a subjetivação do homem livre se transforma em sujeição” (DELEUZE, 2005, p. 111). A tensão formada entre a liberdade e a sujeição é, dessa forma, forjada na zona de subjetivação e a resistência seria a busca do ser humano por aquilo que cada indivíduo comprehende por liberdade, em gradientes maiores ou menores de tolerância à sujeição e avaliação de consequências e riscos. Isso auxilia no estudo sobre a suposta liberdade dada às presas do Madre Pellletier para um relativo poder, mesmo que proporcionado pelo sistema legal, sobre seus corpos ao poderem fazer o emprego de maquiagens e outros produtos de beleza.

O regime de punição empregado atualmente é um desafio, conforme Deleuze, que questiona: “a subjetividade moderna reencontraria o corpo e seus prazeres, contra um desejo tão submetido à Lei?” (DELEUZE, 2005, p. 113). Para Deleuze (2005), essa luta passa por uma resistência às duas formas atuais de sujeição, uma que reside na individualização de acordo com as exigências do poder e outra que consiste em ligar cada indivíduo a

uma identidade pré-determinada – no caso em tela, as definidas pelo patriarcado.

O feminismo é uma das teorias que abordam a possibilidade de libertação de velhas crenças como a da beleza como autocuidado e possibilidade de “redenção” de uma mulher encarcerada. Segundo Santos (2016), a epistemologia feminista pontua o papel ativo do sujeito cognoscente, cujas crenças e conhecimentos são gerados por sua “experiência interpessoal”, sempre vinculada a outros conhecimentos e compromissos situados no mundo. O feminismo conseguiu, ao longo dos tempos, questionar “a imposição dos ditames masculinos ao poder do discurso, com explícita exclusão das mulheres do campo epistemológico de ressignificação de direitos, deveres sociais e, pois, políticos” (SANTOS, 2016, p. 133). Uma das principais disposições dos movimentos do feminismo, especialmente a partir da década de 1960, é ser contra o pré-concebido “papel da mulher”, que devia sempre se exibir como bela e de forma apolítica e passiva, como uma “coisa delicada” (SANTOS, 2016). A manutenção de esquemas de beleza dentro de um presídio podem ser parte dessas preconcepções.

Entendemos, aqui, o Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier como um sistema vivo, influenciado por forças internas e externas. Podemos compreendê-lo, assim, como sistema auto-eco-organizado, nos termos de Morin (2011). Para o autor, a relação autoecológica é, ao mesmo tempo, de oposição e distinção, de implantação e integração, de alteridade e de unidade. Ele entende que não se pode pensar o ser vivo como objeto fechado, como sujeito fechado. Um presídio é influenciado e influencia seu ambiente interno e externo, afeta e é afetado por políticas públicas, constrói e é construído por seres humanos, serve e é servido por propósitos que cumprem objetivos capitalísticos.

Um sistema auto-eco-organizado é aquele que, segundo Morin (2011, p. 84), “supõe e necessita da dependência em relação à co-organização de que faz parte, a qual supõe e necessita das auto-organizações que constituem a sua biocenose”. Para o autor, a

relação autoecológica é, ao mesmo tempo, uma relação de oposição e distinção, de implantação e integração, de alteridade e de unidade. Ele entende que não se pode pensar o ser vivo como objeto fechado, como sujeito fechado. O ecossistema, portanto, não é o ecossistema menos o indivíduo, mas o ecossistema com os indivíduos. Da mesma forma, o indivíduo não é o indivíduo menos o ecossistema, mas o indivíduo com o ecossistema. “A auto-organização, embora lhe seja ‘egoisticamente’ estranha, faz parte da eco-organização, a qual faz parte da auto-organização, embora lhe seja ‘ecoisticamente’ estranha” (MORIN, 2011, 85).

Uma das propostas teóricas possíveis é pensar no Presídio Estadual Madre Pelletier como um sistema auto-eco-organizado. “Os termos ‘autonomia’, ‘independência’, ‘liberdade’, e os termos ‘dependência’, ‘subjulação’ e ‘alienação’ são igualmente necessários, igualmente incertos, para dar conta da relação entre o ser vivo e a natureza que o rodeia” (MORIN, 2011, 86).

Ao longo das últimas décadas, constroem-se, conforme Santos (2016), vozes dissonantes que demonstram a necessidade de propostas para que novas gerações cresçam com uma orientação dialógica, discursiva face à autoridade. A mulher atual não é apenas a consumidora de pílulas anticoncepcionais, cosméticos, roupas e comidas enlatadas (SANTOS, 2016): ela questiona as normas socialmente impostas. No entanto, cabe ressaltar que esse direito não é ofertado a todas, especialmente às encarceradas.

Referências

- ANGONENSE, Marjulie. **Pornocultura e feminismo: as *SuicideGirls* ao vivo no Facebook.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Ufrgs, 2018.
- ATTIMONELLI, Claudia; SUSCA, Vincenzo. **Pornocultura: viagem ao fundo da carne.** Porto Alegre: Sulina, 2017.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Editora Ávora, 2009.

CANO, Carlos Baldessarini; BECKER, João Luiz; FREITAS, Henrique M. R. A **Organização Virtual no Espaço Cibernetico.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

CHRISLER, Joan; SALTZBERG, Elaine. Beauty Is the Beast: Psychological Effects of the Pursuit of the Perfect Female Body. In: FREEMAN, J. **Women: A Feminist Perspective.** Mountain View: Mayfield Publishing Company, 1995.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo.** Online: eBooksBrasil.com, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 2016.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **O corpo utópico, as heterotopias.** São Paulo: 2015.

_____. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1997.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 2002.

GUATTARI, Felix.; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1996.

HILLIS, Ken. **Sensações Digitais – espaço, identidade e corporificação na realidade virtual.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

KARPOWICZ, Débora Soares. **Do Convento Ao Cárcere: Do Caleidoscópio Institucional Da Congregação Bom Pastor D'Angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier (1936-1981).** Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências.** Petrópolis: Vozes, 1996.

MORIN, Edgar. **O Método 2 - A vida da vida.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes Editores, 2015.

PARK, Robert Ezra. **Race and Culture.** Glencoe: The Free Press, 1950.

PAVLIK, John V. Ubiquidade: o 7º princípio do jornalismo na era digital. In: **Webjornalismo – 7 características que marcam a diferença.** Covilhã: LabCom, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes Editores, 2015.

SANTOS, Magda Guadalupe dos. **O feminismo na história: suas ondas e desafios epistemológicos.** In: BORGES, M. L.; TIBURI, M. (org.). **Filosofia: Machismos e Feminismos.** Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

SIBILIA, Paula. Los cuerpos visibles en la contemporaneidad: de la purificación mediática a la explicitud artística. In: **Kaypunku – Revista de estudios interdisciplinarios de arte y cultura.** v. 4, n.1, p. 175-197. Lima: Escuela Académico Profesional de Arte de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2018.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”.** São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2004. v. 18, n. 1, p. 3-12.

A vivência da sexualidade por mulheres no contexto da privação de liberdade

*Danúbia Mariane Barbosa Jardim
Hellen Carolina Santana
Valéria Rezende de Carvalho*

Introdução

O envolvimento com o crime e seu mundo impõe uma realidade adversa para a maioria das mulheres envolvidas nesse contexto. Em um universo de discriminação, inferioridade, pobreza, falta de oportunidade não são raros os casos de mulheres que se envolvem em atos ilícitos, seduzidas pelo dinheiro fácil, por novas possibilidades de uma vida cercada de bens e riquezas (COUTINHO, MOURÃO, COSTA; 2015).

De acordo com o levantamento nacional de informações penitenciárias, realizado em 2014, através do sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro (INFOOPEN), o número de pessoas privadas de liberdade ultrapassou a marca dos seiscentos mil. Ainda de acordo com o IFOPEN, um levantamento realizado no ano de 2007 apontou o panorama do encarceramento feminino, revelando um total de 25.909 mulheres encarceradas no país, correspondendo a 6,2% da população encarcerada no país (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014a).

Historicamente, a taxa de encarceramento feminino no país, de 2002 para 2005, aumentou de 178,3 presos por 100 mil habitantes para 198,3 (+ 9,2%) (BRASIL, 2003). Em relação ao tipo de crime

tentado/consumado, 63% das mulheres respondem por tráfico, 15% somados por furto e roubo, e em menores percentuais estão homicídio, latrocínio, entre outros (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014a). Para Lima et al (2013) no ano de 2000, a contagem de mulheres presas era de 10.112 (4,3% do total de apenados) e no ano de 2010, o número cresceu para 36.573 (7,4%) tornando-se o triplo em 10 anos.

Apesar do expressivo aumento no Brasil não houve um crescimento do número de estabelecimentos prisionais destinados a reclusão dessas mulheres. Assim, Lima et al (2013) ressaltam uma triste realidade marcada pela superlotação tendo como consequências: o ócio, a indisciplina, a indignação, a precariedade de higiene, o aumento do consumo de drogas e as diversas formas de violências físicas, psicológicas.

Os pensamentos voltados para a atenção à saúde da pessoa privada de liberdade iniciaram-se em 1984, através da Lei de Execução Penal, que afirma, em seu título II, capítulo II, art. 14, que deve ser realizada em caráter preventivo e curativo, atendimento médico, farmacêutico e odontológico (BRASIL, 1984). Posteriormente, em 1988, a Constituição Federal assegura a saúde como direito universal (BRASIL, 1988).

Em 9 de setembro de 2003, foi criado o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) que, de modo geral, prevê a inclusão da população penitenciária no Sistema Única de Saúde (SUS), por meio de estratégias e serviços de atenção básica prestados por equipes multiprofissionais (BRASIL, 2003). Complementando as políticas em vigor, em 2010, foi lançada pelo Ministério da Saúde (MS) a “Legislação da Saúde no Sistema Penitenciário” na tentativa de compartilhar algumas normativas com as parcerias (gestores estaduais e municipais) envolvidas em ações voltadas aos detentos (BRASIL, 2008).

Considerando-se a necessidade de garantir o direito constitucional à saúde e o acesso com equidade, integralidade e universalidade, foi instituída, em 2014, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema

Prisional (PNAISP), cujo objetivo foi organizar ações e serviços de saúde dentro dos estabelecimentos penais. Assim, a população prisional foi inserida, formalmente, na cobertura do SUS e garantido o direito de acesso aos serviços ofertados (BRASIL, 2014).

Por isso, pensando no crescimento da população feminina encarcerada e a fim de assegurar os direitos das mulheres reclusas, foi instituída a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. Essa política específica objetiva reformular as práticas do sistema prisional, contribuindo para assegurar os direitos das mulheres (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014b).

Frente ao crescente aumento da população feminina privada de liberdade e o desafio de promover uma assistência pautada nos princípios doutrinários e organizativos do SUS, somada à vulnerabilidade dessa população e a complexidade que envolve o cuidado à saúde sexual, torna-se essencial investigar a concepção dessa população acerca da sexualidade vivenciada no contexto do cárcere. Diante disso, surgiu o questionamento: Qual a compreensão que as mulheres privadas de liberdade possuem em relação à sexualidade no ambiente do cárcere?

O objetivo deste estudo firmou-se em compreender a vivência da sexualidade por mulheres no contexto da privação de liberdade.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde sexual

“é um estado de bem-estar físico, mental e social em relação à sexualidade. Ela exige uma abordagem positiva e respeitosa à sexualidade e relações sexuais, bem como a possibilidade de ter experiências sexuais agradáveis e seguras, livres de coerção, discriminação e violência” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2004, p.5).

No entanto, a maioria das ações realizadas no campo da saúde sexual e reprodutiva restringem a abordagem da reprodução. Dessa forma, pensando nos desafios para a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, que constituem parte dos direitos humanos, é preciso

atentar para populações vulneráveis, como aquelas em situação de prisão (BRASIL, 2013).

Observando a incipienteza de estudos nessa área, sustenta-se a premência de abordar a temática, pensando na possibilidade de construção do conhecimento que irá sustentar proposições de ações na atenção à saúde das mulheres que vivem a sexualidade nesse contexto. Sendo assim, torna-se possível, com este estudo, instigar reflexões, propor avanços no cuidado em saúde à população privada de liberdade, além de colaborar para ajustes necessários nas políticas públicas de saúde e de atenção à população encarcerada.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, de natureza qualitativa. O cenário de estudo é um Complexo Penitenciário, situado no município Belo Horizonte/MG, de destinação feminina e considerado de média segurança. Embora tenha sido criada, especialmente, para recolhimento de mulheres condenadas à pena privativa de liberdade, possui vagas distribuídas para todos os regimes: provisório, fechado, semiaberto e aberto. Sua capacidade máxima é de 342 vagas.

Os sujeitos deste estudo compreenderam 16 mulheres, encarceradas há no mínimo dois anos, com vivência da sexualidade anterior ao cárcere. Estabeleceu-se um tempo mínimo de aprisionamento, pensando no processo de aceitação do novo ambiente de vida e, assim, na formulação da vivência da sexualidade. Foram excluídas gestantes e puérperas, acreditando que tais momentos são singulares e cercados de influências hormonais, familiares e sociais que poderiam proporcionar uma visão diferenciada das demais mulheres.

A coleta de dados iniciou-se após a concordância em participar do estudo, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética e Pesquisa do Hospital Sofia Feldman (CEP/HSF), sob o

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 62693516.1.0000.5132, obedeceu aos critérios da resolução 466/2012, apoiado pela carta de anuência da Superintendência de Atendimento ao Preso, através da Diretoria de Atenção à Saúde e Atendimento Psicossocial, com riscos mínimos e sem qualquer ônus ou benefício para a evolução do processo judicial.

As entrevistas foram realizadas pelo pesquisador principal com o apoio de um roteiro semiestruturado utilizando o critério de saturação de dados para interromper sua realização. Diante da impossibilidade de gravação das entrevistas como previsto na Circular/SAPE 128/2015 todos os registros das falas foram realizados manual e simultaneamente pelo pesquisador assistente. Posteriormente foi realizada a leitura do registro para a mulher entrevistada, a fim de garantir a totalidade e a fidedignidade das informações.

A análise dos dados ocorreu através da técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), que é definida como um conjunto de instrumentos de análise das comunicações, desenvolvida por meio da prática interpretativa. As três fases distintas propostas pela autora foram seguidas sendo elas: a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise propõe ordenação dos dados a partir da transcrição das entrevistas de forma integral e a realização de leitura flutuante e exaustiva do material. Na fase de exploração do material as entrevistas são selecionadas e agrupadas, em um primeiro momento, de forma linear para se alcançarem núcleos de compreensão do texto que foram agrupadas pelas semelhanças dos discursos constituindo-se as categorias empíricas. Por fim na última fase os dados foram interpretados e discutidos à luz da literatura acessada.

Resultados

Participaram do estudo 16 mulheres, com média de idade de 28,8 anos; com autodenominação de raça/cor, parda (68,75%),

negra (18,75%) e branca (12,5%); estado civil, solteiras (50%) e divorciadas/viúvas (50%). O grau de instrução predominante foi o ensino fundamental incompleto e quanto a ocupação profissional prevaleceram atividades do tipo cabeleireira, manicure, faxineira, vendedora.

Analisando as características ginecológicas e obstétricas, percebeu-se menarca (62,5% entre 10-12 anos) e coitarca (56,25% entre 13-15 anos). A maioria informou possuir parceiro fixo (87,5%), sendo que, dessas mulheres, quase a metade relataram algum tipo de relacionamento sexual no ambiente desse cárcere (43,75%); em relação à visita íntima uma mulher relatou receber o benefício.

Perfil semelhante foi encontrado em estudos nos estados do Piauí, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, assim como encontrado em um levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em julho de 2014 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014a; BARROS et al, 2016; NICOLAU et al, 2012; MIRANDA, MERÇON-DE-VARGAS, VIANA, 2004).

Lima et al (2013) reafirmam que as mulheres que integram o sistema prisional Brasileiro em sua maioria são jovens, solteiras, possuem filhos, têm baixo nível de escolaridade e têm renda familiar precária. Ressalta que geralmente desempenham ocupações de baixa qualificação profissional com salários inferiores ou se encontravam em situação de desemprego.

Após a compreensão e interpretação das entrevistas, emergiram duas categorias empíricas, a saber: A trajetória de vida e o cárcere; As configurações da sexualidade no contexto da privação de liberdade.

Categorias analíticas

A trajetória de vida e o cárcere

Esta categoria emergiu da necessidade de compreender o contexto de vida das mulheres entrevistadas e sua interligação com

a atual situação de vida e a privação da liberdade. O contexto socioeconômico encontrado parece ser um importante fator de e terminante para o risco de envolvimento com a criminalidade entre as mulheres pesquisadas.

Meus pais são separados, largou minha mãe com 3 crianças pequenas e deixou nós na rua. Minha mãe teve que lutar sozinha [...] Passamos muita dificuldade, não tinha ninguém pra ficar com a gente e minha mãe tinha que ir trabalhar. Não tinha nada, carne era luxo. (M3)

Eu não tive estudo, morava em outro estado e a cidade era muito perigosa, meus pais ficaram com medo de me colocar na escola, mudamos e minha mãe me matriculou na escola, cé pensa que eu ia?!
Eu não ia, as vezes ia só pra merendar, pulava o muro e ia encontrar com as colegas, me arrependo muito de não ter estudado. (M11)

Envolver com pessoas erradas. Acho que a desigualdade é muito grande, o preconceito por morar no aglomerado. A falta de oportunidade me levou a mexer com essas coisas ilícitas. Eu não tinha muito juízo, andava com pessoas que vendiam droga. (M14)

As desigualdades sociais expressas pelo abandono familiar e falta de apoio, dificuldades financeiras; empecilhos no acesso e falta de estímulo à educação, preconceito, sentimento de revolta diante dessas situações são marcantes nas falas das mulheres e refletem uma íntima associação com as diferentes situações de vida e criminalidade que acarretaram com consequência à prisão e a atual condição de vida das mulheres. Assim, o cárcere se tornou consequência de uma vida desfavorecida social e economicamente.

No entanto, também observam-se outros discursos, em que algumas mulheres vieram de situações opostas a fenômeno anterior.

A vida era tranquila, eu morava num colégio de freira, eu queria ser freira. Quando saí fui morar com minha mãe. Eu queria ver o mundo. (M1)

Na minha vida teve muita atenção, acho que o problema todo foi esse, eu sempre tive muita atenção e carinho. Sei que não existe essa história de filho preferido mas eu fui privilegiada como filha, meus pais voltados pra mim. (M6)

Minha mãe nunca deixou faltar nada, sempre deu do bom e do melhor. (M7)

Minha infância foi boa, eu era uma pessoa mais de dentro de casa, ai quando fiquei mais velha já não queria ficar dentro de casa, estudei e sempre tive bom relacionamento com a minha família. (M13)

Ao analisar o conteúdo expresso percebemos que não apenas as vidas cercadas de problemas sociais tiveram como consequência o envolvimento com a criminalidade mesmo em outros contextos, supostamente favorecidos e socialmente estruturados, houveram trajetórias de vida permeada pela ilegalidade e pelo crime sejam em situações de repressão ou privilégio.

Além do contexto socioeconômico, os envolvimentos amorosos e a figura do companheiro também foram elencados como fortes contribuintes nas relações contextuais de vida das mulheres e o processo de encarceramento.

Depois que saí o namorado pediu pra levar droga na cadeia pra ele, disse que não ia dar nada, fui presa com três bucha de maconha. (M3)

Ele foi preso num processo. Fui visitar ele e depois de 6 meses visitando eles expediram um mandato falando que eu tava tomando conta da boca de fumo dele, dos negócios, e aí fui presa. (M5)

Com 17 anos fui morar com um cara bem mais velho do que eu, eu era nova e ele era ciumento. A vida foi muito sofrida, apanhei depois, tanto do primeiro como do segundo [...] Comecei a usar muita droga, maconha, cocaína, e fui presa, 3 vezes. (M11)

Já tive vários parceiros. Tinha aquela ilusão de namoradinha de bandido, achava que tinha o rei na barriga. (M14)

A inserção da mulher na criminalidade é comumente associada às consequências de relacionamentos com parceiros envolvidos em atividades ilegais. A cumplicidade pareceu exercer forte influência no comportamento dessas mulheres que se colocam em situações de risco pelo relacionamento afetivo. As histórias são permeadas pela violência física, pelo relacionamento abusivo e submisso, pelo uso de drogas ilícitas que aproximam as mulheres do contexto da criminalidade e como consequência o encarceramento.

As configurações da sexualidade no contexto da privação de liberdade

As entrevistadas comungam similares pensamentos sobre a palavra sexualidade. A primeira reação foi associar a palavra com o ato sexual propriamente dito, em outros contextos ampliados, elas revelaram questões de gênero, do universo masculino e do feminino.

Não é só sexo não, é sensualidade, alguma coisa que te atrai, não é só boniteza. (M5)

Envolve sexualidade da mulher, autoestima, nem tudo relaciona a sexo, tem a beleza da mulher. Todo mundo relaciona a sexo mais não é só isso. (M9)

Ao pensarmos em sexualidade nosso olhar deve ser ampliado para questões que vão além do corpo físico e da saúde reprodutiva, buscando conceitos que refletem a inserção dos indivíduos em seu contexto social e afetivo cercado de suas múltiplas vertentes. Percebe-se a necessidade de tratar do assunto com mais clareza, formar pensamentos reflexivos para a compreensão dos diferentes sentidos que a sexualidade pode implicar para quem a vive.

Imersas no contexto da privação de liberdade, as mulheres vivenciam a sexualidade com novas experiências como manifesto nas falas que seguem:

Sempre envolvi com homens, nunca envolvi com mulheres, mas tinha vontade e não coragem. Depois que fui presa, conheci uma menina, que me dizia que eu ia gostar, fiquei com ela e gostei. Depois fiquei com outra e agora tô noiva e vamos casar. (M3)

Já tive relação com vários homens. Fui interessar por mulher na cadeia [...] Depois que fui presa, fiquei 7 meses sem relação, aí comecei a me envolver com mulher. (M8)

Depois de presa conheci uma menina demorou uns quatro meses até ficar e foi bom. Achei melhor com mulher que com homem [...] Eu queria parceira mulher, é diferente de homem, é mais carinhosa, mais compreensiva. (M13)

Aqui comecei a ter relação com mulher [...] Não sou sapatão, sou usuária, quando experimentei não achei ruim. (M16)

Compreende-se nas falas o surgimento, dentro do cárcere, de um envolvimento afetivo motivado pela presença e maior aproximação entre as companheiras. O relacionamento homossexual passa a ser vivenciado seja por desejo, atração, carência com uma conotação positiva e mesmo de maior qualidade do que os relacionamentos heterossexuais outrora vividos, sendo atribuído um maior carinho, companheirismo e afeto entre as mulheres.

Emergiu também em alguns discursos uma perda, um distanciamento, um desinteresse sexual após o encarceramento.

Depois que fui presa é parado né, não faço nada, nunca fiz nada [...] Nem penso mais nisso, não sinto mais vontade, não sinto mais necessidade. (M5)

Antes era bem melhor, depois que entrei aqui não tenho nem força, nem tempo. Antes eu tinha tempo pra sair à noite, hoje tenho que voltar pra cá depois do serviço. (M10)

A diminuição do desejo e da motivação, decorrentes do aprisionamento, podem estar relacionados a perda da autoestima dessas mulheres, e dessa forma, a abstinência sexual torna-se parte

circunstancial diante dos entraves para a vivência da sexualidade dentro do cárcere.

O exercício da sexualidade em um contexto onde não há liberdade passa por fatores que garantam apoio e segurança de um direito que é humano. No entanto, percebe-se, nesse contexto, que as dificuldades são maiores que as facilidades, a exemplo, o benefício da visita íntima.

Sou de acordo com todos os procedimentos da unidade, só que deveria ser mais ágil, demora pra marcar, o tempo que leva pros atendimentos, pra chegar resultado de exames, pra marcar a reunião. [...] Acho que devia dar prioridade pra quem tem marido. A minoria tem marido que se dedica a ela aqui. Tinha que ser mais fácil pro marido. (M14)

Dificulta a íntima, muito exame e burocracia. Facilita nada. (M15)

Compreende-se que a garantia do direito à visita íntima configura-se como fator fundamental para contribuir com a manutenção dos laços afetivos e familiares, além de contribuir para a ressocialização. Dentre as justificativas apontadas pelas outras mulheres para o não recebimento do benefício, estão a burocracia e o desinteresse por parte da mulher em manter as relações existentes com seus parceiros.

Outro fato interessante, presente nos discursos das mulheres entrevistadas, é a dificuldade que os casais formados nas celas encontram para manter a vida sexual.

Eles não aceitam casal aqui, se descobrir separa a gente [...] O que facilita é fechar a boca, falar que não é casal. (M7)

Aqui não facilita, se souberem que tem casal no alojamento elas tiram, não facilitam [...] Acho que se ajudassem a gente nessa parte, a cadeia ficaria mais suave. (M9)

Segundo as entrevistadas, não é permitido casais nas celas e a unidade não dispõe de celas específicas para tal, sendo assim, é

necessário esconder o desejo, a necessidade e os sentimentos para evitar que sejam separadas e consigam viver seus relacionamentos, fator que, para algumas, suaviza a dureza dos dias de encarceramento.

Discussão

A banalização da violência, a falta de acesso à educação, aos recursos básicos de sobrevivência, as altas taxas de desemprego, o subemprego e as desconstruções das relações interpessoais podem ser considerados fatores indutores da criminalidade feminina, ou assumem grande parcela de culpa (BARROS et al, 2016; COSTA et al, 2016; LIMA et al, 2013) . Além disso, alguns estudos citados por Lima et al (2013) indicam que as mulheres encarceradas trazem consigo histórias de vida marcadas por um vínculo familiar precário; em alguns casos a perda dos pais foi precoce o que traz a ausência de referência; baixos índices de sociabilidade e acesso à educação de qualidade; e por diversas formas de violência na infância, adolescência e vida adulta.

As fragilidades das políticas públicas na garantia dos direitos humanos básicos dificultam o alcance da qualidade de vida e a ascensão digna de muitas pessoas na sociedade, somada a vulnerabilidade dessa população, tornam-se decisivos fatores catalisadores da criminalidade no nosso país (NICOLAU et al, 2012; NICOLAU et al; 2012). Lima et al (2013, p.568) citando Tavares & Menandro (2004) afirmam

[...] que as prisões brasileiras funcionam como mecanismo de oficialização da exclusão que já perpassa a vida dos detentos, não só tomando como referência a precariedade das condições proporcionadas pelo aprisionamento, mas também a precariedade das condições de vida desses sujeitos antes do encarceramento, em sua maioria, provenientes de grupos marcados pela exclusão.

Assim, as justificativas para o encarceramento de mulheres não se podem apoiar a uma única causa determinante ou a variáveis isoladas, torna-se necessário reconhecer o conjunto de fatores,

pensando no contexto cultural, econômico e social, na violência contra a mulher, na desigualdade de gênero e no respeito aos direitos humanos e da cidadania (BARCINSKI et al, 2014).

Nesse contexto, a construção ideal da figura do gênero feminino reúne características valorizadas socialmente, tais como, a devoção à família, a renúncia e o servilismo (BARCINSKI et al, 2014), que são contrárias aos valores imputados pelo mundo do crime.

Outros autores analisados apontam que existe um conceito, teorizado como a outra face do machismo, que fala de um ideal de mulher caracterizado pelo sofrimento, sacrifício e abnegação, concordante com uma imagem generalizada da mulher responsável pela esfera doméstica do cuidado com a casa e com a família (BARCINSKI et al, 2013).

Nessa esfera de construção social do feminino, a influência dos homens para a entrada das mulheres na criminalidade é compreendida como o resultado da associação afetiva ou sexual com parceiros criminosos. Os autores acrescentam que, a essas mulheres, priva-se o direito de escolha, tornando-as cúmplices dos seus parceiros e dos crimes por eles cometidos. Através do encarceramento, pagam por um comportamento socialmente não reconhecido como feminino (BARCINSKI et al, 2013).

Na contramão desse construto Guedes (2006) argumenta um entendimento diferente para justificar o envolvimento de mulheres com a criminalidade. Para o autor, em muitos casos a busca por um reconhecimento, uma inclusão e uma visibilidade social faz com que as mulheres busquem esse envolvimento, convencidas pela afirmação de poder que o crime culturalmente proporciona.

Mas após o encarceramento, as detentas são convidadas ao desafio de construir novos vínculos afetivos, emocionais e relacionais diferentes dos vividos fora do cárcere e esse contexto inclui o pensar e repensar sua sexualidade.

A sexualidade abrange vertentes biológicas, psíquicas, sociais, culturais e históricas, envolvendo tabus, mitos, preconceitos e desigualdades de poder entre homens e mulheres. Dessa forma, pode

ser considerada uma dimensão fundamental da existência humana (BRASIL, 2013). Um estudo com um percurso metodológico e objetivo similares encontrou um predomínio de respostas que referiam sexualidade e atividade sexual como sinônimos (NICOLAU et al, 2012).

Nesse construto de novos relacionamentos, as mulheres passam a constituir experiências afetivas e sexuais com suas colegas de encarceramento. Alguns autores atribuem que as limitações burocráticas criadas pelo estabelecimento prisional contribuem para os relacionamentos entre as mulheres encarceradas. Em razão disso, muitas acabam por envolver com companheiras de cela (OLIVEIRA, SANTOS; 2012). Um estudo sobre comportamento sexual abordou 299 detentas de uma penitenciária de São Paulo, e revelou que fora do cárcere, os relacionamentos heterossexuais superavam os homossexuais. Quanto às relações sexuais dentro da prisão, houve uma inversão do panorama (STRAZZA et al, 2007).

Alguns resultados semelhantes foram encontrados em penitenciárias femininas na Paraíba, em que se revelou a vivência da sexualidade durante o aprisionamento como prática mais comum às relações homossexuais como a forma principal de obtenção de prazer (MESQUITA et al, 2015).

O relacionamento entre mulheres no encarceramento pode ser compreendido como um “homossexualismo situacional”, consequente da indisponibilidade de relacionamento com o sexo oposto. Para o autor ao entender a relação homossexual como pautada primordialmente no afeto fortalece a imagem concebida do feminino atrelada ao cuidado maternal e ao empenho na manutenção de relações afetivas (BARCINSKI, 2012).

Imersos nessa perspectiva abordada os autores tratam a homossexualidade no cárcere vinculada a uma “cultura prisional”, em que há uma ruptura com o universo extramuros com a adoção das tradições e dos modos de vida estabelecidos pela cultura prisional. Assim, as relações afetivas são regidas por códigos de conduta que estabelecem comportamentos, linguagens, formas de vestir para as mulheres e os casais formados (GUEDES, 2006; BARCINSKI, 2012). Os

autores também apontam que as relações vivenciadas fortalecem as mulheres para o enfrentamento da condição carcerária, na medida em que oferecem e recebem proteção e cuidados constantes.

Nesse contexto ocorre também uma profunda valorização das relações de afeto e de cuidado no contexto do cárcere e que em muitas situações como uma forma de superar as relações violentas, humilhantes e preconceituosas possuíam com seus companheiros heterossexuais e que como foi visto na pesquisa podem ser a causa do encarceramento dessas mulheres.

Acredita-se também que o abandono do parceiro possa contribuir para o comportamento homossexual na prisão pois, ao contrário das mulheres que geralmente mantém contato com parceiros presos, os homens normalmente abandonam suas parceiras durante o período que estão no cárcere (BARCINSKI, 2012).

Outra situação enfrentada pelas mulheres para manter seus relacionamentos anteriores ao cárcere se firma na burocracia para a conquista do direito à visita íntima do cônjuge. Esse direito foi inicialmente assegurado apenas ao preso do sexo masculino, pela Lei de Execução Penal de 1984. Passados 15 anos, a resolução N°1 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), torna mais claro o direito da mulher ao recomendar aos Departamentos Penitenciários Estaduais que seja assegurado o direito à visita íntima aos presos de ambos os性os (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 1999).

De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça, cerca de 31% dos estabelecimentos prisionais têm local específico para visita íntima, entre os estabelecimentos femininos, essa porcentagem sobe para 38% (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014a). Para Guedes (2006) a falta de relacionamentos afetivos e sexuais com homens, principalmente por não terem direito a visitas íntimas, é outro fator que favorece envolvimentos afetivos/sexuais entre as detentas, não podendo ser atribuído a uma identificação sexual e sim uma condição imposta pelo encarceramento que pode não ocorrer no universo fora da prisão.

Considerando que o contato íntimo exerce importante contribuição para a consolidação dos arranjos afetivos e que a maioria dos presídios não há garantia desse direito, torna-se ainda mais complicando quando se trata de relacionamentos homossexuais formados dentro do convívio do cárcere, ou seja, também não há garantia de direitos referentes à vivência da sexualidade dessas mulheres (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2012).

Considerações finais

Este estudo permitiu delinear o perfil e conhecer a percepção e vivência da sexualidade por mulheres encarceradas. As trajetórias de vida demonstraram, de forma geral, mulheres provenientes de contextos de desconstrução familiar e dificuldades sociais e econômicas. No entanto, encontramos também mulheres com contextos supostamente favorecidos e socialmente estruturados.

Perceptível que o homossexualismo construído no cárcere faz parte de uma nova concepção afetiva, de novos arranjos relacionais e pelas dificuldades institucionais impostas pela perda da liberdade. Para a maioria das mulheres não é perceptível aspectos facilitadores para o exercício das relações, ao passo que os dificultadores prevalecem para elaboração e vivência da sexualidade no cárcere.

Ressalte-se que as reflexões e as discussões geradas possam fomentar a elaboração de políticas públicas que respeitem o exercício da sexualidade como um direito constitucional e de cidadania dessas mulheres.

Referências

- BARCINSKI M, CAPRA-RAMOS C, WEBER JLA, DARTORA T. **O Marianismo e a vitimização de mulheres encarceradas: formas alternativas de exercício do poder feminino.** Ex Aequo. [Internet] 2013;(28):87-100 [acesso em 01 ago 2017]. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n28aeq08.pdf>

BARCINSKI M, LERMEN HS, CAMPANI C, ALTENBERND B. Guerreiras do cárcere: uma rede virtual de apoio aos familiares de pessoas privadas de liberdade. **Temas Psicol.** [Internet] 2014;22(4):929-40 [acesso em 01 ago 2017]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.4-19>

BARCINSKI M. Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se "transformar em homem" na prisão. **Psico. USF.** [Internet] 2012;17(3),437-46 [acesso em 01 ago 2017]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712012000300010>

BARDIN L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70; 2011.

BARROS MAR, CAVALCANTI SDC, GALIZA DDF, MACHADO ALG. Situação socioeconômica e reprodutiva de mulheres presidiárias. **Rev. Pesqui. Cuid. Fundam.** [Internet] 2016;8(4):4980-85 [acesso em 01 ago 2017]. Disponível: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2016.v8i4.4980-4985>

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal; 1988.

BRASIL. **Lei n. 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União [Internet] 13 jul 1984 [acesso em 03 mar 2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm

BRASIL. Ministério da Saúde e Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial n.º 1.777**, de 9 de setembro de 2003. Aprova o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, constante do Anexo I desta Portaria, destinado a prover a atenção integral à saúde da população prisional confinada em unidades masculinas e femininas, bem como nas psiquiátricas. Diário Oficial da União [Internet] 11 set. 2003 [acesso em 02 jun 2016]. Disponível em: http://www.cremesp.org.br/library/modulos/legislacao/versao_impressao.php?id=9963

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Censo Carcerário do Brasil.** Brasília: Fundação SEADE/DEPEN, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial n. 1**, de 02 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União [Internet] 03 jan. 2014 [acesso em: 15 jul 2016]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e reprodutiva.** Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

COSTA LHR, ALVES JP, FONSECA CEP, COSTA FM, FONSECA FF. Gênero no contexto dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres privadas de liberdade. **Enfermagem Global.** [Internet] 2016;(43):150-63 [acesso em 01 ago 2017]. Disponível em: http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v15n43/pt_docencia1.pdf

COUTINHO FMM, MOURÃO PM, COSTA PR, LOPES TC. **O cuidado de mulheres privadas de liberdade e seus filhos: percursos e mediações de gestores e trabalhadores para garantia do direito à saúde dessa população.** In: Pinheiro R, Gerhardt TE, Silva Junior AG, Di Leo PF, Ponce M, Venturiello MP, organizadores. Cultura do cuidado e o cuidado na cultura: dilemas, desafios e avanços para efetivação da integralidade em saúde no Mercosul. Rio de Janeiro: CEPESC-IMS-UERJ-ABRASCO; 2015.

FERREIRA VP, SILVA MA, NORONHA NETO C, FALBO NETO GH, CHAVES CV, BELLO RP. Prevalência e fatores associados à violência sofrida em mulheres encarceradas por tráfico de drogas no Estado de Pernambuco, Brasil: um estudo transversal. **Ciênc. Saúde Coletiva.** [Internet] 2014;9(7):2255-64 [acesso em 01 ago 2017]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014197.10012013>

GUEDES, M. A. Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino. **Psicologia: Ciência e Profissão,** 26(4), 558-569, 2006.

LIMA GMB, PEREIRA NETO AF, AMARANTE PDC, DIAS MD, FERREIRA FILHA MO. Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. **Saúde Debate.** [Internet] 2013;37(98):446-56 [acesso em 01 ago 2017]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042013000300008>

MESQUITA VGF, OLIVEIRA EA, GONÇALVES RL, OLIVEIRA LV, COSTA GM. Sexualidade nos presídios femininos: significado e vivência para as reeducandas. Rev. **Enferm. UFPE online.** [Internet] 2015;9(4):7396-403 [acesso em 01 ago 2017]. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/13598/16419>

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Resolução n. 01**, de 30 de março de 1999. Recomenda aos Departamentos Penitenciários Estaduais ou órgãos congêneres seja assegurado o direito à visita íntima aos presos de ambos os sexos, recolhidos aos estabelecimentos prisionais. Diário Oficial da União [Internet], Brasília (DF); 05 abr. 1999 [acesso em 2017 fev 15]. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/40/ato_normativo_federal_resol-01.pdf

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: **INFOPEN - Junho de 2014a** [Internet]. Brasília: Ministério da Justiça; 2014 [acesso em 02 jun 2016]. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Portaria Interministerial n. 210**, de 16 de janeiro de 2014b. Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências. Diário Oficial da União [Internet] 17 jan. 2014B [acesso em: 15 jul 2016]. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/mulheres-1/anexos-projeto-mulheres/portaria-interministerial-210-2014.pdf>

MIRANDA AE, MERÇON-DE-VARGAS PR, VIANA C. Saúde sexual e reprodutiva em penitenciária feminina, Espírito Santo, Brasil. **Rev. Saúde Pública.** [Internet] 2004;38(2):255-60 [acesso em 01 ago 2017]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102004000200015>

NICOLAU AIO, RIBEIRO SG, LESSA PRA, MONTE AS, BERNARDO EBR, PINHEIRO AKB. Conhecimento, atitude e prática do uso de preservativos por presidiárias: prevenção das DST/HIV no cenário prisional. **Rev. Esc. Enferm. USP.** [Internet] 2012;46(3):711-9 [acesso em 01 ago 2017]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342012000300025>

NICOLAU AIO, RIBEIRO SG, LESSA PRA, MONTE AS, FERREIRA RCN, PINHEIRO AKB. Retrato da realidade socioeconômica e sexual de mulheres presidiárias. **Acta Paul. Enferm.** [Internet] 2012;25(3):386-92 [acesso em 01 ago 2017]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002012000300011>

OLIVEIRA MGF, SANTOS AFPR. Desigualdade de gênero no sistema prisional: considerações acerca das barreiras à realização de visitas e visitas íntimas às mulheres encarceradas. **Cad. Esp. Fem.** [Internet] 2012;25(1):236-46 [acesso em 01 ago 2017]. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/15095/11088>

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime; Guia sobre gênero, HIV/AIDS, coinfecções no sistema prisional** [Internet]. Brasília: OPAS; 2012 [2017 mar 25]. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_aids/Publicacoes/GUIA_SOBRE_GENERO_HIV_em_prisoes_2012.pdf

STRAZZA L, MASSAD E, AZEVEDO RS, CARVALHO HB. Estudo de comportamento associado à infecção pelo HIV e HCV em detentas de um presídio de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública.** [Internet] 2007;23(1):197-205 [acesso em 01 ago 2017]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007000100021>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Defining sexual health: report of a technical consultation on sexual health** [Internet]. Geneva: WHO; 2006 [acesso em 07 jul 2016]. Disponível em: http://www.who.int/reproductivehealth/publications/sexual_health/defining_sexual_health.pdf

Práticas juvenis e enfrentamento ao genocídio do homem negro em São Félix, BA

Gimerson Roque Prado Oliveira

Introdução

Começo essa reflexão afirmando que o genocídio de jovens homens negros tem sido recorrente nas cidades históricas do Recôncavo da Bahia, a exemplo do município de São Félix localizado às margens do rio Paraguaçu e vizinha da heroica Cachoeira. É comum para quem reside nessas cidades notícias, através dos sites e redes sociais de veículos de comunicação e mensagens em grupos de WhatsApp o recebimento de imagens e vídeos onde muitas vezes aparecem corpos negros com indício de execução por arma de fogo, alguns deles inclusive tive contato direto durante os já quase dez anos como morador local. Sendo assim, é valioso que um dos principais objetivos nos trabalhos sobre homens racializados no Recôncavo necessite se não tratar de temas correlatos, pelo menos anunciar as condições enfrentadas por eles, de atrocidades e genocídio.

Diante disso, tratar a importância do enfrentamento da juventude negra nesses contextos de racismo e mortes constantes, fatores a serem desenvolvidos nas linhas que seguem esse texto, sobretudo em evento realizado pelos estudantes do Colégio Estadual Rômulo Galvão. Um Sarau de 20 de Novembro realizado em 2017, seguido de várias performances musicais encenada nas dependências do Instituto Cultural Dannemann na orla são-felista. Afirmo ainda ser necessário se falar dos jovens homens negros e periféricos, por

conta de serem as principais vítimas do que enquadrados naquilo que Achille Mbembe (2006) denominou de *necropoder*, ou *necropolítica* condição onde o Estado exerce sobre os corpos negros a soberania de decidir a propósito de morte ou manutenção de suas vidas.

A partir de notas etnográficas colhidas durante o evento, e complementando com partes de etnografia nas ruas de São Félix, busco problematizar questões norteadoras que decorrem pelas ideias de práticas juvenis, genocídio e antinegritude, essa última fundamentada como indicado por João Vargas em artigo recente, “A diáde negro/não-negro, que fundamenta o conceito da antinegritude, é mais precisa que a diáde tradicional branco/não branco”. (2017, p. 85). A respeito de práticas juvenis o livro *Da Rua Para o Mundo* de Lígia Ferro (2016) tem contribuído para debate das performances exercidas pelos jovens em contexto local de observação e análise, sobretudo no auxílio para se pensar práticas de ruas e artístico-culturais. O principal apoio metodológico utilizado aqui foi à observação participante, essencialmente parte do que se entende por Etnografia Urbana, como presente nos textos de Graça Índias Cordeiro (2003) e que no Brasil, Gilberto Velho é tido como um dos baluartes da disciplina. Dentre os autores aparecem também uma entrevista publicada em 2015, na qual George Marcus relata suposições a cerca de uma *Etnografia Multissituada*. Algo que também procuro exercer na pesquisa de doutorado em andamento e também relatado por Joan Pujadas (2010):

Por otra parte, a diferencia del modelo clásico de estudio detallado de una sola comunidad, hoy en día se tiende a hacer estudios de campo, es decir, que implica en el estudio de diferentes unidades de observación dentro del área que constituye la unidad de análisis. (PUJADAS, p. 69).

No que tange a pesquisa de doutoramento em Estudos Étnicos e Africanos tenho buscado produzir nas cidades de São Félix e Cachoeira, BA uma *descrição densa* com base na etnografia e suas

técnicas de pesquisas acerca da representação de masculinidades negras. O Objetivo nessa parte exploratória do trabalho colocada aqui no artigo foi alcançando na medida em que pude elencar algumas proposições para andamento de pesquisa de doutoramento a ser concluída nos próximos anos, além de estar em contato com possíveis atores/parceiros para diálogos posteriores.

O interesse em trabalhar com temáticas as quais envolvam masculinidades, raça e racismo, antinegritude, sexualidade e consumo, se deu com a criação do projeto de pesquisa “Brincadeira de Negão”¹ em 2013, onde pude ser bolsista CNPQ/PIBIC entre os anos de 2013 e 2014 e participar de diversas atividades na escola Rômulo Galvão. Durante esse tempo pude perceber o quanto elas têm sido relevantes. Primeiro, por se tratar de temática que precisa avançar no contexto brasileiro, embora já existam trabalhos acadêmicos, são poucos os eventos e disciplinas de cursos sobre as masculinidades e um número ínfimo de materiais depositados nos sites de monografias, dissertações e teses. Por outro lado, são relevantes ao levar a discussão de temas como sexualidade, machismo, racismo e consumo para muitos jovens os quais não são contemplados com políticas que visem cessar os diversos tipos de violências enfrentados e praticados.

Questões norteadoras

A humanidade já chorou demais
Tá pedindo paz
Tá pedindo amor
Eu não aguento mais toda essa miséria
Que foi a Sociedade mesma que criou
É pai matando filho, filho matando pai
É a triste realidade parece não mudar mais

¹ O projeto, “Brincadeira de Negão”: Subjetividade e Identidade de Jovens Homens Negros da Bahia é coordenado pelo antropólogo Osmundo Pinho, e está em andamento no Colégio Estadual Rômulo Galvão contando com a participação de estudantes/pesquisadores em nível de ensino médio, graduação, mestrado e doutorado.

É conviver com isto e pedir ao pai que é Só que nos tira o inferno
que a gente faz

Refrão:

Fé no pai, fé no pai é só ele que tira o Inferno que a gente faz.

(Redentor/ Igor Santos/2017).

De que forma parte da juventude negra procura ampliar a denuncia ao genocídio de jovens negros em São Félix, BA? Quais foram às práticas apresentadas nos dois eventos que podemos fazer ligação com essa denuncia? São duas das questões que surgiram durante presença nos locais e basicamente nortearam minha ida a campo para cumprimento de parte da pesquisa, além da dos objetivos que interessam para desenvolvimento da tese de doutorado, nos quais as masculinidades negras é o tema central. A morte social e o apagamento do negro foi/é historicamente denunciado pelos Movimentos Sociais Negros no Brasil, e conta como uma das principais obras livro “O Genocídio do Negro Brasileiro” de Abdias do Nascimento (1978), critica ao estado brasileiro e ás políticas de embranquecimento racial e cultural existentes na época.

Os artigos de Thais Gomes Machado (2017)“O Projeto “Brincadeira De Negão”: pressupostos teóricos e metodológicos emancipatórios para uma pesquisa sobre jovens homens negros na mira de uma guerra racial e Fred Aganju (2017)Breves apontamentos sobre a necropolítica racial na Bahia”, apresentados no VII Seminário do PPGCS/UFRB² também servem como amostras de escritos e ações de denuncias da morte de jovens homens negros de forma *macro* no estado da Bahia e mais contextualizados nos territórios de São Félix e Cachoeira. A primeira autora retrata o assassinato de quatro rapazes jovens todos com menos de vinte anos de idades no bairro do Morumbi em Cachoeira, que segundo reportagem moradores locais apontaram policias militares como

² O Seminário foi realizado em novembro de 2017, nas dependências da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e teve como principal temática: Raça, Sexualidade e Poder: Sujeitos Violados e Seus Discursos.

executores da ação³, a partir do narrado problematiza as experiências dos jovens negros, com o racismo e a violência. Já Fred Aganju traz análise a cerca do terrorismo praticado pelo Estado da Bahia e do racismo presente nas ações letais da polícia baiana entre os anos de (2006-2015), esmiúça a política de segurança durante o período que põe na suposta “guerra às drogas” a principal culpa para mortes de centenas de pessoas negras nas periferias:

O governo da Bahia tem se destacado em difundir o discurso de “Guerra às Drogas” e estruturado uma narrativa institucional que defende como legítimo a matança de negros, desde que essas mortes, sejam alocadas ideologicamente na conta nefasta do “combate à criminalidade”. A guerra racial às drogas tem sido um recurso militar estatal de *aniquilação racial* que, tal como o dispositivo ideológico da democracia racial, tem objetivo tático de encobrir o crime doloso fundacional do Estado Brasileiro; Genocídio. Na última década o governo federal tem investido corporativamente em uma *política criminal genocida*, que tem brutalizado e criminalizado não somente os jovens negros, mas as famílias negras de maneira geral [...] (AGANJU, 2017, p. 06).

São poucos os trabalhos que procuram analisar criticamente a representação e produção das masculinidades negras perante suas relações afetivas e quanto construção de gênero. O conceito de masculinidade negra empregado aqui acompanha o construído por Mara Viveros Vigoya (2002), através da interseccionalidade de raça, etnia, identidade, etc. e complementando por Osmundo Pinho (2008; 2015), a cerca da constituição da sexualidade presentes no imaginário social endereçada para o homem negro na modernidade. Pinho (2008) coloca o foco nas sexualidades racializadas, culturalmente produzidas na diferença entre “nativos” e “civilizados”. A sexualidade é imaginada dentro de um conjunto de regras postas como possibilidades a serem seguidas e que quando negligenciadas podem se tornar problemas para quem pretende

³ Ver notícia em (<http://www.suburbionline.com/trinta-e-uma-pessoas-foramassassinadas-neste-final-de-semana-em-salvador/>).

desconsiderá-las. Por meio da racialização, se define hierarquias relacionadas à sexualidade representada pelo corpo negro e a desejada como universalmente ideal, subordinando a primeira em detrimento da segunda. Segundo o autor:

A partir do que ressalta Pinho, empiricamente alguns estereótipos e fetiches demonstram como a racialização da sexualidade produz no corpo negro masculino subordinação, mas que em certos pontos são positivados para fins de realçar a identidade sexual atribuída. Um exemplo clássico é o da hipersexualidade. É muito comum em sociedades pós-coloniais, nas quais o racialismo foi instituído, a exaltação do tamanho do “falo negro”⁴ e da virilidade sexual do homem negro, beirando a bestialidade. No discurso apresentado pelos jovens no campo etnográfico aparecem denominações do tipo, “pegada do negão”, “pegada de africano” e “negão do WhatsApp”, todas com conotação assertiva da masculinidade negra, sem dimensionarem os prejuízos causados. Em artigo recente novamente Pinho expõe que:

Os significados da masculinidade racializada na modernidade são construídos em associação com a produção contestada da representação sobre o corpo negro e sobre este como fonte, matriz ou lócus da própria identidade do homem negro e dos fundamentos transcendentais de sua presumida subjetividade (PINHO, 2015, p. 217).

Tanto Mara Viveros Vigoya, quanto Osmundo Pinho apontam para a relationalidade da masculinidade negra, diante de padrões de masculinidade hegemônica, exercida como modelo primordial a ser seguido no que tange a ser *homem*. A partir disso, procura-se demonstrar fatores que comprovem serem masculinidades negras produções subordinadas a um modelo hegemônico. Isso se dá por conjunturas que nos homens racializados são experienciadas de modo diferente do homem branco, ou não negro a exemplo da

⁴Mais sobre esse tema ver Deivison Nkossi (2014), *O pênis sem o falo*.

sexualidade e do consumo. Assim como os autores citados nessa sessão, reiteramos a opção de pensar as masculinidades e as sexualidades racializadas articuladas à produção de subjetividades decorrentes de um longo período colonial, e que ainda reverbera na contemporaneidade como colonialidade de poder/saber, pode-se com isso, falar num processo decolonial de rejeição de imposições do sistema moderno/colonial.

Os trabalhos de Frantz Fanon, *Pele Negra Máscaras Brancas* (2008) e *Os Condenados da Terra* (1961), têm sido significativos para investigar as masculinidades negras e a cerca de pessoas negras em meios onde a colonização se fez e faz presente durante séculos, como no caso brasileiro. Fanon desenvolve a necessidade de se avançar com a derrubada da violência imposta pelo período colonial, que parece não ter fim sem a tomada de consciência dos colonizados transformando a luta em ações históricas. Ainda para Fanon, “O colonialismo, que não graduou seus esforços, nunca cessou de afirmar que o negro é um selvagem” (FANON, 2008, p. 176).

A percepção de retirar da centralidade das discussões sobre os negros o ideal de supremacia branca e pôr na diáde negro/não negro, proposto na elaboração da antinegritude, ainda é algo novo nos escritos de pesquisadores brasileiros. Seu paradigma serve para alargar os debates já existentes de raça, racismo e negritude e ao mesmo tempo tende a complementá-los. Uma série de artigos têm se utilizado na intenção de fundamentar seus trabalhos, a exemplo do livro “Antinegritude: O Impossível Negro na Formação Social Brasileira” organizado por João Vargas e Osmundo Pinho publicado em 2016, e que conta com escritos de diversos autores e autoras. Em outro artigo do ano de 2017, o próprio Vargas volta a considerar que:

O novo paradigma que propomos nada mais é do que uma proposta de pensar um mundo diferente. Essa proposta tem de reconhecer a antinegritude fundamental. Ela tem de reconhecer a escravidão póstuma e presente. Esse paradigma necessário coloca as experiências negras no centro de nossas atenções e distingue a corrupção fundamental dos estados-impérios. Corrupção de

práticas, corrupção de ideias, mas, sobretudo e especificamente, corrupção do que constitui a Humanidade. O paradigma que propomos parte do antagonismo fundamental entre negros e não-negros e visa um mundo novo (VARGAS, 2017, p. 98).

Tratando-se de práticas juvenis e artístico-culturais no decorrer do Sarau de 20 de Novembro, em 2017, os estudantes do CERG apontaram pelos menos duas que considero significante citar, sobretudo a respeito do *pagode baiano* e de elementos do *hip hop* (break e graffiti), ambos de forte apelo entre jovens nas comunidades periféricas da Bahia. A letra da música e epigrafe, Redentor composta pelo estudante Igor Santos e que foi executada por uma banda de *pagode baiano* conta parte do que já se tornou hábitos diários na vida de muitos, e que busco evidenciar no texto, o anúncio do genocídio. A redenção aqui viria com a ajuda e fé no *pai*, o senhor Jesus Cristo, que nos livraria de toda miséria e do “inferno que a gente faz”. Pensamento de um jovem estudante e vocalista cansado de presenciar violências dos diversos tipos e que busca através da arte e da música conscientizar outras pessoas. Parte de notas etnográficas ratifica um pouco o momento de apresentação dos garotos músicos do 1º ano do ensino médio e logo em seguida pondero sobre estudantes do 2º do ensino médio na época os quais fizeram coreografias de três músicas de *rap* pixaram um tecido branco.

O próximo grupo se organizava para tocar [...] parece ser uma banda de pagode com congas, guitarra e bacurinha elementos comuns numa banda do estilo musical. Recebi um folheto que constava a letra da música a ser tocada. Redentor era o nome da música. A banda era formada por estudantes do 12 M1 turma do primeiro ano do ensino médio. Em determinado momento imaginei que aquilo seria um material e tanto e que de fato são atividades as quais devem ser etnografadas com o uso da imagem como recurso técnico. A diretora da escola ficou de disponibilizar algumas imagens feitas com a câmera da escola. Interessante o alvoroço que a musicalidade do pagode baiano causou nos expectadores.

Importante abrir parêntese e discorrer de modo rápido que desde meados da década de noventa do século passado, de modo local o *pagode baiano* se tornou estilo musical de grande potência na formação da identidade de muitos jovens. Há uma diversidade de temas possíveis de problematizar nos discursos e performances manifestados pela musicalidade do pagode: raça/racismos; classe; sexualidade; consumo; gênero; genocídio da população negra, dentre outros. É inegável a condição periférica e sua formulação baseada a partir da negritude, tanto presente fisicamente nos membros dos grupos de fãs, mas ainda se faz atualizado no emprego de instrumentos musicais e culturalmente ligados a musicalidade afro-brasileiras a exemplos dos percussivos. Por último, embora seja talvez o ritmo mais escutado dentro das periferias, ainda assim, e talvez por ser o que é o *pagodão* e os pagodeiros sofrem desde o surgimento racismo cultural e institucional, é considerado um “lixo cultural”. A perseguição a elementos culturais, tradicionais e religiosos praticados pelos africanos e depois pelos afro-brasileiros por parte do estado brasileiro ocorreu/ocorre em vários momentos da formação nacional, com o *pagode baiano* não tem sido diferente, isso presente, por exemplo, na criação da Lei anti-baixaria de 2008.

Finalizando o Sarau aconteceu a apresentação do pessoal do 14m2. Uma breve apresentação de elementos do Hip Hop. Meninos e meninas faziam rimas e dançavam break dance, além de picharem em um pano branco a frase “Hip Hop 14m2 e um símbolo do coração”. Aqui me chamou a atenção à frase dita por um deles no microfone “Hip Hop não é só um ritmo musical”. Acrescentaria que é um elemento cultural e produtor de identidades.

Cabe afirmar que as celebrações do 20 de Novembro, comungam já há algum tempo com uma África não mais “mítica” e sim baseada na contemporaneidade, onde a cultura vernácula diásporica ganha espaço satisfatório, basta atentarmos para diversidade apontada no Sarau. O que se convencionou a chamar de cultura negra é atualizado por esses jovens através de elaboração

local baseada muitas das vezes no que vem de “fora” e, portanto global. Podemos ampliar o formulado por Ligia Ferro direcionado para o graffiti e o parkour, em consonância as atividades do Sarau:

As práticas culturais urbanas, nas quais se inclui o *graffiti* e também o *parkour*, são protagonizadas por atores que constroem formas de cultura urbana. Estas formas abrigam no seu seio diversos modos de mediação à escala local e global. Assim, o estudo destas práticas constitui um bom recorte teórico-empírico para pensar os processos dos quais se estabelecem projetos e identidades urbanas na contemporaneidade (FERRO, 2016).

Outro período marcante no Sarau aconteceu com a apresentação de alunos do primeiro ano encenando a música reggae do cantor local Edson Gomes “Bela Cidade”, a qual fala sobre a cidade de São Félix, além disso, a utilização do estilo musical para celebração da consciência negra demonstra que os jovens residentes na periferia têm elegido seus próprios representantes. Tendo em vista que existem estereótipos ligados a quase tudo que diz respeito ao reggae. A escolha dessa letra demonstra o desejo dos estudantes da escola por u lugar mais digno e melhor para viver, distante de tudo que seja diferente da São Félix atual, com políticas públicas emergenciais. A cidade que é conhecida como “cidade presépio” por conta de parte de sua arquitetura.

Bela cidade
Lindo presépio
Bela cidade
Lindo presépio
Filho de Deus, Menino
Ponha sua mão nessa represa
Que o homem falível
É sempre falível
E a gente que nunca tem nada a ver, ê ê
Vive pagando sem merecer, ê êê
A gente que nunca tem nada a ver, a ver
Vive pagando sem merecer
Ponha sua mão nessa represa

Que o homem falível
 É sempre falível
 E a gente que nunca tem nada a ver, é ê
 Vive pagando sem merecer, é êê
 A gente que nunca tem nada a ver, a ver
 Vive pagando sem merecer
 Filho de Deus, Menino
 (BelaCidade/Edson Gomes)⁵.

Sobre a formação das cidades, elas podem ser divididas em duas grandes modalidades: *imagem optimista* e *imagem pessimista*, sendo a segunda proposição de Luís Fernandes (2003) a que mais me interessa, pois faz conexão com as cidades e comunidades exemplificadas aqui. Além disso, por também perceber que na contemporaneidade existem pesquisadoras e pesquisadores que pensam a cidade como o “local do perigo”, tendo em vista que parte dos moradores locais enxergam a cidade do mesmo modo, como demonstro em nota colhida em diálogo recentemente presenciado. Em parte de seu artigo Fernandes retoma a associação cidade-insegurança afirmada por alguns autores a partir da primeira década do século XX, como imagens das cidades urbanas daquela época:

Criminalidaden as grandes cidades é muito maior,mesmona ausênciade malfeiteiros de profissão e entre as gentes que permaneceriam calmas e honestas se vivessem longe dos locais passionais que são as grandes cidades cosmopolitas (...) Nascidases todas as causas, numa palavra, se reúnem para fazer nascer os vícios e agudizar as paixões, provocando a criminalidade” (LANESSAN, 1910, *apud* FERNANDES, 2003, p. 54).

A fala de uma senhora em conversa durante vinda de ônibus para as cidades faz consonância com o que diz Fernandes. “*O problema de São Félix e de Cachoeira que é lastimável hoje é a droga. Toda semana se ouve falar de morte e de prisão. Ontem mesmo os*

⁵ Acesso disponível em: <https://www.letras.mus.br/edson-gomes/396063/>

de São Félix invadiu a Rua da Feira pra pegar uns de lá" (disse uma senhora moradora a outra que iria visitar a filha na cidade, sentadas duas poltronas a minha frente).

O mesmo autor citado a cima, logo em seguida, reforça a ideia de cidade-insegurança ao trazer para debate uma nota etnográfica de assalto sofrido pelo mesmo nas ruas do Rio de Janeiro, no ano de 1998 dentro de subcapítulo intitulado *a hipótese predatória*, sendo a cidade carioca seu laboratório utilizado para tal descrição como metafórica:

Os grandes predadores, como o leopardo acoitam-se no espesso e na multidão das sombras - o morro, os morros que circundam pelo lado norte o Rio de Janeiro, podiam ser o seu habitat, de acordo com a forma como até agora vi organizar topograficamente a cidade. O morro é o seu espaço e a favela o território - o resto da cidade é o lugar das incursões. Os pequenos predadores, como o cão selvagem ou o mabeco, circulam de espaço em espaço espreitando o descuido, desenvolvendo o pequeno expediente, exibindo rituais que, no caso de intimidarem, podem revelar a vítima. São altamente móveis e aqui deslocam-se de autocarro (FERNANDES, 2003, p. 57).

Considerações finais

A partir do esboço de uma breve discussão sobre os temas relacionados à cima concluo que se faz necessário essa revisão no sentido de acoplar parte a pesquisa em andamento. Se tratando de temáticas que estão relacionadas à antinegritude, raça/cor, o que tenho percebido no atual momento e andamento da pesquisa é como ainda se faz presente uma “dificuldade” das pessoas dialogarem sobre e geralmente esse debate causa uma ligeira confusão nos sujeitos racializados por ás vezes não se situarem dentro da racialização e do racialismo operante na sociedade. Falar disso ainda é problemático e gera tabus em algumas ocasiões e a própria forma como os diversos meios de comunicação e instituições formadoras das identidades e subjetividades.

O preconceito de cor pode ser analisado através da formulação da situação racial pelos membros do grupo ou por meio do exame da interação simbólica. A representação das masculinidades, e masculinidades negras (objeto de pesquisa) podem/devem ser observadas por meio desses prismas discutidos acima e que procuramos dar seguimentos desde a dissertação de mestrado “Pegada de Patrão”, com intuito de não “perder de vista” *o homem negro em questão*. Trazendo uma representação crítica e multissituada que difere das demais propostas no meio acadêmico e no “senso comum”.

Em muitas localidades do Brasil tornou-se banal o que se convencionou chamar na grande mídia e senso comum de *guerras de facções*, mais um fruto da violência urbana que historicamente persiste nas grandes e pequenas cidades do país. No estado da Bahia é recorrente a morte de jovens negros, em sua maioria homens, supostamente envolvidos ou não com o tráfico de drogas ou com *passagem* na polícia. A pergunta “tinha envolvimento?”, muitas vezes repetida pelos jornais sensacionalistas do, hoje já faz parte do vocabulário baiano e virou desculpa para a morte e encarceramento de muitos indivíduos. Penso que as condições sociais têm influenciado diretamente na entrada dos jovens no mundo do crime, muito desses são oriundos de bairros tidos como periféricos e perigosos.

Por fim, Precisamos entender melhor como violências sofridas por homens negros são perpetuadas, transformadas e consumidas em outras arenas da vida social, aqui na arena social do gênero e sexualidade. Violências e desigualdades sociais também devem nortear a pesquisa, mas não com intuito de reduzir todas explicações à elas. Masculinidades e principalmente as masculinidades negras tem se mostrado propícias para indagação da forma com que homens pensam suas próprias relações com o cotidiano vivenciado, no mercado de trabalho, na escola, na família e na rua e outros espaços institucionalizados.

Referências

- AGANJU, Fred. **Breves apontamentos sobre a necropolítica racial na bahia - terrorismo de estado, racismo e letalidade na ação policial (2006-2015).** Cachoeira, BA. 2017 inédito.
- CORDEIRO, Graça I. “**A antropologia urbana entre a tradição e a prática**” in Graça I., Cordeiro, Luís V. Baptista e António F. Costa (org.) *Etnografias Urbanas*, 2003. Oeiras: Celta, pp. 3-32
- FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. ED. EDUFBA; Salvador : 2008. p. 194.
-
- _____ **Os condenados da terra.** Tradução de José Laurêncio de Melo. Civilização brasileira. 1961. Rio de Janeiro.
- FERNANDES, Luís. A imagem predatória da cidade In: **Etnografias Urbanas - 2003**, autores (textos) e organizadores (colectânea). Graça Índias Cordeiro, Luís Vicente Baptista e António Firmino da Costa (organizadores).
- FERRO, Lígia. **Da rua para o mundo. Etnografia Urbana comparada do graffiti e do parkour.** ICS, Portugal, 2016.
- MACHADO, Thaís G. **O projeto “brincadeira de negão”:** pressupostos teóricos e metodológicos emancipatórios para uma pesquisa sobre jovens homens negros na mira de uma guerra racial. Cachoeira, BA. 2017 inédito.
- MARCUS George. **Etnografia Multisituada.** Entrevista com o autor. MANA 21(2): 407-423. 2015 – DOI.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica seguido de Sobre El gobierno privado indirecto.** Traducción y edición a cargo de Elisabeth FalomirArchambault. Traversées, diasporas, modernités, Raisons politiques, nº 21, 2006, pp. 29-60.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NKOSI, Deivison F. **O pênis sem o falo:** algumas reflexões sobre homens negros, Masculinidades e racismo. In: Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher/organização Eva Alterman Blay. - 1. ed. - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

PINHO, Osmundo. **“Putaria”:** masculinidade, negritude e desejo no pagode baiano. Maguaré - vol. 29, n.º 2 (jul-dic) · 2015. pp. 209-238. Departamento de Antropología · Facultad de Ciencias Humanas.

PINHO, Osmundo. **Relações raciais e sexualidade.** In: Raça: novas perspectivas antropológicas / LivioSansone, Osmundo Araújo Pinho (organizadores). - 2 ed. rev. Salvador : Associação Brasileira de Antropologia : EDUFBA, 2008. 447 p.

PUJADASJoan, M. **Etnografia.** Editorial UOC, Espanha, 2010.

VARGAS, João C. **Por uma Mudança de Paradigma:** Antinegritude e Antagonismo Estrutural. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.48, n. 2, p.83-105, jul./dez., 2017.

VARGAS, João e PINHO, Osmundo; **AntiNegritude:** O impossível sujeito negro na formação social brasileira. 2016. Editora UFRB. Coleção UNIAFRO. Vol 15.

VIVEROS VIGOYA, Mara. **De quebradores y cumplidores:** sobre hombres, masculinidades y relaciones de gênero em Colombia. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá. 2002. ISBN 9581216128.

**Entre o centro e a periferia:
análise de elementos racializados para
a produção de vocações territoriais no
Rio de Janeiro para a competição urbana global**

Lívio Silva de Oliveira

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro passou por intensas transformações urbanas nos aspectos materiais, funcionais e simbólicas, alterando sua morfologia social a partir do início da década de 1990. Esse período demarcou o processo de empreendedorismo urbano (HARVEY, 2006) a ser desenvolvido na capital fluminense para torná-la competitiva na disputa urbana global, ou seja, para que a cidade fosse transformada em centro de atração de investimentos financeiros por meio de um urbanismo de ordem neoliberal como uma *commodity* (DELGADO, 2007). O processo de empreendedorismo urbano foi desenvolvido por mais de 20 anos, tendo como seu ápice a realização dos Jogos Olímpicos de Verão em 2016, na sequência de eventos de caráter ou esportivo, ou religioso, ou cultural, ou político (social e/ou institucional); para demonstrar a capacidade organizativa do Rio de Janeiro no cenário urbano global, privilegiando as parcerias público-privadas.

Nesse contexto, a noção de território traz consigo a noção espacial no qual se desenvolvem relações de poder que podem ser simétricas e/ou assimétricas. O território não é só uma categoria geográfica, é também uma categoria sociológica no sentido que

compreende o determinado espaço de interação humana. Segundo Santos (2005), não é o território em si que deve ser analisado, mas o uso que fazem dele, defendendo a constante revisão histórica dessa noção. Portanto, o território pode ser entendido como a distinção espacial da variação dessas relações no que se refere à identidade, à memória e a outras interações de ordem afetiva ou de ordem racional.

Esse projeto apresentou outras dimensões para além da questão financeira. A ideia de revitalização por meio de um projeto urbanístico complexo e abrangente que reforçou a segmentação territorial do Rio de Janeiro. Um desses aspectos foi o tema da segurança pública, tendo em vista que um dos entraves principais para a realização dos megaeventos na cidade era a questão da violência. Nesse sentido, as Unidades de Polícia Pacificadora, conhecidas pela sigla UPP, emergiram como uma espécie de sistema eficaz contra o crime organizado identificado como problema social, no caso, o tráfico de drogas ilícitas nas favelas cariocas, reforçando o caráter de segmentação territorial da capital fluminense. A ocupação de favelas pelas UPP também tinha em seu planejamento a ideia de colocar populações marginalizadas no circuito da “inclusão produtiva” pelo mercado de trabalho e do empreendedorismo individual. Porém, o projeto de *cidade global* não se encerrou na questão econômica e de segurança.

Aspectos afetivos e de memória coletiva foram componentes para a reconstrução da história social dos tipos de urbanismos no Rio de Janeiro para a reconfiguração espacial da cidade. Dessa forma, o projeto de *cidade global* também demonstrou fatores culturais, patrimoniais, históricos, geográficos e étnico-raciais para a produção de identidades que remeteriam à vocação territorial manufaturada como “natural” de determinados espaços da cidade. Esse também é um recorte estratégico para compreender o processo de marginalização e protagonismo relacionais de sujeitos históricos e a reconfiguração do espaço urbano carioca no contexto de empreendedorismo urbano.

Os pontos que vamos debater nesse texto são os elementos racializados que constituem fatores culturais, históricos e patrimoniais produtores de centralidade e de periferia. Nesse caso, esses conceitos não se restringem à dimensão geográfica, sendo indicadores para a interpretação de significados e simbologias para compreender a construção relacional da vocação territorial que transita entre marginalização e protagonismo. Assim, temos duas unidades de análise para o recorte étnico-racial da produção de uma identidade espacial **negra** no Rio de Janeiro. A primeira é a região central da cidade, na qual está localizado o *Boulevard Olímpico*, que integra o projeto de revitalização territorial chamado de *Porto Maravilha*, construído para os jogos de 2016, área que também está circunscrito o *Círculo Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana*. A outra é o bairro de Madureira, localizado no subúrbio da zona norte carioca, conhecido como local de samba e de outras expressões culturais e tradicionais remetidas a elementos racializados, além de ter passado por transformações urbanísticas no período olímpico.

O objetivo é compreender as dinâmicas que sinalizam o paradoxo centro e periferia para a produção de uma identidade social e histórica e grau de legitimação dentro de uma política urbana por meio de elementos racializados. Nesse sentido, a teoria das margens, da antropóloga Veena Das, será o fio-condutor da articulação conceitual teórica da dimensão relacional entre marginalização e protagonismo da identidade espacial **negra** para a construção de vocações territoriais no Rio de Janeiro e como esses elementos racializados podem ser interpretados no processo de reconfiguração do espaço urbano na capital fluminense. Trata-se de um recorte da pesquisa realizada para minha tese de doutorado em Sociologia, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2018; juntamente com avanços de investigações científicas que não estavam nos objetivos do trabalho, mas que possuem relevante interesse acadêmico.

Região Central do Rio de Janeiro e o projeto de *cidade global*

A região central do Rio de Janeiro foi terreno para o projeto urbanístico de *qualificação* sob o argumento de integrar o *legado olímpico* para a cidade. As transformações urbanas dessa parte da capital fluminense foram materiais, funcionais e simbólicas. A primeira refletiu na arquitetura e no trânsito, com a demolição do Elevado da Perimetral e a construção de túnel subterrâneo Marcello Alencar em seu trajeto, além da redução da faixa de circulação de veículos na Avenida Rio Branco. Essas ações oportunizaram espaços públicos de permanência no centro administrativo e financeiro do Rio de Janeiro, que possui um espólio patrimonial material e imaterial de valores históricos e culturais. Esse trânsito simbólico entre a memória do passado e a contemporaneidade sinalizam os fatores que constituíram a ideia de vocação territorial.

As transformações urbanas na região central do Rio de Janeiro também indicaram a dimensão econômica. A dinâmica entre *consumo do lugar* e *lugar de consumo* dessa região foi potencializada no processo de empreendedorismo urbano da cidade. A ideia de segurança está contida nesse projeto com a implantação de programas como as UPP e os policiamentos de proximidade de áreas estratégicas, como a *Lapa Presente* e o *Centro Presente*. Bairros como Lapa e Santa Teresa foram remodelados para atender o público de novos usuários da cidade global (SASSEN, 2010), o que influenciou no valor de uso e no valor de troca do solo, encarecendo alguns tipos de serviços comerciais e de moradia. Porém, podemos verificar que há um componente constitutivo de uma vocação territorial da boemia carioca, sendo espaço de consumo e atividades de lazer, de cultura e de entretenimento.

O projeto urbanístico *Porto Maravilha* sistematizou as mudanças materiais, funcionais e simbólicas no sentido de qualificação da área portuária. A região considerada degradada e perigosa foi transformada em espaço requalificado com a construção do *Boulevard Olímpico*. Essa requalificação se deu por

meio da construção de equipamentos públicos de arte, cultura, entretenimento e de memória, além de espaços de circulação e permanência de pessoas. Esse processo também foi um dos indicativos do projeto de *cidade global* do Rio de Janeiro, no qual diferentes temporalidades ocupam o mesmo espaço urbano e coexistem no mesmo território (LEFEBVRE, 2016) para produzir a ideia de cosmopolitismo, sendo o Veículo Leve sobre Trilho, conhecido como VLT, um exemplo nesse sentido por ser um transporte de traços futuristas que transita pelo itinerário dos antigos bondes do centro da cidade.

A construção dos espaços de memória social nessa região do Rio de Janeiro por meio do projeto *Porto Maravilha* indica os processos históricos de reconstrução patrimonial que produzem identidades coletivas cristalizadas no imaginário popular. A construção do Museu do Amanhã e do Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR) no *Boulevard Olímpico* é um indicativo da simbologia que norteou o projeto urbanístico de revitalização da zona portuária. Ambas as estruturas museológicas foram o chamariz de um circuito cultural, patrimonial e histórico de uma candidata à *cidade global*, em especial o Museu do Amanhã com a sua proposta de sustentabilidade e seus traços grandiosos, que destoam das construções históricas que resistiram ao tempo.

Interessante problematizar este ponto para a construção da região central como unidade de análise, uma vez que a cidade foi fundada nessa área. A segmentação territorial histórica dessa parte do Rio de Janeiro sinaliza o viés étnico-racial na produção de identidades coletivas e de memória social. A favela mais antiga do Brasil, o Morro da Providência, está situada na localidade e é significativa para compreendermos o processo histórico de inclusão precária de sujeitos históricos de marginalização na capital fluminense – incluídos na lógica da produção e do consumo e excluídos da dimensão garantidora de direitos. A questão da representatividade e do reconhecimento dos seus espaços de memória e de cultura pode indicar os sentidos das disputas

simbólicas por elementos racializados, que ganham novos contornos patrimoniais ao verificarmos que parte da região era conhecida como *Pequena África*.

A criação do chamado *Círculo Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana* é um dos pontos dessas disputas simbólicas que constroem as vocações territoriais. Esse circuito foi instituído pelo decreto municipal nº 34.803 de 26/11/2011, em decorrência do descobrimento de fragmentos arqueológicos que estavam soterrados pela sobreposição de intervenções urbanísticas na região ao longo do tempo, que foram descobertos em virtude das obras do projeto *Porto Maravilha*. O objetivo desse circuito era compreender o processo de diáspora africana e a formação multiétnica das sociedades carioca e brasileira.

Alguns pontos da zona portuária tiveram suas potencialidades econômicas, culturais e sociais aludidas no processo de empreendedorismo urbano para a construção de vocações territoriais. Os elementos racializados da herança negra foram componentes de uma narrativa que produziu a memória social de que essa região historicamente foi espaço de expressões culturais, artísticas e de socialização de sujeitos marginalizados. A Pedra do Sal, no bairro da Saúde, aos pés do Morro da Conceição, foi consolidada na produção discursiva como local do nascimento do samba, ritmo musical identificado como “*tipicamente brasileiro*”. Nesse sentido, o patrimônio material e imaterial sinaliza os sentidos em disputa desse território, na medida em que a reflexão sobre o processo histórico de marginalização, que tem como componentes elementos racializados, articulados com a ideia de integração cultural de diferentes tipos sociais que reivindicam essas manifestações culturais como “*sua*”, ainda que não sejam do grupo étnico-racial historicamente marginalizado.

O processo de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro inseriu a área entre a Pedra do Sal e o Largo da Prainha no circuito de entretenimento e de lazer cultural do centro da cidade. O *Boulevard Olímpico* dinamizou o consumo nessa área, na qual já era

verificado pela realização de rodas de samba e atividades comerciais de rua ou de pequenos bares, dando uma ideia de essência local. Com as intervenções urbanas na região, o local foi sendo transmutado em um atrativo turístico e uma alternativa de lazer noturno, o que oportunizou a reformulação de estabelecimentos comerciais da região para um *consumo de alto padrão*, o que indica a relação entre *lugar de consumo* e *consumo do lugar*. O ápice desse processo foram os jogos olímpicos de 2016, nos quais as barracas legalizadas para atuarem na região – em geral mulheres, idosas e negras – foi substituídas por *food trucks*, que em sua maioria era de propriedade de homens brancos. Esse fato remete às relações históricas de trabalho que constituíram esse território e redundaram em suas expressões culturais como forma de resistência de sujeitos de marginalização, atravessados por elementos racializados.

A ideia de essência que produz a vocação territorial pode ser compreendida como linguagem entre agentes sociais que disputam a narrativa da construção desse espaço. As interações entre os indivíduos que frequentam esse perímetro de lazer, cultura e de entretenimento do centro do Rio de Janeiro indicam determinados estímulos verificados na sociabilidade desenvolvida no local, evidenciando as relações afetivas e as disputas simbólicas sobre a construção desse território. A interpretação de que essas expressões culturais são apenas mais um fator a ser monetizada e consumida nos parece equivocada, uma vez que essas disputas simbólicas também sinalizam possibilidades de legitimação dos espaços de memórias a partir de elementos racializados na construção de vocações territoriais como espaços de compartilhamento de experiências afetivas e de pertencimento.

No entanto, as contradições sobre o espaço de memória da população negra na zona central do Rio de Janeiro indicam a forma de reconhecimento desigual sobre o patrimônio a partir de elementos racializados. Na região do *Porto Maravilha*, a o *Cais do Valongo* ou *Cais da Imperatriz* é exemplar nesse sentido. O sítio

arqueológico foi descoberto no período das obras de revitalização do centro para as Olimpíadas de 2016, sob camadas de outras reformas urbanísticas que a cidade passou. O tempo de invisibilidade do Cais também remonta a marginalização da população negra como sujeito histórico e seu processo de inclusão precária no país a partir de sua antiga capital, uma vez que era a porta de entrada de seres humanos escravizados e, consequentemente, degradados física e moralmente. O nome duplo da localidade também indica uma disputa simbólica, além das tentativas pregressas de transformar o equipamento em um traço positivo de civilidade e/ou de apagar um passado remetido à barbárie e ao atraso dos períodos colonial e monárquico, por parte do regime republicano. A antiga reivindicação de segmentos do movimento negros pelo tombamento do local foi atendida em 2017 com a declaração da UNESCO de que o Cais era Patrimônio da Humanidade.

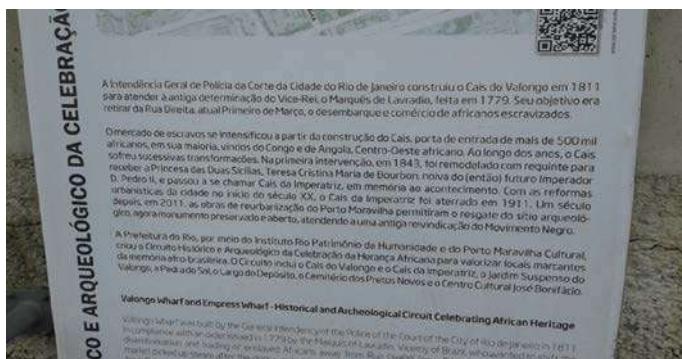


FIGURA 1 - PLACA QUE DESCREVE O PROCESSO HISTÓRICO DE TRANSFORMAÇÃO DO CAIS DO VALONGO – (Lívio SILVA DE OLIVEIRA/ 2016).

O tombamento do *Cais do Valongo* contrasta com a situação de abandono de outro sítio arqueológico na região que já foi conhecida como *Pequena África*. Descoberto em 1996, no bairro da Gamboa o *Cemitério dos Pretos Novos* é um resgate histórico da presença negra no Rio de Janeiro e na constituição de elementos racializados para produção e representação de identidades territoriais. A proximidade geográfica com o *Cais do Valongo* se deve

pela dinâmica social da época, marcada pelo comércio de africanos escravizados na localidade. Aqueles indivíduos que não sobreviviam à viagem pelo Atlântico tinham seus corpos despejados de maneira degradante em uma espécie de terreno baldio. Os utensílios domésticos encontrados junto aos restos mortais encontrados nas escavações feitas nesse sítio arqueológico indicam que esse espaço também poderia ser destinado ao lixo ordinário da cidade. Essa interpretação alude à coisificação do corpo negro no período colonial como um “não humano”. Atualmente, no local onde ficava o cemitério, que funcionou de 1772 a 1830¹, existe um museu memorial mantido pelo Instituto Pretos Novos, que preserva também o sítio arqueológico.

A comparação entre o *Cais do Valongo* e *Cemitério dos Pretos Novos* é o ponto de inflexão para compreendermos de que forma foram constituídos os espaços de memória da população negra e a produção de identidades e vocações territoriais no centro do Rio de Janeiro. Foram verificados que os patrimônios históricos materiais compostos por elementos racializados foram divulgados de maneira distinta no processo urbanístico de reconfiguração da zona portuária carioca. Enquanto que o *Cais* atendeu uma demanda histórica, legitimada socialmente pelo tombamento da UNESCO, que o projetou midiática e turisticamente como atrativo patrimonial, o *Cemitério* seguiu relegado ao interesse de um público reduzido, ainda que as obras do VLT na região expusessem mais detalhes do sítio arqueológico. A representação e a estima social referente a ambos os patrimônios indicam a possibilidade de manutenção dos mesmos condicionados a sua projeção, sendo o valor histórico fato secundário. Nesse sentido, o Instituto Pretos Novos encontra maiores dificuldades para continuar em funcionamento, principalmente por questões financeiras.

¹ Há referências a outros cemitérios de pretos novos no Rio de Janeiro e em outros estados do Brasil. Fonte: Sítio do Instituto Pretos Novos. Disponível em: <http://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/> acesso em: 26/05/2019.

Ao considerarmos o projeto urbanístico executado na região central do Rio de Janeiro, observamos que os espaços de memória da população negra e os patrimônios culturais identificados por elementos racializados também figuram de maneira secundária e/ou acessória. A construção de grandes estruturas museológicas não faz qualquer referência ao circuito da herança africana. Ao contrário, parece ter um efeito de apagamento dessa memória ou de diluição do patrimônio material no imaterial, como nas expressões artísticas e culturais que aludem à racialização. Dessa forma, esse processo pode sinalizar a possibilidade de produção de uma identidade periférica, ainda que geograficamente estejam localizados na região central da cidade. Ou seja, os espaços de memória constituídos por elementos racializados na zona portuária do Rio de Janeiro estariam às margens de uma centralidade simbólica que produz a vocação territorial do processo de empreendedorismo urbano.

Madureira – uma centralidade suburbana?

O bairro de Madureira, localizado na zona norte do Rio de Janeiro, é um dos bairros mais populares do subúrbio carioca. No século XIX, a região ainda era pouco habitada e de características rurais, até a chegada da linha férrea e a inauguração da estação de trem homônima ao atual bairro em 1890. A partir do século XX, a população de Madureira foi aumentando na medida em que a região começou a catalisar movimentos de produção econômica, como fábricas de diversos setores e comércio de rua. Essa conformidade espacial também indica quais foram os fatores que consolidaram o bairro como polo de atração econômica para geração de emprego, renda e consumo no subúrbio carioca. Nesse sentido, Madureira na relação *consumo do lugar e lugar de consumo* é interpretado como um bairro no qual a estética e o planejamento urbano são referidos à ideia de desordem pela intensa circulação de pessoas e mercadorias, constituindo um território de multiplicidade social.

A ideia de desordem sobre o bairro de Madureira tange às dimensões geográficas e simbólicas constituintes do território. Ao comparar os tipos de vocação territorial manufaturada para a zona sul e para a zona central com as identificadas para a zona norte do Rio de Janeiro, verificamos as distinções espaciais compostas e marcadas historicamente pela divisão social do trabalho. Tanto a zona sul como a região central apresenta uma série de políticas urbanas definidas para construção do espaço da produção e do consumo. Na zona norte, região mais periférica da cidade, a ocupação progressiva do solo por distritos industriais no século XX, removidos das regiões mais centrais, sinalizou a funcionalidade das favelas como lugar de moradia para essa mão de obra por estarem situadas nas cercanias do lugar de trabalho (BRUM, 2013. BRUM & GONÇALVES, 2015).

A distinção entre lugar da produção (trabalho – região central) e lugar do consumo (moradia – zona sul) como qualificadora territorial foi sendo diluída na zona norte. Essa região da cidade passa a ser considerada um lugar *dormitório*, não possuindo os componentes de *bairro* como espaço de convivência, sociabilidade e identidade, o que indicaria desordem pela degradação tanto na composição material (moradia e habitação) e social. Porém, essa perspectiva é problematizada ao refletirmos sobre a produção dessa narrativa sob o prisma da marginalização a partir de uma ótica reduzida à técnica urbanística de intervenção no solo que referencial a um modelo único de cidade, sendo passível de crítica por desconsiderar ou, pelo menos, diminuir a dimensão afetiva dos sujeitos que vivem e percebem a área que a caracterizam como território.

Madureira é um caso exemplar para analisar a dinâmica entre o protagonismo e a marginalização na construção de uma vocação territorial no projeto de *cidade global*. A atração econômica do bairro também alude à sua ocupação humana do espaço e os tipos sociais que foram atores nesse processo. O comércio local é marcado pelo conceito de *popular*, atendendo às mais diversificadas demandas

e ofertas de um público plural e heterogêneo. Geograficamente, Madureira possui uma localização estratégica de mobilidade urbana por estar em um entroncamento ferroviário e rodoviário da cidade, que oportuniza a circulação de pessoas de outras áreas suburbanas da capital como da Baixada Fluminense. Do ponto de vista econômico, o bairro é caracterizado como espaço de lazer, produção e consumo, além de ser um lugar de emprego e de renda para classes sociais de pouco poder aquisitivo das regiões periféricas do Rio de Janeiro. Nesse sentido, são identificados em Madureira fatores que constituem uma centralidade econômica para grupos sociais que formam uma classe trabalhadora subalternizada. Porém, essa referência também pode ser observada em alguns grupos que estão em postos de trabalho que exigem uma educação formal para execução de suas atividades profissionais.

A identidade *popular* de Madureira é um dos componentes para construir a ideia de vocação territorial do bairro. Para além da questão econômica, essa região periférica apresenta as dimensões social e cultural como componentes dessa construção. A ocupação desse espaço por um contingente de trabalhadores precarizados para a indústria, oriundos de outras partes da cidade e/ou de outros estados e municípios, além de indivíduos se dedicavam a atividades agrárias; indica a diversidade do perfil populacional de Madureira. A ocupação dos morros e de terrenos do bairro também é indicativa para compreender a idealização do tipo social que habita e vive esses espaços. Esse processo de ocupação apontou para um componente étnico-racial: a população negra. Isso pode ser identificado em algumas expressões artísticas e culturais que são remetidas à Madureira no imaginário social carioca que pode ser reproduzido em escala nacional e internacional a partir dessa interpretação da realidade.

Os elementos racializados da memória e do patrimônio emergem em Madureira como fatores positivos de uma identidade territorial que aludem a uma vocação. O bairro é conhecido por suas tradicionais escolas de Samba – Portela e Império Serrano –, que

possuem títulos nos desfiles de carnaval do Rio de Janeiro. Essa tradição consolidada em torno do samba indica os fatores de coesão e solidariedade da população de Madureira no sentido de *comunidade*, ou seja, a ideia de pertencimento à localidade por meio dessa expressão. A dinâmica implicada no samba aponta para o processo de representação e autorrepresentação que as pessoas que vivem e circulam no bairro podem sentir, perceber e pensar. Dessa forma, o território se caracteriza por suas dimensões simbólicas, atravessam a categorização geográfica, podendo ser o vetor de autoestima e identificação de uma parcela populacional historicamente marginalizada.

Madureira possui outras manifestações culturais que caracterizam o bairro como espaço de memória e de patrimônio a partir de elementos racializados. No Morro da Serrinha, a prática do Jongo, uma dança de origem africana que apresenta uma coreografia circular, é uma expressão coletiva que demonstra a manutenção da memória e da história da população negra que ocupou essa região do subúrbio carioca. A ONG *Jongo da Serrinha* é uma instituição que promove a produção dessa identidade territorial constituída por elementos racializados, com oficinas de teatro, de dança, de cultura popular e griô, reproduzindo e interpretando as narrativas que constroem o patrimônio imaterial que tem o Jongo como eixo de socialização e de memória da população negra. A figura de liderança de Tia Maria do *Jongo da Serrinha* (1920 – 2019) pode ser entendida como personificação do protagonismo de sujeitos históricos de marginalização para manutenção das tradições e da memória da população negra de uma comunidade, disputando a simbologia e os significados para a produção da identidade territorial.

Outro exemplo de tradição expressada por elementos racializados em Madureira é a *Feira das Yabás*. O evento ocorre no entorno da Praça Paulo da Portela todo o segundo domingo de cada mês, sendo realizado desde 2009. A *Feira das Yabás* consiste em um encontro de roda de samba e de culinária suburbana, nas quais são

preparadas e servidas comidas da gastronomia afro-brasileira². As barracas são ocupadas pelas *tias*, sendo que algumas delas fazem parte das velhas guardas da Portela e do Império Serrano. Porém, o termo *Yabá* tem como referência às matriarcas da região e sua importância para a manutenção das tradições e da memória da população negra pelo acolhimento por meio do preparo da comida. Nesse sentido, a simbologia da *Feira das Yabás* alude à construção do território como espaço de interações afetivas e relações de poder baseados em elementos racializados. Isso sinaliza uma possível ambiguidade, uma vez que pode reforçar papéis sociais sobre a condição feminina e negra ao mesmo tempo em que estimula a reflexão para o reconhecimento de sujeitos históricos de marginalização.

Os elementos racializados que constituem Madureira como espaço de memória da população negra do Rio de Janeiro apresentam traços urbanos. Enquanto o *Jongo da Serrinha* e a *Feira das Yabás* indicam referências nas tradições africanas, o baile charme ocorre em uma quadra sob o Viaduto Negrão de Lima, localizado no bairro, aponta para um viés mais cosmopolita. O evento realizado desde a década de 1990 ficou conhecido como *Baile Charme do Viaduto de Madureira*, ritmo que concorria com o *funk* como forma de lazer e de expressão artística da juventude periférica carioca, remetida à população negra dessa faixa etária. O *Baile* foi sendo consolidado como um evento da cultura *Black* e atraindo um público jovem e heterogêneo. A quadra foi transformada em espaço multiuso, constituindo um lugar de sociabilidade e socialização que compõe uma “nova tradição” por meio de elementos racializados identificados com a ideia de urbano, o que sinaliza outras interações entre os indivíduos que produzem a identidade territorial e sua vocação.

A partir dessa abordagem sobre os elementos racializados que compõem a identidade territorial de Madureira como espaço de memória da população negra, segue a pergunta: qual é o lugar do

² Fonte: Mapa de Cultura/ Secretaria de Estado de Cultura – Verbete: *Feira das Yabás*. Disponível em: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/feira-das-yabas>. Acessado em 27/05/2019.

bairro no processo de empreendedorismo urbano desenvolvido no Rio de Janeiro? O questionamento se deve pelo fato da região não estar no mapa de atividades dos grandes eventos esportivos realizados na cidade – Copa do Mundo de Futebol em 2014 e As Olimpíadas de 2016. Apesar disso, Madureira foi área do subúrbio carioca que teve a intervenção urbana mais significativa no sentido de reconfiguração espacial. Em 2014, inaugurada a Transcarioca, um dos ramais do BRT³, corredor expresso de ônibus que liga o Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão – Ilha do Governador) à Barra da Tijuca, bairro que concentrou o maior número de instalações dos jogos olímpicos de 2016. Em Madureira foi construída uma estação terminal dessa modalidade de transporte coletivo, junto à estação de trem, sistematizando o entroncamento ferroviário e rodoviário da região e tornando a mobilidade mais fluída e abrangente.

A grande transformação espacial da região no contexto de empreendedorismo urbano para o Rio de Janeiro entrar na competição global de cidades foi a construção do *Parque Madureira*. Inaugurado em 2012, o parque foi elencado como *legado olímpico* pelo então prefeito Eduardo Paes, ainda que não tenha recebido nenhuma atividade diretamente ligada às competições do evento esportivo. Porém, os arcos olímpicos fazem parte da sua estrutura permanente, trazendo à memória a realização dos jogos na capital fluminense e simbolizando a ideia de unidade e de civismo dos cidadãos representada naquele período, características do empreendedorismo urbano (HARVEY, 2006). O *Parque Madureira* possui uma área que se estende por aproximadamente 3,15 km e corta outros bairros da zona norte, sendo um espaço de lazer, recreação, cultura e ensino, uma vez que foi construída uma biblioteca multimídia nessa estrutura. A noção de qualificação do espaço urbano também está inserida na construção do *Parque*

³ Sigla de *Bus Rapid Transit*, traduzida para português: Transporte Rápido Por Ônibus. Fonte: sítio do BRT-RIO. Disponível em: <http://brtrio.com/conheca>. Acessado em 29/05/2019.

Madureira, constituindo no bairro mais um elemento que caracteriza sua centralidade no contexto suburbano carioca.

O *Parque Madureira* possui referências aos elementos racializados que compõem a identidade territorial e a vocação manufaturada do bairro. As alusões aos temas do samba são perceptíveis, como as bandeiras da Portela e do Império Serrano na *Praça do Samba*, parte interna do parque. A localização desse equipamento é estratégica, ao lado de um grande shopping da região e perto das estações de BRT e de trem, atraindo frequentadores de várias partes do subúrbio carioca e da Baixada Fluminense, especialmente nos finais de semana. A demanda populacional por um espaço de lazer e socialização em uma área periférica do Rio de Janeiro, podendo ser um elo de solidariedade e de identificação de grupos sociais que constituem uma classe trabalhadora precarizada por meio do direito ao lazer. Porém, é válido observar que a construção do parque foi sobre o terreno no qual estava situada a Vila das Torres, nome dado em referência às torres da companhia de energia elétrica do Rio de Janeiro. A população dessa comunidade era composta por uma classe trabalhadora subalternizada, além de ser uma área agrícola no perímetro urbano. Nesse sentido, os conflitos sociais inerentes ao direito à moradia apontam para as ambiguidades e contradições entre o *habitar* e o *qualificar* os bairros, uma vez que os moradores da Vila das Torres foram removidos do território e tiveram suas casas demolidas.

A ideia de qualificação do bairro pela construção do *Parque Madureira* é problemática ao considerar os espaços de pobreza e de vulnerabilidade social que podem ser identificados como lugar de desordem. Na Avenida Edgard Romero, uma das principais do bairro, o consumo de *crack* de forma concentrada foi identificado nas imediações dos Morros do Cajueiro e de Congonhas, incidindo sobre a localidade a sensação de risco e de insegurança, além do quadro de degradação social. Essa situação é indicativa para compreender os limites da qualificação territorial. A remoção de moradores para construção de equipamentos sob a alegação de ser

um legado permanente oriundo dos megaeventos realizados na cidade também é sintomático para analisar o processo de vocação territorial construída no planejamento urbanístico para transformar o Rio de Janeiro em uma *cidade global*. Paradoxalmente a reconfiguração territorial da capital fluminense, que evidenciou a segmentação espacial desigual da cidade relacionada à divisão social do trabalho, oportunizou a Madureira consolidar uma centralidade no que tange à memória e ao patrimônio da população negra, dando visibilidade aos elementos racializados que produzem essa identidade territorial.

Por fim, é preciso observar como é construído esse tipo de protagonismo periférico em relação ao centro. A construção de Madureira como espaço de memória da população negra também é um processo para compreendermos quais são os limites e as potencialidades da representatividade em um processo estruturante de marginalização. De fato, é inegável que o reconhecimento e a legitimidade sociais de um território que resgata e promove a cultura e a história por meio de elementos racializados são fundamentais para o debate para a transformação desses sujeitos. Contudo, a ideia do subúrbio como lugar de desordem é indicativa sobre a valoração moral difundida e compartilhada por parte da sociedade sobre esses territórios e os tipos sociais que vivem e circulam nessas áreas. Além disso, a dinâmica *lugar de consumo* e *consumo do lugar* pode reforçar estereótipos e flexibilizar os direitos desses sujeitos, ou seja, o protagonismo legitimado e reconhecido a partir de um comportamento essencializado e esperado de um ideal que os identifica, diluindo a autonomia de agir e a capacidade de juízo dos sujeitos históricos de marginalização.

Centralidade periférica ou periferias centrais? – Relação com a teoria das margens

Para a análise das intervenções urbanísticas inerentes ao processo de empreendedorismo urbano desenvolvido no Rio de

Janeiro, tanto na zona portuária como no subúrbio, o conceito de margens do Estado é uma ferramenta teórica para compreender a produção de identidades territoriais e vocações manufaturadas. Esse conceito das antropólogas Veena Das e Débora Poole é caracterizado por uma estratégia analítica e descritiva que propõe o afastamento da imagem consolidada do Estado como forma administrativa de organização política racionalizada que tende a se fragilizar ou se desarticular nos limites de suas margens territoriais e sociais. A perspectiva das antropólogas é como o conjunto de práticas e políticas de vida nessas áreas moldam as práticas políticas de regulação e de disciplina constituem o que chamamos de “Estado” (DAS & POOLE, 2008, p. 19). Elas defendem que as margens do Estado não são inertes, sinalizando as fronteiras simbólicas dessa relação.

Nesse sentido, qual seria a contribuição teórica de Das e Poole para a presente análise? Ao considerar a premissa de Santos sobre território, que não é essa categoria em si, mas o uso que se faz dele que nos interessa, a articulação com a teoria das margens começa a ser engendrada. O argumento de Foucault (2008) sobre a administração de populações pela formação do território também demonstra o caráter político e econômico dessa categoria. Para Das e Poole, o reconhecimento de novos sujeitos e práticas cotidianas influenciam o movimento das margens simbólicos do Estado. Dessa forma, a legitimação de direitos por parte do ente estatal pela concessão de documentos oficiais permite a existência legal e a possibilidade de reivindicação de sujeitos pelos seus direitos previstos em lei (DAS & POOLE, 2008, p. 31). Com efeito, a reivindicação social pelo reconhecimento de espaços de memória da população negra como forma de reparação histórica se insere na construção de identidades territoriais na capital fluminense.

O processo de marginalização de elementos racializados como patrimônio urbano também está contido no planejamento urbanístico. Das e Poole observam que o processo de criminalização de costumes populares foi uma das práticas de apagamento de

grupos sociais marginalizados pelo estado como elementos da colonialidade, argumentando que há uma relação complexa entre comunidade e estado no que tange às noções de direito e de justiça oriundas das experiências de vida (DAS & POOLE, 2008, p. 37-38). No que alude ao espaço nas cidades, as intervenções urbanísticas moldam o político a partir dos conceitos de forma, função e estrutura que podem caracterizar o urbanismo como ilusão de classe (LEFEBVRE, 2008), norteando as interações sociais dentro de um território. Assim, o reconhecimento de um espaço de memória e do patrimônio estaria subordinado à legitimidade da classe dominante. O caso da zona portuária do Rio de Janeiro é exemplar para a produção de identidade territorial localizada e Madureira é ilustrativa para a segmentação espacial da cidade por meio de elementos racializados.

Para Das e Poole, a relação dialética entre centro e periferia é complementar. Portanto, os conceitos de protagonismo e de marginalização estão inseridos em uma lógica relacional pode indicar uma hierarquização dos significados da reconfiguração urbana. A construção de centralidades e periferias se encontra em uma zona cinzenta de inclusão precária de espaços de memória e de patrimônio da população negra. A abordagem secundária dos elementos racializados na zona portuária do Rio de Janeiro, com exceção ao *Cais do Valongo* e seu tombamento pela UNESCO, contrasta não só com o *Museu do Amanhã* e o *MAR*, mas também com os investimentos na produção territorial de Madureira como área com vocação para o samba. Essas vocações manufaturadas podem estimular a reprodução de estereótipos e consolidar tipos ideais no imaginário social, porém o tensionamento entre os significados e sentidos da relação centro e periferia indica as disputas simbólicas no que tange ao protagonismo e à marginalização na produção de identidades territoriais e quais grupos sociais estão inseridos nesse processo.

Ao observarmos o contexto de desenvolvimento do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro, verificamos uma

baixa participação social nos processos decisórios. Essa dinâmica é indicativa para analisar como foram efetuadas as ações do poder público em relação à reconfiguração do espaço urbano da capital fluminense. As áreas estratégicas para as transformações apresentaram um viés mais econômico que social. Apesar disso, os direitos de reparação histórica de sujeitos de marginalização foram reconhecidos em certa medida pelo poder público. Porém, houve uma espécie de mercantilização da memória e do patrimônio para construção de uma cidade sem conflitos durante a preparação e a realização dos eventos esportivos no Rio de Janeiro, podendo ser interpretado como um multiculturalismo cênico (DELGADO, 2007), por meio de elementos racializados. A ideia de pertencimento também entrou em uma zona cinzenta dos afetos, no qual a ambiguidade entre situação transitória e estrutura permanente sinalizava a contradição da cidade efêmera olímpica.

A reconfiguração do espaço urbano do Rio de Janeiro para o projeto de *cidade global* é indicativa para analisar a produção de vocação territorial como forma de disciplinamento e administração populacional. Nesse sentido, a ideia de qualificação espacial pode ser identificada com o que Das e Poole afirmam ser tecnologias de poder por parte do Estado na tentativa de “pacificar” e “manejar” populações para transformar “sujeitos rebeldes” em sujeitos legais do Estado, que, segundo as antropólogas, esses indivíduos localizados nas periferias simbólicas seriam considerados insuficientemente socializados pelas leis, a partir da perspectiva dos ocupantes do centro (DAS & POOLE, 2008, p. 24-25). Das e Poole observam que a composição dessa sujeição marginal é composta por um tipo social idealizado, marcado por fatores raciais e civilizacionais.

No caso do Rio de Janeiro, as UPP emergiram como exemplo mais evidente dessas tecnologias específicas de poder do Estado por lidar com a criminalidade nas favelas da cidade e estar inserida na lógica da violência urbana e políticas de segurança pública, pautas histórias do cotidiano carioca. Porém, a ideia da qualificação do

lugar está contida nesse processo de disciplinamento por demonstrar uma política de caráter territorial, assim como as UPP. Enquanto uma tem a proposta de redução e enfrentamento ao crime, a outra propõe o fim do ciclo de degradação espacial, mas partem das premissas de comportamentos sociais considerados desviantes e passíveis de sanções legais, sejam penais e/ou administrativas. Dessa forma, as disputas simbólicas sobre os sentidos e significados que produzem uma identidade territorial e a ideia de vocação.

A articulação da teoria das margens do Estado com o contexto de empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro mobiliza a noção de segregação junto à ideia de qualificação. Considerando a participação social reduzida da população, a categorização de comportamentos e valores sociais remetidos à marginalidade indica os atores políticos que influenciaram as transformações urbanísticas na cidade. Dessa forma, a qualificação alude às diversas dimensões da noção de segregação: espacial e socioeconômica (CARMAN, CUNHA, SEGURA, 2013). A qualificação ou não de territórios urbanos põe em questão quais são as razões que um espaço é qualificado e o outro não, indicando uma dimensão relacional referente à ideia de centro e periferia de Das e Poole:

Ante la evidencia de que los grupos sociales no se distribuyen de manera aleatoria en la ciudad, o que tampoco todos acceden a la misma calidad de infraestructura y servicios urbanos, las distintas contribuciones del libro dirigen la mirada hacia los actores involucrados en el proceso: el Estado y sus mecanismos y planes de (des)regulación del uso del espacio, los agentes inmobiliarios y sus proyectos y emprendimientos, las organizaciones sociales, las sociedades de fomento o asociaciones de vecinos, entre otros (CARMAN; CUNHA; SEGURA, 2013, p. 12-13).

A segregação pode ser de dois tipos. Um é geográfico e se refere à distribuição desigual de grupos sociais no espaço físico, e o outro é sociológico, que alude à ausência de interação entre grupos sociais, sendo que a verificação da presença de um tipo de

segregação não garante a existência do outro (CARMAN, CUNHA, SEGURA, 2013, p. 14-15). Nesse contexto as disputas simbólicas sobre os sentidos e significados da qualificação territorial são articuladas com a segregação. No caso da revitalização da área portuária, os grupos de interesse para realização dos megaeventos se mobilizaram no campo institucional para a produção de vocação territorial voltada para o lazer, cultura e entretenimento, dinamizando o consumo e atraindo “novos usuários” para a *cidade global* (SASSEN, 2010). Nesse sentido, que a representatividade do circuito da herança africana é problematizado.

A criação desse circuito sinaliza uma tentativa institucional de algum tipo de reparação histórica para a população negra. Porém, a não existência de um equipamento museológico que tenha como referência esses sujeitos de marginalização, em comparação aos investimentos feitos em outras estruturas, indica a possibilidade de esquecimento e/ou apagamento do patrimônio e dos espaços de memória remissivos ao processo de diáspora africana e suas rotas. Dessa forma, a noção de segregação aqui pode ser utilizada para compreender essa relação de subalternidade dos elementos racializados no projeto de qualificação da zona portuária do Rio de Janeiro. Os sucessivos alagamentos do *Cais do Valongo* são exemplos que podem indicar uma situação de descaso com sítios arqueológicos, ainda que tombado, que constroem uma reflexão sobre a identidade territorial. O patrimônio imaterial do samba na região portuária se apresenta como uma linguagem que podem transformar as expressões culturais e artísticas baseadas por elementos racializados como mercadoria de distração, hisperdimensionando o caráter lúdico da festa e tornando a celebração da memória em algo residual e/ou secundário. Assim, apesar de estar localizado geograficamente na região central da capital fluminense, o circuito da herança africana se encontra na periferia simbólica da vocação territorial.

O caso de Madureira é mais complexo em relação à qualificação e à segregação no que tange às vocações territoriais no

Rio de Janeiro. O recorte do bairro da zona norte é relacional ao todo da capital fluminense. A sua centralidade periférica confere uma situação de destaque nas dimensões econômicas, culturais e sociais que constituem a vocação territorial. Como descrito, Madureira possui elementos racializados que transmutam a região como um espaço de memória e de patrimônio afetivo da população negra, demonstrando o protagonismo desse grupo social na construção de uma identidade do bairro. No entanto, ao comparar globalmente o subúrbio carioca com outras regiões da cidade consideradas mais qualificadas do ponto de vista urbanístico, a região é valorada de maneira depreciativa, em especial pelo seu caráter *popular* que é interpretado e representado por classes dominantes como fator de desordem. Esse tipo de valoração pode ser internalizado pelos próprios moradores e pessoas que circulam nesse espaço, sendo um componente que identifica o local, o que, segundo Das e Poole, pode vir a legitimar possíveis arbitrariedades contra esses sujeitos de marginalização. Nesse sentido, a remoção da Vila das Torres para a construção do *Parque Madureira* insere o bairro nessa lógica de disciplinamento: uma demanda de espaço de lazer planejado em conflito com o direito à moradia, constituindo uma contradição.

Para além da ideia de desordem urbana, o conceito *popular* remete também à possibilidade de um olhar que constrói o subúrbio como *lugar do outro*, compondo um processo de marginalização. Sem embargos, o cotidiano de Madureira pode ser interpretado como “exótico”, “pítoresco”, “caótico”, entre outros termos pejorativos referentes à conduta das pessoas que vivem e/ou circulam pelo bairro. Um exemplo categórico da depreciação do conceito *popular* é o caso do *Mercadão de Madureira*, considerado “folclórico” no imaginário social pela diversidade de produtos comercializados nas suas dependências. Mais do que uma inclusão precária no mercado de trabalho, isso pode levar a construção de uma narrativa por parte de indivíduos que constituem o centro do Estado que o subúrbio entendido como *margem* é um espaço de incivilidade e de anti-urbanidade. Dessa forma, a premissa de

Santos sobre o uso do território sinaliza que há uma relação dialética entre qualificação do espaço e categorização da população. No caso de Madureira, os elementos racializados que aludem à memória e ao patrimônio são problematizados no que tange à vocação territorial.

A vocação territorial por meio da qualificação espacial teve efeitos distintos na zona portuária e no subúrbio do Rio de Janeiro no contexto de empreendedorismo urbano. Enquanto que na parte central da cidade houve um processo de morfologia social a partir da mudança de perfil dos moradores de algumas localidades, Madureira não apresentou a mesma dinâmica. No caso do centro, o Morro da Conceição é um exemplo dessa transformação, uma vez que a localidade virou uma referência de estilo de moradia para profissionais liberais e estudantes no processo de revitalização da Praça Mauá. O Morro da Conceição foi sendo considerado um território *hipster*, com a ressignificação de áreas de moradias tradicionais em espaços urbanos conceituais, semelhante ao processo ocorrido em Barcelona (DELGADO, 2007; FERNANDEZ, 2016), cidade que foi o modelo do projeto urbanístico do Rio de Janeiro. Nesse sentido, o encarecimento do solo pela especulação imobiliária acarretou o movimento de moradores antigos da região, que era composta por imigrantes e migrantes, além de famílias de indivíduos que compunham uma classe trabalhadora precarizada que estavam na localidade por gerações, sinalizando um processo de gentrificação. Assim, a manutenção da memória e do patrimônio e seus significados e sentidos nesses espaços pode ser compreendida pelo trânsito populacional, que reconfigura a identidade do território e sua vocação.

No caso de Madureira, a permanência da população no perímetro suburbano pode ser um fator explicativo para a manutenção e fortalecimento do bairro como espaço de memória e patrimônio da população negra. Apesar das disputas simbólicas, inclusive no campo religioso a partir da ascensão do neopentecostalismo nas periferias cariocas, as tradições expressadas em atividades locais em Madureira apresentam os elementos

racializados como constituintes da identidade territorial e sua vocação. Mesmo que haja uma captura dessas manifestações pela lógica do mercado, a visibilidade do bairro por meio desses elementos é constitutiva para a produção de autoestima e de solidariedade que ativam movimentos para a superação das *margens*. Porém, observamos que esses movimentos se encontram na esfera relacional, sendo indicativo da potencialidade de reconhecimento pleno de sujeitos históricos de marginalização. Com efeito, o entendimento de Madureira como espaço de memória e patrimônio da população negra é interessante para compreendermos os fatores que materiais que remetem às processos de qualificação e de segregação.

A teoria das *margens* de Das e Poole como ferramenta de análise para compreender o processo de produção de vocações territoriais no Rio de Janeiro aponta para a articulação entre classe e raça como fatores de qualificação e de segregação. Nesse sentido, as noções de centro e de periferia são indicativas para observarmos as dinâmicas de preservação da memória e do patrimônio da população negra na cidade que se pretende global. Os elementos racializados evidenciaram a segmentação territorial desigual e a valoração distinta que remontam as fronteiras simbólicas entre centro e periferia. Essa dinâmica expõem também os dilemas entre os processos de pertencimento e de reconhecimento na sociedade de sujeitos históricos de marginalização como sujeitos de direito nesse projeto urbano. O direito à memória e ao patrimônio, porém, problematiza o trânsito desses sujeitos pela ambiguidade entre a produção de *lugares de refúgio* e de *lugares de fuga* e o reconhecimento de identidades territoriais por elementos racializados como forma de reparação histórica.

Conclusão

A análise do processo de reconfiguração espacial do Rio de Janeiro no contexto de empreendedorismo urbano a partir dos casos

da zona portuária e do bairro de Madureira demonstrou a relevância dos elementos racializados para a produção de vocações territoriais. Nesse sentido, concluímos que os espaços de memória e o patrimônio da população negra se encontram em uma intersecção entre o protagonismo e a marginalização. Essas situações foram verificadas como flexíveis no espaço e no tempo, porém elas são indicativas para compreender o processo de segmentação desigual do espaço urbano e a construção de identidades territoriais por meio de intervenções urbanísticas com o objetivo de qualificação. Porém, essa qualificação remete à categorização das populações, o que lhes atribui valores morais e civilizatórios a partir da sua conduta e costumes, que podem legitimar desigualdades sociais.

A teoria das *margens* articula a relação entre centro e periferia para compreender as disputas simbólicas que constituem os espaços de memória por elementos racializados. Assim, a centralidade de Madureira no espaço suburbano complementa a situação subalterna no circuito da herança negra na zona portuária. A contradição na produção de vocações territoriais configura as relações de poder assimétricas entre os ocupantes do Estado e a população marginalizada, que podem ser materializadas nas formas de uso do território. Nesse sentido, a qualificação espacial pode ser entendida como uma forma de tecnologia de poder do Estado no intuito transformar populações marginalizadas em sujeitos de direito. Verificamos que o componente racial é determinante para construir os espaços de memória e a vocação territorial. A representação e a legitimidade desses espaços indicam o tipo de relação de subalternidade ou de protagonismo nesse processo. A dimensão relacional apontou essas contradições no desenvolvimento do empreendedorismo urbano.

Por fim, os elementos racializados como componentes da vocação territorial evidenciam uma cidade desigual. Apesar disso, o reconhecimento de um bairro periférico como referência de espaço de memória e de patrimônio da população negra, como o caso de Madureira, pode reforçar o sentido de autoestima e de

pertencimento locais. Porém, essa dinâmica pode sugerir lugares pré-determinados para alguns grupos sociais, incorrendo no equívoco de essencializar e idealizar os sujeitos pelas identidades territoriais e suas vocações. Essa dinâmica pode reforçar estereótipos de incivilidade sobre populações marginalizadas e influenciar o processo de autonomia desses sujeitos como cidadão. A potencialidade do reconhecimento desses espaços de memória e de patrimônio da população negra é indicativa para a construção de uma reparação social no campo moral e afetivo de grupos historicamente marginalizados. No entanto, o projeto urbanístico desenvolvido no Rio de Janeiro é o recorte de um país e de uma sociedade que ainda tem dificuldades em desnaturalizar desigualdades e injustiças sociais que estruturam as relações de poder, atravessadas pela classe e pela raça, construindo territórios e categorizando populações e sua assimetria cidadã traduzida em administração, que, no caso de grupos considerados marginais, a violência simbólica e/ou física é uma presença constante na realidade desses indivíduos.

Referências

- BRUM, Mario. Favelas e remocionismos ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. In: **O Social em Questão**, v. 29. Rio de Janeiro: 2013.
- BRUM, Mario; GONÇALVES, Rafael. O Rio do IV Centenário aos 450 anos: novas funções da cidade e o passado como obstáculo. In: **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, N.7, pp. 37 - 56, jan./jun. 2015.
- CARMAN, María; CUNHA, Neiva Vieira; SEGURA, Ramiro. **Antropología, diferencia y segregación urbana**. In. CARMAN, M. (Org.); CUNHA, N. (Org.); SEGURA, R. (Org.). Segregación y Diferencia en la Ciudad. 1^a. ed. Quito: FLACSO Ecuador, 2013.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. In. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 27. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008.

DELGADO, M. **La ciudad mentirosa:** Fraude y miseria del modelo Barcelona. Madrid: Los libros de La catarata, 2007.

FERNANDEZ, Mikel. Barcelona 1992, el porvenir de uma ilusão. In. CUNHA, N.; FREIRE, L.; MACHADO-MARTINS, M.; VEIGA, F. (org.). **Antropologia do Conflito Urbano: conexões Rio-Barcelona.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Ed. Annablume, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2016.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **OSAL: Observatorio Social de América Latina.** Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

Portais consultados:

BRT: <http://brtrio.com/>.

Instituto Pretos Novos: <http://pretosnovos.com.br>.

Mapa de Cultura/ Secretaria de Estado de Cultura: <http://mapadecultura.rj.gov.br>.

Discriminação étnico-racial em população quilombola no município de São Lourenço do Sul/RS

Camila Scheffel

Claides Abegg

Fernanda Hilgert Mallmann

Introdução

O tratamento distinto por motivação racial é condição que afeta negativamente a saúde das populações e está associado a maior morbimortalidade dos indivíduos pertencentes a grupos oprimidos étnico-racialmente (KRIEGER, 2001). Revisões abrangentes da literatura sobre o assunto demonstram que a discriminação percebida está associada a piores desfechos em enfermidades crônicas como hipertensão e diabetes, a condições adversas de saúde mental e a comportamentos deletérios à saúde como tabagismo, consumo abusivo de álcool, sedentarismo e dietas menos saudáveis (BASTOS; CELESTE; FAERSTEIN, 2011).

No Brasil, tem crescido o número de trabalhos relacionando discriminação racial e indicadores de saúde. No Rio de Janeiro, observou-se situação desfavorável de mulheres puérperas de cor preta e parda em relação às brancas em características sociocomportamentais, gestacionais e de acesso aos serviços de maternidade (LEAL; GAMA; CUNHA, 2005).

Em uma amostra populacional de Pelotas, demonstrou-se ser menor o acesso ao exame para detecção de câncer de colo uterino entre mulheres não brancas, apesar da frequência de consultas ginecológicas entre elas ser semelhante (QUADROS; VICTORA; COSTA, 2004).

Um estudo epidemiológico que analisou o perfil de mortalidade entre os grupos raciais brasileiros encontrou que a taxa de mortalidade por doenças cerebrovasculares é cerca de duas vezes maior entre as mulheres pretas, na faixa etária de 40 a 69 anos, em comparação às brancas. Nesse mesmo trabalho, a mortalidade por doença hipertensiva e por diabetes foi muito mais expressiva entre as mulheres pretas, assim como as taxas de mortalidade materna nas capitais (CHOR; LIMA, 2005).

Relaciona-se cada vez menos essas disparidades à etnia como fator independente. A discriminação étnico-racial percebida tem recebido atenção empírica por ser um fator estressor que parece acelerar o envelhecimento celular, podendo levar a desregulação de sistemas biológicos, acarretando doença precoce e mortalidade (LARSON; GILLIES; HOWARD, 2007). Além disso, quando relacionada aos profissionais de saúde é potencial mecanismo para menor adesão ao tratamento médico, agravando doenças tanto somáticas quanto mentais (DOVIDIO; FISKE, 2012).

Sabe-se que a existência do racismo está intrinsecamente relacionada a presença de uma estrutura racial na sociedade. Na medida em que se demonstram as vantagens socioeconômicas dos indivíduos brancos em relação aos negros, verificam-se que esses passam a ter acesso a melhores ocupações no mercado de trabalho, uma posição principal no sistema político e níveis mais elevados de estima social (BARCELLOS, 1996).

No Brasil, por exemplo, a população negra brasileira se encontra em situação desigual em relação à população branca. Segundo censo do IBGE de 2010, os pretos apresentam taxa de analfabetismo de 14% e de desemprego de 8,9% enquanto as mesmas são de 5,7% e 6% entre os brancos, além de uma renda média *per capita* 53% menor, concentrando-se nos segmentos mais pobres da distribuição de renda do país (BRASIL, 2014).

As desigualdades são ainda mais significativas nas populações pertencentes a comunidades remanescentes de quilombo (CRQs). De acordo com a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade

Racial (SEPPIR), a maior parte dessas famílias, 70,6%, tem renda média de R\$ 77 ao mês, 8,8% recebem entre R\$ 78 e R\$ 154 e 20,6% tem renda maior que R\$ 154 mensais, sendo 80% delas beneficiárias de programas de transferência de renda como o Bolsa Família (BRASIL, 2014).

Métodos

Amostra e população do estudo

Trata-se de um estudo descritivo de corte transversal, tipo inquérito epidemiológico, realizado em São Lourenço do Sul, no período de janeiro a agosto de 2017. A população alvo correspondeu a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, de ambos os sexos e residentes em comunidades quilombolas certificadas do município. A cidade de São Lourenço do Sul está localizada ao sul do estado do Rio Grande do Sul e conta com uma população de 43,1 mil habitantes, 56,22% residente em área urbana e 43,78% em área rural, onde se situam cinco comunidades remanescentes de quilombos certificadas pela Fundação Cultural Palmares (BRASIL, FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES).

A amostra foi estimada a partir de dados não oficiais com o auxílio dos líderes de cada comunidade e dos profissionais das unidades de saúde que atendem os quilombos. Quatro CRQs foram visitadas pelo pesquisador, uma sendo excluída devido a dificuldades de acesso e de interlocução com os moradores. Dos 126 quilombolas selecionados e convidados a participar do trabalho, dois se recusaram a responder ao inquérito, 19 não foram encontrados em suas casas após duas tentativas e dois não conseguiram responder ao instrumento, finalizando uma amostra total de 103 indivíduos participantes.

Coleta de dados

Foi utilizado um questionário estruturado contendo questões referentes à situação do domicílio, aos agravos em saúde e à

discriminação étnico-racial percebida. Os aspectos de domicílio e de saúde foram mensurados pelos questionários da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) adaptados para esse trabalho. A avaliação da discriminação étnico-racial foi feita com a utilização da escala *Experiences of Discrimination (EOD)*.

A *EOD* foi publicada primeiramente em 1990 no estudo *Coronary Artery Risk Development in Young Adults (CARDIA)* sendo posteriormente reformulada e revalidada para a população norte-americana (KRIEGER, 1999). No Brasil, o instrumento foi submetido aos processos de tradução ao português, adaptação transcultural e validação das propriedades psicométricas por meio de um trabalho de base populacional em Salvador/Bahia (FATTORE, 2015). Nesse estudo, a Análise Fatorial Confirmatória (AFC) revelou parâmetros satisfatórios de ajuste, elevadas cargas fatoriais e valores adequados de confiabilidade, confirmando a consistência interna da escala (FATTORE, 2016).

A coleta de dados foi realizada pelo próprio pesquisador nos domicílios dos sujeitos. Cada residência recebeu até duas visitas, com o propósito de realizar a entrevista em todos os adultos morados da mesma, sendo a data do segundo dia combinada entre as partes. Previamente a coleta, efetuou-se contato com as unidades de saúde responsáveis pelo atendimento às comunidades remanescentes de quilombo a fim de explicar o trabalho, conhecer as equipes e também obter informações acerca da área e número aproximado de casas a serem visitadas. Realizou-se uma entrevista para cada indivíduo utilizando um questionário estruturado.

Variáveis estudadas

A versão da escala *EOD*, Figura 1, utilizada para esse trabalho consta de 19 questões fechadas e agrupadas de acordo com o assunto abordado, os quais são: resposta ao tratamento injusto, discriminação cotidiana, preocupação, questões globais e queixa apresentada.

Os primeiros itens, resposta ao tratamento injusto, foram classificados como engajados (ambas as respostas são: “tenta fazer alguma coisa contra isto/fala com outras pessoas sobre isto”; pontuação=2), moderados (pelo menos uma resposta: “aceita como um fato da vida” ou “guarda consigo mesmo”; pontuação=1), ou passivos (ambas as respostas são: “aceita como um fato da vida” e “guarda consigo mesmo”; pontuação=0). As respostas para os demais itens da escala foram classificadas em ausência de discriminação quando a resposta foi “nunca/não” e presença de discriminação quando a resposta foi “sim/uma vez ou mais”.

Os agravos em saúde avaliados foram doenças crônicas, consumo regular excessivo de álcool e tabagismo ativo. O consumo regular excessivo de álcool abrange o consumo regular de mais de 15 doses de bebida alcoólica por semana, se homem, ou mais de 10 doses, se mulher (CARDOSO; MELO; CESAR, 2015). O entrevistado foi classificado como tabagista ativo se referiu consumir tabaco, mesmo quando não diariamente.

A fim de caracterizar a população estudada, foram avaliados os padrões de resposta para as variáveis sexo, raça/cor, idade, escolaridade, renda, agravos em saúde e situação do domicílio. A variável raça/cor correspondeu à autodeclarada pelo entrevistado a partir de uma das categorias: amarelo, branco, pardo, preto ou indígena. A idade dos respondentes foi aquela do momento da entrevista. O nível de instrução foi agrupado entre os seguintes: analfabeto, ensino fundamental completo ou incompleto, ensino médio completo ou incompleto, ensino superior completo ou incompleto. A renda mensal da família foi ordenada em menor ou igual a um salário mínimo, entre um até dois salários mínimos e maior do que dois salários mínimos.

Figura 1- Versão escala *Experiences of Discrimination (EOD)*

Resposta a tratamento injusto:

Se você sente que está sendo tratado injustamente, você geralmente:

- a) Aceita isto como um fato da vida
- b) Guarda isto consigo mesmo

Discriminação:

Alguma vez sofreu a experiência de discriminação, sendo impedido de fazer alguma coisa, ou sentiu-se incomodado, ou levado a sentir-se inferior em algumas das seguintes situações por causa da sua raça, etnia ou cor? Quantas vezes isso aconteceu para cada situação?

- a) Na escola
- b) Ao procurar emprego
- c) No trabalho
- d) Ao comprar uma casa
- e) Procurando cuidados médicos
- f) Solicitando serviço em loja ou restaurante
- g) Ao pedir crédito ou empréstimo bancário
- h) Na rua ou em estabelecimento público
- i) Pela polícia ou no Forum

1- Nunca 2- Uma vez 3- Duas ou três vezes 4- Quatro ou mais vezes

Preocupação:

Responda de acordo com as seguintes opções:

- 1- Todo o tempo
 - 2- Alguma parte do tempo
 - 3- Raramente ou nunca
- a) Quando você era criança ou adolescente (menor de 18 anos), você se preocupava com as pessoas do seu grupo por serem tratadas injustamente por causa da raça ou cor da pele?
 - b) Quando você era criança ou adolescente (menor de 18 anos), você se preocupava com experiências de tratamento injusto por causa da sua raça ou cor da pele?
 - c) No último ano você se preocupou com as pessoas do seu grupo racial por serem tratadas injustamente por causa da raça ou cor da pele?
 - d) No último ano você se preocupou com experiências de tratamento injusto por causa da sua raça ou cor da sua pele?

Questões Globais:

Responda de acordo com as seguintes opções:

- 1- Raramente ou nunca
- 2- Às vezes
- 3- Frequentemente

- a) Com que frequência você sente que pessoas que não são brancas são discriminadas?
- b) Com que frequência você sente que pessoalmente tem sido discriminado por causa da sua raça ou cor?

Queixa apresentada:

Alguma vez você prestou queixa por causa de discriminação racial? 1- Sim 2- Não

Fonte: Fattore (2016).

Análise de dados

Os dados coletados foram digitados em banco de dados no Programa *Excel* versão 2016 e posteriormente importados para o Programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* para *Windows*, versão 22.0. Foi realizada a análise descritiva de todas as variáveis do estudo.

Ao término de cada entrevista, o examinador revisou as fichas com o objetivo de verificar o correto preenchimento e coerência nos registros. Ao se finalizar o preenchimento do banco, sorteou-se aleatoriamente um questionário a cada 25 dos originais para a conferência entre as informações desse e as informações digitadas.

Questões éticas

A pesquisa seguiu as normas de pesquisa envolvendo seres humanos (resolução nº 466/2012) e o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os dados somente foram coletados mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelo participante, contendo informações detalhadas da pesquisa, a identificação do pesquisador, bem como a garantia da confidencialidade das informações e a não obrigatoriedade da participação no estudo.

Resultados

Dos 103 participantes, mais da metade (55,3%) foram mulheres, a maioria dos entrevistados (71,8%) tinha entre 18 e 59 anos e se autodeclarou como preto (72,8%), sendo que 20,4% identificou-se como pardo, 6,8% como branco e nenhum como amarelo ou indígena. A renda média familiar da maior parte dos entrevistados é de até um salário mínimo (SM) no mês (75,7%), 21,4% recebem entre um e dois SM e apenas 2,9% das famílias recebe mais de dois SM mensais.

Em relação à escolaridade da população essa também é baixa, 70,9% referiram ter cursado ou estar cursando o ensino fundamental completo ou incompleto, 17,5% da população é analfabeta, 9,7% referiu ter cursado ou estar cursando o ensino médio e somente 1,9% ingressou no ensino superior. A Tabela 1 caracteriza a população estudada no que concerne às variáveis socioeconômicas.

Tabela 1 – Distribuição da população quilombola de São Lourenço do Sul/RS segundo as variáveis sociodemográficas

Variáveis	N	%
Idade		
18 a 59 anos	74	71,8
>= 60 anos	29	28,2
Sexo		
Feminino	57	55,3
Masculino	46	44,7
Cor/Raça autorreferida		
Branco	7	6,8
Pardo	21	20,4
Preto	75	72,8
Amarelo	0	0,0
Escolaridade		
Analfabeto	18	17,5
Ensino fundamental completo ou incompleto	73	70,9
Ensino médio completo ou incompleto	10	9,7
Ensino superior completo ou incompleto	2	1,9
Renda Familiar		
0 ≤ a 1 SM	78	75,7
>1SM a ≤ 2SM	22	21,4
> a 2 SM	3	2,9
Total	103	100,0

Fonte: Scheffel (2017).

Na Tabela 2, observam-se alguns resultados relacionados às frequências de discriminação relatada para os itens da escala *Experiences of Discrimination*. Em relação à resposta ao tratamento injusto, a maior parte da população estudada se mostrou passiva (64,1%), referindo aceitar o tratamento discriminatório como um fato da vida e guardando consigo a experiência, evitando falar com outras pessoas a respeito.

A discriminação percebida foi alta, tendo 59,2% dos entrevistados já experienciado situações de tratamento injusto ou distinto por motivação étnico-racial. Apesar disso, as frequências com que os entrevistados reportaram ter sofrido discriminação nos contextos cotidianos do questionário foram menores percentualmente, variando entre 28,2% ao frequentar a escola e 25,2% solicitando serviço em loja ou restaurante até 1,9% ao pedir crédito ou empréstimo bancário.

Acerca das perguntas que indagam sobre a preocupação com o tratamento injusto quando menor de 18 anos e no último ano, as frequências variaram de 26 a 40% respectivamente, demonstrando uma maior apreensão por motivação étnico-racial nos dias atuais.

Tabela 2 - Frequência de discriminação étnico-racial percebida segundo o questionário Experiences of Discrimination

Variáveis	n	%
Resposta a Tratamento Injusto		
Passivo	66	64,1
Moderado	16	15,5
Engajado	21	20,4
Discriminação cotidiana		
<i>Já foi discriminado</i>		
Não	42	40,8
Sim	61	59,2
<i>Na Escola</i>		
Não	74	71,8
Sim	29	28,2

Solicitando serviço em loja ou restaurante

Não	77	74,8
Sim	26	25,2
<i>No banco</i>		
Não	101	98,1
Sim	2	1,9

Preocupação*Quando menor de 18 anos pelo grupo racial ser tratado injustamente**por motivo de raça ou cor da pele*

Raramente ou nunca	75	73,5
Todo tempo ou alguma parte do tempo	27	26,5

*No último ano por ser pessoalmente tratado de maneira**injusta por motivo de raça ou cor da pele*

Raramente ou nunca	61	59,2
Todo tempo ou alguma parte do tempo	42	40,8

Questões Globais*Frequência que você sente que pessoas não brancas são discriminadas*

Raramente ou nunca	24	23,2
Às vezes	50	48,5
Frequentemente	29	28,2

*Frequência com que você sente que pessoalmente é discriminado**por causa da sua raça ou cor*

Raramente ou nunca	55	53,4
Às vezes	33	32
Frequentemente	15	14,6

Fonte: Scheffel (2017).

Por fim, quanto às questões globais, 28,2% respondeu que a discriminação étnico-racial contra as pessoas não brancas é frequente, 48,5% que é ocasional e 23,3% que é nula ou rara, porém a percepção pessoal de discriminação teve porcentagens bem diferentes, sendo considerada rara ou nula por 53,4%, ocasional por 32% e frequente por 14,6%. A apresentação formal de queixa na justiça foi realizada por apenas um dos entrevistados.

Alguns dados sobre as condições de saúde e a situação dos domicílios dos indivíduos entrevistados estão caracterizadas na Tabela 3. O abastecimento das moradias é feito através de poços ou nascentes na propriedade (51,5%) ou fora dela (44,7%), a energia elétrica é fornecida pela rede geral para quase a totalidade das residências (98,1%), estando apenas 1,9% sem eletricidade.

A disponibilidade de água é diária para a maioria (84,5%), bem como a presença de água canalizada (88,3%). As casas usualmente dispõem de um até cinco cômodos (78,6%), sendo a fossa séptica a forma predominante de escoamento dos banheiros (68%). O lixo é geralmente queimado (62,1%), mas também coletado em caçamba de serviços de limpeza urbana (32%) ou, em uma minoria dos casos, enterrado na propriedade (5,8%).

Dos 103 entrevistados, 64,1% afirmaram possuir algum tipo de doença crônica, sendo a hipertensão arterial sistêmica (45,6%) e a dor crônica na coluna vertebral (16,5%) as patologias mais freqüências, além de 17,5% referirem alguma outra comorbidade não presente no questionário.

Finalmente, quanto ao estilo de vida, a maioria interrogada revelou não fumar atualmente (70,9%) e não consumir álcool de forma regular abusiva (100% das mulheres e 95,7% dos homens).

Tabela 3- Condições de saúde e dos domicílios da população quilombola de São Lourenço do Sul/RS.

Variáveis	n	%
Domicílio		
<i>Abastecimento</i>		
Rede geral de distribuição	1	1
Poço ou nascente na propriedade	53	51,5
Poço ou nascente fora da propriedade	46	44,7
Outros	3	2,9
<i>Disponibilidade de água</i>		
Diariamente	87	84,5
Pelo menos uma vez por semana	4	3,9
Menos que uma vez por semana	12	11,7
<i>Água canalizada</i>		

Sim	91	88,3
Não	12	11,7
<i>Número de cômodos</i>		
1 a 5	81	78,6
> 5	22	21,4
<i>Escoadouro dos banheiros</i>		
Fossa séptica	70	68
Fossa rudimentar	17	16,5
Outros	16	15,5
<i>Lixo</i>		
Coletado em caçamba de serviço de limpeza	33	32
Queimado na propriedade	64	62,1
Enterrado na propriedade	6	5,8
<i>Energia elétrica</i>		
Rede geral de distribuição	101	98,1
Não tem energia elétrica	2	1,9
<i>Presença de doença crônica</i>		
Não	37	35,9
Sim	66	64,1
<i>Hipertensão arterial sistêmica</i>		
Não	56	54,4
Sim	44	45,6
<i>Estilo de vida</i>		
Consumo regular excessivo de álcool:		
Mulheres (0 a 10 doses por semana)	57	100
Homens (0 a 15 doses por semana)	44	95,7
Tabagismo		
Não fumo atualmente	73	70,9
Sim	30	29,1

Fonte: Scheffel (2017).

Discussão

Este estudo encontrou alta prevalência de discriminação étnico-racial percebida pelos indivíduos adultos residentes em comunidades remanescentes de quilombos no município de São

Lourenço do Sul. A análise descritiva dos dados obtidos evidencia que 59% dos quilombolas entrevistados referiram ter sofrido discriminação em algum momento da vida.

Comparativamente à pesquisa responsável pelo processo de validação da escala *Experiences Of Discrimination (EOD)* para aplicação na população brasileira, observa-se que a amostra de São Lourenço do Sul, em relação à de Salvador, demonstrou uma maior frequência de experiências de discriminação em todas as situações cotidianas listadas. Nesse item, as maiores diferenças de resultado entre os dois trabalhos apareceram nos locais onde os quilombolas referiram maiores prevalências, na escola (diferença de 22%) e em loja ou restaurante (diferença de 19,7%), seguidos dos itens referentes à polícia ou fórum e ao trabalho (FATTORE, 2016).

Esses resultados sugerem que o racismo está mais presente no dia-a-dia dos quilombolas e os locais onde eles o vivenciam são distintos dos da população de Salvador. Uma possível explicação para as diferenças apontadas é o ambiente de moradia e as relações inter-raciais estarem relacionados com a discriminação étnico-racial percebida, já que, apesar de ambas as populações serem compostas majoritariamente por mulheres negras com baixos índices de escolaridade e de renda, em São Lourenço do Sul os entrevistados residem em distritos rurais compostos em sua maioria por indivíduos brancos descendentes de imigrantes europeus (NEVES, 2014).

Com relação as frequências de preocupação ante o tratamento injusto por motivação étnico-racial, os indivíduos das duas pesquisas apresentaram frequências de respostas similares para todos os itens, sendo ligeiramente superiores na amostra de Salvador nos primeiros itens dessa parte do questionário (FATTORE; TELES; SANTOS, 2016). A menor porcentagem de preocupação dos quilombolas quando comparada à discriminação cotidiana percebida pode estar relacionada à maneira como os mesmos respondem ao racismo, questão abordada nos primeiros itens do questionário desta pesquisa, nos quais observa-se uma

prevalência de 64% de passividade diante do tratamento discriminatório.

Esse estudo, assim como o realizado na cidade de Salvador, encontrou uma frequência maior de discriminação percebida em relação ao grupo quando comparada à individual. De modo semelhante, os dois trabalhos mostraram que a denúncia da discriminação ocorrida foi quase nula (FATTORE, 2015).

Esses resultados, tanto de passividade ante o tratamento discriminatório, quanto de não denúncia do racismo sofrido, corroboram com os de pesquisas anteriores nas quais se evidenciaram diferenças importantes entre o racismo dos EUA e o brasileiro (BURGARD; CASTIGLIONE; LIN, 2017). Enquanto nos EUA se destacam as discriminações nas relações que se estabelecem entre as pessoas – mais facilmente identificáveis e denunciáveis – no Brasil, as fronteiras raciais são predominantemente de caráter socioeconômico e institucional, configurando em persistente exclusão de pessoas negras dos níveis superiores de renda, educação e poder político, mas sendo menos perceptível em nível individual (TELLES, 2003).

Adicionalmente, outros trabalhos evidenciaram que a percepção de injúrias raciais explícitas ainda é a forma mais facilmente reconhecida de racismo no país, apesar das formas indiretas e veladas predominarem (TELLES, 2003). Nesse sentido, também é necessário ressaltar a importância dos movimentos sociais, como o movimento negro, na tomada de consciência da população brasileira ante às situações discriminatórias (DOMINGUES, 2005). Apesar da indiscutível relevância, não se tem ainda no país um ativismo negro com grande abrangência às zonas rurais quilombolas do Rio Grande do Sul e, por conseguinte, é menor a sua influência nesses locais (TELLES, 2003; DOMINGUES, 2005).

A prevalência de discriminação étnico-racial percebida entre os quilombolas de São Lourenço do Sul é superior ao encontrado em outros estudos relevantes acerca do tema no país, nos quais a discriminação entre adultos pretos e pardos variou de 15% até 48%

(PERREIRA; TELLES, 2014). Um estudo que analisou a prevalência de discriminação global em adolescentes, encontrou as maiores frequências - em torno de 20% - entre pretos ou indígenas (GONÇALVES; GONZÁLES, 2012).

Todavia existem diferenças metodológicas entre os trabalhos, como os instrumentos utilizados para as coletas de dados, sendo um grande fator de dificuldade a inexistência de uma escala padronizada para a mensuração do tratamento distinto e injusto de causa racial. Além disso, a escassez de questionários validados para aplicação na população brasileira compromete os resultados encontrados pelos pesquisadores (BASTOS; CELESTE; FAERSTEIN, 2011).

Quanto à amostra, a maior parte dos estudos já publicados utiliza um grupo heterogêneo de indivíduos em relação à autodeclaração da raça/cor, realizando-se posteriormente a análise comparativa das diferentes discriminações reportadas (MACINKO; MULLACHERY; PROIETTI, 2012). Nessa pesquisa, a população é bastante homogênea e a análise principal, através do questionário *EOD*, incide sobre os contextos específicos em que as injúrias mais ocorrem.

Em relação a situação dos domicílios, a população residente nas comunidades remanescentes de quilombo de São Lourenço do Sul apresenta melhores condições do que as encontradas em outras comunidades quilombolas do país.

Enquanto os trabalhos publicados encontraram uma prevalência de 70% a 100% de ausência de água encanada e de 18% a mais de 50% de descarte de excretas a céu aberto ou no perímetro do domicilio nos quilombos dos estados de São Paulo, Bahia, e Paraíba, em São Lourenço do Sul, essas porcentagens foram menores, 11,7% e 13,6% respectivamente (SILVA, 2007).

Em conformidade com o que foi encontrado nas demais comunidades estudadas, o abastecimento de água das casas é feito em sua maioria através de poços, nascentes ou cacimbas nas propriedades ou fora delas (VOLOCHKO; BATISTA, 2009).

A rede geral de energia elétrica está presente em 98,1% da amostra de domicílios quilombolas de São Lourenço, frequência bem maior daquela encontrada no quilombo de Caiana dos Crioulos no estado da Paraíba, onde essa porcentagem foi de 1,1% (SILVA, 2007).

A coleta de lixo é inexistente para a maior parte da população das CRQs de São Lourenço do Sul, assim como no quilombo Boqueirão na Bahia, nos quilombos avaliados do estado de São Paulo e no Caiana dos Crioulos na Paraíba, sendo na maioria das vezes queimado nas propriedades. Entre as comunidades investigadas anteriormente, apenas na comunidade do município de Bias Fortes/Minas Gerais houve uma destinação de lixo considerada adequada para a maioria das casas (ANDRADE; LEITE; VIEIRA, 2011).

A hipertensão arterial sistêmica foi a doença crônica mais frequente nos quilombos de São Lourenço do Sul, tendo prevalência similar a encontrada nas comunidades de Vitória da Conquista/Bahia – em torno de 45% (BEZERRA; ANDRADE; CÉSAR, 2013). Resultado também condizente com outros estudos, os quais constataram ser alta a prevalência de hipertensão arterial nas comunidades quilombolas (FREITAS; CABALLERO; MARQUES, 2011).

O consumo abusivo de álcool foi mais prevalente nas comunidades estudadas na Bahia e similar às frequências encontradas no estado da Paraíba (SILVA, 2007).

Esse trabalho foi pioneiro na análise da prevalência de discriminação étnico-racial percebida pela população quilombola de São Lourenço do Sul. Além de relacioná-la às situações do cotidiano, também se caracterizou essa população quanto aos seus principais agravos em saúde, estilos de vida, às suas condições de renda familiar, domicílio e escolaridade.

Devido ao racismo ser um fenômeno complexo, torna-se necessário compreender as suas diferentes manifestações dentro

das comunidades, especialmente as compostas por populações em situações de vulnerabilidade como as quilombolas.

A pesquisa apresenta limitações, especialmente em relação à amostra, a qual não engloba o total de adultos quilombolas da cidade. Outra limitação diz respeito à escala que foi utilizada para avaliação da discriminação étnico-racial percebida. Considerando que o questionário foi desenvolvido nos Estados Unidos, ao se utilizar tal instrumento para examinar o fenômeno no Brasil, é possível que ocorram erros de mensuração, tanto devido ao racismo ser percebido de forma diferente, quanto pelos conceitos de raça/cor serem interpretados de maneira diversa do país de origem (BASTOS; CELESTE; FAERSTEIN, 2011).

Apesar das limitações mencionadas, os achados desse estudo são importantes e revelam que o racismo está presente nessas populações podendo ser fator estressor relacionado a iniquidades em saúde. Destaca-se a importância de se desenvolverem mais políticas públicas para o combate à discriminação étnico-racial no país, enfatizando as populações quilombolas, como programas educacionais direcionados as crianças e adolescentes em idade escolar que ensinam a história das comunidades remanescentes de quilombo e seu valor histórico-cultural até os dias de hoje.

É de suma importância que se reconheça a existência da prática do racismo dentro da sociedade brasileira para que se sistematizem ações para transformar essa realidade.

Referências

- ANDRADE, E. C.; LEITE, I. C. G.; VIEIRA, M. T. Prevalência de parasitoses intestinais em comunidade quilombola no município de Bias Fortes, estado de Minas Gerais, Brasil, 2008. *Epidemiologia e Serviço de Saúde*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 337-344, jul./set., 2011.
- BARCELLOS, D. M. *Família e ascensão social de negros em Porto Alegre*. 1996, 313f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

BASTOS, J. L.; CELESTE, R.K.; FAERSTEIN, E. Discriminação racial e saúde: uma revisão sistemática de escalas com foco em suas propriedades psicométricas. *Saúde e Transformação Social*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 04-16, 2011.

BEZERRA, V. M.; ANDRADE, A. C. S.; CÉSAR, C. C. Comunidades quilombolas de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil: hipertensão arterial e fatores associados. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1889-1902, 2013.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. *Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ'S)*. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>>. Acesso: 20 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portal da Saúde Datasus*. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/datasus/index.php?area=02>>. Acesso: 10 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Programa Brasil Quilombola*. Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <<http://monitoramento.seppir.gov.br/>>. Acesso: 12 jun. 2016.

BURGARD, S.; CASTIGLIONE, D. P.; LIN, K. Y. Differential reporting of discriminatory experiences in Brazil and the United States. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 1-14, 2017.

CHOR, D.; LIMA, C. R. A. Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1586-1594, 2005.

DOMINGUES, P. *Revista Diálogos*, Maringá, v. 9, n. 3, p. 211-214, 2005.

DOVIDIO, J. F.; FISKE, S. T. Under the radar: how unexamined bicses in decision-making processes in clinical interactions can contribute to health care disparities. *American Journal of Public Health*, Washington, v. 5, n. 102, p. 945-952, 2012.

- FATTORE, G. L. Discriminação racial auto referida, stress psicosocial e sintomas asmáticos em crianças de Salvador. 154 f. 2015. Tese (doutorado em saúde pública) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- FATTORE, G. L.; TELES, A. C.; dos SANTOS, N. D. Validade de constructo da escala Experiences of Discrimination em uma população brasileira. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 1-14, 2016.
- FREITAS, D. A.; CABALLERO, A. D.; MARQUES, A. S. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. *Revista CEFAC*, São Paulo, v. 13, n. 5, p. 937-943, 2011.
- GONÇALVES, H.; DUMITH, S. C.; GONZÁLES, D. A. Discriminação autorrelatada por adolescentes de uma coorte de nascimentos brasileira: prevalência e associações. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, v. 31, p. 204-210, 2012.
- KRIEGER, N. A glossary for social epidemiology. *Journal of Epidemiol Community Health*, London, v. 55, n. 10, p. 693-700, 2001.
- KRIEGER, N. Embodying inequality: a review of concepts, measures and methods for studying health consequences of discrimination. *Journal Health Services*, Thousand Oaks, v. 29, n. 2, p. 295-352.
- LARSON, A.; GILLIES, M.; HOWARD, P. J. It's enough to make you sick: the impact of racism on the health of aboriginal australians. *Australian and New Zealand Journal of Public Health*, Sydney, v. 21, n. 4, p. 332-329, 2007.
- LEAL, M. C.; GAMA, S. G. N.; CUNHA, C. B. Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto 1999-2001. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 100-107, 2005.
- MACINKO, J.; MULLACHERY, P.; PROIETTI, F. A. Who experiences discrimination in Brazil? Evidence from a large metropolitan region. *International Journal of Equity Health*, London, v. 11, n. 1, p. 80-91, 2012.
- NEVES, J. A. S. Diaristas agrícolas: entre o assalariamento e o ser camponês. *Revista Ruris*, Campinas, v. 8, n. 1, p. 9-30, 2014.

- FERREIRA, M. K.; TELLES, E. The color of health: skin color, ethnoracial classification and discrimination in the health of latin americans. *Social Science and Medicine*, Oxford, v. 0, p. 241-250, 2014.
- QUADROS, C. A.; VICTORA, C. G.; COSTA, J. S. Coverage and focus of a cervical cancer prevention program in southern brazil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, v. 16, n. 4, p. 223-232, 2004.
- SILVA, J. A. N. Condições sanitárias e de saúde em Caiana dos Crioulos, uma comunidade quilombola do estado da Paraíba. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 111-124, 2007.
- TELLES, E. O significado da raça na sociedade brasileira. Tradução de Race in another america: the significance of skin color in Brazil. Princeton University Press, 2004.
- TELLES, E. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.
- VOLOCHKO, A.; BATISTA, L. E. *Saúde nos quilombos*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2009.

Salud mental em contextos indígenas: resiliencia y estrés postraumático en comunidades indígenas afectadas por los sismos de México em 2017

Gabriel Guerrero Reyes

Roberto Ariel Abeldaño Zuñiga

María Alejandra Sánchez Bandala

Introducción

En el mes de septiembre de 2017, en México se vivieron semanas dramáticas a partir de dos terremotos que han adquirido notoriedad a nivel internacional por lo sucesivo de su ocurrencia y por la destrucción que han causado en 6 estados del país. El primero ocurrió el día 7 de septiembre en el sur del país con epicentro en la zona de Tehuantepec, Oaxaca, el de mayor magnitud (8,2) en los últimos 100 años en México (NATIONAL SEISMOLOGICAL SERVICE UNAM, 2017a)+. Ante ese evento, el gobierno nacional emitió una Declaratoria de Emergencia Extraordinaria para los estados de Chiapas y Oaxaca (OFFICIAL GAZETTE OF THE FEDERATION, 2017), con el propósito de activar los recursos del Fondo de Desastres Naturales de México (FONDEN) (GLOBAL FACILITY FOR DISASTER REDUCTION AND RECOVERY, 2012) para que las autoridades locales contaran con recursos para atender las necesidades alimentarias, de refugio y sanitarias de la población afectada.

El segundo sismo ocurrió el 19 de septiembre (NATIONAL SEISMOLOGICAL SERVICE UNAM, 2017b), con epicentro en el

límite de los estados de Morelos y Puebla, tuvo una magnitud de 7.1, causó 369 defunciones y ha provocado daños mayores en 1000 inmuebles que los convierten en no aptos para su uso (CENAPRED, 2018). Ante este nuevo evento, las autoridades gubernamentales también emitieron una Declaratoria de Desastre para la ciudad de México, Estado de México, Morelos, Puebla y Guerrero (OFFICIAL GAZETTE OF THE FEDERATION, 2017).

Con cada sismo, las comunidades de distintas ciudades se desplegaron voluntariamente de manera inmediata para ayudar a las personas afectadas, lo cual fue reportado por los principales medios de comunicación del país y del exterior. La respuesta civil fue integral de acuerdo a las características de las zonas afectadas y los grupos de intervención. Algunos grupos civiles actuaron con base en su conocimiento, por ejemplo, personas con capacitación en áreas de salud ayudaron en actividades de intervención o rescate, mientras que otros grupos lejanos a las zonas afectadas apoyaron con la recolecta de víveres, dinero, etc. La población civil tuvo una respuesta voluntaria para socorrer a las personas afectadas, especialmente en las zonas urbanas.

Los terremotos son eventos estresantes para las comunidades afectadas, ya que causan un gran impacto psicosocial (ABELDAÑO; FERNANDEZ, 2016; LEIVA-BIANCHI; BAHER; POBLETE, 2012; XU; HE, 2012). Sin embargo, no todas las personas responden al estrés que genera un desastre de la misma manera (KUKIHARA et al., 2014), algunas personas enfrentan las situaciones adversas que se presentan después de un terremoto sin efectos negativos en su funcionamiento psicosocial (FU; LEOUTSAKOS; UNDERWOOD, 2014). Esa capacidad para mantener un funcionamiento adecuado y alcanzar una “adaptación” al enfrentar un evento adverso de cualquier tipo es lo que entendemos como “resiliencia” (MASTEN, 2007).

Algunos estudios recientes sobre resiliencia ante los terremotos se han enfocado en explicar cuáles son los factores asociados a los resultados positivos en ese sentido (XU; OU, 2014).

De esa manera se ha observado que el apoyo y la participación social en los días posteriores a las situaciones de desastre ha sido un elemento que potencia las respuestas resilientes, ya que el apoyo social contribuye a mitigar el impacto psicosocial de los terremotos sobre las personas (KUKIHARA et al., 2014; XU; OU, 2014).

Comfort ha descripto que en las comunidades que han experimentado desastres, la respuesta inicial es una fuerte movilización de recursos y personas de la misma comunidad que se enfocan en las tareas de rescate, en la protección de propiedades y en la satisfacción de necesidades inmediatas como agua y alimentos, tal como ocurrió en Haití en el año 2010 (COMFORT; SICILIANO; OKADA, 2011), y como se ha observado en los medios de comunicación mexicanos en la crisis de 2017. Estos emergentes, en los que la respuesta social se organiza de manera voluntaria y cooperativa representan un primer y muy importante paso hacia la resiliencia al final de la crisis.

A veces se plantea que en un punto medio, los recursos y la energía comprometidos con un esfuerzo compartido para satisfacer las necesidades inmediatas generadas por el evento extremo lentamente dan paso a la entropía, o la disipación de atención, energía y recursos que conduce a la consiguiente pérdida de eficiencia en las tareas de apoyo (COMFORT; SICILIANO; OKADA, 2011). Esto puede poner en tensión a la resiliencia con la eficiencia de los esfuerzos voluntarios.

Para contextualizar al estado de Oaxaca, su población es de 4 millones de habitantes, de acuerdo a los datos de la Encuesta Intercensal del año 2015. De esos habitantes, cerca de 1,205,886 personas mayores de 3 años hablan una lengua indígena y una de cada 3 personas se considera perteneciente a algún grupo indígena. De los 570 municipios que existen, 240 hablan lenguas indígenas. Los idiomas originarios más hablados corresponden al zapoteco y mixteco, 1 de cada dos personas que habitan el estado habla alguno de estos idiomas. El 40.2% de esta población indígena cuenta con estudios de primaria, mientras que 2 de cada 10 personas no saben

leer ni escribir, estos datos contrastan con la media poblacional que es de 7.5 años promedio de estudio, mientras que los hablantes de lenguas indígenas es de 5.4 años (DIRECCIÓN GENERAL DE POBLACIÓN DE OAXACA, 2018). Por otra parte, es necesario señalar que el estado de Oaxaca es uno de los tres que mayor vulnerabilidad social concentra en todo el país.

Considerando a las poblaciones indígenas, existen estudios de resiliencia en poblaciones plurinacionales que sugieren que la población perteneciente a un grupo indígena tiende a presentar mayores alteraciones psicoemocionales que los no indígenas probablemente por presentar diferentes condiciones sociales (MONTEMAYOR, 2000; SALGADO et al., 2018). Muchos problemas que enfrentan las comunidades indígenas durante una situación de desastre permanecen ocultos o desconocidos, principalmente por la poca información que se genera en torno a estas comunidades.

Así también es importante señalar que la cosmovisión de los pueblos originarios proporcionaba explicaciones con base en sus creencias, asociadas principalmente a eventos naturales o deidades (MONTEMAYOR, 2000). Hoy en día los avances tecnológicos nos proporcionan una percepción diferente sobre estos fenómenos geofísicos. Sin embargo, muchas personas aún conservan sus creencias y tradiciones. Esto crea un mosaico de perspectivas y respuestas ante los sismos.

Sin embargo, como los pueblos indígenas a menudo provienen de comunidades pequeñas y muy unidas que viven en estrecho contacto en su comunidad y en un contacto cercano con la tierra, conocen su entorno y aplican estrategias resilientes que se han originado en sus comunidades y se han mantenido y transmitido por generaciones, basadas en sus lazos sociales (FUENTE CARRASCO, 2012). En este punto, también resulta necesario hacer una referencia al concepto de *alteridad indígena* (BAGANZA TORIO, 2007), el cual hace referencia a la construcción de una identidad como "un otro" con una historia y una cultura

propias, que podría estar influyendo de manera positiva en la construcción de resiliencia.

A partir de lo planteado, el objetivo de este estudio fue explorar las estrategias de resiliencia y los síntomas de estrés postraumático de las personas afectadas por los terremotos del mes de septiembre del año 2017 en el estado de Oaxaca, en términos comparativos en población indígena y no indígena.

Métodos

Se realizó un estudio descriptivo y transversal con una muestra de 315 personas del estado de Oaxaca, México, entre noviembre y diciembre de 2017, es decir entre el segundo y tercer mes de haber sucedido los terremotos.

Se diseñó un muestreo intencionado para seleccionar participantes residentes en el estado de Oaxaca que hubiesen sido afectados por los sismos del año 2017. Este estado fue seleccionado en función de su afectación por los sismos del año 2017, y contemplando además la Declaratoria de Emergencia emitida por los organismos oficiales, para dirigir la ayuda humanitaria para las personas residentes en la región de Tehuantepec y de la Costa oaxaqueña.

En la siguiente etapa se seleccionaron personas de ambos sexos, con 18 o más años de edad que respondieron la encuesta. Se incluyeron personas no indígenas y personas que se auto-consideraron indígenas de acuerdo a los criterios vigentes del Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas de México.

En la encuesta se utilizó un bloque de preguntas para la caracterización socio-demográfica de la muestra siguiendo los formatos utilizados en la Encuesta Post Terremoto de Chile del año 2010 (ABELDAÑO et al., 2014; SOCIAL OBSERVATORY. MINISTRY OF SOCIAL DEVELOPMENT OF CHILE, 2010).

Las estrategias de participación social post terremoto también se exploraron siguiendo el mismo formato utilizado por la encuesta

Chilena post terremoto, a través de preguntas que refirieron a las vivencias de la población en las 4 semanas posteriores a los terremotos (ABELDAÑO et al., 2014; SOCIAL OBSERVATORY. MINISTRY OF SOCIAL DEVELOPMENT OF CHILE, 2010).

Para medir la resiliencia en la muestra se utilizó la versión validada al español de la Escala de Resiliencia de 14 ítems (SÁNCHEZ-TERUEL; ROBLES-BELLO, 2015), a la cual se introdujeron modificaciones para hacer referencia específicamente a los terremotos sucedidos en México. Esta escala consta de 14 ítems que miden el grado de resiliencia individual, considerado como una característica de personalidad positiva que permite la adaptación del individuo a eventos adversas. En estudios anteriores esta escala mostró coeficientes de validez y fiabilidad adecuados (SÁNCHEZ-TERUEL; ROBLES-BELLO, 2015).

Los 14 ítems que conforman la escala se agrupan en dos factores: Factor I “Competencia Personal”, el cual está compuesto por 11 ítems que refieren a autoconfianza, independencia, decisión, ingenio y perseverancia; y Factor II “Aceptación de uno mismo y de la vida”, que comprende 3 ítems que refieren a adaptabilidad, balance, flexibilidad y una perspectiva de vida estable. El puntaje total de la escala RS-14 puede ir de 14 a 98 puntos, del cual se obtienen categorías que se interpretan de acuerdo los puntos de corte establecidos por los autores de la escala (SÁNCHEZ-TERUEL; ROBLES-BELLO, 2015).

Por su parte, los síntomas de Estrés postraumático se evaluaron con la Escala de Trauma de Davidson, instrumento que fue creado en el año 1997 (DAVIDSON et al., 1997) y validada al idioma español por Bobes en España (BOBES et al., 2000). La misma escala fue utilizada en Chile para el tamizaje de PTSD luego del terremoto de 2010 (ABELDAÑO et al., 2014; LEIVA-BIANCHI; ARANEDA, 2013). Esta escala consta de 17 ítems que valoran la gravedad y frecuencia de los síntomas en individuos que han experimentado un trauma. Al momento de su creación en el año 1997, incluía 17 síntomas del trastorno de acuerdo a los criterios del

DSM IV, agrupados en un modelo de tres factores: Recuerdos intrusivos y re-experiencia, evitación y embotamiento, e hiper-activación (DAVIDSON et al., 1997). Sin embargo, a partir de la puesta en vigencia del DSM V, varios autores describieron que los síntomas pueden agruparse en un modelo de 4 factores considerando: re-experiencia, evitación, disforia e hiper-activación; o 4 factores agrupados como: re-experiencia, evitación, embotamiento e hiper-activación (KEVAN, 2017; KONTOANGELOS et al., 2017; LEIVA-BIANCHI; ARANEDA, 2013; MASON et al., 2013; MCDONALD et al., 2008; N. CARABALLO; PÉREZ-PEDROGO; E. ALBIZU-GARCÍA, 2013; SIMMS; WATSON; DOEBBELING, 2002), de acuerdo a los criterios diagnósticos del DSM V.

Para cada ítem debe puntuarse la frecuencia y la intensidad utilizando una escala tipo Likert de 5 puntos (de 0, nunca o intensidad nula, a 4, a diario o intensidad extrema) tomando como referencia temporal a la semana previa a la aplicación de este instrumento; de esa manera el máximo puntaje posible es 136, con un punto de corte de 40.

El análisis estadístico se condujo con medidas descriptivas para variables mensurables y categóricas. Se realizaron análisis de comparación de medias entre grupos con Test T para diferencia de medias entre los grupos de población indígena y no indígena. Los análisis se realizaron en software SPSS.

El proyecto de investigación que dio lugar a este estudio tiene la aprobación de la Comisión de Investigación en Salud y de la Comisión de Ética en Investigación de la Universidad de la Sierra Sur de Oaxaca, México.

Resultados

La encuesta post-terremotos fue aplicada en 315 personas del estado de Oaxaca, de las cuales 148 se auto-reconocieron como pertenecientes a un pueblo indígena, donde el más numeroso fue el Zapoteco, seguido por el Mixteco y el Mixe. El 44.7% de las mujeres

y el 50.3% de los varones de la muestra de este estudio son indígenas.

Las demás características socio-demográficas de la muestra se presentan en la tabla 1.

Respecto al momento de los sismos, y a las estrategias para enfrentar los problemas derivados de la situación de desastre, el 10.8% de las personas que se auto-reconocieron como indígenas, han declarado que estuvieron en otra ciudad lejos de su familia (por diversos motivos), mientras que el 12.7% de las personas que declararon no ser indígenas han estado en otra ciudad los días posteriores a los sismos (Figura 1).

Del total de las personas indígenas solo el 4.8% manifestó que su familia no había tenido ningún problema atribuido a los terremotos, esta cifra es inferior a la del resto de la población. Así también el 53.1% de las personas indígenas (y sus familias) pasó los días posteriores a los sismos unidos con vecinos o amigos de su comunidad, cifra que también es muy superior a la del resto de la población (Figura 2).

En referencia a la participación en actividades de ayuda dentro de la comunidad, 3 de cada 4 personas indígenas participaron en alguna actividad de ayuda, mientras que de las demás personas, solo 2 de cada 4 han participado en alguna actividad de ayuda a la comunidad en la situación de desastre. Aquí se destaca la participación de las personas indígenas en actividades de apoyo relacionadas con la provisión de agua y alimentos y en la colaboración con la seguridad del barrio o sector donde viven (Figura 3).

En relación a los principales apoyos que recibieron las familias durante la situación de crisis posterior al desastre, 8 de cada 10 familias indígenas han manifestado que recibieron algún tipo de apoyo dentro de su comunidad, mientras que en el resto de la población, 5 de cada 10 familias recibieron algún apoyo comunitario. De manera consistente con lo mencionado en el párrafo anterior, y debido a la escasez de agua y alimentos en los días posteriores a los sismos, ese

tipo de apoyos fueron los que más recibieron las familias indígenas, aunque también mencionaron el apoyo emocional y la provisión de refugio y alberque seguro, entre otros apoyos (Figura 4).

En cuanto a los daños sufridos en la vivienda familiar, el 77% de las personas indígenas indicaron que habían sufrido algún tipo de daño en sus viviendas como consecuencia de los sismos de 2017, mientras que de las personas no indígenas el 66.5% declaró haber tenido algún tipo de daños en su vivienda familiar (Figura 5).

En la tabla 2 se observa que las personas que se auto-reconocieron como indígenas evidenciaron mayor resiliencia en la dimensión "competencia personal" y mayor resiliencia en la escala general. Sin embargo, tuvieron una frecuencia y una intensidad mayor de síntomas de estrés postraumático que el resto de la población. De esa manera la prevalencia de síntomas de estrés postraumático fue del 51% en población indígena y del 39% en población no indígena, lo que supone un riesgo de 2.5 veces mayor para la primera población, respecto de la segunda.

Discusión

Este estudio es el primero en abordar la resiliencia y la salud mental en contextos indígenas en una situación de desastre reciente, ya que los estudios sobre resiliencia en México se focalizan principalmente en las cuestiones relacionadas a la violencia (REED; RENO; GREEN, 2016).

En este trabajo se observó que el rol de la red social (en este caso de amigos y/o vecinos) fue fundamental en la resiliencia de las personas afectadas por los sismos en general, pero fue preponderante en la población indígena. En Oaxaca, el capital social (entendido como la participación de individuos en grupos o redes en la comunidad, así como las relaciones entre ellos y con las instituciones establecidas) contribuyeron a la resiliencia frente a la situación de desastre, como ya se ha demostrado en otra población latinoamericana (GONZÁLEZ-MUZZIO, 2013).

Louise Comfort sugiere que las estructuras de red social son más activas y más abundantes en áreas de menos recursos económicos (como podrían catalogarse a los municipios y comunidades más afectadas de Oaxaca, México, dada su extrema vulnerabilidad social). Para esta autora, los grupos de estratos sociales más bajos presentan una mejor resiliencia de base porque las redes de apoyo social están más consolidadas (BOULOS et al., 2012; COMFORT, 2016; COMFORT; SICILIANO; OKADA, 2011; SKERTICH; JOHNSON; COMFORT, 2013).

En este trabajo podríamos postular que la resiliencia de base en las comunidades indígenas afectadas del estado de Oaxaca fue potenciada por las respuestas iniciales de la comunidad a los efectos del terremoto, como fueron la organización voluntaria de grupos de personas para colaborar en tareas relacionadas con los donativos, con la alimentación, la provisión de agua, las tareas de rescate y la ayuda en las comunicaciones. En estas situaciones, se presentaron nuevas formas de creación de capital social, a través de comportamientos emergentes. Por ejemplo en diversos niveles y con diferentes objetivos, la población empleó los medios de comunicación disponibles, como radio, teléfonos y las redes sociales, y las autoridades locales reconocieron el papel de los grupos sociales que emergieron tras el terremoto, lo que facilitó la distribución de ayuda en terreno. El papel de las redes de apoyo social fue clave para la resiliencia de la población indígena oaxaqueña.

Se han documentado algunas acciones desarrolladas por la Organización Panamericana de la Salud (OPS) enfocada en Reducción del Riesgo de Desastres en las Comunidades Indígenas (PANAMERICAN HEALTH ORGANIZATION / WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015), como parte del compromiso de la OPS para procurar el bienestar de los pueblos indígenas, sin embargo no existen registros de que esas acciones se hayan llevado a cabo en el estado de Oaxaca. Entonces, se puede hipotetizar que la cohesión social y los lazos en las comunidades indígenas están más

consolidados, a partir de sus tradiciones en México, y en Oaxaca en particular.

Aquí es necesario puntualizar que, con frecuencia, las comunidades indígenas son más vulnerables a los desastres que las comunidades no-indígenas debido a que son privadas de sus territorios tradicionales y de sus recursos para sobrevivir, tanto físicamente como culturalmente. Esto debilita aún más su capacidad para hacer frente a los desastres, lo cual se traduce en la mayor frecuencia e intensidad de síntomas de estrés postraumático que observamos en este estudio.

Las estrategias de resiliencia de las comunidades indígenas también pueden encontrar una base fundacional en los embates que han golpeado durante décadas a estas comunidades. Esto puede explicarse por las fuertes perturbaciones que han generado las medidas restrictivas impuestas hacia estas comunidades por parte de los sectores capitalistas y gubernamentales, como parte de las acciones de exploración y extracción de recursos naturales, energéticos y minerales, entre otros; los cuales tienen un reservorio significativo en territorios indígenas. En el caso de Oaxaca, es posible que ello ha generado respuestas emergentes de los pueblos indígenas, basadas en una importante fortificación de los lazos comunitarios como un elemento clave para resistir y para superar dichos procesos con enseñanzas significativas en la construcción de una sustentabilidad.

Por todo lo que se ha planteado en este capítulo, se refuerza una vez más que en Oaxaca, los procesos de reconstrucción y la implementación de estrategias de reducción de riesgo de desastres deben incluir la participación comunitaria para aprovechar la potencialidad que ofrecen los lazos sociales en las comunidades mexicanas para que los vecinos conozcan bien los peligros a los que están expuestos, y los recursos disponibles en la comunidad que les servirán para enfrentar posibles dificultades. De esa manera, los vínculos comunitarios más fuertes y la mejor organización social contribuirían a reducir los niveles de vulnerabilidad frente a los desastres.

Finalmente, se concluye que como consecuencia de los sismos del año 2017 en México, dentro de la población oaxaqueña, en un contexto socioeconómico de extrema vulnerabilidad a la que está expuesta la población de todo el estado, y particularmente la población que se autoreconoce como indígena, ésta última evidenció una mayor resiliencia, aunque al mismo tiempo tuvieron mayor frecuencia e intensidad de síntomas de estrés postraumático que la población no indígena.

Referencias

- ABELDAÑO, Roberto Ariel et al. Screening for posttraumatic stress disorder in people affected by the 2010 earthquake in Chile. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], v. 30, n. 11, p. 2377-2386, 2014.
- ABELDAÑO, Roberto Ariel; FERNANDEZ, Ruth. Community Mental Health in disaster situations. A review of community-based models of approach. **Ciencia & saude coletiva**, Brazil, v. 21, n. 2, p. 431-442, 2016.
- BAGANZA TORIO, Jacob. La otredad o alteridad en el descubrimiento de América y la vigencias de la utopía Lascasiana. **Razón y Palabra**, [s. l.], v. 11, n. 54, 2007.
- BOBES, J. et al. Evaluación de las propiedades psicométricas de la versión española de cinco cuestionarios para la evaluación del trastorno de estrés postraumático. **Actas españolas de psiquiatría**, [s. l.], v. 28, n. 4, p. 207-218, 2000. Disponible em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11116791>>
- BOULOS, George et al. Compare and Draw Lessons – Designing Resilience for Communities at Risk: Socio-technical Decision Support for Near-field Tsunamis. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 160-174, 2012. Disponible em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13876988.2012.664690>>
- CENAPRED. **Centro Nacional de Prevención de Desastres**. 2018. Disponible em: <<http://www.cenapred.unam.mx/es/>>.

COMFORT, Louise K. Building community resilience to hazards. **Safety Science**, [s. l.], v. 90, p. 1-4, 2016. Disponible em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S092575351500260X>>

COMFORT, Louise K.; SICILIANO, Michael D.; OKADA, Aya. Resilience, Entropy, and Efficiency in Crisis Management: The January 12, 2010, Haiti Earthquake. **Risk, Hazards & Crisis in Public Policy**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 1-25, 2011. Disponible em: <<http://doi.wiley.com/10.2202/1944-4079.1089>>

DAVIDSON, J. R. T. et al. Assessment of a new self-rating scale for post-traumatic stress disorder. **Psychological Medicine**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 153-160, 1997. Disponible em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9122295>>

DIRECCIÓN GENERAL DE POBLACIÓN DE OAXACA. Población indígena. **Nueva Época**, [s. l.], v. 41, 2018.

FU, Christine; LEOUTSAKOS, Jeannie-Marie; UNDERWOOD, Carol. An examination of resilience cross-culturally in child and adolescent survivors of the 2008 China earthquake using the Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC). **Journal of Affective Disorders**, [s. l.], v. 155, p. 149-153, 2014. Disponible em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0165032713007830>>

FUENTE CARRASCO, Mario Enrique. La comunalidad como base para la construcción de resiliencia social ante la crisis civilizatoria. **Polis**, [s. l.], v. 33, p. 1-16, 2012. Disponible em: <[url%5Cnhttp://polis.revues.org/8495](http://polis.revues.org/8495)> DOI: 10.4000/polis.8495>

GLOBAL FACILITY FOR DISASTER REDUCTION AND RECOVERY. **El Fondo de Desastres Naturales de México – Una Reseña**. Washington, DC.

GONZÁLEZ-MUZZIO, Claudia. El rol del lugar y el capital social en la resiliencia comunitaria posdesastre: Aproximaciones mediante un estudio de caso después del terremoto del 27/F. **EURE (Santiago)**, [s. l.], v. 39, n. 117, p. 25-48, 2013. Disponible em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612013000200002&lng=en&nrm=iso&tlang=en>

- KEVAN, Bryan. Consistency and factorial invariance of the Davidson trauma scale in heterogeneous populations: results from the 2010 Chilean earthquake. **International Journal of Methods in Psychiatric Research**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 1-16, 2017.
- KONTOANGELOS, Konstantinos et al. Reliability, validity and psychometric properties of the Greek translation of the posttraumatic stress disorder scale. **Mental Illness**, [s. l.], v. 9, n. 1, 2017.
- KUKIHARA, Hiroko et al. Trauma, depression, and resilience of earthquake/tsunami/nuclear disaster survivors of Hirono, Fukushima, Japan. **Psychiatry and Clinical Neurosciences**, [s. l.], v. 68, n. 7, p. 524-533, 2014. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/pcn.12159>>
- LEIVA-BIANCHI, Marcelo; BAHER, Guillermo; POBLETE, Carlos. The Effects of Stress Coping Strategies in Post-Traumatic Stress Symptoms Among Earthquake Survivors: An Explanatory Model of Post-Traumatic Stress. **Terapia psicológica**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 51-59, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-48082012000200005&lng=en&nrm=iso&tlang=en>
- LEIVA-BIANCHI, Marcelo C.; ARANEDA, Andrea C. Validation of the Davidson Trauma Scale in its original and a new shorter version in people exposed to the F-27 earthquake in Chile. **European Journal of Psychotraumatology**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 21239, 2013. Disponível em: <http://faculty.washington.edu/ebender/papers/lst_morph_handout.pdf>
- MASON, Shawn T. et al. Confirmatory factor analysis and invariance of the Davidson Trauma Scale (DTS) in a longitudinal sample of burn patients. **Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 10-17, 2013. Disponível em: <<http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/a0028002>>
- MASTEN, Ann S. Resilience in developing systems: Progress and promise as the fourth wave rises. **Development and Psychopathology**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 921, 2007. Disponível em: <http://www.journals.cambridge.org/abstract_S0954579407000442>
- MCDONALD, Scott D. et al. Factorial invariance of posttraumatic stress disorder symptoms across three veteran samples. **Journal of Traumatic Stress**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 309-317, 2008. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1002/jts.20344>>

MONTEMAYOR, Carlos. La cosmovisión de los pueblos indígenas actuales. **Desacatos**, [s. l.], p. 95-106, 2000.

N. CARABALLO, José; PÉREZ-PEDROGO, Coralee; E. ALBIZU-GARCÍA, Carmen. Assessing post-traumatic stress symptoms in a Latino prison population. **International Journal of Prisoner Health**, [s. l.], v. 9, n. 4, p. 196-207, 2013. Disponible em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/IJPH-02-2013-0004>>

NATIONAL SEISMOLOGICAL SERVICE UNAM. **Reporte especial. Sismo de Tehuantepec (2017-09-07 23:49 Mw 8.2)**. México. Disponible em: <http://www.ssn.unam.mx/sismicidad/reportes-especiales/2017/SSNMX_rep_esp_20170919_Puebla-Morelos_M71.pdf>.

NATIONAL SEISMOLOGICAL SERVICE UNAM. **Reporte Especial. Sismo del día 19 de Septiembre de 2017, Puebla-Morelos (M 7.1)**. México. Disponible em: <http://www.ssn.unam.mx/sismicidad/reportes-especiales/2017/SSNMX_rep_esp_20170919_Puebla-Morelos_M71.pdf>.

OFFICIAL GAZETTE OF THE FEDERATION. **Official Gazette of the Federation**. 2017. Disponible em: <<http://www.dof.gob.mx>>.

PANAMERICAN HEALTH ORGANIZATION / WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Recomendaciones para la participación de poblaciones indígenas en la reducción del riesgo de desastres**. Washington DC. Disponible em: <https://www.paho.org/disasters/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=recommendations-for-engaging-indigenous-populations-annexes&alias=2420-recomendaciones-de-la-consulta-hemisferica-sobre-poblaciones-indigenas-y-desastres&Itemid=1179&la>.

REED, Danielle; RENO, Jessica; GREEN, Dan. Sexual Violence Among Youth in New Mexico. **Family & Community Health**, [s. l.], v. 39, n. 2, p. 92-102, 2016. Disponible em: <<http://content.wkhealth.com/linkback/openurl?sid=WKPTLP:landingpage&an=00003727-201604000-00004>>

SALGADO, Hugo et al. Perceived Discrimination and Religiosity as Potential Mediating Factors Between Migration and Depressive Symptoms : A Transnational Study of an Indigenous Mayan Population Keywords Notes. **Journal of immigrant and minority health**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 2018, 2018.

SÁNCHEZ-TERUEL, D.; ROBLES-BELLO, M. A. Escala de Resiliencia 14 ítems (RS-14): Propiedades Psicométricas de la Versión en Español. **Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación Psicológica**, [s. l.], v. 2, n. 40, p. 103–113, 2015.

SIMMS, Leonard J.; WATSON, David; DOEBBELING, Bradley N. Confirmatory factor analyses of posttraumatic stress symptoms in deployed and nondeployed veterans of the Gulf war. **Journal of Abnormal Psychology**, [s. l.], v. 111, n. 4, p. 637–647, 2002.

SKERTICH, Robert L.; JOHNSON, David E. A.; COMFORT, Louise K. A Bad Time for Disaster. **Administration & Society**, [s. l.], v. 45, n. 2, p. 145–166, 2013. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0095399712451884>>

SOCIAL OBSERVATORY. MINISTRY OF SOCIAL DEVELOPMENT OF CHILE. **Encuesta Post-Terremoto 2010.** 2010. Disponível em: <http://observatorio.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/enc_post.php>. Acesso em: 1 jan. 2017.

XU, J.; OU, L. Resilience and quality of life among Wenchuan earthquake survivors: the mediating role of social support. **Public Health**, [s. l.], v. 128, n. 5, p. 430–437, 2014. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0033350614000523>>

XU, Jiuping; HE, Yuan. Psychological health and coping strategy among survivors in the year following the 2008 Wenchuan earthquake. **Psychiatry and Clinical Neurosciences**, [s. l.], v. 66, n. 3, p. 210–219, 2012. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/j.1440-1819.2012.02331.x>>

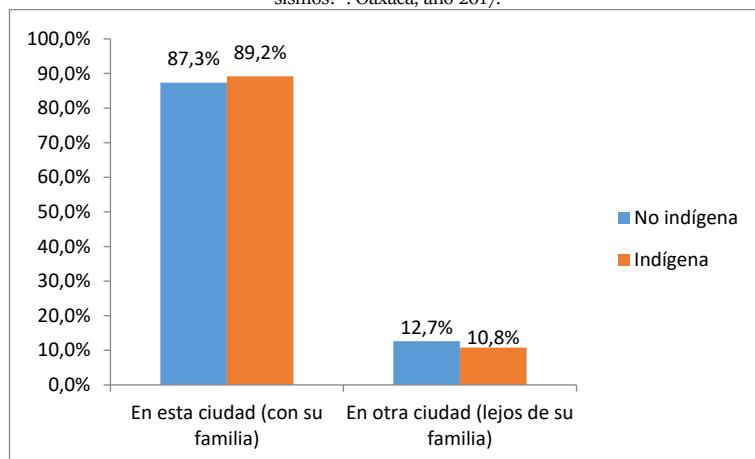
Anexos: Tablas y figuras

Tabla 1. Distribución de frecuencias de las variables de caracterización socio-demográfica de la muestra. Oaxaca, año 2017.

Variables	Categorías	Población Indígena				Total	
		No		Sí			
		n	%	n	%		
Sexo	Mujer	94	55.3	76	44.7	170	
	Varón	72	49.7	73	50.3	145	
Edad	Hasta 39	96	55.8	76	44.2	172	
	40 y más	70	49.0	73	51.0	143	
Presencia de menores de 10 años en el hogar	No	94	57.0	71	43.0	165	
	Si	72	48.0	78	52.0	150	
Presencia de mayores de 65 años en el hogar	No	12		9			
	Si	46	43.8	59	56.2	105	
		0	57.1	0	42.9	210	
Estado civil	Casado o en pareja	89	51.7	83	48.3	172	
	Si pareja	78	54.5	65	45.5	143	

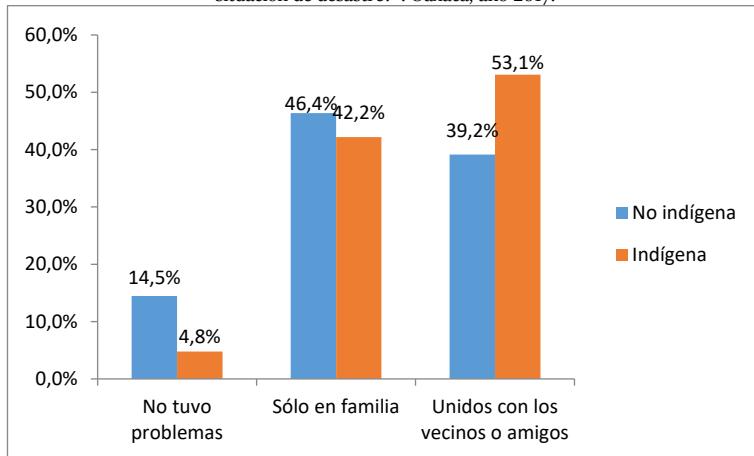
Elaboración propia.

Figura 1. Frecuencia de respuestas ante la pregunta "¿Dónde se encontraba al momento de los sismos?". Oaxaca, año 2017.



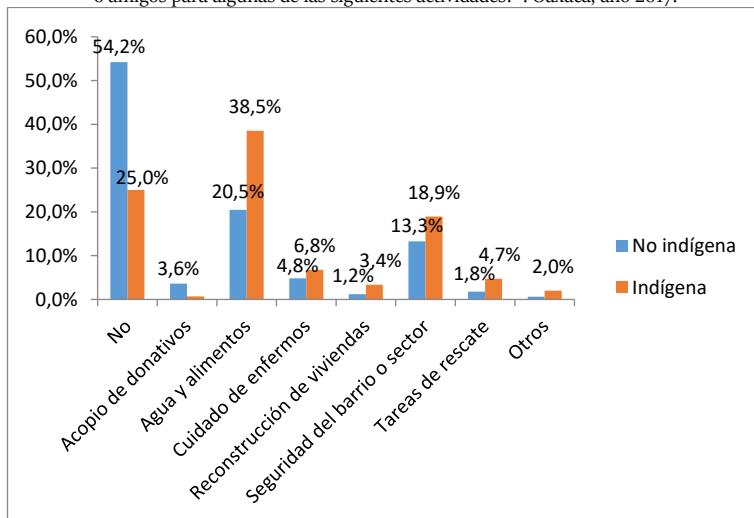
Elaboración propia.

Figura 2. Frecuencia de respuestas ante la pregunta "¿Cómo afrontó los problemas derivados de la situación de desastre?". Oaxaca, año 2017.



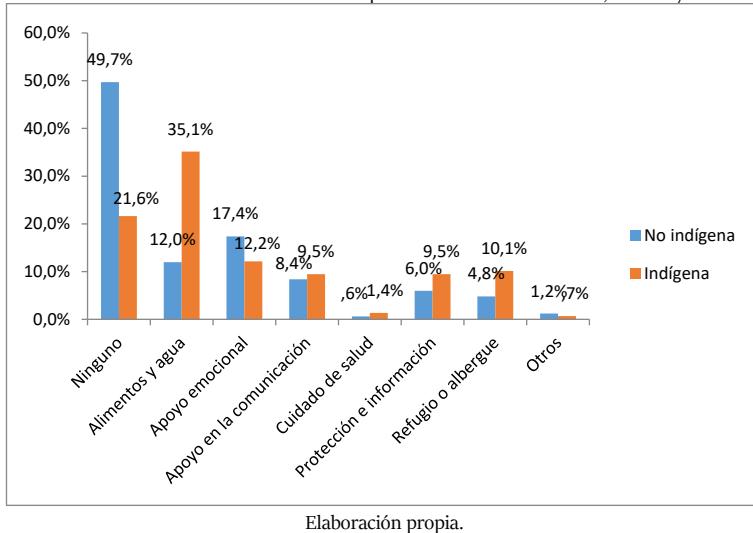
Elaboración propia.

Figura 3. Frecuencia de respuestas ante la pregunta "¿Cómo se organizó su familia con otros vecinos o amigos para algunas de las siguientes actividades?". Oaxaca, año 2017.



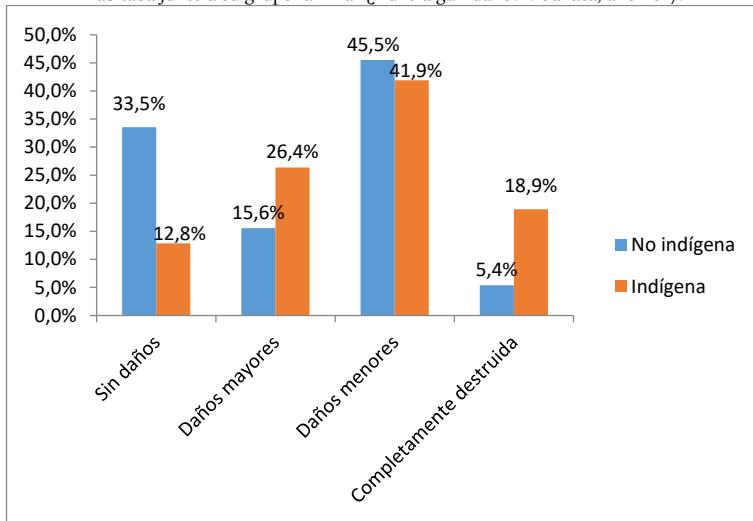
Elaboración propia.

Figura 4. Frecuencia de respuestas ante la pregunta "¿Cuáles fueron los principales apoyos que recibió su familia de sus vecinos después de los sismos?". Oaxaca, año 2017.



Elaboración propia.

Figura 5. Frecuencia de respuestas ante la pregunta "Producto de los sismos, la vivienda que habitaba junto a su grupo familiar ¿Tuvo algún daño?". Oaxaca, año 2017.



Elaboración propia

Tabla 2. Medias y desvíos estándares de las medidas de resiliencia y de síntomas de estrés postraumático utilizadas en la muestra. Oaxaca, año 2017.

Variables	Población Indígena				Valor de p	
	No		Si			
	Media	Desvío Estándar	Media	Desvío Estándar		
Frecuencia de Síntomas de Estrés Postraumático	19,5	15,3	24,6	15,4	<0.05	
Gravedad de Síntomas de Estrés Postraumático	17,2	13,4	22,3	14,1	<0.05	
Escala de Trauma de Davidson (puntaje total)	35,5	27,2	45,2	28,3	<0.05	
Resiliencia: Competencia personal post-terremoto	60,0	11,8	62,2	10,9	<0.05	
Resiliencia: Aceptación de uno mismo	17,9	3,4	18,6	3,2	>0.05	
Puntaje total escala de resiliencia	77,9	14,7	80,8	13,3	<0.05	

Elaboración propia

Mãe Stella de Oxóssi: Querereres além da religiosidade

*Roberta Hora Arcieri Barreto
Pedro Meneses Feitosa Neto
Ilzver de Matos Oliveira*

Introdução

Maria Stella de Azevedo Santos, nasceu na Ladeira do Ferrão, no Pelourinho, em 2 de maio de 1925. Foi líder espiritual e política da sua comunidade, participando de debates sobre cultura e religiosidade africana em congressos, seminários e reuniões internacionais, a exemplo dos seminários preparatórios da Conferência Mundial contra o Racismo da ONU (2001) que abrigou no terreiro que comandava.

Era uma leitora ávida desde a infância, segundo relatos jornalísticos¹, praticava o livre pensamento. Sua vida e obra eram voltadas para defesa do Candomblé, sem criticar nenhum credo. Publicou mais de dez obras com temáticas que vão desde a história da origem do Ilê Axé Opô Afonjá, sobre as primeiras iyalorixás que comandaram a casa, narrativas míticas de Oxóssi, parábolas sobre o meio ambiente, provérbios brasileiros e iorubás, até um compilado de crônicas publicadas anteriormente na imprensa da Bahia.

¹ Nota do Correio da Bahia em 28 de dezembro de 2018 afirma que Mãe Stella de Oxóssi entendia da importância de preservar a memória de sua cultura e foi a criadora do Museu Ilê Ohum Lailai (Casa das Coisas Antigas) para resguardar o legado da casa. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/enfermeira-escritora-e-mae-de-santo-relembre-historia-de-mae-stella/>. Acesso em: 29 mar. 2019.

A vida de Mãe Stella foi marcada por inúmeras batalhas. Uma delas e talvez a mais importante de sua vida de líder religiosa e intelectual foi a de tentar desfazer o considerava um equívoco: o sincretismo religioso. Assim, deu início a uma campanha para esclarecer a todos que os orixás das religiões afro-brasileiras e santos católicos não são a mesma coisa.

Em seus últimos anos de existência, a vida de Mãe Stella sofreu uma reviravolta que não deixou de ser noticiada pela mídia local e nacional em virtude de sua decisão de sair do Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá para morar na cidade de Nazaré, após atritos entre a *egbé* (comunidade do terreiro) e sua companheira Graziela Domini. Assim, teve início um confrontamento pela liberdade da Iyalorixá Mãe Stella de Oxóssi, então com 91 anos, de decidir onde e com quem ficaria.

Em dezembro de 2018, Mãe Stella de Oxóssi faleceu aos 93 anos em Nazaré – BA, onde morava com sua companheira Graziela Domini há pouco mais de um ano. Com sua a morte, teve início mais um segmento da querela iniciada anos antes, entre a comunidade do terreiro e Graziela Domini, companheira de Mãe Stella há 13 anos.

Sob o argumento de preservar os ritos fúnebres próprios da religião, abrangendo o ritual do sepultamento e em continuidade, o do Axexê, a Justiça da Bahia acolheu o pedido da Sociedade Cruz Santa do Axé Opô Afonjá e determinou o transporte do corpo de Mãe Stella da cidade de Nazaré para Salvador, à revelia da dos trâmites escolhidos por sua companheira, para que sua família religiosa pudesse realizar o sepultamento conforme os preceitos do Candomblé de Tradição da Nação Ketu².

Considerando a importância da vida e da morte uma líder religiosa da grandeza de Mãe Stella de Oxóssi e a relevância de uma decisão judicial que decidiu pelo envio imediato do corpo da iyalorixá para que fossem cumpridos os ritos próprios da religião a

² Ver decisão na íntegra. NAZARÉ. Comarca de Nazaré, Estado de Bahia. Processo 8000796-64.2018.8.05.0176. Juíza Caroline Rosa de Almeida Velame Vieira.

qual pertencia, o presente artigo pretende, sem esgotar o tema, analisar a sentença judicial do Juízo de Direito da Comarca de Nazaré, Estado da Bahia, que sobrepuja o direito da família religiosa e ao livre exercício do culto religioso em detrimento ao direito de personalidade a ser exercido pela companheira da de cujus.

A metodologia utilizada deu-se através de abordagem qualitativa do problema, sendo a pesquisa de natureza exploratória, utilizando-se do procedimento metodológico da pesquisa documental e bibliográfica, através da análise de doutrinas, documentos e demais textos científicos que guardam pertinência com o tema.

Breves considerações sobre a liberdade religiosa

Em toda comunidade o sagrado possui simbologias importantes. Variadas civilizações foram desenvolvidas baseadas fundamentalmente em alguma crença, tais como o Egito Antigo, os Persas, os Maias, entre outras viviam sob o domínio da Teocracia. O poder dos governantes vinha dos Deuses ou o seu representante se justificava pela escolha do Deus.

Na idade moderna, houve uma segmentação entre religião e Estado, a denominada secularização³, mas aquela nunca perdeu sua importância nas sociedades. A existência da religião sempre foi muito presente nas comunidades e seu reconhecimento no mundo moderno após inúmeros conflitos entre Estado e religião, foi o estopim para o surgimento de legislações que asseguraram a liberdade religiosa, como exemplo Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções, que dispõe sobre o direito à liberdade religiosa, de pensamento, consciência e crença, proclamada pela

³ SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUÍ, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2013. p. 68.

Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de novembro de 1981 - Resolução 36/55⁴.

A liberdade religiosa funda-se no respeito a não interferência recíproca do Estado na religião. Ambos possuem regras próprias de conduta e produzem, em sentido amplo, suas próprias normas. Assim, a harmonia entre as normas do Estado e da religião é factível, tendo em vista mormente que a essência ética para criação das normas jurídicas é semelhante ao da maioria das religiões⁵.

Na esfera pessoal, a religião constitui a identidade do indivíduo que nela crê e baliza os comportamentos sociais entre indivíduos, consigo mesmos, com o mundo de forma geral, e em sociedade.

Inclusive, os grupos afrorreligiosos podem ser considerados como comunidades tradicionais brasileiras⁶, no segmento do que dispõe a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, que objetiva fazer com que os grupos por ela abarcados tenham “o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram”⁷.

Na colisão entre normas religiosas e do Estado, tomando com base a teoria de sopesamento de Robert Alexy, Thiago Teraoka

⁴ ONU. Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções. 1981. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DecElimFormIntDisc.html>. Acesso em 29 mar. 2019.

⁵ TERAOKA, Thiago Massao Cortizo. A liberdade religiosa no direito constitucional brasileiro. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-21062011-095023/en.php>. Acesso em 29 mar. 2019, p. 13-14.

⁶ Conforme VEIGA, Cláudio Kieffer; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. Comunidades tradicionais negras e a proteção da Convenção 169 da OIT. *Revista Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 04, 2017, p. 2599-2628. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/321992979_Comunidades_tradicionais_negras_e_a_protecao_da_Convencao_169_da_OIT>. Acesso em 25 abr. 2019.

⁷ BRASIL. Decreto nº 5.051/04. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. 19 de abril de 2004. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 24 abr. 2019.

esclarece que havendo colisão de princípios, a prevalência de um princípio em aplicação a um caso concreto, não invalida o outro princípio. O que ocorre é somente uma ponderação⁸.

Considerando a decisão judicial objeto de análise, vê-se que a prevalência do princípio do pleno exercício do culto religioso não invalida o direito de personalidade a ser exercido pela cônjuge da *de cuius*. Ao passo em que práticas ou regras religiosas afetam direitos, tais como à honra, ao silêncio, à incolumidade física, à proteção ao meio ambiente, há uma mitigação do direito à liberdade religiosa, que somente pode ser observado com a aplicação em cada caso específico, em consonância com o critério da proporcionalidade⁹ e o pressuposto da liberdade e igualdade para todos os indivíduos, com o consequente dever de igual consideração e respeito¹⁰.

Trata-se a liberdade religiosa de direito subjetivo fundamental, cuja finalidade é a proteção do indivíduo, coexistente com outras liberdades e outros direitos fundamentais, devendo ser assegurada sempre que possível, diante da conjuntura fática e jurídica de cada situação, obstando-se o abuso de direito¹¹.

Em âmbito global, a garantia da liberdade religiosa como um direito de todos encontra esteio em documentos da Organização das Nações Unidas, tais como artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos dos Homens, de 1948; no artigo 18 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966; e no artigo 12 do Pacto de San José da Costa Rica, de 1966¹².

Evitando-se com isso que, através do exercício da democracia, tenha-se uma exacerbação da vontade da maioria sobre o princípio

⁸ TERAOKA, Ibidem, p.30.

⁹ TERAOKA, Ibidem, p.42.

¹⁰ ALVES, Robson Cosme de Jesus; OLIVEIRA, Ilzver de Matos. Liberdade religiosa versus liberdade de expressão: violações aos direitos humanos dos religiosos de matriz africana nos meios de comunicação de massa no Brasil. *Interfaces Científicas - Direito*, v. 1, n. 2, p. 85-94, 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/direito/article/view/520>. Acesso em: 30 mar. 2019, p. 91.

¹¹ TERAOKA, Ibidem, p.92.

¹² ALVES; OLIVEIRA, Ibidem, p. 89.

da tolerância e o direito de ser diferente, configurando uma ditadura das multidões e legitimando violações aos direitos fundamentais das minorias com a imposição de crenças, valores e pensamentos. Por isso, o exercício da jurisdição constitucional, enquanto guardião da constituição e do equilíbrio entre os direitos fundamentais e a soberania popular, inclusive com decisões contramajoritárias apoiadas no princípio da hermenêutica constitucional, é compatível com a democracia deliberativa e fator decisivo para a legitimidade eficiência do regime democrático¹³.

Vale ressaltar os perigos que resultam de interpretações dos conceitos constitucionais à luz das concepções religiosas ou para atender a determinado grupo religioso sem verificar o contexto geral dos direitos envolvidos no litígio. No caso da Mãe Stella de Oxóssi, sua dignidade humana já estava ameaçada antes mesmo de sua morte. Em suas declarações após afastamento temporário do Terreiro Ilê Opô Afonjá nota-se tons de frustração e tristeza por está sendo tratada como “fantoche”, como se ela não pudesse decidir, como se não mais tivesse vontades¹⁴.

No contexto analisado no presente artigo, o pleno exercício do culto religioso opôs-se a liberdade de escolha ou manifestação da vontade, que estavam teoricamente explícitos no momento em que Mãe Stella optou pelo afastamento da comunidade do terreiro?

Ademais, outra particularidade merece apreço: em seus últimos anos de vida, Mãe Stella já era idosa, assumindo relacionamento afetivo com outra mulher, cerca de trinta e cinco anos mais jovem. Nesse sentido, a nossa sociedade sempre foi marcada por preconceitos e discriminações de ordem variada, principalmente em relação às mulheres em idade avançada. São muitos os problemas de ordem sexista e gerofóbicas. Carla Délia Sanchéz Salgado afirma que “o contexto social atual ensina e

¹³ ALVES; OLIVEIRA, Ibidem, p. 91.

¹⁴ JORNAL CORREIO 24 HORAS. **Que o Orixá toque na cabeça de todos para que se encontre uma solução, diz Mãe Stella.** Entrevista. Produção: Ronaldo Jacobina e Betto Jr. Salvador, 2017. Disponível em <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/que-o-orixa-toque-na-cabeca-de-todos-para-que-se-encontre-uma-solucao-diz-mae-stella/>. Acesso em 28 mar. 2019

perpetua o descrédito na mulher idosa”, ela “é parte de uma maioria invisível cujas necessidades emocionais, econômicas e físicas permanecem, em sua maioria ignoradas¹⁵”.

Por esse motivo uma verificação acurada da decisão judicial exarada pelo juízo de direito da Comarca de Nazaré, na Bahia, sob o prisma dos direitos e princípios constitucionais do Brasil é importante para entender até onde vai o direito à liberdade dos grupos religiosos frente à dignidade da pessoa humana e seus direitos da personalidade.

A vitória da garantia de culto religioso

Mãe Stella de Oxóssi era uma Iyalorixá, líder máxima do Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá. Vera Felicidade Campos explica que o termo “Ialorixá é um título, um cargo e ao mesmo tempo designa quem exerce o poder supremo nas casas de candomblé da Bahia, se for uma mulher. Quando a liderança é masculina chama-se babalorixá¹⁶”.

Esses termos foram herdados historicamente pela predominância da população africana iorubá entre a população negra da cidade de Salvador. Para a referida autora as mães dessa comunidade eram conhecidas como iás, e eram dedicadas ao culto dos orixás, deuses da religião iorubá. Como bem pontua Vera Felicidade “as olorixás, as donas dos orixás da África, tornaram-se as mães-de-santo, porque no contexto sincrético o orixá era o santo. Em seu próprio título – ialorixá – está implícita toda uma ligação com os antepassados e uma tradição cultural¹⁷”.

Mãe Stella de Oxóssi trabalhou a maior parte de sua vida religiosa para transformar o Candomblé numa religião, já que por

¹⁵ SALGADO, Carmem Délia Sanchéz. Mulher Idosa: a feminilização da velhice. In: **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**. Porto Alegre, v. 4, p. 7, 2002. Disponível em www.seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/4716/2642. Acesso em 29 mar. 2019.

¹⁶ CAMPOS, Vera Felicidade de Almeida. **Mãe Stella de Oxóssi:** perfil de uma liderança religiosa. Zahar: Rio de Janeiro, 2003, p.13

¹⁷ CAMPOS, Ibidem, p. 13-14.

muito tempo era considerado uma seita sincrética. Vera Felicidade aponta que o esforço da líder religiosa “desencadeou uma mudança de atitude em relação ao negro, como expressão do cuidado com seu orixá, [...] possível exatamente porque ela se posicionou como uma representante que defendia uma tradição¹⁸”.

Em seu discurso de posse na cadeira 33 da Academia Brasileira de Letras na Bahia Mãe Stella de Oxóssi já apontava seu desejo herdado dos antepassados espirituais de se comprometer com tudo que assumia. Para ela, receber o anel da Iyalorixá era um compromisso que seguiria até o fim de sua vida¹⁹.

[...] Não sou uma literata “de cathedra”, não conheço com profundidade as nuances da língua portuguesa. O que conheço da nobre língua vem dos estudos escolares e do hábito prazeroso de ler. Sou uma literata por necessidade. Tenho uma mente formada pela língua portuguesa e pela língua yorubá. Sou bisneta do povo lusitano e do povo africano. Não sou branca, não sou negra. Sou marrom. Carrego em mim todas as cores. Sou brasileira. Sou baiana. A sabedoria ancestral do povo africano, que a mim foi transmitida pelos “meus mais velhos” de maneira oral, não pode ser perdida, precisa ser registrada. Não me canso de repetir: o que não se registra o tempo leva. É por isso e para isso que escrevo. Compromisso continua sendo a palavra de ordem. Ela foi sentenciada por Mãe Aninha e eu a acato com devoção. Em um dos artigos que escrevi, eu digo: Comprometer-se é obrigar-se a cumprir um pacto feito, tenha sido ele escrito ou não. O verbo obrigar, que tem origem no latim obligare, significa unir. [...] Eu sou o quinto elo da corrente que forma a cadeia de iyáloríya do Ilé Àyç Opo Afonjá. Eu sou a quinta pessoa a ocupar a cadeira 33 da Academia de Letras da Bahia. O número cinco é meu guia. Há setenta e quatro anos atrás, nesta mesma data, eu fui iniciada para o oríya caçador – Óyösi. Hoje é uma quinta-feira, dia consagrado a meu oríya. Nada disso foi programado, nada disso é coincidência.

¹⁸ CAMPOS, ibdem, p. 24.

¹⁹ Oxóssi, Mãe Stella de. Discurso de posse da acadêmica Mãe Stella de Oxóssi na Cadeira nº 33 da Academia de Letras da Bahia. *Revista da Academia de Letras da Bahia*. n. 42. Salvador: 2014, p.331-349. Disponível em https://academiadeletrasdabahia.files.wordpress.com/2007/04/discurso_posse_maestelladeoxossi.pdf. Acesso em 29 mar. 2019.

É magia e destino! [...] Não sendo vaidosa, digo que, com certeza, não fui escolhida para ser uma acadêmica pelo fato de escrever livros com sofisticação gramatical. Não sendo modesta, tenho a convicção de que se hoje aqui estou é por escrever minhas experiências de modo a cumprir meu compromisso sacerdotal. Não se esqueçam que compromisso e união são as bases em que meu discurso foi fundamentado. Sentar-me na cadeira 33 da Academia de Letras da Bahia era meu destino.

Não obstante, após mais de 79 anos dedicados ao Candomblé e mais de quarenta à frente do Ilê Axé Opô Afonjá em Salvador - BA, Mãe Stella de Oxóssi decidiu ir morar com sua companheira Graziela Domini na cidade de Nazaré. Sua saída decorreu dos impasses que, junto a sua companheira, enfrentava dentro do terreiro. Com a saúde debilitada, perda de parte da visão, movimentando-se com o esteio da cadeira de rodas e a fragilidade que acomete qualquer idoso próximo dos noventa anos, Mãe Stella teve suas decisões questionadas e buscou afastar-se.

Indagada pelo jornal Correio, em vídeo, Mãe Stella esclarece²⁰:

[...] É como se eu fosse um fantoche, como se eu fosse uma pessoa que estivesse lá só pelo fato de estar, sem força, sem palavra, sem respeito. Perderam o respeito. (Preferi) me afastar um pouco para ver se todo mundo pensando junto, orando, pedindo força ao Orixá, que ele mesmo nos dê consentimento, discernimento, vontade de voltar àquele respeito todo, para ver se melhora. [...] Essa decisão (de sair) foi minha. [...] Vim pra cá porque estava desencantada com o rumo que as coisas tomaram de um tempo pra cá. Vim de espontânea vontade, não sei porque estão fazendo Graziela de bode expiatório. Espero que Deus dê forças para ela suportar o que estão nos fazendo. [...] Eles falam de hierarquia, mas depois de se reunirem comigo, tomavam outras decisões sem me consultar. [...] Eu não estava sendo respeitada. Preferi me

²⁰ Jornal Correio 24 horas. **Que o Orixá toque na cabeça de todos para que se encontre uma solução, diz Mãe Stella.** Entrevista. Produção: Ronaldo Jacobina e Betto Jr. Salvador, 2017. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/que-o-orixa-toque-na-cabeca-de-todos-para-que-se-encontre-uma-solucao-diz-mae-stella/>. Acesso em: 28 mar. 2019

ausentar para ver se as coisas sem acomodam. Perdi o encantamento. Não do meu trabalho, da espiritualidade, mas da condução das coisas dentro do Afonjá. Só não é admissível é que você queime suas pestanas, perca o sono, faça suas obrigações e depois sempre encontra quem atrapalhe seus pensamentos.

Depreende-se que parte da motivação do imbróglio é o questionamento quanto a capacidade de Mãe Stella de Oxóssi decidir seu destino. Seria a líder religiosa capaz de decidir com quem e onde viver? Ou a idade seria, por si só, um elemento que lhe diminuisse a capacidade mental para tomada de decisões básicas? A União Estável de Mãe Stella de Oxóssi com a Graziela Domini seria legítima e esta seria responsável juridicamente para decidir sobre a vida da líder religiosa? O Terreiro a que pertencia a líder religiosa teria poder sobre a vida da Iyalorixá a ponto de sobrepor o direito de família consagrado à sua companheira? Foram muitas as indagações surgidas com os notórios conflitos que ocorreram nos últimos anos de vida da líder religiosa.

Ato contínuo à morte de Mãe Stella de Oxóssi, já no final do ano 2018, outro conflito judicial foi iniciado. Nessa ocasião, a desavença residiu sobre o corpo da Iyalorixá, a fim de que fosse decidido quem, onde e como seriam realizados os rituais fúnebres. A companheira iniciou o velório da líder religiosa na cidade de sua última residência, em Nazaré, distante 78 km de Salvador.

Em sede de inicial foi alegado pelo Ilê Axé Opô Afonjá que o velório na cidade de Nazaré impediria os ritos fúnebres que os iniciados no candomblé deveriam passar como pré-requisito para que o espírito seja conduzido para o Orum e transformar-se em um ancestral. Levantou-se que esse seria um direito sagrado da religião afro-brasileira, o ritual de passagem conhecido como Axexê e a tomada de decisão sobre o destino dos objetos sagrados da pessoa morta²¹.

²¹SÃO BERNARDO, Sérgio. **Kalunga e o direito: a emergência de um direito inspirado na ética afro-brasileira.** Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/01/18/kalunga-e-o-direito-emergencia-de-um-direito-inspirado-na-etica-afro-brasileira/> Acesso em: 29 mar. 2019.

Assim, na conjuntura ora observada, surge o conflito entre o direito das regras religiosas (não estatal) da comunidade que pleiteia o direito sagrado da liberdade religiosa e o direito civil (estatal) da companheira da *de cuius* enterrar seu ente querido conforme artigo 12 da legislação civil atual²².

O pedido da Sociedade Cruz Santa do Ilê Axé Opô Afonjá foi um novo mote a ser deslindado pelo direito brasileiro, de essência eurocêntrica, por vezes alheio a questões sociais de povos negros e indígenas. Segundo Emerson Ramos²³, o requerimento se traduz na validação das relações sociais na mesma guisa em que se manifestam no interior dos terreiros em paralelo à organização social fora dos terreiros, regida pelo direito civil²⁴.

Evidencia-se, assim, a necessidade de leis e de interpretações das leis já existentes de modo de possam favorecer ou reconhecer a concepção da família formada a partir dos laços construídos pela religião, no caso em tela, a família de santo. Nesse sentido, Ramos defende que deve ser concedido à *egbé*, em sua representação civil, o direito de tutelar os direitos de personalidade de seus membros no que tange ao exercício das práticas religiosas, percebendo a família de santo como um sujeito de direito com capacidade postulatória²⁵.

Sobre o litígio que cercou a morte e enterro de Mãe Stella, a Comissão Especial da Combate à Intolerância Religiosa da OAB – BA

²² Código Civil, Art. 12 - Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Parágrafo único - Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

²³ RAMOS, Emerson Erivan de Araújo. Por um direito civil de matriz africana: a vitória do Ilê no direito ao sepultamento de mãe Stella. In **Justificando**. 2019. Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/01/07/por-um-direito-civil-de-matriz-africana-a-vitoria-do-ile-no-direito-ao-sepultamento-de-mae-stella/>. Acesso em: 25 de mar. 2019.

²⁴ RAMOS, Emerson Erivan de Araújo. Por um direito civil de matriz africana: a vitória do Ilê no direito ao sepultamento de mãe Stella. In **Justificando**. 2019. Disponível em <http://www.justificando.com/2019/01/07/por-um-direito-civil-de-matriz-africana-a-vitoria-do-ile-no-direito-ao-sepultamento-de-mae-stella/>. Acesso em 25 de mar. 2019.

²⁵ RAMOS, Idem.

emitiu nota manifestando-se favorável ao translado do corpo de Mãe Stella de Nazaré para Salvador²⁶:

A Comissão entende que, diante de toda uma vida dedicada ao Candomblé, mediante entrega voluntária ao sacerdócio, promovendo e defendendo a fé, além da longeva atuação na preservação da religião e da religiosidade como elementos indenitários da cultura brasileira, a menos que existe disposição de última vontade (o que é desconhecido) de Mãe Stella de Oxóssi, como testamento ou codicilo, em sentido divergente, ou seja, que aponte a recusa ou negativa do ritual religioso de passagem previsto, dever-se-ia assegurar-lhe a realização, em consonância com o art. 5º, inciso VI da CF no qual verifica a inviolabilidade da “liberdade de crença” e a garantia “na forma da lei a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

O artigo 12 do Código Civil de 2002 refere-se aos direitos do morto e confere legitimidade aos ascendentes, descendentes, cônjuges - aqui estendido aos companheiros, e colaterais até o quarto grau, no qual o parentesco mais contíguo exclui o mais distante, para exercerem os direitos de personalidade da pessoa falecida²⁷.

Os direitos de personalidade do morto, decorrem do fato de que a morte não implica necessariamente no esquecimento da pessoa, as realizações durante a vida refletem diretamente nos parentes mais próximos. Por isso mesmo, em que pese os direitos de personalidade cessarem com a morte natural, admite-se a manutenção do direito da personalidade do cadáver, justamente para obstar os danos reflexos que podem atingir os parentes sobreviventes em razão da violação da memória, imagem, honra e intimidade do ente falecido.

²⁶ OAB – BA. Ordem dos Advogados do Brasil Secção da Bahia. Nota Pública. Disponível em <http://www.oab-ba.org.br/single-noticias/noticia/oab-ba-divulga-nota-sobre-morte-e-sepultamento-de-mae-stella/?cHash=a6433a1ad6c82d267e449f0f12f21e75>. Acesso em 28 mar. 2019.

²⁷ BRASIL. **Código Civil - Lei nº 10.406/2002.** 10 de Janeiro De 2002. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 20 abr. 2019.

A decisão judicial²⁸ ora esquadrinhada precisou analisar um conflito de interesses e de princípios constitucionais ao sopesar entre a proteção do patrimônio cultural contíguo ao pleno exercício do culto religioso e direitos de personalidade a ser exercido pela companheira.

A juíza competente fundamentou a decisão no artigo 5º, VI, da Constituição Federal²⁹, considerando que haveria menos danos se o sepultamento ocorresse em Salvador uma vez que seria evitada a violação do culto religioso, ainda que fosse preferido o direito da esposa em escolher o local para sepultar o corpo “conforme o direito lhe assiste”.

A decisão ainda ponderou acerca da ausência de manifestação documentada onde Mãe Stella indicasse o local de sepultamento. Assim, decidiu pelo melhor interesse social, mitigar o direito de disponibilidade da família de Mãe Stella, nesse momento leia-se: a companheira, para priorizar a proteção do patrimônio cultural do exercício da religião de matriz africana, garantindo à comunidade o livre exercício ao culto religioso e à religião da qual Mãe Stella era líder.

Acerca da necessidade de primar pelas tradições afro-brasileiras, esclarece Fábio Lima³⁰, doutor em Estudos Étnicos e Africanos, que³¹:

²⁸ TJBA. Processo 8000796-64.2018.8.05.0176. Juíza Caroline Rosa de Almeida Velame Vieira. Comarca de Nazaré, Estado de Bahia.

²⁹ Constituição Federal de 1988, Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. [...] IV – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.

³⁰ Fabio Lima é antropólogo, escritor, doutor em Estudos Étnicos e Africanos e Ogã de Oxum no Ilê Axé Opô Afonjá. Em coluna publicada no periódico Correio. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/o-axexe-desata-os-lacos-dos-mortos-com-os-viventes-entenda/>. Acesso em: 25 mar. 2019.

³¹ LIMA, Fábio. O Axexê desata os laços dos mortos com os viventes: entenda. In **Correio**. 2018. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/o-axexe-desata-os-lacos-dos-mortos-com-os-viventes-entenda/>. Acesso em: 25 mar. 2019.

Impedir ritos mortuários a minha Mãe Stella é uma violência cultural, um ato descabido de intolerância religiosa para com a visão de mundo afro-brasileiro, típico de pessoas incrédulas e desrespeitosas com a noção de cultura, valores e ethos comunitário. Os ritos são formas zelosas e secretas dos encontros com África que está grafada em nossos corpos, nas nossas vozes, nas nossas sensibilidades e o desvinculamento dos vínculos construídos e estabelecidos na iniciação da mãe de santo devem ser realizados para que logo feito no velório der início ao Axexê, a volta as nossas origens na África.

O Axexê, rito fúnebre, tem a função de guiar o morto do plano terreno, *aiyê*, para o plano imaterial, o *orum*. Isso porque para o Candomblé Ketu, Iorubá, a morte não é sinônimo de fim, mas sim de passagem, pela qual o morto tem a oportunidade a reintegrar-se à sua existência no outro plano. A cerimônia tem o papel de facilitar essa passagem, buscando a libertação dos elos relacionais com o *aiyê*. Quando falece um babalorixá ou uma iyalorixá, a liturgia é maior, e o corpo deve ser velado no terreiro³².

Nesta seara, se a aplicação do Código Civil Brasileiro (2002) se destina unicamente à família unida por laços consanguíneos, ou casamento e uniões estáveis, é possível depreender que a decisão judicial que determinou o envio do corpo de Mãe Stella para os cuidados do Ilê Axé Opô Afonjá e ritos de passagem, é vanguardista no sentido de reverenciar a família constituída no Candomblé, preservando o direito da comunidade religiosa de proceder com os rituais conforme seus preceitos.

Para além de um importante precedente para os membros das religiões de matriz africana, espera-se que seja desenvolvida uma hermenêutica capaz de garantir a preservação de rituais culturais e o reconhecimento jurídico das relações sociais existentes nos terreiros.

³² KILEUY, Ode; OXAGUIÁ, Vera de. *O Candomblé bem explicado: Nações Bantu, Ioruba e Fon*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009. p. 360- 362.

Doutro modo, não se pode olvidar as vontades e desejos do indivíduo, sob pena de incorrer em exageros inadequados, a exemplo de quando predominavam os ditames da Igreja Católica e o divórcio não era permitido por conta da religião. Assim, a análise aprofundada do caso concreto é que deve determinar para a mais viável ponderação dos direitos.

Considerações finais

Pelo exposto, vislumbra-se que Mãe Stella não possuía, inicialmente, a intenção de afastar-se do seu Terreiro, muito menos de abdicar completamente de suas crenças e do Candomblé. Na mesma senda, é possível vislumbrar uma Mãe Stella, mulher, já idosa, que decidiu tomar um pouco de distância diante das ocorrências que presenciava dentro do Opô Afonjá.

Naturalmente Mãe Stella era merecedora de todas as honrarias e rituais dignos do cargo que ocupava, especialmente diante de tudo que edificou, mas as merecia também desde em vida, seja qual fosse sua escolha, inclusive a de se afastar, que fosse respeitada.

Somente a Iyalorixá poderia exteriorizar algo sobre suas preferências. Poderia ter deixado um codicilo por escrito, em vídeo ou até mesmo em áudio manifestações de sua última vontade. No entanto, na ausência de tal manifestação expressa, é possível considerar que sua companheira, pessoa que lhe era mais próxima, seria a responsável pelas definições quanto aos rituais fúnebres, conforme contempla o código civil vigente. Na mesma senda, a interpretação sobre a ausência de um codicilo poderia ser, tal como foi, com hermenêutica extensiva à família religiosa, inclinada a reverenciar os preceitos do Candomblé.

Se por um lado a decisão ponderada cuida do livre exercício ao culto religioso, de outro ignora e torna invisível a união estável homoafetiva da mulher negra, idosa, uma das Mães de Santo mais proeminentes do país. Haveria perdas seja qual fosse o julgamento.

Em que pese o argumento trazido acerca da necessidade de um direito civil de matriz africana, na ausência desse, há que se aplicar uma hermenêutica voltada ao melhor interesse em questão, a depender da análise do caso concreto.

O grau de intervenção do Estado nas relações privadas é proporcional ao grau de intervenção na vida de cada indivíduo, porém, a sociedade moderna caminha no sentido ir contra o intervencionismo. Assim, a sociedade se esforça para que Estado intervenha de forma mínima necessária nas relações particulares habituais, a fim de os indivíduos possam se organizar segundo os desejos de seus pares e ter suas próprias regras de conduta, observando a manifestação de vontade de cada um.

Tão significativo quanto a preservação da liberdade religiosa e de culto e observar com cautela as linhas que os contornam, mormente o direito de decidir.

Referências

ALVES, Robson Cosme de Jesus; OLIVEIRA, Ilzver de Matos. Liberdade religiosa versus liberdade de expressão: violações aos direitos humanos dos religiosos de matriz africana nos meios de comunicação de massa no Brasil. **Interfaces Científicas - Direito**, v. 1, n. 2, p. 85-94, 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/direito/article/view/520>. Acesso em 30 mar.2019.

BRASIL. **Código Civil - Lei nº 10.406/2002**. 10 de Janeiro De 2002. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 5.051/04**. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. 19 de abril de 2004. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 24 abr. 2019.

CAMPOS, Vera Felicidade de Almeida. **Mãe Stella de Oxóssi:** perfil de uma liderança religiosa. Zahar: Rio de Janeiro, 2003.

CARDOSO, Tom. Os poderes de Mãe Stella. In **Revista Rede Brasil Atual**. Disponível em <https://www.redebrasilitual.com.br/revistas/66/perfil> . Acesso em 25 mar. 2019.

JORNAL CORREIO. **Que o Orixá toque na cabeça de todos para que se encontra uma solução, diz Mãe Stella.** Entrevista. Produção: Ronaldo Jacobina e Betto Jr. Salvador, 2017. Disponível em <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/que-o-orixa-toque-na-cabeca-de-todos-para-que-se-encontre-uma-solucao-diz-mae-stella/>. Acesso em 28 mar. 2019.

KILEUY, Ode; OXAGUIÃ, Vera de. **O Candomblé bem explicado:** Nações Bantu, Ioruba e Fon. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

LIMA, Fábio. O Axexê desata os laços dos mortos com os viventes: entenda. In: **Correio**. 2018. Disponível em <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/o-axexe-desata-os-lacos-dos-mortos-com-os-viventes-entenda/> . Acesso em 25 mar. 2019.

NAZARÉ. Comarca de Nazaré, Estado de Bahia. **Processo 8000796-64.2018.8.05.0176.** Juíza Caroline Rosa de Almeida Velame Vieira.

OAB – BA. **Ordem dos Advogados do Brasil Seccional da Bahia.** Nota Pública. Disponível em <http://www.oab-ba.org.br/single-noticias/noticia/oab-ba-divulga-nota-sobre-morte-e-sepultamento-de-mae-stella/?cHash=a6433a1ad6c82d267e449f0f12f21e75>. Acesso em 28 mar. 2019.

ONU. **Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções.** 1981. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DecElimFormIntDisc.html> . Acesso em: 29 mar. 2019.

OXÓSSI, Mãe Stella de. Discurso de posse da acadêmica Mãe Stella de Oxóssi na Cadeira nº 33 da Academia de Letras da Bahia. In **Revista da Academia de Letras da Bahia**. n. 42. Salvador: 2014, p.331-349. Disponível em: https://academiadeletrasbahia.files.wordpress.com/2007/04/discurso_posse_maestelladeoxossi.pdf . Acesso em: 29 mar. 2019.

RAMOS, Emerson Erivan de Araújo. Por um direito civil de matriz africana: a vitória do Ilê no direito ao sepultamento de mãe Stella. In **Justificando**. 2019. Disponível em <http://www.justificando.com/2019/01/07/por-um-direito-civil-de-matriz-africana-a-vitoria-do-ile-no-direito-ao-sepultamento-de-mae-stella/>. Acesso em 25 de mar. 2019.

RAMOS, Emerson Erivan de Araújo. O caso do direito ao sepultamento de mãe de santo Stella de Oxóssi. In **Justificando**. 2019. Disponível em <https://br.noticias.yahoo.com/o-caso-direito-ao-sepultamento-de-mae-de-santo-stella-de-oxossi-143929639.html>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SALGADO, Carmem Délia Sánchez. **Mulher Idosa: a feminilização da velhice**. In: Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento. Revista Eletrônica. Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/4716/2642. Acesso em: 27 mar. 2019.

SÃO BERNARDO, Sérgio. **Kalunga e o direito**: a emergência de um direito inspirado na ética afro-brasileira. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/01/18/kalunga-e-o-direito-emergencia-de-um-direito-inspirado-na-etica-afro-brasileira/> Acesso em: 29 mar. 2019.

SARAIVA, Maria Clara Ferreira de Almeida. Ter o seu corpo morto aqui ou lá. In **Revista Debates do NER**, v. 2, n. 28, p. 153-176, 2015.

TERAOKA, Thiago Massao Cortizo. **A liberdade religiosa no direito constitucional brasileiro**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-21062011-095023/en.php>. Acesso em: 29 mar. 2019.

VEIGA, Cláudio Kieffer; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. Comunidades tradicionais negras e a proteção da Convenção 169 da OIT. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 04, 2017, p. 2599-2628. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321992979_Comunidades_tradicacionais_negras_e_a_protecao_da_Convencao_169_da_OIT. Acesso em: 25 abr. 2019.

“Igual valor, iguales derechos”.
Experiencias de organización de trabajadoras domésticas
de Paraguay, conexiones y redes internacionales

*Magdalena López
Jorgelina Loza*

Introducción y descripción del caso paraguayo

Desde hace algunas décadas, los variados debates generados por la agenda feminista han dado una especial centralidad a la interseccionalidad y la combinación de factores laborales, raciales, étnicos, socioeconómicos, que permiten analizar mejor el complejo escenario de desjerarquización al que son socialmente relegadas las mujeres dentro de un sistema patriarcal.

Dentro de las discusiones en torno a la desigualdad estructural que se reproduce en nuestras sociedades, el tema del trabajo doméstico, remunerado y no remunerado sigue teniendo la misma vigencia. El debate se ve se ve, incluso, enriquecido a la luz de teorías que revisan las prácticas de dominación de clase y de género.

En este capítulo abordaremos las características de tres organizaciones sociales, fundadas y sostenidas por mujeres trabajadoras domésticas de Paraguay, y a partir de allí reflexionaremos sobre su inserción en el movimiento de mujeres a escala nacional y regional. Contemplando al mismo tiempo las dificultades que este movimiento presentó para i) organizarse internamente, por la característica de disgregación geográfica y la

de dispersión individual (trabajadoras individuales en espacios privados y puertas adentro); ii) ser reconocidas dentro de las grandes uniones sindicales; y iii) articular a nivel nacional y regional con otros movimientos de mujeres y disidencias.

La antropología y los estudios poblacionales fueron dos de las disciplinas en focalizar más activamente en el trabajo doméstico. La primera buscó abordar las condiciones laborales, redes, formas de socialización en el trabajo y en torno a él, el desarrollo de la actividad y las formas en las que este impacta en la vida y familia de las trabajadoras domésticas. La segunda dio cuenta de la relación entre migración y trabajo doméstico, tanto en su faceta interna (de áreas rurales a urbanas, de estados subnacionales empobrecidos a otros más prolíficos económicamente) como en su faceta internacional (migraciones limítrofes o del sur al norte). En todos estos casos, la migración de una mujer pobre marca un camino muy fuerte de incorporación en el mercado de trabajo más informal, feminizado y precarizado, en el que el trabajo doméstico suele ser la ocupación más accesible. Además, una vez que un conjunto de la población migrante femenina es incorporada a esta área laboral, las redes de contactos, colaboración y ayuda transnacional hace que otras mujeres migren a realizar tareas similares por recomendación de aquellas que ya se encuentran desempeñándolas.

Para el caso que abordamos aquí, el mayor número de trabajos se dedicó a analizar la inserción laboral de las trabajadoras migrantes paraguayas en el mercado laboral de Argentina, que fue el escenario más habitual de destino migratorio. En este país, las trabajadoras domésticas se ven atravesadas por múltiples vulnerabilidades y subalternidades étnicas, económicas, laborales (Marshall y Orlansky, 1983; Zurita, 1987; Maguid, 1995; Pacecca y Courtis, 2008; Jelin, 1976; Bruno, 2008).

Los estudios sobre trabajadoras domésticas paraguayas en Paraguay han tenido una relación muy cercana a las ONG's y organismos internacionales, sobre todo en el acompañamiento que éstas realizaron de las demandas de las trabajadoras por alcanzar

un salario digno que se corresponda con el 100% del mínimo del resto de las ramas laborales (Valenzuela, ed., 2003 para OIT; López, Soto y Valiente, 2005 para OIT; D'Souza, 2010 para OIT; Soto, 2014 para ONU Mujeres; Soto y Ruiz Díaz Medina, 2014 para ONU Mujeres; Valiente, 2016 para ONU Mujeres; y Soto, 2017 para PNUD).

La sección siguiente presenta la situación general de las trabajadoras del hogar remuneradas de Paraguay. Más adelante, observamos algunos aspectos de las dinámicas migratorias dentro de Paraguay. Luego, hablaremos de las experiencias organizativas de las trabajadoras domésticas paraguayas y nos detendremos a pensar esa situación en clave teórica, revisando el lugar que han tenido en los países latinoamericanos las variables de raza, etnia y género. Cerraremos este capítulo con una breve caracterización de las organizaciones paraguayas de trabajadoras del hogar remuneradas, enfatizando su rol en la discusión actual sobre la legislación vigente.

La desigualdad: un breve panorama estadístico

Según la Encuesta Permanente de Hogares (EPH) de 2017, el porcentaje de hombres y mujeres de 15 años y más que no perciben ingresos individuales ni estudian (respecto al total de la población) revela un 9,64% para los varones y un 31,73% para las mujeres, dejando en evidencia que hay un gran cúmulo de trabajo no remunerado, sobre todo feminizado, que abre una brecha de 22,09%.

También a partir de datos de la EPH-2017, podemos advertir que el promedio de ingreso por hora en la ocupación principal de la población ocupada es menor en mujeres (12.964 guaraníes) que en varones (13.914 guaraníes) y la brecha se eleva a 951 guaraníes, alcanzando valores altamente superiores en algunos departamentos del país. Esto indica que las mujeres perciben un promedio de menor salario por su trabajo que sus pares varones. Esta diferencia

se exacerba al analizar el promedio de ingreso mensual en la ocupación principal de la población ocupada sin instrucción (cero años de estudio) específica, puesto que los varones ganarán 1.040.000 guaraníes al mes y las mujeres percibirán 518.000. Por su parte, en la población con 13 a 15 años de estudios, esa brecha se disminuye pero sigue existiendo. Los varones percibirán 3.170.000 de guaraníes mensuales, mientras que las mujeres recibirán 2.217.000.

La Encuesta sobre uso del Tiempo (EUT) realizada en 2016 por la Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC) permitió señalar la desigualdad que existe entre mujeres y varones en Paraguay en cuanto a la disposición cotidiana y la distribución del tiempo según tareas domésticas y de cuidado. La EUT demostró que la proporción de horas que utilizan las mujeres y los hombres para realizar trabajo no remunerado presenta una brecha de 36%, siendo que las mujeres destinan 61,27% de su tiempo cotidiano y los varones 25,26%, diferencia mucho más marcada en las zonas rurales que en las urbanas .

Siguiendo la misma fuente, podemos identificar el promedio de horas semanales dedicadas al trabajo doméstico, con el fin de mostrar el tiempo que las mujeres y los hombres utilizan para dar servicios de cuidado y reproducción dentro del propio hogar con el fin de atender a los miembros que lo componen, tarea por la cual no perciben remuneración. Así, en el total del país, los varones destinan 5,32 horas por semana al trabajo doméstico, mientras que las mujeres dedican 18,31 (dejando una brecha de 12,99 horas). Esto empeora, nuevamente, en las zonas rurales.

El 91.59% de las mujeres realiza trabajo doméstico dentro de su hogar, por el cual no reciben una remuneración, contra un 72.87% de varones (EUT, 2016).

La desigualdad en derechos y acceso a oportunidades se traslada a las mujeres indígenas, que tienen brechas desfavorables en cuanto al nivel de analfabetismo. Según el III Censo Nacional de Población y Viviendas para pueblos indígenas de 2012, la tasa de

analfabetismo de la población indígena de 15 años y más de edad alcanzaba a un 26,10% de los hombres y al 38,54% de las mujeres, generando una brecha de 12,44%.

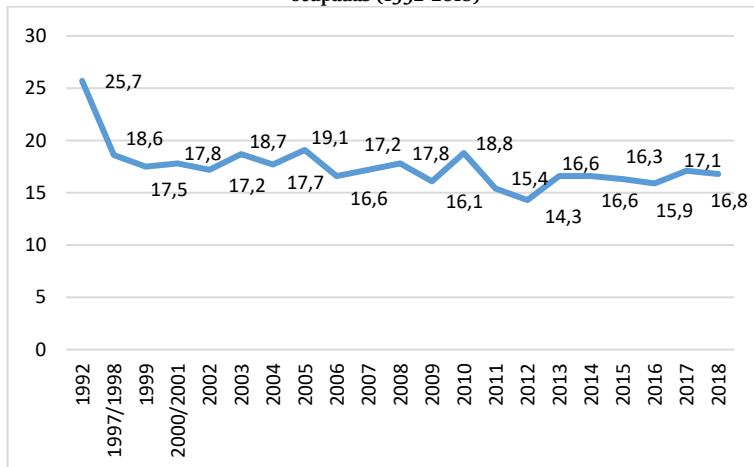
Trabajo doméstico y migración interna

El trabajo doméstico es una rama laboral extremadamente femenizada y concentra un número muy relevante de las mujeres ocupadas en Paraguay.

Según la EPHC de 2018, el 16,8% del total de mujeres ocupadas, se dedica al trabajo doméstico remunerado. Con variaciones en cada año, es la segunda o tercera actividad más importante y que concentra más trabajadoras mujeres, generalmente detrás de la categoría de trabajadoras autónomas.

Estos datos grafican brevemente una situación estructural de desigualdad de la mujer en Paraguay, así como la gran cantidad de tiempo destinado tanto a trabajo doméstico no remunerado como remunerado.

Porcentaje de mujeres trabajando en el servicio doméstico, dentro del total de mujeres ocupadas (1992-2018)



Fuente: Elaboración propia con base en DGEEC, Censo Nacional de Vivienda y Población 1992, Encuesta Permanente de Hogares 1997/1998-2017 y Encuesta Permanente de Hogares Continua 2018.

La bibliografía que abordó género y trabajo doméstico describió acertadamente cómo en la región, la desruralización y la migración rural-urbana es el eje central para explicar la presencia de mujeres provenientes del campo en el mercado laboral urbano que terminarán trabajando de empleadas domésticas.

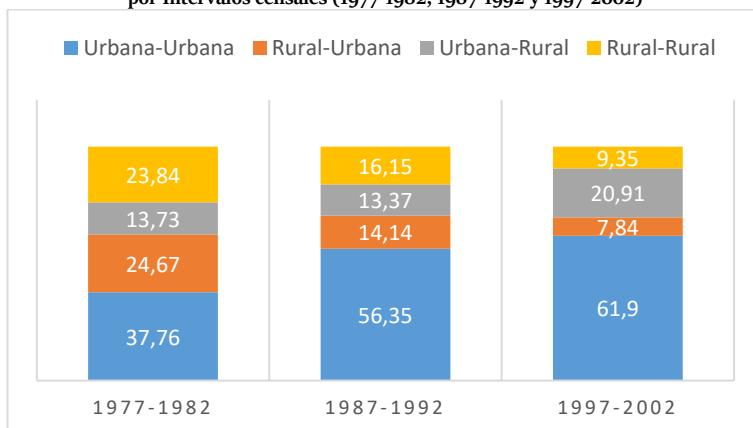
Esto afirman para el caso paraguayo los autores Riquelme y Vera (2015) quienes describen que las mujeres en el campo son las depositarias de las tareas reproductivas y de cuidado y que, por la interrupción del modelo empresarial agroproductivo, la caída de la pequeña huerta como forma de producción y la injerencia de la tecnología y la fumigación masiva con sustancias de alto nivel de toxicidad en dichas áreas, estas mujeres deben migrar hacia las ciudades, donde serán empleadas domésticas.

Afirman estos autores que “ante la falta de oportunidades es frecuente que las más jóvenes se desplacen hacia las ciudades para insertarse, principalmente, en el sector del trabajo doméstico remunerado. Además de las consecuencias sociales que implica la migración de estas mujeres para la familia y la comunidad, también están expuestas al peligro de caer en redes de trata de personas, teniendo en cuenta algunas condiciones como ser guaraní parlante, menor nivel de formación, entre otros factores que las hacen vulnerables ante este flagelo. En tanto que las mujeres de mayor edad suelen permanecer en sus hogares y, asumiendo totalmente la carga laboral de las tareas domésticas sumada a la responsabilidad del cuidado de los niños y niñas que quedan a su cargo.” (Riquelme y Vera, 2015: 85).

Sobre esto, en la Proyección de la Población Nacional, Áreas Urbanas y Rural por Sexo y Edad (2000-2025) de la Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC, 2015) se señaló que “en las áreas urbanas hay más mujeres que hombres, caso contrario se presenta en el área rural (más hombres que mujeres). Esto parece deberse a un predominio de mujeres en los flujos migratorios del campo a la ciudad, patrón que es bastante frecuente en América Latina” (Proyección de la Población, 2015: 45).

Al revisar los movimientos poblaciones y el correlato demográfico encontramos problemas. Por la falla en la calidad de los datos recabados por el Censo de 2012, la medición de la población rural y urbana y la correspondiente movilidad de la misma (migración interna) no puede observarse con precisión, por lo que debe ser calculada a partir de proyecciones, con los errores que dicha actividad estadística puede generar.

Migración interna (Urbana-Rural, Rural-Urbana, Rural-Rural y Urbana-Urbana) en Paraguay por Intervalos censales (1977-1982, 1987-1992 y 1997-2002)



Fuente: Censo Nacional de Población y Viviendas 1982, 1992 y 2002 y Alfonzo (2005).

Alfonzo (2005) a partir de un análisis pormenorizado de los datos censales disponibles, señaló que en 2002, un gran número de inmigrantes que llegaron al área urbana provenían del exterior (38.389 personas) y una cantidad similar de la sumatoria del área rural y otras zonas urbanas (31.361 personas). Esto incorpora otro elemento: la relevancia de la migración internacional en Paraguay. En pequeños poblados (urbanos y rurales), la práctica de la emigración está muy arraigada y muchas veces incluso precede a la movilidad interna, como puede analizarse al indagar sobre el origen de las y los migrantes paraguayas/os residiendo en Buenos Aires, Argentina.

Porcentaje de la población nacional de áreas urbana y rural según grupos de edad				
	2000		2025	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
0-14	35,1	41,2	25,5	30,5
15-64	60	53,9	67	61,6
65-+	4,9	4,8	7,5	8

Fuente: Elaboración propia en base a DGEEC, 2015.

Según Riquelme y Vera (2015), la población urbana creció de 459.726 personas (34.61%) en 1950 a 2.928.437 (46.72%) en 2002 y de 868.726 (65.39%) la rural en 1950 a 2.234.761 (43.28%) en 2002.

Es decir, en términos comparativos regionales, Paraguay continúa siendo un país con una población fuertemente rural y su proceso de transición urbana se inició tarde (en torno a los años setenta), razón por la cual las afirmaciones que asocian migración interna campo-ciudad con trabajo doméstico urbano debe ser, en principio, matizadas.

En las páginas que siguen, revisaremos la experiencia de las organizaciones paraguayas de trabajadoras domésticas remuneradas a la luz del proceso de discusión de modificación de la legislación vigente.

La movilización en torno a la reforma laboral: feminismo y luchas laborales en la praxis

Las organizaciones paraguayas han atravesado un importante proceso de articulación relativo a la discusión de la reforma de la ley de trabajo doméstico impulsada en 2015 en el senado. Desde 2009, se encontraban trabajando en la elaboración de una propuesta de ley para el trabajo doméstico que le otorgara la igualdad de derechos con respecto a otras actividades laborales. El proceso de trabajo conjunto requirió aunar objetivos y criterios. En el marco del Programa Conjunto Oportunidades, implementado por varias instituciones públicas con apoyo de la cooperación internacional,

entre los años 2009 y 2010 se construyó un anteproyecto de ley que se encontró con el rechazo de las trabajadoras en tanto mantenía la discriminación salarial. Desde el 2011, el Centro Interdisciplinario de Derecho Social y Economía Política (CIDSEP) y el Centro de Documentación y Estudios (CDE) colaboraron para dar espacio a la discusión entre las trabajadoras y lograr actividades de incidencia en el Ministerio de Trabajo y el Poder Judicial. La discusión entre las trabajadoras implicó un largo proceso de debate que se fue desarrollando en las principales ciudades donde las organizaciones tienen sus bases.

Una manifestación al centro de la ciudad logró instalar la demanda de las trabajadoras domésticas en los medios de comunicación. El domingo 30 de marzo de 2014, en conmemoración del Día Internacional de las Trabajadoras del Hogar, las trabajadoras organizadas realizaron una movilización por el centro de Asunción llevando sus herramientas de trabajo como forma de otorgar visibilidad a las tareas que realizan. Se congregaron alrededor de 300 mujeres, junto a sus familias, que exigían igualdad ante la ley para el reconocimiento de sus trabajos. Marcharon desde la Plaza Uruguaya hasta el Parlamento. El único antecedente de movilización conjunta había sido el del 30 de junio de 2013, cuando marcharon ante la apertura del nuevo período parlamentario.

De acuerdo con las integrantes de las organizaciones, la articulación en la instancia nacional paraguaya se hizo evidente en el encuentro de Montevideo. En agosto de 2017 se realizó en Montevideo el Encuentro Regional por los derechos de las trabajadoras domésticas en Montevideo¹, en el marco de la Reunión de Ministras Altas Autoridades de la Mujer del Mercosur y con el apoyo de organizaciones internacionales como Organización Internacional del Trabajo, el Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo y la Agencia Española de Cooperación Internacional para

¹En Uruguay ya se había realizado el Primer Congreso Fundacional de Trabajadoras Domésticas del Mundo en 2013, organizado por la Red Internacional de Trabajadoras Domésticas (IDWN). La locación no es casual, ya que Uruguay fue el primer país en ratificar el convenio 189 de la OIT.

el Desarrollo. El encuentro buscaba generar un espacio para discutir las condiciones laborales del sector en los países de la región, y contó con la participación de organizaciones de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, así como representantes de los Estados y sindicatos. Se buscó generar propuestas para hacer frente a la mayor dificultad del sector, la falta de reconocimiento formal de su trabajo.

Las organizaciones paraguayas de trabajadoras domésticas remuneradas han articulado demandas desde 2013, a partir de la que mencionamos como la “primera movilización conjunta de las tres organizaciones frente al parlamento al inicio del nuevo periodo legislativo” (Observatorio de Igualdad y No Discriminación, 2018: s/d).

Encontramos tres organizaciones principales que presentan variantes según el lugar donde se han originado, pero acuerdan en sus reclamos y en la búsqueda de la sindicalización de las trabajadoras domésticas. Coincidén también en las actividades que desarrollan para sus afiliadas: la formación de las trabajadoras para la defensa de sus derechos laborales y el acompañamiento a las trabajadoras que atraviesan situaciones de vulneración de derechos. Las organizaciones se sostienen gracias a un fuerte trabajo territorial que implica constantes recorridas por las zonas de trabajo y los barrios donde residen las trabajadoras. Estas recorridas permiten difundir información sobre reclamos, derechos laborales y actividades de las organizaciones.

El Sindicato de Trabajadoras Domésticas de Paraguay (SINTRADOP) funciona principalmente en dos ciudades: Asunción y Lambaré. Es la organización más antigua de trabajadoras domésticas, fundada en 1960 y obteniendo status legal como sindicato a fines de los 80'. Forma parte de la Central Nacional de Trabajadores (CNT). La Asociación de Empleadas del Servicio Doméstico de Paraguay (ADESP) fue fundada en 2008 y sostiene status legal desde 2011, aunque fue más adelante cuando se convirtieron en el Sindicato de Empleadas del Servicio Doméstico del Paraguay (SINTRADESPY). Su trabajo se concentra en la ciudad

de Asunción pero cuenta con organizaciones de base en las ciudades de Limpio, Capiatá, Lambaré, Remansito y Caaguazú. El Sindicato de Trabajadoras Domésticas y Afines de Itapúa (SINTRADI) nació en 2008, reuniendo mujeres de Caaguazú, Limpio, Ypané, Capiatá, Remansito y Asunción, es decir que concentra sus actividades en el sur del país. SINTRADI está asociado a la Central Unitaria de Trabajadores Auténtica (CUT-A) y a la *International Domestic Workers Federation* (es la única organización paraguaya afiliada internacionalmente).

Las organizaciones fueron acercándose entre ellas y articulando redes con ONGs y el movimiento feminista paraguayo, al tiempo que se alejaron de las Confederaciones gremiales en las que surgieron o dentro de las cuales se conformaron inicialmente.

Este se debe no sólo a que encontraron un conjunto de demandas coincidentes entre las agendas de las ONGs, del movimiento feminista nacional y el regional y las trabajadoras domésticas, sino también a la necesidad de romper los lazos patriarcales mediante los cuales los varones dirigentes de las centrales sindicales se relacionaban con las trabajadoras domésticas.

Sin embargo, la contrapartida de esta decisión deriva del fuerte rechazo que los organismos internacionales y la cooperación internacional (ambos aliados y financieros de ONG's y de campañas por los derechos de las mujeres en Paraguay y en toda América Latina) generan en algunos espacios sociales paraguayos.

En los debates parlamentarios en torno a las leyes presentadas por el sector para limitar la edad mínima de contratación y aumentar su salario al mínimo vigente para todas las demás ramas de actividad, los detractores de las demandas de las trabajadoras domésticas solían acusarlas de estar asociadas a OIT, ONU y otros organismos que aparecer como imponiendo agendas de género. Este discurso era repetido en los medios de comunicación.

La obtención del 100% del salario mínimo se alcanzó recién en 2019². Sin embargo, la lucha de las trabajadoras continúa, dado que no sólo lograron dinamizar sus estrategias de incidencia política y articulación, sino que también han iniciado un ciclo de difusión mediante un programa radial y de llegada a otras trabajadoras, con la intención de mejorar las condiciones laborales e insistir en el control de la edad mínima de contratación, para erradicar la práctica de criadazgo y empleabilidad de niñas y menores, fuertemente afianzada en Paraguay.

Las trabajadoras domésticas y su inserción en las luchas regionales y en los debates académicos

Luego de presentar una caracterización del sector de mujeres trabajadoras domésticas en Paraguay, en esta sección pensaremos las conexiones latinoamericanas de las trabajadoras del hogar y cómo han logrado consolidar una red transnacional de acción colectiva. Nos preguntamos por la interacción entre la escala nacional de la acción colectiva y el escenario internacional en el que estas mujeres participan activamente. La vinculación de las trabajadoras del hogar remuneradas con las feministas latinoamericanas ha sido históricamente conflictiva y es necesario desentrañar esta situación.

A fines de la década de los '90, en su difundido análisis de la Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras del Hogar (CONLACTRAHO), Elsa Chaney³ (1998) afirmaba que no había contacto fluido con el movimiento feminista. Atribuía esa desconexión a que las organizaciones feministas que mantienen una considerable distancia respecto del movimiento de trabajadoras del

² Para más información sobre esto, recomendamos la lectura de López y Loza (2019, en prensa).

³ Elsa Chaney (1930-2000) fue una investigadora norteamericana que realizó trabajos sobre la situación de la mujer latinoamericana, especialmente en el ámbito del trabajo doméstico. Su diagnóstico del servicio doméstico en la región, con apoyo de la Fundación Ford, fue fundamental para lograr las condiciones en las que se construyó la CONLACTRAHO.

hogar. Si bien nombraba a la organización de República Dominicana como una excepción – ya entonces integraban una coordinación nacional de mujeres – resaltaba la dificultad de acercamiento entre las feministas y quienes muchas veces eran sus propias empleadas, subrayando la diferencia de clase como un obstáculo.

Mary Goldsmith (2013) coincide en señalar la poca relevancia que las feministas latinoamericanas dieron al análisis del trabajo doméstico y las demandas de las trabajadoras. La autora afirma que las diferencias de clase fueron centrales para esa distancia, en tanto tomar la causa del trabajo doméstico suponía que las mujeres profesionales revisaran su propia condición de empleadoras de trabajadoras domésticas. También menciona que la trivialización del trabajo del ama de casa influye en los salarios que las trabajadoras domésticas reciben y que, siguiendo con esa lógica de la desvalorización, las feministas no se consideraron amas de casa. Fue la movilización de las trabajadoras domésticas la que logró exponer el problema del trabajo doméstico e incluirlo en un movimiento de mujeres mucho más amplio (Goldsmith, 2013). Sin embargo, esa vinculación sigue sosteniendo una diferencia de clase: la lucha es por el reconocimiento de mejores condiciones laborales para las trabajadoras domésticas, no para modificar la forma en que son comprendidas y repartidas las tareas domésticas dentro del hogar. Es decir, la división sexual del trabajo continúa sin ser revisada.

Más adelante, la discusión sobre el trabajo en el hogar aparecería en los Encuentros Feministas latinoamericanos, vehiculizada por organizaciones de mujeres que sostienen un fluido contacto con la lucha de las trabajadoras del hogar (Goldsmith, 2013). Esos espacios sirvieron para consolidar alianzas con organizaciones de mujeres, como la Articulación Feminista Marcosur (que cuenta con apoyo de OXFAM) y que ha lanzado la campaña “Alzando su voz: Trabajadoras Domésticas” para la capacitación de las activistas así como la investigación y divulgación sobre las condiciones de trabajo del sector.

Respecto de la internacionalización del movimiento de trabajadoras del hogar, se resalta la relevancia de las conferencias internacionales convocadas por la Organización Internacional del Trabajo para el fortalecimiento de este movimiento. Tomando la expresión de Nancy Fraser, Goldsmith dirá que “es justo en este espacio transnacional que inició como un contra-público subalterno” (2013, 233) ya que es allí donde pudieron salir fortalecidas y consolidar coaliciones transnacionales, a la vez que visibilizaron sus condiciones y lograron legitimidad para sus demandas (Valenzuela y Mora, 2009). Fue en las Conferencias 99^a y 100^a de la OIT donde se discutieron las normas internacionales para las trabajadoras del hogar que mencionaremos en la sección siguiente, al describir los cambios legislativos.

Ese momento marcó el fortalecimiento de organizaciones nacionales de trabajadoras del hogar así como la creación de la CONLACTRAHO a nivel regional (Soto, 2017). La CONLACTRAHO fue creada durante la primera reunión de trabajadoras del hogar realizada en Colombia en marzo de 1988⁴, aunque en algunos sitios se menciona el impulso que diera desde 1983 a la organización Elsa Chaney, una antropóloga norteamericana participante de la Asociación de Estudios Latinoamericanos (LASA). El Primer Encuentro de Trabajadoras del Hogar realizado en Bogotá en 1988 contó con la participación de once países (México, Venezuela, República Dominicana, Colombia, Brasil, Paraguay, Uruguay, Bolivia, Perú, Argentina y Chile. Más adelante se sumarían Ecuador, Canadá y Uruguay). La Confederación nació con la intención de coordinar las acciones de las organizaciones nacionales de trabajadoras del hogar presentes en los países allí reunidos. Al momento de su constitución, algunos de los reclamos compartidos entre los distintos países eran el derecho al salario mínimo, acceso al seguro social y una jornada de ocho horas.

⁴ Resulta interesante pensar que el contexto político paraguayo de la década del ochenta estuvo marcado por la fase final y la caída de la dictadura de Alfredo Stroessner y en 1989, se comenzó a vivir la primavera democrática y el aumento de demandas por derechos.

El reconocimiento internacional impactó directamente en las integrantes de la organización transnacional. Al intercambio de experiencias se sumó la participación en instancias de formación (Soto, 2017), así como la difusión de la concientización respecto de las condiciones de trabajo y los derechos de las trabajadoras del sector.

La organización transnacional permitió articular demandas y presentar el reclamo por la mejora de las condiciones laborales en espacios globales que pudieron ejercer presión sobre los Estados nacionales. Esta organización contó con el apoyo de la Organización Internacional de Trabajo desde su conformación, así como de la Entidad de las Naciones Unidas para la Igualdad de Género y el Empoderamiento de las Mujeres (ONU Mujeres), lo cual permitió posicionar el reclamo en escenario regional. La OIT funcionó como un actor diseminador de información a partir de la publicación de análisis y datos sobre la situación del trabajo doméstico en la región. Actualmente, sus actividades se concentran en la formación de sus integrantes, especialmente en temas sindicales y políticos, y en la difusión de información acerca de las condiciones del sector. Para estas actividades, han recibido apoyo de la OIT, ONU Mujeres (antes UNIFEM) y Fundación Ford.

Aun cuando la CONLACTRAHO se apoyó en la experiencia de sindicalización de amas de casa que algunos de los países de la región tenían, la reorganización de estas trabajadoras y el armado de un proyecto político regional se encontró rápidamente con obstáculos que refieren al tipo de actividad, limitaciones que, además, siguen siendo uno de los mayores obstáculos para la organización a nivel nacional. También enfrentaron conflictos en términos de incorporación de organizaciones sindicales nacionales, dado que muchos países de la región no otorgan el reconocimiento jurídico correspondiente a los sindicatos de trabajadoras domésticas – siendo este un requisito para la incorporación a la Confederación. Es por ello que mantienen lazos formales e informales con organizaciones latinoamericanas que agrupan a trabajadoras

domésticas y llevan adelante presentaciones ante la OIT para denunciar la inaccesibilidad de la personería jurídica para las organizaciones del sector (Valenzuela y Mora, 2009).

Autoras como Chaney (1998), Soto (2017) y Gorban y Tizziani (2018), sostienen que existe una fuerte dificultad para organizarse fundada en la procedencia de las trabajadoras domésticas, puesto que provienen mayoritariamente de hogares pobres, usualmente de zonas rurales o áreas marginales de las ciudades; además cuentan con un bajo nivel de escolarización, lo cual implica pocas instancias para el conocimiento de los derechos y desigualdad a la hora de negociar sus salarios, sobre todo en instancias tan privadas como en las que desarrollan su trabajo. También se sostienen como obstáculos la diversidad interna del sector, dada la procedencia indígena o afrodescendiente de las trabajadoras del hogar en los países de América del Sur. Estas características explicarían que muchas trabajadoras desconozcan sus derechos.

Son los estudios más recientes (como el de Gorban y Tizziani, 2018) los que explicitan que esas dificultades no se encuentran solamente en las trabajadoras, sino que están relacionadas también con las estructuras de dominación de la comunidad en la que se insertan. Además, la situación se complejiza si tenemos en cuenta la masculinización característica de los liderazgos sindicales y la subrepresentación de la mujer trabajadora, especialmente de las trabajadoras domésticas. Este fue, de hecho, uno de los problemas que atravesó el movimiento de trabajadoras domésticas de Paraguay.

Otras explicaciones para las dificultades a la hora de organizarse son puestas en las características de la actividad que las agrupa. Trabajan en hogares privados en los que muchas veces sus tareas son invisibilizadas y cumplen con largas jornadas de trabajo que les impiden realizar otras actividades, complicando la posibilidad de encuentro entre pares. Su condición laboral, dentro de casas privadas, impide que las organizaciones se pongan en contacto con ellas. Los horarios de trabajo suelen ser extensos y cuentan con pocas horas de descanso que suelen agruparse en los

fines de semana. Los bajos salarios, por su parte, no dejan excedentes que puedan destinarse a la recreación, el encuentro entre pares o incluso a la participación política.

En el caso de Paraguay, específicamente, las trabajadoras domésticas realizan sus tareas a menudo en áreas urbanas donde no residen, por lo que el acceso a sus puestos de trabajo consume una parte significativa del tiempo disponible. Esto sucede con las que trabajan en Asunción y viven en “las ciudades dormitorio” de alrededor, demorándose hasta 3 horas para llegar a sus lugares de trabajo, consumiendo tiempo que será restado a tareas extralaborales.

Las características propias del sector suelen ser señaladas cuando se busca pensar las razones para la invisibilización en las políticas públicas de los gobiernos latinoamericanos. En Paraguay, la previsión social y el entramado de políticas para la asistencia y protección social han excluido centralmente al trabajo del hogar y al reproductivo, así como al cuidado de menores y adultos mayores, tareas que recaen casi íntegramente en las mujeres. La carencia de un sistema integrado de jubilación y retiro, carga fuertemente con el peso económico a los familiares en edad de trabajo y con el cuidado a las mujeres más cercanas.

En cuanto a la invisibilización en los debates académicos, emergen reflexiones que presentan respuestas más nutridas para explicar el espacio, aún incipiente, que este tema ocupa. Las mujeres trabajadoras del hogar fueron negadas en tanto objeto de estudio por no considerarse su actividad como un trabajo formal, a la vez que sus dificultades para la organización política les negaron un espacio en tanto gestoras de una protesta por la visibilización.

Como sostiene Elsa Chaney (1998), el trabajo doméstico es despreciado siempre, así sea realizado por una mujer en su propia casa o por una persona externa a cambio de dinero. Sumado a las condiciones previas de pobreza, desigualdad respecto de quienes las contratan, una mayoría femenina, un alto porcentaje de migrantes (internas o extranjeras) de quienes usualmente ejercen esta actividad, esos factores determinan que las condiciones laborales

sean peores que las de otros tipos de actividad. En muchos casos, los derechos de las trabajadoras domésticas plasmados en normas formales son menores a los de las y los trabajadoras/es de otras ramas productivas, como fue el caso de las trabajadoras del hogar paraguayas que durante muchos años fueron beneficiarias del 40% y 60% del salario mínimo, por considerar que su tarea no debía ser retribuida con el mismo salario que el resto.

Otro elemento a considerar es, en el contexto de migración, el temor a que cualquier demanda por mejorar las condiciones laborales implique perder el trabajo y con ello, no poder enviar remesas al país de origen o no contar con los medios para mantener a su familia, si la acompañó en el desplazamiento.

Todo esto indica que no es posible analizar la situación de este sector de trabajadoras sin tener en cuenta que se entrecruzan en su situación relaciones de dominación y explotación que, aunque están históricamente vinculadas entre sí, tienen características diferentes. Según Bentouhami-Molino, es esta condición multidimensional la que aleja a la lucha feminista europea y blanca de las reivindicaciones de las mujeres del tercer mundo y las hace objeto de lo que llama “violencia epistémica”, dada su ausencia de los temas de debate académico. La solución pareciera residir en adoptar la interseccionalidad como postura metodológica (Gorban y Tizziani, 2018) pero también como perspectiva política (Bentouhami-Molino, 2016).

Los problemas que las mujeres trabajadoras domésticas presentan se vinculan con la violencia patriarcal y las pautas que este sistema impone en términos de división del trabajo, pero no se reducen solamente a eso. Su situación está directamente relacionada, también, a su situación migratoria y al racismo que atraviesa la matriz nacional de la alteridad de los países latinoamericanos (Segato, 2007).

Gorban y Tizziani (2018) retoman la categoría de interseccionalidad de Kimberlé Crenshaw en tanto estrategia metodológica, para resaltar que las categorías de género incluyen a otra diversidad de experiencias de explotación y subordinación, y

que esa diversidad debe resaltarse. Ello implica dejar de lado la supuesta universalidad de categorías de género, raza, clase, edad, etnia, etc. y, para el análisis de la situación de las mujeres trabajadoras domésticas, subrayar la intersección entre género, clase social y racialización.

En los países latinoamericanos como Paraguay y Argentina, los procesos de racialización de la otredad han sido tan profundamente instalados que el racismo no aparece como una dimensión relevante ni siquiera en los análisis académicos. El trabajo doméstico resulta un espacio donde estas dimensiones de dominación se interseccionan dado que “allí se legitiman desigualdades sociales que naturalizan la asimilación de posiciones subordinadas en el espacio social con determinado tipo de trabajo” (Gorban y Tizziani, 2018: 25). La interseccionalidad permite identificar jerarquías invisibles pero sustantivas, entre causas y mujeres, entre luchas y situaciones de subordinación. Estos procesos de jerarquización y de construcción de fronteras deben entenderse como históricamente construidos pero con una fuerte base ontológica (Anthias, 2012).

Sosteniendo la interseccionalidad como marco conceptual, estrategia metodológica o perspectiva política sobre el tema del trabajo doméstico remunerado, podremos comprender la profundidad de la construcción estigmatizante que empleadoras⁵ y Estado sostienen de estas trabajadoras. La concepción del trabajo doméstico como una tarea afectiva, basada en la entrega y no en la calificación o la dedicación laboral, contribuye a sostener una representación de esa actividad que la deja fuera del reconocimiento estatal y sindical. La carga afectiva atribuida al trabajo doméstico legitimó la informalidad de las condiciones laborales de esa actividad (Poblete, 2015). A su vez, la condición migrante y la pertenencia a sectores populares de una amplia mayoría de las trabajadoras domésticas, no hace más que reafirmar la racialización que

⁵ Nos referimos a las empleadoras, en femenino, dado que usualmente recae sobre las mujeres del hogar la tarea de gestionar los trabajos de limpieza y cuidado.

caracterizó a las relaciones de dominación en las naciones latinoamericanas. Reconocer la interseccionalidad de las categorizaciones de género, raza, etnia permite revisar la historicidad de estas ontologías, para desentrañar los mecanismos a través de los cuales se ha solidificado la matriz de dominación (Anthias, 2012) de las trabajadoras domésticas remuneradas.

Pensar de esta manera la matriz de dominación de los países latinoamericanos implica reavivar una categoría de análisis que ha sido tradicionalmente obliterada: la raza. Rita Segato subrayó la raza como el epicentro de los procesos de categorización en las construcciones nacionales latinoamericanas (Segato, 2013). Como la construcción racial categoriza a partir de la adjudicación de características específicas a grupos específicos, permite biologizar la desigualdad. Es decir, racializar la dominación. Dado que este proceso histórico estuvo dominado por la blanquitud burguesa, se opacó la contribución de otros grupos étnicos y legitimó un orden blanco y eurocentrífico (Gorban y Tizziani, 2018) en el que a la subalternidad le serían asignadas determinadas características y espacios propios.

La construcción de raza, en Paraguay, adquirió características específicas, puesto que con el surgimiento de los relatos nacionalistas de los tempranos 1900, el guaraní, como nación mítica, se convirtió en la centralidad del relato nacional, dejando a “lo campesino” como aquello degradable y subalterno. “La raza guaraní”, fuerte y poderosa, que sobrevivió a una guerra total como la de la Triple Alianza, se convirtió en la reivindicación y el orgullo del Paraguay blanco, por sobre la imagen bárbara, precaria y bruta de lo campesino y rural, paradójicamente guaraní parlante, que fue racializado y construido como inferior.

Por eso dice Bentouhami-Molino que desde la teoría poscolonial puede entenderse la especificidad del racismo como indisociable de las relaciones históricas que han sido condicionadas por los procesos de colonización y descolonización, y la diseminación del Capitalismo. El racismo no es simplemente xenofobia, sino más bien “el resultado de la traducción interna de la división

internacional del trabajo que participa en la alterización de la precariedad y de la precarización de la alteridad, así como la expresión conjunta de políticas explícitas de “identidad nacional.” (Bentouhami-Molino, 2012:12. Comillas y cursiva en el original).

El trabajo doméstico remunerado no cuenta con la valoración que merece por parte del mundo laboral. Ello impacta de manera directa en quienes son contratadas para realizar este tipo de tareas, ya que sus tareas no son consideradas trabajo y por ello no se incluyen sus reclamos en las reivindicaciones de las centrales obreras. Persiste una fuerte invisibilización de la actividad y de sus reclamos, lo cual redunda en la baja posibilidad de organizarse de las trabajadoras de este sector.

Otro punto que caracteriza al trabajo en el hogar, remunerado o no, es su vinculación estrecha con la intimidad. En el caso de las empleadas del hogar, que reciben una remuneración por esas tareas, esa cercanía con el mundo de lo privado resulta problemática. La intimidad, esa introducción al espacio privado, podría achicar las distancias entre empleadores y trabajadoras. Sin embargo, se mantienen fuertemente las distancias social y económica entre quienes trabajan y quienes las contratan: es una cercanía que no deja nunca de marcar la otredad. Describen Gorban y Tizziani: “el ingreso al trabajo supone el ingreso a la vida privada y doméstica de una familia, en donde la dinámica imperante es la de ese grupo, para el cual la trabajadora siempre es ajena” (Gorban y Tizziani, 2015: 108). El trabajo doméstico remunerado ha favorecido, sin dudas, la participación de mujeres de sectores medios y altos en el ámbito productivo.

En los debates en torno al derecho de las trabajadoras domésticas paraguayas a recibir el 100% del salario mínimo, uno de los argumentos más utilizados en contra de la igualdad era que otros trabajadores que ganasen sólo el salario mínimo no podrían contratar a una empleada doméstica que ganase lo mismo, por lo que tendría que retirarse del mercado laboral (considerado

productivo) para dedicarse al cuidado del hogar (del orden de lo reproductivo, o “socialmente improductivo”).

El no reconocimiento de las tareas domésticas como un trabajo duplica la jornada laboral de las mujeres insertas en el ámbito productivo, pero además invisibiliza o menosprecia el trabajo de quienes se desempeñan laboralmente en los hogares en tareas de limpieza, cuidado, cocina, etc. La asociación patriarcal entre esas tareas y el mundo de lo afectivo termina confundiendo los lazos laborales, que deberían ser absolutamente formales, con lazos amorosos. De este modo, se legitima la informalidad de las trabajadoras del hogar y se desestiman sus reclamos por derechos laborales.

Por su parte, el argumento de la relación causal entre la salida al mercado laboral de mujeres de sectores medios y altos y el aumento de las trabajadoras del hogar remuneradas, ha contribuido a posicionar a estas últimas por fuera de los reclamos feministas y en una relación contradictoria con sus expresiones organizativas. La informalidad en las formas de contratación de las mujeres que realizan trabajo doméstico no puede justificarse porque permite delegar (parte de) esas tareas a otras mujeres. La carga afectiva o la proximidad con la intimidad que el trabajo doméstico supone tampoco pueden ser motivo de su invisibilización.

Esta invisibilización del reclamo de mujeres latinoamericanas no hace más que profundizar el proceso de subalternización mediante el cual se sostiene y fortalece un discurso hegemónico acerca de la comunidad, mientras se construye una fuerte representación sobre la otredad que refuerza su posición subordinada. Además, continúa sin interpelar el rol de los varones en la provisión de dichos trabajos y en la responsabilidad reproductiva y de cuidado.

Al pensar las dificultades del sector de las mujeres trabajadoras del hogar remuneradas, es necesario revisar el lugar que las corrientes hegemónicas del movimiento de mujeres latinoamericano ha dado a la subalternidad. Cuánto permanece de relación colonial con los sectores populares, quienes reciben las

marcas de lo indígena, lo negro, la “huella de la subordinación histórica” (Segato, 2007).

Es decir, la situación de desigualdad de las trabajadoras domésticas paraguayas y latinoamericanas no puede entenderse solamente como un efecto del tipo de tarea que realizan, sino que debe considerar los condicionantes de clase, las diferencias étnicas, las matrices de racialización de cada proceso histórico.

Conclusiones

El trabajo doméstico remunerado y no remunerado ha sido invisibilizado durante mucho tiempo. Los factores estructurales de discriminación de clase, género, etnia, nivel socio-económico, han hecho de esta rama de actividad un espacio de reproducción de desigualdades. Sumado a esto, las especificidades del lugar de trabajo (atomizado, del espacio privado, entre muros, individualizante) complejizaron la capacidad de organización e incidencia de las trabajadoras, mayoritariamente mujeres, que se dedican al cuidado y a la reproducción de la vida.

En Paraguay, el trabajo doméstico emplea a un número sostenido y consistente del porcentaje de mujeres ocupadas y, durante muchos años, percibieron legalmente menos de la mitad o el 60% del salario mínimo que tiene por salario cualquier trabajador formal de cualquier otra rama. En esta legislación, se plasmaba la poca valoración dada al trabajo de cuidado, la subjerarquización de las trabajadoras domésticas dentro de la clase trabajadora, la idea de que para que otros trabajadores se incorporen al mercado laboral, una mujer debe ganar menos salario y, además, la naturalización normativa de las relaciones de explotación y desigualdad.

Esta situación fue revertida en 2019, cuando las tres organizaciones de trabajadoras domésticas, reunidas bajo el lema “Igual Valor, Iguales Derechos”, conquistaron la aprobación del 100% del salario mínimo. Tras años de construcción interna de redes, pudieron sobreponerse el aislamiento y, unidas en tres

grandes agrupaciones, vieron el resultado de la militancia y la incidencia política. En este proceso, se acercaron a otras mujeres organizadas en torno a otras demandas de la agenda feminista, a organizaciones no gubernamentales de su país, a redes de trabajadoras domésticas de la región y a organismos internacionales que colaboraron como espacio de fortalecimiento, formación y proveeduría de recursos para campañas y movilizaciones.

El caso de las trabajadoras domésticas paraguayas también permite analizar las relaciones entre estas clases de organizaciones y las tradicionales sindicales, generalmente coordinada por varones, que no siempre son permeables a las demandas y los sectores que más interpelan sus privilegios y que evidencian una desigualdad en la distribución de recursos también entre las y los trabajadoras/os pares dentro de los espacios de lucha por sus derechos.

El trabajo doméstico sigue siendo un espacio de suma de tensiones y complejidades tanto entre mujeres de diferentes clases sociales, como entre las formas de percibir y valorar las diferentes formas de trabajo en la sociedad y en los espacios de elaboración de políticas. Las luchas por los derechos de las trabajadoras domésticas ponen de manifiesto que la desigualdad no sólo se da entre ellas y otros trabajadores, sino en la distribución misma de trabajo doméstico en la sociedad en la que habitan.

Referências

- Alfonzo, L. (2005) Migración Interna. Paraguay. Asunción: DGEEC.
- Anthias, F. (2012) “Intersectional what? Social divisions, intersectionality and levels of analysis”, en *Ethnicities*, 13(1).
- Bentouhami-Molino, H. (2016) *Raza, cultura, identidades. Un enfoque feminista y poscolonial*. Buenos Aires: Prometeo.
- Bruno, S. (2008). “Inserción laboral de los migrantes paraguayos en Buenos Aires. Una revisión de categorías: desde el “nicho laboral” a la “plusvalía étnica”, en *Población y Desarrollo*, 36.

- Chaney, E. M. (1998) "Ni muchacha ni criada. Las trabajadoras del hogar y su lucha por organizarse", en María Luisa Tarrés (coord.), *Género y cultura en América Latina*, México, El Colegio de México.
- D'Souza, A. (2010). "Camino del trabajo decente para el personal del servicio doméstico: panorama de la labor de la OIT". Documento de trabajo 2/2010. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo.
- DGEEC (2015). *Proyección de la Población Nacional, Áreas Urbanas y Rural por Sexo y Edad (2000-2025). Revisión 2015*. Octubre. Asunción: DGEEC.
- Goldsmith, M. (2013) "Los espacios internacionales de la participación política de las trabajadoras remuneradas del hogar". *Revista de Estudios Sociales* No. 45, enero - julio. Bogotá.
- Gorban, D. y Tizziani, A. (2018) *¿Cada una en su lugar? Trabajo, género y clase en el servicio doméstico*. Buenos Aires: Biblos.
- Jelin, E. (1976) *Migration and labor force participation of Latin American women: the domestic servants in the cities*. Buenos Aires: CEDES.
- López, V.; Soto, L. y Valiente, H. (2005) *Trabajo doméstico remunerado en Paraguay*. Asunción: Organización Internacional del Trabajo.
- López, M. y Loza, J. (en prensa) "El trabajo doméstico remunerado en Paraguay. Luchas laborales y simbólicas de trabajadoras invisibilizadas", en *Aposta*.
- Maguid, A (1995) "Migrantes limítrofes en la Argentina: Su inserción e impacto en el mercado de trabajo", en *Estudios del Trabajo*, 10. Buenos Aires: ASET.
- Marshall, A. y Orlansky, D. (1983) "Inmigración de países limítrofes y demanda de mano de obra en la Argentina, 1940-1980", en *Desarrollo Económico*, (23)89. Buenos Aires.
- Pacecca, M. I. y Courtis, C. (2008) "Inmigración contemporánea en Argentina: dinámicas y políticas", en *Serie Población y Desarrollo*, núm. 84, Celade/Cepal, Santiago de Chile.

- Poblete, L. (2015) "Modos de regulación del trabajo doméstico. Introducción", en AAVV, *El trabajo doméstico: entre regulaciones formales e informales. Miradas desde la historia y la sociología*. Cuadernos del IDES, Serie Proyectos de Investigación N° 30.
- Riquelme, Q. y Vera, E. (2015) *Agricultura campesina, agronegocio y migración. El impacto de los modelos de producción en la dinámica de los territorios*. Asunción: CDE-ICCO Cooperación.
- Segato, R. (2007) *La nación y sus otros: raza, etnicidad, y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad*. Buenos Aires: Prometeo.
- Segato, R. (2013) *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*. Buenos Aires: Prometeo.
- Soto, L. (2017) *Las trabajadoras del hogar remuneradas en el Cono Sur: lucha y superación de exclusiones históricas*. Cuaderno N° 1 - Igualdad de Género. Asunción: PNUD.
- Soto, L. (2014) *Trabajo doméstico remunerado en Paraguay. Información para el debate*. Asunción: CDE y ONU Mujeres.
- Soto, L. y Ruiz Díaz Medina, N. (2014) *Trabajadoras domésticas remuneradas. Aprendizajes para la acción*. Asunción: CDE y ONU Mujeres
- Valenzuela, M. E. y Mora C. (eds.) (2009) *Trabajo Doméstico: un largo camino hacia el trabajo decente*. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo.
- Valenzuela, M. E. (ed.). (2003). *Mujeres, pobreza y mercado de trabajo. Argentina y Paraguay*. Santiago de Chile: Organización Internacional del Trabajo.
- Valiente, H. (2016) *Las leyes sobre trabajo doméstico remunerado en América Latina*. Asunción: CDE y ONU Mujeres.
- Zurita, C. (1987) *Muchacha se necesita: situación de la empleada doméstica en Argentina*. Buenos Aires: Centro de Estudios de la Mujer.

Rede de proteção e resistência contra o genocídio como forma de alternativas as políticas de segurança públicas punitivistas

*Marisa Feffermann
Raiane Cheregatto*

Introdução

As transformações da estrutura social e das relações sociais, econômicas e culturais que ocorrem nos grandes centros urbanos, principalmente a partir da globalização, têm implicações na mudança do perfil epidemiológico brasileiro assim como nos efeitos sobre a produção da violência, e causam intensa influência na morbimortalidade das populações, pelo número de mortes, em especial, de adolescentes e jovens negros pertencentes às classes subalternas. Como afirma Bauman (2009) “[...] as cidades se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização” (p. 32). As modificações estruturais dos territórios implica na sociabilidade dos que lá habitam. Assim, as relações sociais ocorrem de forma indissociável entre a materialidade deste espaço e seu sistema de ações, de acordo com a proposta teórico-metodológica do geógrafo Milton Santos (2002). O conceito “formação espacial” de Milton Santos, aponta que uma sociedade só pode se concretizar, a partir de seu espaço, do espaço que ela produz, e por outro lado, o espaço somente é compreensível através da sociedade

Em 1996, a 49^a Assembleia Mundial da Saúde declara a violência como importante problema de saúde pública e convoca a OMS para desenvolver uma tipologia da violência que caracterizasse “os diferentes tipos de violência e os elos que os conectariam”. Nessa perspectiva, a saúde pública parte do princípio da necessidade da compreensão da gênese e das formas de manifestação da violência e especificamente dos comportamentos violentos para refletir sobre as possibilidades de preveni-los. Buscando, desta forma, compreender os possíveis fatores que permitem a emergência de ocorrências desse tipo de causas externas. Algumas hipóteses foram produzidas, desde a questão de comportamentos geradores de risco, o consumo abusivo de drogas lícitas e ilícitas e o envolvimento com o comércio ilegal de drogas têm sido apontados como os principais fatores de risco para a utilização de armas de fogo e, consequentemente, responsáveis por homicídios. Mais recentemente pesquisas revelaram que o registro de antecedentes policiais pode, igualmente, ser apontado como fator de risco, tanto para a morte precoce quanto para a ocorrência de deficiências físicas em jovens no começo da idade produtiva.

A mortalidade representa a violência no grau extremo e é uma das formas mais utilizadas pelo campo da saúde para identificar a sua magnitude. Alguns autores reafirmam a mortalidade por homicídio como resultante de complexo processo de determinação, no qual atua uma série de fatores sociais, econômicos, culturais, familiares e psicológicos.

O contingente de jovens existentes na América Latina vivendo em situação de vulnerabilidade, aliada às turbulentas condições socioeconômicas de muitos países dessa região provoca grande tensão entre os jovens que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade. Esta ordem dominante tem ampliado condições de precariedade e de vulnerabilidade dos jovens, a partir de perspectivas classistas, racistas, homofóbicas e de ordem proibicionista, que com o pretexto de combater o crime organizado,

têm funcionado como estratégia de limitação dos espaços sociais de liberdade. Nesse contexto, pesquisadores da América Latina têm buscado compreender o processo que implica em condições precarizadas e persistentes que têm custado a vida de centenas de milhares de jovens não só na América como, também, na Europa, com base no conceito de Juvenecídio.

O conceito de juvenicídio amplia a ideia da morte real ou do simples registro da morte de jovens para um complexo processo de criminalização dos jovens, construída a partir do campo político e das indústrias culturais que estereotipam e estigmatizam as condutas e estilos juvenis, criando predisposições que desqualificam o mundo juvenil e os identifica como violentos, perigosos e criminosos. A criminalização dos jovens reforça o preconceito, estereótipo e estigma inscritos em processos estruturantes de racialização que constituem as condições de possibilidade de que produzam relações de produção e de reprodução das desigualdades sociais.

Genocídio da juventude negra – uma questão urgente

A “guerra social” vivida hoje no Brasil contradiz o seu mito fundador, o da não violência, o tema do Juvenicídio está intimamente relacionado com o que podemos denominar como genocídio da juventude Negra. O fenômeno do genocídio da juventude tem como fonte um conjunto de fatores que vão desde a explícita segregação social ao racismo velado. São condições que inferiorizam o negro, submetendo-os, por exemplo, às piores condições empregatícias e aos maiores salários. O principal propulsor da construção desses estigmas, produzidos e reforçados pelos meios de comunicação, está alicerçado no processo histórico das discriminações e racismo no Brasil. Os indícios desses estigmas se expressam no número de mortes de jovens negros, na violência legitimada do Estado, nas chacinas e no encarceramento em massa, que tira de circulação inúmeros jovens, preferencialmente negros.

No Brasil, o termo genocídio nos debates sobre segurança pública e direitos humanos é com base no aspecto sociológico que Abdias de Nascimento se detém a analisar e que Florestan Fernandes destaca como grande mérito da sua obra na medida em que o autor qualifica a experiência negra com um conceito que desavia a “hipocrisia conservadora” (FERNANDES, 1978, 2019, p.19)

O grupo que tem historicamente sendo exterminado e encarcerado são os jovens negros e pobres que vivem nas periferias, em especial aqueles que são responsabilizados por uma crescente economia de drogas ilícitas. Como uma das consequências dessa violência, observa-se um crescimento de homicídios de jovens no Brasil. Segundo o Atlas da Violência de 2016, 71,1% das mortes registradas por armas de fogo (44.475).

Em relação, a taxa de mortalidade da população, de acordo com o levantamento de Informações sobre Mortalidade Subsystem (SIM) do Ministério da Saúde, em 2016, houve 62.517 homicídios no Brasil. Em relação à taxa de mortalidade de jovens é de 33.590, é mais do que o dobro do registrado para o resto da população, sendo que 50,3% das mortes como homicídio tendem a causar a morte, correspondeu a juventude o sexo masculino, com idades entre 15 e 29 anos. É importante ressaltar que entre essas 33.590 mortes de jovens, 94,6% referem-se a homens jovens. Outros dados relevantes diz sobre o elevado número de negros mortos, já que uma taxa de 40,2 homicídios para negros e 16 para a população não negra, assim observada pode-se concluir que 71,5% das pessoas quem é assassinado todos os anos no país é preto ou marrom. Isso quer dizer que entre 2006 e 2016 houve um aumento de 23% na taxa de homicídios de negros e uma redução de 6,8% em comparação aos não-negros. Em relação às mulheres negras, a taxa de homicídios foi 71% maior que a das mulheres não negras. Além disso, de acordo com o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à violência (IVJ), pode-se notar que em 2015 o risco de se tornar uma vítima de homicídio para os homens negros foi de 2,7 vezes maior do que um jovem branco.

Já o Anuário Brasileiro de Segurança Pública analisou 5.896 boletins de ocorrência de mortes decorrentes de intervenções policiais entre 2015 e 2016, o que representa 78% do universo das mortes no período, e, ao descontar as vítimas cuja informação de raça/cor não estava disponível, identificou que 76,2% das vítimas de atuação da polícia são negras.

O Brasil é o terceiro país no ranking de homicídios de jovens. Além da violência física os jovens enfrentam vários tipos de preconceitos, o que significa que são vítimas não somente de uma violência física como também de uma violência que não mata, mas, muitas vezes, fere e muito profundamente, que é a simbólica e a moral.

Esses dados explicitam o que podemos definir como o genocídio da Juventude Negra. Ao longo dessa década, morreram ao todo 556 mil pessoas vítimas de homicídio, número que excede ao número de mortes da maioria dos conflitos armados registrados no mundo. Comparando 100 países que registraram taxa de homicídios, entre 2008 e 2012, para cada grupo de 100 mil habitantes, o estudo conclui que o Brasil ocupa o sétimo lugar no ranking dos analisados. O executor mais contundente é o agente do Estado.

Além dos R\$ 114 bilhões gerados pela perda de capital humano, entram na conta dos custos da violência R\$ 39 milhões de gastos com contratação de serviços de segurança privada, R\$ 36 bilhões com seguros contra roubos e furtos e R\$ 3 bilhões com o sistema público de saúde. A soma destas despesas, que chegou a R\$ 192 bilhões em 2013, ou 3,97% do PIB, é classificada no estudo como “custo social da violência”. O valor pode ser ainda maior, porque os gastos com pessoas que ficam inválidas em razão da violência, por exemplo, não entraram no cálculo¹

Trata-se de uma situação de extermínio dessa parcela da população causada por dois tipos de racismo arraigados na nossa cultura: institucional e estrutural. Resultado da "política de

¹ <http://www.sindpol-al.com.br/2014/11/estudo-mostra-que-custo-da-violencia-brasil-ja-chega-54-pib/> Acessado em 01/09/2016.

"tolerância zero" que adotou o combate total a todo tipo de crime e a política de guerra às drogas. O resultado mais visível dessas políticas são a criminalização e encarceramento dos jovens negros pobres e marginalizados.

A partir destas questões que perpassam o cotidiano da população brasileira, que a Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio vem se constituindo, buscando denunciar a partir dos territórios descentralizados do Estado de São Paulo, um aspecto da história das vidas negras no país a partir do Estado mais populoso do Brasil e de um centro urbano destaque social e econômico em toda a região latino-americana.

Sob o marco conceitual de "segurança cidadã" há várias produções (IGLESIAS, 2012), que tem contribuído para a compreensão do papel desempenhado por sistemas disfuncionais de lei e ordem e instituições estatais ineficazes nos impressionantes aumentos de níveis de violência nas últimas duas décadas na região (ANGARITA, 2015). Também demonstrou as limitações das reformas do setor de segurança na região e a crescente sofisticação do crime organizado (GARAY-SALAMANCA & SALCEDO- ALBARAN 2012). Há uma lacuna importante na compreensão da forma como as pessoas nos territórios vulneráveis respondem aos desafios diários que enfrentam como resultado de viverem em meio a níveis crônicos de violência e múltiplas formas de insegurança. Têm se demonstrado que insegurança nos territórios pode permitir ou impedir a construção de espaços mais seguros de forma a abordar as experiências diferenciadas de insegurança.

Nesta perspectiva, considera-se que os homicídios dos jovens, não é só uma questão de segurança pública, mas de saúde pública, assim para enfrentar a complexidade deste problema é necessário a construção de redes, que transcendam a área da saúde e da segurança pública. Desta forma, aposta-se que a sociedade civil, representada por coletivos que historicamente lutam nesta pauta em rede com as ONGS, Pastorais, profissionais de várias áreas públicas e privadas podem construir uma possibilidade de dar

visibilidade a esta realidade e buscar formas de proteção e enfrentamento. A Rede de Proteção e Resistência contra o genocídio parte do princípio que genocídio são práticas estatais que resultam na morte massiva e precoce de uma determinada parcela populacional. As violações de direitos que possibilitam o massacre indígena no Brasil (e em toda América) também encontra como alvo a população negra, que ocupa os piores índices sociais do país. Esta é a parcela populacional mais vitimada fatalmente pela violência urbana gerada pela falta de acesso a moradia, trabalho, educação, saúde e lazer de qualidade. Essas violações de direitos pautadas pelo racismo estrutural e institucional da sociedade brasileira se expressam em altos índices de violência, que geram homicídios e em uma política de encarceramento em massa. Nossa perspectiva de luta contra o genocídio é anticapitalista, anticolonialista, antipatriarcal e antiproibicionista.

Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio

A Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio é um movimento, em construção desde 2017, na cidade de São Paulo que surgiu como uma demanda de vários coletivos que já atuavam nesse campo de violência institucional, porém com necessidade de mais integração entre territórios e pessoas. A demanda foi identificada no I Seminário Internacional Juventudes e Vulnerabilidades: Homicídios, Encarceramento e Preconceitos, que ocorreu entre os dias 7 e 9 de maio de 2017, na Faculdade de Direito da USP no Largo São Francisco, e na escola de samba Combinados de Sapopemba, Zona Leste da cidade, atividade que o grupo considera o marco da fundação da Rede. O grupo está formado por 35 articuladores com vínculo com os territórios descentralizados da cidade de São Paulo, que atuam voluntariamente em articulação com profissionais e instituições da área de segurança e justiça e direitos humanos. Tal experiência converge com a proposta de debate deste seminário: violência e administração de conflitos. O Objetivo da Rede é visibilizar as

violências do Estado nos territórios de alta vulnerabilidade; Proteger às vítimas e testemunhas; Enfrentar o abuso policial; Buscar articulação territorial das redes formais e informais na perspectiva da efetivação de políticas públicas; Garantir a efetivação dos direitos básicos e acesso à justiça nos territórios; Fortalecer as estratégias locais; Promover formação na perspectiva de defesa e promoção dos direitos humanos. Apostava-se que a sociedade civil representada por coletivos que historicamente lutam nesta pauta em rede com as ONGS, Pastoriais, profissionais de várias áreas públicas e privadas possam construir uma possibilidade de dar visibilidade a esta realidade e buscar formas de proteção e enfrentamento. O genocídio negro é central para a organização política da Rede, contrapondo a políticas de exclusão de direitos, que implica na experiência racial de exclusão que é imputada a população negra, empobrecida, que vive em territórios vulnerabilizados. Desta forma, o trabalho da Rede, não se restringe as denúncias dos abusos dos agentes do Estado, mas é um trabalho/ proposta de ressignificação da cidadania por meio de formação em direitos humanos para que se possa identificar ferramentas de apoio e proteção em relação as políticas públicas, como também reconhecer as estratégias locais de resistências. Ainda, reatar laços de confiança e recuperar a autoestima e reversão do medo e insegurança.

O projeto de organização se constitui a partir da vivência negra e periférica posto que a principal aposta metodológica do grupo é o vínculo com o território. Dessa maneira, a participação é nas áreas mais afetadas pela violência estatal partir de uma metodologia de ativação desses territórios. Trata-se de acesso a ferramentas de resistência às práticas violentas e a descoberta da titularidade de direitos que se traduzem em justiça e desenvolvimento de acordo com os seguintes aspectos:

- (i) a perspectiva dos territórios, população negra e periférica da cidade de São Paulo, delimita os contornos da justiça que se busca e reivindica perante a atuação estatal;
- (ii) a experiência de acolhimento de pessoas e casos de violações de direitos humanos, especialmente violência de Estado (execuções sumárias,

tortura e prisões ilegais e arbitrárias) necessita de uma ressignificação da cidadania, o que perpassa sobre visões sobre ser sujeito de direitos e um olhar crítico sobre os serviços prestados para a comunidade;

(iii) Os territórios contam com um espaço de escuta de populações invisibilizadas, com foco em uma nova relação entre os territórios e a instituição de segurança e justiça.

As referências de concepção da nossa proposta de ação consideram quatro conceitos: o genocídio, o juvenicídio, trabalho em rede e territorialidade.

O movimento funciona em rede: entende-se rede social como um conjunto heterogêneo de iniciativas e recursos institucionais e da sociedade. Recursos dispostos para atender necessidades e interesses de um grupo ou da sociedade como um todo. Uma articulação ampla entre diferentes atores buscando fortalecimento mútuo, promovendo as variadas forças sociais de forma descentralizada, visando fins comuns. De modo a configurar-se um espaço de autodeterminação, que não escapa aos conflitos inerentes ao Estado e a sociedade de classes. Mas que também é meio de fortalecimento para o enfrentamento das violações que promovem a violência e o genocídio.

O nosso ponto de partida a territorialidade. O nosso trabalho em rede busca a especificidade de cada região, articulando e fortalecendo as diferentes iniciativas de organização local nos bairros, a fim de promover ações de proteção e enfrentamento adequadas as necessidades singulares de cada território. Tendo como uma prioridade a nossa concepção a organização nas periferias, que concentram a população jovem, pobre e preta, principal alvo do genocídio de Estado.

A Rede de Proteção e Resistência contra o genocídio é uma construção em constante transformação em relação as suas estratégias, considerando a realidade dos territórios, dos parceiros/coletivos “enrendados”, tanto no que se refere as características dos coletivos informais (movimento negro, de cultura, de educação, da mulher, da infância), quanto as instituições formais (

educação, saúde, cultura, esporte, lazer). No entanto parte-se de pressupostos, que considera-se importante o desenvolvimento, ou seja, territorialidade, redes sociais, os dados da violência, que denotam a forma de política pública de segurança vigente.

A realidade de São Paulo – Territorialidade e violência

São Paulo está elencada como a terceira cidade do Brasil com maior número de mortes violentas (10,2%), segundo o Atlas da Violência de 2018. No ano de 2016, 62517 pessoas foram assassinadas, sendo que 33.590 correspondem aos jovens e 94,6% das vítimas eram do sexo masculino. Além disso, ao analisar a taxa de homicídios entre a população negra e não-negra, pode-se concluir que 71,5% dos assassinatos cometidos são contra pessoas pretas ou pardas (Cerqueira et al., 2018).

Ainda assim, em comparação com o país, a vitimização por homicídio de jovens – que agravou seu quadro na maioria dos estados – apresentou uma redução significativa, em 2016: os números de São Paulo passaram a ser de 19 jovens assassinados a cada 100 mil, em comparação à média de 65,5 a cada 100 mil do país (Cerqueira et al., 2018). Esse aspecto curioso sobre a diminuição da redução da taxa de homicídios de São Paulo, a partir do ano dos anos 2000, é explicado, na academia, por alguns fatores i) políticas de controle sobre aquisição de armas de fogo; ii) melhoria na organização policial e sistema de informações criminais; iii) diminuição acentuada da proporção de jovens na população; v) acordo do Primeiro Comando da Capital (PCC) com o Estado (Cerqueira et al., 2018).

Apesar da importante e significativa redução de letalidade da juventude paulistana, a população negra, especialmente, carece de medidas emergências que garantam mudanças nesse cenário, visto que, de acordo com o Atlas da Violência de 2018, entre os anos 2006 e 2016 o número de homicídios da população negra cresceu 23,1%, enquanto que para a população não negra houve uma redução de 6,8%. Desse modo, não se pode deixar de destacar o perfil dos

jovens assassinados. Os negros apresentam uma taxa de mortos pela polícia 3 vezes maior que a dos brancos (Cerqueira et al., 2018).

O racismo na cidade de São Paulo também se reflete nas taxas de negros presos a cada 100 mil, que representam 35, em comparação ao número de 14 da taxa dos brancos. A Polícia Militar é responsável por 95% da letalidade do estado paulista, sendo destacada a racialização no próprio *modus operandi* instituição. Portanto, a institucionalização do racismo no sistema de segurança pública faz-se visível pelo modelo de operação policial que se pauta pela identificação “dos jovens negros como perigosos e os colocando como alvos de uma política violenta, fatal” (SINHORETTO ET AL., 2014: 27-28). São Paulo da atualidade apresenta um quadro de extrema desigualdade, violência e segregação refletida em todas as dialéticas das políticas urbanas, sociais e de segurança pública.

Território – Complexidade desta discussão

Ao privilegiar o trabalho nos territórios é importante nos atentar a diversidade das realidades territoriais, considerando a participação dos diversos agentes, desta forma o território está sempre associado as formas de sociabilidade e territorialidades. Cada território revela as suas dinâmicas, histórias individuais e sociais e vinculações diferenciadas com a cidade, “desde em função de seu posicionamento na hierarquia urbana fundiária até suas possibilidades de acesso aos serviços”. (KOGA, 2015). É desse modo que a perspectiva de cidadania, de acesso aos direitos sociais, passa também pelo acesso à cidade.

O território é importante, todavia na realidade brasileira e especificamente a paulista a maioria dessas pessoas foi desterrada, ou desterritorializada, dos seus locais de moradia sob o impacto de processos desiguais e conservadores de apropriação das terras rurais em favor de um modelo concentrador e desigual de desenvolvimento agrícola. Ao se dirigirem para novos locais de moradias provisórias ou permanentes, inscritas em outras áreas rurais ou nas periferias

urbanas, aquelas pessoas se reterritorializaram em outras formas de vida. (KOGA, 2015). E como uma das principais consequências é a violência. As tensões e impasses gerados a partir da confluência das ações desenvolvidas pelas diferentes políticas no mesmo território tendem a pressionar a busca por estratégias que sigam na direção da intersetorialidade, da otimização de recursos e da integração de informações,(p.20) As redes sociais em sua relação com o território, evidenciam que essa relação é ambígua: ora a rede é fator de coesão, ora de transgressão dos territórios, opondo às malhas institucionais suas lógicas funcionais (SILVA E GONZAGA ,2005)

Neste trabalho parte-se da concepção de espaço discutida a por Santos (2004) que abarca ao mesmo tempo a forma (os objetos contidos no espaço) e a função (as ações que se fazem em relação aos objetos). Sua principal contribuição se faz no sentido de entender o espaço como processo e produto das relações sociais, que se realiza enquanto uma instância social (SANTOS, 1997).Define o espaço geográfico como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único na qual a história se dá (SANTOS, 2004, p. 63).Uma vez que o território é determinado pelas diferentes funções espaciais ou pelos diferentes usos espaciais, não é possível entendê-lo ignorando as relações políticas e econômicas que se estabelecem no modelo capitalista de produção (SANTOS 1998b).

É a partir desta perspectiva como pode-se adentrar na megalópolis denominada São Paulo. São Paulo é a cidade mais populosa do Brasil, contando com uma população de 12,18 milhões de habitantes. A capital paulista é reconhecida como principal centro financeiro, corporativo e mercantil do país e seu PIB *per capita* ocupa a 10^a posição no mundo (IBGE, 2016). Não obstante, a cidade também é marcada por profundas desigualdades. Um primeiro fator salta aos olhos: apesar de seu Índice de Desenvolvimento Humano ser considerado alto, com um valor de 0,805, a diferença entre as zonas centrais e as periféricas é abissal. Enquanto o centro possui

regiões cujo IDH é superior à 0,9, esse valor reduz gradativamente em direção aos limites do município até atingir o valor de 0,7 (IBGE, 2010). Sete mil pessoas vivem em situação de pobreza extrema, número este que representou um crescimento de 35% em 2018 em comparação ao ano de 2016 (IBGE, 2018). Afetando principalmente a população negra ou parda, com um crescimento de 61%, enquanto a porcentagem da parcela branca da população em situação de pobreza extrema aumentou 13,6% no mesmo período (IBGE, 2018).

Segundo os estudos da UNICAMP (2014), a distribuição espacial dos assentamentos precários na cidade, tem implicações diretas na concentração dos problemas nos distritos periféricos do município. Tomando como referência o ano de 2008, a precariedade nos assentamentos em praticamente todas as regiões periféricas é apontada, com destaque para a zona leste e para as áreas de mananciais na zona sul da cidade (UNICAMP, 2014). Neste estudo as condições habitacionais e a precariedade de serviços básicos foram apresentados, destacando que a população negra possui menos acesso ao saneamento básico. O grande crescimento populacional e econômico de São Paulo resultou em um crescimento urbano desordenado, marcado pela segregação espacial e pela situação de vulnerabilidade daqueles residentes em áreas periféricas, em sua maioria negros, demonstrando também as cicatrizes deixadas pelo colonialismo e pelo passado escravocrata do Brasil. O estudo sobre mobilidade urbana na cidade de São Paulo, o tempo médio diário de deslocamento para se realizar as atividades cotidianas na cidade chega a 1h57. Os moradores das regiões Norte e Sul, ainda, levam mais tempo para realizar seus deslocamentos principais pela cidade: 2h05 nas duas regiões. Por outro lado, o tempo médio gasto diariamente no trânsito de São Paulo, levando em conta todos os deslocamentos pela cidade é de 2h43 min em 2018. Da mesma forma, são os moradores das regiões Norte e Sul os que gastam mais tempo: 2h49 e 2h56, respectivamente (IBOPE, 2018).

O tempo utilizado para a locomoção entre os espaços implica perdas simbólicas e reais, reforçando a lógica/padrão

segregacionista e higienista. A carência de equipamentos e serviços públicos, a precariedade da infraestrutura urbana e a violência concentram-se em certos territórios e revelam uma cidade marcada pela segregação socioespacial, que afronta os direitos dos jovens moradores das regiões periféricas, sobre quem recai o ônus de uma política pautada pelo interesse privado.

As desigualdades territoriais somam-se as desigualdades de raça, classe e gênero, constituindo-se um quadro de múltiplas vulnerabilizações às quais estão sujeitos, especialmente, os jovens moradores das áreas periféricas da cidade. São Paulo também abriga a maior população de jovens (15-24 anos) do país, que representa 16,3% da população residente (IBGE, 2010).

A partir desta realidade e considerando as características dos territórios, que construímos a Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio, a especificidade de uma megalópolis como São Paulo, determinam a necessidade de um trabalho em Rede que privilegie o local, as estratégias e realidades de cada territórios, mas que possibilite uma comunicação entre todos, considerando as políticas públicas que incidem ou não em cada local.

Caldeira (2000) denomina de “enclaves fortificados” o principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial, caracterizados por de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho, tendo como principal justificativa para sua existência o medo do crime violento. No entanto, essas estratégias afetam os padrões de circulação, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso de ruas, do transporte público, de parques e todos os espaços públicos. Desta maneira, “tensão, separação, discriminação e suspeição” passam a ser as novas marcas da vida pública (CALDEIRA, 2000: 98).

Assim, o aumento da sensação de insegurança e medo e conseqüentemente o incremento de políticas de recrudescimento penal, podem ter como conseqüência a divisão do espaço urbano, transformando a arquitetura das grandes cidades, consolidando a divisão entre os espaços protegidos e os desprotegidos, sendo que o

primeiro é reforçado por mecanismos de segurança privada, que agregam valor aos projetos imobiliários. Reforça-se desta forma, a indústria do medo e o lucro que advém da insegurança da população (SOZZO, 2012).

O movimento da Rede de Proteção e Resistência, que ocorre a partir dos territórios busca transpor estes obstáculos, ou melhor, enfrentá-los: a sensação de medo e insegurança, a invisibilidade, o isolamento e consequentemente o esgarçamento do tecido social. No entanto, somente o posicionamento geográfico, estar presente nos territórios não implica em uma forma de resistência, importante ressignificar as formas de sociabilidade, que implicam nesta territorialização e como efetivar a proteção e resistência destes territórios vulnerabilizados e dos que lá vivem/sobrevivem, a proposta do trabalho em rede tem sido o adotado pela Rede.

Redes Sociais: possibilidades nos territórios.

A idéia de **rede** tem aparecido fortemente nas discussões sobre as políticas sociais como uma alternativa para a sua gestão, com vistas a ampliar os resultados e impactos dessas políticas. Lavalle et all (2007) realizam um recorte analítico para entender o funcionamento das organizações civis, e apontam que as *organizações populares, ONGs e articuladoras* ocupam posições centrais privilegiadas por maiores capacidades de ação e escolha (p. 467). Os atores afirmam que cada tipo de associação corresponde uma estratégia de atuação distintiva e combinações excludentes de atividades orientadas para a reivindicação e mobilização, para o fornecimento de serviços, para a organização popular, ou para a intermediação entre o governo e os beneficiários. (p.468). As articuladores diferem das Ongs, são fundadas por outras entidades com o intuito de coordenar e articular suas ações, de construir agendas comuns e de escalar sua capacidade de agregação de interesses com fins de representação perante o poder público e outros atores sociais, articular os atores e iniciativas sociais, as

reivindicações/mobilizações, propiciar a organização popular e realizar uma intermediação. São entidades cujos públicos são outras entidades... [...] sustentam relações marcadas pela assimetria. (p. 483). Importante ressaltar que segundo os autores, a rede é constituída por Ongs, organizações populares, Fóruns, entidades assistenciais, associações de bairro e associações comunitárias.

Acioli (2007) segundo o autor existem vários usos e abordagens utilizadas em relação à expressão redes sociais, buscou um estudo conceitual que pretende situar historicamente a noção de redes, buscando ainda identificar as formas as quais a expressão redes social tem sido articulada e as abordagens empreendidas. A concepção básica de redes (...) seria a de que a configuração de vínculos interpessoais entrecruzados é de forma inespecífica conectados às ações dessas pessoas e às instituições da sociedade. A idéia que permeia a metáfora de redes é a de indivíduos em sociedade, ligados por laços sociais, os quais podem ser reforçados ou entrarem em conflito entre si. (p.3). Scherer-Warren apresenta os vários significados atribuídos ao termo **rede** nos diversos campos disciplinares e seu uso pelos autores coletivos e pelos movimentos sociais. Discute a ideia de rede de interações entre diferentes atores sociais e propõe que, “a análise em termos de ‘rede de movimentos’ implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo” (SCHERER-WARREN, 1993: 10). A autora faz um estudo sobre as redes de movimentos sociais, na atualidade, aponta que se caracterizam por articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referências normativas, relativamente abertas e plurais. Compreendem vários níveis organizacionais – dos agrupamentos de base às organizações de mediação, aos fóruns e redes políticas de articulação. Aponta que o encontro em torno das demandas materiais mais específicas contribui para a construção de identidades coletivas mais restritas, freqüentemente na luta por direitos humanos setorizados. A Rede de Proteção e Resistência

contra o Genocídio não pode ser caracterizada como uma rede de movimentos, mas sim uma rede de organizações sociais, indivíduos, coletivos formais e informais em movimento nos territórios, no sentido denominado por Milton Santos. No que se refere, a discussão constante da autora sobre as redes contemporâneas – a luta de resistência antissistêmica (SCHERER-WARREN, 2006) - é um ponto de reflexão cotidiano da Rede. Buscar garantir a vida é uma resistência antissistêmica? Lutar contra o genocídio é sim ir contra o sistema que tem como pilar a Necropolítica.

A análise de redes sociais é que os fenômenos sociais têm como suas unidades básicas as relações sociais, e não os atributos dos indivíduos. Marques (2009. p35) Em um nível mais concreto, o estudo das redes sociais remete diretamente aos padrões de sociabilidade presentes em um dado contexto. (p38). Desta forma, podemos considerar que a Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio é o que Inojosa (1999) denomina de redes de compromisso social, pois buscar trabalhar questões sociais. Constituindo-se, com a mobilização de pessoas físicas e/ou jurídicas, a partir da percepção de um problema que rompe ou coloca em risco o equilíbrio da sociedade, no nosso caso especificamente a várias formas de violência. A partir de um desenvolvimento comum, capaz de ser realizado através dessa sua articulação, com a preservação da identidade original de cada participante, o que demanda estratégias de mobilização constante das parcerias e de reedição. INOJOSA, 1999).

A Rede é um movimento que vem sendo construído por coletivos informais e instituições formais de São Paulo desde 2017. Na nossa perspectiva rede social como um conjunto heterogêneo de iniciativas e recursos formais e informais dispostos para atender necessidades e interesses de um grupo ou da sociedade. Para os fins de análise das redes utilizadas por jovens, procura-se identificar estratégias dispostas por este grupo para superar a ausência ou a deficiência do Estado no atendimento às suas necessidades desenvolvimento humano. No caso, rede social se entende como uma estrutura participativa, aberta e com autonomia entre os

indivíduos ou organizações que são agregados por laços formados em torno de valores e objetivos compartilhados, sem que as partes percam sua identidade.

Na dimensão social consideram-se as normas, costumes e valores tradicionais, heranças culturais, relações sociais relativas ao ambiente. A dimensão política necessita da participação e a aplicação dos direitos humanos. A dimensão econômica requer emprego, ocupação produtiva e criativa, salários justos. Enfim, a rede requer o desenvolvimento das capacidades humanas, de suas habilidades e conhecimentos para fortificar iniciativas que realizem o bem comum, que atenda interesses sociais e no caso da saúde que facilite a resolução de problemas e agravos.

A noção de rede, assim, compreende saúde e ambiente como fatores interdependentes e inseparáveis, portanto, o desenvolvimento comunitário e a identidade de uma comunidade ou grupo é fato a ser considerado quando se cogita em participação, auto-organização e também a cogestão de recursos naturais da coletividade. Por isso, na rede, a ideia de partilha de poder é inerente, a ausência de um líder é substituída pela negociação contínua, autodeterminação, e pela coesão que surge da necessidade sentida de maneira comum por um grupo. As pessoas se agrupam espontaneamente, seja pelos modos de ver análogos, ou por sentirem de modo semelhante transtornos de suas existências. As redes podem ser são espaços de harmonia, mas espaços nos quais se admite o conflito e nos quais deve existir constante negociação e autodeterminação. Todavia é importante, ressaltar que as redes não são homogêneas, como afirma Santos (1996) correlaciona a não homogeneidade dos espaços à não homogeneidade das redes, lembrando que: "Num mesmo subespaço, há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas" (SANTOS, 1996, p.214). Assim, a expansão das redes pode ser resultado de conexões com outras redes, garantindo as operações independentes e autônomas de cada nó, a descentralização do processo decisório,

através de multilideranças, e a capilarização dos propósitos e ações comuns. (SILVA E GONZAGA, 2005),

A heterogeneidade dos espaços e indivíduos/coletivos é uma das potencialidades da Rede, que possibilita atuar de forma mais incisa nas políticas públicas de segurança. O trabalho nos territórios implicou na abertura de espaços de discussão destas políticas: há um grupo de trabalho com o Ministério Público estadual para a discussão do controle externo das polícias e a formação de uma promotoria ; um grupo de trabalho com o Ouvidor da Defensoria Pública e com a Ouvidoria das Polícias de São Paulo. Reforçando que, A intersetorialidade das ações e a formação de redes para atendimento às pessoas em situação de violência são indispensáveis para a condução de ações de prevenção e promoção da saúde(Veloso et AL, 2013)

Corrobora-se com a proposição de Baumann, (2003) apud Costa , (2005) a rede se relaciona à proteção e à união das pessoas tornando-as fortes. Também a ideia de teia se relaciona à proteção ajudando-as a enfrentar iniquidades e fragilidades específicas que as tornam vulneráveis a determinados agravos.

Algumas considerações

O genocídio da juventude negra é um processo construído ao longo de histórias de racismo e exclusões, e vai se ressignificando com a desigualdade social, da vulnerabilidade econômica e social. Implica em processos de estigmatização e criminalização de determinados grupos de jovens, no processo de extermínio ou eliminação sistemático de um grupo, por motivo de raça, religião, classe social. É reforçado por políticas públicas punitivas e seletivas, quando existentes. Denunciar esta realidade é uma obrigação de todos e todas, tanto politicamente quanto no âmbito acadêmico. Pesquisas têm demonstrado e reforçado esta realidade. A proposta deste texto foi refletir e problematizar a conformação de Segurança Pública, a partir da experiência e vozes da população preta e periférica, identificada como alvo da violência de Estado enquanto também são protagonistas

na defesa de direitos. Buscou-se refletir que na possibilidade de resistência a partir e com os territórios, a partir da realidade existente, considerando que como afirma Concha et AL. (2006) As redes locais e os grupos que atuam na prevenção da violência, além das medidas que aumentem a capacitação do pessoal de saúde, são alternativas de prevenção em diversos países. O movimento em Rede é constante e implica reflexões cotidianas com quem é afetado pelas políticas de segurança punitivas, que reforçam a lógica do genocídio.

Referências

- ACIOLI, Sonia. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito.. Informação & Informação, [S.I.], v. 12, n. 1esp, p. 8-19, dez. 2007. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784/1520>>. Acesso em: 20 maio 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2007v12n1esp8>.
- BAUMAN A. Comunidade a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar; 2003
- BAUMAN, Z. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009
- BUENO S, CERQUEIRA DRC, LIMA, RS. Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 7º Anuário brasileiro de segurança pública. Brasília; 2013. 6. Cerqueira D, Coelho D. Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida. Brasília: IPEA; jan. 2017. Texto para Discussão 2267. [acesso em: 21 dez 2017]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312138855_DEMOCRACIA_RACIAL_E_HOMICIDIOS_DE_JOVENS_NEGROS_NA_CIDADE_PARTIDA.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *CPI de Homicídios de Jovens Negros e Pobres, Relatório Final*. Brasília, 2015.
- BRASIL. Senado Federal. *CPI Assassinato de Jovens*, Relatório Final. Brasília, 2016.
- BRASIL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciária, atualização junho de 2017. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019.

CALDEIRA, T. P. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.* São Paulo: EDUSP.2000

CERQUEIRA, D. ET AL. (2018): *Atlas da violência 2018*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2018. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf

CERQUEIRA, D; COELHO, D. Democracia Racial e Homicídios de Jovens Negros na Cidade Partida. TD 2267 - IPEA, Brasília, Jan-2017.

GARAY-SALAMANCA, LUIS Y EDUARDO SALCEDO-ALBARÁN. 2012. “Institutional Impact of Criminal Networks in Colombia and Mexico”. *Crime, Law & Social Change* 57: 177-194.

IGLESIAS, Carlos Basombrío. Que Hemos Hecho? Reflexiones sobre respuestas y políticas públicas frente al incremento de la violencia delinquencial em América Latina. Programa Latinoamericano del Woodrow Wilson Center. Trabajo en progresso, 2010.

IBOPE : *Viver em São Paulo: mobilidade urbana na cidade*. São Paulo: IBOPE Inteligência, Rede Nossa São Paulo, MOB Cidades. 2018. https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/pesquisa_rnsp_mobilidade_2018.pdf

INOJOSA, Rose Marie. Redes de compromisso social. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 5, p. 115 a 141, mar. 1999. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7628/6155>>. Acesso em: 31 Mai. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. BRASIL. São Paulo. São Paulo. *Panorama*. IBGE: Rio de Janeiro. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>, 2010.

Censo demográfico 2010. *Características gerais dos indígenas. Resultados do Universo*. IBGE: Rio de Janeiro. 2010.https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf

_____ : Cidades e Estados. São Paulo. IBGE: Rio de Janeiro. 2016<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html>>. Acesso em 22 nov. 2018.

_____ : Brasil. São Paulo. São Paulo. *Panorama*. IBGE: Rio de Janeiro. 2018. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da violência 2019. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

KOGA, D. H. U. . Elaboração de materiais de subsídios para delimitação do território de Proteção Social Básica/PSB do SUAS nos diferentes portes municipais, com enfoque nos territórios intraurbanos, a partir do estudo da concepção de território para a Política Nacional de Assistência Social.. 2015.

LAVALLE, Adrian Gurza; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirandola. Protagonistas na sociedade civil: redes e centralidades de organizações civis em São Paulo. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 50, n. 3, p. 465-498, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31/05/2019.

MARQUES, Eduardo. (2009),Redes Sociais, Segregação e Pobreza em São Paulo.SãoPaulo,Edusp.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. A Natureza do Espaço: técnica, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004

_____. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 3 ed., 2016.

SINHORETTO, J., SILVESTRE, G., SCHLITTLER, M. C. *Desigualdade Racial e Segurança Pública em São Paulo*. São Paulo: UFSCAR.2014. https://ufscar.br/gevac/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo_FINAL_01.04.2014.pdf

SOZZO, M. *Los retos de la izquierda en las políticas públicas de seguridad ciudadana*. Venezuela: Universidad Nacional Experimental de la Seguridad (UNES). 2012

UNICAMP : Universidade Estadual de Campinas. *Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo*. Proni, M. W., Cunha, E. M. G. P. (Ed.). São Paulo: Prefeitura de São Paulo. 2014. https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/u60/mapa_da_juventude_da_cidade_de_sao_paulo.pdf

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM(USHMM). “What is genocide.” Holocaust Encyclopedia. Disponível em:<<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/introduction-to-the-holocaust>>. Acesso em 20.07.2019.

VELOSO, Milene Maria Xavier et al . Notificação da violência como estratégia de vigilância em saúde: perfil de uma metrópole do Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 5, p. 1263-1272, May 2013 . Available from<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000500011&lng=en&nrm=iso>. accessed on 31 May 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000500011>.

WAISELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2016:homicídios por armas de fogo no Brasil. FLACSO: Brasília, 2015.

SCHERER-WARRN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola, 1993. pp. 9-25; 111-123

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, p. 109-130, 2006.

Concepções contextuais ao enfrentamento do tráfico internacional de mulheres para exploração sexual

Marcelo Oliveira de Moura

Arturo Carrasco

Introdução

O presente artigo debruça-se na análise das Políticas Públicas de combate ao tráfico de pessoas, especialmente sobre as ações voltadas para o combate do Tráfico de Mulheres no Brasil, para tanto traça-se o diálogo bibliográfico existente acerca dos principais conceitos de política pública, bem como dos seus modelos de análise, dando ênfase ao modelo de análise denominado policy cycle – ciclo de política pública.

Nestes termos, pode-se sedimentar os alicerces teórico-metodológicos necessários para a compreensão da temática. Assim como, fornecer ao leitor maior suporte para o entendimento da mazela do Tráfico Internacional de Mulheres para Exploração Sexual, a qual será abordado no transcorrer do artigo. Somente, diante disso, será possível selecionar as ferramentas conceituais que permitirão analisar com maior nitidez qual o esforço do governo na formulação na política pública em debate.

Em linhas gerais, a definição do conceito adotado para o tráfico de pessoas, segundo Mércia Cardoso de Souza (2006) “[...] forma de comércio ilegal de seres humanos para fins de exploração sexual, trabalho forçado, servidão, remoção de órgãos e esportes, dentre outras, constituindo-se em uma forma moderna de

escravidão”, o que leva a ser compreendido como “causa e consequência de violações de direitos”, conforme o I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP) no Brasil.

Feitas essas considerações, o termo política pública (*public policy*) vincula-se de modo conciso com as orientações para a decisão e para ação do poder público. Nesta ótica, elas visam tratar do conteúdo concreto e do conteúdo mais simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões. Deste modo, identifica-se os conceitos científicos existentes acerca do presente tema.

Dos conceitos de política pública

Compulsando os acontecimentos históricos, percebe-se que a seara das políticas públicas contou com quatro grandes expoentes fundadores, sejam eles: H. Laswell, H Simon, C. Lindblom e D. Easton. O primeiro instaurou a expressão *Policy Analysis* (Análise de Política Pública), Simon, introduziu o conceito de *policy makers* ou decisores de políticas públicas, quando teorizou sobre a Racionalidade Limitada das Decisões Públicas, Lindblom, criticou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e, por fim, Easton contribuiu ao definir a política pública como um sistema. (SOUZA, 2006)

No plano internacional, foi na metade do século XX que, na Europa e nos Estados Unidos fundam-se os primeiros estudos e pesquisas científicas de Políticas Públicas, enquanto área da Ciência Social, como ferramenta importante das decisões de governo, assim como nas proposições teóricas sobre o papel do Estado.

Já no Brasil com o desenvolvimento da industrialização e os esforços desenvolvimentistas na periferia mundial ocorreu, a partir dos anos 1960, um crescente interesse pelo estudo das políticas públicas. Razão pela qual os processos políticos, sociais e econômicos que acompanharam a transformação da sociedade e, sobretudo, da sua relação com o Estado é que fez emergir um novo

campo de investigação social que se pode denominar “Políticas Públicas”.

Nesse diapasão, com o processo globalizado surgem também as políticas públicas como importante campo de atuação na elaboração de regras e modelos nos diversos setores da sociedade, dando ênfase no fomento de políticas sociais que protejam a mulher.

Cumpre registrar que não há apenas um único conceito, ou um melhor conceito que defina política pública, justamente pela variedade de visões enraizadas pelos principais pensadores sobre o tema. Razão pela qual, dentre eles, ofertam-se alguns conceitos para melhor explanação.

Outrossim, segundo Howlet, Ramesh e Perl (2013) a rede de definições acerca deste assunto tenta aspirar a ideia de ser um processo técnico-político, cujo escopo é compatibilizar objetivos e meios entre os atores sociais sujeitos a restrições. Por conseguinte, essas políticas públicas seriam ações intencionais de governos articuladas com objetivos e meios para alcançá-los, independentemente interligados ou não, bem como precários ou não.

Segundo Mead (1995, p.4) política pública consiste em “[...] um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”. Para Lynn (1980) “[...] é um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos” Na mesma linha de raciocínio, Peters (1986) afirma ser “[...] a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos” (*apud* HOWLET, RAMESH e PERL, 2013)

Sinaliza-se o entendimento de BUCCI (2006, p.39) sobre políticas públicas:

Política pública é o programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados – processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo, processo judicial – visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de

objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Como tipo ideal, a política pública deve visar à realização de objetivos definidos, expressando a seleção de prioridades, a reserva de meios necessários à sua consecução e o intervalo de tempo em que se espera o atingimento dos resultados. (BUCCI, 2006, p. 39)

De modo mais sintético, Dye (1984, apud SOUZA, 2007) enuncia políticas públicas como “[...] o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Somado a isso Dye (1984, apud SOUZA, 2007) alude que, a política pública é sem sombra de dúvida uma escolha feita de modo a determinar o transcurso de uma ação ou não ação tomada por políticos eletivos e funcionários vinculados a esfera pública. Lembrando que, tais não ações – denominadas ações negativas também devem ser deliberadas, portanto, a decisão de nada fazer deve impactar em alguma área política de interesse público.

Por fim, as ações e decisões do Estado, em tese, podem produzir efeitos não intencionados, embora se ressalte que a política pública é uma determinação consciente de um governo. Isso porque, não intencional pode ser aquela decisão subsequente àquela traçada pela política pública que não seja previamente prevista, como, por exemplo, os reflexos da proibição do uso de bebidas alcóolicas aos menores de 18 anos, de modo tangencial, fomenta o denominado “mercado ilegal ou negro”.

Já para Teresi (2012, p.) é o “[...] conjunto de ações pensadas, organizadas e desencadeadas pelo Estado, com a intenção de atender a determinada temática e setores específicos da sociedade”.

Diante dos conceitos elencados, pode-se aferir política pública, em um primeiro momento, como sendo um sistema de planos ou programas de cunho governamental levantados para a intervenção no domínio social, em que são estipuladas metas elencadas pelo Estado, especialmente na implementação dos objetivos e direitos fundamentais enraizados pela Carta Magna.

Avançando nessa mesma perspectiva, traça-se a definição mais conhecida popularmente, chancelada por Laswell (1958), sobre

a qual “[...] decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, porque e que diferença faz”.

De acordo com Secchi, (2015), sob uma concepção multicêntrica ou policêntrica, cujos principais expoentes são Dror, (1971); Kooiman, (1993); Rhodes, (1997) dentre outros, consideram-se as organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), juntamente com os atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas. Deste modo, por essa corrente, a política pública exprime a idéia da existência de múltiplos centros de tomada de decisão dentro de um conjunto de regras aceitas.

Pontua-se que, embora sejam produzidas pelo aparato institucional-legal do Estado, as iniciativas e suas respectivas decisões advém de diversas origens, numa verdadeira rede de atores entrelaçando, portanto, com o sentido da expressão “governança”, hodiernamente, utilizada nas políticas públicas. Sinaliza-se que por esta abordagem multicêntrica permite-se maior aproveitamento analítico conceitual da área da política pública para um prisma de fenômenos políticos de natureza não estatal, justamente pelo engajamento com cooperacional e intersetorial relacionado a este conceito.

Em uma visão mais clássica, Lowi (1964;1972 apud SOUZA, 2007, p. 28) define políticas públicas a partir de uma expressão: a política pública faz a política. Deste modo, sugere o autor que, cada tipo de política pública se constrói à luz de formas de apoio e rejeição diferenciadas, o mesmo ocorrendo com as disputas acerca de sua decisão.

Não obstante, segundo Frey (2000), tal expressão estaria válida para algum campo determinado da política, mas não pode ser aplicado de maneira geral a todas. Isso porque, determinadas políticas setoriais, especialmente aquelas cujo conteúdo é polêmico e muito dinâmico, como no caso em tela, há relação direta entre os processos e os resultados das políticas.

Além disso, sinaliza-se também que os fatores condicionantes de uma dada política pública são pacíficos de modificações ao longo do tempo. Razão pela qual, a engenharia política é mais complexa e se sucede com a atuação de importantes arranjos institucionais realizados por diversos atores políticos e suas instituições públicas na elaboração da política pública.

Sob esse manto, impõe-se esclarecer a melhor compreensão sistemática do conceito de política pública até agora avençado, extraído pelos ensinamentos de Maria das Graças Rua (1998), consistindo na congregação de elementos procedimentais, tanto formais como informais destinados à resolução dos conflitos no que tange a bens públicos. Nesse mesmo meandro, Maria Dallari Bucci (1997, p. 95) define política como sendo um “[...] processo de escolha dos meios para a realização dos objetivos do governo, com a participação dos agentes públicos e privados”.

A despeito disso, cabal fazer a distinção entre política pública e decisão política. Aquela transcende a apenas uma decisão, pois prescinde uma gama de ações calculadas de forma estratégica, a fim de implementar as decisões tomadas. Não obstante, esta corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, que expressam, em maior ou menor grau, certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis (RUA, 1998). Deste modo, toda política pública implica em uma decisão política, mas se analisada ao revés a afirmação não é verdadeira.

Segundo, Prättwitz, (1994, p.239) tal premissa é o ponto de partida dos denominados neo-institucionalistas, uma vez que os processos de decisão política estão intimamente enraizados aos pressupostos políticos institucionais. Logo, as instituições políticas são produto de processos políticos de negociações antecedentes, cujos seus efeitos podem ser decisivos para o processo político e para o resultado material da política pública instaurada.

Além disso, se toda política pública implica em uma decisão política, arrisca-se a mencionar que a descentralização das políticas

sociais e setoriais do Brasil são ferramentas recorrentes e encontram entraves de ordem estrutural e institucional.

Isso não é tudo, pois à luz do tráfico internacional de mulheres, quando da efetiva implementação de políticas públicas promove-se a consagração do princípio do mínimo existencial enquanto preceito ético e fundamental constitucional. Exige do Estado, não só o respeito e a proteção, mas a garantia do exercício aos direitos e liberdades fundamentais para uma vida digna, especialmente, por este princípio estar alicerçado ao direito a vida e ao direito a dignidade da pessoa humana.

Ademais, a garantia do mínimo existencial é pressuposto básico para o bom funcionamento do estado democrático e da democracia de modo geral, justamente porque sua promoção pode ser utilizada na aplicação de resultados práticos das políticas públicas que existam apenas enquanto normas programáticas.

Sábias palavras, sob essa ótica supramencionada, de Patrus Ananias de Souza, acerca do sentido que faz jus uma política pública em sua gênese prática.

Somente com o fortalecimento de uma cultura de transparência e prestação de contas na administração pública e com a utilização dos resultados da avaliação e monitoramento para melhorar o desempenho das políticas será possível tornar mais eficiente e eficaz a aplicação dos recursos públicos. Se, por princípio, o trato do dinheiro público exige completo zelo, tanto mais imperioso se torna esse zelo quando se trata do dinheiro direcionado para os mais necessitados. Devemos empreender todos os esforços para garantir que o investimento esteja, efetivamente, chegando aos que precisam e, principalmente, fazendo diferença na vida de cada um e da coletividade (ANANIAS In: VAITSMAN; RODRIGUES; PAES-SOUZA, 2006, p. 8).

Ademais, outra maneira de operacionalizar a política pública de modo contínuo, dá-se pela utilização do elemento credibilidade, segundo o qual as regras pré-anunciadas seriam mais eficientes do que o poder discricionário (SOUZA, 2006).

Diante desse arcabouço levantado, pode-se afirmar sob a ótica de Celina Souza (2006, p. 65) que políticas públicas são:

Um campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais, em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 65)

Com efeito, após esse procedimento, as políticas públicas desdobram-se em planos, projetos, diretrizes, programas, pesquisas, relatórios. E no instante em que refletem resultados práticos, são implementadas, restando adstritas em acompanhamento e avaliação periódicas.

Outrossim, sob a ótica da Teoria da Complexidade a participação do cidadão nos resultados práticos de uma política pública projeta resultados pluridimensionais, na medida em que, a atuação efetiva sobre os reais anseios sociais do cidadão são ferramentas incontestes para o auxílio da promoção de políticas públicas eficazes no que se refere ao tráfico de mulheres. Isso porque, o enfrentamento da mazela em apreço atinge perspectivas multidimensionais, cujas fronteiras são invisíveis às redes de aliciamento.

Segundo o entendimento de Dowbor (2004, p. 8), acerca da necessidade de traçar a articulação da participação do cidadão com a atuação do Estado:

Nesta visão de articulações sociais, não podemos esquecer que a sociedade civil constitui o objetivo final das nossas atividades: quem terá, ou deixará de ter, qualidade de vida, é a sociedade, e as pessoas físicas que a constituem, e não o “Estado” ou uma pessoa jurídica como a “empresa”. O Estado e a empresa, por importantes que sejam, constituem meios. Inclusive, é da participação informada da sociedade que depende em grande parte o bom

funcionamento tanto do Estado como das empresas. (DOWBOR, 2004, p. 8).

Salienta-se que, sob a estreita da análise de políticas públicas repousam questões como a erosão das fronteiras público e privado, a internacionalização das políticas públicas, bem como a existência de uma sociedade civil organizada. (FLEXOR; LEITE, 2006 *apud* LIMA et.al., 2007).

Hodiernamente, cumpre sinalizar que as políticas públicas se constituem pelos seguintes elementos: “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (refere-se aos objetivos que pretendem modificar o estado das coisas), e, por fim, “como fazê-los” (com a utilização de estratégias de ação, princípios, etc.).

Após perquirir, de modo geral, os conceitos de políticas públicas, faz-se necessário prosseguir com a engenharia das políticas públicas a partir de modelos de análise de políticas públicas, dando ênfase ao modelo que se denominou de ciclo da política pública.

Sinaliza-se que, a par disso, foi Harold Lasswell o mentor do que se denominou análise de política pública em 1936, de modo a congruir a produção empírica dos governos com o conhecimento acadêmico/científico, assim como estabelecer diálogos entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Prosseguindo, urge esclarecer a priori, de acordo com o entendimento de Héritier (1987), Jann (1994), Schubert (1991) e Prittwtz (1994), as três dimensões da política para compreender melhor a denominada “*policy analysis*” (análise de política pública), por conseguinte, para reafirmar o ciclo de política pública, “*policy cycle*”, enquanto alicerce teórico metodológico deste artigo.

A *policy* denomina-se conteúdo da política, referindo-se ao conteúdo concreto, em outras palavras, a constituição de programas, problemas, e decisões políticas. *Politics* – traduz-se pelo comportamento político, e por fim, *polity* aferi-se as instituições políticas, já que se refere às questões da estrutura institucional político administrativas (FREY, 2000).

O modelo de análise *policy cycle* - ciclos da política pública -, enquanto elemento teórico analítico das políticas públicas ao enfrentamento desta mazela que fomenta o crime transnacional em grande escala às vitimas brasileiras. O processo de elaboração de políticas públicas (*policy making process*) também conceituado por ciclo de políticas públicas consiste em um método teórico analítico que organiza a vida de uma política pública em fases seqüenciais e interdependentes.

Segundo FREY (2000, p. 226) a instauração de fases para o desenvolvimento do processo político, culmina na revelação de um modelo heurístico bastante interessante. Senão vejamos, em suas palavras a despeito disso:

As várias fases correspondem a uma seqüência de elementos do processo político-administrativo e podem ser investigadas no que diz respeito às constelações de poder, às redes políticas e sociais e às práticas político-administrativas que se encontram tipicamente em cada fase. (FREY, 2000, p. 226)

Não obstante, na prática esse modelo heurístico de fases não se apresenta de modo seqüencial, os atores políticos baseiam-se em processos interativos, cujo dinamismo de alterações ocorre na medida em que houver reações mútuas no diálogo dos atores envolvidos na política.

Salienta-se as palavras de Frey (2000, p. 226) acerca da interatividade das fases do processo do ciclo da política pública, vejase:

Processos de aprendizagem política e administrativa encontram-se de fato em todas as fases do ciclo político, ou seja, o controle de impacto não tem que ser realizado exclusivamente no final do processo político, mas pode ou até deve acompanhar as diversas fases do processo e conduzir a adaptações permanentes do programa e, com isso, propiciar uma reformulação contínua da política. (FREY, 2000, p. 226)

A engenharia deste modelo permite que haja mudanças de acordo com as necessidades concretas, ou seja, a teoria e prática se reforçam uma com a outra, de modo que a teoria se amolda à luz das modificações práticas, e a prática se altera pela aplicação da teoria.

De acordo com essa tipologia, a política pública é vista como um ciclo deliberativo, formado por várias fases: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação (SOUZA, 2006).

Registra-se que a ideia de simplificar, para fins analíticos, a policy-making em um processo desdobrando-se em fases foi mencionada pela primeira vez, segundo Howlett, Ramesh e Perl (1955), por Harold Lasswell, o qual dividiu o processo da política pública em sete estágios: informação, promoção, prescrição, invocação, aplicação, término, avaliação.

Ocorre que, filiando-se aos ensinamentos de Howlett, Ramesh e Perl (1955), tais estudos não abrigavam as influências externas para a sua tomada de decisão, ficando adstrita a tomada de decisão no interior do governo. Com efeito, o processo decisório limitava-se apenas aquelas pessoas ocupantes de cargos oficiais. Sinaliza-se, outrossim, que as políticas seriam avaliadas depois de atingir o seu término, o que não tem muita lógica, pelo atual modelo de ciclo de política pública.

Neste espírito foi a partir do legado de Lasswell e Bresser que surgiram na década de 1970 e 80 variações do modelo de política pública, com interpretações e concepções ligeiramente distintas sobre as suas fases.

Registra-se que, a referência acadêmica mais difundida, hodiernamente, acerca do ciclo de política pública é aquela abordada por Howlett, Ramesch e Perl (2013) os quais condensaram as fases do processo da política pública em cinco estágios: montagem da agenda; formulação da política; tomada de decisão; implementação e avaliação.

A dinâmica da política pública, pela inteligência dos autores referidos tem seu inicio a partir da percepção dos problemas políticas, passa pelo processo de formulação de propostas e decisão, caracterizada como formulação da política, quando atinge a fase da implementação. Por conseguinte, ocorre a sua avaliação com o consequente novo fazendo jus a um novo reconhecimento de problemas e formulação de políticas sendo, portanto, uma análise processual, dinâmica e cíclica.

Por questões didáticas, bem como pela impossibilidade de uma abordagem mais aprofundada do tema, focalizar-se-á na formação da política pública enquanto ferramenta dialética para articulação da temática tráfico internacional de mulheres para exploração sexual.

Sob essa esteira de raciocínio, pela dinâmica da formulação de políticas públicas, pode-se afirmar, em linhas gerais, que esta fase consiste no processo por meio do qual se faz a identificação, bem como a formalização das possíveis soluções políticas em face às opções existentes para resolução dos problemas postos na agenda. Deste modo, neste estágio, explora-se o melhor caminho a ser adotado para que se instaurem ações governamentais, capazes de enfrentar o problema.

Segundo Howlett, Ramesh e Perl, consiste na segunda fase do ciclo da política pública e debruça-se pela intenção de um problema da agenda formal do governo ser formulado para que esteja no curso de uma ação política, pelos tomadores de decisão política. Deste modo, aparece enquanto processo difuso e desconexo, o qual pode variar de caso a caso, senão, vejamos:

A formulação de políticas inclui a identificação de restrições técnicas e políticas à ação do Estado. Ela envolve o reconhecimento de limitações o que revela o que é inviável e, por implicação, o que é viável. Isso pode aparecer óbvio, mas ainda não se reflete nas muitas propostas sobre o que os policy-makers deveriam estar fazendo, que muitas vezes deixam de reconhecer as limitações que

restringem um curso de ação proposto (HOWLETT; RAMESH e PERL, 1955 p. 125).

Imperioso mencionar que, o condão desta fase é contemplado pelas possíveis propostas que visem a estreitar a ponte entre a situação problemática atual e a situação almejada. Deste modo, busca-se constituir de modo cristalino as metas a serem alcançadas, bem como os objetivos a serem atingidos.

Sob este espírito, conta-se com o apoio de grupos de interesses, acadêmicos, especialistas, consultores e especialistas atrelados à esfera institucional ou atrelados a grupos de interesse na promoção de determinada alternativa ou criando obstáculos para que não seja reconhecida enquanto solução política do problema.

Ademais, diante desse arcabouço é necessário pontuar a relevância da participação da sociedade civil, a fim de que os rumos dessas escolhas expressem melhorias para o corpo social e representem a garantia do verdadeiro Estado Democrático de Direitos e não para beneficiar um determinado grupo político específico. Razão pela qual, devem ser considerados como atores proativos em face da escolha realizada pelos tomadores de decisão.

À luz disso, registra-se que a tomada da decisão é restrita aos atores-institucionais, tais como políticos, magistrados e demais membros do Estado-Nação, os quais depois de ultrapassar o conflito dialético, com suas retóricas e suas influências políticas mútuas, realizam a melhor escolha para solucionar o problema apresentado.

Inspirado nesse modelo, Kingdon afere que o produto de políticas públicas nada mais são do que a mistura de múltiplas correntes, o que denominou de “*multiple streams*” (SOUZA, 2006).

Em oposição a essas concepções, o modelo de coalizão de defesa – *advocacy coalition* – liderado por Sabatier e Jenkins-Smith (1993), defende que crenças, valores e idéias são importantes dimensões do processo de formulação de políticas públicas (SOUZA, 2006, p. 31). Sobretudo, porque essas crenças e valores se modificam em cada subsistema que integra uma política pública, e,

por conseguinte, compõe determinadas coalizões de defesas e intenções do processo de formulação de políticas públicas.

Assim, a política pública é concebida como um conjunto de subsistemas relativamente estáveis, que se articula com os acontecimentos externos, os quais dão os parâmetros para os constrangimentos e recursos de cada política (SOUZA, 2006, p. 31).

Por fim, sob uma vertente moderna, imperioso destacar que, Simon Schwartzman (2004) desenvolve um modelo de análise de políticas sociais ligado ao crescente processo de democratização instaurado no Brasil com o advento da Constituição Federal de 1988 – também conhecida como Constituição Cidadã, denominado políticas de terceira geração, enraizados pelos conceitos de Intersetorialidade e transversatilidade.

Neste espírito, tais políticas visam responder de modo integral os problemas sociais, a partir da simbiose e coordenação entre as diversas políticas públicas, mediante a cooperação e a interação do pacto federativo formado pela União, Estados e Municípios. Ressalta-se, por excelência, o artigo 194 da Constituição Federal Brasileira, a fim de ratificar a expressão teórica da prática política, acerca do caráter cooperativo e descentralizado supramencionado.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: (...) VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (Constituição Federal de 1988).

Com efeito, pode-se sustentar em uma interpretação hermenêutica o reconhecimento da importância de influências de diversos atores não institucionalizados na formação de políticas sociais de cooperação. Deste modo, chancela-se a idéia de

cooperação horizontal em que a sociedade passa a estar condicionada na forte tensão da gestão das políticas públicas sociais, bem como maior integração das ações governamentais na prestação destas políticas.

Veja-se o entendimento de Silva (2011, p.2) sobre intersetorialidade:

A intersetorialidade pode ser definida como o conjunto de desenhos formais e práticas que conferem sinergia e complementaridade entre diversos setores responsáveis pelas políticas públicas (como o administrativo, o orçamentário, o de planejamento, de recursos humanos, etc.), mas também as próprias áreas específicas das políticas sociais, como assistência social, educação, saúde, etc. Assim, a intersetorialidade não se restringe a uma questão meramente administrativa, mas engloba enfoques multidimensionais, respostas integrais e superação das intervenções setoriais especializadas ou fragmentadas, com baixo grau de diálogo na busca por soluções para problemas comuns e/ou interrelacionados. (SILVA, 2011, p.2)

Deste modo, o tema chave para se compreender a cooperação social, com seus conceitos de intersetorialidade e transversatilidade está alicerçado no instrumento político muito em voga hodiernamente nas diversas áreas da ciências sociais, apontado por Capella (2008) – “governança”.

Neste viés, as diversas perspectivas concebidas parecem derivar do fato de seu conceito não estipular significados e limites muito precisos, por isso, o emprego do termo depende muito do caso concreto, bem como é interpretado, utilizado ou respondido, uma vez que ela traduz-se por um valor em si próprio.

À luz dos ensinamentos de Cappela no plano de ação governamental, governança pode ser “tanto a base para a idéia de “desconstrução” de um Estado em crise (sem capacidade financeira e administrativa) quanto para a construção de um Estado capaz de garantir direitos civis e básicos” (CAPELLA, 2008, p. 24).

Compulsando o debate conceitual esboça-se, de modo singelo e vinculado ao processo de formulação de políticas públicas deste trabalho o que, “governança” deve ser entendida pela busca na incorporação de diversos atores na lógica de atuação governamental, fazendo jus no alcance da atuação do Estado no patamar de Estado-rede, assim como, consistindo na expansão de mecanismos da participação social para gozar maior legitimidade e efetividade às políticas públicas.

Razão pela qual, mapear o estudo analítico teórico desta fase é também relevante, uma vez que possibilita a análise do processo pelo qual a política formulada pelas organizações e atores implementadores.

Ademais, analisar a formulação das políticas sociais implica colocar em discussão, temáticas relacionadas aos processos de exclusão social de camadas em situação de vulnerabilidade, sobretudo as mulheres vítimas do tráfico internacional com o escopo da exploração sexual.

Sob o aspecto da lascívia lucrativa na perspectiva internacional, o Brasil desenvolveu, em 2006, enquanto política pública, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e, por conseguinte, o I, II e III Planos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, respectivamente, 2008, 2013 e 2018. Tais planos constituem, segundo Teresi (2012), conjunto de ações e diretrizes a fim de prevenir a ocorrência do crime, reprimir a conduta do agente infrator e assistir as vítimas do aliciamento ao tráfico, a partir da intersecção da atuação conjunta entre governo federal e demais entes da federação, sociedade civil e organismos não governamentais, bem como pela cooperação de Estados Nações.

Imperioso salientar em linhas gerais que, o conceito de Tráfico Internacional de Mulheres para fins de Exploração Sexual adotado para este artigo atrela-se ao dispositivo do artigo 3º do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e

Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (PALERMO, 2000), o qual define como sendo:

- a) A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração inclui, no mínimo, a exploração sexual, os trabalhos ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, servidão ou a remoção de órgãos;
- b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea (a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a);
- c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea (a) do presente Artigo;
- d) O termo "criança" significa qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos. (PALERMO, 2000)

Destaca-se que, se a alínea *b* do artigo terceiro prescreve que o consentimento da vítima é irrelevante, quando forem empregados os meios mencionados na alínea *a*, o protocolo deixa claro que existem outros meios fáticos não referidos, que descharacterizariam o Tráfico de Pessoas capazes, como por exemplo, o consentimento da pessoa maior de 18 anos, a fim de prostituir-se em território estrangeiro, desde que não esteja submetida à sua autoridade.

Sobretudo, conforme Bassouni (2002, p.3), a questão do consentimento gera polêmica, necessitando maior esclarecimento, veja-se, pois, que:

Essa questão abrange o debate sobre se uma mulher pode consentir na prostituição. Alguns dizem que não, mas os defensores dos Direitos Humanos afirmam que os trabalhadores do sexo têm direitos como quaisquer outros trabalhadores, alguns

baseiam na irrefutável presunção de nulidade de qualquer concordância com a prática de prostituição e outras formas de trabalho sexual que se fundamente na natureza lucrativa dessa atividade. Outros apóiam esse ponto de vista porque consideram esse tipo de consentimento para se prostituir como resultado da coação econômica ou abuso de vulnerabilidade da pessoa em questão. Aqueles que se posicionam no lado contrário do debate sustentam que as mulheres podem decidir livremente em se tornar trabalhadoras sexuais e que essa escolha deve ser respeitada. Existe consenso quanto à incapacidade de um menor de idade dar consentimento válido a esse tipo de exploração mas, ainda assim, discute-se qual a idade para o consentimento à luz da diversidade cultural no mundo. (BASSOUNI, 2002, p. 3)

Sinaliza-se que o conceito de Tráfico Internacional de Mulheres adotado no protocolo de Palermo, posteriormente, no ano de 2006 foi também adotado quando instituído pelo Governo Federal Brasileiro a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e estabelecido, respectivamente, o I, II E III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Tal fato aparece como indício da proximidade do Estado brasileiro com Organismos internacionais na promoção da entrada do tema para agenda pública brasileira. O tráfico de pessoas é compreendido no I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas –PNETP - como:

[...] recrutamento, transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo a ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, a fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou a situação de vulnerabilidade ou a entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração (SNJ, 2008).

Prosseguindo neste preâmbulo, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional não abrangia, no seu texto original, o Tráfico Internacional de Pessoas, contudo, adotada no ano 2000 e ratificada pelo Brasil em janeiro de 2004, foi complementada pelo referido Protocolo de Palermo. Objetiva-se

com isso, proteger os direitos fundamentais internacionalmente reconhecidos, bem como estabelecer uma política cooperacional entre as nações com o escopo de prevenir novas vítimas do aliciamento ao mercado internacional sexual e estabelecer medidas repressivas que viabilizem a coerção ao crime organizado transnacional. Funciona como instrumento vivo, suficiente para proteger as vítimas do Tráfico, vez que inexistiam, até o momento, mecanismos de proteção universal, ou seja, estavam desprotegidas de qualquer amparo internacional quando submetidas ao Tráfico.

O referido diploma estabelece medidas assistenciais e protetivas às vítimas do mercado global sexual, merecendo observância o direito de sigilo quando provocado o poder judiciário para punir os delinquentes responsáveis, assim como oferecer aos sujeitos passivos condições estruturais de moradia depois de descoberta a rede da qual fazia parte como vítima. Para viabilizar necessário é que se configurem mecanismos cooperacionais entre Estados e com Organizações não Governamentais, as quais têm papel fundamental em garantir a assistência física, moral e psíquica.

Quanto à prevenção, os Estados partes devem estabelecer campanhas de informação orientando a população sobre as formas de aliciamento, bem como construir relatórios que possam mapear as redes do crime organizado e suas formas de atuação. Dessa maneira, reforçando políticas públicas que instaurem cooperação universal entre os povos, a fim de diminuir, visivelmente, as desigualdades socioeconômicas nos países hipossuficientes.

Outrossim, o protocolo sugere, ainda, que se estabeleçam campanhas educacionais e sociais com o objetivo de conscientizar a população mundial de todos os malefícios gerados pelo tráfico, ilidindo assim os futuros aliciamentos.

Cumpre registrar, além disso, a necessidade de troca de informações entre os Estados partes, a fim de dar maior credibilidade ao combate, prevenção e repressão do Tráfico, em especial o sexual lucrativo.

Somado a isso, o conceito de Tráfico atrelado ao Protocolo de Palermo é referência para as alterações recentes ocorridas pelos dispositivos positivados pelo direito brasileiro. Por força da alínea a do artigo terceiro do Protocolo, a expressão Tráfico de Pessoas, galga amplitude no seu significado, incluindo no seu texto, as variadas formas de exploração sexual, seja para o fim de prostituição de outrem ou outro meio de cunho sexual, seja para impor à vítima a realização de trabalhos forçados de caráter escravista ou a remoção de órgãos.

Cada Estado Nação desse Protocolo deverá assumir determinadas obrigações, adotando medidas legislativas, a fim de tipificar o Tráfico Internacional de Pessoas, bem como prestar assistência às vítimas, isto é, fornecer recuperação física, psíquica e social, assegurando, dessa forma, amparo médico e material.

Sinaliza-se que, de acordo com documento emitido pela extinta Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República do Brasil, o conceito adotado para o Tráfico de Mulheres, para fins da exploração sexual alinha-se ao expressado pelo artigo 3º do Protocolo de Palermo, ora abordado.

Nessa perspectiva, menciona a SPM/PR que existem três elementos centrais contidos no seio. Deste modo, o crime ocorre quando houver **movimento de pessoas** por meio de **uso de engano ou coerção** com a **finalidade de explorá-la**.

Sendo assim, em linhas gerais pode-se dizer que o Tráfico Internacional de Mulheres para fins de Exploração Sexual ocorre quando houver movimento de mulheres para o território internacional, mediante uso ou ameaça da força ou abuso de autoridade ou situação de vulnerabilidade, com o escopo de da exploração à prática sexual forçada.

Salienta-se pelo conceito de vulnerabilidade entende-se aquele descrito pelo Protocolo de Palermo, vejamos: “[...] é entendida como significando qualquer situação em que a pessoa em causa não tem outra alternativa real e aceitável senão submeter-se ao abuso em questão”.

Cumpre manifestar que, quando se ofende a integridade da mulher está se infringindo também os direitos de liberdade, de igualdade e da dignidade da pessoa, enfim todos os Direitos Humanos. Liberdade essa que deve ser suficiente para dispor de seu corpo da maneira que lhe melhor convir, isto é, mencionada pelo Sociólogo Polonês Zygmunt Bauman (2003, p.26) a ser “[...] a capacidade de fazer com que as coisas sejam realizadas do modo como queremos, sem que ninguém seja capaz de resistir ao resultado e muito menos desfazê-lo”.

Registre-se que o Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres, agride brutalmente os Direitos Humanos, vez que a vítima é submetida a condições de vida sub-humanas, não tendo assegurados os princípios de liberdade, dignidade e igualdade.

Com efeito, segundo a Organização das Nações Unidas, durante toda a História da Humanidade jamais houve tanta gente vivendo em situação análoga a escravidão como no atual momento da vida global. Prossegue, afirmando que o crime de Tráfico Internacional de Pessoas é a nova forma de escravidão, logo, não existe Nação Inocente: ou compram-se ou vendem-se pessoas como produtos de uma transação comercial, “coisificando” gente.

A partir do momento em que há a busca, incansável, das mais variadas maneiras, seja a partir de Organizações não Governamentais, seja através da cooperação entre os Estados, seja fiscalizando tais medidas mencionadas que acontecem às margens da sociedade, viabilizam-se medidas capazes de contornar o fenômeno do crime organizado para fins de exploração sexual.

Oportuno trazer sob esse meandro os ensinamentos de Maria Dallari Bucci (1997, p.7) sobre políticas públicas, como uma ferramenta de um “processo de escolha dos meios para a realização dos objetivos do governo, com a participação de agentes públicos e privados”.

É nesse contexto que se frisa quão importante é para a humanidade que haja a preservação dos direitos inerentes a ela, haja vista que, ao longo da história, convenções e tratados foram

aprimorando-se na busca de erradicar a miséria, a exploração, objetivando atingir condições dignas de vida.

Frise-se, neste momento, embora brevemente, a fundamental importância do papel do Estado para compelir este fenômeno, vez que quando se mostra partícipe, preocupado em construir medidas sociais que garantam os Direitos Humanos, isto é, qualidades dignas de vida à população, com certeza haveria significativa diminuição de vítimas. Não obstante, quando se apresentar omissão contribuiria diretamente para o crescimento de vítimas ao mercado da lascívia.

Em atenção à menção dada, destaca Howlett, Ramesh e Perl (2013), as políticas públicas buscam identificar os problemas sociais e aplicar as soluções encontradas por uma sociedade, o que implica em articular objetivos políticos com o uso de instrumentos políticos. Esse processo envolve a dimensão técnica, que busca obter os melhores resultados da combinação de objetivos e instrumentos, com a dimensão política, uma vez que, nem todos os atores sociais, ou em outra perspectiva agentes de políticas públicas, estão de acordo com o que se constitui um problema político ou uma solução adequada.

Um primeiro ponto a ser destacado sobre o tema é que a questão social da prostituição está presente nas sociedades desde tempos imemoriais, portanto, identificar o momento em que essa questão torna-se um problema político (*policy problem*) é uma tarefa hercúlea que não cabe neste trabalho. A questão social da prostituição é exemplar para compreender a concepção de políticas públicas de Dye: “[...] o que o Governo escolhe fazer ou não fazer” (1984 *apud* HOWLETT, RAMESH; PERL, 2013).

Nesse sentido a prostituição tem assumido por muito tempo decisões do tipo “negativas”, onde os governos decidem não agir, intercaladas com eventuais decisões “positivas”, quando ocorrem deliberações por parte dos governos. Destaca-se, que o Brasil tem se inclinado recentemente, por ações governamentais “positivas”, ou seja, que se concretizam em decisões para alterar a realidade social.

O segundo ponto, é que na abordagem de políticas públicas a ausência da identificação da transformação de uma questão social

em um problema político remete a uma lacuna na definição da agenda pública. Visando solucionar esse impasse assume-se, neste trabalho, que a discussão legal, que ampara e promove a política pública no país, apesar da compreensão de que a norma legal não se constitui em política pública, foi o marco para essa transformação.

A política nacional de enfrentamento ao tráfico internacional de pessoas com ênfase em mulheres para exploração sexual

Compulsando-se os acontecimentos mencionados no que tange aos direitos humanos, percebe-se forte interesse governamental em projetar ações concretas nesta seara, tanto sob a esfera nacional, como pelo Plano Nacional.

Outrossim, reitera-se que o tema tráfico de pessoas enquadra-se, com fulcro na política pública em tela, bem como a constituição federal e demais documentos internacionais já explicitados, como questão de ordem veiculada a natureza de Direitos Humanos.

Razão pela qual, esse discurso social e que fomenta a liberdade, o direito de autodeterminação, bem como oportuniza a proteção ao mínimo existencial e a dignidade da pessoa humana, se estende e chancela também a ação do governo ao enfrentamento do Tráfico Internacional de Mulheres para Fins de Exploração Sexual – espécie do gênero Tráfico de Pessoas.

Diante desses acontecimentos discorridos que, inicia-se a construção pelo Estado Brasileiro, em sintonia com a agenda de direitos humanos, sua Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Com isso, abre-se a denominada janela de oportunidade herdada pelos ensinamentos de Kingdon (1984), as quais se abrem e se fecham de acordo com a inter-relação dinâmica entre atores políticos, instituições políticas e idéias.

Sob esse prisma, com o efusivo clamor e estabelecimento da congregação de diversas forças, denominada por Maria Lúcia Leal (2014), “contra-hegemônicas”, fundamenta-se a construção do pensamento ao enfrentamento do Tráfico, a partir da co-relação de

poderes inter-relacionados de âmbito internacional, governamental, privado, bem como da sociedade civil.

O Brasil durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva iniciou, em 2005, o processo de construção da Política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, compreendido como uma questão que demanda ações integradas entre o setor público (nacional e internacional) e o privado, bem como pela instituição Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), responsável pela elaboração da referida Política.

A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas ficou alocada no Ministério da Justiça, que reuniu um conjunto significativo de instituições para compor o Grupo de Trabalho Interministerial; definindo assim quem seriam os decisores das políticas públicas (policy makers). Composta pela coordenação do Ministério da Justiça-MJ, por meio da Secretaria Nacional de Justiça-SNJ, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres-SPM e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos-SEDH.

Com efeito, participaram dos trabalhos o Ministério Público Federal (MFP), o Ministério Público do Trabalho (MPT), CONATRAE (Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo), entre outros, a fim de articularem as definições e suas linhas mestras do Estado brasileiro, a luz da intersetorialidade, uma vez que a elaboração desta política congregava a união de assuntos sobre a órbita interdisciplinar e intersetorial, de áreas institucionais como saúde, justiça, educação, trabalho, assistência social e turismo.

Isso não é tudo pois, a fim de ajustar a correlação de forças setoriais em redes, debates composto pelos representantes de organismos internacionais, por diversas organizações não governamentais, governo federal e estadual, pesquisadores e técnicos que trabalham com o tema, participação da sociedade civil entre outros, alinhavam ideias e manifestaram o suporte necessária para constituição da política nacional de enfrentamento desta mazela.

Diante disso, instaura-se a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a qual estabeleceu a formulação do I, II e III

PNETP (Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas), respectivamente, no ano de (2008-2010); (2013-2016); (2018). A política nacional, estabeleceu em seus artigos o conceito de tráfico de pessoas, estipulou os princípios e diretrizes norteadoras estruturados em 3 eixos estratégicos, prevenção ao crime, repressão do agente infrator e assistência as vítimas, bem como criou ações.

Sob essa esteira de raciocínio, nessa fase (formulação da política), consiste, em linhas gerais, no processo por meio do qual se faz a identificação, bem como a formalização das possíveis soluções políticas em face às opções existentes para a resolução dos problemas postos na agenda. Podem estar estruturados por planos, decretos e metas a serem alcançados.

O Tráfico de Mulheres atinge perspectivas que fogem ao controle de estatísticas, entretanto, é sabido que a rede tem poder lucrativo que só perde para o Tráfico de Drogas e de Armas. Segundo Relatório da Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres e Crianças par fins de Exploração Sexual, PESTRAF, cerca de 700 mil mulheres são submetidas ao tráfico por ano, para fins de exploração sexual. Pesquisas da ONU – Organização das Nações Unidas – garantem que a movimentação financeira é de aproximadamente U\$ 9 bilhões ao ano.

Além disso, em geral, o Tráfico de Pessoas está intrinsecamente ligado a organizações criminosas correlatas, visivelmente junto ao Tráfico de Drogas e de Armas. A gerente de projetos da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, Marina Oliveira (2006, p.), menciona que:

O crime é mais rentável porque dá lucro por muitos anos, diferente das drogas, que são rapidamente consumidas. Também identificamos que as redes que traficam pessoas também traficam drogas e armas, revelando uma interface entre essas organizações criminosas. (OLIVEIRA, 2006).

O aliciamento para esse fim é realizado no Brasil em larga escala, colocando-o em um patamar superior aos demais países, tal

conclusão é admitida pela reveladora pesquisa realizada recentemente pelo Ministério da Justiça e do Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crimes (UNODC).

A Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres e Crianças para fins de Exploração Sexual, PESTRAF, realizou um estudo publicado no ano de 2002, cujo resultado constatou a existência em torno de 131 rotas de tráfico destinado à exploração sexual de mulheres em nível internacional e 110 rotas para o turismo sexual no âmbito interno da nação, o qual será analisado, pormenorizadamente, no transcurso desse item. Tais dados estão também ratificados pelo Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas: consolidação dos dados de 2005 a 2011, publicado no ano de 2013.

Sob esse mesmo espírito, os dados emitidos pelo Governo Federal apontam que os países externos mais recepcionados pelo Tráfico de Mulheres Brasileiras para a exploração sexual são: Suriname, Suíça, Espanha e Holanda, sendo que o Suriname, muitas vezes, funciona como país de transição e não de destino final. De acordo com a PESTRAF, a Espanha é país de destino das brasileiras, em primeiro lugar, pelo biótipo da mulher brasileira ser muito atrativo ao mercado espanhol e, em segundo lugar, pela facilidade de comunicação do idioma espanhol em relação ao português. É neste sentido que, no Estado de Goiás, concentra-se o maior número de vítimas do Tráfico. O corpo curvilíneo, a cor da pele mais morena, entre outros, são os motivos para que seja ratificada tal afirmativa. Além disso, tal entendimento é reforçado por estudos de inquéritos e processos e pelos relatórios que compõem o Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas – 2013.

No que se refere à idade da vítima, os dados do Relatório Nacional Sobre o Tráfico de Pessoas, 2013, contrariam as projeções supramencionadas. Por essa razão, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e da Secretaria de Políticas para Mulheres a aliciamento ocorre entre mulheres de 10 a 29 anos, sobretudo com maior incidência na faixa de 10 e 19 anos.

Diante disso, compulsando os acontecimentos, pode-se concluir em linhas gerais que a faixa etária de maior incidência às vítimas do tráfico atinge mulheres jovens e solteiras, com escolaridade baixa e residente, principalmente, na zona urbana. Prosseguindo nessa esteira de raciocínio, registra-se que, principalmente, na Região Nordeste, o perfil da mulher não se coaduna com o mencionado acima, tendo em vista que o tráfico ocorre, primordialmente, com mulheres já envolvidas pela prática da lascívia lucrativa.

Segundo Priscila Siqueira (2013) em relato de um dono de bordel no Canadá, sobre a temática afirmou que: “prefiro mil vezes vender uma mulher a vender drogas ou armas; drogas ou armas a gente vende uma só vez, enquanto que mulheres a agente vende várias vezes até não aguentarem mais, ficarem loucas, morrerem de AIDS ou se matarem”.

A perversidade como o crime ocorre, tem o condão de retirar o direito de liberdade individual, bem como o direito de autodeterminação, tornando a vítima refém da sua própria vida, na medida em que passa ser mero objeto de barganha em transações comerciais com o fulcro de satisfazer a libido de “clientes” de forma inescrupulosa e desumana.

Considerações finais

O fio condutor do estudo realizado neste artigo teve como objetivo central fomentar o debate acadêmico sobre a temática atinente ao conceito de políticas públicas, bem como à análise de política pública, estabelecendo como pano de fundo a formulação da política nacional de enfrentamento ao tráfico internacional de pessoas, sobretudo atinente as mulheres para exploração sexual.

Ademais, percebe-se que pela complexidade com que se mostra a presente temática, dada a sua invisibilidade e sua natureza multifacetada e transnacional, a adoção da concepção intersetorial na atuação do Estado é, por excelência, fundamental para o enfrentamento ao tráfico internacional de mulheres para exploração

sexual, já que se trata de uma ferramenta que reúne a efusiva atuação correlata e multidimensional de diversos atores políticos, bem como a cooptação da participação da sociedade civil. O que umbilicalmente pode auxiliar numa resposta mais integral.

Reservou-se no artigo, no que se refere a análise de política pública, o olhar mais detalhado na fase da formulação, uma vez que é o momento político propriamente dito, em que se utiliza o aparato de ferramentas necessárias para promoção e solução do “problema social” postas no seio do debate dos “policy makers” (tomadores de decisão).

Assim, o discurso social que fomenta a liberdade, o direito de autodeterminação, que oportuniza a proteção do mínimo existencial e a dignidade da pessoa humana ainda será muito debatido e estudado, justamente pela sua natureza crônica, bem como pela invisibilidade de como o crime ocorre, por conseguinte o artigo não pressupõe uma constatação conclusiva acerca do assunto, mas apenas fomentar o diálogo das políticas públicas com essa mazela, a qual é considerada a nova forma de escravidão da humanidade, segundo entendimento da ONU.

Referências

- AMORIN, Celso. O Brasil e os direitos humanos: em busca de uma agenda positiva. **Política Externa**. Vol. 18, n2: set/out/nov. 2009.
- ARRETCHE, Marta. T. S. Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado Federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.14, n.40, pp. 111-141, 1999
- BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. **Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas** / Secretaria Nacional de Justiça. 2. ed. Brasília: SNJ, 2008
-
- Secretaria Nacional de Justiça. **Relatório Nacional Sobre o Tráfico de Pessoas: Dados de 2013**. / Secretaria Nacional de Justiça, Nações Unidas Escritório contra Drogas e Crime – Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

- _____ Secretaria Nacional de Justiça. **Guia de Atuação no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil.**/ Secretaria Nacional de Justiça, 1º ed, Brasília: Ministério da Justiça, 2013
- _____ Secretaria Nacional de Justiça. **Desafios e Perspectivas para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil.** -Brasília: Ministério da Justiça, 2011.
- _____ Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. **Tráfico de Mulheres; Política Nacional de Enfrentamento.** – Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011
- _____ Secretaria Internacional do Trabalho Brasil. **Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual.** / Secretaria Internacional do Trabalho Brasil. – Brasília: Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2006
- BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro.** Ijuí (RS): Unijuí, 2007.
- BUCCI, Maria Dallari. Políticas Públicas e Direito Administrativo. In **Revista de Informação Legislativa.** Brasília, 34, n. 133, jan/mar. 1997
- CAPELLA, Ana Cláudia N. **Menos governo e mais governança?** Repensando a lógica da ação estatal. 6º Encontro da ABCP. Campinas, 2008.
- CONTANDRIOPoulos, Andre Pierre et al. A avaliação na área da saúde: conceitos e métodos. In: HARTZ, Zulmira M. de Araújo. **Avaliação em saúde:** dos modelos conceituais à prática na análise da implementação de programas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997, p.29-47.
- DAHL, Tove Stang. **O Direito das Mulheres:** Uma introdução à Teoria do Direito Feminista. Lisboa: Editora Coimbra, 1998.
- DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy:** Englewood CLIFFS, N.J.: Prentice-Hall, 1984.
- FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas** nº 21 – Jun de 2000.
- GATTW. Aliança Global Contra o Tráfico de Mulheres: **Direitos Humanos e o Tráfico de Pessoas: Um Manual.** – Brasil, Impresso no Rio de Janeiro, 2006

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. (Orgs). Políticas Públicas e desenvolvimento. Brasília: Editora da UnB, 2009

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública: Seus Ciclos e Subsistemas: uma Abordagem Integradora.** São Paulo: Elsevier-Campus, 2019.

LASWELL, Harold D. **Politics:** Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian Books. 1936-1958.LEAL, Maria Lúcia. **Relatório Nacional.** Disponível em: <http://www.cecria.org.br/pub/livro.pestrafportugues.pdf> Acesso em Out. de 2018

OLIVEIRA, Marina. **Tráfico de pessoas.** Disponível em: www.unodc.org/pdf/brazil/word_midia/7082006_onorte.doc Acesso em 22 Março 2019.

PRITTWITZ, Volker von. **Politikanalyse.** Opladen: Leske + Budrich, 1994

REIS, Gracy Mery de Souza et al. **Tráfico humano para fins de exploração sexual de mulheres.** Itacoatiara: UNITINS, 2010

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude nos anos 90. In:**Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.** 2v. Brasília: 1998, CNPD, p. 731-752;

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos, 2º ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015

SILVA, Lucas E. A. Lopes. A emergência da intersetorialidade como tema chave na análise de políticas sociais. **Anais do II Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política.** São Carlos, 2011

SOUZA. Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, n.16, p.20-45 julho/dezembro 2006

TRÁFICO DE PESSOAS: quanto vale o ser humano na balança comercial do lucro? a escravidão no século XXI/ **Priscila Siqueira, Maria Quinteiro (organizadoras).** São Paulo: Idéias & Letras, 2013.

UNODC. Trafficking in Persons: Global Patterns, 2006

Ubuntu como projeto alternativo de sociedade diante da crise social, econômica, política e ambiental do modelo desenvolvimentista ocidental: um olhar a partir da América Latina e da África

Bas 'Ilele Malomalo

Introdução

Esse texto é parte de uma pesquisa que iniciei, em 2016, na Universidade da Integração Internacional Afro-Brasileira (UNILAB) e continuar servindo de base teórica de minhas investigações atuais.

Justifico a sua escrita afirmando que, em 1991, como estudante de Filosofia iniciava meus estudos sobre a teoria de Bisoidade e do desenvolvimento de Tshamalenga Ntumba, na República Democrática do Congo, meu país de origem. O ethos coletivo que estruturava nossos modos de agir passava a ser um objeto de estudo. O trabalho de conclusão de curso realizei, na época, me levou na conclusão de que a crise política e econômica do meu país tinha por uma das causas a ruptura estabelecida pelos governantes do país com a filosofia ancestral de bisodade. No seu lugar, reinava o egoísmo, o nepotismo e a corrupção. Tudo isso com a cumplicidade dos países poderosos do Norte, os Estados Unidos, a Bélgica e a França que aniquilaram Patrice Émery Lumumba em 1961, para colocar Mobutu no seu lugar. Este ao longo do tempo se tornara um dos grandes ditadores que a África já teve. Reinou de 1965 até a sua morte em 1997.

A minha tese de doutorado, escrita no Brasil, entre 2006-2010, colocou-me de novo com a temática do desenvolvimento. O trabalho realizado foi de lançar uma nova teoria que denominei de Desenvolvimento Econômico Multicultural, nascida de um diálogo intenso com a literatura do desenvolvimento emancipatório e o meu objetivo era construir uma proposta que desse conta para se pensar os problemas existenciais da população negra brasileira.

Em 2010, fiz uma entrevista que foi publicada pela Revista Humanitas Unissinos com o título do “Ética do Ubuntu”. Foi um trabalho que me possibilitou-se perceber as ligações que existem entre a filosofia do Ubuntu e da Bosoidade. Além disso, a repercussão deste texto me levou a republicá-lo com outros textos que tinha num livro chamado “Filosofia do Ubuntu; valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento humano” (MALOMALO, 2014).

Minha entrada na Unilab em 2012, foi um momento de dedicação de estudos sobre os temas da cooperação internacional para o desenvolvimento com foco nas relações entre Brasil-África e a cooperação sul-sul. Desde então, outros trabalhos e contatos que se sucederam de 2012 até 2016, levaram-me a pensar nesse novo projeto. Minhas participações nos encontros do movimento espiritual Pachamana e nos congressos da Rede Latino-americana do Novo Constitucionalismo e a minha participação na banca de defesa de dissertação de Edgar Bernardo sobre o desenvolvimento extrativista em Moçambique chamaram a minha atenção sobre algumas questões e a urgência de elaboração de um projeto de investigação.

Dei-me conta que entre os intelectuais progressistas, há um grupo que rejeita categoricamente o uso do termo ‘desenvolvimento’ por considerá-lo eurocêntrico e causador dos males da atualidade. Outra coisa que observei é que há um novo movimento de recorrer aos saberes ancestrais, como vêm fazendo alguns intelectuais, ativistas e políticos dos países andinos, para elaborar novos projetos de sociedade. Senti-me na obrigação, sendo

um pesquisador da universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira e estudioso das africanidades recorrer aos saberes africanos para encontrar caminhos da superação da crise do desenvolvimento capitalista. Na atualidade, faço este diálogo com os/as intelectuais latino-americanos ligados/as a Rede Latino-americana do Novo Constitucionalismo e, além isso, participo como pesquisador na rede da ONU - Harmonia com a Natureza (<http://www.harmonywithnatureun.org/>). Nesse sentido, esse meu projeto não é de curto prazo. Em cada ano, daremos destaque a um de seus objetivos.

Por fim, o acompanhamento que faço sobre a Agenda da União Africana para 2063 tem revelado que as mulheres e os/as jovens são as prioridades para se pensar o desenvolvimento daquele continente. Por isso, não se pode falar de um desenvolvimento inclusivo numa perspectiva do ubuntu/bisoidade sem recorte na questão de gênero e da juventude. Trata-se de uma questão urgente (ADESINA, 2008; AMADIUME, 1998, 2001; FALOLA, 2008; OYEWUMI, 1997, 2003; AKIN-AINA, 2011).

As perguntas que norteiam aquele projeto são: Perante a crise que assola a humanidade na atualidade, a África pode ser uma fonte de inspiração? Como se apropriar da filosofia ancestral do ubuntu/bisoidade para superar a crise do desenvolvimento capitalista? O desenvolvimento sustentável tal como entendido pelas forças progressistas tem a ver com o projeto de sociedade de Ubuntu/Bisoidade? Comparar a produção intelectual dos/as africanos em torno do Ubuntu/Bisoidade pode ampliar nossos horizontes de compreensão do que se passa hoje? Qual o diferencial que a literatura feminista africana pode trazer para os estudos do Ubuntu/Bisoidade no momento em que a Agenda da União Africana gira em torno do empoderamento das mulheres e jovens no continente?

A minha hipótese é que o Ubuntu/Bisoidade pode servir como fonte de inspiração teórica e política alternativa ao modelo desenvolvimentista capitalista, eurocêntrico, racista e machista que

invade o cosmos, destrói a natureza e instrumentaliza as relações sociais. Ademais, o debate sobre diversificação das economias africanas, da prática de uma economia inclusiva, que leva a sério o local, as mulheres e jovens, só irá adiante se levar em conta essas filosofias ancestrais em diálogo com outras propostas teóricas e políticas em curso no mundo oriundas de um diálogo profundo e crítico com os saberes ancestrais.

O objetivo geral do projeto em questão é de criar um espaço de reflexões diante da crise social, econômica, política e ambiental criada pelo modelo desenvolvimentista capitalista ocidental, tendo os saberes produzidos pelos acadêmicos e não acadêmicos (artistas, religiosos, etc.) do Sul global como fontes de inspiração para a construção de um novo projeto emancipatório de sociedade.

Entre seus objetivos específicos, destaco esses: (1) Compreender o que foi e é o Ubuntu e a Bisoidade a partir da literatura dos/as intelectuais africanos/as e afro-diaspóricos/as; (2) Estabelecer um diálogo com os/as intelectuais africanos e seus descendentes para perceber de que maneira interpretam a crise capitalista atual e identificar os diversos caminhos que apontam para a sua superação em termos de construção de uma sociedade alternativa; (3) Investigar as iniciativas existentes na África e nas diásporas negras assentes na filosofia ancestral do Ubuntu/Bisoidade e compreender de que maneiras, enquanto práticas econômicas, políticas, jurídicas, culturais, artísticas, religiosos atuam para a defesa do cosmos, da natureza/meio ambiente e da sociedade; (4) Analisar as interpretações que as feministas africanas fazem de Ubuntu/Bisoitê para a superação das violências que afetam as vidas de mulheres e a situação de desigualdades impostas a elas; (5) Realizar uma análise comparativa entre a filosofia do Ubuntu/Bisoitê com a filosofia do bem viver dos povos da América Latina e os Indicadores da Felicidade dos povos de Butão.

Apresentarei nesse trabalho somente a discussão teórica do referido projeto, destacando esses ponto: a necessidade de se

interpretar a história mundial do ponto de vista de povos negros para quem pretende produzir uma epistemologia negra decolonial; a coragem de identificar e denunciar os agentes produtores da crise planetária e as diferentes facetas dessa crise; e a contribuição que ubuntu pode trazer na superação da crise ecológica estabelecida.

Interpretar a história do ponto de vista de povos negros

A crise pela qual a humanidade está passando hoje tem suas raízes numa história de longo alcance, especialmente quando busca-se compreendê-la a partir do ponto de vista dos povos dominados da África e da América Latina.

Conceber a história nessa perspectiva povos dominados do Sul, permite encarar a dominação dos povos nativos das Américas e dos descendentes de africanos, por exemplo, - e é isso que interessa nessa primeira instância desta explanação -, a partir da colonização e escravização, seguidos de genocídios e outras formas de morte social, realizados pelos impérios europeus e as igrejas cristãs do século XV até o século XIX, tendo como parâmetro os movimentos abolicionistas e os processos de independências que se seguiram neste continente (KI-ZERBO, 2006).

A arqueologia da história da dominação dos brancos europeus sobre os povos nativos e afrodescendentes, na América Latina, continuou igualmente nos séculos seguintes aos movimentos de abolição, independências e democratização que ocorreram nos séculos IXX, XX e XXI, uma vez que as mudanças que ocorreram beneficiaram por causa do racismo e da dominação de classe aos eurodescendentes (DUSSEL, 2004; EDMOSON, 2010).

Quanto ao continente africano, a história da sua dominação deve ser buscada nas invenções sucessivas de seus territórios pelos impérios árabes a partir do século VII até XV; e dos impérios europeus, a partir daquele último século até o século XIX, num contexto da expansão do capitalismo, quando decidem voltar, esta vez para colonizar a África e não se contentando somente em

praticar a escravidão e o tráfico negreiro para as Américas. A colonização europeia na África durou do fim do século IXX até os anos sessenta do século XX, em maioria dos países.

Visto do ponto de vista de uma história ampliada, a crise que pode ser vista somente como uma crise do século XX e XXI, para muitos povos escravizados, colonizados e racializados pelos grupos dominantes brancos e cristãos, passa a ser interpretada como histórias entrelaçadas.

Agentes produtores da crise planetária

Diversas teorias elaboradas a partir do Sul concordam com muitos dos elementos que se apontou para interpretar a crise planetária presente. Boaventura de Sousa Santos (2003), por exemplo, identifica a razão indolente ocidental como a fonte dos males que afetam toda humanidade. Ela representa a instituição chamada ciência-tecnologia ocidental que começou a ser forjada no período do Renascimento (entre século XIV-XV) e que começa a ser questionado no século XX pós-guerra pelos outros paradigmas que reivindicam um novo jeito de se fazer a ciência. Santos (2003) chama esse outro paradigma de razão cosmopolita subalterna. A diferença com a primeira é que essa trabalha com uma lógica dialógica, inclusiva. Mesmo quando é acadêmica, valoriza outras formas de saberes produzidos pelos povos ancestrais, pelos movimentos sociais e pelo senso comum. Fundamenta-se na hermenêutica diatópica para traduzir a realidade, pois é uma razão inter e transcultural. Interpreta a história numa perspectiva cílica e não linear. Por fim, além de fazer uso da razão, respeita a emoção e a simbologia como outras linguagens.

Já a razão indolente é arrogante, colonizadora, rainha do epistemicídio, excludente, calculista, racista e positivista, entre outras de suas características. Tem por ideologia o liberalismo e o neoliberalismo. Para ela, a ciência deve se colocar a servir do

desenvolvimento capitalista em que cada ser é medido pelo seu valor de troca e não de uso.

Dito em outras palavras, os teóricos da razão indolente e do desenvolvimento capitalista são tratados como agentes da classe dominantes da ciência, da política, da cultura e/ou da economia. E os outros pertencem ao grupo dominado que almeja construir um projeto alternativo de sociedade perante a crise criada pelo capitalismo ocidental (MALOMALO, 2010).

Entre os autores que trabalham com um paradigma alternativo, entre os radicais, há um consenso de que o modelo de desenvolvimento capitalista criou a crise atual só que, como já mencionamos, temos suas raízes ao longo da história. Nesse sentido, se nos séculos anteriores o projeto de sociedade da classe dominante vinha vernizado com termos como levar civilização e progresso para quem os pressupostamente não os têm, desde o século XX, aparece nos termos como cooperação, crescimento e, especialmente, desenvolvimento (MÉSZÁROS, 2006).

Por isso, começa a emergir um consenso de substituir esse conceito com outros. Pois, mesmo quando os grupos alternativos trouxeram novos adjetivos para diferenciar o uso que eles fazem deste termo quando aplicado as realidades que eles estudam e apontam como alternativos nos processos de reprodução sociais e de direitos humanos, a classe dominante capitalista usa da sua habilidade de sempre para dar novos conteúdos aos termos como sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável.

Alguns trabalhos produzidos, na América Latina e na África, têm conseguido identificar as metamorfoses do capitalismo financeiro, presentes, nos processos de produção extrativistas: o dito desenvolvimento extrativista (ALIER, 2007; BERNARDO, 2014). A crise que afetou a economia mundial, a partir de 2014, levou um setor da sociedade a questionar se os progressos realizados pela África e o pela América Latina, estavam assentes em elementos sustentáveis, isto é, dignos em sustentar os direitos de suas populações em diálogo com as gerações passadas, presentes e

futuras. Tudo isso, porque, como no caso do Brasil, até certo ponto suas bases ideológico-filosóficas não romperam suas alianças com os projetos da classe dominante que criticam (MALOMALO, 2014b).

A teoria de colonialidade é de suma importância para se compreende os efeitos da crise sobre os corpos negros. Nelson Maldonado-Torres (2017) traduz melhor a dimensão da necropolítica dentro da teoria decolonial negra, destacando todas suas implicações na negação do ser-poder-saber do Outro. Trago aqui três de suas teses que considero cruciais:

Terceira tese: Modernidade/colonialidade é uma forma de catástrofe metafísica que naturaliza a guerra que está na raiz das formas modernas/coloniais de raça, gênero e diferença sexual” (p. 36).

Quinta tese: A colonialidade envolve uma transformação radical do saber, do ser e do poder, levando à colonialidade do saber, à colonialidade do ser e à colonialidade do poder. (p. 42).

Quarta tese: Os efeitos imediatos da modernidade/colonialidade incluem a naturalização do extermínio, expropriação, dominação, exploração, morte prematura e condições que são piores que a morte, tais como a tortura e o estupro. (p. 41).

Outros elementos que essas pesquisas vêm revelando além dessas bases filosóficas menos radicalmente emancipatórias, os mesmos Estados que se dizem pertencer aos grupos de esquerda, no caso do Brasil, diferentes de muitos Estados africanos que se confessam publicamente adeptos da filosofia do mercado assente em princípios liberais e até mesmos neoliberais, tornam-se cúmplice do capital, possibilitando reformas de instrumentos jurídicos existentes ou a ser inventados para servir seus interesses de classe ou de seus aliados (MESZARÓS, 2006; BERNARDO, 2014).

Encarrando as contradições que acabamos de relatar do ponto de vista da sociologia das emergências de Boaventura de Sousa Santos (2003), que nos motiva a identificar outras formas alternativas de projetos de sociedades ou vivências de sociedades, uma vez que a experiência dominante de sociedade não esgota a

complexidades de projetos de sociedades existentes no mundo, a formas como os agentes que se identificam com os grupos dominados estruturam suas nações a partir de novas constituições que dialogam com os saberes ancestrais nos levam a investigar outros projetos alternativos no meios das populações negras da África e das Afro-Latinoamericas que sustentam a vida de seus membros e/ou influenciam a esfera pública no sentido a se construir novos direitos que contemplem o pluralismo jurídico e societal (SANTOS, 2013).

O foco desse estudo está voltado para as experiências da República Democrática do Congo, África do Sul e Moçambique onde as experiências de Bisoidade e Ubuntu estão sendo teorizadas para fazer parte das políticas públicas. Além disso, no caso da Afro-América, volta-se a atenção para àquela filosofia africana e de que maneira se manifesta nos movimentos culturais brasileiros (MOURA, 1994).

Contribuição do ubuntu na superação da crise planetária

O que é ubuntu e como pode contribuir para superar a crise atual e possibilitar a implementação de um outro mundo? Ubuntu, antes de tudo, é uma sabedoria ancestral ou filosofia da sagacidade ancestral que começou a ser construída há milhões de anos na África com o primeiro aparecimento do gênero humano. Do ponto de vista histórico, faz eco à expressão do historiador burkinabés Joseph Ki-Zerbo (2006): “a África, pátria do homem”, para dizer: “África é berço da humanidade”.

Mooyo

I - O universo visível e invisível

1.O universo visível e a camada externa e concreta de um universo invisível e vivo constituído por forças e perpetuo movimento. No interior desta vasta unidade cósmica, tudo está ligado, tudo é solidário. É o comportamento do ser humano em relação a si

mesmo e ao mundo que o cerca é objeto de regras exatamente precisas.

2. A violação dessas regras pode romper o equilíbrio das forças do Universo. E esse desequilíbrio vai se manifestar por meio de diversos tipos de distúrbios.

3. A restauração do equilíbrio só se dará mediante a conveniente e correta manipulação das forças. Somente assim, será possível restabelecer a harmonia, da qual o ser humano é guardião, por designação do Ser Supremo. Assim disseram Hampate Bâ e outros sábios africanos.

4. No universo não existe “grande” ne “pequeno” e, sim, a harmonia entre as coisas de tamanhos diferentes.

5. As relações de grandeza não têm nenhum sentido porque não acrescentam nem diminuem nada.

6. O ser humano não é forte, porque, apesar de todas as suas máquinas, ele não pode impedir a terra de tremer e engolir milhares de seres humanos.

7. O ser humano jamais poderá impedir o Sol de atingir a Terra e comê-la, se um leve desequilíbrio se produzir no espaço. Assim falou Aladj. (LOPES, Nei. 2005, p. 24).

O livro de Nei Lopes, *Kitábu: o livro do saber e do espírito negro-africanos*, para a compreensão do saber e espiritualidade ancestral africana presente no ubuntu. O “mooyo”, em kikongo, uma das línguas bantas falada na RD Congo e Angola, significa axé entre os iorubas de Nigéria. Outra palavra, presente em maioria de línguas banta, é o “ntu”. Todas as três palavras significam: “força vital” (RAMOSE, 2002; LOPES, 2004).

É o mooyo, o axé, ou o ntu que liga o mundo visível ao mundo invisível. Essa ligação é que cria a harmonia cósmica. O desenvolvimento sustentável defendido pelo paradigma alternativo de Malomalo (2014b) tem a ver com a construção de uma sociedade que é assente no equilíbrio do ser humano com as divindades e ancestrais e com o cosmos e a natureza. O ser humano, enquanto mu-ntu, ser-carregador da força vital que o conecta com os outros seres é o responsável para zelar para que esse equilíbrio se torne um acontecimento histórico. Nesse sentido é que o ubuntu aparece

como a ética do cuida para com o outro no sentido que lhe imprime Boff (1999). Não somente porque o ser humano está ligado a esse outro-divino-ancestral ou outro-cosmos-natureza, mas porque todo ser é a emanação do ser original e de todos outros seres que são suas manifestações particulares. Em outras palavras, o ser humano carrega uma parcela de um outro-humano, de um outro-divino-ancestral e de um outro-cosmos-natureza dentro de si (OBENGA, 1980, 2005; NTUMBA, 1997, 2014).

Para Ramose, filosoficamente, é melhor abordar o termo ubuntu como uma palavra com hífen, a saber, ubu-ntu.

Ubuntu é, na verdade, duas palavras em uma. Consiste no prefixo ubu- e a raiz -ntu. Ubu- evoca a ideia geral de ser-sendo. É o ser-sendo encoberto antes de se manifestar na forma concreta ou modo da ex-istênciade uma entidade particular. Ubu- como ser-sendo encoberto está sempre orientado em direção ao descobrimento, isto é, manifestação concreta, contínua e incessante por meio de formas particulares e modos de ser. Neste sentido, ubu- está sempre orientado em direção a -ntu. No nível ontológico, não há separação estrita e literal ou divisão entre ubu- e -ntu. Ubu- e -ntu não são duas realidades radicalmente separadas e irreconciliavelmente opostas. Ao contrário, são mutuamente fundantes no sentido de que são dois aspectos do ser-sendo como un-idade e total-idade indivisível. Portanto, ubu-ntu é a categoria fundamental ontológica e epistemológica do pensamento africano dos falantes da língua bantu. É a indivisível un-idade e total-idade da ontologia e epistemologia. Ubu- como entendimento generalizado do ser-sendo pode ser visto como distintamente ontológico. Já -ntu enquanto o ponto nodal em que o ser-sendo assume a forma concreta ou o modo de ser no processo de descobrimento contínuo pode ser visto como distintamente epistemológico. (RAMOSE, 2002, p. 2)

A palavra ubuntu é proveniente das línguas bantas da África austral (Xona e Zulu), porém, como afirmado anteriormente, a filosofia que a sustentam está presente em todo continente. Pois, foi neste imenso continente que se iniciaram as primeiras experiências coletivas de vidas entre o muntu, o ser-sendo, ou parafraseando, o

teórico da filosofia da bisoidade (do Nós-cósmico), Tshiamalenga Ntumba (2014), o ser-relacional, está sempre ontologicamente ligado com outros bantu (plural de seres humano, portanto, a comunidade dos humanos), com o divino e a ancestralidade (a comunidade dos ancestrais ou do divino) e com o cosmos e a natureza (a comunidade do universo). Ditos em outras palavras, todo ser é sempre um ser-sendo, isto é, aberto ao outro, em movimento-ação para com o outro ser-sendo senão deixar de ser ou ser-sendo.

Ramose (2002) identifica isso como o “processo de descobrimento contínuo” do ser-sendo, que Ntumba (2014) nomeia de “processo multiforme do real” e com isso posa as bases da “Filosofia do Nós processual”, isto é, uma representação da complementaridade radical de todos os seres-sendo que compõem a vida, o real: os bantu e os ancestrais (divindades inclusas aqui) e o universo (inclusos aqui formas de vidas sobre, intra e supra-terrestres).

Nesse sentido, a movimento-ação cuidadosa de seres é que gera a harmonia, a felicidade, a paz de forma plena. Isso que Malomalo identifica como o desenvolvimento sustentável numa perspectiva sistêmica e emancipatória de autores como Favreau e Frechette (2008), Gedron (2004), Grennier (1998), Maldague (2004) e Lévesque (2002). Sendo assim, ubuntu como projeto de sociedade (fazendo já a substituição do termo desenvolvimento) implica uma concepção da complementaridade radical entre o desenvolvimento econômico, social, político, cultural e ambiental como os concebiam os povos ancestrais (OBENGA, 2014) e os intelectuais subalternos da crítica emancipatória (BOURDIEU, 2000; MORIN, 2005; BOFF, 1999).

Identificamos o ubuntu ancestral como uma filosofia ancestral ou filosofia da sabedoria ancestral produzida na África pré-colonial para diferenciá-la de formas filosofias africanas contemporâneas que a reivindicam como a sua base inspiradora. Nesse sentido, considerase a filosofia de bisoidade de Ntumba (20014), a filosofia de ubuntu de Ramose (1999) e a filosofia de sagacidade de Odera Oruka como as formas de interpretações africanas eticamente comprometidas com o projeto de sociedade projetados pelos sábios ancestrais.

Diferenciam-se radicalmente com outras formas africanas de interpretação da cultura ancestral que, em muitos momentos, manifestaram-se historicamente como formas de instrumentalização daquela cultura dentro dos interesses políticos e econômicos em jogo. Pode se citar nesse sentido os projetos socialistas à *l'africaine*: o Ujamaa do Julius Nyerere em Tanzânia, os socialismos africanos de Kwame Nkrumah em Gana, de Léopoldo Senghor no Senegal, do Khafi na Líbia, de Ahmed Sékou touré de Guiné Konacry, de Samora Machel em Moçambique e de Augustino Neto e Eduardo dos Santos em Angola.

Independentemente das explicações que evocam as justificativas de conjunturas históricas, as políticas dessas lideranças políticas africanas fracassaram enquanto tentativas de “socialismos africanos realmente existentes”, para retomar a expressão de Istáván Mészáros (2006). Em grande parte, porque não seguiram radicalmente as exigências éticas do ubuntu ancestral. Estamos nos inspirando das críticas da nova geração de intelectuais africanas, que emerge no contexto dos anos de 1980, como Antony Appiah (1997), com ressalvas de reconhecer alguns avanços que essas políticas trouxeram.

Ntumba (1983) quando interpretava a crise, que assolava a África no período pós-independências, apontava o abando da bisoidade/ubuntu como a sua causa principal. Essa crise tem-se manifestado em todos os planos de vida social: na economia, na política, na administração pública, na cultura, na educação. Como já se mencionou anteriormente, a crise que tem afetado o africano e seus descendentes têm causas múltiplas e tem que ser buscada dentro de sua história e na história da humanidade, de forma particular, quando começaram a se estabelecer as formas de dominações dos impérios árabes e europeus no Sul global. Em outras palavras, os tráficos de corpos de africanos, a escravidão, praticados contra eles; a colonização destes corpos e o racismo que os imobilizam tem contribuído para a crise que afeta os africanos e seus descendentes no mundo. Trata-se de uma crise existencial do

muntu e de seus descendentes nas diásporas que atingem negativamente o seu mundo espiritual, psicológico, cultural, suas formas de se organizar política, social, econômica e territorialmente (MALOMALO, 2010). Por isso, uma crise global, exige uma resposta epistemológica e política global.

Na atualidade, essa crise é interpretada em termo de crise de modelo de desenvolvimento extrativista que afeta as nações africanas, que no contexto do século XXI, começaram a se reerguer economicamente (SANTOS, 2013). Quanto à diáspora africana nas Américas, o conceito de racismo ambiental (GOULD, 2004) torna-se operacional para a apreensão do poder simbólico-para-a-dominação da classe dominante sobre as populações negras (MOORE, 2007). A verdade é que, o imperialismo contemporâneo que é sustentado pelos Estados e pelas empresas multinacionais capitalistas dos países do centro continua a empregar implícita ou explicitamente o racismo tanto na África como em suas diásporas. Ou seja, para ele, os corpos negros continuam tendo o menor valor no mercado dos lucros. Eliminá-los de forma simbólica ou física com o uso da coerção do direito ou legislações burguesas inventadas, muitas vezes, com a cumplicidade de suas elites, é a menor coisa a ser feita.

As críticas de Ntumba (1983), Ramose (2002), Gould (2004), Santos (2013) e Joan Martinez Alier (1996, 2007) têm como pontos comuns a denúncia das injustiças, cometidas pelas classes burguesas dirigentes dos Estados e empresas multinacionais, contra os povos pobres do Sul e, de modo particular, para essa linha de estudo e pesquisa, os povos negros da África e do Brasil. Essa classe burguesa tem usado da ciência, do Estado, da polícia, do direito e do mercado para dominá-los. Têm cooptados suas elites. Tem manipulado a sua cultura de forma permanente, dissimulada ou, às vezes, abertamente.

Todavia, é preciso fazer observar que o mesmo povo dominado tem criado mecanismos de sua defesa para dar sentido ao seu destino coletivo. Com isso, tem apresentado para si mesmo formas alternativas de projetos de sociedade (MALOMALO, 2010, 2014a). Olhando pelas dinâmicas sociais de povos negros da

diáspora brasileira, Clóvis Moura (1995), identificou essas alternativas negras enquanto “cultura negra de resistência”.

Em 1997, através de um colóquio organizado em Kinshasa, o Centre d’Études des Réligions Africaines convidou os intelectuais africanos a pensar um “projeto de sociedade”, tendo as Religiões africanas como ponto de partida de suas reflexões. O que se percebeu, foram muitas reflexões que partiram da cultura africana como seu eixo hermenêutico. A África do Sul e a União Africana de Tabo Mbeki mobilizaram o tema de Renascimento Africano, fazendo apelo ao paradigma de ubuntu (GUTTO, 2006). Na atualidade, a busca pelas alternativas está presente nas ideias e valores que movem os organizadores de Fórum Social Mundial resumido no lema: “Um outro mundo é possível” e na iniciativa realizada pelo Instituto Humanitas Unisinos¹ de trazer ao público brasileiro os pensamentos de intelectuais africano sobre ubuntu dentro de um dossier.

O ubuntu é uma destas alternativa enquanto uma ética política perante a crise do desenvolvimento capitalista. Acreditamos que o uso deste termo, como do “Viver bien” (MAMANI, 2015), é o primeiro passo para a descolonização: a descolonização epistemológica e depois outras formas de descolonizações políticas, econômicas e culturais. Nesse sentido, em vez de empregar o termo desenvolvimento de forma adjetivada: desenvolvimento alternativo, desenvolvimento sustentável, mesmo sendo dentro de repertório teórico alternativo, é preciso radicalizar o debate fazendo uso de termos nativos como ubuntu/bisoidade, visando estabelecer uma alternativa epistemológica rumo à nova sociedade.

O segundo passo, seria de se movimentar dialeticamente da teoria para a prática e vice versa. Nesse sentido, os estudos e pesquisas que serão feitas aqui têm que se confrontar com a literatura produzidas sobre ubuntu/bisoidade ou suas variantes formas na África e no Brasil;

¹ UBUNTU. Entrevistas publicadas pela Revista do Instituto Humanitas Unisinos em 06 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3687&secao=353. Acessado em 17 fev. 2016.

e identificar as iniciativas realmente existentes a partir desse modelo de sociedade (MALOMALO, 2010; KANSHIDI, 2013).

Nesse sentido, seria interessante se questionar sobre o que é que a concepção do desenvolvimento endógeno de Ki-Zerbo², as formas de resistências de movimentos sociais, religiosas, economias solidárias e populares, de administração de justiça entre africanos e seus descendentes no Brasil (especialmente entre os quilombolas, terreiros de candomblé e outras organizações sociais) têm a ver com ubuntu.

Será também o momento de se questionar por que é que a África do Sul de Nelson Mandela num primeiro momento quis formular o direito constitucional da Nova África do Sul a partir da filosofia ancestral do ubuntu, só que veio a desistir dessa iniciativa; e será, igualmente, o momentos de se averiguar porque é que existem dificuldades, em muitas outras nações africanas (especialmente, RD Congo e Moçambique), para incluir o ubuntu dentro das suas constituições e as filosofias de suas políticas de desenvolvimento.

Considerações finais

O texto teórico que apresentei tem mudado ao longo dos anos conforme novas leituras e objetos empíricos escolhidos para minhas investigações junto com meus e minhas orientados/as.

O que se possa reter a partir do que foi apresentado é o projeto de decolonialidade e descolonização de saberes e da sociedade feitas pelas pessoas negras exigem o domínio de filosofias coletivas negras como a de ubuntu ou bisoidade. Filosofia deve ser entendido como pensamento negro. Além disso, as pessoas negras devem ter a hegemonia na interpretação da história mundial e a sua própria história.

² FONDATION JOSEPH KI-ZERBO – Pour l'histoire et le développement endogène en Afrique. Disponível em : <http://www.fondationki-zerbo.org/spip.php?article194>. Acessado em 17 2016.

Esse duplo movimento fará com que identifiquem os agentes da opressão e produtores e reprodutores da crise global, ontológica e planetária. Ademais, propor novas saídas feitas de formas coletivas. O meu texto “Estudos africana ou novos estudos africanos: Um campo em processo de consolidação desde a diáspora africana no Brasil” (MALOMALO, 2017) é um dos mais recentes que aprofunda muitas das questões epistemológicas, com implicações estéticas, éticas e políticas, levantadas no texto que acabei de apresentar.

Referências

- APPIAH, Kwame Antony. In: *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ALIER, Joan Martinez. El ecologismo de los pobres. CEME. Seminario-Taller dela nueva ezquierda de la americalatina. CEME: Lima, 1992. Disponível em: http://www.archivochile.com/Portada/4_actualidad/0040_port_act.pdf. Acessado em: 17 fev. 2016.
- _____. O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.
- BERNARDO, Edgar Manuel. Extrativismo em Moçambique: o pensamento abissal na produção e reprodução das injustiças socioambientais e negação do direito à saúde da população. Fortaleza: Faculdade de Medicina; Pós-graduação em saúde pública; UFC, 2016 – Dissertação de Mestrado.
- BOFF, Leonardo. Saber cuidar – Ética do humano, compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. Les structures sociales de l'économie. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- _____. Sciences de la science et réflexivité: cours du collège de France 2000-2001. Paris: Raison d'agir, 2001.
- _____. O poder simbólico. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Centre d' études des Religions africaines. Religions traditionnelles africaines et projet de société. Actes du cinquième Colloque International C.E.R.A (Kinshasa, du 24 au 30 novembro 1996), Facultés Catholiques de Kinshasa, *Cahiers des Religions Africaines*, vol. 31, n. 61-62, 1997, p. 47-64.

DUSSEL, Henrique. Transmodernidade e transculturalidade (Interpretação desde a Filosofia da Libertaçāo). In: FORTNET-BETENCOURT, Raul. Interculturalidade: Críticas, diálogos e perspectivas. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004, pp. 159-208.

EDMONSON, Locksley. África e as regiões em via de desenvolvimento. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: Unesco, 2010, p. 1003-1051.

FAVREAU, Louis; FRECHETTE, Lucie; LACHAPELLE, René. *Coopération Nord-Sud et développement : Le défi de la reciprocité*. Québec: Presse Universitaire du Québec, 2008.

FONDATION JOSEPH KI-ZERBO – Pour l'histoire et le développement endogène en Afrique. Disponível em : <http://www.fondationki-zerbo.org/spip.php?article194>. Acessado em 17 2016.

GENDRON, Corinne. Développement durable et économie sociale: convergences et articulations. Cahiers de l'ARUC-ÉS- Collections Recherche - n. R-17-2004, p. 1-36, dezembro 2004, p. 2-36. Disponivel em: <<http://www.aruc-es.uqam.ca/aruces/publications/publications.htm>>. Acessado em: 28 abr. 2006.

GRENIER, Louise. Connaissances indigènes et recherches: un guide à l'intention des chercheurs. Ottawa: CRDI, 1998. Disponível em: <<HTTP://www.idrc.ca/openebooks/178-7/>>. Acessado em 21 de jan. 2005.

GOULD, K.A . Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: ACSERAD, H; HERCULO, S; PÁDUA, J. A (Org). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2004.

GUTTO, Shadrack B. O. Toward a new paradigm for pan-African knowledge production and application in the context of the African Renaissance. In: International Journal of African Renaissance studies: Multi-, Inter- and Transdisciplinarity, University of South Africa Press, v. 1, n. 2, p. 306-323, 2006.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África: Entrevista com René Holenstein*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

KASHINDI, Jean-Bosco Kakozi. Una comparación entre ‘ubuntu’ como antología relacional en la filosofía africana bantú y el planteamiento “nosótrico”. Su relevancia en estudios sobre afrodescendientes. Fundació Sur, 10 julio 2013, p. 49-57. Disponible em: <http://www.africafundacion.org/spip.php?article14940>. Acessado em 17 fev. 2013.

LÉVESQUE, B. Pour repenser l'économie en vue d'un développement durable, un aperçu de la nouvelle sociologie économique. In: Conférence d'ouverture du colloque du comité de recherche 23, « sociologie de l'environnement et du développement durable » de l' Association internationale de sociologie de langue française (AISLF), à l'Université de Laval les 14-15-16 mai 2002 dans le cadre de 70e Congrès de l'ACFAS, 2002a. Disponible em: <<http://www.aruc-es.uqam.ca/aruces/publications/publications.htm>>. Acessado em: 28 abr. 2006.

LOPES, Nei. Kitábu: o livro do saber e do espírito negro-africanos. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: o socialismo ou barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MADOLNADO-TORRES, Nelson. Análitica da colonialidade e da decolonialidade : algumas dimesões básicas. In : BERNARDINO-COSTA, Joaze ; MADOLNADO-TORRES, Nelson ; GROSFOGUEL, Rámon (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo Horizonte ; Autêntica, 2018, p. 27-54.

MALDAGUE, Michel. Sciences Du développement et analyse systémique. Leçon publique donnée à l' occasion du 5ème aniverssaire de l' ANSD, Kinshasa, le 16 décembre 2004. Disponivel em: <http://www.uqac.ca/Classiques_des_sciences_sociales/>. Acessado em 20 set. 2007.

MALOMALO, Bas 'Ilele. *Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009)*. Araraquara: UNESP, 2010.

- _____, Bas’ilele. *Filosofia do Ubuntu: Valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento*. Curitiba: CRV, 2014a.
- _____. A integração Brasil-África: uso e sentido da cooperação solidária nos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva. In: FREITAS, Raquel Coelho de; MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito (Orgs.). *Democracia, equidade e cidadania*. Curitiba: CRV, 2014b. p. 70-91.
- _____. Estudos africanos ou novos estudos africanos: Um campo em processo de consolidação desde a diáspora africana no Brasil. In: Revista de Humanidades e Letras, Vol. 3, Nº. 2, Ano 2017, p. 16-50.
- MAMANI, F. H. *Viver bien/ buen viver: Filosofía, políticas, estrategias y experiencias de los pueblos ancestrales*. 6 ed. III-CAB: La Paz, 2015.
- MOISÉS, José Álvaro. “Diversidade e Desenvolvimento nas Américas”. Palmares em ação, ano I, n. 2, p. 40-55, out./dez. 2002.
- MORIN, E. *Introduction à la pensée complexe*. Paris: Seuil, 2005.
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.
- NAKOULIMA, Gomdrago Pierre. A crise ecológica como exigência de um novo paradigma. HOUNTONDJI, Paulin. *O antigo e o moderno. A produção do saber na África Contemporânea*. Luanda: Pedago/Mulemba, 2012.
- NTUMBA, Tshamalenga M. Langage et intérêt. Prolégomènes à une philosophie du développement. In: Centre d'études des Religions africaines. Philosophie africaine et développement. Actes de la 8ème semaine philosophique de kinshasa, vol. 1, n. 2, 1983, p. 9.
- _____. La complémentarité radicale du politique et du religieux. In: Centre d'études des Religions africaines. Religions traditionnelles africaines et projet de société. Actes du cinquième Colloque International C.E.R.A (Kinshasa, du 24 au 30 novembro 1996), Facultés Catholiques de Kinshasa, *Cahiers des Religions Africaines*, vol. 31, n. 61-62, 1997, p. 47-64.

- _____. Le réel comme procès multiforme : pour une philosophie du Nous processuel, englobant et plural. Paris : Edilivre-Aparis, 2014.
- NKONDO, Gessel Mux. Ubuntu policy in South Africa : A conceptual framework. In: International Journal of African Renaissance studies: Multi-, Inter- and Transdisciplinarity, University of South Africa Press, v. 2, n. 1, p. 88-100, 2007.
- PAIVA, Vanilda. Novo paradigma de desenvolvimento: educação, cidadania e trabalho. *Educação e Sociedade*, n. 45, p. 309-326, ago.1993.
- OBENGA, Théophile. L'Égypte, la Grèce et l'école d'Alexandrie: histoire interculturelle dans l'antiquité aux sources égyptiennes de la philosophie grecque. Paris: Khepera/L'Harmattan, 2005.
- _____. Pour une nouvelle histoire. Paris: Présence Africaine, 1980.
- SANTOS, B; MENESSES, M. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. 2 ed. - São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, B. *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2013.
- SANTOS, Boaventura. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Publicado em Boaventura de Sousa Santos (Org.) *Conhecimento prudente para uma vida decente: "Um discurso sobre as ciências" revisitado*. Porto: Afrontamento, 2003b. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/bss/pt/artigos.htm>>. Acessado 2 set. 2007.
- STROZENBERG, Flora et al. Ubuntu: Alterity as perspective for Peace. *Sociology Study*, January 2015, Vol. 5, No. 1, pp. 53-59.
- RAMOSE, Mogobe. Sobre a legitimidade e estudo da filosofia africana. In: *Ensaios Filosóficos*, Volume IV - outubro/2011, pp. 9-25. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf. Acessado em 17 fev. 2016.
- _____. A ética do ubuntu. Tradução para uso didático de : RAMOSE, Mogobe B. The ethics of ubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 2002, p. 324-330, por Éder Carvalho Wen.

_____. RAMOSE, Mogobe B. African Philosophy through Ubuntu. Harare: Mond Books, 1999, p. 49-66. Tradução para uso didático por Arnaldo Vasconcellos. Disponível em: <http://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/texto16.pdf>. Acessado em 17 fev. 2016.

UBUNTU. Entrevistas publicadas pela Revista do Instituto Humanitas Unisinos em 06 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3687&secao=353. Acessado em 17 fev. 2016.

Sobre as autoras (es)

Arturo Carrasco Pereyra - Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pelotas, com intercâmbio realizado na Universidade de Múrcia – Espanha e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas. Atualmente faz doutorado em Políticas Sociais e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas, com o objeto de pesquisa alinhado ao Tráfico Internacional de Mulheres para Exploração Sexual na matriz das políticas públicas e direitos humanos. Somado a isso, opera a advocacia, especialmente atrelada ao direito de família e sucessões na cidade de Pelotas/RS.

Bas'Ilele Malomalo - Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquista/UNESP (2010), é docente de graduação nos cursos das Relações Internacionais, Ciências Sociais e Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) do Instituto de Humanidades e Letras (IHL) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Coordenador do Grupo de Pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimentos, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global. Pesquisador Associado do Centro dos Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN-UNESP); da Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano. É expert da plataforma Harmony with Nature/ONU. Tem experiência na área de Ciências Sociais, História da África e do Negro no Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: Sociologia Africana, Estudos das Relações Raciais, Multiculturalismo, Migrações, Cooperação Internacional, Desenvolvimento Sustentável, Direitos da Natureza, Segurança Alimentar e Nutricional. Atualmente realiza estágio de Pós-doutorado no Instituto da Biociência/Departamento de Educação/UNESP-Botucatu. Pesquisador do Centro de Ciência e Tecnologia para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (INTERSSAN-Unesp). É de Kinshasa, cidade da República Democrática do Congo.

Bianca Chetto Santos - Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulheres e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Integrante do Núcleo de Estudos sobre Direitos Humanos da Universidade Católica do Salvador (NEDH/UCSAL/CNPq). Advogada feminista. Graduada pela Universidade Federal da Bahia.

Bruna Lucas Caumo – Bacharel em Direito. Mestra em Política Social e Direitos Humanos pela UCPEL. Advogada inscrita na OAB/RS

Camila Scheffel - Graduada em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS- 2013), possui Mestrado em Saúde Coletiva pela UFRGS e Especialização em Saúde da Família pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). É Médica de Família e Comunidade do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF) do Município de Porto Alegre e atua, desde 2018, como preceptora junto ao Internato em Saúde Coletiva da Escola de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Foi Médica da Estratégia de Saúde da Família na Unidade de Saúde Canta Galo de 2014 a 2015, onde atuou junto às comunidades quilombolas da zona rural de São Lourenço do Sul/RS.

César Augusto Costa - Sociólogo, Docente e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas/UCPEL com atuação na Linha de Pesquisa: "Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas. Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social da Universidade Federal do Rio Grande/FURG com a pesquisa: "A Perspectiva filosófico-política de Enrique Dussel: Implicações à luz do ambientalismo latino-americano e da Justiça Ambiental". Doutorado em Ciências Humanas (Área de concentração - Educação) na Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Possui Mestrado em Ciências Humanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005), Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (2003) e Graduação em Teologia pela Universidade Católica de Pelotas (2002). Organizador do livro Pensamento Latino-Americano e Justiça Social: perspectivas críticas (2017). Co-autor da obra Filosofia e Libertação: homenagem aos 80 anos de Enrique Dussel (2015) e Organizador da obra A Questão Ambiental: interfaces críticas (2013). Avaliador Ad-hoc e autor de inúmeros artigos/produções em variados periódicos nacionais e internacionais nas áreas de Ciências Humanas. Coordenador do Núcleo de Estudos Latino-Americanos (NEL/UCPEL) e Pesquisador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ).

Claides Abegg - Graduada em Odontologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1980), possui doutorado em Dental Public Health And Epidemiology - University College London (1995) e pós-doutorado pela University College London e Queen Mary University of London (2007). Foi professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no Departamento de Odontologia Preventiva e Social (DEOPS). Presta consultorias em projetos submetidos a órgãos de fomento da CAPES, FAPEMIG e FACEPE. Atuou como coordenadora acadêmica do Convênio de Cooperação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Faculdade de Odontologia e a Universidad de la

República, Uruguai- UDELAR. Professora do Mestrado de Saúde Coletiva da UFRGS. Possui experiência na área de Odontologia e Saúde Coletiva, atuando principalmente em Epidemiologia e promoção de saúde.

Danúbia Mariana Barbosa Jardim - Enfermeira, Doutoranda em Saúde Coletiva ênfase em Ciências Humanas e Sociais em Saúde pela FIOCRUZ Minas, Mestre em Saúde e Enfermagem pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009). Possui graduação em Enfermagem pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2004), Especialização em Enfermagem Obstétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006). Atualmente é coordenadora do Programa de Residência em Enfermagem Obstétrica oferecido pelo Hospital Sofia Feldman. É docente do Programa de Residência em Enfermagem Obstétrica, da pós-graduação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS) e do curso de graduação em Enfermagem da FAMINAS-BH. Atualmente atua também na Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES nas disciplinas Residência da Enfermagem em saúde da Mulher- Preceptora da prática na maternidade, Docência na Residência de Enfermagem da Saúde da Família: Preceptoria na área da saúde da Mulher. Atua como Enfermeira Obstetra do Hospital Sofia Feldman.

Edilma de Jesus Desidério - Doctora en Geografía, por el Programa de Posgrado de la Universidad Nacional Autónoma de México. Maestra en Estudios Poblacionales e Investigaciones Sociales por la Escuela Nacional de Ciencias Estadísticas, Rio de Janeiro Brasil. Licenciada en Ciencias Sociales, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Realizó estancia posdoctoral en Población, Territorio y Estadísticas Públicas, en el Programa Nacional de posdoctorado, CAPES, ENCE-IBGE. Ha laborado en la docencia, investigación y en el Servicio Profesional de Carrera en el área de investigación en la Unidad de Política Migratoria de la Subsecretaría de Población, Migración y Asuntos Religiosos adscrito a la Secretaría de gobernación. Es investigadora Nacional del Sistema Nacional de Investigadores, SNI- CONACyT. Sus líneas de generación y aplicación de conocimiento están enfocadas en la producción del espacio de la migración internacional, política migratoria, integración regional y movilidad humana, población, sociedad y territorio, así como en la sustentabilidad e interculturalidad.

Emilia da Silva Piñeiro – Doutoranda em Políticas Sociais e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL) e bolsista PROSUP/CAPES. Mestra em Políticas Sociais e Direitos Humanos (UCPEL), Bacharel em Direito, Advogada inscrita na OAB/RS.

Fernanda Hampe Picon - Graduada em Psicologia (Unisinos), Especialista em Projetos Sociais e Culturais (Ufrgs) e Mestre em Educação (Ufrgs). Professora Universitária, estudiosa e ativista dos campos de estudos de gênero(s), sexualidades dissidentes e relações raciais na perspectiva feminista interseccional

e anti-racista. Nos deslocarmos cada vez mais da pergunta "quem sou" para "quem somos" é o que me mais me interessa.

Fernanda Hilgert Mallmann - Graduada em Odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS-2010), possui Mestrado em Ortodontia pela Università degli Studi di Foggia (Itália- 2013), Especialização em Saúde Pública pela UFRGS (2018) e atualmente é Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFRGS. Atua nas áreas de Saúde Coletiva, Saúde Pública e Odontologia Social.

Gabriel Guerrero Reyes - Es Licenciado en Psicología y Maestro en Salud Pública. Ha estudiado los impactos psicosociales de los sismos del año 2017 en México.

Gimerson Roque Prado Oliveira - Licenciado em Ciências Sociais pela UFRB. Mestre em relações étnicas e contemporaneidade pelo ODEERE/UESB. Doutorando em estudos étnicos e africanos pelo Pós afro UFBA.

Glauciria Mota Brasil - Doutora em Serviço Social e Políticas Sociais(PUC-SP), professora emérita do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Mestrado em Serviço Social da UECE, coordenadora do Laboratório de Direitos Humanos (LabVida), pesquisadora em Produtividade 2 do CNPq e integrante do Grupo de Trabalho Violência, Segurança, Obstáculos à Cidadania do CLACSO.

Hellen Carolina Santana - Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário UNA (2014). Especialista em Enfermagem Obstétrica pelo Programa de Residência em Enfermagem Obstétrica do Hospital Sofia Feldman/Faculdade da Saúde e Ecologia Humana (HSF/FASEH).

Ilzver de Matos Oliveira - Bolsista PDJ CNpq – PPGA/UFF. Doutor em Direito (PUC-Rio). Professor do Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Tiradentes. Mestre em Direito (UFBA). Estágio Sanduíche no Centro de Estudos Sociais (CES/Universidade de Coimbra). Líder e pesquisador do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos - UNIT/CNPq.

Jorgelina Loza - Socióloga (Universidad de Buenos Aires), Magister en Sociología de la Cultura (Universidad Nacional de San Martín) y Doctora en Ciencias Sociales (Universidad de Buenos Aires). Es Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina. Investiga experiencias transnacionales de acción colectiva en América Latina, especialmente en la construcción de su identidad regional e identidades nacionales.

Julia Rodrigues de Lima - Possui graduação em Licenciatura Plena em Filosofia pela UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2017) e é Mestranda em Filosofia pela mesma universidade. É membro do Grupo Acadêmico de Estudos Cognitivos – GAEC - UNESP. Atualmente é bolsista da

CAPES e pesquisa o problema da identidade pessoal no âmbito da identidade de gênero a partir da perspectiva sistêmica, tendo também interesse nos seguintes temas: complexidade e epistemología feminista.

Julio Santiago Hernández - Doctor en Ciencias Sociales con Especialidad en Sociología, por El Colegio de México. Maestro en Estudios Urbanos por la misma institución y licenciado em Economía por la Universidad de Guadalajara. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología. Fue subdirector de investigación en la Unidad de Política Migratoria de la Subsecretaría de Población, Migración y Asuntos Religiosos adscrito a la Secretaría de gobernación. Actualmente es profesor-investigador de tiempo completo en la Universidad de Guadalajara en el Centro Universitario Tonalá. Las líneas de investigación de interés son: migración interna e internacional, mercados de trabajo, educación, desarrollo urbano, metodología en ciencias sociales, economía y medio ambiente.

Laís de Almeida Lacerda - Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Integrante do grupo de pesquisa Feminismos e Processo penal, do Instituto Baiano de Direito Processual Penal (IBADPP).

Lívio Silva de Oliveira - Professor Substituto no Departamento de Turismo da Faculdade de Administração e Turismo da Universidade Federal de Pelotas (FAT-UFPel). Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS-UFRGS). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Cândido Mendes. Membro do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC) e do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC), ambos da UFRGS.

Magdalena López - Licenciada en Ciencia Política y Doctora en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires (UBA). Es investigadora de CONICET con sede en el Instituto de Investigaciones Gino Germani y coordina el Grupo de Estudios sociales sobre Paraguay (GESP) en el Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe (UBA). Su trabajo se caracteriza por un abordaje multidisciplinario donde confluyen elementos de la teoría política, la sociología política y la ciencia política.

Manoela de Calazans Gonçalves – Licenciada em Pedagogia, Faculdade de Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora de Educação Infantil, concursada, na Rede Municipal de Porto Alegre, RS.

Marcelo de Tróil – Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Estadual Paulista. Jornalista há 20 anos, é mestre em Cultura e Sociedade pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisador do NUCUS – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades e doutorando no Programa Multidisciplinar de Pós

Graduação em Cultura e Sociedade (IHAC/UFBA), no qual desenvolve uma tese que investiga a relação entre mobilidade, corpos dissidentes, o direito a cidade e a política do clima no Centro Antigo de Salvador/BA.

Marcelo Oliveira de Moura Doutor em Direito na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS) e Mestrado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS). Atualmente é professor do Curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Direito e Processo Penal da Unisinos Coordenador do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos - Acesso à Justiça - Conflitualidades. Concluiu o Pós-Doutorado em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E atualmente realiza estágio de pós-doutorado no Departamento de Direito e Economia da Faculdade de Economia da Universidade de Roma I - La Sapienza. Atua como advogado no escritório Marcelo Moura Advogados Associados na cidade de Pelotas/RS.

Márcia Esteves de Calazans - Psicóloga Social. Pós doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade de São Paulo junto ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT/CNPq: Violência, Democracia e Segurança Cidadã. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande Sul. Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Colaboradora do PPG Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Pesquisadora junto ao Grupo de Pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global UNILAB/CNPq. Integrante do Grupo de Trabalho Violência, Segurança, Obstáculos à Cidadania do CLACSO. E Coordenadora do Grupo de Estudos Decolonialidade e a Contribuição para a Crítica Feminista a Ciência.

María Alejandra Sánchez Bandala - Es Licenciada en Antropología, Maestra en Antropología Social y Doctora en Antropología. Se desempeña como Profesora Titular en la Universidad de la Sierra Sur de México. Es coordinadora de la Maestría en Salud Pública de la Universidad de la Sierra Sur.

Maria G. Fernandes Escobar - Assistente Social, Especialista em Saúde da Família (EFSFVS/UEVA), Mestra em Serviço Social (UECE), Doutoranda em Sociologia (UECE) e pesquisadora do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LABVIDA – UECE)

Mariana Claudia Broens - Professora Associada do Departamento de Filosofia da UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, vice-líder do Grupo Acadêmico de Estudos Cognitivos - GAEC - UNESP, membro do Grupo de Pesquisa em Auto-Organização CLE - UNICAMP, da Sociedade Internacional de Psicología Ecológica e da

Sociedade de Sistemas Complexos. Tem interesse nos seguintes tópicos de pesquisa: Auto-organização, processos de constituição da opinião e hábitos de ação, informação ecológica, conhecimento comum e ética da informação.

Marisa Feffermann - Mestre e doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Atualmente é pesquisadora do Instituto de Saúde da SES/SP, da FLACSO - Brasil (Faculdade Latino Americana de Sociologia), professora do Centro Universitário Estácio de São Paulo e da SEE/SP. Tem experiência na área de Pesquisa em Psicologia, com ênfase em Psicologia Educacional e Social, atuando principalmente nos seguintes temas:saúde mental, juventude, violência, tráfico de drogas, Primeiro Comando da Capital - PCC, gangues, educação, violência na escola. Postdoctora em Investigación en Ciencias Sociales, NIñez y Juventud (CLASCO). Coordenadora do Grupo de Trabalho - Infancia y Juventud: Políticas, Culturas e Instituciones Sociales do CLACSO. Autora do Livro: Vidas Arriscadas: o cotidiano de jovens trabalhadores do tráfico de drogas.

Marjuliê Angonese - Doutoranda e mestra em Comunicação pela UFRGS, especialista em Cultura Digital e Redes Sociais pela Unisinos e jornalista graduada pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Atualmente, é assessora de comunicação do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Foi repórter nas rádios Caxias, São Francisco, BandNews e Guaíba, pela qual venceu a 33^a edição do Prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos, na categoria Rádio.

Marluci Meinhart - Lésbica, feminista, psicóloga. Graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, especializanda em Saúde Mental pelo Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Amar e mudar as coisas é o que mais me interessa.

Pedro Meneses Feitosa Neto - Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes. Bolsista PROSUP/CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos - UNIT/CNPq. Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SE.

Raiane Cheregatto - Estudante de Psicologia e estagiária do Instituto de Saúde da Secretaria Estadual do Estado de São Paulo.

Roberta Hora Arcieri Barreto - Mestranda em Direitos Humanos na Universidade Tiradentes. Bolsista PROSUP/CAPES. Coordenadora Discente do Grupo de Estudos em Direitos Humanos, Ambiente e Sustentabilidade e integrante dos Grupos de Pesquisa: Direitos Fundamentais, Novos Direitos e Evolução Social.

Roberto Ariel Abeldaño Zuñiga - Es Doctor en Demografía. Ha sido becario de CONICET (Argentina) entre 2010 y 2016. Ha sido consultor de PNUD en Argentina. Es Investigador acreditado de CONICET (Argentina), CONACYT (México) y del Instituto de Estudios Socio-Económicos de la Universidad Católica de La Paz (Bolivia). Se desempeña como Profesor Titular en la Universidad de la Sierra Sur de México.

Suelen Aires Gonçalves - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (2013). É mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGCS/PUCRS). Atualmente é doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFRGS) e integrante do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC- UFRGS). Compõe o Coletivo Atinuké- Grupo de estudos sobre o pensamento de Mulheres negras. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Ciências Humanas, atuando principalmente nos seguintes temas: Desigualdades raciais, violência, gênero, crime e políticas públicas.

Valéria Rezende de Carvalho - Graduada em Enfermagem pelo Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Especialista em Enfermagem Obstétrica pelo Programa de Residência em Enfermagem Obstétrica do Hospital Sofia Feldman/Faculdade da Saúde e Ecologia Humana (HSF/FASEH). Atua como Enfermeira Obstetra do Hospital Sofia Feldman.

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Pós-doutora em Direitos Humanos pela Universidad de Salamanca, doutora em História - Universidad de Leon. Professora e pesquisadora da Universidade Católica do Salvador no Doutorado e Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea. Docente permanente ao Programa de Pós-Graduação Programa em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Integrante do Instituto de Sociologia como investigadora associada e coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Direitos Humanos (NEDH).